



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

**PARENTALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS:
EXPERIÊNCIA E VISÃO DE PAIS E MÃES QUE
ADIARAM A ENTRADA NA PARENTALIDADE**

Volume I

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de Doutor em Serviço Social

Por

Paula Cristina Nobre de Deus

Faculdade de Ciências Humanas

Novembro 2021



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

**PARENTALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS:
EXPERIÊNCIA E VISÃO DE PAIS E MÃES QUE
ADIARAM A ENTRADA NA PARENTALIDADE**

Volume I

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de Doutor em Serviço Social

Por

Paula Cristina Nobre de Deus

Faculdade de Ciências Humanas

Sob orientação do Professor Doutor Francisco Branco

Novembro 2021

À Carolina

Ao meu orientador Professor Doutor Francisco Branco, com quem tive o privilégio de manter um debate crítico

A cada mãe e ao pai que encontram disponibilidade de tempo para participar nesta investigação, sem a sua confiança e a sua partilha esta tese não existia

A cada médico/a e enfermeiro/a pela referência das mães e do pai

A cada Unidade de Saúde Familiar pelo interesse demonstrado

À Administração Regional de Saúde do Alentejo pela autorização da pesquisa

A cada um/a dos/as amigos/as que sempre confiaram que este trabalho iria ter fim

À minha irmã Eleonora, à minha mãe Maria e ao meu pai Miguel, pelo apoio incondicional

À Associação de Amigos da Criança e a da Família “Chão dos Meninos” onde está inscrito o meu ADN profissional

SUMÁRIO

Esta investigação tem por objetivo compreender o adiamento da parentalidade a partir da biografia e experiência dos pais e das mães, e a sua visão sobre uma política pública de promoção e suporte à parentalidade no contexto da realidade portuguesa. Para a compreensão desta problemática mobilizaram-se as perspetivas teóricas do “*life course*” (curso de vida) e da sociedade de risco e incerteza. Considera-se, assim, a importância do aprofundamento do estudo das biografias individuais a partir do curso de vida dos sujeitos, na perspetiva das bifurcações com que se deparam, através da mobilização do conceito de “*turning point*” (ponto de viragem). Observe-se que uma parte do itinerário biográfico dos sujeitos e dos processos de adiamento da parentalidade, decorrem no quadro de uma sociedade europeia profundamente atingida pelo problema da quebra de natalidade que encontra explicações em fatores macrosistémicos numa sociedade de risco e incerteza mundial. E que, cumulativamente este é, também, o tempo da individualização, da expressividade das identidades individuais, em que a segurança ontológica do sujeito é desafiada.

Através de uma metodologia qualitativa inspirada na orientação de Lahire no âmbito da sociologia disposicional, procedemos à elaboração dos retratos biográficos de mães e pai que transitaram tardiamente para esta fase do curso de vida, reorientados por bifurcações que revelam a (in)segurança e a (in)certeza nas suas formas mais improváveis.

Os resultados remetem para a importância de pensar a parentalidade como uma “política do tempo”, representação socioeconómica, cultural e política para uma sociedade de conciliação das vidas pessoal-profissional-familiar, numa perspetiva diacrónica que concorre para uma inversão das dinâmicas de fecundidade. Esta visão implica igualmente uma política de capacitação do sujeito ao longo do curso de vida, através de políticas transversais a diversas áreas e contextos de socialização, que facilite o desenvolvimento de disposições que predisponham o sujeito a gerir o risco num contexto social de incerteza, em que a parentalidade pode ser entendida como um entre tantos outros. Esta pesquisa constitui também um contributo para uma reflexão política sobre a individuação da parentalidade em que a procriação medicamente assistida surge, por um lado, como potencial para contrariar as dinâmicas voluntárias ou involuntárias de adiamento e, por outro lado, pensar o processo de metamorfose na identidade individual das novas gerações, daí decorrente.

Palavras-chave: parentalidade, adiamento, biografia, incerteza, políticas públicas

ABSTRACT

This research has the objective to understand the delay of parenting through the biography and experience of fathers and mothers and their vision relating to public policies that promote and support parenting in the Portuguese context. For the comprehension of this problem the theoretical perspectives of the “life course” and of the risk society and uncertainty were mobilized. Thus, it is considered the importance of deepening the study of individual biographies from the starting point of the subjects' life course, in the perspective of the bifurcations they face, through the mobilization of the concept of “turning point”. It should be noted that part of the biographical itinerary of the subjects and the processes of postponing parenting, take place within the framework of a European society deeply affected by the problem of natality reduction that finds explanations in macrosystemic factors in a society of risk and world uncertainty. And that, cumulatively, is also the time of individualization, the expressiveness of individual identities, in which the subject's ontological security is challenged.

Through a qualitative methodology inspired by Lahire's orientation in the context of dispositional sociology, we proceeded to the elaboration of the biographical portraits of mothers and fathers who moved late to this phase of the life course, reoriented by bifurcations that reveal the (un)security and the (un)certainly in its most improbable forms.

The results point to the importance of thinking about parenting as a “politics of time”, socioeconomic, cultural and political representation for a society that reconciles personal-professional-family lives, in a diachronic perspective that contributes to an inversion of the dynamics of fertility. This vision equally implies a policy of empowering the individuals throughout the life course, through policies transversal to different areas and contexts of socialization which facilitate the development of provisions that predispose the subject to manage risk in a social context of uncertainty, in which parenting can be understood as one among many others. This research is also a contribution to a political reflection on the individuation of parenting in which medically assisted procreation appears, on the one hand, as a potential to counter the voluntary or involuntary postponement dynamics and, on the other hand, to think about the process of metamorphosis in the consequent individual identity of the new generations.

Keywords: parenting, postponement, biography, uncertainty, public policies

Índice

ÍNDICE	8
ÍNDICE DE FIGURAS	10
SIGLAS	11
INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I PARENTALIDADE NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	23
1. Parentalidade e tendências demográficas	24
2. A construção da parentalidade e o sentido de individualização em tempos de incerteza na sociedade de risco	29
3. O desafio da parentalidade e a criança sujeito de direitos	32
4. As vivências na parentalidade: quem cuida das crianças	34
5. Promoção da parentalidade: equilíbrios entre escolhas individuais e sociais	40
CAPÍTULO II PARENTALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS EM PORTUGAL, NUM CONTEXTO GLOBAL	44
1. A política de família e de apoio à parentalidade: a orientação constitucional	49
2. A política de família e de apoio à parentalidade nos programas de governo	51
2.1. A política de família e de apoio à parentalidade nos programas de governo: desígnios e práticas	66
3. A política de família e de apoio à parentalidade: desígnios europeus	77
4. Política de apoio à parentalidade: perspetivas de futuro	83
CAPÍTULO III METODOLOGIA DE INVESTIGAÇÃO	86
1. A investigação em Serviço Social e a lente analítica de Bernard Lahire	86
2. O retrato sociológico enquanto processo de captação do património disposicional	89
3. Estudo empírico: o retrato sociológico na compreensão do adiamento da parentalidade	94
4. Retrato da Ana A supermulher: enraizada no papel de filha, projetada como esposa e mãe	95
CAPÍTULO IV ADIAMENTO DA PARENTALIDADE: EXPERIÊNCIA E VISÃO DE PAIS E MÃES	137
1. Ana: “A supermulher: enraizada no papel de filha, projetada como esposa e mãe”	137
2. Heloísa: “Uma mulher sem margem para erros nas trajetórias profissional e parental”	154

3. Filomena: “Uma mãe que conquista o sonho do tempo para a conciliação vida Familiar - profissional”	174
4. Andreia: “Uma trajetória longa de formação numa sociedade que não valoriza o mérito, nem a maternidade”	195
5. Maria: “Uma mãe resiliente: a maternidade numa trajetória inacabada de bifurcações e pontos de viragem”	221
6. Sara: “Procriação medicamente assistida, a construção reflexiva de um modo de ser e de estar”	237
7. Marta: “A insustentável invisibilidade de cuidar de quem cuida. Procriação medicamente assistida na concretização de um sonho secreto”	260
8. André: “O desejo de regressar a casa na expectativa que o tempo com os filhos não acabe”	279
9. Carlota: “Uma trajetória de rigor para garantir o bem-estar e desenvolvimento pessoal e social da filha”	295
 CAPÍTULO V DISCUSSÃO DE RESULTADOS	311
 CONCLUSÃO	321
 BIBLIOGRAFIA	331
 ANEXOS	343
1. Parecer e solicitação de apoio em estudo	344
2. Parecer N.º 10/2017/CES.....	345
3. Declaração da investigadora.....	346
4. Declaração de participação em estudo	347
5. Consentimento informado, esclarecido e livre nos termos da Norma N.º 015/2013 da Direção Geral de Saúde.....	348
6. Consentimento informado, esclarecido e livre: declaração de consentimento	349
7. Consentimento informado, esclarecido e livre: declaração de consentimento (Doc. duplicado)	350

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 – Modelo de Análise.....	92
Figura 2 – Construções identitárias antes da entrada na parentalidade.....	135
Figura 3 – Construções identitárias após a entrada na parentalidade.....	136

SIGLAS

APSS - Associação de Profissionais de Serviço Social

ARSA - Administração Regional de Saúde do Alentejo

EVS - European Values Study

FSW - Federação Internacional de Serviço Social

INE - Instituto Nacional de Estatística

ISF - Índice Sintético de Fecundidade

ONU - Organização Nacional da Nações Unidas

USF - Unidade de Saúde Familiar

INTRODUÇÃO

Esta tese visa compreender o adiamento da parentalidade a partir da biografia e experiência dos pais e das mães, bem como a sua visão sobre uma política pública de promoção e suporte à parentalidade, no contexto da realidade portuguesa. Desde os anos 80 do século passado que Portugal, acompanhando a tendência europeia, em termos globais, não renova as gerações, registando uma tendência de agravamento do problema demográfico associado, nomeadamente, à acentuada queda da taxa de natalidade: “A fecundidade permanece fraca e claramente inferior ao nível necessário para assegurar a substituição das gerações. Para que tal suceda será necessário que nasçam 2,1 crianças em média por mulher, o que apenas ocorria em alguns países europeus” (Morais, 1983, p. 81). A explicação para esta quebra encontra-se associada a fatores macro sistémicos decorrentes de mutações sociais e económicas, nomeadamente, a crise económica do último quartel do século passado, entre outros fatores de difícil inversão num espaço global e num tempo de individualização e incerteza. Pela dimensão desses fatores, o aumento da natalidade, designadamente a promoção da parentalidade, apresenta-se como um problema de difícil resolução por parte das políticas públicas nacionais e europeias.

Portugal, em 1994 ficou, pela primeira vez, abaixo de 1,5 filhos por mulher e em 2013, o índice sintético de fecundidade (ISF) foi igual a 1,21 filhos por mulher, registando na atualidade um dos níveis de fecundidade mais baixos da Europa e do mundo, constituindo o problema da baixa fecundidade uma das grandes preocupações de alguns países europeus (Freitas, Mendes e Maciel, 2017). As autoras sublinham que este problema está relacionado com o número significativo de homens e mulheres que não tem filhos e com o adiamento da entrada na parentalidade¹. No estudo coordenado por Mendes (2016) sobre os determinantes da fecundidade em Portugal regista-se que o adiamento da parentalidade é: “Uma variável-chave para a compreensão da situação recente da fecundidade em Portugal². (...) [C]onstitui-se como um instrumento de adaptação aos

¹ Por sua vez, este problema reflete-se no fenómeno do filho único e no duplo adiamento da parentalidade: “Em 2014, 31,5 anos a idade média em que as mulheres tiveram filhos, e a idade média com que tiveram o primeiro filho foi aos 30,0 anos. A proximidade entre estas idades sugere que as mulheres portuguesas tendem a ter apenas um filho e tardiamente” (Freitas, Mendes e Maciel, 2017, p. 90).

² Mendes (2016) acrescenta que “foi mais do que o resultado de um processo de transição lenta e tardia para a vida adulta (adiamento na saída da escola, na entrada no mercado de trabalho, na saída de casa dos pais, na entrada na conjugalidade, na idade ao nascimento do primeiro filho – com esta ou outra qualquer sequência)” (Mendes (coord.), 2016, p. 316).

momentos de crise, de instabilidade e de insegurança. (...) .(...) [T]endo sempre como objetivo assegurar um futuro melhor para si e para os seus filhos” (Mendes, 2016, p. 316). Nas dinâmicas de adiamento da parentalidade os 35 anos, no caso da mulher, são uma referência importante no processo transição para a parentalidade: “Idade a partir da qual a decisão de ter um filho ou de transitar para o segundo filho pode começar a ser comprometida por limites biológicos, bem como pela disposição de voltar a experienciar a parentalidade” (Freitas, Mendes e Maciel, 2017, p. 90). Como é explicitado no estudo sobre as intenções de fecundidade dos sul-europeus depois dos 35 anos, não obstante o visível adiamento dos projetos de fecundidade depois dessa idade, pouco se sabe sobre as suas intenções reprodutivas (Freitas, Mendes e Maciel, 2017). As autoras questionam a influência que essa idade pode ter na decisão de entrada na parentalidade e de transição para o segundo filho, e um dos resultados da sua pesquisa é que depois dos 35 anos, o aumento da idade potencia a decisão dos indivíduos não terem filhos ou de terem o segundo filho³.

A análise desse problema motivou a curiosidade por explorar a questão a partir da experiência de indivíduos que entraram na parentalidade a partir dessa idade. Procuramos conhecer o curso de vida desses pais e mães, as suas expectativas, as incertezas e inseguranças, os fatores de risco e proteção. Num contexto de mudança global, há que aprofundar a compreensão das trajetórias individuais associadas ao curso de vida⁴ de homens e mulheres que adiaram a entrada na parentalidade, as bifurcações com que se depararam e o reflexo que têm nas decisões relacionadas com a parentalidade. E, assim, compreender as consequências de um acontecimento que ocorre muito mais tarde do que aquilo que seria exetável para si. A perspetiva teórica do curso de vida da família, desenvolvida por Glen (1998) mobiliza o conceito de “*turning point*”⁵ (ponto de viragem), transições que permitem analisar a natureza das mudanças e das continuidades observadas, revelando um mundo real “Onde as pessoas trabalham os seus caminhos da

³ A propósito deste estudo refira-se a seguinte perspetiva: “Os resultados deste estudo, permitem mostrar que, para além das características sociodemográficas dos indivíduos, é necessário ter em consideração um conjunto de valores, perceções e expectativas que determinam as suas intenções reprodutivas, nomeadamente perceções da estabilidade económica do indivíduo e/ou do país. Para além disso, estes fatores são ainda mais importantes quando a decisão em causa é transitar ou não para um segundo filho” (Freitas, Mendes e Maciel, 2017, p. 104).

⁴ O conceito curso de vida “analisa as inter-relações entre trajetórias individuais, transformações familiares à escala de uma vida e transformações sociais nas suas repercussões cruzadas (...) [A] análise debruça-se sobre as «transações», momentos cruciais da vida individual e social. (...) [P]ermite, por exemplo, a articulação das esferas privadas e públicas, do trabalho e do doméstico, na senda direta dos interesses das investigações feministas” (Segalen, 1999, p. 218).

⁵ Face à especificidade do conceito e à generalização na literatura científica recorre-se à expressão inglesa.

melhor maneira possível; diz-nos como as vidas são socialmente organizadas no tempo biológico e histórico, e como o padrão social resultante afeta a maneira como pensamos, sentimos e agimos” (Glen, 1998, p. 9). A família é entendida como um sistema constituído por um conjunto de percursos de vida individuais que na sua articulação ao longo do tempo, vão construindo a dinâmica de cada família (Wall, 2005). Nesta dinâmica reveste-se de grande importância a forma como as estratégias biográficas permitem lutar com sucesso com esses pontos de viragem, essas bifurcações, e como o Eu é reinterpretado e restabelecido, reinterpretação que inclui tanto as experiências passadas como os planos para o futuro e o horizonte de desenvolvimento da biografia (Boldt, 2012).

Existindo condições estruturais que podem estar associadas à evolução de determinados fenómenos, estas não excluem a dimensão das decisões individuais do sujeito (*agency*), como se observa com as mudanças nos modelos de família, no desempenho de papéis ou de estilos de vida. O conhecimento das trajetórias de vida e da identidade dos sujeitos (Giddens, 2002 [1990]) é, pois, uma dimensão incontornável. A compreensão da forma como se interrelacionam as dimensões estrutural e subjetiva pode revelar-nos novos ângulos sobre a realidade, outras formas de pensar sobre os fenómenos, potenciando a capacidade de encontrar respostas mais ajustadas aos problemas e políticas mais amigáveis (*friendly-policy*). Tudo isto acontece numa sociedade de risco mundial (Beck, 2015 [2007]) que se manifesta em fenómenos sociais relevantes para o desenvolvimento das sociedades modernas, como acontece com a acentuada quebra da natalidade e, concretamente, com o adiamento da entrada na parentalidade.

Assume-se na tese que esta problemática é uma matéria relevante para o aprofundamento da reflexividade do serviço social na relação entre a sua finalidade e o papel que clama para si no desenvolvimento das políticas públicas. Diríamos que não estamos mais do que a retomar a visão das pioneiras da profissão, nomeadamente, Mary Richmond e Jane Addams⁶, em finais dos séculos XIX e início do XX, que através de abordagens diferentes, respetivamente, a primeira centrada na intervenção de caso e a segunda nas reformas sociais, partilharam a mesma conceção da prática da política social (*policy practice*) enquanto dimensão estruturante do serviço social (Branco, 2015). O serviço social pelo seu compromisso político e ético-profissional com o bem-estar social, enquanto domínio de efetivação dos direitos humanos e de transformação da sociedade,

⁶ Em 1931 foi atribuído o Prémio Nobel da Paz a Jane Addams.

ocupa no contexto político uma centralidade própria: “O político parece arrastar uma herança do passado que hoje certas correntes do Serviço Social querem recusar - uma herança de militância, de parcialidade e de escolhas de posicionamento. Mas esta é, afinal, também a herança do património axiológico da profissão” (Amaro, 2012 p. 170).

Como refere Branco (2017), o compromisso com a reforma social na Era Progressiva, por parte de pioneiras do serviço social, reforça a necessidade de reflexões sobre a estreita relação desta disciplina com a efetivação da política social, tanto ao nível da prática profissional como da investigação, respetivamente a: “Conceptualização da «prática da política social⁷» (*policy practice*) como uma componente do Serviço Social; (...) [C]omo uma ação baseada na investigação, contribuindo assim para o desenvolvimento de políticas sociais enraizadas (*grounded social policy*)” (Branco, 2017, p. 58). Trata-se de contribuir para um sistema *bottom-up* (de baixo para cima) que emerge da informação da vida quotidiana para produzir o conhecimento, numa espiral de políticas que evolui em torno do conceito do conceito *grounded policies* (políticas fundamentadas): políticas que mantêm sempre aderência ao chão que está por baixo dos seus pés, em contraste com o determinismo de modelos assentes em sistemas *top-down* (de cima para baixo) (Pais, 2005). Neste processo, estamos a percorrer um caminho, movidos por uma determinação indutiva de conhecimento da realidade sociológica: “Recorrendo à experiência dos indivíduos que funcionam assim como uma espécie de dicionário do idioma” (Pais, 2002, p. 113).

Todavia, no campo da investigação a profissão tem vindo a deparar-se com um desafio decorrente de não existir um entendimento geral sobre o papel da pesquisa em serviço social. Esta visão mais restritiva é sustentada no pressuposto que a sua identidade se define pelas práticas, uma ideia reforçada ao longo da história das práticas profissionais. Todavia, existindo um amplo mosaico de temáticas em que é potencial consumidora, nomeadamente, ao nível da implementação de políticas sociais pode ser ela própria uma produtora privilegiada de conhecimento sobre a realidade (Mitchell *et al*, 2008). A complexidade dos fenómenos coloca, aliás, um dever-saber que, cada vez mais, apela ao

⁷ Face à importância de que se reveste esta perspetiva, considera-se importante clarificar o conceito: “A utilização do termo «prática da política social», como componente da prática profissional do Serviço Social, resulta da dificuldade de tradução do termo anglo-saxónico *policy practice*, visto que este conceito, na perspetiva adotada, radica na distinção entre a intervenção dos assistentes sociais visando influenciar a Política Social enquanto componente da sua prática profissional (*policy*), distintamente da sua possível prática política enquanto cidadãos (*politics*). Veja-se Gal e Weiss-Gal (2013)”. (Branco, 2017, p.58).

diálogo entre o conhecimento de diferentes áreas. No quadro dos desafios da modernidade: “O Serviço Social constitui-se como agente fundamental promotor de reflexividade implícita em processos de criação e superação de riscos sociais, pelas várias dinâmicas societais” (Carvalho e Pinto, 2015, p. 87). Como refere Vieira "As novas situações exigem que a política esteja em condições não só de resolver problemas mas, acima de tudo, de equacionar novas maneiras de pensar e perspetivar caminhos, antecipando-se aos acontecimentos e sendo capaz de ver a mudança como uma oportunidade" (Vieira, 2015: 74) e o serviço social tem um contributo a dar para o debate.

Nesse sentido, Shaw (2003), que desde os anos 60 desenvolve pesquisa na área do serviço social, identifica que a prática e os serviços sociais têm beneficiado amplamente da investigação. O autor refere que a pesquisa ilumina os processos decorrentes das práticas, contribuindo para a construção de conhecimentos e desenvolvimento de habilidades para a prática profissional. Na sua perspetiva o serviço social também beneficiou de uma maior diversidade de pesquisas que questionam o conhecimento sobre a explicação dos problemas sociais sobre os quais diferentes profissionais da área dos direitos humanos atuam. Por último, na sua perspetiva a prática e a pesquisa podem potenciar-se mutuamente, uma vez, que a perspetiva e os métodos de uma fornecem modelos para a outra.

É fácil compreender as vantagens da pesquisa anteriormente assinalas por Shaw e a sua relevância para a dimensão da prática da política social pelo serviço social. Gal & Weiss-Gal (2015) sustentam a dimensão da prática política enquanto atividade profissional que visa mudar ou promover políticas sociais diretamente relacionadas com problemas que afetam os indivíduos ou grupos com quem os assistentes sociais intervêm⁸; profissionais comprometidos com a mudança social, através da sua capacidade de dar visibilidade aos efeitos das políticas, pelo processo de intervenção e pela pesquisa, e de participar na sua

⁸ Essa prática é uma dimensão relevante no quadro ético do serviço social, uma estratégia que se afigura fundamental para a densidade da construção da própria identidade profissional. Na Reunião Geral da Federação Internacional de Trabalhadores Sociais e na Assembleia Geral da Associação Internacional de Escolas de Serviço Social, realizada em Dublin, em julho de 2018, foi aprovada a “*Declaração de princípios éticos* que define “ O Serviço social como uma profissão baseada na prática e uma disciplina académica que promove a mudança e o desenvolvimento social, a coesão social, e o fortalecimento e a libertação das pessoas. Os princípios da justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito da diversidade, são fundamentos para o trabalho social. Respalhada por as teorias do trabalho social, das ciências sociais, das humanidades e dos conhecimentos indígenas, o serviço social convoca as pessoas e as estrutura para fazer frente aos desafios da vida e aumentar o bem-estar”.

formulação.⁹ Neste campo, Jansson (2003)¹⁰ defende a importância da prática de advocacia política, uma abordagem específica direcionada para a promoção do poder de grupos em situação de vulnerabilidade através da influência do serviço social na alteração de medidas ou desenvolvimento de políticas que lhes proporcionem mais oportunidades e recursos.

Todavia, em Portugal a dimensão da prática da política social é pouco expressiva, não obstante se registar um entendimento no plano do discurso em como: “O agir profissional é necessariamente um agir político. Apesar disto, continua a considerar-se que, por fatores pessoais, institucionais e culturais, existe uma fraca consciência política entre os profissionais do terreno” (Amaro, 2012: 265). No sentido de promover o aumento desta consciencialização, os referenciaisⁱ internacionais da Federação Internacional de Serviço social (FSW) e nacionais do serviço social, nomeadamente produzidos pela Associação de Profissionais de Serviço Social (APSS), remetem para a importância da dimensão política da profissão, numa perspetiva de transformação das políticas com vista a promover a equidade e justiça social, e a efetivação dos direitos humanos, independentemente de ideologias políticas.

A esse propósito veja-se a visão da profissão assumida pela APSS a propósito da criação da Ordem profissional em que explicita o compromisso da profissão com as políticas públicas, considerando que um grandes “contributos do serviço social para a sociedade passa pela capacidade de os seus profissionais atuarem como intérpretes na aplicação das políticas sociais à realidade, bem como de contribuírem para o aperfeiçoamento da ação social através da identificação das necessidades sociais” (APSS, 2015). Este contributo implica o serviço social com a investigação da natureza dos problemas sociais e com as suas formas de manifestação, aprofundado o seu conhecimento e revelando novas dimensões das problemáticas sociais. Este caminho permite que a Ordem dos Assistentes Sociais, entretanto criada, através da Lei n.º 211/2019, cumpra amplamente uma das atribuições consignadas no seu Artigo 4.º: “A emissão de pareceres, em matéria científica

⁹ No entanto, na investigação realizada pelos autores, com o objetivo de explorar a natureza da prática política em 8 países respetivamente Austrália, Inglaterra, Israel, Itália, Rússia, Espanha, Suíça e Estados Unidos, constaram que existe uma grande disparidade entre o discurso sobre a importância da prática política e a intervenção concreta.

¹⁰ Jansson (2003) estabelece a distinção entre as duas perspetiva considerando que a *prática política* visa o esforço geral para mudar as políticas e a *advocacia política* remete para um esforço para ajudar os grupos com menos poder, nomeadamente, mulheres crianças, comunidade LGBT, pessoas com deficiência ou doença mental, em situação de pobreza, imigrantes e pessoas mais pobres, a alterar as suas condições e melhorar a sua vida.

e técnica, que lhes sejam solicitados por qualquer entidade, nacional ou estrangeira, pública ou privada, quando exista interesse público ou para a profissão”.

Nesta pesquisa, procuramos ir ao encontro desse desígnio e contribuir com propostas que concorram para o conhecimento da problemática em causa e, assim, concorrer para a densificação das políticas na área da parentalidade, movida pela preocupação de promover uma maior conciliação entre a individuação das medidas de política e o desenvolvimento da sociedade. Na sociedade global, os paradigmas de governação, incorporando a perceção do sujeito de aumento do risco individual, tendem a orientar-se por lógicas de regulação e segurança que podem contribuir para uma maior normatividade e menos para a individualização das medidas de políticas; um movimento paradoxal a que o serviço social não pode fugir, mas que de alguma forma está protegido decorrente da sua jurisdição ética que promove a sua imunidade contra a normatividade (Grey *et al.* 2012). O serviço social está desafiado a desenvolver respostas que visem promover a individuação, proteger o sujeito do excesso da normatividade política e legal e, simultaneamente, contribuir para a efetivação dos direitos humanos. A profissão tem como objeto as situações sociais geradas pelo risco, perigo e desfiliação, e utiliza a reflexividade para ligar a política emancipatória à política da vida (Mouro, 2009, p. 456).

Por conseguinte, através deste estudo procura-se contribuir para aprofundar a reflexão sobre o objetivo inicialmente referido e que se operacionaliza em três objetivos específicos em torno da problemática do adiamento da parentalidade. O primeiro objetivo consiste em compreender a relação entre as biografias individuais dos pais e mães e a decisão de duplo adiamento da parentalidade, partindo de uma análise sociológica que perceciona esse adiamento no quadro dos processos de individualização e da incerteza e na perspetiva dos seus cursos de vida individuais e em situação de conjugalidade. O segundo objetivo visa conhecer a visão dos pais e mães sobre uma política de promoção e suporte à parentalidade, nas diferentes etapas do curso de vida, da juventude à idade adulta. Por último, o terceiro objetivo está focado em contribuir para uma política pública “enraizada”, global e integrada de apoio à parentalidade.

Trata-se de um estudo qualitativo, baseado na orientação teórica dos retratos sociológicos desenvolvida por Lahire (2004) no âmbito da sociologia disposicional. A natureza da sua metodologia permite aprofundar a análise e interpretação do discurso dos sujeitos numa perspetiva diacrónica dos seus percursos biográficos. Trata-se de uma abordagem de

natureza indutiva de recolha de dados que através de entrevistas semiestruturadas de orientação biográfica procurou captar vivências espontâneas, simbólicas e significativas relacionadas com o adiamento da parentalidade no curso de vida de cada entrevistado/a. E, por esta via, concorrer para a identificação de medidas de políticas públicas expressas ou latentes no discurso.

O estudo empírico foi realizado na região do Alentejo por questões de conveniência relacionadas com o acesso ao campo. As entrevistas tiveram lugar na sequência do parecer favorável da Comissão de Ética da Administração Regional de Saúde do Alentejo (ARSA), sob condição de respeito pelo estreito princípio de confidencialidade. Nesta conformidade, não são discriminadas as USF que voluntariamente acederam a colaborar, bem como se omitiram todas as referências a nome próprio, locais e organizações mencionadas nas entrevistas, tendo-se atribuído nome fictício aos entrevistados/as. Após a emissão do parecer, o processo teve continuidade com a apresentação do estudo aos diretores e diretoras clínicas das USF que em determinadas organizações foi procedida de uma reunião com médicos/as e enfermeiros/as que as integram. Os requisitos éticos exigidos foram cumpridos, as mães entrevistadas e o pai entrevistado foram referenciados à investigadora pelo médico de família ou enfermeira/o da sua USF, na sequência de tomarem conhecimento dos objetivos e enquadramento do estudo. Esta informação foi comunicada através do/a profissional de saúde a quem autorizaram a cedência de número de telemóvel à investigadora para posterior agendamento de entrevista. O local, o dia e a hora eram determinados pelos/as próprios entrevistados/as.

Refira-se que todo este processo foi acompanhado de algumas limitações, inerentes à realidade e às exigências da própria investigação. A primeira limitação é a própria disponibilidade de tempo dos profissionais de saúde para integrarem mais uma tarefa numa agenda profissional muito preenchida. Registaram-se também alguns constrangimentos decorrentes da dificuldade de cruzamento de dados informáticos que permitissem, em tempo útil, identificar as mães que entram na gravidez depois dos 35 anos de idade, o que ainda se torna ainda mais difícil, para não dizer quase impossível, no que se refere aos pais. Outra dificuldade prende-se com a natureza da entrevista que abrange as diversas fases do curso de vida dos sujeitos, em diferentes contextos de socialização, na perspetiva de satisfazer os objetivos do estudo. Pela sua natureza apela, assim, a um elevado grau de confiança na relação com a investigadora, uma vez, que se trata de dados sensíveis da vida privada do/a entrevistado/a. Neste caso, regista-se que a

maior dificuldade foi a própria adesão voluntária ao estudo, uma vez, que em contexto de entrevista, em geral, essa questão foi debelada.

A amostra do estudo é constituída por 13 entrevistas que ocorreram maioritariamente nas instalações das unidades de saúde familiar (USF) de pertença dos sujeitos. A inclusão dos sujeitos no estudo, para além do requisito de terem 35 ou mais anos à data de nascimento do/a primeiro filho/a, também previa que tivessem competências pessoais de comunicação para potenciar a sua reflexividade na entrevista, não existindo aqui nenhuma limitação relativa às suas habilitações ou a outro fator sociodemográfico. A investigadora estabeleceu contacto com as 19 pessoas referenciadas pelas unidades de saúde, mas uma parte destas pessoas não deu sequência à intenção prévia de participar no estudo, em geral, justificado pela pouca disponibilidade de tempo livre ou, inclusive, não respondendo à mensagem enviada. A partir das 13 entrevistas realizadas foram elaborados 9 retratos procurando a máxima diversidade das biografias.

A presente dissertação, para além da introdução, apresenta uma estrutura constituída por cinco capítulos e pela conclusão. No capítulo 1, a partir de uma revisão da literatura nacional e internacional, problematiza-se a temática da parentalidade na sociedade contemporânea. A reflexão inscreve-se no contexto demográfico e sociológico, num tempo que convida a novos olhares sobre a orientação da parentalidade e à forma como está a desafiar o conhecimento, a cultura e o próprio paradigma da identidade humana. A sociedade de risco e incerteza, cenário de adiamento da parentalidade, contém em si mesma o potencial para revolucionar o mundo, nomeadamente, através das novas tecnologias que cada vez mais se constituem como uma oportunidade para quem decide, por opção própria ou por condicionalismos externos, entrar tardiamente na parentalidade. Desenha-se o sentido da parentalidade e da individualização, numa dimensão da vida que independentemente das vivências subjetivas, necessita de redes de suporte de proximidade.

No capítulo 2 reflete-se sobre a orientação das políticas de apoio à parentalidade, no âmbito da evolução das políticas de famílias. Nesta linha procede-se a um mapeamento das orientações políticas, na sociedade portuguesa, plasmadas nas políticas públicas de proteção social, saúde, educação, emprego, igualdade de género, juventude, e administração interna, através da análise de programas de governo e ministeriais. Esta análise implica que se considere a qualidade de Portugal como Estado-membro da EU e

as orientações a que a política nacional obedece, assim é fundamental levar em linha de conta as convenções e compromissos a que está veiculado por via da pertença a organizações internacionais, concretamente, a Organização Mundial das Nações Unidas.

O capítulo 3 centra-se na abordagem metodológica de Lahire (2004) e dedica um subcapítulo à reflexão sobre o papel ativo do investigador na construção e dinâmica do processo de pesquisa, questão particularmente relevante numa disciplina como o serviço social, pelos motivos apresentados. O capítulo é ainda subdividido em mais dois subcapítulos, com base nas teses inscritas na evolução do pensamento de Lahire no quadro a sociologia disposicional e que tem como ponto de referência a perspetiva de construção dos retratos sociológicos. A partir da análise dos contextos de socialização, nomeadamente de socialização primária, forma-se um património de disposições individuais que ajudam a compreender melhor o que representa o adiamento da parentalidade no curso de vida do sujeito, assim como a sua experiência após transitar para uma nova fase. Este subcapítulo centrado na construção de um retrato, a título ilustrativo, é complementado com diagramas que facilitam a leitura da associação entre contextos de socialização, formação de disposições e crenças e a sua ligação visão das políticas de promoção e suporte à parentalidade.

No capítulo 4 apresentam-se as fases de análise e de síntese interpretativa que se seguem à construção de cada retrato, segundo a orientação teórica de Lahire. Esta abordagem incide sobre cada uma das entrevistas realizadas, não visando uma análise comparativa. Neste processo o investigador está a percorrer um caminho movido por uma orientação indutiva de conhecimento da realidade sociológica, “recorrendo à experiência dos indivíduos que funcionam assim como uma espécie de dicionário do idioma” (Pais, 2002, 113). Refira-se que no processo de sistematização e análise dos dados utilizou como ferramenta o software MaxQDA 2020, tanto neste capítulo, como no anterior para a construção do retrato sociológico.

No capítulo 5 promove-se a discussão sobre os resultados da pesquisa de acordo com os objetivos definidos. Este debate permite aprofundar o conhecimento sobre a conexão entre as dinâmicas da parentalidade e a construção da individuação nesta matéria, assim, como esclarecer a visão de mães e pais sobre uma política de promoção e suporte à parentalidade, na convicção que não procuramos "A definição de uma imensidade de sujeitos estatisticamente «representativos», mas sim uma pequena dimensão de sujeitos

«socialmente significativos», reportando-se à diversidade de culturas, opiniões, expectativas” (Guerra, 2006, 20).

A finalizar, apresenta-se a conclusão focada nos limites, desafios e pista de reflexão e investigação. Deseja-se que sejam conclusões operacionalizáveis que proporcionem uma perspectiva global e integrada para uma política pública ao longo do curso de vida, assente na visão dos sujeitos, no pressuposto de uma política-vida, de que nos fala Giddens (2002b).

A título de esclarecimento, note-se que a tradução de citações de obras estrangeiras são da responsabilidade da investigadora.

CAPÍTULO I | *Parentalidade na sociedade contemporânea*

Na sociedade contemporânea a parentalidade encontra-se no cruzamento de mudanças diversas na constituição e vivência das famílias, no lugar que a criança ocupa, nos papéis parentais, com trajetórias em que se registam desenvolvimentos umas vezes expressivos outras vezes de difícil apreensão, em diversos campos da sociedade contemporânea. A acelerada evolução das novas tecnologias vem colocar em causa paradigmas na esfera das sociabilidades, do ambiente, no mundo trabalho, e em muitas outras dimensões da realidade, que desafiam o Estado e os atores da Sociedade Civil a reverem as suas estratégias. O desafio à criatividade e inovação para responder à diversidade e incerteza é um desígnio do mundo atual, num estado acelerado de mudanças interrelacionadas.

É nessa realidade complexa que evolui a parentalidade, enquanto eixo estruturante da sociedade, ela própria confrontada com dinâmicas de evolução recentes, naquilo que é a história da humanidade. Registe-se que o conceito "parentalidade" é recente, apenas surgiu na década de 1970, em resposta às transformações profundas dentro das famílias: o lugar da criança no seio da família; a diversidade de formas de família; redefinição de fronteiras entre a dimensão privada a dimensão pública da parentalidade; desenvolvimentos observados nos papéis da mulher e do homem e as próprias dinâmicas da parentalidade que passou a ser entendida como um processo, ou seja, não se nasce pai ou mãe, o indivíduo o papel parental é o resultado de uma construção e pode, inclusive, ser diferente em função de cada criança da família (Parmentier, 2014).

No estudo sobre o adiamento da parentalidade e o papel que as políticas públicas têm nessa matéria, considera-se relevante tratar dimensões que nos ajudam a situar a parentalidade no contexto da sociedade contemporânea. O livro verde sobre as questões demográficas, da Comissão Europeia, apresenta-nos um retrato, em meados da primeira década do século XXI, que se mantém atual: “Nesse contexto, uma baixa natalidade constitui um desafio para o poder político. Não assistimos nunca na História a «crescimento» sem nascimentos” (Com, 2005, p. 5). Esta tendência pode manter-se três décadas depois, se a transição demográfica não for efetivamente considerada uma prioridade da União Europeia, um investimento claro em cada um dos Estados-membro.

No sentido de uma melhor compreensão desta temática, o presente capítulo começa por analisar as tendências demográficas recentes, nomeadamente, em Portugal; a forma como se está a construir a parentalidade e o sentido de individuação na sociedade de risco; o desafio que representa para a parentalidade a mudança social sobre o estatuto da criança; a inscrição na agenda social e política do papel do homem e da mulher na parentalidade e, por último, uma reflexão sobre a promoção e suporte à parentalidade na sua diversidade, um desafio que convoca a governação a apostar na inovação e na reforma das políticas públicas de apoio à parentalidade, no sentido de uma maior abertura e flexibilidade, em que o indivíduo e as famílias, no futuro, vão ter oportunidade de construir a sua própria política parental.

1. Parentalidade e tendências demográficas

As mudanças sociais registadas na transição para a parentalidade são parte integrante de transformações societárias em diferentes domínios. A Teoria da Segunda Transição Demográfica¹¹ (Mendes, 2016) relaciona as mudanças na fecundidade com novos modelos de construção e de composição da família, motivados pelo aumento dos níveis de escolaridade, a participação feminina no mercado de trabalho, o aumento das aspirações económicas e profissionais ou o crescente desejo de autorrealização, enfatizando, ainda, o papel das alterações comportamentais e normativas sobre as trajetórias reprodutivas, nomeadamente as motivações para a parentalidade, o valor social da criança e premissas ligadas à conjugalidade (Mendes, 2016).

A *Familyplatform* (2011) identifica três vetores, interligados entre si, na evolução da sociedade europeia, com impacto sobre as mudanças na família: a globalização combinada com a individualização, com reflexo na mobilidade e flexibilidade exigida aos cidadãos, gerando incerteza; as mudanças demográficas, com impacto na formação da família e muito concretamente na queda acentuada na taxa de fecundidade, entre outros

¹¹ A Teoria da Segunda Transição Demográfica sustenta que a partir da década de 70 do século passado [assistimos] a uma segunda transição demográfica, caracterizada por fecundidades continuamente abaixo do nível de reposição geracional, múltiplas modalidades de agrupamento familiar diferentes do casamento, separação entre casamento e procriação, e populações não estacionárias, com perda de efetivos, e mais velhas, em resultado das baixas fecundidades e dos ganhos em longevidade (Gomes *et al.* 2016). A evolução da Teoria da Transição Demográfica é apresentada criticamente por Bandeira (1996). Ainda que a teoria não seja objeto desta pesquisa, considera-se importante dar esta nota face à relevância que tem no estudo da fecundidade.

aspetos, e o aumento da escolaridade e do emprego feminino, com efeitos a nível demográfico e na mudança dos papéis de género.

Na perspetiva de Lutz, Skirbekk *et al.* (2006) a sociedade europeia encontra-se cativa da *hipótese da armadilha de baixa fecundidade*, resultante da relação entre a fecundidade e fatores demográficos, sociais e económicos, os quais uma vez combinados originam uma espiral de adiamento da transição para a parentalidade e da diminuição do número de nascimentos¹². A todo este processo de profundas transformações sociais, acrescem as próprias mudanças nas dinâmicas da parentalidade: “mudou a importância da criança na família (cresceu), mudaram as relações entre os progenitores (menos estáveis), mudaram as estratégias socioeducativas e de guarda (menos apoio familiares) e mudaram as representações sobre o papel dos pais e as expectativas em relação ao envolvimento, embora na prática essas mudanças ainda não se tenham concretizado generalizada e completamente” (Mesquita, 2013, p. 216).

A “*hipótese da armadilha de baixa fecundidade*” está refletida nos últimos dados disponíveis no Eurostat (2021) relativamente às atuais tendências demográficas na UE-27 que, no primeiro trimestre de 2019, registam menos de um terço da população com menos de 30 anos, em que as crianças de 0 a 14 anos representam 15 % e os jovens de 15 a 29 anos constituem 17 % do grupo. Por sua vez, no início desse ano, havia 68 milhões de crianças com idade inferior a 15 anos, em comparação com 91 milhões de idosos com 65 anos ou mais. Esta tendência também se pode observar na perspetiva da constituição das famílias com filhos. Efetivamente, a percentagem de agregados familiares com crianças está a diminuir significativamente, a percentagem de agregados familiares com crianças na UE-27 diminuiu numa década, de 31,7 %, em 2009 para 28,8 % em 2019. Assim, a composição da família e a estrutura dos agregados (Eurostat, 2021) é a seguinte: um em cada cinco agregados familiares (19,7 %) era composto por casais com filhos; os adultos solteiros com filhos representavam 4,0 % do total, e existem ainda outros tipos de agregados familiares com filhos, nomeadamente, aqueles em que os avós, os pais e os seus filhos viviam juntos e que representaram 5,1 % de todos os agregados familiares.

¹² Os autores alertam para a urgência dos governos tomarem medidas urgentes: “Se há alguma razão para assumir que tais mecanismos estão a ter efeitos, então deve constituir uma motivação para os governos para tomarem iniciativas imediatas (possivelmente através de políticas que condicionem o efeito do tempo) em ordem a ainda escaparem à armadilha esperada (Lutz, Skirbekk *et al.*, 2006, p. 167).

O caso português está alinhado com a tendência europeia, registando-se a seguinte realidade: “Há mais de trinta anos que Portugal é um país de baixa fecundidade, com um nível inferior ao exigido para substituir as atuais gerações de pais e mães, facto que se reflete na persistente e forte redução dos efetivos populacionais” (Carrilho, 2016, p. 53). Segundo os dados do inquérito à fecundidade, em Portugal, em 2019, 42,2% das mulheres dos 18 aos 49 anos e 53,9% dos homens dos 18 aos 54 anos não tinham filhos. Estas percentagens, em 2013, eram bastante menores, respetivamente, 35,3% e 41,5%. O número médio de filhos, de mulheres e homens, passou de 1,03 em 2013 para 0,86 em 2019 (INE, 2019).

Portugal regista uma queda intensa da fecundidade que passou de um índice sintético de 1,4 em 2001 para 1,28 em 2012. Entre 2010 e 2013 registaram-se menos 18.594 nascimentos e menos 7.054 nascimentos entre 2012 e 2013 (Wall *et al.*, 2014). Segundo os Censos de 2011, o número total de nascimentos, e em particular o número de segundos e terceiros filhos (ou ordem superior), continua a reduzir-se, as mulheres têm menos filhos e cada vez mais tarde nos seus percursos de vida (Pina e Magalhães, 2014). Continua a aumentar a idade média da mulher ao primeiro filho, que era já de 29,5 anos em 2012, por contraponto com os 24,7 anos do início dos anos 90 (Wall *et al.*, 2013). Este cenário traduz o adiamento da entrada na parentalidade, mas também o adiamento do segundo filho, levando à grande visibilidade das descendências de filho único, que hoje particularizam a sociedade portuguesa (Cunha, 2012), reconhecido como um duplo adiamento da parentalidade¹³.

Apesar da tendência acentuada para a redução dos nascimentos e do número de filhos, estes têm vindo a ocupar um lugar central na realização feminina e masculina (Cunha, 2007). De acordo com o “*European Values Study*” (EVS) (Estudo dos Valores Europeus) realizado entre 1999 e 2000, apesar de em Portugal as taxas de atividade feminina serem elevadas, continua a ser muito forte o ideal de maternidade como condição plena de realização das mulheres, sendo de igual modo a paternidade também considerada um

¹³ A “*Familyplatform*” vem alertar para a necessidade de ser desenvolvida uma “*strength-based approach*” (abordagem baseada nas forças) que valorize o empoderamento dos pais. Para criar um bom ambiente para as crianças, é necessário apoiar as famílias no desempenho do papel parental. É necessário realizar ações que removam barreiras à paternidade positiva, conscientizando e aumentando o reconhecimento do valor social dos papéis parentais” (Uhlendorff et al. 2011, p. 204).

elemento relevante na construção da identidade masculina (Almeida, 2003)¹⁴. Registe-se que no último, *European Values Study*, publicado em 2017, no capítulo sobre os valores da Família na Europa, observa-se que a família continua a ser indiscutivelmente um dos valores mais partilhado na Europa. Os/as cidadão/as, em 2008, quando questionados/as sobre o lugar que ocupam nas suas vidas os valores trabalho, amigos, atividades de lazer, política, religião e família, indicam que esta ocupa o primeiro lugar, a larga distância dos outros valores. Todavia, o conceito de família e a sua expressão varia consoante as zonas da Europa, as convicções religiosas, entre outros aspetos, não se registando uma tendência de homogeneidade, inclusive, nos próprios países¹⁵.

Todavia, há a realçar que Portugal, a par da Alemanha, Áustria, Irlanda do Norte, Luxemburgo, República Checa e Suíça, não constam nos estudos sobre os valores da família. Essa opção deve-se ao facto de a temática da família pouco homogéneas na sociedade. Portugal é referido circunstancialmente no que se refere à felicidade que as pessoas encontram na família enquanto espaço de dever, revelando que as mulheres são mais liberais do que os homens e que a crença da família-dever não sofre a influência das normas religiosas. Relativamente ao EVS (2017), destaca-se apenas a escala da felicidade da família por se apresentar como um elemento central para a felicidade individual. Esta questão afigura-se relevante para a compreensão sobre o valor da parentalidade, nomeadamente, em Portugal. A felicidade da família observa-se, sobretudo, nos países em que existe uma tendência para associar a família a um sentimento de dever, como acontece no Sul e no Leste da Europa. Em contrapartida, é nos países em que as concepções familiares não se baseiam no dever que existe uma crença menor de que o indivíduo precisa da família para alcançar a felicidade, tendência claramente expressiva no Norte da Europa. Na realidade, para além das diferenças entre as duas tendências, a família constitui-se como fator de felicidade individual, quer seja enquanto espaço de dever ou como de realização.

A relevância do valor atribuído à família na Europa acompanha o ideal de valorização da parentalidade assinalado em Portugal por diversos estudos, nomeadamente, Cunha (2007), Marques (2008), Marinho (2011) que se debruçam sobre os significados que a

¹⁴ No Estudo Europeu de Valores, 68% dos inquiridos, em 1999, «concordam totalmente» ou «concordam» com a afirmação de que o ideal da maternidade é uma condição plena da realização das mulheres (a média da União europeia é 48%) e 60% «concordam» ou «concordam totalmente» com a afirmação de que um homem só se sente realizado se tiver filhos.

¹⁵ Para aprofundar a análise veja-se *European Values Study* (2017).

parentalidade adquire para homens e mulheres. Sobotka (2014) identificou cinco fatores que, num tempo marcado pela baixa fertilidade, motivam as pessoas a prosseguir o ideal de terem mais do que um filho, apontando para os dois filhos por uma questão de ideal estratégico, ou seja, os custos associados a ter filhos. Os fatores são os seguintes: terem uma criança de sexo diferente, por proporcionar uma experiência mais rica tanto aos pais como na relação entre os irmãos; proporcionar companhia ao primeiro filho; uma estratégia de segurança dos pais, no caso de haver um acidente ou de um dos filhos não corresponder às suas expectativas e de necessitarem de apoio quando forem mais velhos; o tamanho da sua própria família de origem, e, por último, conformidade às expectativas sociais de terem mais do que um filho.

Nas últimas décadas regista-se a seguinte tendência: os europeus não têm o número de filhos que desejam, o que atesta bem de todos os condicionalismos que pesam na escolha dos casais (COM, 2005). Segundo dados do Euro barómetro relativos à fertilidade e clima social na Europa, regista-se entre os jovens, mas não só, uma clara discrepância entre o ideal e o tamanho das famílias. Cerca de 30% dos homens e mulheres com 40 anos ou mais, param a sua carreira reprodutiva antes de terem o número de filhos que desejavam, situando-se as expectativas nos dois filhos (Testa, 2012). Em relação à influência do contexto social nas decisões reprodutivas, Ajzen & Klobas (2013) sustentam que mesmo em países em que existe maior suporte institucional à parentalidade, as crenças das mulheres em relação à opinião da família e amigos influenciam a decisão de ter mais filhos, como é o caso da Alemanha em que a influência dessa norma subjetiva é no sentido de não terem mais filhos.

No estudo de Perista, Cardoso, Brázia *et al.* (2016) encontra-se, em Portugal, uma variedade de aspirações no que se refere ao número de filhos/as que os inquiridos/as desejam ter: “Não emerge qualquer consenso quanto à dimensão 'ideal' da família, existindo pessoas que, com uma, duas, três ou quatro crianças, afirmam estar plenamente satisfeitas com o seu caso específico” (Perista, Cardoso, Brázia *et al.*, 2016, p. 97). Com base na experiência adquirida nos primeiros anos de vida da/o filha/o, as pessoas apresentam diversos motivos para hesitarem na decisão de ter mais filhos/as ou adiarem o plano, respetivamente, precariedade de rendimentos, antevisão da dificuldade de conciliar o trabalho pago com a prestação de cuidados, e escassez de tempo.

Em Portugal, a tendência recente de valorização da parentalidade regista uma divergência face à trajetória conhecida. O último inquérito à fecundidade (INE, 2019) traduz uma

diminuição da importância atribuída a este valor. Registe-se que das pessoas inquiridas, 55,1% das mulheres e 47,3% dos homens manifestaram a intenção de não ter ou ter mais filhos. Perto de 10% das pessoas, (8,4% das mulheres e 11,0% dos homens, 9,7% no total) não tinham nem tencionavam ter filhos. Os principais motivos assinalados foram a vontade própria e o facto de a maternidade ou paternidade não fazerem parte do seu projeto de vida.

Segundo a análise de Koslowski, Blum, Dobrotic *et al.*, (2020) estima-se que tenha ocorrido uma ligeira redução nascimento em relação a 2018, mas que não altera a tendência os três anos anteriores, 87.020 em 2018, 86.154 nascimento, em 2017, e 87.126, em 2016. A taxa de Portugal continua, assim, a ser a mais baixa de todos os países da União Europeia e o crescimento verificado depois da crise 2010, em que os nascimentos tiveram uma quebra muito acentuada de 101,301, em 2010 para 82. 367 nascimentos em 2014, é insuficiente para permitir o equilíbrio demográfico.

2. A construção da parentalidade e o sentido de individualização em tempos de incerteza na sociedade de risco

A modernidade reflexiva confronta-se com uma crise das identidades sexuadas que aumenta os desafios identitários da família, com implicações na parentalidade e na conjugalidade, em que a construção das identidades é simultaneamente um assunto privado e público (Dubar, 2005). A parentalidade acontece num tempo marcado pela incerteza e por profundas transformações na sociedade, em que: "As ameaças e perigos são emanados da reflexividade da modernidade" (Giddens, 2002a, p. 70).

As perspetivas sobre a sociedade de risco defendidas por Beck (2002) apresentam as contradições e ambivalências que coexistem na mudança dos papéis de género e na dinâmica de individualização numa sociedade fragmentária. Por um lado, os filhos surgem como a antítese das exigências dessa sociedade. Por outro lado, como a síntese no processo de ruturas que a modernidade comporta, constituindo-se como a última relação primária estável: "O facto de os laços entre adultos, por exemplo na família, se terem fragilizado e fragmentado, reforça a tendência para depositar na criança a expectativa do vínculo estável que-dura-para-sempre" (Almeida, 2011, p. 143).

O processo de individuação é entendida por Beck (2015 [2007]) como um paradoxo da sociedade de risco. Por um lado, a expressão da individualização na vida quotidiana traduz-se na responsabilização do sujeito pelas suas decisões num contexto em que não tem acesso a informações claras e objetivas sobre o objeto da sua escolha: “As pessoas são deixadas a si próprias: *desenraizamento sem enraizamento* – é a fórmula irónica e trágica para esta dimensão de individualização na sociedade de risco mundial”. Por outro lado, o mesmo sujeito tem de confiar num sistema de peritos que, por sua vez, também não dominam o saber perante o desconhecido, assim, o sujeito: “(...) [P]ara o qual as ameaças intangíveis da civilização são impercetíveis (...) [É] deixado a si próprio, e não está em posição de escapar ao poder da definição do sistema de peritos, em cuja avaliação não pode interferir, mas tem de confiar” (Beck, 2015 [2007], p. 110).

“A vida na sociedade de risco mundial significa viver com um não-conhecimento insuperável, mais precisamente, na simultaneidade da ameaça e do desconhecimento e dos paradoxos e dilemas políticos, sociais e morais daí resultantes. A necessidade e a premência de ter de tomar decisões sobre a vida e a morte juntam-se ao desconhecimento em consequência da globalidade da ameaça” (Beck, 2015 [2007], p. 217).

Esse paradoxo é ampliado por uma outra dimensão da sociedade de risco, designadamente, o poder da comunicação digital no processo de metamorfose de diferentes dimensões da realidade “Hoje já não existe fora ou dentro. O quadro de referência da comunicação já não é esta ou aquela nação – a situação da comunicação é da humanidade como um todo (...). [E]stão a formar-se novas paisagens da comunicação global” (Beck, 2017, p. 164)¹⁶. Esta tese leva-nos a refletir sobre os seus efeitos na construção subjetiva da parentalidade. É particularmente importante num tempo pautado por uma cultura de peritos que não se restringe ao campo do saber científico, é transversal à sociedade, à generalidade dos papéis sociais, refletindo-se nas expectativas sobre o exercício de uma parentalidade responsável: “Ser uma boa mãe é uma invenção da modernização” (Shorter, 1995 [1975], p. 183). No entanto, se por um lado, se coloca uma

¹⁶ Nessa dinâmica de desenvolvimento tecnológico, o autor refere um campo invisível que atua como produtor de “sujeitos metamorfoseados”, decorrente dos efeitos secundários do processo de metamorfose digital: “Tem que ver com humanos digitais, cuja existência metamorfoseada põe em causa algumas categorias sociais tradicionais, como o estatuto, a identidade social, a coletividade e a individualização” (Beck, 2017, p. 185).

exigência especial no desempenho das competências parentais, por outro lado, gera-se maior insegurança: “Em vez da tradicional e exclusiva transmissão da sabedoria familiar via materna, os pais usam uma multiplicidade de vozes que muitas vezes apontam em direções contraditórias” (Portugal, 2014, p. 98).

A afirmação de novas subjetividades apresenta-se como o resultado da ação individual dos sujeitos, mas também de complexas interações onde se cruzam o tempo individual e o tempo social. Os processos de aprendizagem subjacentes à sua segurança ontológica devem ser compreendidos: "Na continuidade da sua autoidentidade pessoal e na constância dos seus ambientes sociais e materiais envolventes" (Giddens, 2002b, p. 64). Os jovens na fase de iniciar uma carreira profissional e formar família confrontam-se com muitas transições importantes num curto espaço de tempo, conduzindo à “hora de ponta da vida”, especialmente as mulheres que continuam a ser as principais cuidadoras (Rupp *et al.* 2011). As novas gerações para além de terem de lutar contra um clima de incerteza económica e social têm ainda de lidar com um processo contínuo de negociação entre o tempo biográfico individual e a rápida aceleração do tempo imposta pelos ritmos coletivos que nem sempre é possível sincronizar, conduzindo a que um tempo biográfico central como é a maternidade, marcado pelo ritmo do corpo, seja apenas parcialmente negociado (Leccardi, 2012; Leccardi & Ruspini, 2006) e se transforme num projeto constantemente adiado, perdendo a oportunidade de se concretizar.

Uma das questões mais pertinentes é, pois, saber como é que os diferentes tipos de incerteza influenciam as decisões dos homens e das mulheres e que diferenças existem entre si no que se refere, concretamente, ao adiamento da parentalidade (Sokotka, 2004). Num tempo em que o processo de individualização é mais intenso importa saber como é que os jovens, homens e mulheres, ao longo do seu curso de vida negociem consigo próprios a transição para a parentalidade e a sua experiência enquanto pais e as mães. Nesta reflexão há uma informação que pode ser particularmente importante, a idade de emancipação dos jovens adultos em relação à sua saída de casa dos pais. Segundo dados do Eurostat (2021), em 2019, os jovens da UE-27, em média, deixaram a casa dos pais depois dos 27,1 anos no caso dos homens e depois dos 25,2 anos no caso das mulheres. A idade de entrada na conjugalidade é outro dado significativo para esta análise. Em 2018, a idade média das mulheres para casar pela primeira vez variou de 26,5 anos na Eslováquia até 34,0 anos na Suécia. Para os homens, regista-se uma variação entre 29,2

anos e 36,7 anos, com a Eslováquia e a Suécia novamente a registarem as idades médias mais baixas e mais altas respetivamente.

3. O desafio da parentalidade e a criança sujeito de direitos

A importância do estudo da parentalidade é transmitida a partir da voz da própria criança quando na comemoração dos 70 anos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, em 1948, alunos/as de 8 anos dão respostas tão expressivas à seguinte pergunta: “Qual é, para ti, o direito mais importante? (...) “[O] direito à família” ou variantes (“o direito a proteger a família”, “o direito a ter família e ter amor”, “o direito a ter família para amar e ser feliz” (Santo, 2021 p. 134).

A importância que as crianças atribuem à família é acompanhada do sentimento de valorização dos filhos, o qual decorre de um paradigma da infância que deixa de olhar a criança como um sujeito totalmente dependente e imaturo para a entender como: “Sujeito com competências para produzir ativamente o seu quotidiano [assim] a própria representação da maternidade contemporânea deverá (...) descobrir (...) a mãe coprodutora de infância e parceira da criança no processo educativo” (Almeida, 2009, p. 42), na perspetiva das tarefas de socialização e de cuidar continuarem a ser maioritariamente desempenhadas por mulheres (ibidem, 2009). No entanto, se considerarmos a tendência que se tem vindo a registar de maior participação dos pais na tarefa de cuidar das crianças, esta questão também se coloca ao pai. Sendo certo que constitui mais um desafio à família moderna: “Os pais vêm a criança não como um recetáculo, uma massa virgem e maleável, na qual pudessem ser gravados os grandes princípios da moral, mas sim como um indivíduo digno de respeito, um parceiro com o qual é preciso negociar” (Singly, 2000, p. 151).

A mudança de paradigma em relação à infância é expressa na obra de Danzelot (1980)

“Os antigos pais tinham, evidentemente, ambições em relação aos seus filhos, mas as suas motivações eram bastante primárias e, suas especulações, inteiramente francas. Eles ofereciam aos seus filhos uma educação com o objetivo de vê-los elevar-se na escala social e, e fosse o caso, para serem mantidos por eles decentemente quando chegasse a hora. Conservavam preciosamente o controle

sobre as suas filhas a fim e ordenar as suas alianças e controlar o futuro do seu património” (Danzelot, 1980, p. 172).

O autor relaciona a mudança de paradigma à função de subsistência da família que era atribuída aos/às filhos/as, quando os direitos sociais adquiriram expressão, sobretudo ao nível da proteção social no trabalho, diminuindo a sua dependência económica dos filhos adultos: “Para os novos pais, que têm direito à aposentadoria e à pensão complementar, (...) [n]ão há mais muito sentido em considerar os filhos como futuras bengalas da velhice ou instrumentos de ambições precisas” (Danzelot, 1980, p. 172). Neste debate sobre a construção da parentalidade, Almeida (2009) refere que o sentimento da infância é uma invenção histórica da modernidade do ocidente europeu. A evolução na representação social da criança acompanha o movimento de privatização e sentimentalização da vida familiar desencadeado pela burguesia nas cidades industriais. A criança perdeu muitas das funções que tinha tradicionalmente, nomeadamente as funções: económica; assistencial; linhagem; religiosa, e estatutária e que traduziam a diversidade de expectativas que a família depositava na sua existência (Cunha, 2007).

Entendida como construção social, fruto do tempo e do espaço, a criança acaba por adquirir um estatuto próprio, passando a ser reconhecida como sujeito autónomo diferente do adulto. No que se refere ao processo de construção social da criança sujeito-de-direitos, Fernandes (2009) defende que é indispensável uma sociologia da infância que não seja contemplativa dos mundos sociais e culturais das crianças, mas sim implicada com a mudança das condições de vida deste grupo social. Esta tese representa um novo um olhar teórico emancipador que rompe com o paradigma tradicional em que “a investigação adultocêntrica” silencia as crianças, tal como a investigação sob dominação masculina silencia as mulheres” (Almeida, 2009, p. 68).

A reflexão sobre as dinâmicas que envolvem a individualização da criança implica um outro olhar, um reposicionamento do debate que inclua os efeitos dos avanços na tecnologia da saúde. Neste campo convoca-se a perspetiva de Beck (2017) sobre a metamorfose do mundo¹⁷. Na sua tese realça-se a metamorfose silenciosa da vida humana e da representação social, através da tecnologia médica e concretizada na

¹⁷ Beck precisa a sua tese: “Na minha perspetiva não se pode dizer que tudo seja uma metamorfose do mundo. Pelo contrário, estamos aqui a olhar a presença simultânea, para o entrelaçar da mudança social e política com todos os seus movimentos compensatórios. Estou preocupado não com o presente na totalidade, mas com o que é novo na nossa realidade presente” (Beck, 2017, p. 33).

possibilidade de fecundação *in vitro*, uma área em que o mundo cosmopolitizado não conhece fronteiras e oferece diversas possibilidades de procriação. A nova tecnologia é apresentada como um recurso fundamental nessa metamorfose, mobilizando diversos atores e desafiando a decisão política numa matéria estruturante como as questões do direito à vida e à dignidade da vida humana Beck (2017). Trata-se de um processo que entende ir para além de uma mudança política, deliberada e normativa, é uma transformação profunda¹⁸ em diferentes campos que abrem espaço ao desconhecido. Esta mudança, tanto contém um potencial para acentuar os riscos, como tem a possibilidade de um “catastrofismo emancipatório”.

4. As vivências na parentalidade: quem cuida das crianças

A mudança sobre a representação social dos papéis de gênero na parentalidade é outra dimensão a considerar nesta abordagem. Gameiro sustenta que as divergências na forma como a mulher representa o papel de mãe e o homem o papel de pai começa na gravidez, com um envolvimento maior da mulher no papel maternal: "O homem interessa-se pelo que se está a passar, mas tem alguma dificuldade em encontrar o seu lugar neste novo filme" (Gameiro, 2004, p. 39). Na perspetiva dos filhos/as, o pai assume menos um papel de cuidador e mais um papel lúdico de bem-estar: “Quando se pergunta às crianças ou adolescentes qual é o papel do pai e da mãe, a proximidade da mãe continua a ser maior, o pai é visto como o companheiro de brincadeiras.” (Sampaio, 2008, p. 205). Todavia, trata-se de um traço cultural que não encontra adesão no mundo da criança. A figura primária de apego não tem necessariamente de ser a mãe, pode ser o pai ou um outro cuidador, desde que construa uma interação securizante com o bebé (Stern, 2000). Dito de outra forma, o bebé tem a capacidade de ser "bilingue" e de integrar, desde o nascimento, tanto a figura materna como paterna ou ambas.

¹⁸ A reflexão sobre a construção da parentalidade numa época marcada pelo processo de individualização implica refletir sobre novas categorias sociais que estão a emergir decorrentes dos avanços da tecnologia: “Isto dá origem (independentemente das intenções e do entendimento dos médicos especialistas em reprodução) a opções historicamente novas e até então desconhecidas, e também a categorias sociais, da maternidade e paternidade: «mãe sociais», que «encomendam» e «compram» um filho; «doadores de esperma» e «de doadoras de ovos» que vendem os «materiais» biológicos para «fazer» um filho; «mães substitutas» que carregam a criança; «mães sem pai»; «pais sem mãe», mulheres «grávidas» após a menopausa; «pais homossexuais»; «mães lésbicas»; mães e pais cujos parceiros estão mortos (há muitos); avós que têm um neto concebido após a morte do filho ou da filha; e assim por diante” (Beck, 2017, p. 41-42).

Almeida considera que existem sinais relevantes de mudança no quotidiano da criança: "O pai, mais rigidamente vinculado ao tradicional papel profissional e de exterioridade doméstica, mas cuja exigência de envolvimento no universo dos afetos e da infância se começa a fazer notar" (Almeida, 2009, p. 113). Wall, Aboim e Marinho (2010) ao estudarem como é que homens que vivem em casal e têm filhos, constroem a sua identidade e papel como pais, referem a importância destas duas dimensões serem analisadas no contexto das dinâmicas familiares, respetivamente em função das interações e eventos familiares, divisões de género do trabalho, tensões entre este e família, investimentos diferenciados, do homem e a mulher, na vida pública e privada. De acordo com as formas de interação na modernidade conjugal ¹⁹, os resultados do estudo também indicam que são as famílias "companheiristas" que mais "encorajam uma paternidade conjunta, em que ambos os cônjuges colocam as crianças e a família em primeiro lugar e, apoiando-se mutuamente, partilham todas as tarefas: as do provedor, as dos cuidados e as domésticas." (Wall, Aboim e Marinho, 2010, p. 330). Como referem as autoras, observa-se um processo de negociação de velhas e novas identidades e práticas, por parte dos pais.

A forma como os papéis de género estão a mudar, em Portugal, no que se refere ao cuidado às crianças, tem sido objeto de particular atenção, como nos indica a revisão da literatura. A dimensão tempo é um dos sinais dessa mudança e encontra-se particularmente refletida no estudo de Perista, Cardoso, Brázia *et al.* (2016) ao analisar as condições e as práticas do exercício da maternidade e da paternidade, num projeto mais amplo que incidia sobre o uso do tempo de mulheres e de homens em Portugal, no que se referia essencialmente ao trabalho pago e ao trabalho não pago. A análise retrata, na maioria, de agregados domésticos com um/a filho/a único (crianças dos 0 aos 15 anos), em 26,5% dos casos o número de crianças é dois e em 6,5% é três ou mais. Os agregados são predominantemente constituídos por um casal com um/a ou mais filhos/a, um terço do total tem apenas um/a filho/a, as famílias complexas (várias gerações numa mesma família) constituem 17, 7% dos agregados e 11,5 são famílias monoparentais em que a mulher é a cuidadora.

As mães surgem como as principais cuidadoras: "disponibilidade que mantêm para a família e para o trabalho está longe de ser distribuída de forma simétrica. As dificuldades de articulação, sentidas tanto por homens como por mulheres, dão origem a uma tendência

¹⁹ Para um conhecimento mais aprofundado desta tipologia veja-se Wall, Aboim e Marinho (2010).

(...) para a especialização de papéis”. A transição para a parentalidade surge associada a um reforço das assimetrias de género, num quadro em que ambos os elementos do casal continuam a trabalhar a tempo inteiro. Os estudos indicam que Portugal representa uma situação singular no contexto dos 28 países europeus: é o país em que as mulheres têm uma maior participação no mercado de trabalho. Em 2019, a taxa de emprego feminina era de 67.6% e a taxa dos homens era de 73.6 %, enquanto nos outros países europeus a diferença entre estas taxas nunca foi menos de 10%, 64.1% para as mulheres e 74.45 para os homens (Marques, Casaca, Arcanjo, 2021). A este propósito, refira-se a persistência desta tendência através do estudo realizado por Glaser, Price, Monteserrat *et al.* (2013), em 11 países europeus: “Portugal, em particular apresenta a mais elevada percentagem de mães com filhos com idades inferiores aos seis anos que trabalham a tempo inteiro. Adicionalmente, nestes países as mães que trabalham fazem-no frequentemente durante mais de 40 horas por semana” (Glaser, Price, Monteserrat *et al.*, p.13), os países a que se refere, neste caso, são Espanha, Itália e Roménia.

O estudo de Cunha e Atalaia (2019) sobre a divisão de género no trabalho em 18 países da União Europeia classificou os países segundo seis padrões (clusters), o primeiro é constituído pela Suécia, Dinamarca, França e Portugal, países em que se regista uma baixa desigualdade de género ao nível da participação dos homens e das mulheres no mercado de trabalho. Como nota este estudo, no caso de Portugal, a igualdade decorre da transição para a democracia que empurrou as mulheres para o mercado de trabalho num contexto social de dificuldades económicas. O estudo também indica que ao nível do trabalho não remunerado, o trabalho de cuidar é o domínio onde são mais visíveis as tendências de mudanças na masculinidade. Todavia, a par desta mudança persiste uma atitude de desigualdade de género na sociedade. Refira-se a este propósito que: “a prestação de cuidados a crianças é assegurada, com frequência, em simultâneo à realização de tarefas domésticas. (...) [s]ão muito mais as mulheres que declaram atender ao mesmo tempo a solicitações dessas duas variantes do trabalho não pago” (Perista, Cardoso, Brázia *et al.*, 2016, p. 113).

Não obstante se observar essa mudança, a questão de género continua presente na vida privada e, concretamente, nas práticas de cuidar das crianças. Segundo o estudo de Marques, Casaca e Arcanjo (2021), o nível de participação das mulheres no mercado de trabalho não se altera com a transição para a maternidade, contrariamente aos outros países da União. Este facto reflete-se negativamente na conciliação entre a vida familiar

e a vida profissional, uma vez, que é a mulher é a principal cuidadora dos/as filhos/as, com especial incidência nos primeiros meses de vida, fase em que o pai tende a assumir o papel de provedor e de auxiliar na prestação de cuidados (Perista, Cardoso, Brázia *et al.*, 2016). De acordo com este estudo, a questão prende-se com a curta duração da licença parental exclusiva do pai e com configuração das licenças, tanto para as mulheres como para os homens que participaram no estudo, é consensual que esta questão contribui para a sobrecarga das mulheres.

Acresce que as entrevistas realizadas revelam que as empresas tendem a colocar maiores entraves ao pai do que à mãe, no que se refere à prestação de cuidados nos primeiros meses de vida das crianças. É atribuído um papel importante às empresas no que se refere a uma maior participação do pai na vida privada, a mudança implicaria: “(...)uma diminuição das exigências profissionais que recaem sobre o homem. Por motivos associados à natureza da sua atividade profissional ou às políticas e práticas da sua entidade empregadora (...) [d]efendendo a repartição equitativa do trabalho de cuidado como o modelo” (Perista, Cardoso, Brázia *et al.*, 2016, p. 104) que consideram ideal. Por sua vez, as mulheres consideram que as responsabilidades familiares as impedem de dedicar o tempo necessário ao trabalho pago. Existe assim, um círculo vicioso que só poderá ser quebrado com legislação que leve ao efetivo cumprimentos de práticas de igualdade no mercado de trabalho. Ainda sobre a feminização dos cuidados, refira-se que são mulheres, quer no papel de mãe, quer de cuidadoras na rede formal e informal, que asseguram este trabalho.

Relativamente ao apoio da rede informal, tanto pode ser prestado por familiares ou amigos/as da família, e tende a surgir de forma ocasional. Quando exercido de forma regular é “reiteradamente a avó da criança a surgir como primeira fonte de assistência e figura de sobre aviso na retaguarda da atividade familiar” (Perista, Cardoso, Brázia *et al.*, 2016, p. 104). Num estudo sobre a prestação de cuidados pelos avós na Europa pode ler-se: “Em toda a Europa, os avós estão a desempenhar um papel importante (...) [o]nde as estruturas formais de acolhimento de crianças são limitadas e as prestações sociais (...) [n]ão são generosas, (...) [o]avós estão a prestar elevados níveis de cuidados” (Glaser, Price, Monteserrat *et al.*, 2013, p.15). E acrescenta que, nos países em que as mães trabalham a tempo inteiro, os avós atuam como “um exército de reserva” na prestação de cuidados. Na sociedade contemporânea, marcada por uma visão de desfragmentação das redes familiares de solidariedade, observa-se que existe uma teia de laços familiares

“invisíveis” que continua a estar latente e a revelar o seu potencial, sobretudo nas famílias com filhos.

Nos anos 90 autores como Kellerhals e a sua equipa, vieram demonstrar a vitalidade das relações de parentesco, contrariando as teses sobre o isolamento da família nuclear e a perda de importância da família alargada que caracterizam as sociedades desenvolvidas (Vasconcelos, 2005). Efetivamente as investigações demonstram que as redes de pessoas e, em particular, as solidariedades familiares são um suporte importante para a economia das famílias, nas suas vidas quotidianas e trajetórias sociais (Vasconcelos, 2005). A cartografia das redes sociais de apoio, em particular as redes de parentesco, é definida pelo apoio de familiares, mas também por redes de trocas de bens onde se destacam as ajudas em espécie e serviços, como seja a guarda das crianças, entre outras ajudas (Vasconcelos, 2005). Refira-se que, na área da parentalidade, os estudos sobre as redes de apoio têm-se debruçado sobre as características estruturais da rede formal e informal dos pais, respetivamente número de contactos com membros da rede, a perceção dos pais de que existe apoio adequado disponível, e o apoio que os pais de facto recebem (Pereira, 2003). Por sua vez, segundo a tipologia das redes, estes apoios estão associados às redes primárias, formadas por laços de afinidade informal entre as pessoas e onde cabe o apoio dos avós, atrás referido, e a redes secundárias, de natureza formal, que têm essencialmente objetivos funcionais e estão associadas a organizações ou instituições (Guadalupe, 2010), constituindo a rede de equipamentos a que os pais também recorrem, mas que está dependente de condicionalismo diversos.

As autoras referem que na maioria dos agregados com filhos/as com menos de três anos, são as pessoas do respetivo agregado que cuidam das crianças, principalmente em família cujos rendimentos se situam abaixo do limiar da pobreza (340 euros), o recurso a serviços ou equipamentos (amas ou creche), públicos ou privados, verifica-se em 34,9% dos casos de crianças. A rede informal (não paga) também garante os cuidados em 10% dos casos. Assim, o estudo também esclarece a relação que existe entre a mobilização das redes sociais e a classe social do agregado familiar. Por exemplo, são os agregados com rendimentos mais elevados que recorrem ao cuidado pago de crianças com menos de três anos, nos agregados com rendimentos mais baixos os apoios ao trabalho de cuidado serão mais facilmente acionados dentro do próprio agregado. É também nos agregados cujos rendimentos se situam abaixo do limiar de pobreza que é mais frequente a coabitação de várias gerações de uma mesma família. Padrões semelhantes verificam-se, embora de

forma mais vinculada, quando consideramos as crianças com três ou mais anos. O recurso a equipamentos ou a uma pessoa paga aparenta ser um privilégio cujo usufruto aumenta de acordo com o rendimento do agregado, enquanto as soluções que passam pelo próprio agregado doméstico imperam nos escalões de menor rendimento. No entanto, as opções sobre o que seria a situação ideal no quotidiano das crianças, não são apenas frequentemente constrangidas por limitações económicas, mas também pelas circunstâncias e exigências do trabalho pago.

O estudo realizado por Perista, Cardoso, Brâzia *et al.* (2016) ilustra o que a teoria sobre redes sociais e sociabilidade aponta há muito: “a associação entre classe social ou capitais escolares e volume de entreaajuda pode igualmente ser verificada olhando para os diferentes tipos de ajudas quotidianas atuais e de grandes ajudas ao longo do ciclo de vida familiar” (Vasconcelos, 2002, p. 528). Pensar a parentalidade a partir das sociabilidades e das redes de apoio, implica debruçarmo-nos sobre classe social, uma vez, que aquilo que “os agentes individuais pensam, dizem e fazem depende em grande medida – embora não exclusivamente, nem sempre do mesmo modo ou com a mesma intensidade – de um conjunto de propriedades sociais que os caracterizam e que os situam” (Dias, 2004, p. 229).

O estudo também esclarece que a mobilização das redes sociais está associada à classe social do agregado familiar. Por exemplo, são os agregados com rendimentos mais elevados que recorrem ao cuidado pago de crianças com menos de três anos, nos agregados com rendimentos mais baixos os apoios ao trabalho de cuidado serão mais facilmente acionados dentro do próprio agregado. É também nos agregados cujos rendimentos se situam abaixo do limiar de pobreza que é mais frequente a coabitação de várias gerações de uma mesma família. Padrões semelhantes verificam-se, embora de forma mais vinculada, quando consideramos as crianças com três ou mais anos. O recurso a equipamentos ou a uma pessoa paga aparenta ser um privilégio cujo usufruto aumenta de acordo com o rendimento do agregado, enquanto as soluções que passam pelo próprio agregado doméstico imperam nos escalões de menor rendimento. No entanto, as opções sobre o que seria a situação ideal no quotidiano das crianças, não são apenas frequentemente constrangidas por limitações económicas, mas também pelas circunstâncias e exigências do trabalho pago.

Perista, Cardoso, Brâzia. *et al.* (2016) ilustram, assim, o que a teoria sobre redes sociais e sociabilidade aponta há muito: “a associação entre classe social ou capitais escolares e

volume de entajuda pode igualmente ser verificada olhando para os diferentes tipos de ajudas quotidianas atuais e de grandes ajudas ao longo do ciclo de vida familiar” (Vasconcelos, 2002, p. 528). Pensar a parentalidade a partir das sociabilidades e das redes de apoio, implica debruçarmo-nos sobre classe social, uma vez, que aquilo que “os agentes individuais pensam, dizem e fazem depende em grande medida – embora não exclusivamente, nem sempre do mesmo modo ou com a mesma intensidade – de um conjunto de propriedades sociais que os caracterizam e que os situam” (Dias, 2004, p. 229).

Independentemente do ângulo de análise, a mulher continua a surgir como a principal cuidadora, observando-se uma tendência de maior participação do pai como cuidador dos/as filhos/as. Nesta perspetiva, o Livro Branco “Homens e Igualdade de Género em Portugal” (2016), entre as suas recomendações encontra-se a necessidade de socializar e educar precocemente para a igualdade e género para o valor do cuidar masculino.

5. Promoção da parentalidade: equilíbrios entre escolhas individuais e sociais

A orientação teórica de Sen (2017) é um contributo importante para a reflexividade sobre a promoção e suporte à parentalidade, respetivamente a abordagem da capacitação e da escolha coletiva no Estado Social. Segundo o autor, “A teoria da escolha social pode ser vista como a procura da reflexão crítica ao lidarmos com a decisão em grupo, incluindo a avaliação agregativa da vida das pessoas que constituem o grupo” (Sen, 2017, p.525). O desafio teórico da atualidade, à luz da abordagem da capacitação, consiste em assumir a educação como uma prioridade, trave-mestra das escolhas sociais, nos campos coletivo e individual. Neste processo, a política de educação desempenha um papel estruturante na capacitação dos sujeitos para que a parentalidade seja naturalizada como dimensão integrante da sociedade de risco, no presente e no futuro, num tempo em que se vive uma irreversível “metamorfose do mundo”, na expressão de Beck (2017). Esta visão convoca necessariamente o papel do Estado na construção da parentalidade, no seu rumo no futuro, tanto na educação e na educação como no seu potencial para a mudança de paradigma cultural. Aqui os sistemas políticos têm de assumir o papel do escritor da obra.

Às políticas públicas pode não lhes ser atribuído o poder de erradicar os efeitos macrossistémicos da economia global e de contribuírem para uma transformação do

paradigma socioeconómico, mas têm potencial para contrariarem o efeito travão sobre a natalidade. O sentido da parentalidade está inscrito numa realidade ecossistémica (Bronfenbrenner, 1994) a que não pode fugir e a vida privada e a vida pública das famílias são duas faces da mesma realidade, independentemente das perspetivas teóricas sobre o ângulo de abertura que podem ter. O desafio é evoluir para o investimento público na diversidade garantindo a equidade, numa sociedade complexa, em que os novos caminhos se abrem a uma velocidade incontrolável, nomeadamente com a revolução tecnológica: “Efetivamente, hoje, de uma forma sem paralelo em nenhum outro momento da história da humanidade, as sociedades movem-se ao sabor e ao ritmo da inovação tecnológica aliada ao mercado e é este o fator fundamental de produção de riqueza pelas economias” (Amaro, 2012, p.30). O Livro Verde sobre o Futuro do Trabalho defende a importância de integrar diversas mudanças na reflexão sobre o mundo do trabalho: “As alterações das dinâmicas sociais e familiares, a crescente individualização e o desenvolvimento de formas complexas de identidade, os novos padrões de consumo e preferências cada vez mais personalizadas são exemplos de mudanças sociais e culturais a ter em conta” (Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, 2021, p.16).

Perante essa realidade a política de família terá de contemplar a pluralidade de situações e o investimento na individualização, tanto a nível familiar como pessoal (Leandro, 2001), “A capacidade de planeamento a longo e médio prazo, as interrelações, a noção de responsabilidade social, a solidariedade e os laços transforma-se com consequência para cada indivíduos e para a forma como se situa em sociedade” (Amaro, 2012, p.30). Num cenário de discontinuidades e risco é necessário agilidade e permeabilidade política para desenhar uma linha que promova estabilidade e segurança na promoção e suporte à parentalidade. O papel da família no bem-estar dos sujeitos e no desenvolvimento humano é objeto de amplos consensos, trata-se pois de promover a conciliação vida privada-parentalidade com a vida social na incerteza, um mundo exterior desafiante e hostil. A Pandemia-Covid 19 tem sido um teste à resiliência dos Estados, mas também à resiliência da parentalidade, à importância das relações pais-filhos no desenvolvimento saudável da criança e do jovem. Esta pandemia não deixa de ter também o efeito de demonstrar a uma escala global, os graves desafios com que o sujeito, na sua singularidade individual e coletiva, se confronta num tempo preenchido por quotidianos invisíveis, em microcosmos com conexões entre diferentes áreas da sociedade. Na

parentalidade adquiriram maior visibilidade as estreitas inter-relações entre a esfera do trabalho, a educação, a habitação, o urbanismo, a saúde e a segurança social, entre outras.

Assim, as profundas mudanças nas sociedades contemporâneas levam a que os estilos de vida cada vez menos se conformem à norma social e à institucionalização, baseando-se nos valores e escolhas individuais dos atores (Beck & Beck-Gernsheim, 2001). Beck (2002) defende que a tensão gerada em torno da autonomia da biografia individual e da família resolve-se superando a ideia de família unitária para dar lugar à ideia de famílias que oscilam de acordo com as fases da vida, no quadro de um amplo pluralismo biográfico de formas de vida. Duas décadas depois, Beck (2017) concretiza a sua tese através da lente da metamorfose do mundo que revela as dinâmicas que existem no domínio da parentalidade na sociedade atual. A reflexão sobre a diversidade de formas de famílias e amplitude de estilos de vida, não nos deve fazer perder de vista que todos estão interligados por uma complexa rede de relações de vinculação, com laços de pertença a diversos contextos sociais.

Isso significa que, cada vez mais, é importante equacionar diferentes formas de promover o suporte à parentalidade, controlando os efeitos secundários da resposta à família, em sentido amplo. Por um lado, é importante acautelar o risco de potenciar entropia externa no sistema familiar através de medidas normativas, homogêneas, com pouca flexibilidade e potencial de escolha. Por outro lado, a decisão de entrada na parentalidade ou de ter mais do que um filho, está relacionada com a oportunidade de antevisão do grau de suporte à parentalidade por parte do Estado. Como foi anteriormente referido, é da combinação inovadora destas questões que vão resultar políticas de família sustentáveis. O Estado confronta-se com os efeitos que a mudança tem para o próprio indivíduo, o que torna a inovação política um tema emergente da atualidade. E será tanto maior a inovação, quanto mais se desenvolver um pensamento complexo sobre o ecossistema de vida das famílias com filhos, ao nível do microsistema, mesossistema (interpelação entre os contextos em que a família e cada um dos seus elementos participa (família alargada, amigos, vizinhos, escola, emprego etc.), exossistema (contextos em que a pessoas não participa, mas que afetam ou são afetados por si) e macrosistema.

Nessa dinâmica, a reflexão pública implica um conhecimento cada vez mais aprofundado sobre a diversidade de dinâmicas na parentalidade, só o reconhecimento da liberdade e das capacidades humanas pode potenciar a escolha coletiva e o bem-estar social (Sen,

2017). Trata-se de desenhar os retratos de vida de mães e pais, de estudar os cursos de vida na parentalidade e, assim, contribuir para estimular o debate teórico e político. Sen (2017) defende que: “(...) [N]em todas as questões de justiça decisional podem ser resolvidas por um pensamento consensual sobre os valores, também é crucial reconhecer que muitas dessas questões podem ser auxiliadas por um debate público vigoroso levando a uma ordenação parcial consensual” (Sen, 2017, p. 542).

Considera-se, assim, que a abordagem da capacitação de Sen (2017) é um contributo teórico para este debate. O autor introduz uma perspectiva desde logo pelo lado de construção da parentalidade como condição de desenvolvimento humano e de rutura com possíveis trajetórias adaptativas de famílias em situação de maior vulnerabilidade socioeconómica ou de minorias, tanto de etnias, como de população migrante, e inclusive, à questão de género. O autor centra-se, sobretudo, nos factos e não tanto no desejo ou aspiração, em sentido estrito, uma vez, que o sujeito pode adaptar-se ao seu contexto de vida, ajustar-se à situação e até retirar prazer de circunstâncias adversas ao seu bem-estar. Assim, a sua premissa de base é a liberdade de escolha segundo uma base factual objetiva, não parte da perspectiva de carência da pessoa, da sua necessidade de satisfação de necessidades básicas, mas sim da “«Liberdade» de que os seres humanos podem desfrutar e têm motivos para valorizar” (Sen, 2017, p 68). Esta é a tese a partir a qual se devem estabelecer comparações interpessoais e conceber medidas que garantam o bem-estar individual, segundo as escolhas do sujeito.

O autor questiona o potencial da governação da maioria desenvolver políticas a uma resposta complexa que integra a diversidade de escolhas individuais e em que o regime democrático assume como princípio a extensão da incompletude das políticas. O que à partida compromete a perspectiva de as políticas permitirem, o mais possível, a liberdade de escolha do sujeito. A efetivação dos direitos, orientada pelos princípios das liberdades individuais e das livre-escolhas, fica comprometida pela perspectiva da regra da governação a partir da votação da maioria: “(...) [Q]uando se trata de economia de bem-estar social, a decisão da maioria não é uma forma particularmente justa, nem mesmo plausível de julgar as alternativas” (Sen, 2017, p.32).

CAPÍTULO II | *Parentalidade e políticas públicas em Portugal, num contexto global*

A abordagem à política de suporte à parentalidade, em Portugal, recomenda um olhar mais alargado sobre as tendências das políticas de família a um nível mais global. As investigadoras Javornik e Yerkes (2000) sustentam que as análises comparativas entre países continuam a enfrentar problemas sobre a concetualização das políticas de família e na sua tradução em indicadores mensuráveis. As autoras ressaltam, todavia, que a crescente disponibilidade e qualidade de dados, tem contribuído para melhorar a compreensão das semelhanças e diferenças nacionais na orientação das políticas familiares e sobre a forma como condicionam a vida das famílias e das crianças.

A análise da literatura científica sobre a política ou políticas de família, expressa a descontinuidade de quem sido objeto, ao longo dos tempos e territórios, a dispersão de temáticas que abrange e a fragilidade da identidade de políticas de apoio à parentalidade. As instâncias políticas reconhecem a importância de que se revestem como instrumento de coesão e justiça social, mas as medidas tendem a não acompanhar a pro consistência a política discursiva, nem o consenso político em torno do problema demográfico na Europa, nomeadamente, o impacto para o desenvolvimento da quebra acentuada da taxa de natalidade. Neste cenário importa compreender onde é que se situa a política de suporte à parentalidade.

Daly (2020) esclarece que o conceito de parentalidade começou a entrar na gíria das políticas públicas nos anos 70, ainda que na Suécia, antes dos anos 50, Gunnar e Alva Myrdal, já exercessem a sua advocacia para que a parentalidade fosse entendida como uma política com objetivos específicos. A autora sublinha a necessidade de clarificar a diferença entre as políticas de família orientadas para o bem-estar da família, como coletivo numa perspetiva ecológica, e as políticas de suporte à parentalidade focadas numa fase do seu curso de vida, concretamente nas condições e na forma como os pais cuidam das crianças, entre os 0 e os 18 de idade de acordo com o *standard* da Organização Mundial de Saúde. Na perspetiva da autora deve existir uma interligação entre uma política específica de apoio à parentalidade e a uma política global de família.

O mapeamento de Daly (2020) sobre o panorama no mundo global permite afirmar que é rara a região em que estas políticas ocupam um espaço específico, registrando-se a tendência de serem incorporadas em diferentes áreas políticas, nomeadamente políticas sociais e programas de proteção social que incluem apoios financeiros; proteção à criança; educação e primeira infância (0-3anos), e saúde. Contudo, a Jamaica posicionou-se para ocupar um lugar no pódio internacional quando, em 2012 o Governo constituiu uma Comissão Nacional de Suporte à Parentalidade, em que uma das funções é, precisamente, monitorizar e avaliar a implementação de uma política específica nesta área (Daly,2020). Na Europa, países como a Inglaterra e a Suécia apresentam uma tradição de investimento elevado no desenvolvimento de programas e serviços orientados, tanto para o suporte à família como à parentalidade e, mais recentemente, regista-se a adoção de uma política nacional de suporte à parentalidade. Através do estudo de Daly (2020) compreende-se que a autonomização dessa política, nomeadamente, em relação à política de família, continua a ser um processo embrionário no contexto europeu e internacional e, tal como defende, a reflexão sobre esta temática deve envolver atores de diferentes áreas devido aos saberes, interesses e tendências que mobiliza. Acrescentado que na investigação é fundamental ter noção que as políticas de suporte à parentalidade e à família, em sentido amplo, são um campo de uma diversidade assinalável, particularmente permeável a mudanças políticas e à inovação política.

Nessa linha de pensamento, veja-se o estudo comparativo de Kurowska e Javornik (2019) sobre as políticas de licença parental, baseado na abordagem da capacitação de Amartya Sen. A razão da escolha das autoras prende-se com a limitação que apontam aos estudos comparativos que têm sido desenvolvidos. Na sua perspetiva, estes não integram na análise da licença, de forma abrangente, o efeito que o contexto socioeconómico tem na forma como se efetivam os direitos sociais e, concretamente, condicionam as oportunidades reais dos pais e das mães. No sentido de compreenderem as oportunidades que efetivamente existem vão estudar 10 países, seguindo a orientação do estudo de Esping-Andersen sobre as características do Estado de bem-estar, que cria uma tipologia nos anos 90, em que identifica três modelos: neoliberal; corporativo e o Reino Unido e a Irlanda (incluídos no modelo liberal ou anglo-saxónico), a Alemanha e a França (modelo corporativo), Suécia e Finlândia (modelo escandinavo ou social-democrata). A estes modelos acrescentam outros dois, um deles inclui a Espanha e Itália (modelo mediterrâneo) e o outro a Polónia e a Eslovénia (modelo pós-socialista).

O estudo em causa é desenhado a partir do contexto macro sistémico, incluindo as diferenças culturais e socioeconómicas entre os países, considera variáveis como o género, as oportunidades de classe, e estabelece a relação entre as políticas e as desigualdades na oportunidade dos pais e mães terem liberdade para assumirem a capacidade de ser e fazer o que mais valorizam, "*value functionings*", ou seja, terem oportunidades reais para perseguir uma vida que têm razão para valorizar e desempenharem as funções que o papel parental exige e que valorizam. Nesta matéria as autoras definem um esquema ideal de licença parental, considerado como uma oportunidade estrutural para o exercício da parentalidade, respetivamente para um real envolvimento do pai e da mãe no cuidado à criança, na perspetiva da igualdade de género e de rendimento.

De acordo com o seu modelo concetual e o esquema ideal, as autoras definiram, assim, cinco indicadores para analisar a licença: a igualdade de tratamento, referindo-se à avaliação dos direitos sociais reforçados que garantam o acesso do pai e da mãe ao pagamento da licença e à sua partilha, sem discriminação de tempo; o acesso do pai a um financiamento viável não transferível da licença, em que o mínimo são três meses, a diretiva 92/85/EEC determina que as mães tenham direito a um mínimo de 14 semanas de licença de maternidade não transferível; a viabilidade financeira de uma licença transferível, por contraste com o indicador anterior, porque apesar do ideal ser o pagamento da licença a 100% ao pai e à mãe, esta situação é rara e as autoras assumem que a quebra do rendimento familiar é menor quando a licença é gozada pela mulher porque o salário médio/mês é mais baixo; igualdade na efetividade da taxa de substituição do rendimento do trabalho, sem que exista um limite máximo que desencoraje quem tem rendimentos mais elevados e, em particular, a mulher, e finalmente, a congruência entre o fim da licença e o acesso a respostas públicas de apoio que idealmente devem existir antes do tempo previsto na lei para o término da licença.

Os resultados do estudo, segundo a abordagem da capacitação, demonstram que os países apresentam diferentes níveis de oportunidades a nível estrutural, com reflexos na capacitação para a parentalidade e que as políticas não se encaixam perfeitamente nas tipologias de regimes do Estado de bem-estar social, apresentando semelhanças independentemente dos regimes. A Suécia é o país que mais se aproxima do sistema ideal, garantindo igualdade entre pai e mãe e a possibilidade da criança ser cuidadas por ambos, embora tenha como limitação a existência de um limite máximo a pagar pela licença

parental, o que atinge sobretudo as mulheres com rendimentos mais elevados. A Finlândia, a Eslovénia e a Alemanha aproximam-se da Suécia, mas com uma redução muito significativa do valor da licença não transferível para o pai e os serviços de cuidado às crianças também apresentam limitações, nomeadamente, a maioria das respostas serem a tempo parcial. Os outros países estudados não promovem reais oportunidades para os pais partilharem a licença. O Reino Unido é apontado como um caso interessante porque tratava de forma igual a mãe e o pai no que se refere à licença não transferível, mas criou um esquema político complexo para licença partilhada.

Na sequência do debate teórico e do enquadramento das políticas de parentalidade nos cenários internacional e europeu, importa compreender a evolução do Estado Social e da efetivação das políticas de apoio à parentalidade, em Portugal. Refira-se que a União Europeia tem competências para legislar nas áreas do emprego e da igualdade de género, colocando nas últimas décadas um enfoque especial nesta área e na promoção do emprego feminino. No entanto, não obstante as recomendações emanadas do Conselho da Europa as competências em matéria de políticas de família são limitadas (Wall, 2013) e (Oláh, 2015). Enquanto o apoio à parentalidade não for assumido como uma das políticas da UE, continuará a surgir de forma implícita nos discursos e na política da União ou ainda que seja nomeado, são raros os campos em que existem medidas coerentes, com metas específicas, como aconteceu com a Estratégia de Lisboa, ao colocar especial ênfase no combate à pobreza infantil e às famílias, e com a Estratégia Europa 2020, em que o apoio à parentalidade é subsidiário da orientação relativa à redução do abandono escolar e do combate à pobreza e promoção da inclusão social.

Em Portugal, as características do Estado inscrevem-se na tradição do que Santos (2001) defende ser um “Semi-Estado-Providência-Português”. Concebido no quadro de um período ditatorial longo, marcado pela tendência centralista, emerge um Estado com fracos recursos, pouca maturidade institucional e administrativa, com uma ação supletiva em relação ao papel assistencial assumido pela Igreja Católica, e num país em que emerge uma sociedade civil secundária, regulada pelo Estado. Neste contexto, a solidariedade familiar e informal tem historicamente assumido um papel que, ainda de forma precária, permite compensar as limitações do Estado de Bem Estar, em Portugal (Branco, 2009), configurando-se como uma sociedade providência (Santos, 2001).

É nesse contexto que se forma a relação entre família e políticas sociais, no contexto da tradição das políticas dos países do sul da Europa (Itália, Grécia, Espanha e Portugal),

caracterizados por uma política familiar restrita que não se apresenta “[e]xplicita, unitária e coerente, mas também, e sobretudo, pelo elevado nível de fragmentação da política social; pelo baixo nível de generosidade das transferências públicas para apoio das famílias com filho; pela (mais recente) natureza das transferências monetárias” (Saraceno e Naldini, 2003, p. 349-40). Passada mais de uma década sobre a análise destas autoras, as políticas de família continuam a registar uma tendência de evolução pouco expressiva, não existindo programas dirigidos especificamente às famílias no seu conjunto e, atualmente, também não existe nenhum organismo específico que tutele os assuntos da família, o que leva a que não existam nem objetivos, nem metas a cumprir para melhorar a vida das famílias com crianças, tanto ao nível do apoio económico, como da política fiscal ou da conciliação família-trabalho (Wall *et al*, 2014). No entanto, as políticas de família aquirem cada vez maior relevância uma vez que “[f]ace às atuais mudanças sociais, económicas e demográficas, cada vez são maiores os limites impostos à ação as solidariedades familiares. Nos países do Sul da Europa e, especificamente, em Portugal” (Portugal, 2000, p. 82).

A importância dos países terem políticas de famílias e de apoio à parentalidade, estruturantes, integradas e coesas, é particularmente sentido em períodos de crise, como aconteceu em na época de austeridade que afetou particularmente Portugal. Como refere o estudo de Blum, Correia, Nygard *et al*. (2020) entre 2011 e 2014, após a intervenção da TROIKA (Constituída por uma equipa do Fundo Monetário Internacional, Banco Central Europeu e Comissão Europeia) com vista ao resgate financeiro do país, as reformas envolveram uma profunda retração e uma mudança no discurso do Governo PSD/CDS. Este realizou uma análise comparativa de quatro países (Austria, Eslovénia, Portugal e Suécia) em três áreas consideradas centrais de política familiar, respetivamente os benefícios de dinheiro infantil/família e benefícios fiscais, a licença parental, e o cuidados com crianças. Segundo este estudo “A política familiar passou à sombra das ideias de política social, sublinhando responsabilidades governamentais fracas, assistência no terceiro setor e re-familiarização”.

O governo introduziu o Programa de Emergência Social com o objetivo de abranger as pessoas em extrema pobreza, mediante apoio em espécie, através de uma rede de cantinas do terceiro setor, a seletividade no acesso a benefícios foi aumentada e os valores dos benefícios reduziram ainda mais, enquanto os programas existentes para apoiar a expansão da creche foram suspensos. A retração nos apoios, introduzida em resposta à crise, afetou assim todas as áreas da política familiar, mas foi mais forte ao nível dos

benefícios monetários (OCDE, 2014). Refira-se que a taxa média de pobreza subiu para 22% em 2012 para famílias com crianças (em comparação com 15% para famílias sem filhos). As políticas afastaram-se de um caminho de investimento social e responsabilidades estatais, em direção a uma perspectiva implícita e residual.

Como refere o Relatório do Observatório das Famílias e das Políticas e Família, sobre os principais desenvolvimentos das políticas de família ocorridos em 2016-2017: “Após cortes severos nos apoios económicos e no rendimento das famílias entre 2010 e 2015, inicia-se, em 2016, uma fase em que se procura inverter a política anterior (...) reposição gradual de alguns dos apoios (...) [a]lívio da carga fiscal” (Leitão, 2019, p.3) embora seja uma recuperação muito lenta. Segundo o inquérito on-line, realizado pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e pelo ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, em 2020, sobre o impacto da Pandemia Covid-19, os mais jovens e os/as inquiridos/as “entre os 35 e os 44 anos, com agregados familiares mais numerosos e filhos menores, eram os que mais diziam sentir de forma acentuada os efeitos da pandemia (...) revelavam maior preocupação com a conciliação vida familiar (...) [p]rofissional” (Correia, 2020, p.8). A educação dos filhos constituía outro grande motivo de preocupação para estes agregados familiares, por sua vez, a “preocupação com a saúde mental e com a incerteza causada pela situação revelaram-se transversais a todos os grupos etários” (Correia, 2020, p.8). As direções da política familiar de longo prazo após a crise do Covid-19 precisam ser observadas, no futuro, provavelmente será importante comparar ambos os períodos (Blum, Correia, Nygard *et al.* (2020).

1. A política de família e de apoio à parentalidade: a orientação constitucional

A análise sociológica apresentada sobre a política de família, em Portugal, retrata um país com medidas diversas, mas sem uma visão integrada e global de políticas de apoio à parentalidade. Todavia, desde a primeira revisão constitucional que está plasmada o dever do Estado criar uma política de família. Na Constituição da República Portuguesa (CRP) de 1976, o primeiro texto publicado no regime democrático, a proteção da família está prevista no artigo 67.º e a proteção à maternidade encontra-se consignada no artigo 68.º, no capítulo relativo aos direitos e deveres sociais do Estado. No entanto, desde a primeira revisão, em 1982, que se encontra expressa uma orientação política clara relativamente ao existência de uma política de família, a alínea f) do ponto 2, do artigo 67.º dita que: “Incumbe, designadamente, ao Estado para proteção da família (...) Definir, ouvidas as

associações representativas das famílias, e executar uma política de família com carácter global e integrado”.

Na revisão de 1982 CRP, foi igualmente inscrito no artigo 67.º, o dever do Estado promover a criação de uma rede nacional de creches e infraestruturas de apoio à família. E o artigo 68.º, em vez de ter como objeto apenas a maternidade, passou a abranger também a paternidade: “Os pais e as mães têm direito à proteção da sociedade e do Estado na realização da sua insubstituível ação em relação aos filhos, nomeadamente quanto à educação, com garantia de realização profissional e de participação na vida cívica do país”. Neste artigo foi ainda inscrito que “A maternidade e a paternidade constituem valores sociais eminentes”.

Na quarta revisão constitucional, ocorrida, em 1997, o artigo 67.º é ampliado com a introdução do dever do Estado “[r]egulamentar a procriação medicamente assistida, em termos que salvaguardem a dignidade da pessoa humana”. Por sua vez, ao artigo 68.º acresce um outro dever relativamente à paternidade e à maternidade, respetivamente: “A lei regula a atribuição às mães e aos pais de direitos de dispensa de trabalho por período adequado, de acordo com os interesses das crianças e as necessidades do agregado familiar”. Na sétima e última revisão constitucional, ocorrida em 2005, no artigo 67.º encontra-se plasmada a conciliação da vida profissional com a vida familiar, expressa na seguinte orientação: “Promover, através da concertação das várias políticas setoriais, a conciliação da atividade profissional com a vida familiar”.

Não obstante a Lei Constitucional nos anos 80 consagrar como área das políticas públicas “[u]ma política de família com carácter global e integrado”, os estudos referidos nesta tese demonstram que o poder político tem desenvolvido diversas versões desse dever constitucional, as quais apresentam, no entanto, fragilidades, nomeadamente, pelo facto de terem um carácter descontínuo (Wall, 2011) e da própria natureza seletiva das medidas. Ao longo dos diferentes governos constitucionais a necessidade de proteção da família é tendencialmente enquadrada pelos princípios da subsidiariedade e da privacidade da família, e é orientada para as famílias e grupos em situação de maior vulnerabilidade social, o que coloca as políticas de família na tutela de ministérios com os assuntos sociais, nomeadamente sob a alçada da segurança social (Wall, 2011).

2. A política de família e de apoio à parentalidade nos programas de governo

Em 2021, efetivamente, a política de família ainda não adquiriu um estatuto autónomo que expresse o carácter previsto na Constituição. A título ilustrativo, refira-se o compromisso contemplado no programa do XXII Governo Constitucional, instituído em 2019, em que é reconhecida a importância de Portugal dar um salto qualitativo em matéria de política de família: “Trata-se não apenas de uma política de melhoria das perspetivas demográficas do país, mas de uma verdadeira política de família, visando a promoção do bem-estar numa sociedade mais consentânea com as aspirações e projetos das pessoas”.

Numa análise retrospectiva, a evolução da política de família e de políticas de apoio à parentalidade decorre da instauração de um regime democrático, em 1974, cujo objetivo foi introduzir uma rutura com uma política conservadora e paternalista de interferência dos estados no desempenho dos papéis de género na família e com as funções e estatuto legal. Tratava-se de promover, sob o princípio constitucional da igualdade, um modelo de família contrastante ao que existia em Portugal, até então, baseado numa configuração hierarquizada das relações familiares, no homem-ganha pão e chefe de família, e em que a mulher tinha os seus direitos e liberdade profundamente restringidos, tanto no desempenho dos papéis familiares, como profissionais e sociais. Assim, neste contexto sociopolítico, a prioridade dos Governos entre 1976 e 1980, foi a promover alterações aos modelos de família e papéis de género: I Governo Constitucional de Portugal (PS) 1976-78; II Governo (PS/CDS), 1978; III Governo (por iniciativa presidencial) 1978; IV Governo (PSD) 1978-79, e o V Governo Constitucional (governo de gestão, nomeado pelo Presidente da República) 1978-79. Refira-se que “Em primeiro lugar, deu-se uma alteração profunda nos princípios que fundamentam e regulam a vida familiar. Na Constituição de 1976, todos os cidadãos têm o direito de constituir família em condições de plena igualdade” (Almeida, 2011, p. 354). Acresce, ainda, que se estabelece pela primeira vez, em Portugal, a igualdade entre cônjuges e entre filhos nascidos dentro e fora do casamento, e são definidas novas relações entre o Estado e a família que passa a ser objeto de uma proteção especial (Almeida, 2011).

A opção passou por instituir organismos que contribuíssem para inscrever essa perspetiva na agenda política e social, desde logo com a criação da Comissão da Condição Feminina, em 1977²⁰, integrada na Presidência do Conselho de Ministros e na dependência do

²⁰ O Decreto-Lei 485/77 de 17 de novembro determina: “À Comissão da Condição Feminina, sob orientação do Governo, caberá contribuir para a realização em Portugal do Plano Mundial de Acção para a Década de

Primeiro-Ministro. No texto da sua institucionalização argumentava-se que “A imagem que a Constituição traduz da posição da mulher na sociedade portuguesa está, porém, distanciada da situação real das mulheres”, pelo facto das mulheres serem: [d]iscriminadas em maior ou menor grau, na família, no trabalho, na educação e na formação profissional, e ainda demasiado afastadas da vida cívica e política, um longo caminho há a percorrer (...).” Esta Comissão, entretanto, assumiu outras designações, e em 2007 passou a designar-se Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG). Além dessa Comissão foi constituída, em 1979, a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego²¹, com vista a garantir a homens e mulheres a igualdade de oportunidade e tratamento. Nos diplomas dos anos 70, a maternidade e a paternidade não constam dos respetivos articulados.

A política de família adquire centralidade nos seguintes governos: VI Governo Constitucional (Aliança Democrática (AD), uma coligação PSD/CDS/PPM) 1980-81; VII Governo (PSD/CDS/PPM) 1981, e VIII Governo Constitucional (PSD/CDS/PPM) 1981-1983. Entre 1980-83, foram criadas estruturas para dar resposta à problemática da família, um dever constitucional que ainda estava por cumprir. No início dos anos 80 foi criada a Secretaria de Estado da Família²² que veio a integrar a Comissão Interministerial da Família²³. Entretanto, também foi criada a Direção-Geral da Família e o Conselho Consultivo para os Assuntos da Família (Almeida, 2011). E no VIII Governo Constitucional, em 1982, o Ministério dos Assuntos Sociais cria uma Estrutura com uma orientação mais global e integrada, no âmbito da Secretaria de Estado da Família²⁴.

1976-1985, aprovado na Conferência do Ano Internacional da Mulher, promovida pela Organização das Nações Unidas, etapa considerada fundamental para que mulheres e homens assumam co-responsavelmente todas as funções que cabem aos cidadãos, aos vários níveis da estrutura social.

²¹ Os pressupostos e objetivo da Comissão encontram-se plasmados no Decreto-Lei 392/79: “Não se ignora que a igualdade efectiva de remuneração irá alterar sensivelmente a estrutura empresarial de muitos sectores. Assim aconteceu em países onde a média da diferenciação das remunerações efectivas entre homens e mulheres era inferior à actualmente existente em Portugal. Nesta matéria, a prática internacional aponta mesmo no sentido da aplicação escalonada no tempo, em fases, dos dispositivos tendentes a assegurar a igualdade efectiva. Na impossibilidade, por imperativos constitucionais, de trilhar este caminho, caberá à Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego ir aperfeiçoando os conceitos de trabalho igual e de valor igual, de modo a evitar sobressaltos à economia, sem nunca perder de vista o objectivo final da real igualdade de facto entre homens e mulheres no que respeita à totalidade das condições materiais que rodeiam a prestação do trabalho”.

²² Diário da República n.º 18/1980, Série II de 1080-01-22.

²³ Resolução 202/80, de 11 de junho.

²⁴ O Decreto-Lei 304/82 cria a Estrutura orgânica dos Assuntos Sociais para os Assuntos da Família destinada a “Assegurar e desenvolver a coordenação intersectorial das políticas com incidência familiar (Comissão Interministerial da Família) e a cooperação das instituições privadas de apoio à família (Conselho Consultivo dos Assuntos da Família); e Serviços orientados uns para a rede de acção concreta, incluindo as tarefas de estudo, formação, documentação e apoio administrativo (Direcção-Geral da

Como refere Portugal (2000), o programa do IX Governo Constitucional (PS/PSD) 1983-1985, “Representa uma rutura com o ciclo anterior. Deixam de existir referências à política de família, dando-se, no entanto, especial relevo à questão da maternidade” (Portugal, 2000, p. 89). A orientação política adquire nova perspetiva: é extinto o Ministério dos Assuntos Sociais e as três Secretarias de Estado que o constituíam, respetivamente, a Secretaria de Estado da Família, A Secretaria de Estado da Segurança Social e a Secretaria de Estado da Saúde. A Direção Geral da Família é integrada no Ministério do Trabalho e da Segurança Social e é criado o Ministério da Saúde. Todavia, a maternidade é alvo de medidas de proteção no período da gravidez e no exercício deste papel, mantendo-se a publicação de medidas de conciliação da vida familiar-profissional (Portugal, 2011).

O X Governo Constitucional (PSD), 1985-1987, dá seguimento a esta nova divisão ministerial. A referência à família é dispersa e restritiva, surge considerada no campo da economia e finanças. É enunciada a perspetiva de uma revisão do salário mínimo nacional, e de medidas na área da saúde, sobretudo, através da saúde materno-infantil e ainda um discurso difuso nas áreas da educação e da segurança social. No XI Governo Constitucional (PSD), 1987-1991, a política de família volta a ser nomeada num campo específico do seu programa, concretamente no capítulo “Prepara o futuro, Apostar nos portugueses”. Aqui a proteção da maternidade e da paternidade é uma das três linhas apontadas à ação governativa, a par da criação de condições para a integração das várias políticas setoriais com incidência na família e do reforço do valor Família. Por sua vez, no XII Governo (PSD), 1991-1995, a política de família encontra-se inscrita no campo que visa “Reforçar a solidariedade. Melhorar a qualidade de vida”. Esta política assume uma vertente de horizontal prevista nas várias políticas setoriais e sustenta a “proteção da maternidade e da paternidade como valores humanos inalienáveis”. Refira-se que neste período perspetivam-se diversas ações com vista à celebração do Ano Internacional da Família, em 1994.

Não obstante os governos tenderem a valorizar a famílias e a política de família, segundo Portugal (2000) e Almeida (2011), a partir de 1983 assiste-se a um claro recuo na perspetiva de uma política de família, ainda que os programas dos governos contemplem objetivos políticos sobre este assunto. O foco é então direcionado para as políticas de

Família), vocacionados outros para a criatividade e o lançamento de projectos (Gabinete de Estudos e Projectos dos Assuntos da Família) ”.

educação e juventude, com o prolongamento do ensino obrigatório para nove anos, para políticas sociais e de igualdade (Almeida, 2011). Esta tendência de desinvestimento nas políticas de família só vem a ser interrompida com o XIII Governo, 1995-1999, Portugal (2000) e Almeida (2011). É constituído o Ministério do Trabalho e da Solidariedade e é extinta a Direção-Geral da Família que integrava o Ministério equiparado. No campo da família é criada uma nova estrutura, respetivamente, o Conselho Nacional da Família, de caráter consultivo, agregando o Conselho Interministerial e a Comissão Consultiva para os Assuntos da Família. Esta estrutura é parte do Alto Comissariado para as Questões da Igualdade e da Família²⁵, integrado na Presidência do Conselho de Ministros, e que foi, também, instituído, à data. A partir desta estrutura é concebido o Plano para uma Política Global de Família²⁶ retomando o princípio Constitucional de proteção da família incumbe, designadamente: “definir, ouvidas as associações representativas das famílias, e executar uma política de família com caráter global e integrado”.

Nesse Plano, a família é entendida ao longo das diferentes fases do ciclo de vida, dos problemas com que se confronta, nomeadamente, a violência doméstica, e das diversas áreas da sociedade, com uma perspetiva de transversalidade às diferentes políticas públicas. A parentalidade é explicitada como uma dimensão estruturante, com medidas previstas em diferentes domínios do plano. O objetivo de melhorar o exercício da função conjugal e parental encontra-se inscrito no âmbito da “Educação, cultura, comunicação social e tempos livres” e é concretizado através da persecução dos seguintes objetivos específicos: incentivar os pais a partilharem as tarefas domésticas e os cuidados a prestar às crianças; criar, em colaboração com as autarquias, espaços de apoio conjugal e parental, e favorecer a criação de programas estruturados de desenvolvimento de competências socio parentais. Neste período assiste-se a uma expansão do pré-escolar e no prolongamento de horários nos estabelecimentos públicos²⁷, e no âmbito do trabalho e emprego à promoção da conciliação entre a vida profissional e familiar. É também nesta

²⁵ Decreto-Lei 3-A/96, de 26 de janeiro.

²⁶ Resolução do Conselho de Ministros 7/99. O Plano baseia-se nos seguintes pressupostos: “Os interesses das famílias, em todos os sectores da sociedade, exigem uma melhor coordenação das políticas relativas à juventude, aos idosos, às crianças, às pessoas com deficiência, à maternidade e à paternidade. Por outro lado, a saúde, o emprego, o ensino e a formação profissional, a solidariedade e segurança social, a cultura e o lazer, a comunicação social, o urbanismo, o ambiente e os transportes são áreas de grande importância para as famílias. Importantes são, também, a igualdade de oportunidades e a partilha das responsabilidades familiares, pois garantem melhores condições de vida e melhores relações humanas no seu seio.

²⁷ É publicada a Lei-Quadro da Educação Pré-escolar, Lei 5/97, de 10 de fevereiro que se destina: “Às crianças com idades compreendidas entre os 3 anos e a idade de ingresso no ensino básico e é ministrada em estabelecimentos de educação pré-escolar”.

área que se inscreve a perspectiva de sensibilização para a necessidade da partilha as responsabilidades parentais.

Não obstante a relevância conferida à política de família, em que parentalidade é considerada de forma global e integrada, a perspectiva política deste governo é pautada sobretudo por um discurso direcionado para a igualdade de oportunidades e solidariedade social. Nesta senda, as políticas de proteção social adquirem nova centralidade com especial atenção às famílias e grupos mais vulneráveis, com a criação do Rendimento Mínimo Garantido²⁸: “(...) [P]or via da adoção de medidas de natureza social com especial efeito sobre as famílias, com realce, entre outras para o conjunto de disposições que reforçaram o apoio à paternidade e à maternidade, criarem o rendimento mínimo garantido”.

No XIV Governo Constitucional (PS) 1999-2002, é extinto o Alto-Comissariado para as Questões da Igualdade e da Família, é criada a Comissão Nacional da Família que volta a integrar-se no Ministério do Trabalho e da Solidariedade. Neste período governativo é criado o Ministério da Igualdade, e a orientação política é no sentido de renovar as políticas de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres e renovar as políticas e conciliação vida familiar-profissional, com uma aposta clara na transversalidade da igualdade neste domínio. O apoio às famílias enquadra-se no compromisso com uma nova geração de políticas sociais e é concretizado de forma explícita no objetivo de prosseguir na garantia dos direitos fundamentais, nomeadamente, na esfera da proteção à maternidade e paternidade, na conciliação vida familiar-profissional, no alargamento da rede de creches ou na ampliação do projeto de intervenção precoce para crianças dos 0-6 anos. Através do compromisso de execução do Plano Global sobre Política de Família, aprovado no anterior Governo Constitucional, observa-se a que existe uma perspectiva de continuidade neste campo. Esta opção contribui para uma maior consistência de uma área das políticas públicas que tem sido objeto de descontinuidades e ruturas.

No XV Governo Constitucional 2002-2004 (PSD/CDS), a família é apresentada como política que concorre para o objetivo de reforçar a justiça social e garantir a igualdade de oportunidades. É uma área autónoma, a par de uma diversidade de domínios. No quadro do Ministério da Segurança Social e do Trabalho é instituída a figura de um alto responsável com a função de coordenar a política de família entre os diferentes

²⁸ A Lei 19-A/96 cria o Rendimento Mínimo Garantido, instituindo uma prestação do regime não contributivo da segurança social e um programa de inserção social.

ministérios. Este Governo publica o plano «100 compromissos para uma política da família»²⁹, objeto de debate prévio no Conselho Consultivo para os Assuntos da Família. O Plano é entendido pelo Governo como um contributo ambicioso para dar resposta às diferentes realidades familiares, ao longo do curso de vida e nas diferentes áreas da vida em sociedade. A referência à parentalidade é uma das vertentes enunciadas, assim como é colocada ênfase na questão demográfica e na necessidade de serem desenvolvidas políticas de natalidade.

O XVI Governo 2004-2005 (PSD/CDS) mantém os objetivos que constam do Programa do Governo anterior: “Execução plena do Plano Global para a Família/Cem Compromissos para uma Política de Família (2004/2006)”, no entanto, reorienta a sua perspetiva e a família é associada, no essencial, à criança. Esta mudança ocorre no âmbito de uma orientação política pró-vida com medidas específicas para apoio à grávida e à criança. Esta perspetiva inscreve-se numa fase em que se debatia, em Portugal, a possibilidade de referendar a despenalização da interrupção voluntária da gravidez. Neste contexto, o Governo aposta na criação de uma rede nacional de Centros de Apoio à Vida e em medidas que favoreçam a natalidade e a defesa da vida, conforme se regista no Programa de Governo, com medidas de apoio às famílias numerosas. No entanto, a política de família dissocia a criança das políticas de parentalidade ao assumir que: “[é] também dever do Estado olhar para a Criança como sujeito de direitos e manifestar, através da definição de políticas próprias, a sua preocupação em especial com aqueles que já nascem sem famílias ou que, por vicissitude várias, vêm a dela ficar privadas”. Este Governo preconiza ainda a criação de centros de mediação familiar dirigidos para a prevenção e gestão da conflitualidade conjugal. Relativamente às políticas de conciliação a vida familiar com a vida profissional, regista-se uma reorientação ideológica significativa, este Governo manifesta: “vontade de definir novas formas de conciliação, baseadas no apoio à mãe em casa durante os primeiros anos de vida da criança, e algum questionamento do modelo de família centrado na ideia de casal duplo emprego a tempo

²⁹ Resolução do Conselho de Ministros n.º 50/2004. No Plano encontra-se prevista para além da coordenação entre os diferentes ministérios “A articulação com a legislação vigente e com as reformas em curso, bem como com os demais planos nacionais aprovados, designadamente o Plano Nacional de Ação para a Inclusão (PNAI), o Plano Nacional de Emprego (PNE), o Plano Nacional para a Igualdade (PNI) e o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica (PNCVD)”.

inteiro” (Almeida, 2011, p. 366), possibilidade que se abriu a pós a instauração da democracia, em 74.

O Programa do XVII Governo (PS) 2005-2009, integra a Comissão para a Promoção das Políticas de Família na Secretaria de Estado Adjunta e da Reabilitação, na dependência do Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social³⁰. Este Governo assume o compromisso com “Novas políticas para as famílias”, no capítulo “Famílias, Igualdade e Tolerância” em que uma das perspetivas fundamentais é: “A perspetiva pró-igualitária que exige uma articulação estreita entre a política de família e a política de igualdade, nomeadamente pela promoção de uma ampla rede social de apoios, pela definição de uma estratégia para a promoção da conciliação entre família/trabalho”. As outras três perspetivas são, respetivamente, o reconhecimento da diversidade das situações familiares, a importância dos critérios de justiça social e o desenvolvimento de políticas sociais de proximidade. A parentalidade é uma temática a que é atribuída especial relevância no plano da igualdade entre homens e mulheres e, concretamente, na conciliação entre a vida profissional e a vida privada: “Assumir, no discurso do Estado, a importância da partilha de responsabilidades familiares entre homens e mulheres, nomeadamente valorizando de igual modo a maternidade e a paternidade, como condição essencial ao desenvolvimento económico e social e à qualidade de vida”. Neste âmbito uma das medidas preconizadas é: “Fazer depender a utilização do 5º mês da licença de maternidade e paternidade em proporção do tempo partilhado entre os pais e as mães nos quatros meses anteriores”. No Código de Trabalho de 2008³¹ (Almeida, 2011) existe uma mudança substancial no discurso e na orientação das licenças de maternidade, desde logo a designação passa a ser “Licença parental”, sendo neste âmbito aprovadas as modalidades de licença parental que constam no seu artigo 39.º, respetivamente, a licença parental inicial que corresponde à anterior licença de maternidade das primeiras seis semanas.

Todavia, entre este Governo e o que o antecedeu existe uma diferença ideológica substancial relativamente à orientação da política de família, enquanto no Governo 2004-2005, a política de família tem uma orientação pró-vida, e que conduz à criação de uma

³⁰ A Secretaria de Estado Adjunta e da Reabilitação congrega mais quatro organismos, respetivamente, o Conselho Consultivo das Famílias, o Conselho Nacional para a Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência e a Comissão Nacional de Proteção de Crianças e Jovens em Risco.

³¹ Lei n.º 7/2009, de 12 de fevereiro.

rede específica de respostas, o Governo 2005-2009 não dá continuidade a esta orientação. O debate sobre a despenalização voluntária da gravidez³² é, então, objeto de referendo e nesta sequência são instituídas medidas no quadro da política de saúde. Por sua vez, este novo Governo cria, em 2007, o projeto “Nascer cidadão” que determina que os bebés recém-nascidos sejam registados na própria maternidade, contribuindo, assim, para o apoio aos pais através da simplificação do processo administrativo e a um seguimento mais eficaz de situações de risco. O Governo, 2009-2011, sustenta no seu programa que: “Prosseguirá políticas sociais de apoio à família e à natalidade, porque entende que elas constituem um poderoso fator de coesão, igualdade de oportunidades e desenvolvimento económico e social”. Assim, propõe-se: Criar a Poupança-Futuro quando uma criança nasce e que só poderá mobilizar quando concluir os estudos obrigatórios, aberta com um depósito inicial do Estado e benefícios fiscais com o propósito de incentivar a natalidade, o investimento na escola e na formação e de educar para a poupança; duplicar as creches com horário alargado e continuar a o programa de construção de creches, em especial nas áreas metropolitanas; rever a legislação que enquadra as amas para qualificar e diversificar o trabalho que prestam; continuar a desenvolver o Programa Nascer Cidadão, e modernizar o sistema de proteção de crianças e jovens na perspetiva de manter as crianças a crescer em família e a qualificação das comissões de proteção de crianças e jovens.

A violência de género e a violência doméstica surgem no Programa do Governo como áreas autónomas, e no Ministério da Saúde é criada a Ação de Saúde para Crianças e Jovens em Risco³³, face à relevância dos maus tratos em crianças e jovens enquanto problema de saúde pública. Por sua vez, as medidas de apoio à família encontram-se também previstas na área da saúde, com especial incidência num maior investimento na saúde escolar, na saúde materna e infantil, bem como no reforço da rede pública de centros procriação medicamente assistida. Na área da igualdade, o programa preconiza o aprofundamento das políticas de apoio à natalidade e à conciliação entre vida profissional, pessoal e familiar, inscrevendo novamente o investimento no Programa de Alargamento da Rede de Equipamento Sociais (Pares), e atribui especial relevância à promoção dos horários, escolares aborais e comerciais, bem como ao aprofundamento dos apoios a

³² Lei n.º 16/2007, de 17 de Abril “Exclusão da ilicitude nos casos de interrupção voluntária da gravidez”.

³³ O Despacho n.º 31292/2008, de 20 de novembro, da Ministra da Saúde, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 236, de 5 de dezembro.

famílias monoparentais. E na área do combate às desigualdades sociais consta como objetivo: “Reforçar os abonos das família monoparentais e proceder ao aumento extraordinário do abono de família das famílias com dois ou mais filhos, concentrando recursos nestes segmentos, onde se manifestam mais riscos de pobreza infantil”, bem como, introduzir um novo apoio público às famílias trabalhadoras com filhos, garantindo que quem tiver rendimentos inferiores ao limiar da pobreza terá o necessário apoio público para superar essa situação, de forma a reduzir o risco de pobreza das pessoas que trabalham e declaram os seus rendimentos ao fisco.

O destaque do Governo para uma política integrada de juventude abrange um amplo leque medidas, ao longo das várias etapas desta fase do curso de vida. Esta visão “implica uma abordagem transversal das políticas setoriais” e um compromisso especial com objetivos que efetivem a igualdade de oportunidade. O ensino torna-se obrigatório até ao 12.º ano, com realce para o investimento no apoio aos alunos e às famílias mais vulneráveis. Além das medidas referidas enquadrarem-se, claramente, na política de apoio às famílias, no caso concreto, às famílias com filhos jovens, esta política está focada numa fase de viragem da vida das famílias: a transição dos jovens para a vida adulta. Existe uma orientação para promover as competências de vida, respetivamente a iniciativa e a cultura de risco, no contexto de uma sociedade competitiva. Assim, postula-se que o Governo: “Deve promover a emancipação dos jovens, apoiando a sua saída da casa de família, apoiando as experiências formativas e profissionais, nacionais ou internacionais, e deve promover, igualmente, o empreendedorismo, o emprego jovem e o apoio às famílias jovens”. Registe-se a ausência de qualquer perspetiva de ligação com a área da conciliação vida pessoal- profissional-familiar, nem com a promoção da natalidade.

No programa do XIX Governo (PSD/CDS) 2011-2015, a família continua associada à natalidade, mas passa a integrar a área da Segurança Social e Solidariedade. Tal como a juventude, é referida como alvo de especial atenção, o Governo entende que as “Preocupações das famílias são transversais (...) [Q]ualquer iniciativa que seja aprovada em Conselho de Ministros requer a prévia aposição do “visto família”, ou seja, uma avaliação quanto ao impacto que tem sobre a vida familiar e o estímulo à natalidade”. Este programa demonstra uma ambição forte relativamente a estas duas problemáticas, expressa no seu discurso: “Promover um amplo debate nacional sobre a questão vital do aumento da taxa de natalidade na sociedade portuguesa. Impõe-se um esforço das medidas que anulem progressivamente algumas das causa desta tendência (...) [S]erão analisadas as melhores medidas de apoio (...)”. A ideia é ser analisada a realidade

européia e desenvolver “novos caminhos”, nomeadamente a nível fiscal e da conciliação vida familiar-vida profissional, com enfoque especial na proteção da maternidade. Neste campo, o Governo entende que a imigração é uma das estratégias de promoção da natalidade, pelo que, o apoio à integração dos imigrantes deve merecer uma atenção especial. A perspetiva política de investimento na rede de creches e apoio à primeira infância continua presente neste programa.

Neste período o governo cria o Programa de Emergência Social para dar resposta à situação de crise que o país atravessava e que deu origem ao pedido de apoio externo. Os principais destinatários são as crianças, os idosos e as pessoas desempregadas, especialmente as que têm filhos a cargo. Esta medida também está direcionada para o apoio de bens em géneros, e prevê o aumento da frequência de utentes por resposta social, nomeadamente, na infância. Relativamente a outras áreas que vinham sendo focadas em anteriores programas, refira-se que este governo integra na mesma área a igualdade de género, violência doméstica e integração de população imigrante e nómada, sem que constem referências diretas às famílias, tal como na área da juventude que surge associada ao desporto. O desemprego dos mais jovens é equacionado a partir da promoção do empreendedorismo económico e social registando-se uma rutura a linha política do anterior governo. No que se refere ao combate à violência, dá sequência à linha orientadora do anterior governo na área da saúde e cria um modelo de intervenção integrada sobre a violência interpessoal ao longo do ciclo de vida: “Ação de Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida”³⁴.

O XX Governo Constitucional (PSD) 2015-2019 apresentou um programa que não foi executado porque o Governo PSD foi destituído 27 dias após a sua eleição, por via de uma coligação parlamentar que conduziu à constituição de um novo Governo PS. Todavia, nesse programa consta o apoio às famílias e à parentalidade no quadro das questões associadas à baixa taxa de natalidade, em Portugal. Contudo, há que sublinhar que este programa que assume como primeiro objetivo responder ao desafio demográfico, começa por sustentar: “O nosso objetivo é claro: queremos um Estado mais amigo das famílias e logo mais eficaz na remoção dos obstáculos à natalidade”³⁵. Neste âmbito é feita

³⁴ Despacho n.º 6378/2013, de 7 de maio, do Secretário de Estado Adjunto do Ministro da Saúde, publicado no Diário da República, 2.ª série, n.º 94, de 16 de maio.

³⁵ No programa Governo apresenta um sumário diagnóstico que justifica a prioridade atribuída ao desafio demográfico: “Num prazo não muito longínquo, a nossa capacidade de afirmação enquanto entidade política autónoma depende largamente da inversão do «inverno demográfico» em que Portugal caiu desde

uma referência a estudos que indicam que os/as portugueses/as desejam de ter mais filhos, mas que não concretizam as suas aspirações porque se deparam com muitos obstáculos. O conceito Política de Família não surge no discurso, a família e a natalidade são, assim, uma das áreas três áreas do capítulo da demografia, em que também consta o envelhecimento ativo e o regresso dos emigrantes. O investimento do governo consiste em diversas medidas, tais como: produzir um Portal dedicado à Família; criar benefícios de apoio à maternidade; estimular a partilha das licenças parentais; adotar mecanismos de apoio às famílias, sobretudo com mais de dois filhos; desenvolver o apoio à procriação medicamente assistida; estender aos avós o direito de gozo de licença e faltas; incentivar as empresas a facilitar a conciliação vida profissional-familiar; desenvolver a diversidade de oferta das creches, nomeadamente ao nível dos horários. Por sua vez, a questão da natalidade e o apoio às famílias com filhos surge também inscrita no quadro de uma Política Integrada para a Infância, uma das áreas do capítulo Educação e Formação.

No capítulo “Sociedade Mais Justa, mais Inclusiva e Mais Igualitária”, a igualdade de género é umas das áreas abordadas, a questão da discriminação da mulher³⁶ nas diversas dimensões da vida em sociedade é amplamente reconhecida, nomeadamente, a representação social da mulher como principal cuidadora na família e uma das mudanças preconizadas é: “Criar medidas de estímulo a uma partilha mais equilibrada do gozo das licenças parentais, valorizando o trabalho realizado em casa, por homens e mulheres, em prol da família”. É também nesta área que se situa a prevenção e combate à violência de género.

No XXI Governo Constitucional (PS), 2015-2019³⁷, é atribuído destaque a “Virar a Página da Austeridade, Relançar a Economia e o Emprego” visando, entre outros

há mais de três décadas e, portanto, da nossa mobilização coletiva em favor de políticas públicas amigas das famílias. Este é, claramente, um dos desafios mais relevantes que temos perante nós, para cuja resolução se exige uma verdadeira mobilização nacional, traduzida em políticas que resultem de um amplo consenso social e político.

³⁶ “Aos obstáculos que as mulheres ainda enfrentam no mercado de trabalho, somam-se as dificuldades com que tradicionalmente se deparam na conciliação com as responsabilidades familiares e com a vida pessoal. O cuidado de familiares dependentes continua a ser entendido, maioritariamente, como uma obrigação feminina, dada a persistência de estereótipos que ainda conduzem a uma menor participação dos homens na esfera familiar e doméstica”.

³⁷ Os anos de 2016 e 2017 são anos de reposição ou de reforço de algumas das medidas mais afetadas durante a política de austeridade iniciada em novembro de 2010. (...) Podemos assim considerar que, “após cortes severos nos apoios económicos e no rendimento das famílias entre 2010 e 2015, inicia-se, em 2016, uma fase em que se procura inverter a política anterior por via da reposição gradual de alguns dos apoios económicos, bem como por via do alívio da carga fiscal sobre o rendimento. Contudo, como veremos ao longo deste relatório, trata-se de uma reposição ainda tímida que, em algumas das medidas, não chega a retomar os montantes em vigor em 2009, i.e., no período pré-crise” (Leitão, M. 2019, p. 3).

objetivos, aumentar o rendimento disponível das famílias para relançar a economia. No âmbito da Prioridade às Pessoas, um dos objetivos é “Reagir ao Desafio Demográfico”, num programa em que se reconhece a evidência científica irrefutável: “Em termos relativos, no seio da UE, Portugal distingue-se pelas piores razões: seremos, dentro de poucos anos, o país europeu com menor peso das crianças na população residente (11,5% de crianças até aos 14 anos daqui a 15 anos) (...)”. Regista também que na União Europeia, Portugal será o segundo país com maior peso de pessoas com mais de 65 anos (34%) e aquele que terá o maior número de idosos acima dos 80 anos (16,1% da população). Neste contexto, considera que a ação governativa deve abranger, nomeadamente, o “[d]omínio da natalidade, no qual as políticas deverão criar condições públicas para o exercício de uma parentalidade responsável, promover a conciliação entre trabalho e família, promover a igualdade nas responsabilidades familiares e remover obstáculos legais à natalidade e à parentalidade”.

Assim, para a promoção da natalidade assume compromissos, por um lado, que contribuam para o exercício de uma parentalidade responsável e para a promoção da conciliação entre o trabalho e a vida pessoal e, por outro lado, com a remoção de obstáculos legais no âmbito da parentalidade. Relativamente ao primeiro compromisso, propõe-se desenvolver as seguintes medidas: desenvolver a rede de creches públicas e da economia social e envolvendo também as empresas; assegurar a escola pública a tempo inteiro até aos 14 anos; incentivar as empresas a desenvolver mecanismos de conciliação, como seja, a efetiva transposição de uma medida da administração pública que prevê a adaptabilidade de horário de trabalho para trabalhadores e trabalhadoras com filhos menores de 12 anos, e criar o selo de boas práticas a atribuir às empresas que se distingam por práticas de conciliação vida familiar-vida profissional. Quanto a remover obstáculos legais à natalidade e à parentalidade, assume o compromisso de: clarificar que as medidas de apoio à parentalidade se destinam a mães e pais, independentemente do seu estado civil dos pais e da nacionalidade; clarificar que se encontram justificadas, sem perda de remuneração, de todas as faltas por tratamentos no âmbito da reprodução medicamente assistida, e alargar aos avós e avôs novos mecanismos de horários que permitam a conciliação da vida profissional com o apoio às netas e aos netos.

O combate à pobreza, inserido no capítulo “Mais Coesão, Menos Desigualdades”, explicita que: “Hoje, é o grupo das famílias em idade ativa e os seus filhos aquele que maior risco de pobreza corre em Portugal”, neste sentido define uma estratégia global

com três eixos: estratégia nacional de combate à pobreza das crianças e jovens, nomeadamente através de mudanças no âmbito do abono de família e da criação de medidas no sistema de saúde e no sistema educativo; criar um apoio público aos baixos salários que contribua para impedir que as famílias trabalhadoras com filhos vivam em situação de pobreza, e repor os apoios que garantem que os mínimos sociais aos cidadãos mais vulneráveis, nomeadamente, através de mudanças no rendimento social de inserção.

Relativamente à esfera da igualdade, sob a perspetiva construir uma Sociedade Mais Igual, é preconizado: “Um modelo social estruturado em novas relações sociais de género que assegure que homens e mulheres vivam, de facto, em igualdade quer na esfera pública, quer na privada”. Nesta linha, sustenta a necessidade de aumentar o tempo de licença gozada pelo pai para três semanas, numa tentativa de aproximação do tempo irrenunciável pela mulher que é de seis semanas, bem como o incentivo a uma maior partilha do direito à licença parental, sem que tal interfira com as opções individuais de gestão do tempo. A perspetiva é evoluir para um referencial mínimo de 33% do tempo total de licença gozada por cada uma das pessoas que exerça a responsabilidade parental. É também sob o capítulo da igualdade que se inscreve o combate à violência doméstica e, entre outras medidas, cria no âmbito da saúde o Programa Nacional de Prevenção da Violência no Ciclo de Vida (PNPVCV)³⁸, com o objetivo de reforçar nos serviços de saúde, os mecanismos de prevenção, diagnóstico e intervenção no que se refere à violência interpessoal, nomeadamente em matéria de maus tratos em crianças e jovens, violência contra as mulheres, violência doméstica e em populações de vulnerabilidade acrescida.

O programa de Governo apresenta como uma das prioridades “Promover a Qualidade de Vida”, em que é produzida uma agenda para concretizar este objetivo, mas nas medidas explicitadas não existe referência a medidas para as famílias com filhos, tal como acontece na agenda de promoção do desporto, entendida como forma de realização pessoal e para uma vida saudável. A habitação é outros dos domínios chave que o Governo declara querer priorizar, com vista a dar resposta às novas necessidades habitacionais, nomeadamente, ao nível do mercado de arrendamento, em que prevê investir na criação de condições para as famílias e os jovens se fixarem nos centros urbanos, e relançar a política de habitação social. O incentivo à fixação e atração de jovens

³⁸ Resolução do Conselho de Ministros n.º 139/2019, de 19 de agosto. O PNPVCV integra ainda a Ação de Saúde para Crianças e Jovens em Risco e a Ação de Saúde sobre Género, Violência e Ciclo de Vida, bem como a intervenção no âmbito da violência contra profissionais de saúde.

no interior do país é outra das medidas previstas. Uma nota para se assinalar que no campo da cultura, as diversas medidas também não provêm uma visão para a promoção desta área junto das famílias com filhos.

O XXII Governo, 2019-2023 (PS), define quadro desafios estratégicos sendo um deles o de responder ao desafio demográfico. Os outros três prendem-se com as alterações climáticas, a sociedade digital e as desigualdades. O desafio estratégico “Demografia” é apresentado na perspetiva de Portugal ser com um país com mais pessoas, melhor qualidade de vida e onde os cidadãos seniores são tratados com dignidade. No âmbito da análise do cenário demográfico nacional, o programa de Governo dita que: “existe uma propensão para a diminuição estrutural da natalidade nas sociedades desenvolvidas. Todavia, está criado um problema de renovação da população, de alteração do equilíbrio entre gerações e, em geral, de envelhecimento”. Neste quadro assume o compromisso de tomar as seguintes medidas: assegurar estabilidade laboral e a possibilidade de formular projetos de vida e ter boas condições para tomar as decisões desejadas sobre ter filhos; promover condições efetivas de exercício da parentalidade e de conciliação entre o trabalho e a vida familiar e pessoal, através da melhoria dos equilíbrios do mercado de trabalho e do acesso a serviços e equipamentos de apoio à família, bem como melhorar o acesso aos cuidados de saúde e proteção social e da sua qualidade, desde a fase pré-natal, incluindo a procriação medicamente assistida.

Considera-se que as políticas públicas devem criar condições para a natalidade e para o exercício da parentalidade na renovação de gerações, bem como facilitarem a opção pelo segundo e terceiro filhos, contribuindo para que as famílias desenvolvam projetos de vida com maior segurança e qualidade: “Trata-se não apenas de uma política de melhoria das perspetivas demográficas do país, mas de uma verdadeira política de família, visando a promoção do bem-estar numa sociedade mais consentânea com as aspirações e projetos das pessoas”. Pela primeira vez, consta de um programa de Governo a preocupação com o adiamento da parentalidade: “Nas últimas décadas, diferentes fatores (...) [L]imitaram significativamente as possibilidades de ter filhos em idades com níveis de fertilidade ainda significativos. (...) [E] o consequente adiamento do nascimento dos primeiros filhos para os 30 anos da mulher”. Embora esta análise surja a propósito da procriação medicamente assistida, e não com uma visão mais geral. Por um lado, observa-se uma associação entre o recurso a esta técnica e a transição tardia para a parentalidade e, por outro lado, está implícito tratar-se de uma medida de promoção da natalidade. Todavia,

se a PMA for concretizada numa fase tardia da vida da mulher, pode comprometer a decisão de ter mais filhos/as. Refira-se, ainda a “Iniciativa Mobilizadora da Paternidade Envolvida e Cuidadora”³⁹, direcionada para a prestação de cuidados e apoio ao homem, no domínio da saúde sexual e reprodutiva e no domínio da parentalidade, concretamente da paternidade.

O programa governativo também traduz a preocupação com a literacia em saúde no que se refere à gravidez e ao parto, mas no que se refere a este ato, em concreto, assume uma orientação que contraria a valorização da liberdade de escolha da mulher numa questão que pode estar relacionada com a decisão de ter filhos, trata-se respetivamente de: “facultar maior informação e liberdade de escolha do método de parto, assumindo desde logo como objetivo a redução da incidência de cesarianas”. No campo da literacia parental, a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção de Crianças e Jovens, desenvolveu o “Projeto Adélia” com a finalidade de contribuir para a promoção da capacitação parental que proporcione relações parentais consolidadas e protetoras ao longo das fases do curso de vida das crianças e jovens. O programa decorre do estabelecimento de parcerias com associações com competência em matéria de infância e juventude e consiste na formação de profissionais para a implementação dos programas junto de famílias com filhos, respetivamente, os programas de capacitação “Anos incríveis”, “Mais família – Mais Jovem, Parentalidade Sábia” e “Crianças no meio do conflito”.

No que se refere à prossecução das políticas de igualdade, um dos objetivos é reforçar a transversalidade nas políticas da igualdade de género⁴⁰, de forma assegurar a efetivação de direitos e satisfação de necessidades das mulheres e dos homens. A conciliação da vida familiar com a vida profissional está prevista com a continuidade do investimento no suporte às famílias com filhos na primeira infância, entendida dos 0 aos 6 anos, através do ao nível das creches, da universalização do ensino pré-escolar, do desenvolvimento de uma rede de equipamento sociais que complementem o horário escolar, e do estímulo às empresas para que assumam boas práticas neste campo. A licença parental é igualmente objeto de atenção, nomeadamente, com o aumento da meta, prevista no anterior governo, para que o pai partilhe pelo menos 40% do período da licença parental, uma maior flexibilidade do uso partilhado da licença mediante a conjugação com o trabalho a tempo

³⁹ <https://www.sns.gov.pt/noticias/2021/03/19/dgs-paternidade-envolvida-e-cuidadora/>

⁴⁰ O Governo português aprovou em 2018 a Estratégia Nacional para a Igualdade e a Não Discriminação (ENIND) 2018-2030 (RCM n.º61/2018, de 21 de maio), alinhada com a Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025, apresentada pela Comissão Europeia em março de 2020.

parcial, e o fortalecimento dos mecanismos de licença parental complementar para assistência a filhos.

No capítulo do emprego está previsto melhorar a regulação dos horários para promover uma melhor conciliação com a vida familiar, uma das medidas preconizadas e que dá sequência à perspetiva do anterior governo, é a negociação com os parceiros sociais da adaptabilidade de horários de trabalho para quem tem filhos com menos de 12 anos ou com algum problema que assim o exija. Neste programa de Governo é reconhecido que Portugal é um país em que o trabalho a tempo inteiro e a os “horários longos, é a regra para a esmagadora maioria quer dos homens quer das mulheres, a capacidade para conciliar no quotidiano o trabalho com a vida familiar e pessoal joga-se muito nas possibilidades de gestão dos horários de trabalho”. Quanto à política de emprego jovem, esta surge muito direcionada para políticas ativas de emprego jovens, nomeadamente dos que se encontram em situação de maior vulnerabilidade social.

Na esfera da habitação o programa segue as orientações do anterior Governo, procurando ampliar e diversificar respostas, nomeadamente para os jovens, em que é defendido a necessidade de um maior apoio, na perspetiva que para “ultrapassar a crise demográfica que o nosso país atravessa, é fundamental criar condições para que os jovens não adiem a constituição de família, (...) [E] facilitar a mobilidade dos agregados familiares entre os diferentes territórios e segmentos de oferta habitacional”.

Refira-se que neste Governo foi publicada a legislação que permite o funcionamento do Conselho Nacional para as Políticas de Solidariedade, Voluntariado, Família, Reabilitação e Segurança Social⁴¹, criado em 2011. Este Conselho visa a participação e acompanhamento destas áreas da política pública por parte dos parceiros sociais, do movimento associativo e de outras entidades da sociedade civil.

2.1. A política de família e de apoio à parentalidade nos programas de governo: desígnios e práticas

Com o objetivo de compreender o estatuto das políticas de família e da parentalidade no conjunto dos programas de Governo e as medidas previstas, efetua-se agora uma análise

⁴¹ Decreto-Lei n.º48/2017, de 22 de maio, altera a composição e o modo de funcionamento do Conselho Nacional para as Políticas de Solidariedade, Voluntariado, Família, Reabilitação e Segurança Social.

que concorra para esse objetivo. Em primeiro lugar, sobressai que as medidas de política de família são conceptualizadas eminentemente na perspetiva da proteção social e da igualdade, revestindo-se de diferentes formas ao longo dos vários governos, ainda não adquirindo, em 2021, um estatuto de emancipação política consistente e clara. Veja-se, por exemplo, as mudanças que tem ocorrido quanto ao seu lugar na estrutura de Governo. No início os anos 80, no VI Governo Constitucional, foi criada a Secretaria de Estado da Família, integrada no Ministério dos Assuntos Sociais (associando a saúde e a segurança social). No IX Governo passa a ficar na dependência do Ministério do Trabalho e da Segurança Social. Não obstante as estruturas existentes, ao longo dos anos o seu estatuto tem-se diluído na composição dos diversos Governos.

No que se refere à política de família é paradigmática a descontinuidade das medidas, inclusive, em períodos de rutura no processo de aprofundamento da maturidade política desta área da governação, ainda que seja amplamente considerada, por diversos governos, como uma política estruturante para a coesão, bem-estar e desenvolvimento social, e ainda que o discurso político seja acompanhado de uma preocupação crescente com o problema do decréscimo da natalidade, em Portugal. Observa-se que a forma como as políticas de família e o apoio à parentalidade são consideradas, conduz a uma representação social imprecisa sobre o papel do Estado nesta área. É necessária uma lente muito precisa, com uma objetiva ultra angular, para se poder tirar um retrato completo das medidas que existem nos diversos campos das políticas públicas.

Relativamente à dimensão social e, concretamente, quanto à medida de política social Rendimento Social de Inserção⁴² a avaliação realizada sobre o impacto do Rendimento Mínimo Garantido, instituído em 1996, expressa uma eficácia reduzida no que se refere ao potencial de apoio no domínio da parentalidade e na quebra dos ciclos de pobreza intergeracional nas famílias, registando-se “Dificuldade em atender à diversidade das situações objetivas dos titulares e pessoas, designadamente daqueles que exercem funções de cuidados dos familiares (...) [E] crianças, revelam de modo paradigmático os limites da inovação e experimentação social no domínio das práticas de inserção” (Branco, 2001, p. 315-316).

Após mais de uma década, a avaliação mantém-se no mesmo sentido, o que expressa o reduzido potencial de mudança na vida das famílias com filhos. Segundo dados do

⁴² Lei n.º13/2003, de 21 de maio que revoga o rendimento mínimo garantido previsto na Lei n. 19-A/96.

Observatório das Famílias e das Políticas de Família, relativo a 2018, “Embora com valores muito superiores aos anos da crise, o RSI continua a não alcançar os de 2009, sobretudo considerando famílias com crianças” (Correia, 2020, p.36), esta questão decorre da mudança na fórmula de cálculo da prestação social, nomeadamente, o valor de referência do RSI ter deixado de coincidir com o valor da pensão social e ter passado a ser atualizado apenas pela força do aumento do valor do indexante de apoios sociais (IAS).

Na área do emprego, Portugal revela uma situação crítica tanto no que se refere às pessoas em situação de precariedade laboral, como ao nível dos trabalhadores com trajetórias mais estáveis no mercado de trabalho, como revela o estudo de Diogo *et.al* (2021) sobre a pobreza em Portugal que retrata os trajetos e quotidianos de pessoas em situação de pobreza e privação. Não obstante as medidas tomadas para combater este flagelo que atinge famílias com filhos, continua a registar-se em Portugal um cenário complexo de baixos salários que dificulta a rutura intergeracional com o ciclo a pobreza: “Os baixos salários auferidos pelos entrevistados refletem, por um lado, as características estruturais do mercado de trabalho em Portugal e, por outro lado, os efeitos de trajetória biográfica associados à pobreza na infância e na transição para a vida adulta” (Diogo *et al.*, 2021, p. 211).

No perfil dos trabalhadores que se encontram em situação de pobreza, a análise do papel das políticas públicas revela as seguintes características: limitações das políticas de conciliação trabalho-família associadas, desde logo, pela inexistência de uma rede equipamentos de apoio aos cuidados à primeira infância, a custos acessíveis às famílias; ineficácia das políticas de proteção social, nomeadamente na baixa adequação das prestações familiares na prevenção da pobreza das crianças que pertencem a estes agregados familiares, trata-se de trabalhadores em situação de vulnerabilidade; as políticas de proteção no emprego não têm acompanhado o aumento da precariedade, e ainda o facto do Rendimento Social de Inserção não estar adequado a exercer o seu papel enquanto última medida da rede de proteção social (Diogo *et al.*, 2021).

Relativamente aos baixos salários das famílias com filhos, refira-se o estudo sobre rendimento adequado em Portugal (*raP*) de Pereirinha, Pereira, Branco *et al.* (2020) que define este rendimento como: “O que permite a cada pessoa, exercendo a liberdade de escolha nessa sociedade, adquirir os bens e serviços (*satisfiers*) que garantam a satisfação

das suas necessidades e, por isso, garantir uma «existência decente», ou um «nível de vida adequado»⁴³ (Pererinha e Branco, 2020, p.21). Segundo este estudo, em Portugal o limiar de pobreza relativa usado pelo EUROSTAT é inferior em cerca de 50% ao valor do rendimento adequado e a distância entre os dois referenciais é maior nos agregados familiares com filhos. Nesta linha, acresce que num casal com um filho, se ambos os adultos receberem o salário mínimo, o valor mínimo garantido corresponde a 67% do rendimento adequado, tal como definido no estudo. Tal como em todas as situações analisadas, também nestas famílias os valores mínimos garantidos encontram-se aquém do necessário.

Quanto à tendência de diferentes governos considerarem as políticas de família no campo da conciliação vida profissional-vida familiar, regista-se que é colocado um foco especial na evolução da licença parental. Neste capítulo, a ampliação da rede de equipamentos sociais à primeira infância e as medidas de alargamento do apoio ao ensino ao longo dos diferentes ciclos, também têm conhecido uma evolução relativamente estável, à exceção do período da crise que se registou em Portugal e anteriormente referida. De igual modo também tem estado presente o incentivo às empresas para tomarem medidas na área da conciliação. Refira-se a título ilustrativo o propósito de: “Previsão de incentivo às empresas e instituições que facilitem a conciliação entre a vida profissional e familiar, designadamente pelo recurso à flexibilidade no horário de trabalho ou ao trabalho a tempo parcial” que consta no programa do XVII Governo Constitucional e que tende a ser transversal aos diversos governos até ao atual XXII Governo Constitucional.

A análise aos programas de Governo releva também a continuidade de algumas medidas entre os diferentes Governos, veja-se a criação das estruturas de apoio e aconselhamento, como é o caso da mediação familiar que consta do programa de Governo 2004-2005, e o Sistema de Mediação Familiar que foi implantada pelo Governo subsequente, com competência para mediar qualquer tipo de conflitos no âmbito das relações familiares, nomeadamente, o exercício das responsabilidades parentais em situações divórcio ou separação. A violência familiar e de género, ainda que tenda a ser analisada de forma

⁴³ Uma das motivações referidas pelos autores foi a necessidade de dar conteúdo normativo a uma linha de pobreza para Portugal, isto porque: “O indicador de pobreza monetária utilizado correntemente na União Europeia, utilizado pelo EUROSTAT e, naturalmente, em Portugal, é uma medida de pobreza monetária relativa, assente num limiar de pobreza calculado como uma percentagem (60%) do rendimento familiar mediano por adulto equivalente no país de referência. A linha de pobreza assim estimada está, portanto, desligada de uma avaliação normativa do rendimento adequado para viver em sociedade” (Pererinha *et al.* 2020, p. 11)

autónoma ou no âmbito da promoção da igualdade e do combate à discriminação, com legislação⁴⁴ e estratégias específicas, trata-se de outra face das políticas de família, como tal, importa referir que também se tem assistido a uma evolução com alguma continuidade nesta matéria.

Todavia, continua por efetivar uma visão integrada das políticas de família, prevista por exemplo, no programa do Governo Constitucional de 2004-2005, que sustenta como princípio orientador da política de família a “continuidade e estabilidade”, garante da continuidade das medidas e que transmita às pessoas que desejam ser mães ou pais, uma perspetiva temporal securizante sobre a consistência da política de família. À semelhança do consentimento informado que é prestado pelo/a cidadã/o/ para a autorização de determinados atos médicos, também neste campo seria de se refletir sobre a necessidade de uma comunicação esclarecida. Este exemplo, ainda que meramente ilustrativo, demonstra a importância política que atribuída à informação, quando os indivíduos têm de tomar decisões cujas consequências podem constituir um ponto de viragem no seu curso de vida. A decisão de entrada na parentalidade é um desses casos.

Assinala-se, ainda, a ausência da publicitação pública de documentos com a avaliação pelos governos das medidas de política de família plasmados nos respetivos programas. Esta lacuna é colmata pelos estudos científicos que têm vindo a ser desenvolvidos sobre esta área, nomeadamente, através do Observatório das Famílias e das Políticas de Família do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa em Portugal. Os seus relatórios sinalizam as evoluções e também retrocessos das políticas de família mas, sobretudo, têm o mérito de monitorizar o estado das políticas de apoio à família através de uma análise clara em áreas concretas.

Relativamente ao campo da parentalidade, a análise efetuada sobre as políticas públicas indica que a própria nomeação do conceito é limitada. À exceção das licenças parentais, pela sua própria natureza, o/a sujeito-destinatário/a é, em geral, a criança e jovem, a mulher e o homem. Assim, Portugal segue a tendência das políticas de família no campo da parentalidade a nível internacional e não a assume como uma política específica, encontrando-se as medidas distribuídas por outras áreas (Daly 2020). No caso português é possível estabelecer ligações com as políticas públicas de proteção social, emprego,

⁴⁴ Lei n.º112/2009, de 16 de setembro, Estabelece o regime jurídico aplicável à prevenção da violência doméstica, à proteção e à assistência das suas vítimas e revoga a Lei n.º 107/99, de 3 de Agosto, e o Decreto-Lei n.º 323/2000, de 19 de Dezembro.

igualdade de género, educação e saúde. Contudo, também se observam ligações menos visíveis com áreas como a justiça ou a administração interna.

Em relação à despesa do Estado com a proteção social na maternidade, paternidade e parentalidade, Wall *et al.* (2014) sublinham que esta tem vindo a aumentar progressivamente, sobretudo a partir de 2009 (29% em referência a 2008), ainda que de forma mais moderada em 2011 (6% por referência a 2010), o que pode estar relacionado com a nova condição de recursos adotada em 2010, aplicável aos subsídios sociais parentais, e com a descida do número de nascimentos. O subsídio parental inicial exclusivo da mãe mantinha-se o mais significativo, representando mais de 60% da despesa global com a parentalidade em 2011; o subsídio parental inicial exclusivo do pai, introduzido em 2009, representava 9,7% da despesa global com a parentalidade em 2011, mais 0,3% do que em 2010. Note-se, todavia, que a taxa de fertilidade é a mais baixa dos países da União Europeia e que diminuiu de forma acentuada no período da crise. Assim o número de nascimentos foi de 101,381 em 2010 e de 82,367 em 2014. Após este período observou-se uma ligeira recuperação em 2018, ano em que nasceram 87, 020 crianças.

Ao analisarmos os dados de Portugal relativamente à evolução da despesa do Estado com a Licença Parental, o estudo de Correia (2020) revela que em 2018 ocorreu um aumento com a despesa em prestações de parentalidade de 49,3 milhões de euros, o que representa um aumento de 9,9% em relação a 2017, tendência que se tem registado desde 2012. A manter-se a tendência dos anos anteriores a despesa em 2018 advém essencialmente do número de beneficiárias das prestações de risco clínico na gravidez, do subsídio por assistência a filho e do subsídio parental alargado que tem conhecido um crescimento exponencial desde 2014.

De acordo com o estudo de Koslowski, Blum, Dobrtotic *et al.*, (2020), a Licença Parental Inicial (exclusiva da mãe), relacionada com o número de nascimentos, diminuiu entre 2011, de 81,027 para 66,99 em 2014. Por sua vez, esta quebra foi revertida em 2015, em que foram pagas 72.185 licenças e em 2019 foram pagas 74.249, mantendo-a evolução a abaixo de 2011. Quanto à Licença Parental Inicial com bonificação por via da licença parental transferível, ou seja, partilhada pela mãe e pelo pai, em 2009 quando foi introduzida teve uma forte adesão, dos 596 pais que partilharam em 2008 a Licença de Maternidade passaram a ser 17, 066 pais a partilhar a Licença Parental Inicial, em 2010. Em 2011, 17,856 dos pais tirou a Licença por 30 dias ou mais, durante os cinco ou seis

meses previstos na opção pela Licença partilha, em 2018 foram 27, 285, mas em 2019 o número baixou para 23,180.

O estudo indica que no que respeita à Licença de Paternidade (exclusiva do pai) não transferível (subiu nesse ano de 15 dias para 20 dias de dias de dispensa do trabalho) aumentou de 76.7% a percentagem de pais (66.405) que tiraram a licença comparado com 74.4% em 2018. Entre 2010 e 2018 regista-se um aumento exponencial no número de pais que tiraram a Licença Parental Adicional paga, passando de 1,764 pais, em 2010, para 9,744, em 2018. No entanto, registou-se uma queda para 7,718 em 2019. A licença Parental Adicional representa 10.4% do conjunto da licença parental, nas suas diferentes modalidades.

Quanto à despesa pública com as famílias durante o período de crise económica, segundo o Eurofound (2015) e os estudos de Blum, Correia Nygard *et al.*, (2020) Koslowski, Blum, Dobrtotic *et al.*, (2020), Portugal teve políticas muito restritivas de apoio às famílias, inclusive às famílias com filhos. Assim, com base num critério de seletividade, direcionou as medidas de apoio económico apenas para as famílias mais afetadas pela crise, introduzindo medidas como as cantinas sociais e maior apoio às famílias com filhos, em que os dois pais estivessem desempregados. Registou-se, deste modo, uma queda acentuada no número de famílias beneficiárias de apoio público, com impacto negativo nas famílias com filhos. Refira-se a análise já efetuada relativamente à prestação do rendimento Social de Inserção e estudos já mencionados nesta análise.

No caso das respostas sociais à primeira infância através do programa PARES, em 2006, registou-se um impulso significativo com um crescimento da resposta creche na ordem dos 30%, aumentando para o efeito em 50% os lugares em creches ao longo desse período (Wall *et al.*, 2013). Em 2011 a média de cobertura no continente era de 37% superando a meta de 33% traçado no Conselho Europeu de Barcelona em 2002⁴⁵. Neste período foi também introduzida a escola a tempo inteiro com uma componente de apoio à família e de atividades de enriquecimento curricular para os alunos do 1º. Ciclo, que se traduziu na possibilidade de a escola oferecer maior apoio às crianças e aos pais, promovendo a conciliação do trabalho com a família. No entanto, a opção política não foi dar continuidade a estas medidas e acabaram por ser reduzidas ou mesmo suspensas no período da crise. Em 2018, regista-se uma quebra ligeira da taxa de cobertura das creches

⁴⁵ Referido na generalidade dos estudos como “Cimeira de Barcelona”.

e amas, decorrente, por um lado, de um saldo negativo entre as aberturas e encerramento de respostas e, por outro lado, da evolução positiva da sua utilização que está associada a um aumento das crianças nesse escalão etário (Correia, R. 2020).

No plano da evolução das medidas de suporte à parentalidade, a melhoria de alguns indicadores observados em Portugal corresponde a períodos concretos, em que são desenvolvidos medidas ou programas, não correspondendo necessariamente a uma evolução continuada e consistente no tempo. O investimento nas respostas sociais à primeira infância e no apoio às crianças em idade escolar é um exemplo paradigmático disso, ainda que as alterações de política sejam justificadas com a crise, e que exista uma perspetiva programática de continuidade entre os governos. As licenças parentais, todavia, têm vindo a registar uma evolução significativa e durante a recente crise pandémica COVID-19 foram um meio de apoio às famílias. Tal como demonstram os dados demográficos, os modelos que têm orientado as políticas públicas de promoção da natalidade e apoio à família não têm sido, todavia, globalmente eficazes na sua função, e a sua validade também é questionável no plano da equidade (Wall *et al.*, 2014).

A relação entre as políticas de suporte à família, a promoção da parentalidade e o território é outra das dimensões a considerar. A *familyplatform* sustenta que a implementação de medidas de política de família ocorre cada vez mais a nível regional e local, pelo que, o desafio é tentar captar as diferenças entre os estados-membros da UE, por exemplo através de estudos exploratórios que contribuam para conhecer melhor a diversidade de vida das famílias (Wall *et al.*, 2010). A importância da dimensão regional e local é, aliás, tratada em diversos dos seus relatórios, nomeadamente Belletti et Rebuzzini (2010) e Stauber (2010). A finalidade é que os estudos contribuam para aumentar o conhecimento sobre estas dinâmicas e compreender a forma como as políticas públicas podem concorrer para o bem-estar das famílias e o desenvolvimento humano. A este propósito veja-se a recente iniciativa (COM) 9106/21, relativa a uma Garantia Europeia para a Infância, que determina que a avaliação desta Recomendação terá de contemplar os resultados dos planos a nível local, regional e nacional.

A importância da escala local para o desenho das políticas é demonstrada nos estudos de demografia. Numa análise sobre a realidade portuguesa relativamente à evolução demográfica, Bandeira (1996) alertava para a importância de políticas coerentes de descentralização administrativa, económica e social e de apoios às famílias que

combatessem a desertificação galopante do interior e a baixa fecundidade, com ações concretas para inverter estas tendências. Assim, “a conjugação dos dois níveis: regional e nacional, na análise e intervenção política, não deve ser descurada porque numa microescala e numa perspetiva individual da fecundidade pesam e cruzam-se uma série de efeitos e impactos diversos” (Pinto e Gomes, 2010, p. 74). Gomes *et al.* (2016) referem que na análise do comportamento da fecundidade, as diferenças entre regiões são explicadas por fatores socioeconómicos, mas também pela diversidade de padrões culturais e de atitude, nomeadamente, pelas questões multiculturais associadas à migração.

Por último, neste plano de análise das políticas de família e apoio à parentalidade, refira-se que Portugal, tal como outros países, está obrigado a seguir as diretrizes emanadas dos organismos de política internacional de que é Parte. No campo da proteção à infância Portugal, como Estado membro da ONU está obrigado ao cumprimento dos objetivos consignados na Convenção sobre os Direitos da Criança, ratificada por Portugal em 1999. Refira-se que o Artigo.º 18 da Convenção introduz o conceito de responsabilidade parental. O ambiente familiar e os direitos da Criança encontram-se previstos em diferentes secções.

As recomendações emanadas pelo Comité de Direitos Humanos sobre os relatórios elaborados por Portugal, respetivamente, o terceiro, quatro, quinto e sexto, relatórios relativos à aplicação da Convenção apresentam uma perspetiva sobre a evolução das medidas desenvolvidas no campo da parentalidade e da infância, no período compreendido entre 2010 e 2017. Neste período, apesar das mudanças registadas, continuam a observarem *deficits* expressivos quanto à efetivação dos direitos da criança. Contudo, em Portugal, a taxa de fecundidade de Portugal é a mais baixa de todos os países da União Europeia e o aumento registado desde os anos de crise económica (quando a taxa de natalidade caiu significativamente de 101.381 nascimentos em 2010 para 82.367 nascimentos em 2014), é muito modesto e insuficiente para alcançar o equilíbrio demográfico (Wall, Correia e Leitão, 2020).

Confrontado com os desafios atuais e perante os compromissos com a união Europeia, a nível nacional, Portugal definiu o Programa 3 em Linha – Programa para a Conciliação da Vida Profissional, Pessoal e Familiar, 2018-2019, alinhado com o Pilar Europeus dos Direitos Sociais, e com a perspetiva dos seus efeitos serem avaliado três anos depois. O

programa decorre do indicador do INE “Balanço vida-trabalho”, que vem a decrescer desse 2011, e visa, assim, melhorar este índice através de uma efetiva igualdade entre mulheres e homens, concorrendo para escolhas livres em todas as esferas da vida e contribuindo para a sustentabilidade demográfica. O Governo entende que “[t]rata-se de uma mudança cultural que exige convocar toda a sociedade e assumir um compromisso coletivo com medidas de impacto a curto, médio e longo prazo” e os seus destinatários são diversos: “organizações públicas, sociais e privadas, mulheres e homens nas diferentes fases do seu ciclo de vida (crianças, jovens, adultas/os e idosas/os) e famílias na sua diversidade de modelos”. Sublinhe-se que o apoio às famílias monoparentais é objeto de preocupação especial. Nas famílias jovens o programa atribui relevância à avaliação do impacto das medidas de combate à precariedade.

A expectativa é que Portugal concretize os quatro eixos em que assenta, respetivamente: o (im)pacto para a conciliação que mobiliza as diferentes entidades empregadoras; a conciliação na Administração Pública, tanto a nível central como local; a criação de equipamentos, serviços e incentivos à conciliação, nomeadamente nos domínios do cuidado, da educação, dos transportes e a saúde, e o eixo conhecer para conciliar com vista à produção de conhecimento e à sua divulgação, com potencial para apoiar novas ações. Contudo Correia (2020), no quadro do Relatório do Observatório das Famílias e das Políticas de Família, antecipa que “[n]ão obstante o seu instituto meritório, teme-se, no entanto, que o caráter meramente incentivador deste conjunto de medidas, não sendo acompanhado por efetivas mudanças estruturais, legislativas e financeiras, faça com que o mesmo fique aquém do seu potencial de mudança” (Correia, 2020, p. 19).

Entretanto, de forma inusitada a sociedade portuguesa e a comunidade internacional têm sido assoladas desde 2020 pela pandemia COVID-19, com efeitos negativos no plano da saúde e no plano socioeconómico⁴⁶, o que exigiu repensar as políticas sociais em Portugal e na Europa. Nesta senda, o governo português concebeu planos nacionais para diminuir o impacto da pandemia e promover o desenvolvimento sustentável do país. Face à gravidade do impacto que teve na economia dos Estados-Membro, o Conselho Europeu criou um instrumento estratégico denominado *Next Generation EU*: “Capaz de promover

⁴⁶ No Plano para a Recuperação e Resiliência, assume-se que: “A pandemia causada pelo vírus SARS-CoV-2, para além de representar uma emergência de saúde pública, que obrigou a respostas imediatas no plano sanitário, desencadeou uma retração generalizada da atividade económica, originando impactos sem precedentes e severas consequências de ordem económica e social à escala mundial”.

a convergência económica e a resiliência das economias da União, contribuindo para assegurar o crescimento sustentável de longo prazo e para responder aos desafios da dupla transição para uma sociedade mais ecológica e digital”, como consta no Programa apresentado pelo Governo português. O Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) apresentado, sob o desígnio “Recuperar Portugal, Construindo o Futuro”, foi submetido no início do segundo trimestre de 2021, com um período de execução até 2026⁴⁷. É assumindo como uma estratégia global que concorre para a Estratégia 2030.⁴⁸ Esta conta entre os seus objetivos, mitigar a perda populacional, apostando na recuperação dos indicadores de natalidade.

Nos seus objetivos gerais, o Plano encontra-se alinhado com os Pilares Europeus e fixa-se em seis pilares de que se destacam dois: o Pilar Saúde e Resiliência Económica, Social e Institucional, com vista ao aumento da capacidade de reação e preparação para crises, e o pilar Investimento em Políticas para a Próxima Geração, Crianças e Jovens, incluindo educação e competências. Este grupo geracional é considerado o mais afetado pelos efeitos da pandemia, decorrente do impacto social e económico que teve sobre as suas famílias. Regista-se que o discurso político assume de forma inequívoca as consequências negativas que esses efeitos podem ter no futuro das novas gerações: “Seja pelo facto de afetar o normal funcionamento das atividades letivas nos diversos níveis de ensino, seja pelo facto de interromper a natural transição entre os percursos educativos e o mercado de trabalho”, com impacto na forma como fazer as suas escolhas⁴⁹.

No PRR o apoio à parentalidade é explicitado no âmbito da componente Serviço Nacional de Saúde, através da seguinte perspetiva: “É de destacar também o impacto do

⁴⁷ Segundo o PRR “A combinação dos fundos europeus do Quadro Financeiro Plurianual e do *Next Generation EU* permitirá a Portugal aceder a um volume de cerca de 50 mil milhões de euros (M€) no período de 2021 a 2029, considerando apenas as subvenções. Esta oportunidade única permitirá ao país recuperar da severa crise conjuntural com uma resposta estrutural, assegurando um crescimento robusto e sustentável, sem deixar ninguém para trás.

⁴⁸ Refira-se que um dos quatro domínios estratégicos é “As pessoas Primeiro: um melhor equilíbrio demográfico, maior inclusão, menos desigualdade” prosseguindo uma política que concorra para a sustentabilidade demográfica.

⁴⁹ O PRR apresenta os seguintes dados: “em matéria de emprego, muitos dos novos desempregados são jovens (no 3.º trimestre de 2020, 11,4% dos jovens dos 15 aos 34 anos não estavam integrados no mercado de trabalho, nem em atividades de educação ou de formação profissional, mais 2,3 p.p. que o trimestre homólogo de 2019 e no 2.º trimestre de 2020 essa diferença foi ainda mais expressiva: 13,3% face a 9,0% no 2.º trimestre de 2019) e os trabalhadores com vínculos precários foram os mais afetados com mais de metade das situações de desemprego a deverem-se ao fim de contratos de trabalho não permanentes, reflexo da fragilidade destas formas de emprego e da maior exposição dos jovens às flutuações do ciclo económico”.

investimento nos cuidados de saúde mental de proximidade, designadamente as equipas comunitárias, na intervenção junto de vítimas de violência doméstica ou em iniciativas em curso como a parentalidade saudável”. Quanto à natalidade, o seu decréscimo é assinalado como um dos desafios exigentes com que Portugal se depara, assumindo-se como essencial incentivar a conciliação da vida profissional com a vida familiar. Este problema encontra-se inscrito na componente Respostas Sociais, na perspetiva que o reforço, a adaptação, requalificação e inovação das respostas é uma medida fundamental para a promoção da natalidade. Este apoio decorre do investimento no alargamento e requalificação da rede de equipamentos sociais, respetivamente, de duas medidas: aumentar a capacidade de resposta em creche, fundamentalmente nos territórios que ainda têm níveis de cobertura mais baixos e adaptar a resposta às necessidades das famílias e das realidades laborais que têm horários e contextos novos que importa acompanhar. Segundo o PRR, as “políticas públicas não estão a conseguir suplantar-se ao decréscimo das estruturas de apoio familiar ou ao número ainda insuficiente de estruturas de apoio social que resultaram das rápidas transformações que ocorreram no mercado de trabalho e na vida familiar”.

Como foi anteriormente referido, os dois programas estão relacionados com a perspetiva de desenvolvimento socioeconómico que a União Europeia tem assumido, com vista a políticas que concorram para a efetivação dos direitos sociais e para a coesão social. Os programas em causa revestem-se de especial importância para o rumo da evolução do bem-estar social, em Portugal, mas como vimos têm de ser acompanhados de mudanças em diversos domínios da sociedade. No que se refere às políticas de famílias ou de apoio à parentalidade, já observámos que não têm contornos identitários na configuração desses programas, e que a pressão demográfica não transparece, a questão agora é compreender se acontece o mesmo na arquitetura atual do pilar social europeu e no desenvolvimento que tem registado. Assim, importa analisar referenciais fundamentais para o futuro da União e dos Estados-Membros e identificar a forma como se encontra concetualizada a política de família ou de apoio à parentalidade.

3. A política de família e de apoio à parentalidade: desígnios europeus

Antes de se avançar para a atualidade é importante dar um passo atrás no espaço da União e recuar até novembro de 2017, quando o Parlamento Europeu, o Conselho e a Comissão

proclamaram o Pilar Europeu dos Direitos Sociais, cujas fundações assentam em 20 princípios que “são o farol que nos guia para uma Europa social forte, justa, inclusiva e cheia de oportunidades”. A garantia destes princípios visa favorecer o bom funcionamento e a equidade dos mercados de trabalho e dos sistemas de proteção social. O Pilar está articulado em três capítulos: 1) igualdade de oportunidades e acesso ao mercado de trabalho; 2) condições de trabalho justas; 3) proteção e inclusão sociais. Os princípios com uma relação mais direta com as políticas de família e apoio à parentalidade são os seguintes: princípio 1 abrange a Estratégia para a Igualdade de Género; princípio 4 contempla o pacote de apoio ao emprego dos jovens; princípio 6 abrange uma proposta de diretiva relativa a salários mínimos adequados; princípio 9 “Equilíbrio entre a Vida Profissional e Privada”; princípio 11 “Acolhimento e Apoio a Crianças”, refere-se à educação e acolhimento de crianças na primeira infância, ao combate à pobreza e promoção de igualdade de oportunidades, abrange a “Garantia Europeia para a Infância”. Estes princípios estão concretizados em medidas no Plano de Ação para o Pilar Social dos Direitos Sociais, que estabelece três grandes objetivos para a EU a serem alcançados até 2030: pelo menos 78 % da população entre os 20 e os 64 anos deverão ter emprego; pelo menos 60 % de todos os adultos deverão participar anualmente em ações de formação, e o número de pessoas em risco de pobreza ou exclusão social deverá diminuir pelo menos 15 milhões. Por sua vez, estes objetivos enquadram-se nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas e definem como ambição comum uma Europa social forte. Há que sublinhar que de igual modo os outros princípios, nomeadamente “Inclusão de pessoas com deficiência” também está diretamente relacionado com a política de família e com a parentalidade.

No caminho percorrido desde a definição do Pilar Europeu, encontra-se a Diretiva (EU) 2019/1158 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 20 de junho de 2019⁵⁰, relativa à conciliação entre a vida profissional e a vida familiar dos progenitores e cuidadores. A Diretiva estabelece requisitos mínimos destinados a alcançar a igualdade entre homens e mulheres quanto às oportunidades no mercado de trabalho e ao tratamento no trabalho, facilitando a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar dos trabalhadores que são progenitores ou cuidadores. Os direitos individuais relacionam-se com a licença de

⁵⁰ Revoga a Diretiva 2010/18/UE do Conselho.

paternidade, a licença parental e a licença de cuidador e com os regimes de trabalho flexíveis dos trabalhadores que são progenitores ou cuidadores.

A estratégia “Uma União da Igualdade: Estratégia para a Igualdade de Género 2020-2025”⁵¹, publicada em março de 2020, segue o segundo princípio do Pilar Europeus dos Direitos Sociais, e preconiza entre os seus objetivos “Ter uma vida próspera numa economia assente na igualdade de género”. Nesta matéria assume a melhoria da conciliação entre a vida profissional e a vida familiar como uma medida fundamental para colmatar as disparidades de género no mercado de trabalho, bem como a importância dos direitos e deveres das responsabilidades familiares pertencerem à mãe e ao pai, refere ainda o avanço decorrente da seguinte iniciativa: “A Diretiva Equilíbrio Trabalho-Vida introduz normas mínimas em matéria de licença para assistência à família e regimes de trabalho flexíveis para os trabalhadores, e promove a partilha equitativa das responsabilidades de prestação de cuidados entre os progenitores”. No âmbito aquele objetivo visa também colmatar a disparidade de género no plano da prestação de cuidados, tanto pela partilha equitativa das responsabilidades como através da disponibilização de serviços de acolhimento de crianças, assistência e social e serviços domésticos, em particular para as famílias monoparentais.

Veja-se, igualmente, a Recomendação do Conselho, de 30 de outubro de 2020⁵² relativa a “Uma ponte para o emprego – Reforçar a Garantia para a Juventude”, com vista a integração mais eficaz dos jovens no mercado de trabalho garantindo que até aos 30 anos todos/as beneficiam de uma oferta de emprego de boa qualidade, de educação contínua, aprendizagem ou estágio, no prazo de quatro meses após terem ficado desempregados ou terem terminado a educação formal, conforme preconiza o princípio quatro do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Para concretizar essa ambição deverá proporcionar-se aos jovens a integração estável no mercado de trabalho, sensibilizar e motivar um maior número de jovens, nomeadamente para desenvolverem as competências adequadas à evolução do mundo do trabalho, em especial as que são relevantes para os setores em crescimento e para as transições ecológica e digital. Independentemente dos obstáculos que estes possam enfrentar, é essencial garantir que nenhum deles é deixado para trás, assumindo que “as mulheres jovens são mais suscetíveis do que os homens jovens de se

⁵¹ <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52020DC0152&from=EN>

⁵² Substitui a Recomendação do Conselho, de 22 de abril de 2013, relativa ao estabelecimento de uma Garantia para a Juventude, (JO C 372 de 4.11.2020, p.1).

tornar inativas devido às suas responsabilidades na prestação de cuidados, tais como ocuparem-se dos filhos ou de adultos dependentes, ou devido a outras responsabilidades pessoais ou familiares”. Neste sentido, a Recomendação sinaliza o problema das disparidades de género no emprego e o facto da inatividade entre as mulheres jovens ser cinco vezes superior aos dos homens jovens, decorrente do facto de serem elas a assumir a responsabilidade de prestação de cuidados.

Relativamente ao enfoque na proteção da infância, no contexto da pandemia é assinada em dezembro de 2020, a Declaração Conjunta: "Superar a pobreza e a exclusão social - atenuar o impacto da COVID-19 nas famílias - trabalhar em conjunto para desenvolver perspetivas para crianças fortes". Esta Declaração, subscrita por 24 ministros do Conselho (Emprego, Política Social, Saúde e Consumidores), apela a uma Garantia Europeia para a Infância assente nos princípios e na abordagem integrada da Recomendação 2013/112/UE e do Pilar Europeu dos Direitos Sociais. Os ministros defendem uma forte aposta no respeito pelos direitos das crianças em risco de pobreza ou de exclusão social, designadamente, o direito de acesso a cuidados de saúde gratuitos, educação gratuita, educação e acolhimento na primeira infância a preços comportáveis, a uma habitação digna e a alimentação saudável.

Ainda no contexto do Pilar Social Europeu, é publicado, em março de 2021, O Plano⁵³ da União para os Direitos da Criança⁵⁴, trata-se de um compromisso da União Europeia e dos Governos com a efetivação dos direitos da criança para tenham oportunidade de ter uma vida boa. A Estratégia visa reforçar a participação das crianças na sociedade e garantir o respeito pelo interesse superior da criança, em que a prevenção das situações de risco social constituem uma questão central e está desenhada em torno de seis eixos, um dos quais é a inclusão das crianças na sociedade. O combate à pobreza infantil é assumido como um desígnio da União Europeia, o que implica que sejam tomadas medidas para que as crianças tenham acesso a uma boa educação e cuidados de saúde e para que o rendimento das famílias lhes permita satisfazer as suas necessidades.

Neste percurso o compromisso com a aplicação do Pilar Social é reforçado na Cimeira Social do Porto, organizada pela Presidência Portuguesa do Conselho da EU, em maio de 2021. Trata-se do reforço “da dimensão social da Europa para enfrentar os desafios de uma recuperação justa, inclusiva e resiliente e da transição ecológica e digital”. É

⁵³ https://ec.europa.eu/info/files/eu-strategy-rights-child-graphics_en

⁵⁴ https://ec.europa.eu/info/files/eu-strategy-rights-child-child-friendly-version_en

assumida uma abordagem integrada para retirar as crianças da pobreza, priorizando os fundos dirigidos aos direitos das crianças e é afirmado o compromisso com a iniciativa a Garantia para a Infância, a par de iniciativas de estímulo ao investimento em empregos sustentáveis e ao apoio social para os pais.

Em conformidade com a orientação de medidas de política para a infância, é publicada a Recomendação do Conselho Europeu para uma Garantia Europeia para a Infância 9106/21, 4 de junho. O objetivo é “Prevenir e combater a exclusão social, garantindo o acesso das crianças necessitadas a um conjunto de serviços essenciais, contribuindo assim também para defender os direitos da criança, combatendo a pobreza infantil e promovendo a igualdade de oportunidades”. Por “crianças necessitadas” entende-se pessoas com menos de 18 anos de idade em risco de pobreza ou exclusão social, que vivem em agregados familiares em risco de pobreza, ou que sofrem de privação material e social grave, ou com uma intensidade laboral muito baixa. A concretização desta recomendação exige que se “asseguem a coerência das políticas sociais, educativas, de saúde, de alimentação e de habitação a nível nacional, regional e local e, sempre que possível, melhorem a relevância dessas políticas para o apoio às crianças, de uma forma integrada”, bem como o desenvolvimento de “medidas de integração no mercado de trabalho, medidas de apoio aos pais ou tutores e de apoio ao rendimento das famílias, de modo a que os obstáculos financeiros não impeçam as crianças de aceder a serviços de qualidade”.

A sua aplicação deve ser garantida através da elaboração de planos de ação nacionais adaptados às circunstâncias nacionais, regionais e locais e os governos ficam comprometidos a apresentarem à Comissão, no prazo de nove meses a contar da data de adoção da recomendação, um plano de ação que cubra o período até 2030 para a sua aplicação. Com vista a uma boa governação, acompanhamento e comunicação de informações e tendo em conta as estruturas e mecanismos nacionais existentes, recomenda-se aos Estados-Membros que nomeiem um “coordenador nacional da Garantia para a Infância”, com um mandato adequado à coordenação e acompanhamento da aplicação da presente recomendação”.

Por último, há que sublinhar que no discurso proferido pela Presidente da Comissão Europeia sobre o estado da União⁵⁵ relativamente à ação desenvolvida e às prioridades

⁵⁵ https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/ov/SPEECH_21_4701

para o ano seguinte (que tradicionalmente ocorre em setembro de cada ano), Ursula von der Leyen, a 15 de setembro de 2021, não existe qualquer referência à importância do investimento dos Estados-Membros na promoção dos direitos da criança. Mais uma vez, a questão demográfica e a preocupação com o aumento da natalidade, não são inscritas na agenda e estão ausentes do discurso. A Presidente apresenta a sua perspetiva política sob o lema “Fortalecer a alma da União”, num discurso direcionado para a recuperação económica da União Europeia no cenário da pandemia que assola o mundo desde o início de 2020, as apostas enunciadas na área social visam a concretização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais, com uma nova estratégia europeia para a prestação de cuidados “para que todos os homens e todas as mulheres possam beneficiar dos melhores cuidados possíveis e alcancem um bom equilíbrio de vida”, bem como desenvolver esforços para combater a fraude e evasão fiscal com vista uma maior justiça fiscal.

Os jovens ocupam uma centralidade no discurso, nomeadamente com a criação no programa ALMA para que jovens em situação de exclusão social tenham oportunidade de ter uma experiência profissional noutro Estado-Membro. Surge a indicação de 2022 ser o Ano Europeu da Juventude, com os jovens a liderar os debates da Conferência sobre o Futuro da Europa. O discurso realça a preocupação da União com esta geração expressa nas seguintes palavras: “Tudo aquilo que temos feito, desde o Pacto Ecológico ao Instrumento de Recuperação da União Europeia, visa proteger o futuro dos nossos jovens”. Todavia, estas palavras não são traduzidas numa relação de vinculação clara entre estes programas e as políticas para os jovens, nomeadamente, com referência a desafios e medidas que estabeleçam a interligação entre si.

Acresce que na narrativa em torno da ideia expressa “A nossa União precisa de uma alma e de uma visão de futuro com que os jovens se identifiquem”, não se discorre qualquer referência à questão demográfica, apesar de ser um dos problemas cuja resposta os implica necessariamente, por via do seu contributo futuro para o aumento da taxa de natalidade. Refira-se que no discurso não existe qualquer alusão à família, não obstante a convicção expressa de que “Um dos principais ensinamentos que retirámos da pandemia foi o valor do tempo. Aprendemos que não existe tempo mais valioso do que aquele que consagramos aos nossos entes queridos”.

Em 15 de setembro, a Presidente da Comissão Europeia, enviou igualmente uma carta⁵⁶ de intenções ao Presidente do Parlamento Europeu e ao primeiro-ministro que assume atualmente a Presidência do Conselho, com as ações⁵⁷ que a Comissão tenciona empreender no próximo ano através de iniciativas legislativas e de outra natureza. Nas suas intenções, expressa o compromisso com a concretização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e realça a aposta nos jovens: “Queremos concentrar-nos no futuro, fazendo avançar os trabalhos sobre a Conferência sobre o Futuro da Europa e homenageando todos os jovens, celebrando em 2022 o Ano Europeu da Juventude”. A Presidente conclui a carta com as principais iniciativas a apresentar em 2022, respetivamente: Pacto Ecológico Europeu; Uma Europa Preparada para a Era digital; Uma economia ao serviço das Pessoas; Uma Europa mais Forte no Mundo; Promoção do Modo de Vida Europeu, e Um Novo Impulso para a Democracia Europeia. Contudo, numa carta de intenções que mais do que um caráter simbólico, traduz uma visão política das prioridades, não existe qualquer indicação destas iniciativas estarem associadas aos jovens. Esta questão é especialmente paradigmática numa fase do curso de vida em que se trata da geração que vai concretizar no futuro os desafios que se colocam hoje. Regista-se igualmente que se trata de iniciativas que passam à margem do problema demográfico quando uma das medidas para a resolução do problema é a forma como os jovens perspetivam a transição para a vida adulta, nomeadamente, a conciliação da vida profissional com a vida familiar e em que a decisão de entrada, ou não, na parentalidade.

4. Política de apoio à parentalidade: perspetivas de futuro

Face ao panorama apresentado, a expectativa é que se registe uma evolução da sociedade no sentido da construção de uma sociedade amiga da criança e das suas famílias. Como Bronfenbrenner (2002) sustenta tal desígnio requer políticas públicas e práticas orientadas para o tempo; os espaços; a estabilidade; o estatuto; o reconhecimento, e um sistema credível de suporte não só aos pais, mas também aos familiares, cuidadores, professores

⁵⁶ https://ec.europa.eu/info/sites/default/files/soteu_2021_address_pt_0.pdf

⁵⁷ A Presidente da Comissão Europeia referindo ao contexto de pandemia que tem assolado o mundo desde 2020, expressa: “De igual modo, temos de ter em conta a marca indelével que a crise deixou nas pessoas e na sociedade. O prosseguimento da concretização do Pilar Europeu dos Direitos Sociais e dos compromissos assumidos no Porto, no início deste ano, constituirá uma prioridade fundamental. Continuaremos a defender os valores, a justiça e a igualdade e a promover e defender o Estado de direito e a liberdade dos meios de comunicação social em toda a EU”.

e outros profissionais, trabalhadores, em geral, e às comunidades. Brazelton e Greenspan (2002) concretizam esta ideia propondo que os países desenvolvidos, para além dos atuais indicadores de saúde e bem-estar infantil (mortalidade, morbilidade, pobreza, etc.), também fossem avaliados por indicadores, como sejam as políticas de licença de paternidade, os programas de apoio familiar que promovam a prestação de cuidados afetivos contínuos, a qualidade dos cuidados prestados aos bebés, desde logo às crianças vítimas de maus-tratos ou abandono. Esta agenda é válida para todas as sociedades que reconhecerem a importância da parentalidade no desenvolvimento sustentável sociedade.

Perante a gravidade do problema social que a baixa taxa de fecundidade no contexto das dinâmicas demográficas representa para o desenvolvimento sustentável de Portugal e da sociedade europeia, há que refletir sobre a necessidade de aprofundar o debate sobre o papel do Estado na resposta a este problema. Ainda que se encontre identificado e estudado, há um longo caminho a percorrer numa sociedade que não tem demonstrado capacidade para contrariar uma tendência sociodemográfica que se tem vindo a agravar substancialmente. Neste sentido, coloca-se em perspetiva a oportunidade de refletir sobre a tese de Innerarity (2005) na área das políticas de promoção e apoio à parentalidade, sobre a qual autor coloca a questão de que: “(...) [A]s novas situações lembram à política que perante cada reforma, terá de formular uma interrogação: está na presença de problemas que pode, simplesmente, resolver ou de transformações históricas que exigem uma nova maneira de pensar?” (Innerarity, 2005, p. 11-12). Esta questão aplica-se igualmente a problemas que não sendo propriamente novos, tendem a ser respondidos com medidas que têm pouco potencial de inovação e transformação.

As mudanças na forma de pensar o problema convocam o Estado a equacionar uma maior participação do/a cidadão/a no debate sobre as políticas de promoção e apoio à parentalidade; é importante que, a partir das suas experiências, ajudem a imaginar e desenhar a política e as organizações públicas, num processo de cocriação com vista a uma inovação radical nos métodos de fazer a mudança, na redefinição das próprias organizações e dos seus procedimentos na relação com os cidadãos e no desenvolvimento das medidas (Marques, 2012). Trata-se de desenvolver a perspetiva do cidadão sujeito-de-direitos-deveres perante o Estado, para o cidadão-ator-protagonista na construção das políticas públicas. Se esta ideia é transversal a outras áreas, no campo das políticas de família e da parentalidade, em particular, reveste-se de particular importância numa área

que tem por objeto a vida privada e em simultâneo, é uma dimensão estruturante do desenvolvimento sustentável da sociedade contemporânea.

Ao conceitualizarmos a política nessa área, no pressuposto de beneficiar de uma maior participação do/a cidadão/a, a reflexão pode ser aprofundada com o contributo de Sen (2018) que, na mais recente edição da sua obra sobre bem-estar social e escolha coletiva, introduz pistas de reflexão sobre as vantagens de aprofundamento da governação participativa, no quadro da democracia representativa. Esta dimensão, não sendo objeto de aprofundamento neste estudo, deverá ser considerada num tempo de individuação, de uma crescente diversidade dos tipos de famílias, nomeadamente, no campo da parentalidade, tal como referido no capítulo anterior. Assim, é importante que neste campo das políticas públicas se considere que: “[A] eficiência das escolhas é tanto maior quanto mais assentar numa cartografia sólida dos problemas sociais e das respostas possíveis” (Rodrigues e Silva, 2012, p. 16).

Em 2021, no quadro da pandemia COVID-19 que afetou de diferentes formas a vida das famílias, o discurso do programa do governo no período 1999-2002 torna-se mais atual do que nunca: “Na mudança de ciclo que Portugal vive, melhorar esses apoios aos cidadãos, em geral, e às famílias em particular, é uma forma privilegiada de promover a reconciliação entre economia e sociedade, num país que se quer mais próspero e socialmente desenvolvido”. Este programa acontece numa fase em que se encerra uma década e se inicia uma nova década histórica, na altura o discurso política determinava que “Há, pois, um novo impulso a dar no apoio às famílias. O que tem que ser feito no reconhecimento de que as famílias portuguesas são sujeitas a um sobre esforço que penaliza particularmente aquelas que têm crianças, idosos ou dependentes”.

Em aberto, permanece a questão de desenvolver políticas de família com uma dimensão claramente assumida de apoio à promoção da parentalidade, ao longo do curso de vida das famílias, enquanto investimento no contexto natural de vida da criança e do jovem, e assumido como o pilar estruturante da sua resiliência (da segurança ontológica do sujeito) para construir o futuro, no contexto de uma sociedade de risco e incerteza. A resposta está nas opções políticas da União Europeia e dos seus Estados-Membros, em concreto, Portugal.

CAPÍTULO III | *Metodologia de investigação*

1. A investigação em Serviço Social e a lente analítica de Bernard Lahire

Lahire (2012) atribui particular importância à biografia dos investigadores na pesquisa em ciências sociais ⁵⁸, tanto pelo potencial que apresenta como pelos limites que contém. A sua relevância está associada a diversos aspetos, desde logo, o interesse do investigador por determinado campo de pesquisa, refletindo-se nas suas opções. Na presente investigação a escolha do campo está relacionada com a trajetória profissional da investigadora que tem estudado e desenvolvido a sua intervenção com famílias, focada na dimensão da parentalidade e dos maus tratos infantis. Refira-se também a sua curiosidade pelo desenvolvimento da sociologia da infância, área científica que entende a criança como sujeito construtor de biografias, em contextos diversos (Almeia 2009). Os seus interesses têm-se direcionado para as áreas da psicologia e da sociologia, no campo da parentalidade, numa perspetiva ecossistémica. Esta concretiza-se na relação que estabelece entre o nível macrossistémico, das políticas de família e das medidas de promoção e apoio à parentalidade, o nível mesossistémico da rede de instituições que fazem a mediação e concretizam as respostas e o nível microssistémico da família (Bronfenbrenner, 1996).

Esta reflexão convoca a própria formação da investigadora na área do serviço social, com expressão em diversas frentes. Desde logo a proximidade entre, por um lado, a perspetiva de Lahire sobre a produção científica em ciências sociais e, por outro lado, a base do conhecimento em serviço social. Segundo Lahire (2012), a tendência de especialização das sociedades modernas mantém os investigadores demasiados colados a uma dada perspetiva da realidade, não permitindo desenhar uma visão geral do mundo social e ter uma perspetiva complexa dos indivíduos na sociedade; o autor sustenta que a falta de reflexividade sobre a heterogeneidade de perspetivas e de interesses contribui para ocultar

⁵⁸ “Esses pontos de vista [dos investigadores], que também são "pressupostos subjetivos", têm uma sociogénese ligada às suas experiências de socialização. São essas experiências socializadoras que orientaram o seu olhar, a sua atenção, guiam a sua curiosidade e interesses de conhecimento. É com eles e às vezes contra eles que fazem ciência, mas nunca sem eles” (Lahire, 2012a, p.4).

a profunda unidade que liga a diversidade de pesquisas relevantes, quando na prática todas fazem parte de um programa maior de estudo dos comportamentos humanos. Diríamos que esta visão holística do conhecimento é particularmente útil a uma profissão que prossegue o bem-estar social e o desenvolvimento humano⁵⁹.

A investigadora partilha a tese de Banks (1997) ao defender que, apesar de muitas pessoas considerarem importante que o serviço social tenha um corpo próprio de conhecimentos, os papéis desempenhados pelos assistentes sociais e os seus contextos de intervenção são tão diversos que, mais do que beneficiar de um corpo unificado e específico do saber, é fundamental que sejam incorporados, na prática profissional, conhecimentos de diversas disciplinas científicas, orientados pela forte matriz ética e de valores da profissão. Nesta linha, refira-se que a abordagem de Payne (1991) sobre um amplo leque de teorias das ciências sociais e humanas fornece uma visão geral e integrada das suas implicações para o serviço social.

Relativamente à relação entre o bem-estar individual e os sistemas sociais, intrínseca à própria natureza da profissão⁶⁰, a investigadora revê-se amplamente no pensamento de Lahire (2012; 2012), um autor para quem o resultado ideal do trabalho de pesquisa consiste em dar visibilidade aos microcosmos nas suas relações de interdependência com os sistemas que compõem a configuração social global. A experiência profissional da investigadora permite-lhe observar a pluralidade de dinâmicas familiares, de motivações e competências associadas ao exercício da parentalidade. Nesta medida, interroga-se sobre o papel das políticas públicas na promoção e suporte à parentalidade. Por um lado, segundo estudos referenciados nesta tese, a parentalidade constitui-se como um valor fundamental na fase adulta dos sujeitos: o ideal da parentalidade, dimensão estruturanteda

⁵⁹ De acordo com a definição atual, adotada em 2014 pela Federação Internacional de Serviço Social e pela Associação Internacional de Escolas de Serviço Social, o Serviço Social é “Uma profissão de intervenção e uma disciplina académica que promove o desenvolvimento e a mudança social, a coesão social, o empoderamento (*empowerment*) e a promoção da Pessoa. Os princípios de justiça social, dos direitos humanos, da responsabilidade coletiva e do respeito pela diversidade são centrais ao Serviço Social. Sustentado nas teorias do Serviço Social nas ciências sociais, nas humanidades e nos conhecimentos indígenas, o Serviço Social relaciona as pessoas com as estruturas sociais para responder aos desafios da vida e à melhoria do bem-estar social”.

⁶⁰ “O Serviço Social é uma profissão e uma disciplina científica que reconhece que a interação entre os fatores históricos, culturais, espaciais, políticos e socioeconómicos e os fatores pessoais/individuais, pode funcionar quer como uma oportunidade ou como barreiras na promoção do bem-estar e do desenvolvimento humano” (<https://www.apss.pt/definicao/>, acedido em 7 outubro de 2020).

realização feminina e masculina⁶¹. Por outro lado, a questão também adquire pertinência ao constatar-se que Portugal é um dos países europeus com menor taxa de natalidade e que este fenómeno é um dos graves problemas sociais com que se debate. Considera-se, pois, que a incursão pelo estudo dos fatores associados ao adiamento da entrada na parentalidade, a partir do microssistema da experiência das mães e dos pais⁶², pode contribuir para ampliar a visão de políticas públicas *amigas* da parentalidade, na sua diversidade e complexidade dos mundos de vida de cada família. E, assim, concorrer para uma política de escolhas adaptadas ao curso de vida dos sujeitos e das famílias, numa sociedade de incertezas e num tempo de mudanças imponderáveis.

A relevância atribuída por Lahire (2012) ao processo de socialização científica inscrito na experiência biográfica dos investigadores vem, ainda, ao encontro da dimensão que a ética assume no serviço social, conforme se encontra plasmado nos seus referenciais éticos internacionais⁶³. A promoção do direito à autodeterminação, à liberdade de escolha dos sujeitos e do direito à participação, são princípios éticos da profissão que orientaram a opção da investigadora por uma pesquisa de orientação indutiva e abductiva (Blaikie, 2010), permitindo dar voz aos sujeitos. Através desta metodologia entramos num percurso criativo de investigação, guiado pelo potencial reflexivo do sujeito sobre a inscrição da parentalidade tardia no seu curso de vida. Com o contributo deste procuram-se apurar evidências que contribuam para o desenho inovador de políticas públicas na promoção e suporte da parentalidade, segundo a visão e necessidades dos sujeitos.

Seguindo a orientação teórico-metodológica de Lahire (2012), trata-se de descobrir o mundo plural que se encontra inscrito na vida do sujeito, com recurso às seguintes ideias-chave: a interpretação correta dos factos e comportamentos implica a pesquisa dos atores envolvidos na ação, em função das suas experiências passadas incorporadas sobre a forma de competências e de disposições para a ação, crer e sentir e, por sua vez, analisar as

⁶¹ “(...) [T]ambém o filho escolhido e intencionalmente desejado continua a responder a um desejo de auto-realização dos pais, ainda que procurada mais na dimensão relacional que na afirmação económica ou social da família, ou do apoio futuro por parte dos filhos” (Saraceno e Nalini, 2003, p. 214).

⁶² Como expressa Lahire: “Eles também se podem questionar como um campo ou mundo que diferencia ao longo do tempo em subcampos ou submundos específicos. O resultado ideal de tal pesquisa seria mostrar todos os microcosmos e as relações de interdependência que compõem a configuração social global” (Lahire, 2012a, p.4).

⁶³ “Declaração de Princípios para o Serviço Social”, aprovada em Dublin, em 2018 nas Assembleias Gerais da Federação Internacional dos Assistentes Sociais e da Associação Internacional de Escolas de Serviço Social (FIAS/AIESS), em articulação com a “Declaração dos Princípios Éticos para o Serviço Social”, aprovada em Adelaide, em 2004 e com “A Ética no Serviço Social – Princípios e Valores” aprovada em Colombo, em 1994.

práticas daí decorrentes; analisar as ações dos atores nos contextos globais ou locais, específicos; a definição desses contextos depende das dinâmicas históricas e dos interesses dos investigadores; os factos de diferenciação social dos campos (cultural, económico etc.) de ação são consensuais para a maioria dos sociólogos, independentemente da sua tradição sociológica; os microcosmos sociais observáveis não se referem às mesmas realidades sociais apesar da sua aparente familiaridade; é legítimo estudar o mundo social a diferentes escalas para compreender os diferentes níveis de realidade social (mundo, campo ou sistema, grupo, instituição, organização, interação ou indivíduo singular) e analisar vários aspetos ou dimensões das práticas.

2. O retrato sociológico enquanto processo de captação do património disposicional

No âmbito das ciências sociais a pesquisa qualitativa e a investigação biográfica, em particular, tem uma longa tradição. Nesta pesquisa partilha-se a visão de Lahire (2006, 2008) ao sustentar que o estudo de caso deve ser entendido na sua singularidade e não como a exceção ou de forma caricatural. O caso não deve ser pensado: “A título de caso ilustrativo por relação às figuras ideal típicas ou às tendências ou propriedades gerais estatisticamente associadas mais frequentemente a um grupo -, pode restituir às situações estatisticamente mais frequentes muito mais do que se acredita” (Lahire 2008, p.14). Trata-se de um campo que visa estudar o indivíduo nas suas dimensões singular e social, de conhecer as suas trajetórias, contextos, práticas e representações, numa dimensão global ou em dimensões concretas da sua vida. Todavia, é necessário que o investigador tenha consciência que a apreensão das realidades disposicionais é necessariamente limitada, não se reporta a todo o património disposicional do entrevistado.

Num campo em que coexiste uma pluralidade de abordagens científicas, existe um amplo e consolidado conhecimento sobre percursos de vida. Assim, perante a necessidade de fazer escolhas, a opção teórico-metodológica recai sobre a orientação teórica de Lahire (2002; 2004, 2006; 2008; 2012; 2019 [2013]), concretizada na abordagem dos retratos sociológicos (Lahire, 2004). O entendimento do autor assenta em que: “A noção de retrato reenvia-nos, no uso que faço dela, para a exploração do estudo de caso que tenha acumulado um longa série e informações sobre a mesma «unidade». Mas esta unidade

pode ser uma «configuração familiar» (como em *Tableaux de familles*, 1995) ou um indivíduo (como em *Portraits sociologiques*)” (Amândio, 2012, p. 200). A teoria disposicional de Lahire é um recurso importante no que se refere a diferentes noções, respetivamente: “Pluralidade disposicional, de transferibilidade das disposições de género, de classe e de etnicidade entre contextos de ação (vigília *versus* sonolência das disposições), bem como à possibilidade de ativação ou não ativação de diferentes disposições conforme os múltiplos contextos de ação” (Lipes e Bóia, 2012, p. 63).

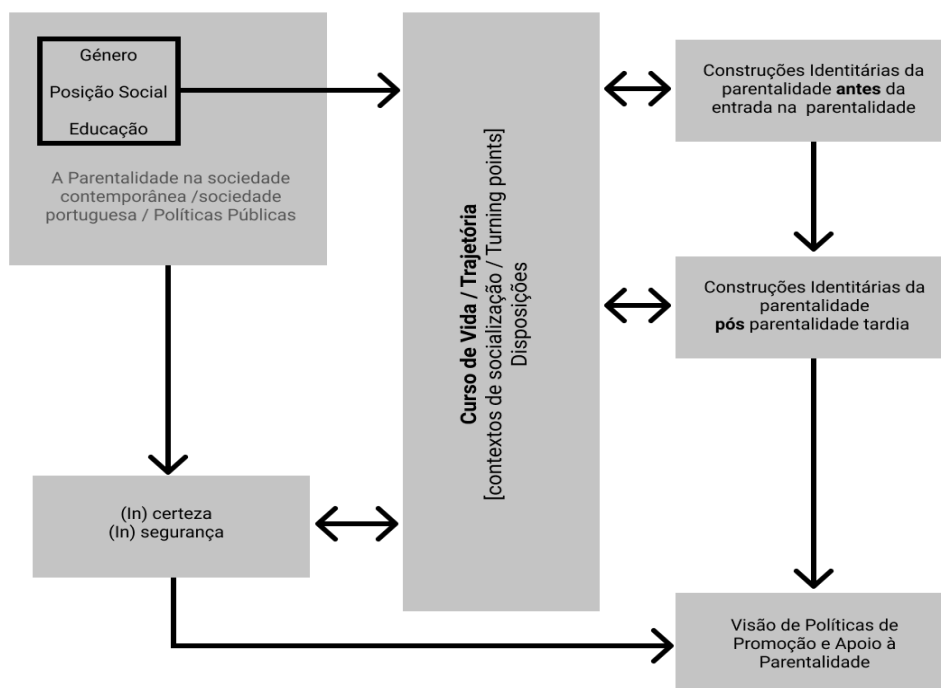
Lahire (2006; 2019 [2013]) argumenta que uma sociologia de caso individual que analisa a realidade sociedade deve tem em conta a sua forma mais individualizada, incorporada e interiorizada; questionar a forma como a diversidade exterior se transforma em corpo; como experiências socializadoras diferentes e por vezes contraditórias, podem coabitar no mesmo corpo e como se instalam, mais ou menos duravelmente, em cada corpo, e como intervêm em diferentes momentos da sua vida ou da biografia do indivíduo. Como refere, estas são questões que se devem colocar a uma sociologia que se preocupe com as bases individuais do mundo social, para especificar a sua tese sustenta: “O indivíduo não é mais universal, genérico e plástico, mas concreto e singular (Lahire, 2019, [2013], p. 83).

A sua tese, situada no âmbito da sociologia disposicional, define disposição (Lahire, 2019 [2013]) como um “passado incorporado” no decurso de experiências de socialização que se assume como uma propensão, uma tendência ou inclinação, isto é, como capacidades mobilizáveis, disponíveis, constituindo-se como um mecanismo de antecipação prática no curso dos acontecimentos: “A disposição é uma tendência a crer, pensar, ver, sentir apreciar ou agir de uma certa maneira” (Lahire, 2019 [2013], p. 143). O autor sublinha que não se trata de uma disposição geral que se pode associar, por exemplo, à habilidade para uma prática desportiva (Lahire, 2004). A nível concetual distingue disposição de competência em que esta é equacionada como um saber fazer. Nesta conformidade explícita, ainda, que a disposição “Não é uma resposta simples e mecânica a um estímulo, mas uma maneira de ver, sentir ou agir que se ajusta com flexibilidade às diferentes situações encontradas. No entanto, nem sempre a disposição se consegue ajustar ou adaptar” (Lahire, 2004, p.30) tendo aqui tem o cuidado de realçar que “o processo de ajuste não é o único possível na vida de uma disposição”(Lahire, 2004, p.30).

Lahire defende a tese de uma sociologia à escala individual, assumindo como pressuposto que a sociologia é indissociavelmente *disposicionista* e *contextualista*. O autor distancia-se, por um lado, de teses que atribuem um determinismo a variáveis estruturais, como a classe ou grupo social de pertença e, por outro lado, de perspetiva teóricas que argumentam sobre a absoluta fragmentação do Eu, ignorando o vínculo social do indivíduo ao grupo, numa sociedade totalmente desagregada, dominada pela ascensão da individualização que está para além da relação com os contextos e a cultura (Lahire, 2006). Não obstante a crítica a autores que desenvolvem a perspetiva da individualização na sociedade contemporânea (Lahire, 2006), como é o caso de Beck, tal não implica que se considere tratar-se de perspetivas que se anulam, pelo que, este próprio autor é uma das referências teóricas para pensar o objeto desta pesquisa. De igual modo, também se assume que apesar de se reconhecer a importância da influência de autores como Bourdieu, pela proximidade crítica de Lahire às suas teses, nomeadamente ao conceito de *habitus*, ou a afinidade com a sociologia da ação (Lahire, 2002; 2006; 2012) estes não vão ser objeto de aprofundamento nesta pesquisa, uma vez, que a opção teórica-metodológica é inspirada por Lahire.

Seguindo a orientação do autor, o modelo de análise procura compreender o património disposicional de cada indivíduo, a sua dinâmica sob condições diversas e o papel na resposta aos pontos de viragem ao longo do seu curso de vida, em diferentes contextos de socialização, na perspetiva que: “As sociedades intensamente relacionadas em que vivemos obrigam-nos a privilegiar, até ao limite, o estudo das relações, conexões, conjunções/disjunções, trânsitos, traduções, dissonâncias, bifurcações, encruzilhadas e hesitações” (Lopes e Bóia, 2012, p.63). Assim, desenhou-se um modelo conceptual de análise aberto, construído a partir da análise de variáveis estruturais inerentes à condição do indivíduo, como sejam, o género, a educação e a posição social, que intersestadas com a insegurança e as incertezas, com que se depara ao longo do seu curso de vida, concorrem para uma dada visão das políticas de promoção e apoio à parentalidade, suportada igualmente nas construções identitárias do indivíduo antes e depois da transição para esta fase. E, por esta via, compreender como é que a sua identidade se forma e reconfigura mobilizada pelo seu património disposicional, nos diferentes contextos de socialização, e acaba por se traduzir na transição tardia para a parentalidade. Este modelo encontra-se explicitado na figura seguinte.

Figura 1 – Modelo de Análise



Na pesquisa utilizam-se entrevistas semiestruturadas de orientação biográfica. De acordo com o modelo de análise, o guião de entrevista abrange o curso de vida dos sujeitos que numa perspetiva retrospectiva a partir do presente, em contexto de conjugalidade, refletem sobre as diferentes fases da sua biografia, da infância, à juventude e até à idade adulta; orientados pela lupa da entrada tardia na parentalidade partilham as experiências mais significativas em diferentes contextos de socialização. Este processo de construção foi orientado pela tese de Lahire (2003) relativa à abordagem do passado, em que se considera teoricamente “A questão do passado incorporado, experiências socializadoras anteriores, evitando ao mesmo tempo negligenciar ou anular o papel do presente (da situação), fazendo como se todo o nosso passado agisse, «como um único homem», em cada momento da nossa ação” (Lahire, 2003, p. 60). A entrevista está organizada em três partes: uma primeira parte temática, denominada “Trajetória na parentalidade”; uma segunda que compreende dimensões ou períodos específicos, e uma terceira que faz um balanço da entrevista.

A primeira parte foca-se na descrição do percurso de adiamento e experiência na parentalidade, em geral, nas questões da insegurança e da incerteza; segue-se uma temática referente à identidade de género sobre representações, crenças, modelos e práticas, e uma terceira que incide no exercício da parentalidade, em concreto, no contexto da relação de casal e na conciliação da vida pessoal com a vida familiar e a vida profissional. A segunda parte engloba as seguintes dimensões da trajetória individual: origens sociais; educação escolar; trabalho; família e afetos; sociabilidade e redes informais e formais, e território. Por último, a parte que faz um balanço da entrevista contempla os seguintes aspetos, numa perspetiva avaliativa: questões relacionadas com o adiamento e a experiência da parentalidade; considerações sobre a situação geral da parentalidade em Portugal; sugestões e contributos sobre políticas públicas com efeito na promoção e suporte da parentalidade, e visão de futuro.

Com a inspiração em Lahire (2004), após a realização da entrevista elabora-se o retrato sociológico, com a sistematização e descrição da entrevista, organizada de acordo com uma perspetiva diacrónica do curso de vida do indivíduo. Segue-se a análise do retrato, em que se tenta captar o seu património disposicional: “nas dobras singulares do social” (*dans les plis singuliers du social*) na expressão do autor (Lahire, 2019 [2013]), precedida de uma síntese interpretativa. Através desta metodologia procura-se, assim, contribuir da forma mais reflexiva possível para os objetivos desta pesquisa: “que se baseia nos relatos de práticas, compara-as, faz surgir coerências e contradições...; também é o efeito da modelagem sociológica que retém apenas parcelas de vida, não necessariamente aquelas que os entrevistados destacam ou destacariam para falar de si mesmos” (Lahire, 2004) consta nos agradecimentos e não tem página). Esta ideia é apresentada pelo autor nos agradecimentos que endereça aos/as entrevistados/as no seu estudo, mas é simultaneamente expressão viva da abordagem plasmada nesta pesquisa.

Na análise é conferida particular atenção a aspetos sinalizados por Lahire (2004), nomeadamente, a noção que a disposição embora implique “uma operação cognitiva que evidencia a coerência de comportamentos, opiniões, práticas diversas e muitas vezes dispersas não se deve pensar que, obrigatoriamente, a disposição deve ser geral, transcontextual e ativa em todos os momentos da vida dos atores” (Lahire, 2004, p.28). De igual modo, tenta-se contrariar o abuso da generalização dos possíveis efeitos da disposição. Refira-se, ainda, a preocupação metodológica em não considerar uma disposição como uma entidade autónoma, independente das circunstâncias e contextos de

atualização. Nesta linha de análise, é necessário ter presente que a referência à transferência de uma disposição só deve acontecer se for transferível entre contextos diferentes.

Acresce que a interpretação do discurso não se deve restringir ao que está explícito no discurso, cujos elementos são particularmente significativos para o entrevistado, pois existem diversos aspetos do seu património disposicional que se evidenciam a partir de informação aparentemente menos expressiva. O potencial latente do não dito é captado por uma atitude de escuta ativa do investigador, na convicção que é fundamental a sua capacidade de ler o silêncio com o propósito de produzir conhecimento a partir do microcosmos do sujeito. Lahire (1996), reflete amplamente sobre riscos associados à interpretação na pesquisa em ciências sociais, sublinhando que a produção de “dados” não surge espontaneamente, mas sim a partir de uma série de atos interpretativos.

Em seguida, e para concluir este enfoque na entrevista, há que explicitar que na pesquisa realizam-se entrevistas a sete mães e a um pai que entraram na parentalidade depois dos 35 anos. Na tabela que se segue apresentam-se dados sociodemográficos de caracterização das mães e do pai entrevistado.

Caraterização Geral das/o Entrevistadas/o

Entrevistadas/o (nome fictício)	Qualificações académicas	Posição económica		Situação perante o trabalho	Ano nascimento	Idade de entrada parentalidade	Idade à data entrevista	N.º filhos/as	Idade dos/as filhos/as	Tipo família
		Origem	Atual							
Ana	Licenciatura	Baixa	Média	Empregada	1971	38 anos	46 anos	2	8 anos e 5 anos	Biparental
Heloisa	Licenciatura	Alta	Alta	Empregada	1976	35 anos	41 anos	3	6 anos e 3 anos	Biparental
Filomena	Licenciatura	Média	Média	Empregada	1975	35 anos	42 anos	2	5 anos e 7 anos	Biparental
Andreia	Licenciatura	Baixa	Média	Desempregada	1974	36 anos	44 anos	2	8 anos e 5 anos	Biparental
Maria	Licenciatura	Média	Baixa	Desempregada	1977	40 anos	41 anos	1	1 ano	Biparental
Sara	Licenciatura	Média	Média	Desempregada	1973	40 anos	42 anos	1	2 anos	Monoparental
Marta	Licenciatura	Baixa	Baixa	Desempregada	1973	46 anos	48 anos	1	1 ano	Biparental
André	3.º Ciclo	Baixa	Baixa	Empregado	1973	36 anos	45 anos	2	2anos e 9 anos	Biparental

Fonte: A partir das entrevistas realizadas a mães e pai.

3. Estudo empírico: o retrato sociológico na compreensão do adiamento da parentalidade

Neste capítulo apresenta-se, a título ilustrativo, um dos retratos elaborados e o esquema de análise subsequente. Esse esquema espelha a análise da recolha dos dados biográficos,

em profundidade, que permite captar nos diferentes contextos de vida a formação e mobilização do património disposicional de cada entrevistada/o, como se constitui enquanto recurso para gerir os pontos de viragem, as bifurcações, nas sua vida e com base na experiência acumulada, antes e depois da entrada na parentalidade, apresentarem uma visão sobre das políticas de promoção e apoio à parentalidade.

4. Retrato da Ana | A supermulher: enraizada no papel de filha, projetada como esposa e mãe

A mãe A tem 46 anos e foi mãe pela primeira vez aos 37 e pela segunda vez aos 40 anos. É natural de um meio rural, cresceu numa família de baixa posição social, mas os pais sempre investiram na sua trajetória escolar. Aos 17 anos, quando saiu de casa para concluir o ensino secundário e entrar na universidade, aprendeu a gerir de forma responsável a sua autonomia, baseada nos valores que o pai e a mãe lhe transmitiram e que constituem um modelo que a continua a inspirar a sua vida. A socialização familiar é um contexto por excelência de formação do seu diversificado património disposicional, tal como da sua crença, não consciente, para a genderização dos papéis, com particular expressão no exercício futuro do seu papel na parentalidade. É professora, considera-se uma mulher realizada e independente. A entrada na parentalidade nunca foi uma prioridade para si, a disposição para a maternidade forma-se com o nascimento da primeira sobrinha, pelos seus 31 anos. No entanto, decorrente do adiamento da conjugalidade a entrada na parentalidade foi sendo adiada. Depois de quatro anos de namoro e de uma interrupção de três anos, associada à situação de incerteza o namorado casou aos 35 anos, ancorada no seu sentimento de segurança ontológica, no quadro de fortes disposições, respetivamente, relacional-afetiva, ascética e pragmática. Seguiu-se a transição para uma parentalidade não planeada, mas desejada, consciente dos condicionalismos que a sua idade já começava a impor. A sua disposição para a maternidade e a aproximação aos 40 anos estiveram associadas ao planeamento da segunda gravidez. A coesão na relação de casal e a participação do marido, nesta nova fase da sua vida, ativaram a sua disposição para agir e o desenvolvimento das suas competências parentais, observando-se o exercício de uma parentalidade responsável. Todavia, a família é confrontada com encruzilhas inesperadas tais, como o desemprego do marido, as dificuldades económicas associadas, e o inusitado diagnóstico da doença

de Alzheimer deste. A mãe mobiliza, assim, o seu património disposicional para responder a estas crises. A mãe manifestou total disponibilidade para a entrevista, assumindo uma atitude introspetiva decorrente de fortes disposições reflexivas que se manifestam na sua visão sobre as políticas de promoção e suporte da parentalidade.

Da infância à idade adulta: uma trajetória ascética com implicações na conjugalidade e na parentalidade

Desde a infância as dificuldades económicas nunca foram uma barreira para Ana. Nesta fase do seu curso de vida encontramos as raízes da sua disposição ascética que acabou por se constituir como um fator facilitador da entrada na parentalidade, como vamos verificar. Cresceu numa família com poucos recursos económicos. Tanto a mãe como o pai são naturais de uma zona rural, no Alentejo. Ana nasceu quando a mãe tinha vinte e dois anos. É a primeira de duas irmãs.

Venho de uma família humilde, muito simples (...) [O]s meus pais têm os dois a 4.^a classe, a minha mãe doméstica, o meu pai motorista (...) [S]omos duas irmãs e a minha mãe foi mãe bastante mais cedo, com cerca de vinte e dois, e o pai andava pelos vinte cinco anos.

Ana ilustra de forma clara que o baixo estrato socioeconómico da família não limitou a sua educação, o seu desenvolvimento pessoal e social.

Fomos criadas sem luxos, sem prendas, só nos anos e no Natal, para termos as mensalidades do colégio pagas. Foi a melhor educação que podíamos ter recebido. A melhor. Não tínhamos prendas caras, não viajávamos com os nossos pais porque não tínhamos (...). E deram-nos, optaram os dois por nos dar o melhor que [nomeada cidade] tinha, o [nome do colégio]. Deram a mim e à minha irmã. Por isso imagine. Uma família modesta, do senhor motorista da câmara municipal, a minha mãe doméstica, deram-nos o melhor colégio que [nome da cidade] tinha.

A educação que recebeu no contexto da socialização primária permitiu-lhe aceder a uma diversidade de experiências, com impacto positivo na sua formação. As dificuldades económicas nunca foram uma barreira na infância, nem nas diversas transições ao longo do seu curso de vida. A infância e adolescência decorreram sem crises, adaptando-se a cada fase do seu curso de vida, um percurso regular e tranquilo.

Se me perguntar como é que era com quinze anos ou dezasseis, acho que já nem me lembro bem, quase que tenho que fazer um esforço. (...) [O]ra eu fui uma rapariga perfeitamente normal. Estudei a escolaridade toda normalmente. Fiz a

minha licenciatura em português e francês. Sou professora destas duas disciplinas.

O investimento dos pais na educação é reconhecido por Ana e muito valorizado.

Foi a melhor educação que podíamos ter recebido. A melhor (...) [V]iaávamos com o colégio para férias missionárias, para o estrangeiro, para tudo o que o colégio salesiano proporcionava.

Os pais proporcionaram-lhe o acesso à universidade e por consequência o acesso a novas realidades, contrariando a vida modesta e as experiências limitadas dos seus pais. Uma dessas experiências ocorreu quando estudava na universidade e nas férias de verão foi trabalhar, como ama, para casa de uma família em [nome do país].

(...) [E]u escrevi para os colégios, para a direção dos colégios salesianos e como eles têm filhos... à luz de famílias numerosas, era fácil de encontrar alguém que precisasse durante as férias para tomar conta. Então eu consegui esse contacto. (...) [F]ui para desenvolver o meu francês. (...) [P]ara ser melhor professora. Então a melhor maneira para aprender a língua francesa é com crianças dos três aos quinze anos.

Tratava-se de uma família numerosa, cujo pai tinha ido para a guerra na Bósnia e a mãe ficou sozinha a cuidar de seis filhos, sem empregados. Por sua vez, a família convivia com outras famílias numerosas. Com esta experiência a sua disposição ascética foi reforçada, aprendeu a gerir com disciplina recursos poucos, mobilizando as pessoas para se ajudarem, e desenvolveu competências que foram úteis no desempenho do papel parental. A realização deste estágio foi importante para a sua visão da maternidade.

A transição para a vida profissional, foi um ponto de viragem no seu curso de vida, um tempo da emancipação e conciliação das suas disposições ascéticas com a descoberta do hedonismo proporcionado pela sua independência financeira. A entrada no mercado de trabalho ocorreu logo depois de terminar a licenciatura, mas recebeu o seu primeiro salário ainda durante o curso. A sua situação proporcionava-lhe uma vida de prazer, descrita a uma das suas alunas a propósito da importância de prevenir a gravidez na adolescência.

A professora saiu as vezes que queria, saía as vezes que queria, viajei o que podia (...) [P]assei, convivi, estudei, fiz tudo e aos trinta e sete não preciso nada disso. (...) a professora fez isso tudo, até aos trinta e sete. (...) [A] [nome da aluna] vai sentir falta... com dezassete e com uma pequenina lá ao lado para amamentar, que não a deixa dormir.

A oportunidade de ter acesso a novas experiências, proporcionadas por um nível económico mais elevado, influenciou o seu gosto, mas manteve a sua disposição ascética, conciliando estas duas dimensões no exercício da parentalidade, nomeadamente na educação dos filhos.

Acho que aqui a parte do dinheiro, condiciona as nossas escolhas... porque como somos pessoas cultas, modéstia à parte, também sabemos o que é luxuoso, o que é prazeroso, o que é que é mais agradável para lhes dar [aos filhos]. (...) [O] que é que faz uma pessoa com o ordenado mínimo?

Não obstante, a sua ascensão em termos de posição social, distanciando-se da condição sócio económica dos seus pais, Ana manteve a sua disposição ascética, ativada em diferentes contextos, nomeadamente na sua visão sobre a sociedade e a parentalidade. Ao refletir sobre a cultura dominante, direcionada para o hedonismo, e sobre a sua experiência profissional, Ana argumenta que a educação para o ascetismo, o sacrifício, e para a responsabilidade podiam contribuir para a promoção da parentalidade e para o exercício responsável deste papel social.

Não, não sei se há uma idade certa para sê-lo... acho que há uma educação... a ver se eu não me baralho aqui com as minhas ideias. Penso que há uma educação muito para... vale tudo, tudo tem que funcionar muito bem, tenho é que tirar gozo disto. Não há uma educação para o sacrifício, para a ausência de, para a privação de, não há um ensino da dor, do sacrifício, do que corre menos bem. Então faz com que a pessoa quando se deparam com algum problema ele torna-se hiperbólico, torna-se ainda maior do que aquilo que é, porque as pessoas não sabem lidar com o sofrimento, não têm maturidade ainda para lidar com o sofrimento. Eles próprios foram pais tão cedo que de repente estão com filhos que estão a ser pais. Aparece uma gaiata grávida.

Através do exemplo do seu contexto profissional, da sua prática e dos outros professores, demonstra como seria possível conciliar os valores que defende, e cuja utilidade na formação do sujeito vai para além do próprio desempenho dos papéis no contexto da parentalidade.

Nós ensinamos as crianças assim. Tentamos todos os dias, o professor de história, o de português, o de inglês, o de francês, todos nós tentamos fazer isso. (...) [N]ós temos num sentido futuro... Hoje vocês são filhos, amanhã pais sereis. Educamos-las no sentido de responsabilidade, de seriedade, cumprimento de valores como a verdade, a amizade, o respeito, a atenção, o desenvolvimento intelectual. (...) [D]epois quando recebemos os pais, percebemos que os pais não nascem, tal como cada um de nós, com uma cartilha para serem pais. E como vivem assoberbados de trabalho, em vez de tirarem um tempo que não têm, para conversar com eles ou para brincar, substituem essa parte afetiva com prendas: telemóveis, ipad, etc, etc, etc... o que sublinha ainda mais o isolamento físico. Então, nós ensinamos os miúdos o sentido coletivo, trabalhamos para uma sociedade melhor, com valores de partilha, liberdade, igualdade e respeito, e

quando recebemos os pais percebemos que “ai professora eu não sei lidar com ele... não sei nada disto... eu já não sei o que fazer... não tenho mão nele.

O ascetismo é entendido como um valor estruturante da educação familiar, contribuindo para o desenvolvimento de competências ao longo do seu curso de vida. Ao longo da entrevista, esta disposição e a disposição para agir surgem associados no seu discurso e são expressos em diferentes contextos. A herança do seu meio de origem é efetivamente muito diversificada e retratada por si de forma muito objetiva.

Aprendi com a minha mãe a gerir uma casa, a gerir as contas. Aprendi com o meu pai, a ser responsável no trabalho, a cumprir horários, a respeitar o patrão, a respeitar colegas. Não temos ... aprendi a estar no mundo, numa religião, numa família, um partido político definido, opções sociais, económicas todas definidas. A ter palavras de honra, palavras limpas. Estes critérios basilares para fazer de mim uma profissional respeitada, respeitadora, e por... por todas as escolas onde passei, a conseguir gerir a minha casa e a conseguir perceber que conseguia gerir uma família. À semelhança ou melhor daquilo que vi dos meus pais.

A incorporação desta disposição também se constitui como um fator protetor em decisões importantes da sua vida, permitindo-lhe tomar decisões com riscos associados, como aconteceu na transição para a conjugalidade e para a parentalidade. Ana namorou, separou-se, reconciliou-se e casou com aquele que é o pai dos seus filhos. Mais uma vez, a sua disposição ascética permite-lhe compreender que ela e o marido se encontravam em diferentes fases do seu curso de vida.

A instabilidade dele, com muita dificuldade em ter horário, muita dificuldade em conseguir juntar duas e três escolas para conseguir horário completo e geograficamente muito difícil em organizar esta parte, economicamente muito difícil, com despesas de manutenção de carro e de alojamentos e tudo. E então decidimos adiar um bocadinho o projeto a dois, daí os três anos depois separados. (...) [A] questão profissional (...) [E] em termos de patamar emocional eu estaria mais pronta para uma relação, ele também estava, mas não tanto, não tanto quanto eu (...) [E] depois pensámos... não pronto, vamos avançar. Não é assim um percurso muito normal, mas foi o que aconteceu.

A vida com um companheiro sem estabilidade profissional não se perspectivava que a situação sofresse alteração a curto ou médio prazo. Assim, após um período de três ou quatro anos de incerteza e sem perspectiva de um futuro melhor a este nível, Ana e o companheiro tomam a decisão de entrar na conjugalidade.

Foi a mudança radical, completa de prioridades (...) [p]or saber que gostávamos de ficar um com o outro. E relativizar a parte do emprego e optar pela estabilidade de um, só de um, em vez dos dois. Que era a minha. E a dele resolvia-se, como se resolveu. Foi pensar: é a altura certa para tomar este passo. Estamos à espera do quê?! De termos os dois, emprego estável? Às tantas nunca nos teríamos juntado, penso eu.

Quando ela e o namorado decidiram casar, ele estava desempregado, era professor e encontrava-se a concorrer para concursos na escola pública.

Ficámos em [nome da cidade] onde eu tinha casa de solteira. Ele, ele optou por mudar para cá. Aqui concorria e iria tentar algum horário e conseguiu horário completo, mas para a zona de [nome da cidade], para aí para essas zonas... e recusou. E eu pensei, não há problema...

A incerteza com que se confrontavam a nível profissional e económico, com consequências na vida do casal, não foi um obstáculo. A sua educação contribui para construir um nível de segurança ontológica que lhe permite gerir a incerteza e o risco. Assim, a transição para a conjugalidade não surge associada à estabilidade económica, aliás, quando é questionada sobre este fator, refere de imediato.

Não, não tinha nada com estabilidade económica. Tinha a ver com fazer todo o sentido, sermos mais que dois e termos mais de 30 anos (...) [P]orque, eu penso que é um balanço, entre duas personalidades equilibradas. Sim, penso que quando as pessoas sabem o que querem, sabem como estão na vida, o que gostam...

A entrada da irmã na conjugalidade foi um modelo inspirador para Ana, transmitindo-lhe segurança numa fase da vida que se perspectivava de alguma austeridade. Ativando novamente a sua disposição ascética assumiu com serenidade os riscos associados à entrada na conjugalidade. Começavam, assim, a criar-se as condições para a futura entrada na parentalidade: Recordo perfeitamente quando a minha irmã casou, o meu cunhado era estudante, organizaram a sua vida, veio a primeira bebé. O meu cunhado estava a acabar o curso... não há problema, organizamo-nos”.

Assim, ao longo do seu curso de vida, a sua disposição ascética tem sido um fator protetor para ultrapassar dificuldades económicas, mobilizando os recursos internos e externos que tem. Na transição para a parentalidade a rede de apoio informal foi um desses recursos, apoiando-a com equipamento e materiais quando foi mãe pela primeira vez.

Herdámos tudo [nascimento da primeira filha], roupa, ovos, carros, herdámos tudo. Aproveitamos tudo. Foi tudo uma decisão muito sensata, deliberada, poupada... humilde, sem ser extravagante, com calma. Por isso foi algo muito equilibrado, a cereja no topo do bolo. A [nome da família] fez todo o sentido.

A educação que transmite aos filhos está alinhada com o processo de socialização familiar e com os contextos de educação formal e informal que os pais de Ana lhe proporcionaram.

Eu traduzo o modelo que tinha, que tive, reproduzo o modelo da minha mãe, também do meu pai, para eles [os filhos] terem respeito pelos professores, pela escola digamos o sítio onde eles estão. Reproduzo o modelo adaptado às condições em que estamos hoje, ou seja, à evolução cognitiva também” (...) [F]aço a associação de admirar o exemplo da minha mãe, mas não querer, não

querer viver só para a família, querer viver bem com a Ana rapariga, continuar a ter os meus programas culturais, tentar conciliar isso tudo. E conseguia, conseguia fazer isso tudo na mesma. E consigo.

Como observamos, não obstante valorizar a herança educacional Ana tenta, assim, distanciar-se do papel de género que existia na família e do modelo educativo paterno. Todavia, aqui fazemos uma ressalva para sublinhar que esse modelo, de forma não consciente, acaba por se reproduzir na conjugalidade e no exercício da parentalidade, como vamos ter oportunidade de constatar noutras partes do seu discurso.

A minha mãe, uma mãe muito presente (...). [A] minha mãe muito mais presente em termos de escola, de formação religiosa. (...) [U]m pai muito exigente e retrogrado (...) [T]emos um exemplo de uma mãe que dava conta do recado, muito terna, muito meiga e de um pai autoritário, mas também na sua medida, responsável, muito respeito pelo trabalho, cumpridor, também um grande exemplo pela parte laboral.

Ana procura fazer a ponte entre o legado que recebeu dos seus pais, uma mãe trabalhadora, dinâmica, presente e participativa na vida familiar e um pai igualmente trabalhador e responsável, e aquele que transmite aos seus filhos; convoca expressões da sabedoria popular para reforçar a importância deles interiorizem determinados valores, como seja a valorização da vida na sua diversidade de experiências e o sentido de responsabilidade.

Mais vale um pássaro na mão que dois a voar” (...) [A]proveitar as oportunidades que temos, se é... por exemplo, se alguém nos convida para ir dar uma voltinha ou para ir tomar um café... «estou com a preguiça, estou cansada, não, não... calças os ténis, pegas na mala e vais». Esse convívio já ninguém te o tira. Nunca optar pela preguiça, mais vale agarrar aquele pássaro, do que ter várias oportunidades e estar sempre a dizer que não, «hoje não vou por preguiça, amanhã também não vou porque tenho que fazer coisas para a escola». A gente consegue sempre aproveitar as coisas, penso eu. Outro provérbio... «Casa de ferreiro... espeto de pau» (...) [S]omos... não é uma casa de artista, mas é quase. É onde se toca menos piano e toca-se só na brincadeira. O violino da Inês, «Inês já foste treinar violino?» «Oh meu eu sei tudo, eu sei tudo...», «e eu pronto, ok sabes tudo», ou seja ... (...) [N]esta casa somos todos tão cumpridores com o trabalho, com... com as regras com tudo.

A sua mãe também é um modelo inspirador na sua relação com os filhos, as suas memórias de infância estão efetivamente muito presentes. Das suas palavras transparece um sentimento de nostalgia em relação a essa fase da vida, que procura reproduzir na educação dos filhos. Por exemplo, tem uma recordação muito viva sobre as brincadeiras com a mãe.

Brincava connosco. Cantávamos e dançávamos em cima do sofá até estar todo partido, é aquele que está hoje na marquise, era a parte... eu isso, queria fazer um bocadinho com os meus filhotes. Sim, aqui é o espaço deles. Dançamos um com

os outros, gritamos, pronto. Mas este espaço aqui é onde eles sejam livres, de alguma maneira livres.

No exercício da parentalidade, Ana procura educar os filhos para que eles interiorizem valores ascéticos e de respeito pelo outro, associados a disposições para agir e também ao desenvolvimento de competências pessoais e sociais úteis na gestão dos seus cursos de vida.

Acho que é preciso esta garra. Quero incutir-lhes esta garra. Quero que eles tenham esta garra (...) [T]udo, tudo, tudo... darmos a volta a tudo. Temos que dar a volta a tudo. Conhecer sim, conhecer as coisas todas. Mas sermos pessoas respeitadas, respeitadoras. Colocarmos as questões. Não termos medo de chorar, não ofender ninguém, observar muito bem antes de abrir a boca, é o que tento incutir neles. Ainda são muito pequeninos mas acho que eles percebem. Vão percebendo. Até porque atualmente, acho que acontece com todas as pessoas. Nós temos, começamos a ouvir em eco as vozes dos nossos pais, frases dos nossos pais que eles diziam. Que nós estamos a ouvi-las.

Ao refletir sobre os seus ideais imagina-se com os filhos e o companheiro a viverem experiências que não tem capacidade económica de realizar. Todavia, a sua disposição ascética vem, mais uma vez, em seu auxílio e ajuda-a a encontrar soluções exequíveis e que a satisfazem, nomeadamente na sua rede de suporte informal.

Ter mais dinheiro, ir ao spa, ter férias sem cozinhar ... entrar no hotel com pensão completa, não sei o que isso é! Mas que eles também beneficiassem disso. Acho que aqui a parte do dinheiro condiciona as nossas escolhas... (...) [F]elizmente temos amigos que não se importam de estar connosco e com os meninos... nunca há um convite só para nós! Por exemplo até pode haver um convite para nós, mas temos amigos que ficam com eles. Não é muito grave, consegue-se gerir isso. O sentido de estar todos juntos... não sei, assim... por exemplo eventualmente irmos ao cinema. Irmos ao cinema, cá em Évora não há cinema. É uma vantagem.

Nesta senda, ao equacionar medidas de promoção e suporte da parentalidade, Ana recorre às redes da comunidade como um recurso fundamental, ainda que também apresente propostas de âmbito económico, como vamos verificar posteriormente.

Informação, formação. De um encontro entre paróquias, juntas de freguesia, centros de saúde, escolas... algo, algo pelo qual as pessoas se pautassem que fosse de três ou quatro princípios muito bem definidos, mas que todos partilhassem do mesmo, independentemente da sua posição religiosa, política... tudo é complementar. (...) [T]ambém porque eu tenho o espírito crítico em relação às minhas vivências, e ele, um espírito crítico em relação às suas vivências. Vendo o bom e o mau de ambas as formações. (...) [S]e fossem mais... se entrassem mais cedo nesta formação, seriam de certeza pais, podiam ser pais jovens, mas de certeza pais mais sensatos, mais deliberados e de bem com a vida.

A socialização familiar constitui o pilar de uma forte disposição ascética que se revela nas suas práticas e visão da parentalidade e das medidas que a sociedade poderia adotar.

Assim, oferece-se como um guião ao longo do seu curso de vida, associada a outras disposições e ao desenvolvimento de competências, nomeadamente parentais. Esta disposição é atualizada em diferentes contextos da sua trajetória e contribui para que as fases de incerteza com que se depara não sejam um obstáculo.

O legado que a família lhe transmite faz parte da sua segurança ontológica e de forma, não consciente, vai contribuir para a genderização, não consciente, dos papéis que assume na vida familiar.

Uma trajetória de independência individual, conjugal e parental

Ana foi educada para ser uma pessoa independente, com os pais aprendeu: “Esse equilíbrio e depois ensinaram-nos a ser sempre muito independentes”.

A disposição para a independência emerge no universo da socialização primária, é ativada no contexto da trajetória escolar e, especialmente, na transição para o último ano do ensino secundário em que Ana teve de sair de casa dos pais, ir viver para outra cidade e começar a gerir o seu quotidiano, expressando já um claro sentimento de independência.

Eu estou fora de casa desde os dezassete anos, faço quarenta e sete em setembro. Há trinta anos que eu só vou a casa nas férias e nos fins-de-semana, alguns. Sozinha aos dezassete anos, vim fazer o 12º ano, porque a minha área não havia na minha zona (...) [E]ntrei depois, com dezoito anos [na universidade]. Fiz o 12º ano já fora e a partir daí foi sempre fora, pronto. Sempre a gerir as minhas contas, a minha casa, as minhas economias, as minhas saídas, tudo.

Esta disposição é atualizada quando adquire independência financeira face aos pais. Ao terminar a universidade e começar a exercer a sua atividade profissional, assume com sentido de responsabilidade as suas escolhas, associadas a um estilo de vida com um nível socioeconómico mais elevado, por via do seu salário como professora.

Foi um estágio ainda à moda antiga, foi trabalho a sério. Com turmas nossas, com tudo. Pronto, com vencimento, com vencimento, foi o primeiro vencimento na verdade. Então eu comecei a trabalhar, muito cedo, muito cedo isto é, com vinte um.

No início da sua trajetória profissional conheceu aquele que iria ser o pai dos seus dois filhos e atual companheiro. Ambos eram professores, mas a trajetória de independência profissional de Ana não foi idêntica à do namorado, o que se apresentou como uma encruzilhada na relação. A dimensão afetiva transmitia-lhe a ela uma segurança

ontológica que se sobrepunha à situação de incerteza do namorado, mas que não era partilhada por ele.

Eu estava pronta emocionalmente. Estava com uma pessoa em quem confiava e gostava. Estava com uma pessoa que tinha a certeza que gostava de mim. Simplesmente em termos da sua completude, em termos profissionais, ele não estava completo e eu aí tive que saber esperar.

O namorado era professor e nunca tinha a certeza se era colocado numa escola, nem onde. E quando conseguia emprego acabava por ficar deslocado, com muitas despesas a seu cargo. A situação de incerteza profissional levou ao adiamento da conjugalidade. Relembra, assim, as palavras do namorado.

“Sim tu tens 30 e tal anos [discurso do namorado], trabalhas desde os 21, tens a tua independência, a tua casa, tu tens...” «parece aqueles requisitos, checklist, mais ou menos completos...» “estás a ser egoísta quando pensas que o teu companheiro, o teu namorado, a pessoa de quem gostas está no mesmo patamar e não está». Eu é que tive de resfriar (...) [E]m termos de patamar emocional eu estaria pronta para uma relação. Ele também estava mas não tanto quanto eu.

Devido à insegurança do namorado, num contexto de grande incerteza profissional, acabaram por adiar a entrada na conjugalidade.

Ele estava numa grande insatisfação profissional, de uma grande insatisfação. E em termos de realização profissional e também como o meu marido [na altura era o namorado] escreve bastante, cria, concebe, compõe, precisa também desta estabilidade e precisa de muito tempo para si, muito tempo pronto... para conseguir estar a compor um texto, não é interromper... não estar a ser sempre interrompido com alguma coisa e não era o tempo maduro para isso. Era o meu tempo maduro, não era o tempo maduro dele.

Perante o prolongamento da situação de incerteza do namorado, o sentimento de segurança de Ana fala mais alto.

Quando namorámos quatro anos e depois nos separámos, eu estava pronta! (...) [D]ávamo-nos bem (...) [P]ronto à distância e depois pensámos... não pronto, vamos avançar. Não é assim um percurso muito normal, mas foi o que aconteceu. (...) [E] retomámos e foi logo para casamento. Retomámos o namoro e optámos, vamos avançar... com outra fase. (...) [D]epois nós casámos em julho.

A percepção do namorado sobre a sua trajetória de vida do namorado, o facto de só ter saído tardiamente da casa dos seus pais, é claramente ilustrada por uma expressão sua e que Ana reproduz com humor. “Ele costuma dizer «não é o primeiro ano que é difícil, nem os primeiros três, são os primeiros trinta e cinco», foi o tempo que a gente demorou a sair de casa dos pais” [riso].

Assim, diríamos que a sua disposição para a independência foi o trampolim para a entrada na conjugalidade, colocando em segundo plano a questão econômica e o bem-estar que lhe proporcionava. Esta disposição é reforçada pela importância que tem a dimensão relacional com o namorado. Neste alinhamento, forma-se um quadro de segurança ontológica que lhe permite enfrentar a incerteza com que se confrontava em dois momentos de viragem na sua trajetória de vida: a entrada na conjugalidade e na maternidade. A capacidade de relativizar os problemas é um recurso interno que Ana mobiliza em diferentes contextos e que vai surgir associado a uma disposição para o pragmatismo.

Não teria arriscado antes. (...) [F]oi a mudança radical, completa de prioridades. [A mudança só foi possível por] saber que gostávamos de ficar um com o outro e relativizar a parte do emprego e optar pela estabilidade de um, só de um, em vez dos dois, que era a minha e a dele resolvia-se, como se resolveu. Foi pensar “é a altura certa para tomar este passo”. Estamos à espera do quê?! De ter os dois emprego estável? Às tantas nunca nos teríamos juntado, penso eu.

A disposição para a independência continua a observar-se em diferentes fases do seu curso de vida, sustentada por um forte sentimento de segurança ontológica e um a disposição para o pragmatismo: “É assim! As coisas estão encaminhadas, abre-se uma porta, fecha-se uma janela, abre-se uma porta... E depois fomos pais com trinta e sete anos, fazia-nos todo o sentido, pronto, todo o sentido...”. A decisão de entrada na parentalidade também foi tomada exclusivamente por ela e pelo companheiro, sem qualquer interferência da família ou dos amigos. A decisão de ambos decorre da fase de formação do casal, como verificámos anteriormente.

Não foi nenhuma gravidez omitida ou ... não casámos porque a família nos forçava “ah... tem que casar... olha que agora têm que ser pais” ninguém nos perguntou isso. “Quando é que vem o bebé?” As perguntas que as famílias fazem: “Então e quando é que vem... então já há bebé a caminho?”.

Como se observa, a disposição para a independência incorporada no seu ciclo individual, é atualizada tanto na transição para a fase de namoro, quer no ciclo de vida conjugal quer parental. Ana mantém o equilíbrio entre a vivência do tempo individual e as dinâmicas associadas aos seus novos papéis. Desde o namoro que Ana e o namorado aprenderem a negociar as suas diferenças. Cedo descobriram que tinham gostos semelhantes, como a literatura e a música, mas que ela tinha hábitos mais hedonistas que desejava manter.

Eu gostava de sair, beber café e passear, o meu marido gostava mais de estar sossegadinho, a criar, a compor, um bocadinho mais sossegado. Eu gostava mais

de almoçaradas e jantaradas e ele descobriu isso. Uma pessoa um bocadinho mais reservada, mais tímida, mas depois também tira prazer disso. Pronto.

A negociação na relação conjugal facilita esse equilíbrio, contrariamente ao que imaginava antes de entrar na parentalidade.

E com o seu espaço também de solidão que também precisamos disso, como o seu espaço de criação [marido], como eu preciso do meu espaço de ir dar uma volta e ver montras. (...) [H]oje eu vou ao cinema às quartas-feiras à tarde (...) [C]om uma das minhas amigas, aí lá está é tudo combinado com o meu marido «hoje eu vou sair com as minhas amigas», ou ele vai beber um copo com os amigos «hoje vou beber com o [nome do amigo], vou com o [nome do namorado], vamos beber um copo», «tudo bem». Já sei que sou eu com os meninos, ou ele com os meninos. Os dois... eles ainda são muito pequeninos, não conseguimos assim tão bem, deixá-los tanto tempo.

No exercício da parentalidade a sua forte disposição para a independência acaba por dar expressão a uma dimensão existencial, a um sentido de vida, traduzido na relação de individuação com os filhos e que está presente na forma como conceptualiza o significado da maternidade e o exercício equilibrado do seu papel.

Acho que são as questões todas resolvidas cá dentro [mãe equilibrada], aquilo em que acredito, do que gosto, para onde é que quero ir e para onde é que os quero levar. Se quiserem ir comigo, tudo bem. Se quiserem fazer o seu caminho, tudo bem, tenho que aceitar. Eles foram dados pela vida, um dia terão que sair dela, tenho que aceitar.

Conjugalidade e parentalidade: a força e evolução da dimensão relacional

Na fase adulta sonhava em constituir família, mas atribuía especial importância à dimensão relacional concretizada na relação de casal, em detrimento do papel parental. "Namorei como todas as raparigas. E, tive vários namorados, assim dois mais oficiais do que outros, até conhecer o meu marido, já depois na casa dos trinta".

Não era... muito importante para mim constituir família com aquela pessoa, ou se não constituísse família, como eu não pensava nisso, era ter para mim um companheiro de vida, ser um registo de uma pessoa culta, sensível, educada com gostos próximos dos meus e que conseguíssemos conversar sobre isso"

Quando ingressou no mercado de trabalho, não obstante a disposição ascética que já observámos em Ana, ela adquiriu um nível de independência financeira que vem despoletar uma certa tendência hedonista: "Se calhar pensava de mais em mim, no que é que me dava gozo só para mim, viajar, sair, conviver. Sem ter nenhuma espécie de prisão, sem querer chamar-lhe prisão, uma espécie de compromisso. Um compromisso mais

sério”. No seu imaginário equacionava essencialmente uma relação de conjugalidade com espaço para a sua individualidade. A maternidade não era uma dimensão de vida que a realizasse: “Nunca tive grande ideia de ser mãe, nunca foi um projeto de vida. Tinha sim, uma ideia mais firme, em ter alguém para partilhar a vida, uma companhia, do que propriamente ser mãe”. Refira-se, logo no início da entrevista, a preocupação de Ana em clarificar o significado que a maternidade ocupa no seu curso de vida.

“E a minha experiência tardia de maternidade não foi nada programada. Foi algo que foi surgindo. (...) [E]ntretanto nós [referindo-se ao marido] namorámos quatro anos e separámo-nos durante três e voltámos a juntar para casar, com trinta e cinco anos, casámos aos trinta e cinco, os dois, e fomos pais aos trinta e sete”.

Quando reflete sobre a possibilidade de ter sido mãe mais nova, acaba por associar o adiamento da parentalidade à transição tardia para a conjugalidade decorrente das condições de vida o namorado.

Tinha contribuído [para ser mãe mais cedo] se tivesse o meu marido estável ao nível profissional e os dois poderíamos partilhar esta ideia. Porque eu enquanto... eu não consigo isto sozinha (...) Acho que conseguiria ter vivido antes, mas acho que me falta a outra parte. Far-me-ia sempre falta a outra parte.

Ao fazer um esforço de memória coloca a hipótese que, eventualmente, teria sido mais cedo se o namorado tivesse estabilidade profissional, mas diríamos que esta ideia só adquire relevância na medida em que, ao situar a parentalidade no contexto da relação conjugal, reforça a sua dimensão relacional.

Tenho que andar um bocadinho para os vinte e nove [possível entrada na parentalidade]... para aí sim... vinte e nove, trinta... sim, vinte e oito, vinte e nove anos. As datas já devem estar todas trocadas. Mas pronto... foi antes dos trinta. Nós teríamos sido pais aí... nessa altura se as situações profissionais tivessem mais estáveis. Teríamos sido, sem dúvida. Porque depois quando descobrimos a paternidade e a maternidade aos trinta e sete, é um sentimento de tudo...

Ana sente esse desejo antes de a sobrinha nascer, todavia no seu pensamento a ideia surge de forma imprecisa, tal como nos transmite.

No que diz respeito aquelas questões do relógio biológico... aí pelos meus 29, 30 anos talvez, nunca liguei muito a isso. Mas sentia uma espécie de ... falta qualquer coisa, uma ausência de qualquer coisa física que eu não percebia o que era. Parecia que o corpo estava a pedir outro corpo. Não no sentido sexual, mas havia qualquer coisa de física, e eu digo, eu acho que se deve chamar a isto o relógio biológico. Sentia alguma tensão, nervosa e estava bem, emocionalmente sentia-me bem, mas descontraída não tinha namorado na altura, foi na altura da separação.

Apesar de começar a sentir apego pela ideia de ser mãe, a decisão vai ser adiada até aos trinta e sete anos, após o casamento.

Estava sozinha. Tomaria a decisão sozinha. Não tinha o meu marido pronto, para assumir esta parte (...) [O] facto de estar sozinha nessa altura parece uma redundância, mas gera um isolamento. Pronto, digamos, eu acho que é ... a pessoa acaba por assumir tudo sem ter um espelho, sem ter uma opinião, sem ter uma crítica.

A formação da sua disposição relacional tem raízes na socialização primária que se expandem pelas das redes de pertença que foi estabelecendo. Ana sustenta que esta diversidade de contextos sociais foi determinante na formação da sua identidade, do seu sentido de si e do outro.

Que isto é uma aprendizagem também religiosa, também de muitos retiros espirituais, muito encontro de jovens, muita missão, muito trabalho de voluntariado. O que é que os jovens fazem hoje em dia, diga-me?! (...). [N]ós temos sempre que pensar nos outros, a gente não vive sem os outros e esta parte então ainda faz muito mais sentido enquanto mãe.

A disposição relacional também se expressa no contexto profissional, tanto na relação aluno-professor, como escola-família.

A mesma coisa... quando chega uma mãe ao pé de mim e tem vontade de matar e esfolar o gaiatão (...) [E]u digo-lhe: “não vá por aí... não vamos por aí, porque se vamos pela parte belicosa, temos o mundo todo aos beliscões uns aos outros”. Esta parte da sensibilidade e reeducação por não bater, não sovar, não mal dizer, tem de ser reeducada, a visão tem de ser reeducada, de não incentivar à violência.

A referência à importância da socialização familiar é transversal às diversas fases da sua vida, tanto a referência ao papel dos pais, como ao papel que a irmã desempenhou na transição de Ana para a conjugalidade, como referimos anteriormente. Diríamos que é no contexto da relação com a irmã que começa a emergir a sua disposição para a maternidade, observe-se como o nascimento da sobrinha acabou por condicionar fortemente a trajetória da maternidade de Ana.

Tinha sim uma ideia mais firme, em ter alguém para partilhar a vida, uma companhia, do que propriamente ser mãe. Esta situação [não desejar ser mãe] mudou radicalmente quando fui tia. Ou seja, a minha irmã mais nova, três anos mais nova que eu, foi mãe, antes de mim claro. Apesar de ser filha mais velha, sou a que tem os meninos mais pequeninos da família.

O nascimento da sobrinha teve um forte impacto em si, constituindo um ponto de viragem na sua trajetória individual. Ana é extremamente expressiva na forma como descreve o que sentiu neste momento, a força da dimensão afetiva é facilmente captada no seu discurso.

E quando fui tia, eu acho que fui tia, por volta, não me lembro bem, acho que fui tia por volta dos 31, houve uma mudança em mim. Emocionei-me imenso ao ver a minha Leonor, a minha sobrinha mais velha, a mamar nas maminhas da minha irmã e eu achei qualquer coisa de extraordinário. Foi um apelo de sangue, foi um apelo de pele. Foi muito emotivo eu ver a minha irmã mais nova a amamentar aquele bebê. Foi um tremor imenso dentro de mim. E senti-me muito emocionada e aquilo fez-me muito sentido, muito sentido. (...) [D]igamos, fez-me sentido ser mãe quando fui tia. Quando vi alguém sangue do meu sangue.

No entanto é depois do casamento, no contexto de uma relação fortemente dialógica, afetiva e securizante que Ana e o marido tomam essa decisão. O discurso de Ana é muito coerente, apesar de alguns apontamentos divergentes, tem consciência que para si o desejo de ser mãe ganha força com o nascimento da sobrinha, mas que só tem condições plenas para se desenvolver no contexto da conjugalidade.

As expetativas... eu como lhe disse, eu só fui mãe, depois, só pensei na maternidade quando fui tia. Não considero que tenhamos adiado, só adiamos eu e ele, a nossa união. Só depois de casados é que fomos pais. Eu só fui mãe depois de casada.

A sua forte disposição relacional, com expressão ao longo do seu curso de vida, é atualizada no contexto da relação de namoro e no casamento, e é parte do património educacional que transmite aos seus filhos. Anabela e o marido procuram, assim, contribuir para a sua segurança ontológica, para a formação da *agência* da filha e do filho.

Eu por exemplo... Ontem a [nome da filha] trouxe as notas, não é má aluna, mas é muito distraída. Em vez de ter sido eu a fazer o comentário, ontem foi a vez do pai: «Inês gostávamos que ultrapassasses esta parte, sabendo que és boa aluna consegues, gostávamos que estivesse com mais atenção.

A verbalização dos sentimentos é uma dimensão importante da formação desse sentido de si e as mensagens que eles lhe retribuem, transmitem-lhe segurança e confirmam que está a seguir uma orientação educativa adequada.

Alegria de tê-lo, dizendo-lhe, verbalizando-a... verbalizando tudo. Passando o testemunho" (...) [Q]uando eles ... com a idade que têm dizem: «quando eu for pai ou quando eu tiver os meus filhotes» [reportando-se a Ana e ao marido como modelos].

A disposição para a maternidade

Os filhos são um ponto de viragem na construção da sua própria identidade. Ana descreve o que sente como se tratasse de uma transformação genética na relação consigo própria e na relação de casal.

Acho que já são parte do nosso corpo, são parte de nós. Eu acho que eles são outros «Eu, outros nós», não sei se... é como se a [nome da filha] fosse outra Ana, o [nome do filho] fosse um [nome do marido] parece que por sermos assim uma multiplicação das personalidades, mas sempre para melhor. Sempre personalidades melhores. Eles são forçosamente melhores pessoas. Porque... porque quando agente os teve estávamos de bem com a vida.

O sentimento de segurança ontológica emerge de forma muito expressiva. A experiência de maternidade é vivenciada como um estado de plenitude.

Voltar a poder sentir aquela alegria imensa... era mais que alegria, não há palavra que eu consiga descrever. Alegria é muito redutor. É um estado de êxtase ... é voltar a vida dos céus... é uma coisa divina, passa para lá do físico. Para além da tortura física, do golpe, da parte de amamentar, que me foi muito dolorosa, mas que foi extremamente prazerosa, adorei dar de mamar.

Através do seu discurso conseguimos captar com profundidade a força da relação que estabelece com os filhos, a partir de uma aproximação ao modelo de hierarquia de necessidades de Maslow, uma referência clássica da psicologia, que define cinco categorias de necessidades humanas: fisiológicas, segurança, afeto, estima e autorrealização. Na relação com os filhos Ana satisfaz globalmente os diferentes níveis de necessidades, como nos transmite através do pensamento e das emoções.

O que me deixa mais segura é que conseguiria morrer aqui na hora por eles. Se me perguntarem “queres levar um tiro na cabeça para a [nome da filha] e o [nome do filho] viverem (...) [J]á”. Sem hesitar. E é um amor incondicional [choro].

Na relação com os filhos descobriu uma fonte de prazer inigualável, observe-se como a sua forte disposição relacional se revela estruturante para a formação de uma disposição para a maternidade e como é ativada no contexto da experiência parental.

Nós temos sempre que pensar nos outros, a gente não vive sem os outros e esta parte então ainda faz muito mais sentido enquanto mãe. Se já fazia sentido, por estas experiências todas que tenho de vida, daí a tão grande necessidade de ser mãe, porque sempre tive outros a quem me dar. Ainda faz mais sentido ser mãe. Por ser... aquela parte que faltava, não é? Porque é que eu não senti a falta dela?! Porque não a conhecia. A gente só sente falta do que conhece.

A sua experiência da maternidade contribui também para passar a valorizar a importância das crianças no desenvolvimento da sociedade.

Eu passei a ver o facto de haver crianças e jovens no país como um fator muito importante para toda a dinâmica de vida e felicidade de uma sociedade. (...) [N]ão percebia nada disso, não tinha nenhuma consciência disso”, só adquiriu consciência dessa importância através da vivência pessoal enquanto mãe.

A consistência da relação de forças entre a disposição relacional e a disposição para a maternidade vai ser um fator importante para responder a desafios futuros, a pontos de

viragem, com que se vai confrontar. O teste da realidade demonstra-nos que estamos perante uma efetiva disposição para a maternidade. Depois da entrada na parentalidade a vida de Ana começa a decorrer sob uma clara influência desta disposição que se expressa de forma espontânea ao longo do discurso.

É vê-los a adormecer, é vê-los a acordar, é beijá-los de alto a baixo, é dar-lhes colo, é dar-lhes abraços, rezarmos o anjinho da guarda, cantar. Abraçá-los muito e deixar que eles nos transmitam frases bonitas. A [nome da filha] é mais reservada, o [nome do filho] é mais espontâneo. Ouvi-lo dizer “És a estrela da minha vida, és o sol da minha vida, és a lua, és linda, és o maior amor da minha vida”. Ele é muito espontâneo é muito pequenino, mas vai quebrar os corações todos. Estas coisas assim observá-los, ficar pasmada a olhar para eles. Não lhes cobrar nada. Dizer-lhes que a mãe também erra e o pai. Que estamos a tentar fazer o melhor.

A disposição para a maternidade está expressa na sua reflexão ao fazer o balanço da entrevista, Ana disse com emoção que naquele momento os seus olhos transmitiam aquilo que para si era fundamental:

Olhar o mundo e observar tudo como sempre fosse novo e fresco e que é bom pôr cá para fora o que a gente sente, mesmo que seja a ralar ou a chorar ou qualquer coisa, mas não deixar assuntos pendentes. Acho que é olhar as pessoas nos olhos, não é? Acho que é muito mais bonito. (...) [E] olhar para os meus filhotes e olhar e ver, vê-los todos os dias, todos os dias uma novidade, todos os dias uma tonteira. Todos os dias uma conquista, um arranhou-se, todos os dias algo tão natural, tão simples. Tão humano. Tão normal.

Assim, ao expressar os seus sentimentos e emoções acaba por reconsiderar a sua entrada tardia na parentalidade. Tal como Ana nos transmite, no seu percurso biográfico verifica-se uma profunda variação diacrónica na emergência da sua disposição para a maternidade.

Se soubéssemos como é bom, acho que teríamos sido pais mais cedo (...) [E]ventualmente, quando nos conhecemos, se tivéssemos com... se calhar já estou a inventar... tenho que recuar um bocadinho para trás.

A gratificação que sentiu leva-a a lamentar não ter sido mais cedo, o que eventualmente teria acontecido se tivesse noção do que iria sentir, do amor e prazer associados à experiência: “Pelo facto de gostar... acho que gostava de ter sentido tudo isto mais cedo. Pela, pela riqueza maior enquanto pessoa, enquanto mulher. Pessoa, mulher, filha... (...) [A]inda assim [instabilidade profissional do marido] tinha sido mãe logo quando nos conhecemos”.

Ao refletir sobre as suas vivências Ana pondera a possibilidade de ter tomado mais cedo a decisão de ser mãe, mas para isso teria de ter sido sensibilizada para o exercício da parentalidade. Defende que este tema devia estar na agenda da sociedade e ser objeto de

um debate amplo e aberto: “Acho que sou esperta, modéstia à parte. Acho que sou inteligente. Estudei. Sou inteligente, sei observar as coisas. (...) [O] saber que teria conseguido gerir o que também consegui gerir hoje. Gerir tudo”.

Ana afirma que tinha a expectativa de ser difícil desempenhar o papel de mãe e conciliar esse papel com os outros papéis a sua vida: “Não de todo, é possível de exercer, mas exercê-lo com qualidade. (...) [E]u acho que desde cedo percebia isso. Via a seriedade da família (...) [E] que não é complicado, não sabia. Nem tive muito tempo a pensar nisso”. Para Ana teria ajudado se tivesse consciência que conseguiria conciliar a sua dimensão individual com as exigências dos diferentes papéis sociais, ou seja, conciliar a vida pessoal-profissional e familiar. Considera que tudo teria mudado se numa fase mais precoce do seu curso de vida tivesse tido acesso a informação útil. Acredita que tal teria contribuído para aumentar o seu sentimento de segurança: “A certeza que é muito fácil fazer uma criança feliz. A certeza que é muito fácil deixar de pensar em nós, numa visão solitária para pensar em nós numa visão familiar. É bom e é fácil”.

A experiência leva-a a defender com convicção, a importância de existirem redes de suporte à parentalidade e a sua atividade profissional reforça esta visão, tal como refere em diferentes momentos da entrevista, constituídos por pessoas de diferentes gerações, com experiências diversificadas.

Como diretora de turma lidamos com os pais dos meninos. (...) [E] perceber que algumas desorientações deles são de escolhas precipitadas, de clichés” (...) “Eu é que tenho que acalmar as outras mulheres, quando vou eu às reuniões dos meus filhos e isto e aquilo e outro” (...) “[E]u é que deito água na fervura, porque já tenho dez ou quinze anos a mais do que a maior parte delas. Sou a mais velha, por isso é que são precisos estes encontros de gerações, este encontro geracional da partilha.

Na sua perspetiva, o ministério da educação também devia reduzir o tempo de aulas e termina a sua reflexão com uma expressão de grande desapontamento sobre a educação das novas gerações.

Na parte da educação é uma sobrecarga curricular. É um exagero, um exagero... no pré-escolar ainda é light. (...) [A]s pessoas não podem passar, nem os miúdos podem passar tanto tempo na escola. Estamos a criar gerações completamente...

A estratégia de promoção da parentalidade também passaria por convocar a escola e os professores a assumirem um papel pró-ativo. Ao interpretarmos a sua disposição reflexiva, vamos ter oportunidade de compreender a importância do papel transformador que atribui à escola.

Por exemplo, é comum os pais e as mães irem à escola dos filhos falarem sobre as suas profissões, mas também podiam falar porque é que são pais. Porque é que gostam de ser. Porque é que decidiram ser pais ou mães. Desmistificar um bocadinho, estas coisas. Falando, por exemplo, com uma atitude muito positiva, muito construtiva. Eu acho que esta parte da educação, a parte dos afetos é muito importante, pela franqueza, pela sinceridade, pela frontalidade, acho que é muito importante.

Ana considera que o tema poderia constar dos conteúdos programáticos do terceiro ciclo de escolaridade. Para si o debate aberto sobre a parentalidade e os desafios que lhe estão associados, deve ser tratado como outros temas e fazer parte da educação dos jovens: “Eu até penso que durante aí o 3º ciclo, o secundário, eu acho que sim, ... mas não se consegue fazer isso, não ... assim as idades... imaginar assim os pequenitos do 1º ciclo, talvez não”. A socialização profissional permite a Ana envolver-se com muitas crianças e ter um olhar próximo sobre a necessidade de suporte dos pais.

Quando nós somos professores e gostamos do que fazemos sem querer nós já chamamos filhos aos nossos alunos. Uma chamada de atenção “Oh filho ouve lá isto, olha lá o que nós estamos a dizer”. Era como se fosse mais uma, a nossa [nome da filha]; Como diretora de turma lidamos com os pais dos meninos. (...) [E] perceber que algumas desorientações deles são de escolhas precipitadas, de clichés.

Todavia, sinaliza fases do curso de vida das famílias em que essa questão é particularmente importante e que exigem medidas políticas específicas. Aqui, recorre à sua experiência profissional para dar o exemplo da fase de entrada dos filhos na escola ou noutras transições próprias do curso de vida das famílias. Acrescenta que parte dos seus alunos são filhos de pais separados e que esta pode ser uma das fases em que as famílias podem necessitar de um apoio especial.

(...) [A] maior parte dos meus alunos são de pais separados. (...) Há fases de crescimento e nessas fases da vida, do ciclo de vida, como a entrada na escola ou isto ou aquilo, o que é que a ação social podia fazer diferente? Ou a saúde ou outra coisa qualquer? Para esse acompanhamento no fundo de prevenção não é?

A natureza do seu contexto profissional permite-lhe fazer uma reflexão ampla sobre os problemas que existem no exercício da parentalidade. Apresenta alguns exemplos que ilustram a grande dificuldade que os pais têm em conseguir acompanhar o percurso escolar dos filhos. Sublinha, entre outros, a questão da “dupla jornada” da mulher, em Portugal, decorrente dos baixos salários que existem.

Só se consegue envolver os pais nas coisas escolares com os meninos se os pais tiverem tempo livre. Mais tempo livre. Eles nem às reuniões conseguem ir. Como é que podem participar numa atividade, num, sei lá numa turma de vinte e oito alunos, se calhar só ou três pais é que lá vão dar o seu testemunho de trabalho, os

outros não têm tempo, não podem sair do trabalho. Juntam uma senhora da limpeza com outra casa para limpar. Não estão lá. Acaba por não...

A forte estratificação social das profissões é um aspeto que, em sua opinião, também se reflete negativamente no desempenho da parentalidade, não só pela assimetria salarial e de condições de trabalho que se verifica, mas também pelo estigma associado a determinadas profissões. A participação dos pais na escola é um exemplo disso.

Às vezes as mais qualificadas são as que vão [à escola] «porque é que sou médica, sou professora», vão dar os seus testemunhos. (...) Na minha ótica, [as profissões] deviam ser socialmente mais reconhecidas e não se banalizar a profissão. É trabalhador da câmara é uma porcária, isso não se ganha nada... (...) É professor... é professor tem carrada de férias. Ganhas à proporção do que trabalhas, não trabalhas nada, ganhas pouco.

Ana destaca outros problemas com impacto no desempenho da parentalidade e aponta medidas tanto do lado da escola como do trabalho, respetivamente a redução do horário em ambos os setores e a penalização dos empregadores que não promovam medidas de conciliação da vida profissional com a vida familiar.

Se crianças menos tempo na escola e os pais menos tempo no trabalho. Mas tempo de qualidade na escola e tempo de qualidade no trabalho. Menos tempo. Até podiam ganhar menos, mas iriam ganhar de outra maneira e iriam recuperar a parte humana. Os pais trabalham muito tempo, muito, muito. (...) [E]u acho podia ser diferente se houvesse uma penalização e custa-me dizer isto, mas é verdade. Se houvesse alguma penalização no sentido laborar, num encontro maior entre, entre os trabalhos, os pais podem ir às reuniões e podem ter justificação, não?! Mas há pais que trabalham de sol a sol.

Aponta, assim, para a necessidade de políticas de emprego amigas das famílias com filhos.

Pais homens. Trabalham em vários sítios. E as mães a mesma coisa e depois não conseguem estar presentes em casa, não conseguem estar presentes porque estão cansados, ou ainda não chegaram do trabalho. E alguns dos miúdos estão sozinhos. Se as pessoas tivessem mais tempo para a família e para ter mais tempo para a família tinham que ter menos tempo no trabalho e ser melhor remuneradas ou socialmente mais reconhecidas, pronto. As pessoas precisam de mimos.

Ao longo da sua vasta experiência de ensino tem constatado o esforço que os encarregados de educação fazem, sobretudo as mães, para conciliarem o emprego com a participação nas reuniões escolares.

É um acumular de ansiedades, é um... a pessoa tenta dar o melhor aos seus filhos, não consegue porque tem que cumprir com a parte laboral e entra em descompensação. (...) [É] um empecilho doido (...). [É] um empecilho... Acaba por ser um empecilho quando as mães têm que pedir para sair para irem às reuniões, quando não conseguem estar presentes...

Quando se confronta com a ausência dos encarregados de educação nas reuniões, a sua primeira reação é recriminá-los perante aquilo que considera ser um comportamento perfeitamente irresponsável. No entanto, compreende que os pais estejam muito sobrecarregados e seja difícil cumprirem com mais esta obrigação.

Como é que eu vou explicar, como eu sinto a ausência dos pais na, no meu trabalho, às vezes tenho vontade de castigá-los... (...) [P]arece-me a maneira mais fácil das pessoas perceberem. Se forem penalizadas por não virem cá... (...) [M]as por outro lado, eu percebo que não é assim, que não pode ser assim. A pessoa não pode ser penalizada se não foge.

Assim, para contrariar essa tendência e promover a aproximação dos pais à escola, é necessário ou que existam medidas concretas de discriminação positiva ou que se fomente por outras vias o reconhecimento social do enorme esforço que fazem para tentarem conciliar a vida pessoal-profissional-familiar. Aqui sublinha, mais uma vez, a importância do papel dos professores ao facilitarem a comunicação com os pais e na transmissão de um sentimento de segurança para que estes não se sintam culpabilizados.

Eu acho que depois é assim... a pessoa parece que está sempre à espera de um prémio. Por isso se for cumpridor, se for cumpridora, à de haver (...) [U]m pote de moedas no fundo do arco-íris, um reconhecimento (...) [N]ão se pode pensar que ele existe formalizado. Não parece que seja sensato que ... não! Mas digamos, eu acho que é possível haver ... deixe-me pensar nisto. Eu acho que se percebe isto, quando a pessoa depois vai para o trabalho sem ir sem uma sensação que alguma coisa está a falhar. Eu sou boa no trabalho... mas também tenho as coisas em casa, também está tudo organizado. Na escola o professor também sabe que sou presente, também sabe que sou um pai, uma mãe presente, porque também tem feedback, conhece-me, tem as assinaturas, tem o meu feedback... Porque às vezes acontece que a gente só conhece a mãe, sempre.

A partir da sua experiência parental e do seu contexto profissional, sintetiza a sua visão numa metáfora.

É como uma caderneta de cromos, é quanto mais pontos lá estivermos... mais... [reconhecidos os pais vão ser] (...) por os profissionais de saúde (...) o diretor de turma da escola, com o seu patrão (...) mais pela mais-valia que pela falha. Mais pela presença do que pela ausência.

Por sua vez, a sua disposição para a maternidade leva-a a equacionar desvantagens associadas à parentalidade tardia. O seu discurso é acompanhado por um sentimento de nostalgia que transparece na grande diferença de idade que tem dos filhos.

Faz muito sentido sair com eles. Em pouco tempo eles não vão querer estar connosco, aí... já tivemos tanto tempo sozinhos que depois voltaremos a estar sozinhos, com outra idade... foram trinta e sete anos sozinhos. Pensa, são trinta e sete anos, as pessoas pensam lá... algumas pessoas já têm filhos com dezassete

anos nessa altura. Então agora nós aproveitámos os miúdos, aproveitámos quando podemos.

Do mesmo modo, também identifica consequências associadas à sua condição física e estabelece uma relação entre a parentalidade tardia e o estilo educativo que adota na educação dos filhos.

A gente tem pouca capacidade em ralar de... tão bem que nos sabe, emocionalmente bem, mas fisicamente tão doloroso que é, que eu acho que é esta bipolaridade quando se é mãe mais velha que é difícil conciliar. Que é a cabeça está arrumada, a pessoa está definida, o corpo está muito estafado [risos], o corpo está mais estafado. Pronto, lá estamos um pouquinho mais cansados.

A sua disposição reflexiva leva-a a pensar sobre o impacto que a entrada tardia na parentalidade pode vir a ter no futuro dos filhos, sobretudo pela impossibilidade de os acompanhar durante mais tempo do que aquilo que desejaria. Ana convoca para esta reflexão a sua forte disposição relacional e a importância que têm para si os laços de pertença familiar.

O que mais me preocupa é... não ser mãe mais tempo, pela ordem normal da vida morrerei mais cedo do que eles, ou seja, eu com quarenta e seis anos tenho a minha mãe com sessenta e oito, vá setenta. E reproduzindo isto para mim, eu com a idade da minha mãe, os meus filhotes ainda são muito novos quando eu falecer ou o meu marido, se seguirmos a ordem normal da vida, os pais irão antes dos filhos, eles vão ficar sem pais cedo. A mim mete-me impressão. Se a mim me custa com quase cinquenta anos, ficar sem os meus pais mas tenho cinquenta anos, e percebo que pode acontecer, um AVC [acidente cerebral vascular], um acidente, qualquer coisa, nesta fase em que eles estão, não é?! Os meus filhos podem viver isto, mais cedo.

Mais uma vez, as suas palavras expressam a força da sua vinculação aos filhos e o sentido que têm na sua vida, por oposição àquilo que era a representação de si antes de entrar na parentalidade atribuindo, então, um grande valor à dimensão individual.

A mim assusta-me, não poder vê-los mais tempo. Claro que eu não sei quando é que morro... (...) [C]omo é que eles crescem, como é que eles são enquanto adultos. Não sei se alguma vez chegarei a ser avó [choro] Mas o resto das coisas do mundo não me assustam. O resto relativizo.

Assim, é compreensível que a felicidade que sentiu com o nascimento da primeira filha tenha desencadeado o desejo de repetir a experiência. O tempo entre o nascimento dos filhos é mediado por um absoluto estado de congruência interior e pelo desenvolvimento da sua disposição para a maternidade “Se eu pudesse ter logo outro bebé a seguir, tinha”.

Aos 40 anos concretiza-se o desejo de ter um segundo filho, desta vez fruto de uma gravidez planeada, contrariando a hipótese de um duplo adiamento da parentalidade.

Esperei três anos (...) [C]onfesso que já estava a sentir vontade de ser mãe outra vez, já há dois anos digamos assim, se... mas... depois, e não, nem se quer houve dificuldade em engravidar, era mais a minha ansiedade. Voltar a poder sentir aquela alegria imensa... era mais que alegria, não há palavra que eu consiga descrever. Alegria é muito redutor. É um estado de êxtase ... é voltar a vida dos céus... é uma coisa divina, passa para lá do físico. Para além da tortura física, do golpe, da parte de amamentar que me foi muito dolorosa mas que foi extremamente prazerosa, adorei dar de mamar. E pronto, foi assim o meu percurso de vida.

A disposição para a maternidade e a sua idade estiveram associados ao planeamento da segunda gravidez que foi ligeiramente adiada por motivos de saúde.

Nós temos sempre que pensar nos outros, a gente não vive sem os outros e esta parte então ainda faz muito mais sentido enquanto mãe. Se já fazia sentido, por estas experiências todas que tenho de vida, daí a tão grande necessidade de ser mãe, porque sempre tive outros a quem me dar. Ainda faz mais sentido ser mãe. Por ser... aquela parte que faltava, não é? Porque é que eu não senti a falta dela?! Porque não a conhecia. A gente só sente falta do que conhece.

A idade reflete-se na segunda gravidez, Ana sentiu que tinha menos energia devido à idade, tal como referiu sentia-se com menor capacidade física.

Fisicamente, mais debilitante. Era outro bebé grande. E fui mãe com quarenta anos, e já tinha uma bebé, e já tinha uma bebé de três que não deixa de ser bebé, apesar de ser maiorzinha. Mas fisicamente mais debilitante (...) [E]u estava um bocadinho mais cansada, pronto. As noites custavam-me um bocadinho mais (...). [M]uito cansativo fisicamente, dar de mamar... Adorei, era muito muito muito prazeroso, mas também parecia um ginásio. Ficava tão cansada, tão cansada. Depois decidi interromper a amamentação, através de medicação e passá-los para leite do supermercado.

Todavia, a idade também é equacionada por si como um fator de discriminação positiva, nomeadamente no acompanhamento que beneficiou por parte do Serviço Nacional de Saúde: “Fui sempre acompanhada como mãe tardia, muito bem acompanhada no hospital. Muito mimada por todos os médicos e afins. E, aí eu penso que o sistema de saúde está, acho que está muito bem, porque fomos muito mimadas”.

No entanto, manifesta-se insatisfeita por os profissionais não valorizarem o papel do pai e praticamente não o envolverem o pai no acompanhamento prestado durante a gravidez.

Não dá tanta importância ao pai, não dá, não dá tanta importância ao pai, nenhuma mesmo acho eu. Não, é tudo a mãe, é sempre a mãe”. (...) [O] pai não está presente na consulta, saber quem é o pai, onde é que ele está. Tem que lá estar. Estarem sempre os dois. Não digo que tenha que ser punido, mas ser incentivado.

E reforça também a necessidade de um acompanhamento mais próximo e completo depois do nascimento.

Eu acho que é mais a parte física [que os profissionais de saúde valorizam]. Se tem os dentes todos, quantos estão a cair, faz xixi, os ouvidos, os olhinhos, a barriguinha, o tamanho, o peso. Depois a outra parte, já consegues juntar as letras, já consegues... parece-me muito ligeiro, ligeiro, muito superficial (...). [E] quando vem às consultas, aquelas consultas de rotina de ano, em vez de ser só a parte física, também ser a parte emocional, saberem como é que está.

Não obstante a insatisfação que Ana manifesta, a entrada tardia na parentalidade surge associada a uma percepção de maior segurança ontológica que advém da própria experiência de vida, refletindo-se de forma muito positiva no desempenho do papel parental.

Porque não é em vão que os avós são mais tranquilos que os pais. É como se eu fosse uma mãe-avó. Porque a idade já me permite também não dar tanta importância àquele primeiro fanico e depois já sou eu que ajudo a acalmar, até as educadoras.

Ana considera que a entrada tardia na conjugalidade contribui para que o casal tenha maior maturidade, refletindo-se positivamente nessa nova fase do seu curso de vida.

Então é assim, em termos de casal, o facto de termos mais de trinta anos dá-nos alguma serenidade, ou seja, já conhecemos muitos casos, muitos, muitos exemplos, muita experiência. (...) [P]ronto as coisas são explicadas, são faladas e acima de tudo... acho que não temos grandes reservas, mas pronto, não temos grande reserva. Pelo facto de sermos mais velhos, acho que isso relativiza...

Tal como verbaliza, a sua longa trajetória de namoro acaba por ter efeitos positivos na relação de casal e na maior disponibilidade emocional para responderem aos desafios da relação parental.

O facto de termos namorado tanto até chegar a esta parte foi preparatória para agora ficarmos sem tempo (...). [É] muito importante, continua a ser muito importante, mas não é tão importante como era. Porque depois já conseguimos desdobrar o nosso coração para poder ficar desdobrado em quatro. Percebemos que gostávamos de estar os dois, mas depois também é muito bom estarmos a três ou a quatro. Tudo negociado com calma. Ninguém fica chateado com ninguém. Não há a necessidade de ficarmos aborrecidos. E depois há outro aspeto, como o cansaço físico é tão grande, nós não estamos prontos para a parte do namorar tao ativamente, porque temos uma estafa de todo o tamanho em cima" [risos].

Todavia, essa associação parece ser excessiva da sua parte pois, mais do que a entrada tardia na parentalidade, é a disposição relacional, associada à relação conjugal, que constitui para Ana a trave mestra da construção da família, nomeadamente no desempenho dos papéis parentais. A coesão do casal permite-lhe suportar o peso de um quotidiano desafiante.

Eu gostava de ter o colinho do meu marido só para mim e agora somos três. O meu marido também sente o mesmo. Dormimos em todas as camas que existem

na casa, ou seja, deitamo-nos e a seguir chega um, levanta-se, o outro depois vai para a outra cama ou para a cama de um deles, entretanto já lá está outro, ou seja, pronto... esta... quando eles... de alguma gostam do nosso cheiro, gostam do nosso toque e aparecem lá, pronto. E aí... a gente por muito cansados que esteja no outro dia de manhã dizemos sempre a mesma coisa: «por favor hoje deixem o papa e a mamã descansar»; duas ou três ou quatro noites eles conseguem fazer depois aparece lá outra vez passado uma semana ou quinze dias, pronto. Mas é muito bom, a gente os dois olhamos um para o outro e dizemos: “Não te esqueças que isto está quase a acabar, falta... daqui a uns aninhos eles já não querem nada connosco, por isso vamos aproveitar”. É esta atitude meio parolá “Vamos lá aproveitar aquilo que eles tem mais de engraçado para dar e admirá-los enquanto pessoas, mimá-los.

É muito forte a congruência do seu discurso relativamente à importância da relação de casal na sua vida, nomeadamente no desempenho do papel de mãe. Mais uma vez, emerge a importância que tem na formação da sua segurança ontológica.

O meu marido é o meu companheiro de vida. Está presente em tudo o que diz respeito à educação dos meninos, conversamos muito sobre isso. Fisicamente não consegue estar muito presente, porque está na empresa. Sou eu que estou mais tempo com eles, aí final do dia. Quando chega, conversamos sobre tudo, tudo é posto... (...) [R]euniões de escola, resultados da escola, alguma atividade que seja preciso fazer para a escolinha de um ou de outro. Aspetos que sejam preciso organizar até para o meu trabalho, se preciso de ajuda em alguma coisa de computadores ou assim. Feedback que tenha de alguma coisa que venha da empresa, alguma coisa que tenha corrido bem ou menos bem. Tudo é partilhado ali à hora do jantar, fazemos um bocadinho a reunião do dia. Não é...

Ana dá um exemplo ilustrativo da forma como a coesão do casal está presente na visão de ambos sobre a educação dos filhos e na coerência das suas práticas.

Que é para ser partilhado, que é para a palavra dele bater certa com a minha. E o meu marido dizia no sofá “Hoje é o pai a falar, o pai sabe que o que vou dizer é o que a mãe pensa”. Eu estava na cozinha (...) [M]as não combinámos nada. Tem que ser igual para os dois. Tem que ser igual para os dois. Se alguma coisa não aparece feita a mãe ralha, mas tem que dizer [nome da filha] dobras a cama, [nome do filho] dobras a tua cama” (...) [P]orque damos o exemplo de alguma serenidade e que as coisas são exequíveis. Não nos passamos dos carros assim...

Para Ana, não obstante recorrerem à rede informal de amigos quando necessitam de apoio para cuidar das crianças, é no casal que se encontra a base de apoio suportada por uma forte estratégia negocial. Efetivamente a coesão do casal surge como uma rede de malha invisível que ampara a segurança ontológica de Ana.

Porque moramos cá e os avós não. Estamos sozinhos cá. Temos uma rede de amigos, pequenina... pouco reduzida de número, mas boa de qualidade. Com quem podemos contar, de irmos buscar, de uma boleia, uma coisa assim. Conseguimos perfeitamente gerir. Mas tudo é combinado, tudo é combinado, tudo é agendado, tudo é conversado, tudo. Ir buscar, ir levar.

Dinâmicas da parentalidade responsável

O exercício da parentalidade é partilhado pelo casal desde o nascimento da primeira filha, o que contribui para reforçar o seu sentimento de segurança ontológica, baseado na sua perceção, por um lado, de uma maior coesão de casal e, por outro lado, da existência de fortes competências parentais por parte do pai.

Acho que foi um momento privilegiado para o meu marido perceber que tinha uma menina nova lá em casa porque, os primeiros braços que a acolheram, apesar de eu ter feito uma festinha, dado um beijinho, dada à situação em que estava na maca, foram os do pai. E eu acho que isso foi muito importante. Eu às vezes questionava-me um bocadinho ... «Ah... não consigo, com a cesariana»... depois não põem logo o bebé ao colo... Por acaso não a tive ao colo porque não podia, mas meteram-na perto do meu peito, perto do meu rosto. Eu fisicamente não podia mais. Eu tava desgastada porque foi epidural, não podia agarrar na menina, não é? Um bebé com 4.400 kg era um grande bebé, era uma grandalhona [risos]. E eu pensei, agora tenho que tratar de mim, e eu sei: a [nome da filha] vai ficar bem com o pai porque o pai é muito meigo, muito discreto e ficou no colinho do pai, não podia ter ficado melhor. Eu subi e vi aquele quadro, espetacular... o pai e a filha, os dois sossegadinhos, até estavam os dois a dormir no sofá. Ela encostada em cima dele, a dormir. E essa figura prolongou-se sempre... essa figura prolongou-se sempre. Como eu sou assim um bocadinho mais stressada e mais barata tonta.

Curiosamente, de forma não consciente, associa ao comportamento feminino e masculino a determinadas estereotípias que confirmam as expectativas sociais: o homem mais equilibrado e racional, a mulher mais emotiva. Exemplo disso é a forma como descreve as suas reações ao nascimento da primeira filha.

O meu marido, extremamente pacífico, companheiro, normal e discreto, felicíssimo, equilibradíssimo. Muito mais discreto do que eu que sou muito mais barata tonta. [ele] muito mais presente, mas sem grande show off. Digamos, muito orgulhoso da sua menina, mas muito comedido, nos comentários.

Esta representação de si não é coerente com as competências, como vamos verificar no desempenho do seu papel parental, inclusive, na transição para a segunda gravidez. Todavia, são um sinal de quem é Ana e do confronto latente entre crenças e disposições para agir diferentes: “Foi serena... digamos, em termos de cabeça... digamos em termos mentalmente?! Perfeitamente serena”.

Do seu discurso observa-se que a perceção de Ana sobre a competência do pai forma-se nos primeiros meses da entrada na parentalidade. Por exemplo, recorda-se de uma situação em que o pai estava a pegar a bebé ao colo e que a deixou a si muito segura: “A [nome da filha] vai ficar bem com o pai. Porque o pai é muito meigo, muito discreto, e ficou no colinho do pai, não podia ter ficado melhor”.

A expressividade das suas palavras transmitem a importância que atribui ao papel do pai na vida dos seus filhos e o forte impacto que isso tem em si própria: “Se eu morresse agora, os meus filhos estavam bem entregues. E esta sensação, este descanso, é muito boa”. Questionada sobre o momento em que sentiu a importância do apoio do marido, Ana responde.

“Desde sempre. Desde os primeiros momentos de pais. Porque era um ser novo ali. Tudo é estranho, tudo é diferente. E de repente chamamos filha a alguém que nunca conhecíamos. (...) Esse processo teve momentos mais aborrecidos, das noites alteradas, dos sonos completamente alterados. Eu costumo dizer que o meu verbo favorito há nove anos é dormir. Adoro conjuga-lo em todos os tempos verbais: dormir. É a maior dívida que eles têm connosco [risos]. Porque eu adoro dormir, o meu marido também e tivemos de deixar de dormir tanto, não porque a menina fosse muito irrequieta... nada disso, mas ou porque tinha uma tosse um bocadinho alérgica ou porque tinha uma ranhoca ou porque ora dormia em cima de um, ora dormia em cima de outro. Aquelas coisas todas porque depois vinha dormir connosco. Ela não se lembra da vida sem mano, passados três anos vem o mano. Não se lembra da vida dela sem o mano. Por isso...”.

Como já referimos, a observação das competências parentais do pai, transmite a Ana um sentimento de maior segurança no desempenho do seu papel de mãe.

“Por exemplo, quando alguma coisa, quando a menina chorava, ou alguma coisa, ou algum sinal que não percebíamos. Quando o Nilton dizia «está tudo bem, o papá está aqui, está tudo bem», está frase funcionava para a Inês e para mim”.

O desempenho do pai nesta fase do seu curso de vida acaba por estar associado ao desenvolvimento, de forma não consciente, da disposição para agir de Ana e também à conciliação da sua vida pessoal-familiar-profissional.

Eu acho que equilibrava [o pai] aqueles altos e baixos como «agora apetece-me dormir um bocadinho». Quando eu digo dormir... parece um exagero... não quero deixar essa imagem, não quero deixar essa parte. Já passou há muito tempo. O poder estar bem com o bebé, bem comigo, ou fazer alguma coisa para a escola e saber que tenho alguém comigo que pode cuidar tão bem quanto eu. Se eu tivesse que sair para uma reunião ou se tivesse que sair para uma ação de formação ou para alguma coisa, a bebé ficando com o meu marido estava tão bem como ficando comigo. Sentir esta paz...

A grande confiança no pai transmite-lhe efetivamente segurança ontológica, apresentando-se como fatores facilitadores para a conciliação de papéis.

O pai de manhã leva. Sou eu que vou buscar. A grande parte das vezes quando eu tenho reuniões, que são na maior parte das vezes ao final do dia até à noite, podem ficar com o pai no trabalho. Preparo o lanche para todos, filhos e pai, lanchinho, mochilas de manhã, arrumar as mochilas todas. Todos levam a sua mochila. Não sei o que me falta aqui mais. Trabalhos de casa, enquanto eu preparo o jantar, a Inês vai fazendo os TPC [trabalhos para casa]. Depois dos deitar, a um quarto para as dez, sou eu que me sento um bocadinho no computador

a acabar alguma ficha ou a preparar algum documento que envio depois pelo Google Drive para aceder na sala de aula ou fico a ver uma série no canal dois com o meu marido, gosto muito...

O seu discurso começa a indicar a orientação que, de forma não consciente, vai seguir a partilha de papéis na parentalidade. As competências de planificação e organização que surgem no seu discurso vão adquirir especial relevância na vida familiar e o pai, não obstante também participar na prestação de cuidados, vai ter um papel mais ativo nas dinâmicas lúdicas com os filhos. A descrição de Ana sobre a dinâmica familiar é ilustrativa dessa dinâmica.

O pai brinca mais do que eu. A mãe também brinca mas enquanto a mãe anda ali a compor as coisas... o modelo é igual ao da minha casa, ou seja, a mãe põe e despõe, ou seja, eu ponho a mesa e o pai tira. É assim um bocado partilhado... pronto. (...) [O] pai brinca bastante com os dois, ou com o [nome do filho] (...) [M]uita brincadeira, muita brincadeira, cantar, tocar, rebolar no.

Este comportamento é valorizado por si por se demarcar do tradicional papel assumido pelas gerações anteriores, nomeadamente, pelo seu próprio pai que não estava tão presente, nem tinha um comportamento tão espontâneo e descontraído com Ana e a irmã.

E o pai era um bocadinho mais ausente, o meu era um pai completamente ausente e o meu marido muito presente. (...) [A] minha mãe, uma mãe muito presente, o meu pai, o homem do dinheiro, pronto da casa. Muito bom exemplo enquanto trabalhador, enquanto pai, uma figura mais ausente. Mas fisicamente presente, não tão presente em brincadeiras nem nada disso.

Entretanto, assume com naturalidade e valoriza as suas competências, contribuindo para que se adapte acriticamente à forma como são desempenhados os papéis de género na relação de conjugalidade e na parentalidade. Ana não revela ter uma consciência clara dos seus próprios juízos de valores, expressando uma certa distância entre a representação de si e as suas práticas: "E acho que sempre fui assim um bocadinho *open mind*, acho que me considero uma pessoa livre durante muito tempo... depois as prisões que temos são prisões às convicções, aos valores em que acreditamos e que gostamos". Ela gosta de assumir a gestão, de planificar e organizar as coisas do quotidiano, e de ser reconhecida nesse seu papel de liderança na família.

Eu dobro a roupa, faço uma pilha de roupa, eles os três arrumam-na nos sítios. A imagem do GPS, não sei se é clara. Eu tenho as diretrizes e eles obedecem... é um bocadinho assim. Sou mandona. Um bocadinho controladora, neste sentido, ter os pacotes arrumados e a eles dá-lhes jeito. Eu gosto disto, e eles não se importam de ser comandados, porque também percebem que isto assim, tudo orientado, também

Apesar de reconhecer que as suas competências podem ter uma vertente menos positiva, transforma-as em ferramentas úteis para gerir o quotidiano familiar.

Eu em casa (...) [S]ou mesmo mãe e às vezes daquelas mães chatinhas, pronto. É, arruma isto, põe aquilo, olha lá, aqui, vamos lá tomar banho, aquelas coisas da higiene diária, do cuidado. (...) [S]ou quase eu, que faço quase tudo.

Ana tem uma representação de si própria, como uma mulher moderna que educa os filhos para os valores da igualdade de género e para a partilha de tarefas.

Eu estou na cozinha «A mãe está a cozinhar e preciso de ajuda». Tem que haver uma ordem, um estímulo (...). Eu acho que é importante a gente não fazer deles inúteis, não fazer deles que são inúteis, ou que nós estamos cá para ser seus escravos, seus criados. Tem que ser uma situação de equidade (...). Repare se nós não trabalharmos tanto e tivermos mais tempo para eles. Se nós estivermos bem eles também estão melhores (...).

Mais uma vez, revela não ter consciência que a sua disposição para agir é contrária aos seus valores e que na vida familiar, através das suas práticas, transmite aos filhos um modelo diferente daquilo que pretende. Segundo Lahire (2005) “estaremos a lidar com um indivíduo com um património de disposições de hábitos e de capacidades não homogéneo, não unificado, variando segundo o contexto social no qual tenha sido levado a evoluir” (Lahire, 2005, p. 26-27).

A gente acredita que estejamos a passar um modelo de equidade de sexos. Apesar do que eu disse há pouco que a mulher é sempre mais penalizada. Mas eu acho que é por uma questão de sexo, porque conseguimos fazer mais coisas do que eles. Mais nada. Isto não é assim uma informação vulgar... não quero que isto passe por... Potencialmente a nossa capacidade é mais, é de conseguir gerir mais as coisas. Podemos não fazer tanto em profundidade, mas conseguimos gerir mais coisas. E eu acho que os meninos e as meninas conseguem observar isto tudo.

A representação que tem de si como modelo dos filhos de educação para a igualdade, não tem propriamente adesão à realidade, como constatamos pela complementaridade de papéis que existe no casal ao nível da realização das tarefas domésticas e da prestação de cuidados às crianças, em que Ana revela uma faceta de supermulher.

Passar a ferro, apanhar roupa, estender roupa, pôr máquinas. Ajuda pontualmente [o marido], pronto. Enche a máquina, despeja a máquina, pode fazer a comida ao fim-de-semana... eu passo a ferro. Se pedir, apanha a roupa, tratar da limpeza da casa sou eu. E explico porquê, porque entretanto, há dois anos para cá, criámos uma empresa e o meu marido está muito mais absorvido pela empresa. Como ainda não temos lucros gigantescos, temos de poupar noutras coisas... «Olívia patroa, Olívia criada». (...) [E]m relação a mim acho que é uma duplicação de papéis. São muitos papéis para tomar conta... e o querer sempre ser boa em tudo, não falhar em nada.

Ainda que o seu modelo familiar se distancie de um modelo familiar conservador, é notória a força silenciosa da socialização da cultura dominante. É ilusória a crença que a sua relação conjugal seja a antítese da relação dos seus pais no que se refere à partilha das tarefas domésticas e ao cuidar dos filhos. Ana cai, assim, na “armadilha doméstica”, como refere Lahire (2001) e relativamente à parentalidade, ela cai, desde logo, na decisão de gozar a licença parental.

Mesmo no que diz respeito à licença de maternidade, também fui eu que beneficieei dela (...) [Tentei esticar ao máximo doutora. Tentei esticar... Eu tinha quatro meses. Não, peço desculpa, seis. E optei pela maior com a redução do vencimento. Seis meses, um mês de atestado e um mês de férias. Tentei fazer assim, de maneira a que ficasse, depois mais tempo que possível com os meninos em casa...

A sua aprendizagem teve início no processo de socialização primária. Relativamente à incorporação de modelos sexuais, segundo Lahire “É justamente porque essas diferenças são simultaneamente precoces e omnipresentes que os constrangimentos são raramente sentidos como tais ou, em todo o caso, são-no muito menos fortemente do que outros tipos de constrangimentos sociais” (Lahire, 2005, p. 23). Ana assume que o seu modelo de organização é inspirado na sua família de origem: “É na mãe que se concentra o GPS”, observando-se uma grande proximidade entre a sua disposição para agir e da sua mãe.

A relação [de casal] era... a minha mãe é uma senhora muito mais submissa, percebe-se pela educação (...) [M]as apesar de ser submissa, não é calada, pronto. É humilde, não é humilhada. Isso aí está bem distinto. (...) [O] pai trabalha e a mãe em casa. (...) [E] aprendi com a minha mãe a gerir uma casa, a gerir as contas. Aprendi com o meu pai, a ser responsável no trabalho, a cumprir horários, a respeitar o patrão, a respeitar colegas. (...) [A] minha mãe é o melhor exemplo da ministra das finanças que o país precisava.

Ana defende que os alicerces da sociedade assentam na representação social de género. A mulher é confrontada com o desafio de conciliar diversos papéis e com as expectativas sociais de os desempenhar com competência.

A sociedade também pressiona muito. (...) [E]u acho que continua a ser menos, meiga com as mulheres (...) [E]m tudo, no trabalho, na crítica, na avaliação social que é feita... (...) [P]or exemplo, enquanto diretora de turma, são as mães que estão nas reuniões, mais mães que pais. (...) [E]u vejo muito a parte de... excesso de trabalho (...) [T]rabalho e muito pouco tempo para estar com a família, muito pouco tempo para cuidarmos de nós... (...) [O] motor das casas como eu disse há pouco... acaba por ser as mulheres. Hoje em dia se uma mulher não trabalha é um bocadinho difícil de... [V]ive mais isolada. São poucas as mulheres que não trabalham, a maior parte das mulheres trabalham. Uma mulher que opte por ficar com a família como a minha mãe, pronto... é raro ver...

A representação que tem das suas competências é ilustrativa do ciclo, não consciente, de reprodução do padrão cultural. Por um lado, define-se como uma pessoa focada na excelência, com fortes competências de planificação e organização. Por outro lado, atribui à cultura, a fatores macrossistêmicos, a necessidade de adquirir competências-chave para a sobrevivência da mulher.

Exatamente, eu acho que é uma pressão que nos educa... nós próprios também queremos ser boas no que fazemos. Quero ser boa no meu trabalho, quero ser boa enquanto mãe, quero ser uma amiga presente... (...). [A]cho que a sociedade já nos educou assim. Vai-nos manipulando. Mesmo sem querer a pessoa está a ser manipulada para uma ideia de excelência. (...) [E]les [os homens] não são tão penalizados.

Apesar de fazer um esforço para ter uma perspetiva crítica, Ana acaba por interiorizar pré-conceitos de género e por conseguir justificá-los com a evidência empírica, como refere Lahire: “As crenças e os ideais podem estar claramente do lado da partilha igualitária das tarefas, enquanto hábitos contrários, propensões para agir opostas, podem ser postos em prática” (Lahire, 2005, p. 9).

Como é que eu vou explicar... eu acho que sou eu que tomo mais decisões porque eu acho... apesar dos tempos terem evoluído, acho que é sempre a rapariga que tem a cabeça mais arrumada e controla isto tudo. (...) [C]ontrolamos tudo. Trabalho, casa, filhos, tudo. Controlamos tudo e pensamos no que está ainda nas entrelinhas. Conseguimos tudo.

Essa visão é fundamentada também na sua experiência profissional que lhe prova que em circunstâncias idênticas a mulher é mais penalizada do que o homem.

Do que me é dado a observar enquanto professora e enquanto mãe, mesmo em questões de divórcio. E a maior parte das minhas turmas são divorciados, são filhos de famílias divorciadas e reestruturadas. São sempre as mães que tem a parte mais penosa. Quando é mais penosa, é parte menos prazerosa. Quando são as chatices da escola, chamam-se as mães, as doenças são as mães que estão no centro de saúde... as reuniões são as mães que estão, faltar ao trabalho é a mãe que falta, quando é o divórcio é o pai que constitui outra família, mas é a mãe que fica com os três ou quatro que já tem, ou a avó, volta a ser o modelo feminino.

Nas situações de divórcio em que o pai assume a responsabilidade de cuidar dos filhos, ela constata que geralmente é com a ajuda da avó.

Avó paterna por estranho que pareça... O pai muda de vida, e às vezes é a avó paterna que tem que ajudar ali. Mas é a avó, a figura feminina, independentemente ser do pai ou da mãe, é sempre a mãe, a avó, a tia.

Apesar da sua visão sobre a sociedade, considera que atualmente a escola educa as crianças para a igualdade entre os géneros.

Eles fazem aqueles jogos do faz de conta, de brincar ao pai, de brincar à mãe, de brincar às casinhas, mas acho que têm uma perspectiva correta de equidade. Tanto as meninas podem estar na oficina, como os meninos podem estar na cozinha.

Todavia, consta-se que Ana, de forma não consciente, justifica a ausência de diferenças entre o filho e a filha, devido a características individuais e, sobretudo, ao facto dele ser mais novo e lidar com as tarefas como uma brincadeira.

Não se verifica nos meus filhos. (...) [D]e alguma maneira ela é mais preguiçosa que ele. (...) [A] pesar de ela ser desenrascada (...) [O] [nome do filho] consegue fazer mais do que a [nome da filha], associa também à idade. Ele ainda leva na brincadeira...

Sublinhe-se a força da genderização interiorizada por Ana nas diversas tentativas que faz para tacitamente controlar essa tendência que, tal como constatamos, através de diversos recortes do seu discurso, não está consciente para si. Por exemplo, é curioso que atribua as suas competências de planificação e organização às características do signo a que pertence.

Eu sou muito metódica... Eu sou muito metódica. Sou virgem, pura virgem. Signo, claro. Isso não é preciso dizer. E então eu sou muito metódica. Eu sou mãe, esposa, cozinheira, dona da limpeza, companheira, palhaça, amiga, professora... pronto faço tudo. Sou muito metódica. Mas tenho... o meu marido não ajuda tanto nisto.

Por sua vez, como vimos anteriormente, justifica o desequilíbrio na partilha das tarefas e dos cuidados, entre o casal, com a ocupação profissional do marido.

Não acho que o meu marido seja machista, no sentido «não faço isto porque sou homem». Não faz porque não tem tempo, porque não consegue. A empresa absorve-o um bocadinho demais. Nestes primeiros anos de vida, a gente percebeu isso, isso foi uma coisa conversada, e agente percebeu isso.

Combinações disposicionais e pragmatismo para enfrentar as crises

A forte combinação de disposições e competências constituem-se como um importante recurso interno para Ana ultrapassar as bifurcações e encruzilhadas com que se depara no seu curso de vida familiar. Nesta trama, a socialização familiar transmite-lhe um património de disposições que se manifestam em diferentes fases e contextos do seu curso de vida, desde logo o processo de formação da sua disposição ascética. Desde cedo foi educada para o sacrifício e para a privação. Desenvolveu, assim, uma clara apetência para distinguir as questões essenciais da vida humana e enfrentar os problemas, criando-se as condições para se formar a sua disposição para o pragmatismo. Esta disposição está para

além de saber resolver problemas concretas, trata-se de uma propensão para dar uma resposta à crise, independentemente da sua natureza e nível.

A entrada na conjugalidade foi um ponto de viragem do seu curso de vida. Esta transição ocorreu numa situação de incerteza profissional do marido, a que Anabela respondeu com a sua forte disposição pragmática, acompanhada pelas suas disposições ascéticas e de independência.

Não há problema (...) [na perspectiva de Ana] não há nenhum problema, organizamo-nos. E no mesmo dia em que o meu marido recusou o horário, telefonaram-lhe de uma escola de música a perguntar se queria ficar com um horário e ele aceitou. (...) [É] assim!

O contexto profissional foi um campo especialmente rico na formação dessa disposição, transponível para diferentes contextos.

Eu consigo já relativizar mais alguns problemas (...) [P]roblemas de adolescência. Eu trabalho com adolescentes há vinte e cinco anos, adivinho os seus pensamentos (...) Pelo conhecimento eu valho-me por ser professora há vinte e cinco anos. Às vezes é difícil distinguir ser mãe de ser professora.

Em certos momentos, o exercício da parentalidade revela-se especialmente desafiante e entra em crise, mas a disposição para o pragmatismo associada à sua forte disposição para a maternidade, permite-lhe ultrapassar as situações.

No final do dia, quando são aqueles... quando passo o dia todo na escola e é muito barulho, na escola, não é?! E depois é aquele barulhinho deles, às vezes torna-se mais irritante do que o dos quinhentos na escola. Como é que é possível isto? Isto não é correto! Às vezes digo «papapapapapapapa», pronto, eles já perceberam. Eu digo «A mãe está aqui aos gritos mas isto daqui a um bocadinho já passa, já sabem que é assim, esperem só um bocadinho.

Mas o grande ponto de viragem no curso de vida da família surge com o diagnóstico precoce da doença de Parkinson ao marido.

Ela deu-nos tempo de ter uma gravidez, ou seja, os sintomas foram a “gravidez”. (...) [E]sse tempo até ao diagnóstico. (...) [H]avia sintomas estranhos que não percebíamos o que era. Então percebemos que alguma coisa no meu marido estava a mudar, nas costas, nas mãos... (...) [P]or isso tivemos tempo para perceber que alguma coisa não estava bem. Até quando o médico pede um exame mais sério para despistar isto, a médica foi sincera. (...) [V]amos despistar esta hipótese. (...) [E]u disse ao meu marido: “[nome do marido] vamos por as barbas de molho, isto pode ser mais sério do que aquilo que estávamos a pensar” e era! Então, viemos com o diagnóstico do [nome do marido], chorámos desalmadamente os dois.

A disposição para o pragmatismo revela-se essencial na resposta à grave crise familiar, despoletada pela inesperada e inusitada doença do marido, conseguindo encontrar estratégias para reagir à profunda dor que lhe causou.

Como é que eu hei-de explicar, uma tristeza imensa, é uma notícia horrorosa. (...) [E]la deu-nos tempo de ter uma gravidez, ou seja, os sintomas foram da gravidez. Havia sintomas estranhos que não percebíamos o que era. Então percebemos que alguma coisa no meu marido estava a mudar, nas costas, nas mãos...

A coesão da sua rede de suporte informal vai ser testada ao longo da sua vida e, nomeadamente, na resposta a crise com a gravidade desta: Chorámos desalmadamente os dois, telefonámos a toda a família e amigos, os amigos mais próximos, os irmãos não é?! Assumimos. No outro dia, foi igual ao dia anterior à notícia”. Ana revela uma forte disposição para relativizar os problemas e encontrar soluções para os ultrapassar. Esta aprendizagem foi especialmente útil nesta fase do seu curso de vida. A seguir ao diagnóstico da doença, a família confrontou-se com uma nova crise: o desemprego do marido. O casal decidiu correr mais um risco e apostar na criação de uma empresa, mobilizados pela forte disposição pragmática de Ana.

Pelo menos nos primeiros cinco anos percebemos que ia ser assim. Portanto tudo é conversado. Prós, contras, receios, medos, “Tenho medo que isto corra mal, tenho medo que haja uma dívida, tenho medo...” Tudo é conversado, tudo é posto em cima da mesa, assim com o coração na boca. E depois relativizamos. Como já está cá fora, dito, relativiza-se a importância que isto tem ou não: “Oh, deixa-te lá de paranoias, aquilo ou outro”.

Ana consegue reenquadrar com pragmatismo esse ponto de viragem na vida da família, atribuindo-lhe, inclusive, uma carga humorística.

“Não sei se é oportuno dizer neste momento, que nesse momento ganhámos outra pessoa na família, que se chama Parkinson, o meu marido é doente de Parkinson. Por isso como isto é um registo sigiloso... nós aceitámos mais esta pessoa na família... somos cinco. Pronto, por isso fomos premiados com Parkinson há cerca de cinco anos. Depois do [nome do filho mais novo] ter nascido. E então temos que gerir também isto tudo. Mudar de vida, mudar... criar a empresa... ou seja, se às vezes parece querer travar ideias, desta vez é estimula-las, é uma oportunidade que ainda temos para fazer, enquanto o corpo permitir”.

A importância que a disposição pragmática adquiriu ao longo do seu curso de vida está sintetizada no balanço que Ana faz da trajetória de vida da família.

Repare que a gente, enquanto casal, somos casados, vá há onze anos, faz onze anos em Junho e são onze anos muito preenchidos [risos]. São onze anos muito preenchidos, é uma vida muito rica. Casámos aos trinta e cinco, vem uma menina aos trinta e sete, vem um menino aos quarenta e depois vem o senhor Parkinson a seguir e, entretanto, vem uma rescisão de contrato a seguir no trabalho onde

estava, vem uma criação de uma empresa, e eu tenho a parte do meu emprego mais estável. Esta parte ajuda bastante.

A sua capacidade de relativizar os problemas, a sua disposição pragmática, é um recurso fundamental para integrar as diversas crises no desempenho responsável da parentalidade, prevenindo situações de desequilíbrio familiar.

(...) [C]om outro filho “Parkinson” esse sobrepôs-se a todas as outras preocupações, olhos, dentes... [risos] e diarreias e viroses, isso ao pé do Parkinson não é nada. (...) [O] que é que me preocupa?! Preocupa-me se eles [o filho e a filha] algum dia não gostarem de viver. Estas ideias de falta de gosto pela vida, suicídios. Nestas... nos adolescentes, jovens, e isso. Acho horrível (...) [S]e eles algum dia perdem o gosto pela vida de alguma maneira, a gente não conseguir inculcar o gosto pela vida, de serem felizes”.

A reflexividade sobre a escala individualidade e a escala social

Ao longo do seu discurso observa-se uma forte disposição reflexiva expressa na forma enuncia medidas de política que deviam ser implementadas. A partir dos seus valores e da sua experiência em diversos contextos de socialização, Ana identifica múltiplas necessidades associadas ao exercício da parentalidade.

A vida tinha que ser mais facilitada nesse aspeto, não é?! Tinha que ser mais, mais facilitada. Nós sabemos que o país só evolui se houver mais crianças e mais jovens, e este rejuvenescimento também tem de haver, têm que ser criadas as condições para que também seja... (...) [S]ão as laborais, são as de rendas de casas, preços de rendas de casas, preço das comidas do supermercado, acesso a cultura muito mais facilitado, o trabalho, a parte do trabalho eu acho que é muito penalizador.

Entre as diversas medidas, Ana identifica os baixos salários como um problema que tem de ser resolvido e insurge-se sobre a manifesta insuficiência do salário mínimo. A sua reflexão incide sobre as pessoas com os salários mais baixos por referência às famílias com filhos que pertencem a estratos socioeconómicos médios e que, ainda assim, têm dificuldade em fazer face às despesas e Ana dá o seu próprio exemplo.

Repare, eu estou congelada no meu vencimento há dez anos para aí, fruto das decisões partidárias, logo políticas, logo eu não tenho melhores condições de vida, não tenho porque o Governo assim o decide para a função pública (...) [E]ntão tudo aquilo que eu poderia dar com melhor qualidade, melhor acesso a tudo, é refreado por esta questão monetária e eu ganho 1400 € por mês, vá arredondando. O que é que faz uma pessoa com o ordenado mínimo?

No quadro das suas disposições reflexivas, a sua disposição para independência, expressa na necessidade da vivência do tempo individual, é uma condição importante para o seu bem-estar. Ana tem a clara convicção que a sociedade devia considerar esta questão

essencial para o equilíbrio as famílias com filhos e, como tal, devia promover junto dos pais a prática desportiva e de outras atividades de promoção do bem-estar e da saúde.

“Promoção da saúde física, do desporto. (...) [P]ara mim (...) [P]ais atletas, pais animados, fisicamente saudáveis, também são pais mais, mais presentes não são bem presentes, mais disponíveis (...) [P]orque eles também conseguem estar bem com outros e para outros, para os seus filhotes também. E se calhar mais atentos também ao querer, ao querer essa parte afetuosa de ter filhos, partilhar a sua alegria com outros”.

Ana aprofunda a crítica sobre a centralidade que a vida profissional tem na sociedade, nomeadamente, o número de horas de trabalho e o número reduzido de dias de férias.

As pessoas dedicam... dedicam o tempo, têm muito tempo dedicado ao trabalho para terem mais dinheiro. Para depois poderem disfrutar dele só no mês de férias. Então são muito exploradas no trabalho, durante muitos meses, para depois só terem um mês de descontração. A pessoa esgota-se no trabalho, esquece-se de si, esquece-se que é mãe, que é mulher e está só naquela parte da sociedade de cumprir horário, ser bom trabalhador, não faltar, não adoecer... é uma grande exigência.

É sua opinião a parentalidade e a família são dimensões da vida muito pouco acarinhadas e socialmente desvalorizadas. Como tal, não se abrem perspetivas e não se criam medidas suficientemente atrativas para dar às pessoas a oportunidade de fazerem escolhas, conciliando a vida pessoal-profissional-familiar.

“Acho que ainda a sociedade não parou para pensar no ponto, no fulcral que é ter uma família com tempo para saber que é família. (...) [P]or acaso eu até tenho amigos que optaram por não ter filhos. Eu acho que é exigido demais da pessoa enquanto trabalhador e não enquanto ser mais completo: ter tempo para ler, viajar, conhecer, até com tempo para voluntariado... não temos tempo uns para os outros. Temos tempo para cumprir horário, para ter um vencimento, pão para a boca. Acho que as empresas não pensam na importância que é...”.

Ao aprofundar a reflexão sobre as medidas a tomar na promoção e suporte à parentalidade, os pensamentos encadeiam-se e a sua disposição à independência tende a ficar comprometida, com a posição partidária que Ana assume.

Eu aqui sou um bocadinho, um bocadinho mazinha. (...) [C]onhece alguma família numerosa? Não precisa de me responder, porque não pode. Alguma família numerosa que seja do bloco de esquerda? Não é uma pergunta difícil de responder. Eu acho que às vezes as políticas... Eu não estou a dizer que as famílias numerosas são todas do CDS, mas em termos de políticas no nosso país, esta questão de política barra versão partidária, está muito, muito, muito enraizada, muito enraizada. E os próprios partidos não tiram o melhor que cada um deles tem para dar.

Ana não se deixa capturar pela defesa dogmática de um partido, pelo contrário, as suas críticas são transversais à intervenção dos diversos partidos políticos, naquilo que se refere às políticas de parentalidade.

Nas suas bases, nas suas bases partidárias, falarem sobre estes temas, verem que medidas é que têm... não só medidas em termos de... como é que eu vou explicar. Aqui para mim, faltam-me mesmo as medidas em termos de ajudas, benefícios. Ser pai, ser mãe. Os partidos devem lutar para que as pessoas tenham benefícios para promover a sua família. Eu acho que eles, ainda não se sentaram à mesa todos juntos, independentemente da sua facção partidária. Depois as medidas surgem avulso.

Na sua opinião os partidos têm de mudar e ganhar maior densidade de pensamento em algumas áreas, como é o caso das políticas de promoção e suporte à parentalidade: “Os partidos precisam de ter formação filosófica. Precisam de filósofos na sua formação, sociólogos, psicólogos. Não precisam de economistas, advogados, não só deles. Deles e dos outros. Estas cabeças pensantes, não podem pensar só em soluções”.

A sua disposição reflexiva revela um ideal político forte, todo o seu argumentário assenta na política como um instrumento de promoção da parentalidade e do desenvolvimento humano, mas a sua disposição à independência mantém-se latente: não obstante assumir uma determinada tendência ideológica e defender a importância da participação política dos cidadãos, defende que as capacidades crítica e reivindicativa, beneficiam da independência partidária.

Como diria o Salgueiro Maia: há os estados capitalistas, há os estados socialistas e há o estado onde chegámos. Ter sempre uma visão muito ampla, ou seja, não nos fidelizarmos em nenhuma política, mas se optarmos por ela tentar tirar o melhor partido dela. Que ela não seja uma arma de exploração, que seja uma arma de desenvolvimento.

Efetivamente Ana revela uma ampla sua capacidade crítica que se entende a toda a sociedade, por não valorizar o papel que a parentalidade ocupa no desenvolvimento e bem-estar social.

Ainda não percebeu que uma família equilibrada, as empresas não perceberam, o governo não percebeu que uma família equilibrada com tempo para se mimarem, brincar, descontraír, conversar, e olharem-se olhos nos olhos é fundamental para ter um país de gente normal e feliz.

Como vimos, Ana tem uma forte crença quanto à necessidade de se operar uma mudança cultural relativamente à centralidade que a vida profissional ocupa na organização da sociedade, permitindo um maior equilíbrio dos diferentes papéis sociais.

As pessoas dedicam... dedicam o tempo, têm muito tempo dedicado ao trabalho para terem mais dinheiro. Para depois poderem disfrutar dele só no mês de férias. Então são muito exploradas no trabalho, durante muitos meses, para depois só terem um mês de descontração. A pessoa esgota-se no trabalho, esquece-se de si, esquece-se que é mãe, que é mulher e vive só (...) aquela parte da sociedade de cumprir horário, ser bom trabalhador, não faltar, não adoecer... é uma grande exigência.

Nesse processo de mudança de mentalidade Ana considera que a televisão pode ser um recurso importante.

É preciso muito mais, eu penso que a melhor escola acaba por ser a televisão. Porque a gente não consegue chegar lá de outra maneira. Se as séries forem mais construtivas, se houver mais testemunhos de pais, se houver testemunhos de mais famílias felizes, apesar das doenças, apesar das dificuldades, apesar das pobreza. Se houver mais testemunhos destes, mais do que dos outros... mais negativos. Acontece uma contrariedade no casal, divorciamo-nos... o gaito porta-se mal tem que vir a CPCJ [Comissão de Proteção de Crianças e Jovens] tomar conta dele que a mãe não consegue, está taralhosa! Há um problema na vida: antidepressivos. Este é o caminho muito mais fácil. (...) Hoje qual é a arma mais poderosa que temos hoje em dia para chegar aos miúdos? Já nem digo o facebook, nem essas coisas, é a televisão.

A sua disposição reflexiva leva Ana a aprofundar a ideia e a demonstrar a importância desse meio de difusão cultural na promoção de uma parentalidade responsável.

“Significa haver programas... Para mim era haver programas televisivos porque para mim a televisão acaba por ser a maior escola, programas televisivos que ensinam as pessoas a gerir uma casa, economia doméstica, perante uma situação problemática como é que deve agir, que frase é que teve ter com o seu filho ou que frase é que não deve ter, a que situações é que o seu filho pode ou não pode ter acesso. Reeducar um pouco a consciência das pessoas, e a parte dos valores...”.

Relembra que a escola tem a preocupação de educar para os valores, mas que tem limitações que a impedem de ser tão eficaz como ela própria desejaria: “Na escola nós fazemos na parte da Educação Cívica, mas que é limitativa, são quarenta e cinco minutos por semana”.

A sua visão está intimamente associada a diversos contextos de socialização ao longo do seu curso de vida, tanto familiar, como educativo e profissional, mas também religioso, uma dimensão que, aliás, fez parte da sua educação e que atualiza quando pensa em estratégias para apoiar as famílias no desempenho do papel parental.

Fala-se muito naquela coisa de escola de pais que funciona também na católica e que funciona em algumas escolas e funciona também em outras escolas de pais, muito... Eles aí aprendem alguns dossiês que tem a ver com afetos, com a saúde, com a atenção, com vidas futuras, com medos, com receios, é uma parte, penso eu, mais psicológica mas que é importante, pronto. Agora como é que... as juntas

de freguesia têm que estar envolvidas nestas pequenas “escolas de pais”. Antes de ser pai, se pensas em ser pai ou mãe passa por aqui (...) [U]m minicurso.

Essas redes são concebidas por si como um recurso de sensibilização, informação e formação das pessoas para uma parentalidade responsável e, inclusive, para as ajudar relativamente à decisão de entrada na parentalidade: “Eu chamo «curso» a ação de formação (...) [P]assando testemunhos (...) [S]ó poderia transmitir o meu conhecimento a outras pessoas que ainda não são”. Ana coloca a hipótese de ela própria ter entrado na parentalidade mais cedo se tivesse tido acesso a determinada informação.

“Eu dou conta enquanto... na minha profissão [professora] dou conta de mães e de pais que foram mães e pais por acaso, que aconteceu e depois perceberam que ainda não estavam na altura certa para sê-lo. Se eu soubesse o que sei hoje... pois não sei... não estava preparada para isto e recebo mães e pais que têm idade para ser meus filhos. Então precipitaram-se... nessa opção”.

Num movimento introspetivo, reflete sobre o efeito que teria tido para si própria, o facto de ter tido acesso a informação útil sobre a parentalidade. Neste processo reflexivo, a acessibilidade à informação surge como um fator fundamental para as pessoas refletirem sobre as suas escolhas e tomarem decisões responsáveis, relativamente ao exercício de um papel que, na prática, pode ser mais fácil de exercer do que as expectativas das pessoas.

Eu acho que desde cedo percebia isso. (...) [V]ia a seriedade da família” (...) [Q]ue não é complicado, não sabia. Nem detive muito tempo a pensar nisso. Não de todo [impossível], é possível exercer [o papel parental] (...) exerce-lo com qualidade.

Simultaneamente, Ana aponta o próprio dever de cidadania dos pais, onde também se inclui a si própria, em constituir rede informais de suporte, com a criação de grupos de autoajuda, como aliás, já sinalizou ao refletir sobre a sua experiência profissional. A sua visão das políticas públicas tem latente a necessidade de desenvolver um sentimento de segurança ontológica que sensibilize e prepare as pessoas para o desempenho de um papel que implica a mobilização de diversas competências. Aqui Ana atribui um papel de grande relevância ao setor da saúde, de tal forma que propõe a produção de um referencial de boas práticas a distribuir aos pais, o mais precocemente possível.

Fazia uma cartilha assim conjunta (...) [S]empre conjunta... Uma assunção deste assunto conjunta. A não ser, pronto naqueles casos que quer ser mãe solteira, são exceções. Pronto, mas de qualquer maneira parece-me sempre que é um projeto a dois (...) [S]eria logo transmitida pelo ginecologista, pelo médico de família. Aquela cartilha era como se fosse a caderneta do pai e da mãe. Em que reunião é que esteve presente, tomou conhecimento das avaliações.

A segurança social é outras das políticas públicas a que atribui particular responsabilidade e que na sua perspectiva devia assumir um papel mais amigo das famílias. A sua atuação devia ser mais eficaz na prevenção de situações perigo.

A ação social devia monitorizar algumas situações que são um bocadinho mais problemáticas, não é retirar logo à família e agora fica numa instituição (...). [M]as essas famílias precisam de monitorização. Como se fazia de ensinar a economia doméstica (...) [S]e conseguires poupar tens esse prémio. Perceber um bocadinho que a pessoa precisa de ser educada, as pessoas precisam de ser educadas nisto.

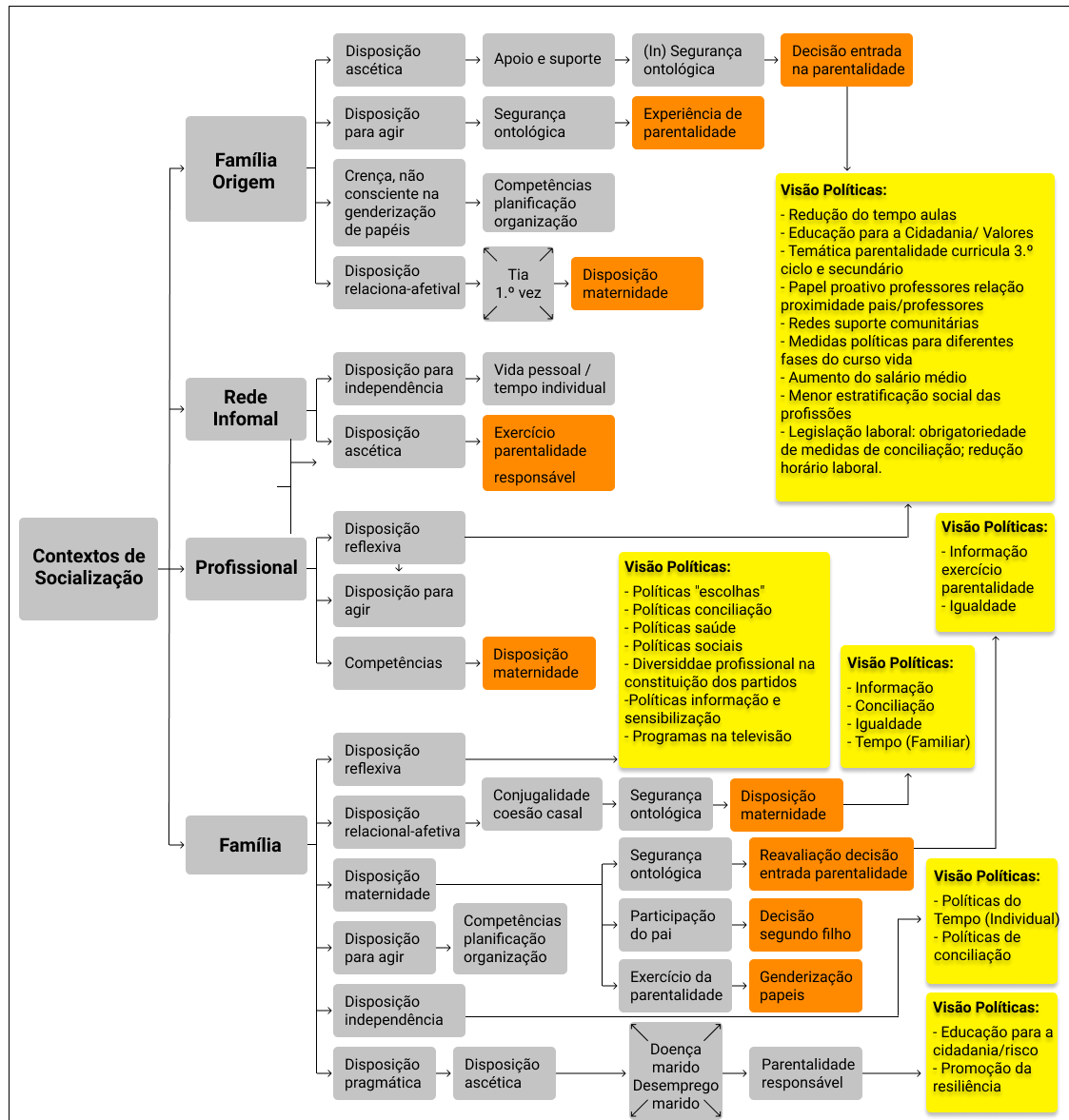
Ana para além de ter uma visão sobre as medidas que podem ser desenvolvidas por diversos atores da sociedade, também convoca os pais para o exercício ativo de uma parentalidade responsável, tal como desde início se mobilizou a si própria através do desenvolvimento de competências parentais adequadas.

A partir deste momento és responsável [homem ou mulher] por esta criatura (...) [É] um pedaço de ti. Tens que responder por ele para o bem e para o mal, vais com ele à escola, entendes o que é que se passa, acompanhas a mãe no que fizer falta, tomas conhecimento da sua evolução de saúde. Tomas conhecimento das suas brincadeiras, tomas conhecimento da sua evolução da escola.

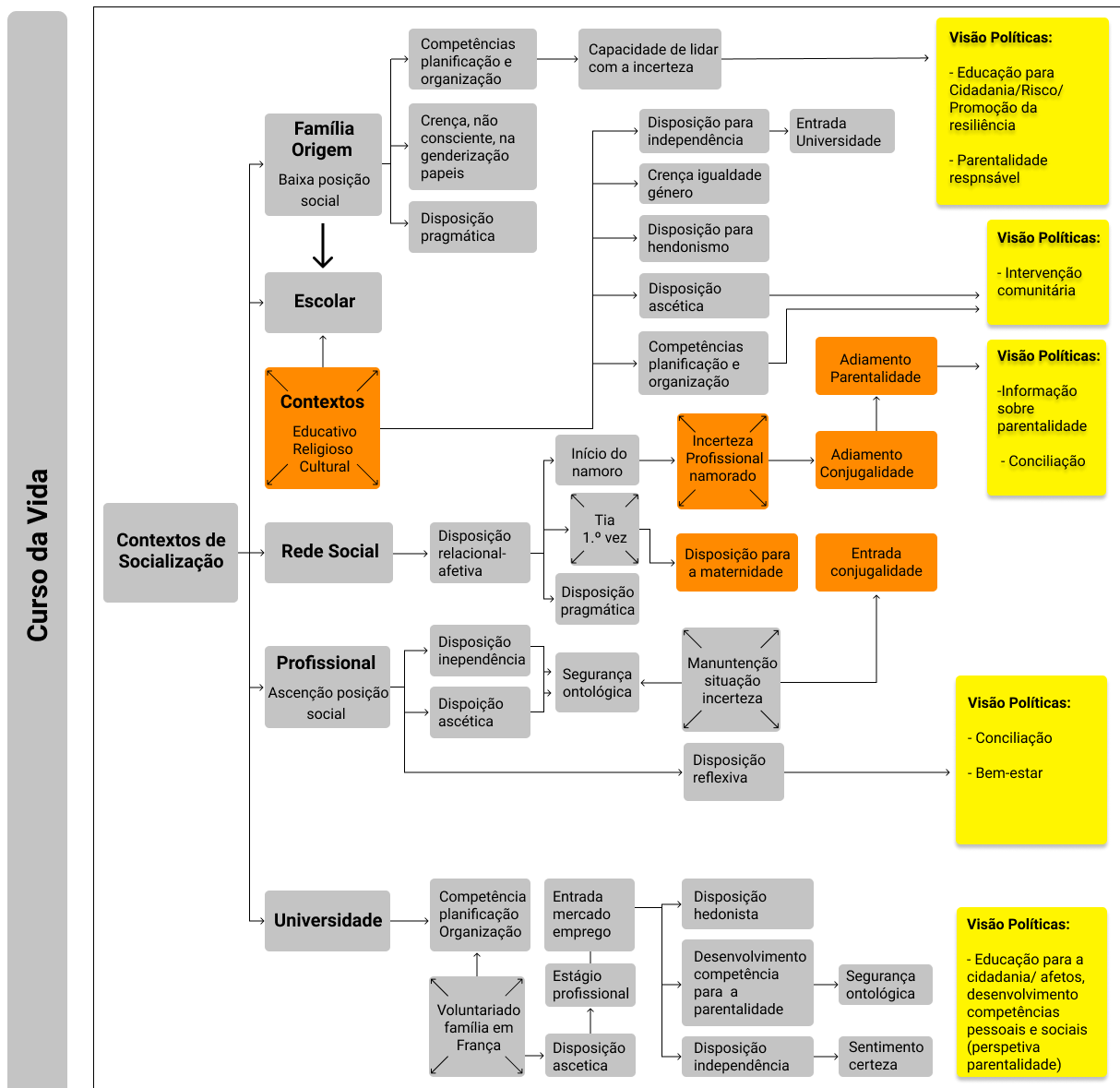
A sua visão sobre a importância a promoção e suporte à parentalidade é muito abrangente e está presente em diferentes partes do seu discurso. Por um lado, convoca as políticas públicas para um acompanhamento de proximidade e integrado das famílias com filhos, nas diferentes fases do seu curso de vida, em diferentes áreas de política e setores profissionais. Por outro lado, apela a uma participação responsável das famílias.

Construções Identitárias após a entrada na parentalidade

Curso da Vida



Construções Identitárias **antes** da entrada na parentalidade



CAPÍTULO IV | *Adiamento da parentalidade: experiência e visão de pais e mães*

Apresenta-se neste capítulo a análise das entrevistas realizadas a mães e pai que adiaram a entrada na parentalidade. A visão das políticas surge associado a um património disposicional formado em diversos contextos de socialização ao longo dos seus cursos de vida. A análise e síntese interpretativa do discurso de cada entrevista/o contribui para a captação dos fatores associados ao adiamento da parentalidade em trajetória com diversas bifurcações, num campo que desafia a desconstrução da representação social da parentalidade, inscrita em diferentes mundos de vida

1. Ana: “A supermulher: enraizada no papel de filha, projetada como esposa e mãe”

Ana tem 46 anos e foi mãe pela primeira vez aos 37 e pela segunda vez aos 40 anos. É natural de um meio rural, cresceu numa família de baixa posição social, mas os pais sempre investiram na sua trajetória escolar. Aos 17 anos, quando saiu de casa para concluir o ensino secundário e entrar na universidade, aprendeu a gerir de forma responsável a sua autonomia, baseada nos valores que o pai e a mãe lhe transmitiram e que constituem um modelo que a continua a inspirar a sua vida. A socialização familiar é um contexto por excelência de formação do seu diversificado património disposicional, tal como da sua crença, não consciente, na “genderização” dos papéis sociais, com particular expressão no exercício futuro do seu papel na parentalidade. Ana é professora e considera-se uma mulher realizada e independente. A entrada na parentalidade nunca foi uma prioridade para si, a disposição para a maternidade forma-se com o nascimento da primeira sobrinha, pelos seus 31 anos. No entanto, decorrente do adiamento da conjugalidade a entrada na parentalidade foi sendo adiada. Depois de quatro anos de namoro e de uma interrupção de três anos, associada à situação de incerteza que marcava a vida do namorado, casou aos 35 anos, ancorada no seu sentimento de segurança ontológica e fortes disposições relacional-afetiva, ascética e pragmática. Seguiu-se a

transição para uma parentalidade não planeada, mas desejada, consciente dos condicionalismos que a sua idade já começava a impor. A sua disposição para a maternidade e a aproximação aos 40 anos estiveram associadas ao planeamento da segunda gravidez. A coesão na relação de casal e a participação do marido, nesta nova fase da sua vida, ativaram a sua disposição para agir e o desenvolvimento das suas competências parentais, observando-se o exercício de uma parentalidade responsável. Todavia, a família é confrontada com encruzilhas inesperadas como o desemprego do marido, as dificuldades económicas associadas, e o inusitado diagnóstico da doença de Alzheimer que o afeta. Face a estas crises Ana mobiliza todo o seu património disposicional como arsenal de resposta.

Ana manifestou total disponibilidade para a entrevista, assumindo uma atitude introspetiva decorrente de fortes disposições reflexivas que se manifestam na sua visão sobre as políticas de promoção e suporte da parentalidade.

A relevância dos contextos de socialização primária na formação de disposições

No discurso de Ana é visível a importância da matriz de socialização familiar, particularmente da disposição ascética formada no contexto da posição social dos seus pais: “(...) [U]ma família modesta, do senhor motorista da câmara municipal, a minha mãe doméstica, deram-nos o melhor colégio que [nome a cidade] tinha”, mas nunca foi um fator limitador da sua educação e desenvolvimento pessoal e social. Aliás, os pais sempre lhe propiciaram o acesso a uma diversidade de contextos de socialização. Enquanto mãe revela-se em Ana a importância de contra modelos e da abertura a sistemas socializadores extrafamiliares, nomeadamente, escola, grupos da comunidade e outros, na infância e adolescência. A oportunidade que a família sempre lhe proporcionou de participar em diferentes contextos de socialização, levou-a a valorizar a importância das redes sociais, concretamente na educação e formação dos jovens e no suporte ao exercício da parentalidade responsável.

Esta oportunidade reflete-se na relação entre esses contextos e o seu amplo leque de disposições. Registamos que a disposição ascética é transponível e reforçada ao longo da sua trajetória de vida e que surge associada ao desenvolvimento de um sentimento de segurança que lhe permite lidar com a incerteza e ultrapassar as bifurcações com que se depara no seu curso de vida. Ao longo da entrevista, esta disposição, a disposição

pragmática e as competências de planificação e organização são transponíveis para diferentes contextos de prática, uma herança do seu contexto de socialização primária, fortemente inspiradas pelos seus modelos parentais.

Aprendi com a minha mãe a gerir uma casa, a gerir as contas. Aprendi com o meu pai, a ser responsável no trabalho, a cumprir horários, a respeitar o patrão, a respeitar colegas... a conseguir gerir a minha casa e a conseguir perceber que conseguia gerir uma família. À semelhança ou melhor daquilo que vi dos meus pais.

A disposição para a independência também se forma no contexto da socialização primária: “[E]sse equilíbrio [bem-estar individual], depois ensinaram-nos a ser sempre muito independentes”, é parte do património que a acompanha na transição entre as diferentes fases do seu curso de vida, associada a uma dimensão expressa no seu sentimento de segurança ontológica. Esta disposição é fortemente mobilizada na sua trajetória escolar, universitária e profissional, mobilizando a sua disposição para agir, o que a levou a realizar trabalho voluntário no estrangeiro, como cuidadora de crianças. Na família que a acolheu desenvolveu não só as suas competências profissionais, como expectável, mas também competências úteis no exercício futuro da parentalidade, o que não estava minimamente nos seus horizontes de vida, como já constatámos. A disposição para a independência aponta para a necessidade da vivência do tempo individual que na parentalidade se mantém: “(...) [F]aço a associação de admirar o exemplo da minha mãe, mas não querer, não querer viver só para a família, querer viver bem com a rapariga [consigo própria], continuar a ter os meus programas culturais, tentar conciliar isso tudo”.

A disposição hedonista, associada à disposição para a independência, formada através do contacto com diferentes níveis e estilos de vida desde a idade escolar, adquiriu maior expressão ao integrar o mercado de trabalho. Aliás, Ana relata aos seus alunos a sua experiência: “(...) [A] professora saiu as vezes que queria (...) viajei o que podia (...) passeei, convivi, estudei, fiz tudo e aos trinta e sete não preciso nada disso (...). A professora fez isso tudo até aos trinta e sete”. Esta disposição ficou adormecida com a transição para a conjugalidade e, posteriormente, para a parentalidade, assim recorda: “(...) [A]cho que aqui a parte do dinheiro, condiciona as nossas escolhas... porque como somos pessoas cultas, modéstia à parte, também sabemos o que é luxuoso, o que é prazeroso, o que é mais agradável para lhes dar [aos filhos]”. Esta disposição formada pela participação em diferentes contextos desde a idade escolar, reflete-se nos seus gostos e é ativada sob condição nesta fase da sua vida. A ativação da rede social, combinada com

disposições ascéticas e pragmáticas, permite-lhe compensar a falta de recursos económicos para concretizar os seus ideais hedonistas.

(...) [T]er mais dinheiro, ir ao spa, ter férias sem cozinhar ... entrar no hotel com pensão completa, não sei o que isso é! Mas que eles também beneficiassem disso. Acho que aqui a parte do dinheiro condiciona as nossas escolhas... (...) Felizmente temos amigos que não se importam de estar connosco e com os meninos.

A socialização familiar na incorporação invisível de crença normativas

Ana age sob influência de uma crença social, não consciente, de “genderização” da vida familiar, formada no contexto da socialização família. Nas dinâmicas da parentalidade observa-se uma contradição no universo de práticas, nomeadamente entre a sua disposição para a maternidade e a sua disposição para a independência e igualdade de papéis. As suas crenças e a disposição para agir estão inscritas nas normas da cultura dominante. A “genderização” da parentalidade está associada às dinâmicas da parentalidade responsável, exercida no quadro de fortes competências de planificação e organização e de uma disposição para agir, observando-se uma incoerência, não consciente entre a representação de si: “Eu acho que sempre fui assim um bocadinho *open mind* (...)” e as suas práticas.

Eu dobro a roupa, faço uma pilha de roupa, eles os três arrumam-na nos sítios. A imagem do GPS, não sei se é clara. Eu tenho as diretrizes e eles obedecem... é um bocadinho assim. Sou mandona. Um bocadinho controladora, neste sentido, ter os pacotes arrumados e a eles dá-lhes jeito.

A importância da interiorização precoce de modelos de comportamento, da sua mãe em particular, leva a que normalize o seu comportamento, não existindo uma luta interna entre o valor de igualdade que sustenta e os seus comportamentos. Ao racionalizar o seu desempenho, apresenta uma justificação objetiva para sustentar a reduzida partilha de tarefas no casal.

“(...) [S]e pedir, apanha a roupa, tratar da limpeza da casa sou eu e explico porquê, porque entretanto, há dois anos para cá, criámos uma empresa e o meu marido está muito mais absorvido pela empresa. Como ainda não temos lucros gigantescos, temos de poupar noutras coisas... «Olívia patroa, Olívia criada»”.

Adianta, ainda, que as diferenças entre os modelos femininos e masculinos estão incorporadas na cultura e acaba por funcionar, pensar e agir, nesta conformidade. No

entanto, os comportamentos são compensados pelo acesso a outros modelos e experiências e sustenta que ela e o marido educam os filhos para um modelo de igualdade.

“A gente acredita que estejamos a passar um modelo de equidade de sexos. Apesar do que eu disse há pouco que a mulher é sempre mais penalizada. Mas eu acho que é por uma questão de sexo, porque conseguimos fazer mais coisas do que eles. Mais nada. (...) Potencialmente a nossa capacidade é de conseguir gerir mais as coisas. Podemos não fazer tanto em profundidade, mas conseguimos gerir mais coisas. E eu acho que os meninos e as meninas conseguem observar isto tudo”.

A rede social de suporte e a disposição relacional-afetiva no despertar da disposição para a maternidade

Na mãe Ana é reveladora a importância de contra modelos e da abertura a sistemas socializadores extrafamiliares, nomeadamente a escola, grupos da comunidade e instituições diversas, na infância e adolescência. A oportunidade que a família sempre lhe proporcionou de participar em diferentes contextos de socialização, levou esta mãe a valorizar o papel do suporte das redes sociais. Atribui particular relevância ao papel que podem ter na educação informal e na formação dos jovens para a cidadania, nomeadamente, no desempenho responsável dos papéis sociais, entre eles o papel parental. A importância das redes estende-se à vida adulta através do suporte ao exercício de uma parentalidade responsável.

No caso de Ana observa-se uma transformação diacrónica da sua *agência*, com o nascimento da sobrinha e o casamento, que corresponde a uma recomposição do seu património disposicional. A sua disposição para a independência, para o bem-estar individual, dão espaço à emergência da sua disposição para a maternidade. Esta disposição é ativada perante solicitações externas fortes e a independência acaba por ficar adormecida, ainda que seja uma marca duradoura do seu património.

A disposição para a maternidade manifesta-se pela primeira vez cerca de oito anos antes de ter sido mãe: “(...) [N]o que diz respeito àquelas questões do relógio biológico... aí pelos meus vinte e nove, trinta anos talvez, nunca liguei muito a isso, mas sentia uma espécie de ... falta qualquer coisa”. Contudo, só equacionava a maternidade no contexto da conjugalidade: “(...) [N]ão tinha o meu marido pronto, para assumir esta parte”. Esta relação é entendida como um suporte importante e contribui para o seu sentimento de segurança: “O facto de estar sozinha nessa altura parece uma redundância, mas gera um

isolamento. Pronto, digamos, eu acho que é ... a pessoa acaba por assumir tudo sem ter um espelho”. A sua disposição para a independência leva-a a não valorizar aquela manifestação biológica: “Nunca tive grande ideia de ser mãe, nunca foi um projeto de vida. Tinha sim, uma ideia mais firme, em ter alguém para partilhar a vida, uma companhia, do que propriamente ser mãe”.

Todavia, a sua disposição para a maternidade acaba por revelar-se forte. Curiosamente, emerge, precisamente, numa fase em que se encontrava sozinha. Ana encontrava-se separada do namorado quando foi tia pela primeira vez e sentiu o desejo de ser mãe: “(...) [Q]uando fui tia, eu acho que fui tia, por volta dos 31, houve uma mudança em mim (...) fez-me muito sentido. (...) Digamos, fez-me sentido ser mãe quando fui tia. Quando vi alguém sangue do meu sangue”. A importância que ocupa na configuração familiar, mais propriamente na fratria, levou Ana a confrontou-se com a inevitabilidade da sua irmã ter sido mãe primeiro, o que teve um forte impacto em si.

A sua disposição para a maternidade forma-se no contexto da sua rede social de pertença e encontra-se intimamente associada à sua disposição relacional-afetiva, ou seja, desperta na relação com a irmã e é fortalecida na dinâmica do sistema conjugal: “(...) [R]ecordo perfeitamente quando a minha irmã casou, o meu cunhado era estudante, organizaram a sua vida, veio a primeira bebé. O meu cunhado estava a acabar o curso... não há problema, organizamo-nos”. Assim, constata-se o papel da rede social como um ambiente inspirador e facilitador do fortalecimento das disposições que mobiliza na parentalidade, nomeadamente, a disposição para o pragmatismo que emerge do seu discurso. É neste contexto relacional que ganha força o sentido da maternidade, assumido no contexto da de uma relação de casal coesa e negociada que prossegue a conciliação: “O meu marido é o meu companheiro de vida. Está presente em tudo o que diz respeito à educação dos meninos, conversamos muito sobre isso”.

Ana atribui particular importância ao papel do pai. A sua perceção sobre o envolvimento responsável do pai tem um significado muito especial para si e reforça a sua segurança ontológica no desempenho parental, tal como nos transmite.

(...) [A] [filha] vai ficar bem com o pai porque o pai é muito meigo, muito discreto e ficou no colinho do pai, não podia ter ficado melhor (...) [Q]uando o [nome do pai] dizia: “Está tudo bem, o papá está aqui, está tudo bem”, está frase funcionava para a [nome da filha] e para mim (...) [S]e eu morresse agora, os meus filhos estavam bem entregues. E esta sensação, este descanso, é muito boa.

A experiência da parentalidade no contexto de uma relação securizante foram importantes para a decisão de ter o segundo filho.

Se eu pudesse ter logo outro bebê a seguir, tinha (...) esperei três anos (...) [C]onfesso que já estava a sentir vontade de ser mãe outra vez, já há dois anos digamos assim, se... mas... depois, e não, nem se quer houve dificuldade em engravidar, era mais a minha ansiedade. (...) [É] um estado de êxtase ... é voltar a vida dos céus... é uma coisa divina, passa para lá do físico. (...). [E] pronto, foi assim o meu percurso de vida.

A importância do suporte na parentalidade está presente na experiência de Ana e incorporado na sua visão sobre as medidas de apoio a desenvolver em várias frentes.

A formação tardia da disposição para a maternidade e o ideal de inverter a trajetória

A entrada tardia na parentalidade encontra-se associada a uma bifurcação na sua trajetória de vida: o adiamento da conjugalidade, decorrente do contexto de incerteza profissional e da maturidade emocional, do sentimento de insegurança, do namorado. Este fator, de ordem subjetiva, é descrita de forma expressiva: “Em termos de patamar emocional eu estaria pronta para uma relação. Ele também estava, mas não tanto quanto eu” e Ana esclarece: “Era o meu tempo maduro, não era o tempo maduro dele”. No entanto, não descarta a importância que também teve o fator objetivo: “Ele estava numa grande insatisfação profissional, uma grande insatisfação em termos de realização profissional”.

Todavia, ao refletir sobre a sua experiência expressa um sentimento de nostalgia por se ter conformado com essa situação e só tardiamente ter mobilizada as suas disposições ascéticas, pragmáticas e para a independência. Estas e o seu sentimento de segurança ontológica levou Ana a questionar-se sobre o tempo certo para concretizar os seus desejos, respetivamente, tomar a decisão de entrar na conjugalidade: “Estamos à espera do quê?! De ter os dois emprego estável? Às tantas nunca nos teríamos juntado, penso eu”. Assim, não foi a parentalidade que foi adiada, mas a conjugalidade: “Não considero que tenhamos adiado, só adiamos eu e ele, a nossa união. Só depois de casados é que fomos pais”.

Ao refletir sobre a sua trajetória, Ana imagina que essa bifurcação teria sido ultrapassada mais cedo. Para tal, teria de ter tido consciência que, em consonância com as suas disposições pragmáticas e para agir, e as suas competências de planificação e

organização, conseguia conciliar os diferentes papéis e ser competente no exercício do papel parental. O seu discurso é expressivo.

(...) [S]e soubéssemos como é bom, acho que teríamos sido pais mais cedo (...) acho que gostava de ter sentido tudo isto mais cedo. (...) [A]inda assim [situação de instabilidade profissional do marido] tinha sido mãe logo quando nos conhecemos (...) Acho que sou esperta, modéstia à parte. Acho que sou inteligente. Estudei. Sou inteligente, sei observar as coisas. (...) [teria tomada a decisão de entrar na parentalidade] saber que teria conseguido gerir o que também consigo gerir hoje, gerir tudo”. Esta perspetiva acaba por não dar verdadeira consistência à vantagem que associada ao adiamento a parentalidade: “Porque não é em vão que os avós são mais tranquilos que os pais. É como se eu fosse uma mãe-avó. Porque a idade já me permite também não dar tanta importância àquele primeiro fanico.

Apesar dessa referência, Ana manifesta um sentimento de nostalgia perante a sua experiência de parentalidade tardia e explícita três efeitos. O primeiro é: “[Sentir-se] fisicamente, mais debilitante. Era outro bebé grande. E fui mãe com quarenta anos, e já tinha uma bebé, e já tinha uma bebé de três que não deixa de ser bebé (...)”. O segundo é o facto de: “A gente tem pouca capacidade em ralar de... tão bem que nos sabe, emocionalmente bem”. O terceiro é descrito como o mais impactante.

O que mais me preocupa é... não ser mãe mais tempo (...) [A]inda são muito novos quando eu falecer ou o meu marido, se seguirmos a ordem normal da vida, os pais irão antes dos filhos, eles vão ficar sem pais cedo. A mim mete-me impressão (...) [N]ão sei se alguma vez chegarei a ser avó [choro] Mas o resto das coisas do mundo não me assustam. O resto relativizo.

Pontos de viragem no curso de vida: desafios à segurança ontológica perante a última das bifurcações, a doença e o desemprego

O retrato de Ana revela um curso de vida preenchido por diversos pontos de viragem. Diríamos que o primeiro ocorreu no contexto da socialização primária com o acesso a contextos educativos, formais e informais, com impacto positivo na sua trajetória. Na vida adulta, sublinha a importância que determinados acontecimentos tiveram na disposição para a parentalidade: a experiência de voluntariado com uma família com filhos, de outra nacionalidade, num país europeu; a sua profissão; o facto de ter conhecido o namorado e a entrada na conjugalidade, bem como o facto de ter sido tia e a sua relação de proximidade com a família da irmã.

No entanto, na sua trajetória também se depara com bifurcações significativas, marcadas por situações com um forte potencial de insegurança e incerteza. Entre elas, destacamos

a situação de insegurança e de incerteza profissional do namorado, com efeitos no adiantamento na entrada na conjugalidade e na parentalidade. A ativação do património disposicional é um recurso essencial na forma como ultrapassa as bifurcações, veja-se a importância que desempenha a sua disposição pragmática: “É assim! As coisas estão encaminhadas, abre-se uma porta, fecha-se uma janela, abre-se uma porta”. Esta disposição é acompanhada numa forte disposição relacional-afetiva, ancorada na sua relação conjugal e, como vimos, nas redes de suporte informal, familiar e social: “Temos uma rede de amigos, pequenina... pouco reduzida de número, mas boa de qualidade”.

Na sua história recente, Ana foi surpreendida por um ponto de viragem: os sinais precoces da doença de Parkinson do marido. O sofrimento que lhe causou a si e à família é descrito de forma expressiva. A felicidade do nascimento dos filhos e a perspectiva de diminuição da esperança de vida do marido são duas faces díspares de uma vida que se confronta com a necessidade de as integrar no quotidiano, garantindo o equilíbrio do sistema familiar.

Chorámos desalmadamente os dois, telefonámos a toda a família e amigos, os amigos mais próximos, os irmãos, não é?! Assumimos. (...) [C]om outro filho “Parkinson” esse sobrepôs-se a todas as outras preocupações, olhos, dentes... [risos] diarreias e viroses, isso ao pé do “Parkinson” não é nada.

Esse equilíbrio manteve-se apesar da família, a seguir se deparar com outra bifurcação provocada pela situação inusitada de desemprego do marido. Numa análise retrospectiva sobre os últimos anos a sua trajetória, apresenta de forma sintética os paradoxos da (in)certeza na vida das famílias, desafiando a linearidade do tempo.

Casámos aos trinta e cinco, vem uma menina aos trinta e sete, vem um menino aos quarenta e depois vem o senhor “Parkinson” e, entretanto, vem uma rescisão de contrato no trabalho onde estava, a seguir vem a criação de uma empresa, e eu tenho a parte do meu emprego mais estável. Esta parte ajuda bastante.

Estas duas bifurcações retratam a imprevisibilidade do curso de vida de Ana, uma mãe que se questiona sobre o tempo certo para a entrada na parentalidade. A sua disposição reflexiva dita que esse tempo não existe e que deveria ter transitado mais cedo para esta nova etapa. Essa decisão ter-lhe-ia permitido descobrir a sua disposição para a maternidade e revelado mais precocemente a dimensão mais profunda da sua identidade.

A grande transferência das disposições para a visão das políticas

A visão da mãe Ana sobre uma política de promoção e suporte à parentalidade encontra-se fortemente enraizada na disposição reflexiva sobre os seus diversos contextos de socialização. Apresenta, assim, uma visão crítica e holística sobre um campo das políticas públicas que considera estratégico para a promoção do bem-estar e da felicidade, domínios essenciais para a qualidade de vida das famílias com filhos e para a promoção da saúde de cada um dos seus elementos do sistema como um todo.

O exercício da parentalidade, entendido como uma dimensão do estado de saúde, é efetivamente determinado: “Por fatores biológicos, mas é também afetado por processos sociais, económicos, psicológicos e pelas normas sociais (Bennett e Murphy, 1999, p. 39). A sua ampla visão das políticas de parentalidade vai desde o microssistema ao macrossistema, refletindo a seguinte tese: “Esta perspetiva exige intervenções a múltiplos níveis, centradas nos indivíduos, nas relações sociais (e nos que controlam estas relações, como os políticos), nos processos ambientais e culturais” (Bennet e Murphy, 1999 p.39).

A nível do macrossistema, Ana incide sobre a importância das políticas, mas na linha dos autores citados, convoca também para o debate a responsabilidade dos partidos e o papel dos políticos na mudança e paradigma sobre a parentalidade, objetivando a sua perspetiva crítica. A origem dessa mudança tem de passar, antes de mais, pela reforma dos próprios partidos políticos, nomeadamente, pela forma como mobilizam os saberes científicos e profissionais na produção de conhecimento sobre a sociedade e, por consequência, desenham as políticas públicas. Estes têm de mudar e ganhar maior densidade de pensamento em algumas áreas, como é o caso das políticas de promoção e suporte à parentalidade: “Os partidos precisam de ter formação filosófica. Precisam de filósofos na sua formação, sociólogos, psicólogos. Não precisam de economistas, advogados, não só deles. Deles e dos outros. Estas cabeças pensantes, não podem pensar só elas em soluções⁶⁴”. No seu discurso estabelece uma relação entre o desenvolvimento do

⁶⁴ Ana reflete a imagem de conhecimento fiável que tem de ser difundida pelos partidos e deve estar espelhada nas políticas para que obtenha a confiança do/a cidadão/a. Esta perspetiva reflexiva coloca em causa a opacidade da política e a capacidade de gerar confiança enquanto sistema pericial sobre a sociedade, apelando a uma maior diversidade de saberes na conceção de políticas que deem resposta a problemas complexos, como seja, o exercício da parentalidade na sociedade atual. Tal como refere Giddens: “As profissões cuja pretensão de conhecimento especializado é vista, principalmente, como um mundo fechado, com uma terminologia interna aparentemente inventada para desconcertar as pessoas comuns – tais – como a de advogados, ou de sociólogos – têm uma tendência particular para ser vistas com maus olhos” (Giddens, 2003, p.62).

pensamento político, a constituição dos partidos, a participação da diversidade de saberes profissionais e o desenvolvimento da sociedade.

Nesse processo de mudança de mentalidades considera que a comunicação é uma ferramenta importante, nomeadamente, com recurso à televisão pela presença que tem na vida das famílias: “É preciso muito mais, eu penso que a melhor escola acaba por ser a televisão (...) . (...) [P]rogramas televisivos que ensinam as pessoas a gerir uma casa, economia doméstica, perante uma situação problemática como é que deve agir”. Esta estratégia visa a promoção da parentalidade e o seu exercício responsável, no quadro daquilo que é, aliás, a sua forte disposição pragmática.

As suas disposições e competências colocam em si a pressão de um elevado nível de exigência no desempenho do papel parental que, da sua experiência, é transversal à sociedade, em geral. Com base na reflexão sobre o seu curso de vida, sente que podia ter entrado mais cedo na parentalidade se existisse uma cultura de desconstrução do papel parental nas suas várias dimensões, nomeadamente a desconstrução da ideia de pais-peritos⁶⁵: “Não de todo [impossível exercer o papel parental], é possível, mas exercê-lo com qualidade. (...) Acho que desde cedo percebia isso, via a seriedade da família (...) [Q]ue não é complicado, não sabia. Nem tive muito tempo a pensar nisso”.

Ana pensa que tudo teria mudado se, numa fase mais precoce do seu curso de vida, tivesse tido acesso a informação útil sobre o desempenho do papel parental. Acredita que tal teria contribuído para aumentar o seu sentimento de segurança: “[se tivesse] a certeza que é muito fácil fazer uma criança feliz. A certeza que é muito fácil deixar de pensar em nós, numa visão solitária para pensar em nós numa visão familiar. É bom e é fácil”. No seu discurso sustenta que a política de suporte à parentalidade implica uma mudança do paradigma de bem-estar e desenvolvimento humano, e que deve ser incorporada pela cultura da sociedade, investindo em inovações experimentadas e testadas ao longo do seu próprio curso de vida.

⁶⁵ Ana sente que teria entrado mais cedo na parentalidade se tivesse tido consciência de que é mais fácil fazer uma criança feliz do que aquilo é a representação social dominante. Badinter expressa o discurso de exigência que, cada vez mais, os profissionais colocam relativamente à satisfação das necessidades da criança: “A decisão de ter um filho implica responsabilidades acrescidas para com ele. A mãe que sonha com o filho perfeito vai ter de pagar o preço. Ora esse foi sendo cada vez mais elevado á medida que se foi descobrindo, ao longo dos anos oitenta, a complexidade do desenvolvimento da criança e as suas necessidades que ainda se ignoravam (...). [E]las devem escutar, saber compreende-lo e estimula-lo (...)” (Badinter, 2010, p. 64).

A vida tinha que ser mais facilitada nesse aspeto, não é?! Nós sabemos que o país só evolui se houver mais crianças e mais jovens, e este rejuvenescimento também tem de haver, têm que ser criadas as condições para que também seja... (...) São as laborais, são as de rendas de casas, preços de rendas de casas, preço das comidas do supermercado, acesso a cultura muito mais facilitado, o trabalho, a parte do trabalho eu acho que é muito penalizador.

A visão de Ana sobre essa dimensão das políticas surge associada a uma forte disposição para independência e para o bem-estar individual. Por sua vez, remete para a importância da satisfação da necessidade de vivência do tempo individual no quadro da conciliação de papéis, mas também para o tempo das famílias. A dimensão “tempo” assume um caráter transversal e baseia-se em princípios fundamentais para o exercício da parentalidade, tais como: o bem-estar individual e das famílias, a felicidade e o desenvolvimento social e humano.

Com o seu espaço também de solidão que também precisamos disso, como o seu espaço de criação [marido], como eu preciso do meu espaço de ir dar uma volta e ver montras. (...) Hoje eu vou ao cinema às quartas-feiras à tarde (...) com uma das minhas amigas, aí lá está é tudo combinado com o meu marido (...) Promoção da saúde física, do desporto. (...) também são pais mais presentes não são bem presentes, mais disponíveis.

Estas mudanças implicam mudanças na organização social do tempo: “As crianças estarem menos tempo na escola e os pais menos tempo no trabalho. Mas tempo de qualidade na escola e tempo de qualidade no trabalho”. E aqui convoca expressamente as políticas de emprego: “Se as pessoas tivessem mais tempo para a família e para ter mais tempo para a família tinham que ter menos tempo no trabalho e ser melhor remuneradas ou socialmente mais reconhecidas, pronto. As pessoas precisam de mimos”. Ana consciente da profunda dificuldade da espontaneidade das mudanças culturais equaciona a oportunidade do caráter impositivo de algumas medidas, nomeadamente na área do emprego: “Acho podia ser diferente se houvesse uma penalização [entidades empregadoras] no sentido laborar, num encontro maior entre, entre os trabalhos, os pais podem ir às reuniões e podem ter justificação, não?! Mas há pais que trabalham de sol a sol.”

Como constatamos da análise do seu discurso, tanto o exercício da parentalidade como a sua visão sobre as políticas públicas são influenciadas por essa disposição ascética, associada a uma disposição pragmática e de competências de vida, que remete para a política e práticas na educação. Esclarece que uma medida importante seria o ensino obrigatório prever nos currícula a educação para a cidadania, na perspetiva do

desenvolvimento de competências para lidar com o risco, a incerteza, as crises e as bifurcações, inerentes ao longo do curso de vida das pessoas.

Não, não sei se há uma idade certa para sê-lo... acho que há uma educação. (...)
[N]ão há uma educação para o sacrifício, para a ausência de ... a privação (...)
[E]ntão faz com que a pessoa quando se depara com algum problema ele torna-se hiperbólico (...) [N]ão sabem lidar com o sofrimento, não têm maturidade ainda para lidar com o sofrimento.

Na sua perspectiva a promoção da parentalidade deve ser parte integrante de uma cultura mais ampla de educação e formação pessoal e social, ao longo do curso de vida: “Ensina[m]os [professores] as crianças (...) [T]emos um sentido futuro... Hoje vocês são filhos, amanhã pais sereis. Educamo-las no sentido da responsabilidade (...) [Q]uando recebemos os pais, percebemos que não nascem, tal como cada um de nós, com uma cartilha para serem pais”. A sua reflexão remete para a importância da educação informal proporcionada pelas redes sociais e comunitárias, ao longo do curso de vida. Na sua visão política, as redes sociais constituem-se como uma abordagem comunitária de proximidade com forte potencial de mediação entre o sujeito, o microssistema, e o macrossistema cultural e político.

Essa mediação está intimamente associada à formação do sentimento de segurança ontológica do próprio sujeito, dimensão latente à sua visão sobre as políticas públicas e que encontra eco nas abordagens ambientais de saúde pública: “O desenvolvimento de competências e, em particular, de autoconfiança também pode ser conseguido através do fortalecimento da ação comunitária. Esta envolve normalmente os indivíduos (...) [N]a mobilização de recursos e implementação de estratégias para alcançar as metas desejadas” (Bennet e Murphy, 1999, p. 107). Segundo a sua experiência, as redes são efetivamente contextos de aprendizagem e suportes de competências que têm um papel importante na promoção da parentalidade: “Que isto [a sua experiência] é uma aprendizagem também religiosa, também de muitos retiros espirituais, muito encontro de jovens, muita missão, muito trabalho de voluntariado. O que é que os jovens fazem hoje em dia, diga-me?!”. O papel destas redes remete para o incremento de políticas de proximidade e de intervenção comunitária⁶⁶ que visem: “Informação, formação” e apresenta exemplos associados à sua experiência.

⁶⁶ A perspectiva de Ana trás à colação a importância de respostas e redes solidárias de inclusão de base comunitária e que no domínio das políticas convoca o papel da economia social na promoção de iniciativas criativas na promoção e suporte da parentalidade. Trata-se de desafiar a intervenção para a prevenção na

Um encontro entre paróquias, juntas de freguesia, centros de saúde, escolas... algo, algo pelo qual as pessoas se pautassem que fosse de três ou quatro princípios muito bem definidos, mas que todos partilhassem do mesmo, independentemente da sua posição religiosa, política... tudo é complementar. (...) Também porque eu tenho o espírito crítico em relação às minhas vivências (...) podiam ser pais jovens, mas de certeza pais mais sensatos, mais deliberados e de bem com a vida.

As abordagens ambientais da política de saúde acolhem a sua perspetiva ao defenderem que: "O desenvolvimento de competência e, em particular, de autoconfiança também pode ser conseguido através do fortalecimento da ação comunitária. Esta envolve normalmente, os indivíduos ou os grupos de indivíduos na identificação de formas de melhorar a comunidade e na mobilização de recursos e implementação de estratégias para alcançar as metas desejadas" (Bennett e Murphy, 1999, p.107). Embora a correlação entre esta tese e o seu pensamento não seja perspetivada por si, na realidade existe e, inclusive, Ana atribui à saúde um papel fulcral na mudança do paradigma social da parentalidade, com capacidade para gerar alterações em várias frentes. A centralidade da política de saúde leva-a a sustentar que devia existir um referencial de boas práticas a distribuir aos pais, o mais precocemente possível: "Fazia uma cartilha assim conjunta". Por sua vez, adianta outros problemas e soluções em que a saúde pode ter um papel chave, nomeadamente, nos âmbitos da igualdade e da conciliação.

Não dá tanta importância ao pai [saúde], não dá, não dá tanta importância ao pai, nenhuma mesmo acho eu. Não, é tudo a mãe, é sempre a mãe. (...). [N]ão digo que tenha que ser punido, mas ser incentivado; quando vem às consultas [criança e os pais], aquelas consultas de rotina de ano, em vez de ser só a parte física, também ser a parte emocional, saberem como é que está [família].

No discurso de Ana as políticas de segurança social assumem um cariz mais limitado de intervenção, mas igualmente relevante, desde logo, através da atribuição do subsídio parental.

Mesmo no que diz respeito à licença de maternidade, também fui eu que beneficiei dela (...) [T]entei esticar ao máximo (...) [E] optei pela maior com a redução do vencimento, seis meses, um mês de atestado e um mês de férias. Tentei fazer assim, de maneira a que ficasse, depois mais tempo que possível com os meninos em casa.

resposta a novos públicos, com problemas que entendem beneficiar deste tipo de apoio. O papel deste setor na promoção do desenvolvimento, coesão e bem-estar, integra uma visão mais ampla sobre o conceito de grupos excluídos: "O desenvolvimento de economias solidárias de inserção que abarcam o bem estar material a satisfazer, junto de grupos excluídos e que exigem, portanto, para além, que a par da atividade económica – para obtenção do rendimento – se satisfaçam necessidades básicas (de formação, de identidade, de igualdade de oportunidades socia, de liberdade) de (re)construção do capital social" (Coutinho, 2003, p. 101).

Por um lado, com a sua opção reforça, de forma não consciente a “genderização” dos papéis na parentalidade. Por outro lado, denuncia a importância de que se reveste esta política na mudança social dos papéis de género no campo da igualdade e conciliação, como aliás sustenta no seu discurso. Ana associa, ainda, a segurança social à intervenção nas situações de desequilíbrio familiar. Neste campo a sua visão está direccionada para a prevenção e reparação das crises que podem ocorrer ao longo do curso de vida das famílias: “A maior parte dos meus alunos são de pais separados. (...) [H]á fases de crescimento e nessas fases da vida, do ciclo de vida, como a entrada na escola ou isto ou aquilo, o que é que a ação social podia fazer diferente? Ou a saúde ou outra coisa qualquer? Para esse acompanhamento no fundo de prevenção, não é?”.

Síntese interpretativa

O balanço de Ana sobre a entrevista, expressa a importância do estudo das disposições na compreensão da entrada tardia na parentalidade e da orientação das políticas públicas para travar ou inverter este fenómeno.

Fiz assim uma espécie de burca, uma arrumação do GPS, voltei a ver o álbum de fotografias mentais. Voltei atrás uns anos ao recordar algumas coisas das quais não me lembraria se agora não tivesse sido questionada sobre elas, mas como são tão fortes, lembro-me muito bem delas. Consigo trazê-las aqui à conversa.

As disposições da mãe Ana tendem a ser fortes, tornando-se transversais aos seus contextos de socialização, não se observando que estejam dependentes de condições específicas para a sua ativação. Na entrevista, a disposição reflexiva, com um acentuado pendor crítico, revela-se particularmente forte, ancorada num curso de vida preenchido por uma grande diversidade de contextos de socialização desde a infância⁶⁷. Ao longo do seu curso de vida regista-se uma clara transferibilidade das suas disposições e crenças, com expressão na forma como concebe o papel das políticas públicas na inversão da sua trajetória de entrada tardia na parentalidade e no suporte ao desempenho do papel parental.

A relevância da formação precoce das disposições observa-se na crença, não consciente, na genderização dos papéis. Esta crença forma-se no contexto da socialização primária e

⁶⁷ Segundo Lahire: “é porque a socialização familiar não se efetua em condições perfeitas de envolvimento e de fechamento que uma criança pode desenvolver por meio de resistência e de crítica” (Lahire, 2004, p. 225).

existe independentemente da sua vontade. Por um lado, encontra-se enraizada a crença tradicional no papel de género e, por outro lado, a crença na igualdade de género amplamente idealizada. Apesar de se considerar “uma mulher moderna” e de defender a importância da educação para a igualdade de género, a sua crença contínua latente e é transferível de um universo de práticas a outro (família de origem, profissional, família nuclear, cultural). É interessante observar que se tratando de dois modelos internos conflitantes sobre a representação da igualdade de género, Ana consegue dissociá-los e interagir tranquilamente com ambos.

Antes da entrada na parentalidade, além das disposições enunciadas, captamos a formação de disposições associadas aos contextos escolar e universitário, tais como: disposição para agir; independência; hedonismo, e a crença frágil na igualdade de género. O contexto da rede social é igualmente potenciador da consolidação de disposições, nomeadamente, das disposições relacional-afetiva e pragmática, que começam a emergir na infância com uma educação centrada nas forças e na abertura a diferentes oportunidades, capacitando-a para a resposta aos pontos de viragem e às bifurcações com que se depara ao longo do seu curso de vida. Regista-se que estas disposições vão ser transponíveis para a fase pós-entrada na parentalidade, fase em que a disposição para a maternidade, aliada às disposições para agir, às competências de planificação e organização, e pragmática se tornam fortemente expressivas nos contextos dos sistemas conjugal e parental.

A diversidade de experiências proporcionadas pelo contexto profissional, na área da educação, estimula a sua disposição reflexiva e capacidade crítica sobre a experiência da parentalidade. Na sua perspetiva, tanto o contexto da sociedade, como o contexto das políticas, concretamente educativas, beneficiam de uma maior investimento na naturalização da parentalidade como uma dimensão do curso de vida do indivíduo adulto. Aponta, assim, para um reposicionamento social desta dimensão da vida de forma a permitir escolhas informadas para quem deseje entrar na parentalidade. Estas escolhas implicam uma mudança na comunicação sobre as potencialidades associadas ao desempenho do papel parental, permitindo contrariar a tendência de insegurança ontológica do sujeito confrontado com a representação da parentalidade como um cenário de riscos múltiplos. E, por consequência, fomentar a possibilidade de antecipar a transição para a parentalidade. Ana não demonstra padecer de um otimismo desajustado face aos desafios inerentes ao exercício de uma parentalidade responsável, pelo contrário, as

bifurcações existentes ao longo da sua trajetória permitem-lhe ter consciência da impossibilidade de controlar o risco, em geral. O ponto central da sua argumentação reside na parentalidade como oportunidade de realização subjetiva plena, num tempo de incerteza, tal como a sua experiência evidência.

A análise deste retrato permite refletir sobre a influência da sociedade nas transformações na parentalidade, à luz da teoria da metamorfose de Beck (2017). O autor sustenta a centralidade da relação entre “comunicação” e “mundo” para a teoria da modernidade, no contexto da sociedade digital. A natureza da individualização é um dos sete aspetos que identifica neste processo de metamorfose digital: “A individualização é o processo pelo qual a principal unidade de ação social e política já não é um conjunto ou uma identidade coletiva, restringindo-se antes às pessoas individuais – a mudança de paradigma do «nós» para o «eu»”, realçando que esta transformação não se relaciona com o individualismo da teoria neoliberal. Acresce a este aspeto um outro que o autor denomina de produção de “dados reflexivos”, em que o sujeito está condicionado a um mundo construído de acordo com as suas próprias preferências e hábitos. Estes aspetos, em particular, têm implicações na necessidade de mudança da representação da parentalidade, referida por Ana, e coloca um desafio à concetualização das políticas de promoção da parentalidade, numa sociedade orientada por múltiplas frentes de reflexividade.

No seu discurso, Ana interpela por diversas vezes as racionalidades existentes no campo social e no político, e indica as vantagens sociais do investimento numa política de suporte à parentalidade. Neste processo, sustenta que uma das estratégias é o reconhecimento expreso do valor social da parentalidade, através dos diferentes agentes, em múltiplos setores das políticas públicas. A sua perspetiva é ilustrada com recurso a uma imagem heterodoxa e criativa: “É como uma caderneta de cromos, quanto mais pontos lá tivermos... mais... [reconhecidos os pais vão ser] (...) [P]or os profissionais de saúde (...) [O] diretor de turma da escola, com o seu patrão (...) [M]ais pela mais-valia que pela falha. Mais pela presença do que pela ausência”. A sua perspetiva remete para uma política integrada “*mainstreaming*” (integração) e transversal às diversas áreas das políticas públicas, orientada para as diferentes fases do curso de vida do sujeito. Ana concretiza medidas em diversas áreas das políticas públicas: educação; saúde; emprego; segurança social; igualdade; desporto; comunicação social, e finanças. Acresce, ainda, o aprofundamento da colaboração entre o Estado e a sociedade civil, no desenvolvimento de políticas de proximidade, com uma forte vertente comunitária.

A sua visão sobre as políticas implica uma reorganização social orientada para a conciliação dos tempos de trabalho, familiar e individual, expressa no que se poderia denominar como “políticas do tempo” na promoção e suporte da parentalidade. Como refere Durán (2013 [2007]) o tempo reveste-se de importância especial na sociedade contemporânea: “A economia do tempo é uma economia política, não se produz em abstrato, no vazio social, mas através de sujeitos que fornecem o seu tempo à produção de bens e serviços e que consomem o seu próprio tempo bem como o alheio”. Através da análise das diferentes fases do seu curso de vida compreende-se a adesão desta política na objetividade da vida individual, não se tratando de uma encenação do tempo. Esta questão tem particular impacto na vida de uma mãe que sente necessidade de corresponder às expectativas de uma sociedade que exige uma conciliação competente de papéis: “Exatamente, eu acho que é uma pressão que nos educa... nós próprios também queremos ser boas no que fazemos”. As palavras de Ana concretizam a seguinte tese: “As mulheres sentirem com maior ansiedade os problemas da falta de tempo não tem nada a ver com a genética nem com peculiares idiossincrasias femininas. Deve-se à acumulação de papéis e expectativas sobre obrigações socialmente acordadas que podem e devem mudar” (Durán, 2013 [2007], p. 195).

Ana apresenta uma visão destinada a influenciar as atuais políticas e práticas através do desenvolvimento de medidas integradas, nos diferentes níveis do modelo ecossistémico, do microsistema, ao meso, exo e macrosistema. Na sua visão, o tempo da parentalidade é o eixo giratório em torno do qual se mobilizam as medidas de conciliação da vida individual-familiar-profissional, com vista a uma política específica para esta dimensão da vida.

2. Heloísa: “Uma mulher sem margem para erros nas trajetórias profissional e parental”

Heloísa tem 41 anos, está grávida do terceiro filho, foi mãe pela primeira vez aos 35 e pela segunda vez aos 38 anos. Aos dez anos a família migrou para outro país e Heloísa viveu até aos 18 anos numa comunidade pequena, idade com que regressa a Portugal para ingressar no curso de medicina. É filha de um pai gestor e de uma mãe com o ensino secundário que

sempre se dedicou a cuidar da família, constituída pelo casal e por uma fratria de três filhas. A irmã mais nova tem quinze anos de diferença de si, o que a levou a tomar consciência das dificuldades de cuidar de uma criança pequena. Cresceu a afirmar que não iria casar e ter filhos. Deseja ser uma mulher realizada profissionalmente e independente. Na universidade conhece o namorado, casam e decidem viver numa cidade de interior para proporcionarem maior qualidade de vida aos filhos. Ambos médicos, com carreiras desafiantes, optam por adiar a entrada na parentalidade até terem estabilidade profissional, mas contrariamente às suas expectativas, Heloísa só consegue engravidar quatro anos depois. Em diferentes fases do seu curso de vida, a mobilização das suas disposições de responsabilidade e planeamento funciona tanto para fragilizar, como para fortalecer a sua segurança ontológica, com efeitos na transição para a parentalidade. Com a entrada nesta nova fase, a maternidade preenche a centralidade da sua vida e estas disposições contribuem para garantir a conciliação vida familiar-vida profissional. Por sua vez, a sua capacidade financeira permite-lhe ter acesso ao apoio de terceiros para cuidar dos filhos, um fator diferenciador na decisão de ter mais filhos, uma vez, que se encontra distante da sua rede de suporte informal. O seu contexto de socialização profissional e a disposição reflexiva contribuem para que partilhe uma visão crítica sobre as políticas de promoção e suporte da parentalidade, contrariando a sua resistência inicial porque a política não tem lugar na vida de Heloísa.

O contexto de socialização primária na formação da disposição relacional-afetiva e na projeção da parentalidade

Heloísa recorda com serenidade as vivências da sua infância e juventude, transmitindo a ideia de uma trajetória linear.

“Na nossa família, não houve acontecimentos muito traumáticos em termos de família. (...) [Q]uer dizer na minha família é amorosa, amiga, há estabilidade, em que não há discussões, quer dizer temos as nossas divergências, mas nada de grave”.

A sua autorrepresentação é de uma pessoa divertida que gosta de conviver e manter uma relação de proximidade com os amigos.

“(...) [S]ou uma pessoa bem-disposta, divertida, não fico muito presa (...) Gosto de conviver com as pessoas, gosto de estar com os amigos, sou muito faladora [risos]”.

A sua disposição relacional-afetiva forma-se no seu contexto de socialização primária, tanto por via das relações familiares, como da educação religiosa, mais concretamente cristã, que recebeu.

“Eu acho que sim. O facto de ter tido uma educação cristã, em que para mim uma das principais mensagens é o amor ao próximo, a tolerância pelos outros, a tolerância pela forma de ser, por ajudar o próximo, acho que isso é muito importante para a forma como eu sou hoje”.

Esta sua disposição é ativada na decisão de ser mãe que, por sua vez, está ancorada na vivência da conjugalidade: “Para ter tido filhos também”. Esta decisão contraria em absoluto aquelas que eram as suas expectativas na juventude: “E às vezes eu costumava dizer ao meu pai que não pensava em casar e ter filhos e o meu pai dizia assim: «Oh! Tu vais mudar de opinião». Mas sempre tive muito carinho pelas minhas irmãs e sempre ajudei os meus pais”. Heloísa pertence a uma fratria de três irmãs em que a mais nova nasceu quando ela tinha 15 anos, este acontecimento foi uma bifurcação, um marco, na sua visão sobre a parentalidade. O contexto de socialização primária é o seu primeiro observatório de vivência da parentalidade: “A mensagem que eu tirei dali foi que tenho muito respeito pelo trabalho de ser mãe... (...) [P]ara podermos ser bons pais, temos que (...) tentar passar o máximo de tranquilidade para poder transmitir isso e para podermos educar sem pressa”. À luz da sua disposição relacional-afetiva desenvolveu a crença que cuidar de uma criança pequena exige muita disponibilidade emocional e de tempo: “(...) [P]orque eu bem via o trabalho que a minha mãe tinha e as noites que a gente passava sem dormir”. Apesar de a sua mãe estar totalmente disponível para a família, ainda assim, constatou que era difícil a mãe e o pai conciliarem as suas rotinas com a satisfação das necessidades das filhas: “Teve a ver com (...) [E]u ter percebido o trabalho e o envolvimento que é necessário para estar presente como mãe, porque temos que ter disponibilidade para a doença, para tudo, não é?”.

A formação precoce de disposições associadas ao adiamento da parentalidade

A sua experiência no contexto familiar contribuiu para a construção de uma determinada representação da parentalidade responsável. Desde muito jovem, decidiu que só teria filhos se tivesse uma efetiva disponibilidade para eles.

“Por exemplo, [nome da irmã] no primeiro ano de vida, chorava imenso durante a noite. E eu lembro-me dos meus pais, muitas vezes era o meu pai... e isso foi

uma das coisas que me marcou. Eu pensei: «Quando eu tiver uma criança, eu tenho que estar disponível para ela»”.

O modelo da sua mãe reforçou essa convicção, uma mulher que desempenhou com competência o seu papel de cuidadora da família, a tempo integral.

“(…) [A] minha mãe não fez nenhum curso superior porque casou muito nova, casou com dezanove anos e teve-me aos vinte e um. Não era assim, os estudos não se faziam muito e portanto nunca se preocupou muito, mas mais tarde fez com que ela fizesse um curso superior, quando nós já estávamos em [nome do país].

No entanto, não foi o modelo que a inspirou para a sua vida: “Enquanto por exemplo, eu via a minha mãe dizer que sempre pensou em ter uma família, casar e ter filhos, não era bem esse o meu principal objetivo. Era para fazer o meu curso, ser independente, autossuficiente”. Segundo Heloísa, o modelo do pai exerceu uma grande influência sobre si, sublinhando que atribuía muita importância ao investimento das filhas na sua educação e qualificação profissional.

“O meu pai é gestor e trabalhava (...). [E] eu se calhar, eu também influenciada pelo meu pai. O meu pai sempre nos disse que eram importantes os estudos, era importante para nós termos o nosso curso superior porque isso era o que nos dava garantias futuras de sermos alguém e de alcançar os nossos objetivos, independentemente de quais fossem”.

Assim, é no contexto da socialização primária que forma precocemente a sua disposição para a independência. Esta disposição contribuiu para que Heloísa periodizasse o investimento na sua trajetória educativa e profissional: “(...) [E]u sempre fui uma jovem que o meu principal objetivo era ser uma mulher autossuficiente, capaz e independente e não era necessário que isso fosse ao lado de alguém”. A conjugalidade e a parentalidade não constavam da agenda para a sua vida em adulta.

Na verdade observa-se que a educação que teve, no seu contexto de socialização familiar, contribuiu para que sofresse a influência de dois modelos igualmente fortes. De forma consciente, um modelo de emancipação da mulher associado à sua disposição para a independência e de, forma não consciente, um modelo de valorização da família e da parentalidade que implica disponibilidade emocional e de tempo. Nesta perspetiva, a necessidade de conciliar estes dois modelos está associada à sua decisão de adiamento da parentalidade: “Vamos lá ver, o adiar tem a ver com não ter, o não querer, não ter tempo, queria ser uma pessoa presente e tive receio que na altura não pudesse estar presente”.

Tanto o pai, a nível profissional, como a mãe, enquanto cuidadora, são apresentados como modelos de competência no desempenho dos seus papéis. O desempenho de Heloísa por referência a estes modelos está associado à formação de uma disposição para a responsabilidade, transferível entre os seus contextos escolar, universitário e profissional: “Sou uma pessoa muito responsável, com uma grande capacidade de trabalho (...)”. Esta disposição, desenvolvida precocemente, também advém da educação familiar para a exigência e responsabilidade: “A mensagem [dos pais] era um bocadinho no sentido de: «Se não conseguiste atingir tens que ver onde é que falhaste». Heloísa cresceu, assim, com um forte sentido de responsabilidade, sobretudo ao nível do desempenho escolar. Embora os pais não exigissem que ela fosse a melhor aluna, sentia que na sua família existia pouca tolerância ao erro, na prática quando não atingia os objetivos não recebia o reforço que desejava ouvir.

“ (...) A importância de conseguirmos atingir, de termos o resultado que nos ajude a atingir o nosso fim... Não quer dizer que o meu pai me exigisse ou os meus pais me exigissem, sempre, ser a melhor da turma mas se calhar o não trabalhar aquela parte: «Não te preocupes porque tu tens capacidades e se for preciso no próximo vais ser melhor»”.

Evidencia, assim, a importância do reforço positivo no desenvolvimento do seu sentimento de segurança ontológica. Heloísa expressa em diferentes momentos do discurso o que genuinamente sente: “(...) [T]inha que ter tido (...) [N]essa parte da capacitação (...). [E]u agora sou mais segura, mas de ser um bocadinho insegura quanto à minha capacidade que depois até venho a perceber que tinha capacidade para fazer mais”. A sua disposição para a responsabilidade, sob influência da sua insegurança, funcionou como um fator de adiamento da transição para a parentalidade: “Não tinha tanto a ver com o nível profissional, tinha mais a ver comigo em termos de eu, por causa da profissão, da parte profissional não ter paciência para a criança”.

A entrevista permite-lhe refletir mais aprofundadamente sobre a importância desse fator na sua vida e reflete sobre a estratégia de comunicação mais adequada para promover a sua autoconfiança, ou seja, aumentar a sua segurança.

“Se calhar se fosse: «Não te preocupes, tens que ver onde é que erraste, o que é que aconteceu, mas na próxima vais conseguir». Se calhar faltava esta segunda parte do discurso. Se calhar pode ter sido isso que tenha... nunca foi uma coisa que eu tivesse pensado muito, mas se calhar pode ter sido por aí”.

A avó materna, em casa de quem ficava nas férias, contribuía para desenvolver as expectativas negativas de Heloísa, em relação às coisas da vida.

“Eu sou um bocadinho como a minha avó. Sim porque, porque era com ela que a gente ficava nas férias... às vezes também era com ela que a gente ficava. E a minha avó era sempre uma pessoa muito negativa, muito. A minha avó sempre foi assim com a gente todas [irmãs e primas]. Avó materna [é] castradora... E comparava as netas, comparava-me com a minha prima, a sorte é que nem eu, nem a [nome da prima], nunca nos deixámos ir pela coisa... mas... uma avó que era sargenta, que ainda é com oitenta e sete anos”.

A sua disposição responsável foi incorporada na construção da identidade e no desempenho dos seus papéis sociais: “Nós somos responsáveis por aquilo que fazemos”. Esta disposição é transponível para o contexto da parentalidade, preocupada em educar para o risco e para o desenvolvimento de um sentimento de segurança dos filhos, adota uma estratégia educativa positiva: “O [nome do filho] nesta fase fica frustradíssimo (...): «[N]ão fiques assim, não é preciso ficares assim tão zangado, para a próxima vais conseguir, vais que ter calma, a gente não aprende tudo de uma vez, nós aprendemos as coisas a pouco e pouco»”. Heloísa tem uma visão clara sobre a estratégia de educar os filhos para a responsabilidade e procura estar vigilante à ativação da sua disposição pessimista mas esta acaba por estar latente no seu discurso. De uma certa forma, chega a ser paradoxal: a mãe avisa para as consequências e como não seguem o seu conselho, a sua profecia cumpre-se, logo os filhos têm pouca margem para errar.

“(...) [E] ele dizia... queria andar com a boneca para todo o lado e eu dizia-lhe, ainda por cima na Euro Disney: «olha é melhor não, é melhor deixares no hotel, tu depois vais perder a tua boneca e depois ficas muito triste, bem dito, bem feito (...) [E]u tinha-lhe dito: «não levas ponto final, deixa aqui a boneca aqui fechada», ele chorava na altura, porque ficava irritado, mas pronto, por ter perdido a boneca, mas ele passou pela experiência (...)”.

De forma, não consciente, a sua herança familiar manifesta-se. Efetivamente faz um esforço racional para controlar a comunicação com os filhos, mas que desejaria estabelecer com eles.

“Com o pai se calhar experimentam mais e com a [nome da empregada doméstica]. Comigo eu tenho a tal história: “eu estou a avisar, se fizeres assim, vai acontecer isto” (...) [E]u explico sempre porque é que estou a chamar a atenção. Não quer dizer que depois não os deixo fazer, não é? Mas explico: «se fizeres assim vai acontecer isto (...) [É] o capacitar, é o responsabilizar, é o não dizer a tudo que sim, é eles saberem lidar com a frustração»”.

Ao refletir sobre o seu curso de vida, não deixa de associar as suas disposições precoces, formadas no contexto da socialização primária, ao adiamento da parentalidade: “Tinha feito diferente porque eu acho que era capaz, porque hoje em dia já fui mãe, já sei o que é que implica ser e por isso sei que tinha capacidade para o fazer”.

A planificação da parentalidade e as bifurcações imprevistas

A sua disposição para a responsabilidade surge a par da sua disposição de planificação da sua trajetória de vida e, nomeadamente, da entrada na parentalidade.

“A minha irmã mais nova nasceu quando eu já tinha 15 anos e eu refiro isto porque com essa idade nós já nos apercebemos qual é o trabalho que os filhos implicam e a disponibilidade que os pais precisam de ter para estar com os filhos. E por isso, sempre me ajudou a estruturar qual seria a altura que eu gostaria de ter filhos”.

Heloísa sentia que só depois de ter a sua trajetória profissional estabilizada é que iria sentir-se segura para ser mãe. Face à responsabilidade que colocava no desempenho de cada um dos papéis, não se imaginava a conseguir conciliá-los. E esta questão é particularmente importante para uma mulher que foi educada para a baixa tolerância ao erro e desejar corresponder às expectativas das suas figuras significativas.

“É mais eu ter medo, não corresponder quer às expectativas (...) [P]orque uma das coisas que faz com que aumente a minha ansiedade e diminua a minha performance, é achar que não vou responder da forma... ou que não vou ter a nota que estão a espera de mim”.

Heloísa tem consciência que os fatores associados à segurança ontológica têm um papel importante na forma como as pessoas perspetivam e gerem a incerteza nas suas vidas: “E não quer dizer que a gente não consiga compatibilizar (...) [H]á pessoas que conseguem fazer e conseguem organizar. Por vezes os problemas e as barreiras somos nós que as metemos na cabeça. Nós depois até conseguimos cumprir”. E dá como exemplo a sua experiência relativa à maternidade: “(...) “[V]amos lá ver, o adiar tem a ver com não ter, o não querer, não ter tempo, queria ser uma pessoa presente e tive receio que na altura não pudesse estar presente”.

[É] aquela coisa, nós próprios criamos as nossas próprias (...) [B]arreiras que elas próprias podem nem se quer existir no dia-a-dia”. A sua disposição para a responsabilidade e o seu baixo nível de segurança ontológica surgem, assim, como fatores que tiveram influência no adiamento da parentalidade, num projeto de vida orientado pela disposição para a planificação.

“(...) [S]e calhar teria filhos mais cedo, sim, se tivesse apoio familiar. Por exemplo, quando nós andamos a estudar para o exame andamos completamente assoberbados de trabalho, se tivesse a minha mãe ou a minha sogra ao pé, era muito mais fácil gerir aquelas horas de estudo e depois o resto do tempo poder

estar com o meu filho, isso sem dúvida. E na altura em que nós estávamos a fazer a especialidade não tínhamos capacidade económica para ter uma pessoa a tempo inteiro como tenho agora, não é?”.

Ao refletir sobre a sua trajetória, e já depois de ser mãe, pensa que se tivesse tido o apoio da rede informal⁶⁸ sentir-se-ia segura para entrar mais cedo na parentalidade. Efetivamente, perante a sua disposição para a responsabilidade este apoio podia ter sido um fator diferenciador na tomada dessa decisão.

“[E]u estava cá sozinha e percebi que não conseguiria conciliar a especialidade e ser mãe nessa altura. E isto foi fazendo com que a minha maternidade fosse adiada (...) porque nós temos colegas que tiveram filhos no internato geral, portanto tiveram outra vivência e começaram muito mais cedo, mas se calhar porque tiveram também um apoio em termos de família que nós não tínhamos na altura, e portanto isto foi fazendo adiar a minha decisão em iniciar nas lides maternas. Depois terminada a especialidade começámos então a pensar nisso e a fazer os nossos projetos de sermos pais”.

Na realidade, seguiu o projeto de vida que tinha planificado: concluiu o curso de medicina, transitou para a conjugalidade, começou a exercer a profissão e a fazer a especialidade médica. A longa duração da sua formação superior é outro fator associado ao adiamento da parentalidade.

“Decidimos [nome da cidade] porque tínhamos muito boas referências da formação e foi onde acabámos por ficar e fazermos a especialidade. O nosso percurso em medicina é longo, nós temos seis anos de curso, tínhamos na altura um ano e meio de internato geral, e a minha especialidade na altura era três anos e a do [marido] cinco (...) Enquanto a minha especialidade foi passada praticamente toda em [nome da cidade], a dele só o primeiro ano é que foi em [nome da cidade] ”.

Neste contexto, planeia com o marido o início da vida familiar, respetivamente, a instituição em que pretendem trabalhar e o local onde desejam viver. Estas decisões do casal são baseadas num projeto de parentalidade.

“E quando termino o curso, tanto eu como o meu marido, foi lá que nos conhecemos, optámos por não querermos viver num grande centro. (...) Eu vinha de um território pequeno e sabia o que é (...) [T]ermos tempo para a família, podermos ir almoçar a casa, poder estar com os filhos e o meu marido, que vem do norte de Portugal, também vivia numa zona que pode ter esse ambiente muito

⁶⁸ Heloísa identifica a falta de uma rede informal de proximidade, como fator relevante na decisão de adiamento da parentalidade, ilustrando com o seu retrato a tese de Branco: em geral, a urbanização intensiva, as migrações e a nuclearização da família, produzem isolamento e fragilizam as redes de apoio familiar. Este efeito também está associado à maior participação da mulher no Mercado de trabalho. Por sua vez, as tendências demográficas na sociedade contemporânea, nomeadamente o envelhecimento e o declínio da taxa de nascimentos, fazem com que a família, enquanto principal provedora de bem-estar, se torne um campo mais complexo e difícil (Branco, 2009, p. 14).

familiar e um grande acompanhamento por parte dos pais. E, portanto logo no internato geral pensámos num sítio que nos pudesse proporcionar isso”.

Assim, é neste contexto de conjugalidade que se revela a sua disposição para a maternidade: “No fundo, só decidi ter filhos quando tivesse já a faculdade terminada e quando tivesse uma situação mais estável de maneira a poder ter filhos...e com alguma capacidade económica para o poder fazer”. Face às suas disposições, Heloísa tomou a decisão quando entendeu ser o tempo certo, o mesmo será dizer ter reunidas as condições de segurança e certeza que considera fundamentais. Contudo, apesar da sua disposição de planificação e após ter cumprido todas as etapas, na entrada na parentalidade confrontou-se com uma bifurcação inusitada: não conseguiu engravidar como previsto: “Foi quando eu terminei a especialidade (...) [T]inha 31. Tive o primeiro filho com 35 (...) [T]ivemos um contratempo porque isto a gente nunca pensa, que as coisas não acontecem como nós queremos”.

Após quatro anos de tratamentos Heloísa depara-se com outra reviravolta, mas desta vez foi surpreendida pela positiva e, contra todas as expectativas, engravida de forma espontânea: “Pronto iríamos começar os tratamentos (...) [U]ma segunda fase, porque a primeira fase foi de tratamentos diferentes. No intervalo... porque eram as férias e tínhamos que dizer ao professor que íamos fazer a FIV [fecundação in vitro], engravidei”. Após concretizar o desejo de ser mãe depara-se com outra bifurcação totalmente inesperada, não consegue amamentar o filho. As suas disposições de planificação, responsabilidade e competência são frustradas e, no primeiro embate, coloca em causa a sua competência como mãe: “Isso foi assim um balde de água fria para mim porque eu tinha feito o curso da amamentação. (...) [D]izem que todas as mães conseguem dar de mamar (...) [M]as caramba o que é que eu estou a fazer de mal?!”. A crise das suas disposições foi superada ao tomar consciência que se tratava de um problema de natureza biológica e não com uma falha sua: “(...) [E] depois mais tarde veio-se a perceber que eu não estava a fazer nada de mal e que tinha que acontecer mesmo assim. E portanto essa parte foi a que eu tive mais dificuldade em gerir (...)”.

Ultrapassadas estas bifurcações o casal planeia uma segunda gravidez que ocorre na altura que desejavam. Entretanto, o adiamento da parentalidade levou Heloísa a abandonar o projeto inicial de terem três filhos. Heloísa sentia que depois dos 40 anos já seria uma maternidade tardia em termos biológicos, mas motivada pelo marido acabou por arriscar e encontrava-se grávida quando a entrevista ocorreu: “[E]u fiquei sempre muito reticente

em ir para uma terceira gravidez. O [nome do marido] (...) [D]izia: «Não, não, a gente vai ao terceiro». «Vai calma que eu já não sou já sou velhota e isto já não é assim», mas pronto, acabámos por decidir que sim (...)”.

A dialética contraditória entre as crenças normativa e de igualdade de género

Os seus pais são apresentados como um modelo de referência na partilha das tarefas domésticas e do cuidar dos filhos. No seu discurso não existe qualquer referência ao exercício conservador dos papéis de género na sua família, em que o pai exercia a sua profissão, a mãe desempenhava a tempo integral função de cuidadora da família e só ingressa na universidade após a emancipação das filhas. Heloísa centra-se no modelo de igualdade familiar em que o pai e a mãe partilhavam as tarefas, e surge associado à formação da sua crença da igualdade de género: “Eu não senti isto [falta de partilha] na minha família, mas eu sei que há famílias que ainda mantêm essa diferença”. Em contraponto apresenta o modelo conservador que o marido recebeu do pai: “Eu na minha casa, lá está, havia partilha de tarefas. Eu sei que, por exemplo, que na casa do [nome do marido] as coisas não eram assim. Embora a minha sogra quisesse que houvesse igualdade, o meu sogro não”.

Assim, Heloísa tem a convicção que reproduz o modelo de igualdade de género que apreendeu no seu contexto familiar. A sua disposição de planificação facilita a conciliação vida profissional-familiar e permite que Heloísa desempenhe os seus papéis com satisfação. A ativação da rede de apoio informal permite-lhe resolver dificuldades pontuais: “(...) [A] é agora nenhum de nós abdicou (...) [T]enho conseguido evoluir da forma como eu gostaria de evoluir, não é pelo facto de eu ter que estar mais presente como mãe (...) [À]s vezes, há reuniões a que eu preciso de ir (...) [E] peço auxílio aos meus sogros”. Na prática o apoio é prestado pela sogra e no momento do nascimento dos filhos pela sua mãe: “Tem que a minha sogra vir para cá para me ajudar, Por exemplo, eu da outra vez (...) [T]inha lá a minha mãe que veio de [nome do país] e deu-me apoio nessa altura.

A especialidade médica do marido requer grande disponibilidade de tempo e acaba por participar menos do que Heloísa na vida familiar.

“Porque não era só o tempo que era estipulado para o [nome do local de trabalho], quando estava em casa chegava cansado e tinha que estar a descansar (...) [E]le só fazia as férias do verão (...). [E] portanto, se calhar essa foi a parte que me custou mais porque apesar de nesta conversa haver uma grande assimetria, nós articulamo-nos bem... conseguimos arranjar a nossa harmonia, respeitando, aqui ajuda eu ter uma grande capacidade de adaptação à forma de ser dele”.

A disposição relacional-afetiva é um recurso pessoal importante para que Heloísa se adapte às circunstâncias profissionais do marido e assuma a centralidade das tarefas familiares e de cuidar dos filhos: “(...) [E]le não tem um trabalho das nove às cinco (...). [E] porque se calhar a partir daí, eu fui assumindo papéis que se calhar noutra situação tinham que ser partilhados porque é isso que faz sentido na partilha de tarefas porque na educação não”.

Contudo, a crença na igualdade de género contribui para que seja proactiva e solicite a ajuda do marido, sempre que está em casa: “Cooperamos quando ele está em casa (...) [N]ão é uma pro atividade, tenho que ser eu a pedir que ele faça, mas enquanto eu faço o jantar, ele vai dando os banhos ou às vezes eu consigo que ele vá para a cozinha (...) [P]assear, andar de bicicleta (...)”. [O] facto de a participação ser pontual concorre para que Heloísa tenha de fazer um esforço de conciliação do trabalho profissional com o trabalho doméstico que se aproxima da tendência da mulher para a dupla jornada, registada em Portugal (Núncio, 2008; Perista, 2016; Torres, 2018): “A mãe se puder descansa um bocadinho no sofá (...) [D]epois o problema é que temos sempre muitas tarefas para fazer. E aproveito o facto de o pai estar com os meninos para depois poder fazer outras tarefas que às vezes é difícil fazermos”.

Por sua vez, as exigências da sua profissão ainda tornam mais difícil esse esforço de conciliação e a sua capacidade económica dá-lhe a oportunidade de contratar uma empregada doméstica: “Porque tenho alguém que me ajuda porque se não tivesse essa pessoa aí seria mais... não era impossível, mas era mais difícil conciliar”. Este apoio e a sua disposição de planificação facilita a organização da vida familiar e garante um acompanhamento de proximidade de Heloísa aos filhos: “Tenho uma pessoa que está em nossa casa desde que o [nome do filho] nasceu que me ajuda imenso, acaba por ser até em termos de horário até me articulo mais do que com o [nome do marido].

Heloísa insere-se nos resultados do estudo realizado por Perista et al. (2016), no âmbito de um inquérito aos usos dos tempos de homens e de mulheres em Portugal, que determinam que a externalização do trabalho doméstico, mediante a aquisição de serviços

pagos a uma pessoa do exterior do agregado doméstico, é acessível apenas a uma minoria dos agregados e que entre estes apenas 7% têm um/a empregado/a doméstico, dos quais 26, 1% contratualizam o serviço por 33 horas ou mais, por mês. No seu caso também se verifica que: “Determinar e supervisionar as tarefas desempenhadas pela/o empregada/doméstica/o é uma responsabilidade marcada pelo género: 75%,9 das mulheres, face a 45,1% dos homens, dizem assumir pessoalmente essa responsabilidade” (Perista et al. , 2016, p. 15).

Ao refletir ao modelo que o casal está a transmitir aos filhos, sustenta que estão a educar para a valorização da profissão, ao observarem que tanto o pai como a mãe trabalham muito: “Estão a aprender que o pai trabalha muito tempo no [nome da instituição em que trabalha] [risos] e a mãe também trabalha muito, mas se calhar é aquela que faz mais coisas com eles porque, lá está, tenho mais tempo com eles”. Relativamente à igualdade de género, defende que o facto de não existir partilha, não implica que deixe de os educar para este valor: “Ajudam a arrumar as compras, gostam de ir ver cozinhar, têm que arrumar, aí não é ajudar, aí é mesmo arrumar e aí têm que arrumar o quarto deles [A]judam-me a «Agora vais ajudar a mãe a arrumar as coisas» e é mais estas tarefas que eles fazem”. Além de participarem nas tarefas que o pai realiza, respetivamente na culinária: “Ainda poucas coisas [risos] sabe fazer muito bem esparguete, portanto eles adoram a esparguete do pai [risos]. Sabe fazer a *pizza* que eles gostam muito de ajudar a preparar”.

Heloísa defende que o marido partilha o valor da igualdade de género, valoriza a participação do marido e recorre ao humor para relativizar o facto de ser difícil motivá-lo a participar mais: “(...) [A]té porque o [nome do marido] não absorveu nada disso [modelo paterno], não é nada apologista dessas assimetrias e portanto ele não faz porque não gosta [risos] mas é muito difícil a gente conseguir(...)” A sua crença na igualdade de género leva Heloísa a justificar que este valor faz parte da cultura da família: “O facto de não haver uma partilha igual não significa que isso tenha que ser assim. Portanto, não acho que seja isso que estejamos a passar. Eu acho que o que estamos a passar é que, se calhar, cada um tem o seu papel na educação dos miúdos”. No entanto, o conteúdo destes corresponde a uma “genderização” dos papéis, em que a mãe é a cuidadora e o pai a figura que brinca com eles, de forma não consciente, acaba por cair na armadilha doméstica.

“Eu se calhar mais de cuidar e o [nome do marido] mais para o brincar, para o brincar mais na galhofa porque eu também vou brincar para o parque, porque os

levo a andar de bicicleta, vou à piscina com eles. Mas ambos somos educadores, ambos estamos presentes na vida deles, ambos procuramos estar presentes, partilhamos e preocupamo-nos com aquilo que é o melhor para eles. Apesar de o [nome do marido] estar mais tempo fora de casa não significa que esteja ausente da vida deles”.

A disposição para a responsabilidade impele Heloísa a garantir que a coesão do casal e o equilíbrio do sistema familiar prevalece sobre o facto de existir pouca partilha. É igualmente importante para si que os filhos sintam que o pai está presente e que tem tempo de qualidade com eles.

“Eu acho que uma coisa importante é a parte de haver harmonia porque lá está também é importante para a tranquilidade deles haver harmonia entre o casal. E que os pais são amigos, que se interessam por eles, embora possa não haver esta partilha igual de tarefas, isso não é motivo de discórdia ou de mau estar entre o casal”.

Da análise do seu discurso sobre a igualdade de género, denota-se que Heloísa tem uma crença consciente na igualdade de género. É possível observar que está distante de captar o enraizamento, não consciente, da sua crença nas diferenças biológicas entre os sexos, também expressas na sua narrativa⁶⁹. Um dos exemplos desta crença é quando objetiva as características do sexo feminino e do masculino, atribuindo à mulher uma predisposição natural para a organização.

“Não queria colocar isto como sexo masculino e feminino... Pois, isto é só uma constatação. Uma das coisas das vivências. É como se nós já soubéssemos o que tínhamos para fazer e os homens não. Nós temos de pedir que façam para participar (...). [A]gora aquela história que o cérebro da mulher é diferente do cérebro do homem, é verdade. No sentido de organização (...)”.

A disposição para a maternidade orienta a visão da sociedade e das políticas

A disposição de Heloísa para a maternidade, associada à valorização do papel da parentalidade na sociedade, convoca três dimensões de análise: a igualdade de género; a representação social da parentalidade, e as políticas públicas.

⁶⁹ A análise do retrato de Heloísa traduz a tese de Bourdieu: "Os actos de conhecimento e de reconhecimento práticos da fronteira mágica entre os dominantes e os dominados que a magia do poder simbólico desencadeia, e por meio dos quais os dominados contribuem, muitas vezes sem o saberem, por vezes contra a sua vontade, para a sua própria dominação aceitando totalmente os limites impostos (...)" (Bourdieu, 1999, p.33).

A primeira dimensão revela a ambiguidade, não consciente, relativamente às questões de género. Heloísa indigna-se com a educação da escola para a diferença dos papéis de género, em Portugal, antes de 1974, em que a mãe foi educada.

“(...) [U]m caderno da minha mãe sobre educação doméstica (...) que tinha que ter as crianças limpas e arranjadas quando o pai chegasse a casa, já com o jantar tomado, porque o pai precisava de descansar. (...) [T]em a ver ainda com o tempo do Estado Novo... onde elas aprendiam a cozinhar, eles aprendiam a mudar lâmpadas, não sei”.

A assimetria de papéis, ao atribuir à mulher o papel exclusivo de cuidadora, permitia-lhe estar mais presente e ter total disponibilidade de tempo para cuidar e educar os filhos. Ao adquirir independência profissional, inevitavelmente, acaba por ter uma dupla jornada.

“Isso é uma questão muito complicada (...) Antigamente a mulher tinha todo o tempo do mundo para estar com os filhos porque estava em casa, não é? A partir do momento em que ela própria achou que tinha direito a fazer outras coisas e ter os seus próprios objetivos, a saída de casa da mulher fez com que ela ganhasse, ficasse com mais tarefas porque para além daqueles todas que tem que fazer em casa, ainda tem responsabilidades profissionais”.

Por um lado, considera que a evolução da sociedade a esse nível é claramente insuficiente. Por outro lado, manifesta um certo grau de conformismo com as mudanças registadas: “É assim, apesar de nós já vermos os homens a serem criados de uma forma diferente, ainda não há muita mudança. (...) [S]e calhar sou eu que estou a ser pouco exigente, que até aí estamos muito melhores comparando com há 20 anos atrás”. Na sua perspetiva, a mudança passa pelo empenho das famílias com a educação das crianças para a igualdade de género.

“E do ponto de vista daquilo que há pouco dizia da educação para a igualdade, bom eles são educados assim e depois são menos proactivos (...) Podem [mudar] se forem educados (...) logo desde pequeninos (...) Na participação em todas as tarefas (...) Para já tem que ser uma coisa do casal (...) Aí tem que ser a mãe e o pai a fomentar a participação, podem começar por fazer, por exemplo, com que as crianças partilhem todas as tarefas que têm em casa”.

Relativamente à segunda dimensão, a análise do seu discurso remete para a necessidade de se mudar a representação social sobre a parentalidade: “As expetativas de hoje passam por ser pais presentes mas ser pais que possam proporcionar tudo aos seus filhos (...). (...) [e] depois acabam por optar por ter menos filhos (...)”. Além deste efeito, a experiência de Heloísa remete para as consequências no próprio adiamento da parentalidade. No seu curso de via, o seu património disposicional, organizado em torno

de disposições como a responsabilidade, a competência e a planificação, projetou, até determinada fase, a parentalidade para um ideal in incansável.

Heloísa concretiza a sua visão sobre a sociedade, sustentando que existe a imagem da satisfação das necessidades dos filhos ser indissociável de uma grande capacidade económica, emocional e de tempo, por parte dos pais: “(..) [E]sta sociedade de hoje em dia, é aquilo que é, e exige aos pais estar presentes, educar, dar em termos materiais todas as coisas possíveis e imaginárias na educação dos filhos, em termos materiais o último modelo da *playstation* do computador e do telemóvel”. Esta imagem forma-se no contexto de uma sociedade de consumo que, em sua opinião, tem uma influência estrutural e representa um ponto-chave na alavanca da entrada na parentalidade: “Podia ser diferente... diminuir o materialismo, o consumismo (...). [E] os pais, às vezes (...) [S]ão tão pressionados que a certa altura não conseguem fazer de outra forma até porque são pressionados pelo filho e mesmo pela sociedade”.

Bauman (2001) sustenta que a sociedade contemporânea é um tempo repleto de oportunidades orientado pelo consumo, logo: “A mais custosa e irritante das tarefas que se pode pôr diante de um consumidor é a necessidade de estabelecer prioridades: (...) [D]ispensar algumas opções inexploradas e abandoná-las. A infelicidade dos consumidores deriva do excesso e não da falta de escolha” (Bauman, 2001, p. 75). Neste mundo, as famílias com filhos deparam-se com o dilema das escolhas e a grande questão é: “Será que utilizei os meios à minha disposição da melhor maneira possível?” é a pergunta que mais assombra e causa insónia ao consumidor” (Bauman, 2001, p. 75). É nesta dialética, que Heloísa sustenta que é importante os pais terem referenciais claros sobre a hierarquização da satisfação das necessidades dos filhos

Na sua opinião a competitividade da sociedade atual pressiona os pais no sentido de darem aos filhos tudo aquilo que lhes permita explorar o mundo e desenvolver as suas competências: “(...) [O] tipo de sociedade (...) [E]xtremamente competitiva, em que se tem que ter muitas competências, em várias áreas, se calhar ser pai hoje é isso, não é só estar presente e educar, é também todos os outros instrumentos que é preciso dar aos nossos jovens”. Ainda assim, Heloísa sugere que, no essencial, estes instrumentos não são de natureza material. Crê que na hipervalorização das condições económicas há uma inversão daquilo que são as necessidades fundamentais da criança: “(...) [H]á etapas e vivências que eles têm que ter, obviamente, para poderem crescer como pessoas e serem

depois adultos integrados na sociedade (...) [É] mais fácil no sentido de que não acho que tenham que ter tudo em termos materiais que não é isso que os vai fazer mais felizes”. As suas disposições para a maternidade, para a responsabilidade e competência estão inscritas na sua visão sobre as competências pessoais e sociais relevantes para a educação para a parentalidade.

“[A]ntes de terem condições ideais. (...) [E]u acho que há aqui duas coisas distintas que é, para além de darmos esta mensagem de capacitar as pessoas para viverem de forma a serem responsáveis, de serem capazes, sentirem-se seguras e capazes, também ao mesmo tempo da importância da família, a importância dos filhos”.

Da capacitação dos jovens faz parte a sua crença na educação para o risco, que ela ilustra com a sua experiência parental: “(...) [D]eixar que eles [os filhos] vivam as suas experiências, que tentem, que percebam e mesmo que a experiência tenha sido negativa que haja um reforço positivo e não um reforço negativo. Porque isso ajuda a pessoa a ganhar confiança nela própria (...)”. A par do desenvolvimento de competências transversais, Heloísa sublinha que o valor da parentalidade também pode constar dos currículos das escolas. A promoção da parentalidade deve, assim, começar na educação das crianças e dos jovens, questão essencial para que seja valorizada e periodizada na idade adulta. Esta perspetiva não está associada a um modelo de família, surge sim gravada na sua disposição relacional-afetiva, diríamos que aponta para o desenvolvimento da educação para os afetos, uma área que não vê ser trabalhada: “Há famílias reconstituídas muito válidas (...) [É] mais da importância da relação (...) [P]orque nós somos um animal relacional e porque precisamos dessa vivência. E essa parte, não sei se está a ser trabalhada?!”.

“Dizer que tenham filhos, para já o que é importante é nós passarmos a mensagem para os nossos filhos, para eles perceberem um dia mais tarde, quando eles tiverem filhos, que este crescimento em família é importante e contribui para o nosso crescimento enquanto pessoa. E contribui para o crescimento da sociedade, contribui para a nossa continuação como pessoas e como espécie porque somos importantes, o nosso núcleo familiar é importante”.

No que conserve à terceira dimensão, o seu discurso sobre as políticas públicas é enquadrada pelas dimensões sociais da cultura e da educação. A sua disposição para a maternidade deriva para uma reflexão crítica, sobre os paradoxos da sociedade e das

políticas públicas⁷⁰ na conciliação da igualdade de gênero e do emprego, no campo da parentalidade.

“O principal, acho eu, o principal problema da sociedade é: nós não podemos ter, por um lado, uma sociedade a promover a parentalidade depois haver, do outro lado, alguém a sabotar isto da parentalidade. No sentido de não podemos estar a dar direitos às mulheres e aos pais para poderem ser pais e depois eles não poder usufruir dessas regalias, portanto tem que haver aqui um equilíbrio.

A experiência do seu contexto de socialização profissional permite-lhe aprofundar a reflexão: “Se calhar estou aqui moldada pela minha parte profissional, mas é assim, apesar de a gente perceber que as políticas tem evoluído no sentido de ajudar a parentalidade (...) [N]ós sabemos que isso não é cumprido (...)”. Heloísa encontra respaldo da sua tese na análise das próprias políticas da saúde: “Tornou-se, óbvio que estas políticas públicas, grandes repositórios da racionalidade em saúde, apesar da documentação e do discurso eloquente, esteticamente atraentes a que deram origem, não cumpriam, com frequência, as suas promessas generosas. Chegam com dificuldade ao terreno do real” (Sakellarides, 2005, p. 171).

As suas disposições para a maternidade e para a responsabilidade, reforçadas pela sua prática profissional, ampliam a sua visão sobre as condições para o exercício de uma parentalidade responsável. No seu horizonte vê o tempo como uma das dimensões mais relevantes: “Como é que nós podíamos ter mais tempo para estar com os miúdos?! Lá está, redução laboral, cá está [risos] redução de horários [risos]”. A sua visão direciona o olhar para a importância política na organização dos tempos do trabalho. Há experiências territoriais que permitem explorar o potencial das políticas públicas neste campo: “O uso do tempo não é apenas um assunto individual e privado. Também é coletivo e público, como provam muitos municípios europeus que têm estabelecido, nos últimos dez anos, unidades administrativas encarregues de melhorar a gestão do tempo” (Durán, 2013, p. 195).

Além das disposições já referidas, a sua disposição relacional-afetiva identifica como outro paradoxo da promoção da parentalidade, a generalização das novas tecnologias

⁷⁰ A reflexão crítica de Heloísa aproxima-se da visão de Giddens sobre o papel do Estado na modernidade e que fragiliza a relação de confiança com os cidadãos, concretamente, na implementação das medidas de política: “O Estado apresenta um discurso legitimador de combate a todas as formas de violação dos direitos humanos e de proteção do sujeito em situação de contingentes inesperados como o desemprego, a doença, a catástrofe. Falta-lhe, contudo, munir-se dos recursos gestionários e de compensação que o mesmo discurso implica. Sem estes, o seu desempenho não é mais do que o desempenho retórico cada vez mais saturado, fragilizando a relação de confiança que estabelece com os seus cidadãos (Giddens, 2017, p. 116).

promovidas pela sociedade, com forte apoio das políticas e das próprias pessoas e famílias: “Em termos de políticas, aqui seria mais [a]s vivências (...) [S]em a interferência da tecnologia (...) [E]star em família sem ser com a televisão ou com o computador ou com o *tablet*. (...) [N]ovas formas de interação entre família (...)”. Na análise do discurso, assume que existe uma narrativa ficcional sobre a centralidade das novas tecnologias na satisfação das necessidades fundamentais das crianças e das famílias.

O seu património disposicional, suportando nos conhecimentos profissionais, expressa que a promoção do bem-estar das crianças e das famílias exige uma aposta na educação para a promoção da saúde: “Em termos de saúde é importante jogar ao ar livre, é importante que as crianças brinquem lá fora, é importante que as crianças e que os pais estejam envolvidos (...) [H]aver menos consumismo (...)”. O seu discurso espelha a necessidade de segmentar as políticas públicas em função da promoção e suporte à parentalidade. A disposição para a maternidade, no quadro da sua crença na igualdade de género e na valorização da profissional, leva Heloísa a apresentar soluções para resolver os paradoxos sociopolíticos e garantir uma política de parentalidade mais eficaz, do que aquela que existe na sociedade atual. A eficácia das medidas propostas implica políticas territorializadas e de proximidade às famílias com filhos.

“Redução de horários no primeiro ano e no segundo ano de todas as que estejam a amamentar e depois elas não podem usufruir porque têm medo que o patrão as despeça. Portanto, se calhar temos... a sociedade tem de tentar ajudar as famílias, por exemplo, a trazerem as creches mais perto do trabalho (...). (...) [P]ronto, passará por aí, por um conjunto de medidas de ajuda neste sentido, escolas públicas em termos de ensino. (...) [H]oje em dia aumentar o número de meses que a mãe pode ficar com o filho, no sentido de a ajudar para que ela possa estar mais tempo com os miúdos, mas por outro lado, não trabalharmos a outra parte, a parte laboral, dos empregadores, não sei se vai resultar”.

Síntese interpretativa

A entrevista permite a Heloísa compreender a amplitude da influência, não consciente, do seu passado. As disposições em análise são parte da sua identidade e estão relacionadas com as escolhas que fez ao longo do seu curso de vida, nomeadamente a fase de entrada na parentalidade.

“O facto de ter posto muito a tónica no percurso, muito naquilo que eu sou hoje e no percurso que eu tive e na educação que tive. Eu nunca tinha pensado assim, nunca tinha pensado. Claro que uma pessoa sabe o crescimento que teve, a infância que foi tendo, a adolescência, a vivência que foi tendo e que influencia a nossa forma de ser, mas há uma parte que nós achamos que é, ou pelo menos eu pensei, não eu sou assim, na minha maneira de ser. Se calhar não haverá assim tanta influência externa, mas se calhar há mais do que eu pensei. Se calhar... [a entrevista teve um impacto] mais de reflexão, não tanto de emoção”.

No seu discurso é clara a relevância do contexto de socialização familiar na formação de crenças, disposições e do sentimento de segurança ontológica. Por sua vez, estas vão ter um claro reflexo na sua visão sobre o paradigma social da parentalidade e das políticas públicas neste campo.

A intensidade das crenças na igualdade de género e na educação para o risco é geradora de uma contradição adormecida. Tanto no domínio das falas, em geral, como nas suas práticas, em diferentes fases do seu curso de vida. Tudo ocorre como estivesse sob controlo, guiado pela crença na importância do erro e dominado pela sua disposição para a responsabilidade, registre-se a título ilustrativo, o desfasamento entre as mensagens que transmite ao filho. Por um lado, associadas à sua desejabilidade entre aquilo que gostaria de ter ouvido dos pais para se sentir segura ao longo da vida: “Se calhar se fosse: «Não te preocupes, tens que ver onde é que erraste, o que é que aconteceu, mas na próxima vais conseguir» e a mensagem que transmite ao filho: “(...) [N]ão é preciso ficares assim tão zangado, para a próxima vais conseguir (...) [N]ós aprendemos as coisas a pouco e pouco»”. Por outro, a reprodução consciente da herança familiar que recebeu: “Comigo eu tenho a tal história: “Eu estou a avisar, se fizeres assim, vai acontecer isto”, concretizada numa experiência com o filho: “(...) [T]u depois vais perder a tua boneca e depois ficas muito triste, bem dito, bem feito (...)” e o comportamento que, inconscientemente, devia ter tido, ainda que assim tenha permitido que o filho passasse por aquela vivência: [E]u tinha-lhe dito: «não levas ponto final, deixa aqui a boneca aqui fechada» ele chorava na altura, porque ficava irritado, mas pronto, por ter perdido a boneca, mas ele passou pela experiência”.

A crença na igualdade de género, como vimos da análise do retrato, segue um padrão idêntico. Observa-se a incorporação invisível de crenças normativas, em que atribui características diferentes à mulher e ao homem, nomeadamente, a maior capacidade de organização da mulher, no caso de Heloísa traduzida na sua disposição para a planificação. Por sua vez, esta perspetiva remete para a questão da centralidade da mulher na conciliação da vida familiar-profissional. Observa-se uma feminialização do cuidar

tanto nos seus contexto de socialização familiar, transponível para a sua atual rede de apoio informal e também nas suas práticas familiares. Consegue assumir no mesmo discurso, em simultâneo, duas perspetivas diferentes sobre o género: “(...) [O] facto de não haver uma partilha igual [no casal] não significa que isso tenha que ser assim”. Esta frase é paradigmática da dualidade do seu pensamento”.

A interpretação dos traços que identificámos em Heloísa, em ambas as crenças, ilustra a dialética que existe nos diferentes níveis da análise ecossistémica, da sociedade atual. No seu discurso é transversal: ao nível do microssistema, no seu contexto familiar; do mesossistema, no contexto profissional, e do macrossistema, nos sistemas cultura, educação, economia, emprego e político. O discurso de Heloísa estabelece uma interação entre a questão de género e a sociedade de risco, contexto em que importa promover a segurança ontológica e as respetivas disposições para contrariar a tendência de adiamento da parentalidade. Veja-se que a sua disposição para a maternidade foi ativada sob condição das suas disposições para a independência, responsabilidade e competência:” Vamos lá ver, o adiar tem a ver com não ter, o não querer, não ter tempo, queria ser uma pessoa presente e tive receio que na altura não pudesse estar presente”. Assim, a disposição de planificação orientou a entrada na parentalidade para uma determinada fase do seu curso de vida, mas confrontou-se com um ponto de viragem imprevisível que determinou o adiamento deste acontecimento.

Os contextos de socialização primária, expressos nas dinâmicas do sistema familiar e na educação cristã, surgem associadas à definição da sua identidade, em que a disposição relacional ocupa um lugar importante. Estes contextos estão também relacionados com a formação, não consciente, da disposição para a maternidade que, como constatamos, é ativada sob condição de outra parte do seu património disposicional. É a partir deste amplo e complexo campo que desafia o paradigma social da parentalidade. No pressuposto que o consumismo e as novas tecnologias mobilizam a sociedade globalizada, defende que há espaço para colocar na agenda uma reorientação das necessidades da criança e do papel parental. Sem que tenha uma atitude de negação da realidade, transfere a hipervalorização da dimensão material para a dimensão relacional e afetiva. Na sociedade de consumo, considera que a promoção da parentalidade e do seu exercício deve refletir uma educação para o vivência saudável das relações pais-filhos, redirecionado o padrão de consumo existente no campo dos bens materiais. Este campo é um espaço conflituante na construção das identidades e no desempenho de papéis nas

famílias com filhos. Antecipa-se, inclusive, como uma bifurcação na decisão do sujeito transitar para a parentalidade.

A mudança do paradigma da parentalidade também implica alterações profundas na educação informal e formal para a igualdade de gênero. Ao analisar-se o seu curso de vida e a formação precoce das suas disposições, compreende-se que atribua uma especial importância ao papel dos contextos de socialização primária e, em particular, à família. Neste quadro não esquece o papel das políticas públicas, considerando que é no tempo disponível para a parentalidade que se encontra o eixo vetorial. Heloísa apresenta uma visão contundente da implementação das políticas de promoção e apoio à parentalidade. No contexto da sociedade de risco, a garantia de implementação das medidas obriga à sua monitorização.

A sustentabilidade da sociedade implica integrar a parentalidade, associada à perspectiva da igualdade de gênero, e o trabalho como duas tendências fundamentais do bem-estar. Ambas são parte integrante da vida humana e não é possível optar por uma ou por outra. Todavia, a perspectiva de conciliação que existe não tem tido a necessária ambição para transformar a relação competitiva entre duas dimensões estruturantes da realidade, quando esta interação deve ser inequivocamente colaborativa. Assim, sustenta um investimento profundo e coerente nas medidas de conciliação vida familiar-vida profissional.

3. Filomena: “Uma mãe que conquista o sonho do tempo para a conciliação vida Familiar - profissional”

Filomena foi mãe aos 35 anos e dois anos depois nasceu o segundo filho. Se tivesse entrado mais cedo na parentalidade talvez tivesse prosseguido o sonho de ter uma filha. Nasceu na cidade em que atualmente reside e onde tem decorrido o seu curso de vida. A sua trajetória evoluiu de forma regular, da infância à idade adulta. Após concluir o percurso escolar e universitário, começou a trabalhar no organismo da administração pública em que atualmente se encontra. Namorou 10 anos com o marido, que é da mesma

cidade, e também é técnico superior no Estado, com quem mantém uma relação de cumplicidade e cooperação. Na conjugalidade decide realizar o mestrado, mas ainda no início tem uma gravidez anembrionária que provoca um aborto espontâneo, a única bifurcação com que se depara ao longo da sua trajetória. As disposições pragmáticas e de competência permitem-lhe ultrapassar os desafios e adaptar-se às situações. Assim, mobiliza a sua disposição de planificação e decide voltar a engravidar e ter um segundo filho com pouca diferença de idade. A disposição para a maternidade forma-se precocemente, inspirada no seu contexto de socialização primária e, no equilíbrio do sistema familiar, com uma mãe cuidadora para quem os filhos são a prioridade. Esta herança é transportada para o exercício da parentalidade e impulsiona Filomena a lutar pelos seus direitos laborais. O direito à jornada, prevista na Lei Geral do Trabalho em Funções Públicas, permite-lhe aceder a um bem precioso: o tempo. Esta opção, prevista para trabalhadores com filhos até aos 12 anos, permite-lhe conciliar a vida profissional com a vida familiar. É uma condição do seu bem-estar pessoal e familiar e um fator acrescido de motivação no trabalho. A sua experiência remete, assim, para a importância das políticas de conciliação entre a vida profissional e a vida familiar no apoio à parentalidade. Neste quadro, a igualdade de género é uma questão que encara de forma natural, tanto pela educação que recebeu da família de origem, como pelas práticas na conjugalidade.

Um contexto de socialização primária que educa para a igualdade de género

Filomena cresceu numa família da classe média: “A minha mãe era funcionária pública e o meu pai era ferroviário”, filha mais velha de uma fratria de dois, viveu a sua infância e juventude num contexto equilibrado e tranquilo: “A minha experiência de filha foi boa, sou a irmã mais velha, o meu irmão tem uma diferença de cinco anos. Correu tudo bem”. Descreve um ambiente familiar afetivo: “Super atencioso, super preocupados, carinhosos, o meu pai mais autoritário. E eu com eles [os filhos] acho que sou um bocadinho, esse aspeto. Às vezes penso nisso. Correu tudo bem”. A figura paterna é referida pelo papel afetivo, mas também por desempenhar o papel de autoridade. Filomena tem consciência que também assume este papel na educação dos filhos e que, por vezes, pode ser demasiado rígida: “Acho que transporto, às vezes penso nisso. Às vezes acho que sou muito rigorosa. E o meu marido não é tanto, e às vezes diz-me: «Calma, eles precisam de brincar» e acho que tem a ver um bocadinho com a minha educação, mais rígida, mais

regras”. A disposição de autoridade desenvolvida no seu contexto de socialização primária, é ativada sob condição, no contexto familiar, em que Filomena assume o papel principal na educação dos filhos para as regras e limites. Por seu lado, a figura materna surge associada à formação da sua disposição precoce para a maternidade: “Acho que o exemplo da minha mãe, a figura maternal acho que acabou por ter uma grande influência”, consubstanciada num ideal para a sua vida: “Positiva sim, a minha mãe também põe a família à frente de tudo, os filhos e agora os netos. Esse exemplo, acho que sim, acho que me acabou por marcar, por me influenciar e à minha forma de estar”.

O seu contexto de socialização familiar também é retratado como modelo ao nível da conciliação da vida familiar com a vida profissional.

“O meu pai também foi sempre um homem que ajudou sempre muito em casa, também tenho isso como exemplo. Há homens que não ajudam nada, mas o meu [pai] sempre ajudou também. Mas claro que havia tarefas inerentes à mãe, a roupa, a cozinha. O meu pai também cozinhava, ajudava com louças, estendia a roupa, também aspirava. O resto das tarefas era para a minha mãe”.

A participação do pai na vida familiar e, em concreto, no desempenho das tarefas doméstica é entendida por Filomena como um sinal de emancipação masculina à época: “E o meu pai é uma pessoa mais velha, não é comum e sempre participou”. Este aspeto adquire ainda mais importância, para si, pelo facto do pai ser 10 anos mais velho do que a mãe: “Sim, tem uma diferença de 10 anos. E pronto, poderia realmente não participar (...). [M]as eu sempre vi o meu pai a participar nas tarefas domésticas”.

A crise entre a disposição hedonista e a disposição adormecida para a maternidade

Filomena cresceu tranquilamente, a infância e juventude decorreram sem se confrontar com bifurcações ou crises. A disposição hedonista, centrada no presente e no seu bem-estar, contraria qualquer perspectiva de planificação do futuro. Esta análise está expressa na sua narrativa ao referir-se à sua trajetória na juventude e ao início do namoro: “[F]oi tudo fruto das circunstâncias, nós namorámos 11 anos e meio...”. A transição para o mercado de trabalho e para a conjugalidade ocorrem de forma natural, sem grande premeditação: “Alguns anos mais tarde [casamento], porque nós acabámos por crescer juntos, começámos a namorar ainda estávamos a estudar. E depois, entretanto, foi o emprego, começámos a trabalhar e achámos... Deixámos andar”. Filomena e o namorado

fruíram a vida, sem que assinalasse qualquer tensão entre as diversas áreas do quotidiano: “E pronto, começámos a trabalhar, viajámos, usufruí-mos algum tempo os dois, e depois decidimos casar, arranjámos a casa e depois pronto foi assim”. Tal como descreve, a sua trajetória evolui de forma perfeitamente regular.

“Começámos com 20, cerca de 20 anos e, pronto, conhecemo-nos bastante bem. E naquela altura foi quando decidimos, foi quando comecei a trabalhar, as coisas começaram a estabilizar. E foi tudo... Não foi nada muito programado nem pensado. E só o mestrado é que me assustou quando ia casar, não é? E pensei, bom em casa dos pais é uma coisa, e normal fiquei com receio. E pensei em adiar”.

Só após entrar na conjugalidade é que identifica como bifurcação, a decisão de se inscrever no mestrado. Nesse momento teve medo de não conseguir conciliar os estudos, com a vida profissional e familiar, mas acabou por avançar para o mestrado: “Começou logo... eu casei em setembro, fui de lua-de-mel e comecei logo o mestrado, ainda falei a umas aulitas. Foi assim...”.

Ao fazer um movimento introspetivo sobre a sua trajetória, sente-se globalmente satisfeita. No entanto, é com nostalgia que se refere à entrada tardia na parentalidade por ter comprometido a sua decisão de ter um terceiro filho: “Se tivesse sido mãe mais cedo teríamos tido o terceiro filho. Se... mas como não aconteceu...”.

Por sua vez, esse acontecimento decorre da entrada tardia na conjugalidade que Filomena considera dever-se a um ato de mero egoísmo da sua parte e do namorado.

“É assim eu não me arrependo de nada e se não casámos mais cedo foi por uma questão de egoísmo, porque estivemos só os dois sozinhos até dar aquele passo, acomodámo-nos um pouco, deixamos o tempo passar. Mas se tivéssemos casado mais cedo, se as coisas tivessem desenvolvido de outra forma e se tivesse sido mãe mais cedo, talvez, talvez tivéssemos tido um terceiro filho”.

Na sua perspetiva, a entrada na parentalidade está associada a uma exigência de disponibilidade total que compromete outras áreas de prazer. A disposição hedonista reflete uma atitude individualista perante a vida e acaba por condicionar a opção de entrar mais cedo na parentalidade.

“Eu acho que é mesmo puro egoísmo. Eu acho que se nós não deixarmos de pensar em nós, só em nós, não temos disponibilidade para.... Quero ir ali, quero fazer isto e aquilo, e o outro, quero estar disponível. Se tiver um bebé não pode fazer, tem que abdicar de várias coisas. É uma questão de opção”.

A sua disposição hedonista é mais forte que a disposição adormecida para a maternidade, mas que Filomena, de forma não consciente, também expressa de diferentes formas. Ao estabelecer uma comparação com a cunhada, revela que sempre sentiu esse apelo e que, inclusive, sentia uma intuição forte sobre o sexo do primeiro filho.

“Ela [cunhada] tem 34, queria ser tia já há muito tempo. Mas ela não sente [risos] e já perguntou tipo: “Tu com a minha idade já sentias esse apelo?” E eu já tinha, só que depois pronto, a vida, não surgiu. Eu sempre tive essa vontade e sabia que ia acontecer, tinha essa convicção. E sabia que interiormente, não tem nada a ver, mas que ia ter um menino, que era um menino. Quando fiz a ecografia a médica disse: “É um menino”, eu disse: “Já sabia, sempre soube que ia ser um menino”, no segundo já não”.

Filomena equaciona a possibilidade de ter mais de dois filhos se tivesse entrado mais cedo na conjugalidade.

“Acho que não teria feito nada. Tenho pena de não ter sido mãe mais cedo. Porque se calhar se tivesse sido mãe mais cedo teria tido o terceiro filho, mas as coisas foram assim”. Após ter concretizado o desejo de ter pelo menos dois filhos: (...) [S]abia que um segundo filho teria sempre, estava definido” e acentua que o segundo filho devia ter uma idade próxima: “Nós tínhamos o segundo e foi rapidamente para que eles não tivessem uma grande diferença de idades e no segundo não foi nada equacionado, esse tipo de preocupações”.

No entanto, devido à sua idade viu frustrado o sonho de um terceiro filho: “Acho que neste momento já não me vejo a ter um bebé. As coisas já estão... acho que já é tarde para ter um bebé, nesta altura”. Filomena faz uma análise crítica sobre o facto de não ter parado para refletir sobre o desejo de ser mãe, e de como casal não terem planeado a entrada na parentalidade. E amplia essa crítica à atitude individualista do irmão e da cunhada, agravada pelo facto de nem equacionarem essa possibilidade.

“Nós não percebemos, mas o tempo passa muito rápido e foi assim. Foi assim. Eu olho para o meu irmão e acho que ele ainda é pior porque não os vejo minimamente preocupados. Nós tínhamos esse interesse, essa vontade em sermos pais, eles não têm. Eles vivem os dois [irmão e cunhada], porque vivem para eles”.

Ao fazer o balanço da entrevista, partilha que a retrospectiva sobre o seu curso de vida na entrada tardia na parentalidade esteve efetivamente associado a ausência ao longo da sua trajetória de uma atitude mais reflexiva: “Não ter parado para pensar. Não ter parado para pensar”. No seu discurso, acaba por estar latente o efeito que uma disposição mais hedonista poderá ter tido nas suas decisões, nomeadamente de entrada na parentalidade:

“ (...) [V]amos andando, vamos tentando viver os momentos. Não nunca tinha pensado assim nas coisas dessa forma”.

A identidade revista na perspectiva da disposição para a maternidade

Ao refletir na sua experiência de maternidade Filomena partilha o sentimento de gratificação que nutre pelos filhos: “Aquilo que eles nos dão, sem pedir nada em troca”, sente que lhe vieram dar um novo sentido à vida: “Acho que é tudo, faz toda a diferença e acaba por deixar tudo para trás e aquela é a nossa preocupação, o nosso objetivo, é...”. A sua disposição para a maternidade preenche o espaço ocupado, ao longo de um período significativo da sua trajetória, pela disposição hedonista. Filomena fixa-se na parentalidade: “Deixar de perder tempo com determinadas coisas. Não posso perder tempo, tenho outras prioridades, as coisas mudam [risos]”. As prioridades dos filhos passam a ser as suas: “A tentar dar-lhes tudo aquilo que eles precisam, todo o apoio, tudo aquilo que eles necessitam, todo o apoio incondicional”. Ao escutarmos atentamente a sua história, percebemos que, em parte, a sua identidade se define pela maternidade.

Eles os dois têm sido... A evolução deles tem sido tudo uma novidade, é tudo uma novidade. Apesar do Mário ser mais novo, eles são completamente distintos. E é muito engraçado lidar com os dois e têm os dois a mesma educação mas reagem de forma diferente. Aprendemos muito. É muito engraçado, muito, muito, muito!”.

Neste contexto, a sua disposição de competência é ativada, assumindo uma atitude de aprendizagem continua com os filhos: “Têm-me ensinado a tentar ser boa mãe, a tentar... [risos]”. E, assim, Filomena forma a autoimagem de ser uma mãe competente: “Acho que sou uma boa mãe [risos]”, definindo de forma clara as suas preocupações: “Acho que tenho, pronto, a preocupação primordial é o bem-estar deles, a estabilidade deles, é tentar que eles sejam boas pessoas, que estejam bem e felizes e tentar com que isso aconteça”. Nesta perspetiva, considera que é fundamental dar o exemplo: “O exemplo. Acho que o exemplo é essencial, aquilo que eles vêm, copiam e tendem a repetir”. A educação reveste-se de particular importância, nomeadamente, educar para os valores, recorrendo a uma estratégia de diálogo constante.

“Valores, o respeito, eu acho que é muito importante, ter em consideração, o respeito pelo próximo, a educação, tentar falar muito com eles, não lhes esconder as coisas e explicar o porquê, o porquê de determinada situação porque é que não pode ser, porque é que pode ser, explicar-lhe as coisas, acho que é muito importante explicar para eles perceberem as coisas”.

Nessa linha, o casal decide matricular os filhos num jardim-de-infância e escola pertencentes a uma congregação da igreja católica, sob influência dos seus contextos de socialização primária. A mãe e pai, embora não sejam praticantes, foram educados segundo a doutrina desta igreja: “Tem a componente cristã que acho que acaba por deixar uma sementinha. Eu sou cristã, mas não sou praticante”. Ambos pensam que a orientação escolar ministrada neste contexto vai contribuir para a formação pessoal dos filhos.

“(...) [E]les estão os dois nos [nome da instituição religiosa]. O Rui estudou lá e gostou muito de lá ter estudado por causa dos valores que acabam por ser incutidos e que poderão influenciá-los na vida deles futura, foi uma opção nossa e portanto, não sei se foi a melhor, mas foi a que nós tomámos.

A preocupação de Filomena com a educação dos filhos surge associada aos valores, mas também tem presente a perspetiva da capacitação para saber fazer, do desenvolvimento de competências pessoais e sociais que lhes permita evoluir na sociedade: “Ter bons valores para que eles possam seguir para a frente sozinhos. (...) [Q]ue eles tenham educação em casa e educação, formação a nível de escolaridade, que sejam boas pessoas e tenham as ferramentas necessárias para poderem andar para a frente”.

A visão de Filomena tem subjacente um medo quase catastrófico, com o futuro da sociedade que, inclusive, a levou a ponderar se devia ter filhos: “Toda a conjuntura mundial, tudo. Mesmo antes de engravidar, pensava em tudo e mais alguma coisa. E pensava se seria justo colocar uma criança neste mundo porque acho que isto está muito complicado”. Quando tenta concretizar verbaliza: “Tudo [medo], às vezes nem penso”. Depois de entrar na parentalidade mantém esta angústia existencial: “No futuro tenho grandes preocupações, grandes, grandes, grandes”. Filomena faz o retrato de um mundo na linha da sociedade de risco teorizada por Beck (2002), caracterizada por riscos incalculáveis, imprevisíveis e invisíveis, a nível universal e local: “Não sei, vejo uma grande instabilidade, (...) [N]ão sei o que é que vai acontecer, a nível mundial, a nível da Europa, tudo. Acho que está tudo muito diferente, também há coisas boas, mas é tudo uma preocupação”.

“A principal preocupação... Acho que é tudo muito vago, que eles estudem, que entrem no mercado de trabalho, as coisas mudam constantemente e tão facilmente, que é tudo... Nem sei se vale a pena estar-me a preocupar com isso agora, é acompanhá-los no presente e tentar que as coisas corram bem. E apoiá-los para que eles possam voar depois sozinhos... Dar-lhes as ferramentas necessárias e fazer a vida deles”.

Este sentimento de vulnerabilidade também está associado à consciência de que a sua capacidade de controlo sobre a vida dos filhos não é absoluta o que, aliás, é inerente ao próprio processo de emancipação. A necessidade de controlo, de garantir que tudo corre bem, acaba por estar muito próxima da disposição de competência e do empenho em assumir uma parentalidade responsável. Filomena procura, assim, conciliar as várias dimensões da sua vida de forma a ter disponibilidade de tempo para acompanhar de perto as crianças: “O tempo passado com eles, tentar ajudá-los a crescer de forma saudável e acompanhá-los, acompanhá-los nas diversas vertentes na vida deles”. A sua disposição pragmática é um recurso interno que a ajuda a redimensionar as grandes preocupações futuras e a concentrar-se nas necessidades do presente.

“Sim, tentar acompanhá-los e perder mais algum tempo com ele, este ano as coisas já foram diferentes, mas daqui para a frente ter mais disponibilidade para eles, é difícil. Mas temos que fazer aqui uma gestão muito grande de tudo, mas tentar acompanhá-los. E pronto, ao longo do percurso deles é sempre uma preocupação, se as coisas estão a correr bem e depois são todos os fatores externos, emprego, instabilidade, é tudo. Mas tento não ir por aí, deixar andar porque se não avançamos, não fazemos mais nada, e viver o presente”.

Do ponto de vista objetivo, o seu principal desafio é ter disponibilidade de tempo para estar com os filhos. Ao fazer um esforço para identificar eventuais problemas com que se tenha confrontado depois de entrar na parentalidade, refere: “Acho que foi tudo tão natural que... eu não sei. As coisas vão acontecendo”. Apenas lhe vem à memória um episódio em que o primeiro filho esteve doente e ficou especialmente assustada, mas que também relativiza com o facto de ter sido a primeira vez que se confrontou com uma situação desse tipo.

“Não, só quando eles estavam doentes. Mas depois quando foi com o [nome do filho mais novo] já sabíamos como as coisas funcionam. Lembro-me a primeira vez (...). [A]a minha mãe telefonou-me: “O [nome do filho mais velho] está com 39 não sei o quê de febre” e eu saí a correr, desorientada, cheguei lá ele realmente estava com muita temperatura e estava a subir. Liguei à pediatra, desorientadíssima. “Não, com muita calma, sim mãe, então já lhe deu Benuron? Já viu como é que foi evoluindo?” Ela estava super calma. E eu pensei assim: “Realmente calma, calma”. Lá está este foi o primeiro, é tudo novidade”.

As suas disposições, pragmática e de competência, permitem-lhe simplificar as coisas e a ver em tudo uma oportunidade de aprendizagem.

“Eu lembro-me quando fui às primeiras consultas de rotina com o [nome do filho mais velho], lembro-me, levava um saco cheio... fraldas, dodots, pomadas, uma muda de roupa, levava o saco cheio e lembro-me da pediatra dizer: “Vê-se mesmo

que é o primeiro”. (...) [E] lembro-me de ir às consultas com o [nome do filho mais novo], com uma fralda dentro da minha mala, Dodot lá dentro e tipo: “Se acontecer alguma coisa, eu troco-lhe”. É completamente diferente. É tudo diferente. É mesmo tudo diferente. [risos] e acho que nos vamos adaptando”.

As disposições para a maternidade e competência versus a disposição para a paternidade

Como verificámos, a disposição para a maternidade é um desejo que tem por referência o modelo materno. As suas palavras traduzem o prazer que sentiu ao ser mãe, expressam um sentimento de plenitude que a levam a desejar não só ter sido mãe mais cedo, mas também a ter oportunidade de ter tido três filhos, desde logo na expectativa de ter uma filha: “A minha grande satisfação de ser mãe, acho que... adoro crianças, adoro bebés, é... sinto-me plenamente bem, satisfeita. E nesse sentido que sei agora, não me importava de ter outro bebé, não me importava de ter uma menina, adorava ter uma menina. Mas adoro ter os dois cá. Mas é assim”.

O facto de ser mãe aos 35 anos para além de estar relacionado com uma longa trajetória de namoro, também está relacionado com uma bifurcação inesperada numa trajetória linear, uma vez, que a primeira gestão não foi bem sucessiva por se tratar de uma gravidez anembrionária: “Entretanto quando soubemos que possivelmente iríamos ter um bebé, ficámos os dois muito ansiosos, devido à primeira gravidez”. Contudo, perante o desejo de serem pais decidiram correr o risco de avançar para uma nova gravidez, um tempo vivo com grande ansiedade e expectativa: “(...) [E] até percebermos que estava tudo bem, foi uma fase muito instável, insegurança e ansiedade. Entretanto, fomos passando todas as fases, fizemos os exames necessários e percebemos que estava a evoluir favoravelmente e que estava tudo bem com o bebé”. O nascimento do filho foi sentido como uma grande mudança para si: “Uma grande mudança”, com impacto na conjugalidade.

“Tentamos arranjar sempre algum tempinho para nós, embora não seja nada fácil. Nada, nada, nada. E depois também já estamos muito habituados, há imenso tempo a não ter nenhum fim-de-semana. E o fim-de-semana que conseguimos tirar estava eu gravidíssima do [nome do filho]. E ainda não conseguimos tirar outro fim-de-semana, temos que tirar, temos que tirar. Eu já disse ao [nome do marido]: «Quando eles já não quiserem ficar com os avós nós, não conseguimos tirar nenhum fim-de-semana porque depois eles já não querem». E ainda não conseguimos tirar porque acabamos sempre por optar por ir os quatro”.

O nascimento do filho implicou uma atitude de abertura do casal a um terceiro elemento, disponibilidade de tempo, capacidade de mudança, perante as necessidades de uma criança, e de aprendizagem continua.

“Foi ótimo, mas, deixámos de ser dois para passar a ser três e foi uma grande responsabilidade porque um bebé é uma responsabilidade enorme, vitalícia. E tivemos que nos adaptar aos poucos e poucos. Fomos crescendo os três. Fomos crescendo os três e com a segunda gravidez nota-se uma diferença muito grande”.

Por sua vez, o nascimento do segundo filho é percecionado por si como um novo desafio: “Por acaso não senti, mas percebi logo que o risco fosse maior”. Com base na primeira experiência, Filomena percebe que é um teste ainda maior à relação e coesão do casal: “É mais trabalho, mais dedicação, temos que nos desdobrar e depois às vezes pode faltar tempo para o casal. E é muita coisa”. O cuidar dos dois filhos pequenos aumenta a exigência de conciliação de papéis que recai sobre si.

“Tinha que lhe dar muita atenção porque era muito bebé, tinha que ter atenção ao mais velho porque embora fosse pequeno, tinham apenas diferença de dois anos e ainda muito bebé, tinha que dar também atenção, a nós enquanto casal, atenção à casa. Atenção a tudo. É uma quantidade de ...”.

No entanto, sente que as aprendizagens com o primeiro filho acabam por facilitar a adaptação do casal e, em particular, a sua capacidade de resposta pragmática.

“(…) [E]u acho que a passagem de um filho para o segundo é um grande teste ao casal, acho que é um teste enorme à estabilidade familiar porque é mais trabalho. Embora já sabíamos como as coisas funcionam com o primeiro, acho que é uma grande mudança, um grande teste, um grande teste ao casal”.

Neste contexto, sente que o seu principal desafio é a falta de disponibilidade de tempo para conciliar todos os papéis e tarefas: “Falta de tempo. Disponibilidade”. Relativamente à presença do pai, adianta que optaram pela licença parental partilhada: “Tive o máximo, cinco meses (...), [N]ão tive corte, nem penalização. E fizemos a licença partilhada, fizemos os dois. O pai. Nós estivemos em simultâneo”. Esta opção prende-se com a importância do casal partilhar os primeiros meses de vida os filhos: “Para estar o máximo de tempo com eles e para lhes dar apoio porque a minha prioridade era aquela e se podia usufruir... Até se fosse mais tempo acho que não fazia mal, acho que que aqueles primeiros tempos são muito importantes”. Caso contrário, o pai tinha direito a 15 dias úteis, seguidos ou interpolados, pagos na íntegra, mas este período foi considerado

insuficiente por parte do casal: “Ele tinha direito, tinha direito no primeiro período, quando o bebê nasce”.

Todavia, distingue o tipo de desempenho dos papéis da mãe e do pai, assumindo Filomena o papel de cuidadora principal: “Eu tive o tempo todo em casa com eles, sempre com eles. E ele ausentava-se quando era preciso, há uma ligeira diferença”. A sua disposição para a maternidade surge naturalmente associada a uma disposição de competência, inerente a um sentimento inato de segurança da figura materna: “Eu acho que é inato. Acho que conosco é diferente, acho que nós, sem saber, porque é tudo uma novidade, mas acho que vamos desbravando terreno e não temos medo. Eu acho que com o homem acho que há algum receio. Não é nada de extraordinário”.

Aponta como uma das razões dessa diferença, as próprias características biológicas da mulher: “Se o bebê quisesse comer, eu dava maminha ou dava-lhe papá no início, depois... Eu acho que é tudo diferente, apesar...”. Filomena, apesar de demonstrar alguma renitência, refere-se também a características associadas ao género: “Não sei, talvez por uma questão de segurança, não sei. Não sei explicar. Acho que é diferente o género. Acho que é diferente, a mãe e o pai. Acho que agora já não se nota tanto, as coisas são mais equilibradas”. O sentimento de insegurança do pai manifesta-se sobretudo quando as crianças são muito pequenas, nesta fase necessita de ter apoio na prestação de cuidados, como refere Filomena: “Com ajuda”. O pai sentia que poderia não estar à altura: “Poder não conseguir... desempenhar o papel a cem por cento”. Filomena sentia que o pai tinha algum medo de falhar: “(...) [N]aquela fase acho, talvez algum receio por parte do pai, ficar sozinho com eles” e dá um exemplo da diferença de segurança entre eles: “Sim, banhos também dávamos... é diferente, é tudo diferente. Acho que é tudo diferente”. A segurança do pai aumenta à medida que as crianças vão crescendo: “À medida que eles vão crescendo, vão ficando mais autónomos e as coisas vão ficando... começam a ser diferentes. E agora não, não tem qualquer problema, fica com eles, consegue assegurar as coisas sem problema algum”. Todavia, a diferença que observa entre si e o marido não são tema de conversa entre o casal: “Acho que não, acho que não falamos sobre isso”.

A partir das suas crenças sobre a diferença entre os sexos e a sua experiência neste processo de adaptação a uma nova fase da vida da família, Filomena sublinha o papel que teve e o importante papel da mulher, em geral: “Fui limando as arestas”. Ela sente que a polivalência feminina é uma capacidade especialmente relevante neste caso: “Que tinha que dar apoio. Somos mulheres, nós vamos a todas. Somos mulher, profissional, tudo. E

tentar conciliar as coisas e perceber que tinha que ter tempo para tudo. Tinha que ter.... para o bebê”. Assim, desde o primeiro momento que convoca para si o difícil exercício de conciliar a vida profissional e a vida familiar.

O pilar da cooperação de casal: entre o cuidar e a realização de tarefas doméstica

Filomena não cede perante o acumular de trabalho. A sua prioridade é cuidar dos dois filhos e é nisso que se empenha: “É mais trabalho, mais dedicação, temos que nos desdobrar e depois às vezes pode faltar tempo para o casal. E é muita coisa”.

Autores de referência na área da psicologia Belsky e Kelly (1994) apontam a transição para a parentalidade, o confronto com o filho real, como uma bifurcação na conjugalidade, exigindo especial capacidade de adaptação. O estudo longitudinal de Cowan e Cowan (1992), durante 10 anos, nos Estados Unidos, retrata amplamente os desafios com que os casais se deparam nesta fase do seu curso de vida.

Os primeiros meses de vida dos filhos exigem muita disponibilidade e Filomena sentiu particular dificuldade em conciliar todas as tarefas: “É difícil de gerir, é ali temporário”. A colaboração do pai foi importante: “Conseguimos organizar. O [nome do marido] ajudava-me bastante”. Nesta fase, Filomena sublinha a importância de o pai ter tirado a licença paternal inicial e partilhado a licença parental. A cooperação do casal no cuidado aos filhos mantém-se até ao momento atual: “Partilhamos muitas tarefas, e atualmente também, temos as coisas divididas”. Filomena ilustra a sua afirmação com a descrição de um dia na vida quotidiana do casal, com um filho de quatro anos e outro de seis anos que frequentam a mesma instituição de ensino.

“De manhã despachamo-nos, somos os dois que os despachamos, somos os dois. Normalmente vão comigo de manhã, o [nome do marido] prepara o pequeno-almoço, tomam o pequeno-almoço, eu arranjo a roupinha deles, eu depois entretanto desço para tomar o pequeno-almoço e o [nome do marido] vai-os vestindo, penteamos, fazemos tudo, tudo a meias. Depois, entretanto, vou levá-los à escola e ir buscar ou vai um ou vai outro”.

Essa cooperação reflete-se na conciliação da vida família com a vida profissional, e com manutenção de uma relação de proximidade com a família alargada, nomeadamente da parte do marido: “(...) [C]onseguimos conjugar as coisas assim. Eu almoço no serviço e ele normalmente vai almoçar com os pais e é uma forma também de estar com os pais e conseguimos conciliar as coisas assim”. Não obstante a cooperação que existe, a narrativa

de Filomena ocorre na primeira pessoa do singular, sobressaindo o esforço que faz para conseguir conciliar tudo.

“É muito trabalho, mas a recompensa é enorme. E... não é fácil trabalhar, conciliar a casa, tudo o resto e as crianças. O [nome do filho] agora já está no primeiro ano já precisa de outro tipo de atenção que no pré-escolar não é necessário. Pronto e a pouco e pouco vamos crescendo. Quando levava os dois para o pré-escolar, ia levá-los até mais tarde. E depois quando se estava a aproximar do início do ano letivo, do primeiro ano, eu pensava “Como é que eu o vou conseguir levar mais cedo? E consegue-se”.

Relativamente à educação, considera que se complementam e que as diferenças podem ter algum benefício, uma vez, que o pai tem um papel mais ativo a brincar com os filhos.

“Acho que acabamos por ser dois pratos da balança e tentamos encontrar ali um equilíbrio nas nossas diferenças. Eu sou mais exigente e tento fazer perceber ao [nome do marido] que não pode facilitar tanto as coisas, que não é bom, que não vai ser bom no futuro deles, na forma de eles estarem. Devia ser um pouco mais rígido, ele é muito mais brincalhão do que eu. Embora brinque muito com eles. Acho que nos complementamos”.

Essa complementaridade do casal é essencial para si: “É importante porque proporciona estabilidade ao casal, e à família...”. As divergências são conversadas na ausência dos filhos: “Lidamos... é assim quando há coisas a falar, não falamos à frente deles. Tentamos que eles não percebam quando há divergência”. Estas prendem-se, sobretudo, com a adoção de diferentes estilos educativos: “Sim, coisas sobre eles, mas é mais a nível de comportamento [dos filhos]”. A sua disposição para a autoridade leva-a a assumir o papel central na educação para as regras e limites, por contraponto com o pai que, na sua opinião é demasiado permissivo.

“Eu às vezes acho que o [nome do marido] é mais permissivo do que eu e digo: “Rui...” e estou sempre a chamá-los à atenção. Estou a chamar a atenção o tempo todo. E depois penso, depois sou eu a má [impercetível] mas dou-lhe muito carinho, eles também são muito meiguinhos, mas tenho que impor ali algumas regras”.

A relação de cooperação no casal é um aspeto essencial para desempenho satisfatório do papel parental: “Se não existisse não era fácil”. A estratégia de cooperação assenta no diálogo, negociação, tolerância e cedência: “(...). [A]cho que tem que a ver aqui um ponto de equilíbrio e temos que nos entender, é necessário muito diálogo e muito jogo de cintura, cedências para nos entendermos, pronto”. A sua disposição pragmática é ativada na forma prática como se refere à generalidade da vida familiar, não identificando especiais preocupações: “Neste momento, não encontro grandes dificuldades, é tudo

muito relativo com eles os dois, não há assim grandes preocupações ainda”. Por sua vez, esta disposição é uma ferramenta para resolver através do diálogo os problemas que possam surgir: “Nós os dois, nós os dois conversamos muito e tentamos resolver as situações, e cada vez mais nós os dois”. E à medida que adquire mais experiência, procura ganhar autonomia em relação ao recurso à rede de suporte informal, em concreto da sua mãe: “Não sei, falo com a minha mãe, falámos muito nós os dois”.

Quanto à partilha das tarefas domésticas, Filomena também considera que o marido, em geral, colabora: “Também cozinha, anda muito lá fora. Temos um espaço exterior grande, anda muito lá fora e eles andam atrás do pai, as plantinhas, andam sempre atrás do pai”. No entanto, segmenta o trabalho doméstico entre as tarefas no interior da casa e no exterior: “Eu estou mais em casa e o [nome do marido] está mais no exterior”. Só quando em entrevista, é questionada sobre as tarefas que cada um efetivamente realiza, é que Filomena expressa que as tarefas domésticas estão sobretudo a seu cargo e que o marido dedica-se mais à jardinagem e a brincar com os filhos.

“Sim, a base é minha mas o [nome do marido] coopera muito, ajuda bastante, mas lá está passa a maior parte do tempo, a maior parte do tempo lá fora. Eles vão muito lá para fora com o pai e depois tenho que ir lá também, estar lá um bocadinho para também participar”.

Essa divisão do trabalho em casa é vivido por si sem qualquer tipo de conflitualidade interna. A disposição pragmática ajuda-a a encarar as coisas com naturalidade. Por um lado, o marido coopera consigo e, por outro lado, ambos têm o tempo muito ocupado.

“Acho que sim, o [nome do marido] também se queixa do mesmo [falta de tempo]. No fim-de-semana penso: "Vou fazer isto, isto e isto com eles" e o fim-de-semana passa e eu não consegui fazer o que pretendia fazer com eles, porque há sempre coisas para fazer e o [nome do marido] a mesma coisa”.

A centralidade do tempo para a parentalidade nas políticas de conciliação

O tempo é a dimensão mais referida ao longo da entrevista, assumindo o papel protagonista na vivência da parentalidade de Filomena. Na hipótese imaginária de estarmos perante um discurso dramatúrgico, poder-se-ia dizer que o enredo desta história é a parentalidade desenvolvida a partir do diálogo entre duas personagens: “Filomena” e o “Tempo”. Esta imagem, ainda que seja excessiva para a investigação, tem a vantagem de contribuir para se captar de forma mais aprofundada, o significado que esta dimensão assume na sua

narrativa. Assim, as medidas de conciliação da vida familiar com a vida profissional constituem o vetor central das políticas de promoção e apoio à parentalidade.

Filomena esforça-se por viver o seu novo papel de acordo com a representação que tem de si enquanto mãe, um papel que passa a fazer parte integrante do seu Eu mais verdadeiro. A microssociologia de Goffman sobre o estudo das interações (Lahire, 2012) contribui para se aprofundar a análise do processo de construção identitária do papel de Filomena: “Através da disciplina social, a máscara de uma atitude pode, portanto, ser firmemente mantida, a partir de dentro” (Goffman, 1993: 74). O tempo é um elemento importante deste processo, faz parte da sua preparação para o desempenho do papel parental, para a compleição de si enquanto pessoa, da sua máscara. Tal como numa dramaturgia, ser bom ator é algo que exige “uma aptidão profunda, uma preparação demorada e uma capacidade psicológica peculiar” (Goffman, 1993:90). O tempo sustenta a coerência expressiva do seu desempenho, da vivência da sua forte disposição, da aptidão, para a maternidade.

Na conceção que forma de si, o empenho que coloca na construção do papel parental é acompanhado de um esforço idêntico de manter um bom desempenho profissional. Trata-se, pois, de manter a coerência expressiva exigida pelo desempenho, garantida por uma boa integração do “eu individual” e do “eu social” através de um processo de autoconsciência do sujeito em ação (Goffman, 1993). O nível de segurança ontológica de Filomena facilita-lhe a perceção de ter um bom desempenho perante a audiência, tanto no contexto familiar, como no contexto profissional.

Assim, após o nascimento dos filhos, o casal opta pela licença parental partilhada que lhe permite estar mais tempo com eles, sem penalização salarial, e em seguida a mãe decide solicitar a jornada contínua aplicável, entre outros casos, a progenitor com filho até aos 12 anos. Relativamente à licença parental, considera que devia ser mais longa: “Mais tempo... custou-me ao início ir trabalhar dos dois [filhos]. Achei que mais tempo não fazia mal nenhum”. Quanto à opção seguinte, entendeu requerer, logo à partida, o direito à jornada continua: “Porque eu disse que precisava de tempo, precisava de tempo para os auxiliar, para ter tempo para eles em casa e achei que sim, que era melhor para mim. E estou muito contente [risos]”. O pai, pelos motivos expostos anteriormente, não fez a mesma opção: “Exato, mas para ele esse tipo de horário [jornada continua] não lhe interessa”. Todavia, de acordo com expectativas de Filomena, o horário normal de trabalho

de oito horas, com intervalo para almoço, seria um fator de *stress* acrescido, sem benefícios a qualquer nível.

“Eu pedi a jornada contínua para conseguir, para ter mais tempo, para ter tempo ao almoço. E pedi quando aumentaram, quando passaram para as oito horas diárias e aí pensei: «Não dá». Se chego um bocadinho mais tarde, saio daqui tardíssimo, jantares, banhos e não é fácil, e então pedi uma jornada contínua e estou muito contente, acho que é muito bom, aproveito melhor a vida”.

A referência à necessidade de outras medidas de apoio à parentalidade é pontual e, à partida, não conta com o apoio público: “Era tudo pelo privado, o médico antes de eles nascerem e depois de eles nascerem era a mesma coisa. Nós já estamos habituados, mas se houvesse algum incentivo era bem-vindo e se calhar as pessoas pensariam de outra forma”.

Da sua experiência, não equaciona a possibilidade de vir a beneficiar de algum tipo de apoio, mas considera que todas as medidas de promoção e apoio à parentalidade são importantes: “Todo o apoio possível era bem-vindo”. Ainda teve a expectativa de receber apoio financeiro, mas não se concretizou: “A nível de abonos não recebi nada, quando eu ia começar a receber do [nome do filho], não recebi, terminaram”. No entanto, considera que mesmo na hipótese de receber algum subsídio, seria sempre um valor residual: “Isso é tão insignificativo que não é por aí”. Na verdade, desvaloriza a importância que os incentivos financeiros têm na promoção da parentalidade. A razão principal é o desejo, ou não, das pessoas terem filhos.

“(....) [A]cho que é uma questão muito pessoal. Mesmo em termos de incentivos, a licença de maternidade e tudo isso, não é por aí que uma pessoa pensa ter mais um filho, pelos incentivos que nos são dados. Acho que as pessoas por aí não pensam ter mais filhos. Acho que é uma questão pessoal, uma satisfação, uma vontade”.

Por sua vez, no âmbito das políticas de parentalidade, Filomena adianta uma perspetiva de flexibilidade das medidas para que as famílias tenham oportunidade de fazer escolhas de acordo com as suas necessidades específicas. A sua disposição pragmática estimula um pensamento operacional sobre a diversidade e complexidades da vida familiar.

“(....) [E]eu acho que isso são os próprios que têm de se orientar, têm que perceber qual é a realidade. Não é ninguém do exterior, até poderá ser o despertar para isto ou aquilo, acho que só quem está naquele espaço é que se tem que questionar e adaptar àquela realidade, o que é que é melhor e como é que as coisas podem funcionar melhor”.

No seu caso, o forte desejo de ser mãe leva-a a sentir necessidade de tempo para estar com os filhos: “Eu senti falta de tempo, essencialmente” e reforça, mais uma vez, a importância do prolongamento da licença parental: “No início. Acho que é muito importante [prolongamento da licença de parental]”, reafirmando: “(...) [A]cho que isso seria muito importante, mais tempo com eles no início de vida”. Efetivamente o tempo é uma dimensão importante para o desempenho, com qualidade, dos seus diferentes papéis. A sua disposição de competência a isso determina. Filomena critica a cultura organizacional ao estabelecer uma correlação direta entre o número de horas e a produtividade do trabalho.

“No meu caso, se conseguir conciliar as coisas, casa, família com o trabalho, se me conseguir orientar, o meu desempenho é bom. Agora se eu não conseguir organizar-me em casa, com a família e depois mais o trabalho, mais aquelas horas que uma pessoa tem que fazer, porque tem aquelas horas... Acho que as coisas não funcionam. Acho que se houver estabilidade é muito mais fácil as coisas seguirem o seu rumo e serem bem-feitas. Se houver estabilidade, se não houver estabilidade o desempenho poderá vir por aí a baixo”.

A autorrealização familiar e profissional impulsiona Filomena a assumir um comportamento reivindicativo junto da sua entidade patronal para conseguir a prorrogação da jornada continua. Tratando-se de uma instituição pública que, enquanto tal, pugna pela efetivação dos direitos laborais, tinha a expectativa do pedido ser naturalmente aceite, mas a trama da representação de papéis é complexa. E, efetivamente, Filomena acabou por ficar surpreendida com a resistência que encontrou e a burocracia do processo. Apesar de a medida estar consignada na legislação laboral, a cultura organização pode ser cética⁷¹ relativamente à sua eficácia, tendendo, assim, a garantir a manutenção do controlo perante um gesto que é diferente da tradição oficialmente projetada (Goffman, 2003). Esta atitude reflete que é lenta a tendência de mudança do paradigma cultural dominante no sentido de uma maior conciliação da vida profissional com a vida profissional.

“(...) [E]u já disse ao meu chefe: «Eu todos os anos tenho que pedir a renovação da jornada». E houve um ano, não foi este ano, foi o ano passado, em que eu fiz o requerimento, expliquei todas as situações e a colega de [nome da localidade onde está sediado o serviço central] (...) [P]ediu-me inúmeras coisas: a minha morada; se ia de carro ou se ia de transportes públicos; o meu marido, o horário de trabalho do meu marido; o horário dos miúdos; pediram-me assim uma

⁷¹ Como sustenta Goffman: “(...) [S]abemos que a audiência é secretamente cética quanto à realidade cuja impressão procuramos transmitir-lhe (...). (...) até mesmo audiências simpatizantes são suscetíveis de se sentir perturbadas, chocadas e atingidas na sua confiança, pela descoberta de qualquer discordância mínima nas impressões que lhe são propostas” (Goffman, 1993: p.67).

quantidade de coisas, e eu fiquei escandalizada. Pensei: «Então mas eu tenho os miúdos..., o meu diretor regional diz que não prejudica o serviço, está tudo bem e depois há pessoas aqui com a jornada contínua. Tinha uma colega que tinha quatro filhos, o outro colega já não tem, mas tem outro tipo de problemas e pensei «A minha morada? Se vou de autocarro ou se vou de carro? Tenho que estar a incomodar o meu marido a pedir-lhe o horário dele, mas isto é vergonhoso, acho que isto é...». E disse ao meu chefe: «Foi a melhor coisa que me tinha acontecido, se me tiraram a jornada contínua o meu desempenho aqui começa a ser diferente, porque é mesmo... foi o melhor que me podia ter acontecido». Entretanto, foi aprovado. (...) [F]oi renovada, mas estas seis horas dou o meu melhor, aliás sempre foi assim, mas é mesmo bom, fico mesmo contente por ter a jornada contínua porque me facilita muito a vida. Acho que é muito bom”.

Assim, para Filomena a opção por essa medida não só aumenta o seu nível de bem-estar e satisfação com o trabalho, como por consequência potencia o seu rendimento. Neste sentido não concebe que a jornada contínua possa prejudicar a sua avaliação de desempenho e carreira profissional. Contudo, tem consciência que a cultura organizacional ainda é conservadora e nem sempre novas opções são bem aceites, como é o caso.

“Eu acho que não, porque depende de quem for avaliar a sua situação, mas na minha situação concreta, eu acho que não me penaliza porque a nível de desempenho eu acho que não há motivo para isso. Mas mesmo estando, lá está, sem jornada contínua poderia ter um desempenho inferior ao que tenho, por isso não acho que é por aí, mas poderá não ser visto com bons olhos”.

Na sua opinião, os apoios são especialmente importantes para as mulheres: “Eu acho que principalmente às mães, dar-lhes apoio a nível de disponibilidade de tempo, acho que é muito importante”. Da sua experiência, não concebe que a opção da mulher por tais medidas produza efeitos discriminatórios em relação ao homem, mas equaciona a hipótese de esse problema se colocar em mercados de trabalhos mais competitivos: “Da minha experiência, não. Mas poderá ser um fator penalizador, são prioridades, são opções (...). [P]ois, para quem está num mercado de trabalho mais competitivo, poderá ser um fator de penalização para a mulher”.

Ainda que seja defensora da igualdade de género e pugne por isso na sua família, mais uma vez, a sua disposição pragmática, leva-a a analisar a sociedade, em termos gerais, e a considerar que a mudança tem sido lenta: “É como eu digo, a mulher antes estava em casa e conseguia assegurar as coisas, não é? Estava o tempo todo em casa, filhos, casa. Agora é diferente e nós passamos muito tempo fora, muito, muito, muito tempo e conseguir conciliar tudo é uma grande ginástica”. E apesar do homem já ter um papel mais ativo continua a não existir equilíbrio na partilha das tarefas domésticas: “Eles

participam mais, mas elas é que estão mais em casa e sempre tiveram e participam...”. Aqui, observa-se a sua própria crença, não consciente, nas diferenças de género que, aliás, acaba por estar latente no seu discurso sobre a vida quotidiana da família.

Na perspetiva de conciliação da vida profissional com a vida familiar, coloca também a possibilidade do trabalho a tempo parcial: “O facto de poder passar mais tempo com eles era muito importante ou trabalho em tempo parcial, uma redução significativa. Durante um período mais alargado, acho que era muito importante”. Dá o exemplo, de trabalhadores da função pública que fazem essa opção: “Que eu tenha conhecimento, na função pública, algumas pessoas fazem essas opções de redução de tempo”. Todavia, dúvida da adesão das famílias a uma medida que implica redução salarial: “(...) [F]alou-se no tempo parcial, era tempo parcial também com o vencimento em função desse tempo, não sei se poderia ter alguma viabilidade ou não”.

Em termos globais, a grande aposta de Filomena é inequivocamente na jornada contínua: “(...) [S]e calhar o empregador não vê com bons olhos... [M]as eu falo no meu caso. (...) [E]u aproveito ao máximo aquelas seis horas e aproveito em termos de trabalho ao máximo e tento rentabilizar aquele tempo porque me sinto bastante satisfeita com esta medida”. E acentua a importância que sente de ter disponibilidade de tempo: “Sinto falta de tempo. Uma enorme falta de tempo”, referindo-se à disponibilidade que precisa para cuidar dos filhos: “Talvez, eu acho que eles continuam sempre a precisar de apoio”. Filomena reflete sobre aceleração do tempo na parentalidade: “(...) [É] muito rápido, muito rápido, passa tudo muito rápido e já pensei nisso, aos 12 anos eles ainda são muito pequeninos e perco a licença”. Aqui introduz uma proposta que ainda não tinha equacionado, a prorrogação do direito do progenitor à jornada contínua para além dos 12 anos dos filhos: “Se prolongasse por mais algum tempo, aos 12 anos eles ainda são muito pequeninos, mas não sei, nessa altura não sei como é que... mas por acaso já tinha pensado nisso”.

Um último aspeto da análise do retrato de Filomena é a importância que também atribui ao espaço, ao território, na vida das famílias com filhos. A opção por uma comunidade pequena, uma cidade de média dimensão, como é o seu caso, confere maior qualidade de vida a estas famílias. A proximidade e acessibilidade entre os diferentes contextos de vida (casa, emprego, escolas, etc.) facilita a conciliação da vida familiar com a vida profissional. Isto, apesar de ter consciência que as pessoas fiquem mais limitadas em

termos de escolhas profissionais e progressão na carreira. Ilustra a sua visão, com um episódio entre ex-colegas de universidade.

“(…) [N]o jantar que tivemos, da minha turma e já não encontrava os colegas há imenso tempo, uma colega minha que é de cá perguntou-me: “Então onde é que tu estás?” E eu lá lhe disse que estou na minha terra e ela respondeu: “Eu estou em Lisboa, num emprego muito bom e gostas de aí estar?” E eu digo: “Gosto! Em termos profissionais não tem grandes ofertas, nem tem muito por onde evoluir mas depois a nível familiar, que é a parte que me importa mais, tenho tempo para os miúdos, vou levá-los, vou buscá-los, permite-me gerir as coisas de outra forma, pronto, a carreira fica penalizada, pronto. Sei que não é tão fácil como em Lisboa, mas sinto-me satisfeita aqui porque tenho a outra parte que me compensa”.

Síntese interpretativa

Na interpretação do retrato de Filomena regista-se a importância do contexto de socialização primária, respetivamente, da família na formação de disposições transferíveis, mais tarde, para a conjugalidade e parentalidade. Filomena recebe, sem resistência, a herança familiar, inclusive, a disposição de autoridade, aquela em que apresenta alguma distância relativamente ao estilo educativo da sua figura paterna, mas que ela reproduz com os filhos. Ao refletir sobre a hipótese deste comportamento, por vezes, ser demasiado rígido acaba por justificá-lo com a importância da educação para as regras e limites.

A crença na igualdade de género forma-se nesse contexto, a partir do modelo de interação dos pais. Todavia, nas práticas do seu contexto familiar e, sobretudo, no discurso sobre o papel do homem e da mulher na sociedade, reflete-se, de forma não consciente, uma representação conservadora dos papéis de género. Observa-se aqui alguma ambiguidade, uma vez, que a sua opção pela jornada continua, por contraponto com o pai, decorre de uma perspetiva de igualdade, mas legitima o papel de Filomena como principal cuidadora. Todavia, esta perspetiva pode ser ilusória e refletir, acima de tudo, a tese de Badinter (2010) relativa às novas feminilidades decorrentes da reviravolta no feminismo e que se traduzem na aposta na conciliação da carreira com a maternidade.

A desconstrução dessa ambiguidade remete para a importância da evolução das medidas políticas de conciliação da vida profissional com a vida familiar, tanto na perspetiva da mãe, como do pai. Note-se que a sua disposição pragmática reflete-se na sua análise sobre a diversidade das famílias e das suas necessidades, pelo que, ainda que atribua à mulher

o papel social de cuidadora, não tem uma visão dogmática desta questão, mas sim de uma política de escolhas. No caso particular de Filomena, o seu património disposicional impulsiona-a a exercer a efetivação do direito à jornada continua. Assim, mobiliza este património, respetivamente, a disposição para a maternidade (disposição de sentir), de competência (disposição de agir) e de representação dos papéis sociais a nível profissional e família (disposição de crer), para corresponder à imagem idealizado do seu desempenho na vida familiar e profissional.

A interpretação do discurso de Filomena introduz outra questão relativa à promoção da parentalidade e políticas públicas. A sua disposição para a maternidade forma-se precocemente, tendo a mãe como modelo, e o desejo de assumir este papel é uma condição de vida. A sua trajetória evolui assim naturalmente. A sua trajetória na juventude e até transitar para a parentalidade, é orientada por uma disposição hedonista, sem que Filomena sinta necessidade de se questionar sobre o tempo para entrar nesta nova fase. Só quando tal acontece é que se confronta esta questão. Depara-se, então, com bifurcações imprevistas, como sejam a interrupção espontânea da primeira gravidez, e mais tarde, a consciência do tempo efémero para o exercício da maternidade, por oposição ao tempo estável, permanente, que lhe permitia fruir a vida sem limitações. Entretanto, depara-se com outra bifurcação, decorrente da entrada tardia na conjugalidade, devido à sua idade não arrisca concretizar o desejo de ter três filhos, inclusive, na expectativa de ainda vir a ter uma filha.

Assim, este retrato ilustra de uma forma singular e simples, um dilema complexo da nossa sociedade: por um lado, a vivência integrada da disposição do sujeito para o individualismo e, por outro lado, a disposição para a parentalidade. A sua noção da celeridade de um tempo que flui e que é difícil controlar leva-nos a fazer uma análise retrospectiva até à entrada na modernidade⁷². Este tempo pontua a sociedade de risco contemporânea, a modernidade tardia, de Beck (2002). Na sociedade do século XXI, o *tempo* expressa-se no microcosmo individual e familiar, e desafia a orientação das políticas de promoção da parentalidade para uma visão da conciliação do tempo em três dimensões: pessoal-familiar-profissional. Na perspetiva de estarmos perante um dos

⁷² Sem qualquer pretensão de se estabelecer analogias, recorre-se a Habermas (2000) que numa ampla reflexão sobre a *modernidade*, destaca o conceito precisado por Hegel e a partir dele a conceção do tempo neste tempo histórico: “O tempo passa simultaneamente a ser concebido como um meio escasso para resolver os problemas que vão surgindo, ou seja, para a ser sentido como pressão do tempo” Habermas, 2000, p. 17).

fatores associado ao adiamento da parentalidade importa, pois, que a representação subjetiva do tempo seja tida em consideração na conceptualização das políticas de parentalidade.

Por último, na interpretação do discurso de Filomena sobre a entrada tardia na parentalidade, também se identifica um imaginário relacionado com uma visão pessimista do futuro. Se considerarmos o seu património disposicional, compreende-se que se sentisse responsável pelo nascimento de crianças num tempo confuso e incerto. Esta referência estimula a reflexão sobre a importância da educação precoce para o risco. E assim, promover-se o desenvolvimento de um sentimento de segurança subjetiva que facilite a concretização do desejo de entrar na parentalidade.

4. Andreia: “Uma trajetória longa de formação numa sociedade que não valoriza o mérito, nem a maternidade”

Andreia tem 44 anos, foi mãe pela primeira vez aos 36 e pela segunda vez aos 39 anos. Os seus pais também entraram tardiamente na parentalidade, tiveram dois filhos e a grande relação de proximidade entre Andreia e o irmão, mais tarde, inspirou o desejo de ter um segundo filho. Cresceu entre a família biológica e a alargada, com relações significativas com adultos modelos de luta e trabalho. A sua disposição lutadora formase, assim, precocemente. O pai e mãe tinham poucos capitais escolares, baixa posição social. O pai estava empregado na autarquia e tinham um pequeno negócio de produção animal, num meio rural. A família sempre a incentivou a investir muito na sua educação e na profissão. É neste contexto que se forma a sua disposição para uma carreira profissional a disposição de independência transferível entre diferentes fases do seu curso de vida. A sua trajetória universitária foi orientada pela aptidão para aprender e lutar por aquilo que considerava mais importante para si, pela sua autorrealização pessoal e profissional. Insatisfeita com o primeiro curso superior, fez uma pausa e, depois de uma experiência de trabalho significativa para si, optou por tirar um curso numa área diferente. Ao confrontar-se com um mercado de trabalho especialmente incerto na sua profissão, decidiu reorientar a sua trajetória profissional para um setor com mais perspetivas de

emprego. Assim, fez uma pós-graduação que lhe conferiu um grau técnico, num setor em expansão na altura, e em simultâneo com o exercício da sua atividade profissional, inscreve-se num curso superior para obter mais qualificações na área. Por sua vez, a trajetória de namoro acompanha todo este percurso e decide viver com o namorado merso antes de ter concluído o seu curso. Andreia planifica a sua vida com o objetivo de ter sucesso profissional e de reunir todas as condições para entrar na parentalidade até determinada idade, o que se concretizou. Apesar de sempre desejar ter um filho/a, tal nunca foi uma prioridade, nem se sentiu pressionada pelo tempo até que o médico assistente lhe deu o alerta para o estado de funcionamento do seu relógio biológico. Este clique foi um fator de motivação externa para que exatamente naquele momento decidisse engravidar. O companheiro, tal como em outras situações da vida do casal, apoiou a decisão pois há muito desejava ser pai. Andreia ao tentar conciliar a vida profissional com a vida familiar depara-se com um imprevisto, a resistência dos empregadores, sobretudo do lado do Estado, em respeitar o exercício dos seus direitos parentais, umas vezes por mero exercício de poder, outras por ignorância relativamente aos benefícios para as próprias instituições ou empresas. Estes obstáculos acrescem aos poucos incentivos públicos que existem para apoiar as famílias com filhos e as crianças, em concreto. No entanto, quando tudo parecia alinhado na sua vida, depois de ter o segundo filho, confronta-se com uma bifurcação: o desemprego do casal. Contrariamente às suas expectativas, toma consciência que no mercado de trabalho a rede de relações informais prevalece sobre os saberes e competências profissionais. Andreia está num impasse e coloca a hipótese de migrar. É nesta fase que a entrevista ocorre.

O contexto da socialização primária na formação de disposições

Andreia ao refletir sobre a sua infância e juventude transmite a sensação destas fases da vida se terem desenrolado em três andamentos, como movimentos de uma peça musical. Esta analogia com a música permite captar a sensibilidade de cada fase e como se formam as suas disposições precoces.

No primeiro andamento forma-se uma disposição lutadora por oposição a uma mãe que desejava ter uma filha sossegada no seu canto: “(...) [A] minha mãe era: "Está sossegadinha e quietinha e não me chateia, se não começo a chorar". Esta era a perceção que Andreia tinha e com a qual se debateu por referência ao seu modelo de identificação:

a tia materna, com quem passou a viver depois de lhe ser diagnosticada uma anemia, com cerca de seis, sete anos.

Tive anemia [seis, sete anos] e o meu pai achou que a minha mãe, cá está a proteger outra vez a minha mãe, não tinha capacidade para tratar bem de mim porque eu estava tão doente (riso) e agarrou em mim e trouxe-me para a minha tia, ou seja, metade da minha vida foi vivida na minha casa, metade da minha vida foi vivida na casa dos meus tios, tanto que os meus tios eram quase meus pais.

Andreia sentia que a mãe era superprotegida por todos, inclusive, pelo pai cuja primeira reação perante a doença da filha, foi levá-la para casa da família alargada para que cuidassem dela. Assim, cresceu com a percepção da mãe ser uma pessoa “mimada”, mais centrada em si do que na satisfação das necessidades do/a filho/a.

O analisar a minha mãe, o que é que eu acho da minha mãe?! A minha mãe foi sempre muito despegada, não sei, às vezes as pessoas dizem-me dos mimos e dá-me ideia de que a minha mãe foi sempre muito mimada lá para o jeito dela. Cada pessoa é uma pessoa e cada pessoa tem as suas necessidades e o seu jeito, mas não sei explicar, acho que a minha mãe foi muito mimada pelos pais. Provavelmente. Já só conheci a minha avó, não me lembro, mas dá-me ideia que é isso.

As memórias de infância estão associadas a uma mãe pouco protetora e cuidadora. Perante o impacto que teve em si, Andreia contraria esse padrão na educação do/a filho/a e sente que, de forma não consciente, em certos aspetos presta cuidados que já não são adequados à idade dele/a.

“(…) [E]u não quero ser injusta, portanto, com a minha mãe enquanto cuidadora, não é? Naquilo de cuidadora porque eu ando sempre atrás da minha filha, come isto e come aquilo, acabo por ser demais, não tenho nada que vestir uma criança de seis anos como fiz hoje, que foi vesti-la, dar-lhe comida na boca, etc. etc. mas ela é uma pastelona e eu... tenho que começar, não é? E acabo por fazer até demais! A minha mãe não fez nada disso comigo, nós tínhamos a comida se quiséssemos comíamos... É o que eu me recordo da minha mãe. Não tinha este sentido tão protetor. Acabava por ser protetora porque ela realmente andava por ali, mas por outro lado não tinha esse cuidado que eu tenho, que eu também não sei se sou eu que estou correta, se é a minha mãe que está correta, atenção!

Por seu lado, o espaço do papel da mãe foi ocupado pela tia materna que se tornou uma figura significativa e a quem surge associada a formação da sua disposição lutadora, por contraponto com a mãe.

“(…) [A] minha tia não era nada assim, é como eu: "Vamos à luta, vamos fazer e vamos" e por isso, se calhar, é que eu era tão chegada à minha tia, a gente éramos muito próximas, muito próximas as duas, também não sei se fui influenciada por ter sido meio educada por ela, não é? Não sei, mas sempre fui

muito mais de "Vamos à luta" do que ficar à espera, a chorar que alguém cá venha tratar de mim, é isso, se calhar, que a minha mãe não percebe.

Decorrentes dessa relação de vinculação à tia, Andreia reconhece que teve um efeito de modelagem do seu comportamento e no desenvolvimento de determinados traços de personalidade. A mãe, inclusive, acabou por manifestar que sentia que Andreia gostava mais da tia do que dela.

Ao pensar agora não sei... Entretanto, eu acabei por estar tanto tempo com a minha tia, como com a minha mãe e, entretanto, a minha tia morreu e foi sempre uma grande mágoa da minha mãe, o facto de achar que eu gostava mais da minha tia do que dela. A minha mãe nunca se expressou nesse aspeto, mas recentemente expressou-se: "Ah, o teu pai carregou em ti e levou-te para a tua mãe (riso), para a tua tia e por isso é que vocês sempre foram muito chegadas". Eu acho que não foi por isso, eu acho é que nós tínhamos feitios muito parecidos, a minha mãe não consegue perceber isto ou se calhar percebe, não sei!

No segundo andamento a sua disposição para a independência começa a adquirir expressão, Andreia encontra-se na adolescência. A imagem da mãe, uma mulher distante e envelhecida, dá lugar a uma mãe próxima com um discurso emancipador que promove um processo securizante de autonomização da filha.

Depois, por exemplo, na adolescência a minha mãe era bem mais velha do que as mães das minhas amigas e até acabava por ser uma modernaça em comparação (riso) com as mães das minhas amiguinhas. Apesar de no aspeto exterior, efetivamente, as mães das minhas amiguinhas serem (riso) mais modernaças do que a minha, a minha mãe na mentalidade era muito mais modernaça do que as das minhas amigas. Agora que estamos aqui recordo-me disso, efetivamente eu na altura até acho que a minha mãe era muito mais modernaça, apesar de na escola primária eu achar que isso dos meus pais serem mais velhos tinha alguma influência.

Apesar de transmitir um sentimento de mágoa pela forma desprendida como a mãe a tratou na infância, na juventude sentiu que existia uma relação de cumplicidade entre ambas. A mãe demonstrava compreendê-la, apoiava-a e incentivava-a a fazer escolhas independentemente da pressão do meio.

As minha amigas, enquanto as mães delas diziam: "Agora não sais à noite, agora não vais não sei quê", a minha mãe sempre disse: "Faz a tua vida, tens é que tirar um curso ou tens é que ser independente", sempre me deu muito essas indicações de ser independente, de não depender de nenhum homem. A ideia que tenho é que ela apesar de em criança acho que a minha mãe não tinha muito... Portanto não foi muito dedicada, no aspeto das necessidades essenciais, do género vamos comer agora, ou seja, nós comíamos, não é? Mas se calhar mais do que as outras mães, ela acabou por acompanhar naquele período da adolescência e isso tudo, eu lembro-me de contar imensas coisas à minha mãe que podia contar, que tinha abertura para que a minha mãe não dissesse: "Elas estão só a dizer mal de ti porque tu sais à noite, olha não vás, vai para ali, sais lá e pronto e depois vens e

ninguém precisa de saber". Portanto, ela acabou por ter esses cuidados, enfim, é a minha experiência...

No terceiro andamento capta-se a origem da sua disposição para a carreira profissional. O discurso de Andreia sobre a importância que a sua família atribui aos capitais escolares ilustra, de forma singular, a diferenciação teórica estabelecida por Lahire (2003), entre os conceitos de diferença e desigualdade social. Enquanto para os seus pais a instrução escolar não se afigura como um capital particularmente relevante por serem pequenos agricultores, num determinado tempo histórico, no caso de Andreia é considerada uma ferramenta chave para o futuro, tal como expressa no seu discurso.

O meu pai tinha a quarta classe, mas o meu pai não é nada assim. O meu pai apesar de não ler, a partir do momento em que nós começamos na escola o meu pai começou-se muito a apoiar em nós, mas é uma pessoa com uma grande perspicácia e sabia e queria acompanhar, ele aí é diferente. Se calhar sabem ler e escrever a mesma coisa, o meu pai é que não se fica e quer e vai e a minha mãe é que é mais fácil dizer: "Não sei, não faço". E... acho que se calhar a situação deve ter a ver com isso, o facto de eles terem escolaridades baixas, e também não têm interesse, ou seja, a vida deles nunca foi essa. A vida do meu pai foi os animais, é o que ele gosta mais de fazer, o meu pai tem 76 anos (...) [P]ortanto, tem a ver com a vida das pessoas, não é?

Como expressa no seu discurso, a família atribui especial valor ao seu investimento nas trajetórias escolar e profissional, fator de igualdade de oportunidades e de sucesso pessoal e social. A maternidade estava omissa no discurso da família sobre as expectativas para o futuro de Andreia.

Eu acho que, portanto, acho que tanto a minha mãe, como o meu pai, a minha tia é a mesma coisa: "É ir para a frente, não se deixem atrapalhar. Vão mas é para a frente, se é para irem vão!". Sempre foi assim. A minha mãe no sentido de: "Tens de ter uma profissão, tens que trabalhar, tens que ser independente, não podes depender de homem nenhum" e o meu pai a mesma coisa: "Tens que ter um curso superior, tens que não sei quê". Tudo isto provavelmente deve-me ter influenciado, não é? A vida toda a ouvir isto com certeza me influenciou no facto de eu querer ter um curso superior... E podia ter tido outra profissão, tinha é que ter um curso superior, tinha sempre que pôr a minha profissão à frente... Acho que isto provavelmente foi o que me ficou, não é? Hum... tem a ver com a educação que eles me deram, não sei porquê, eles nunca me disseram para eu ser mãe mais tarde, nunca me disseram nada disso.

A influência tanto da família nuclear, como da família alargada, está sintetizada na sua interpelação reflexiva: "Eu acabei por ficar influenciada pelas duas situações, não é? É, assim, os meus tios eram muito próximos de nós, não é". As interações no contexto de socialização primária de Andreia ocorrem como se fossem elementos de uma orquestra, promovendo a formação de um património disposicional diversificado e integrado, cujo ritmo orienta o seu curso de vida.

A longa trajetória formativa e profissional com o mérito no horizonte e a desilusão no final

A socialização de Andreia ocorreu sobretudo em família, para além dos coletivos da escola, não identificando outros contextos de vida significativos. O foco aponta para a sua trajetória formativa que por via das suas disposições e de bifurcações com que se depara, segue um rumo singular. A transição para a universidade ocorreu a seguir à conclusão do ensino secundário, mas o curso de recursos geológicos não correspondeu à suas expetativas e interrompe a frequência da universidade. Nesse interregno, tem oportunidade de dar explicações a alunos/as de primeiro ciclo, uma experiência que a gratificou e reorientou a sua trajetória. Entretanto, neste período confronta-se com outra bifurcação, a morte da sua tia materna. Este acontecimento reforça a influência que a socialização familiar exerce sobre si e reequaciona o sentido da vida num tempo tão breve. Andreia concilia, assim, a sua disposição para a carreira profissional com uma disposição pragmática e opta por tirar um curso que lhe dê prazer, inscrevendo-se no curso de professores do primeiro ciclo.

(...) [D]epois de se fazer o 12º ano, entrei em recursos geológicos e chegou uma certa altura... ao longo período escolar que comecei a sentir-me perdida (...). (...) [E]stava desmotivada para o curso e na altura, por coincidência, comecei a dar explicações a miúdos da escola primária. (...) [D]epois em 98 morreu uma tia minha e eu pensei: "Vou fazer qualquer coisa de mudança porque realmente a vida é muito curta" e mudei de curso (riso). Entretanto, mudei de curso e decidi tirar professores primários. Fiquei indecisa entre biologia, geologia e professores primários e decidi professores primários porque estava a dar explicação, estava a achar tão misterioso e engraçado, e fui tirar essa licenciatura.

Todavia, tinha expetativas muito elevadas relativamente ao curso e acabou por se sentir desiludida. As mudanças que ocorreram na sua trajetória são entendidas de forma natural, como parte integrante de um processo de crescimento pessoal, alegando: “Eu era um bocado imatura”. Após fazer o estágio curricular não conseguiu colocação como professora e reorienta novamente a sua formação, desta vez na perspetiva que a escolha por uma pós-graduação em higiene segurança no trabalho, uma área em expansão à época, lhe facilitasse o acesso a um emprego. As mudanças de contexto profissional, inclusive, de profissão são equacionadas por si com naturalidade: “Achei que até gostava e fui tirar”.

(...) [E]u acho que era um bocado imatura (...). (...) [E]u senti-me um bocado desiludida porque achei que aquilo ia ser uma maravilha. No entanto, continuei... fiz o meu estágio e no primeiro ano foi quando começou a crise com os professores de 1º ciclo e não fiquei colocada, e o que é que aconteceu? Tinha uma conhecida que estava a tirar higiene e segurança no trabalho e foi quando começou a surgir esse curso...

Na perspetiva de viver numa sociedade de risco e incerteza, Andreia desenvolve a sua trajetória formativa e profissional para gerir e ultrapassar as bifurcações com que qualquer pessoa se pode confrontar. Efetivamente com essa pós-graduação conseguiu de imediato emprego.

Quando nós tiramos a pós-graduação ficamos técnicos e depois podemos exercer. Na altura havia muito trabalho na construção civil, ou seja, eu acabei o curso e comecei logo a trabalhar na construção civil. Eu fui receber um diploma de manhã, não, eu comecei a trabalhar de manhã e à tarde fui receber o diploma.

Ao entrar numa nova área profissional decidiu aprofundar as suas qualificações e inscreveu-se no curso superior de engenharia civil, abandonando a ideia de se reinscrever na sua primeira licenciatura para a concluir: “Entretanto, comecei a trabalhar nessa área, gostei muito da construção civil e inicialmente eu tinha intenção de concluir a minha licenciatura em recursos geológicos, mas já não fazia sentido, fazia mais sentido ir tirar engenharia civil e inscrevi-me na universidade”. Na altura estava: “em fevereiro de 2005” [estava a fazer 30 anos]. No entanto, depara-se com a oportunidade de ser colocada, em regime de substituição, numa escola e como tinha acabado de concluir uma obra, estava num interregno e ainda tinha férias para gozar, decide experimentar a exercer a profissão de professora. No entanto, ao depara-se com alunos de primeiro ano que estavam a aprender e já tinham tido sete professores, decide concluir o ano letivo e perde a possibilidade de regressar à empresa em que estava a trabalhar anteriormente.

Eu estava prontinha para ir para o [nome da região] trabalhar, começar outra obra, era uma continuidade numa empresa, e durante dois ou três dias eu decidi que me ia apresentar durante 15 dias ou um mês já não me lembro [numa escola de primeiro ciclo]. Eu por acaso até decidi ir porque pensei assim: “(...) [E] como é só um mês, estamos nas férias do Natal, do Carnaval, eu vou!”. Acabei por encontrar uma turma mista em que estava o primeiro ano e o segundo ano juntos. A colega que eu fui substituir estava com um problema, tinha um cancro e todos os meses achava que se ia apresentar no mês seguinte. (...) [A]queles miúdos tinham tido sete professores quando eu cheguei, portanto, estavam a começar a ler (...). (...) [E]u, entretanto, como a obra terminou tinha direito a férias e eu honestamente foi um bocadinho o coração que falou um bocadinho mais alto e acabei por ficar porque eu pensava assim: “Estes miúdos até terem uma nova professora vão estar aqui, vão ter mais sete professores, no mínimo, e estamos em maio”.

O seu sentido de dever profissional, a sua disposição de responsabilidade, exercem uma forte influência na sua decisão e corre o risco de ficar desempregada, como se verificou. No entanto, a sua disposição lutadora impele-a a continuar em frente e acaba por encontrar trabalho. Quando estava a concluir a licenciatura, sente que estava a estagnar

profissionalmente e muda de emprego e de cidade para iniciar um novo projeto na mesma área profissional.

Então... voltei para o desemprego procurei, arranjei um trabalho, depois arranjei outro e, entretanto, quando tentei fixar-me em [nome da cidade] (...) [J]á que estava a estudar em [nome da cidade], estive lá durante 5 anos e isto já dá a ideia de eu ser mãe só aos 36. Andei a concluir a licenciatura, a trabalhar 200%, uma ginástica que não sei explicar muito bem, mas no final concluí (...). [E]ntretanto, no último ano eu vim-me embora para cá, faltavam-me três cadeiras de cada semestre porque eu apanhei Bolonha a meio do curso, e decidi vir-me embora porque achei que estava a estagnar. (...) [S]ei lá aquelas coisas que nós decidimos que temos que aprender mais, sabemos pouco... e vim-me embora para outro projeto...”.

Com muito esforço pessoal, familiar, profissional e financeiro concluiu a licenciatura em engenharia civil. Em seguida, fez uma segunda pós-graduação, desta vez em coordenação de segurança, e manteve-se a trabalhar. Guiada pelas disposições de investimento na carreira e independência, investiu o máximo que conseguiu na sua formação e exercício profissional. Todo este esforço acaba por ser uma resposta, não consciente, aos apelos da sua socialização familiar para que nunca desistisse de ter uma carreira profissional, única forma consistente de ter sucesso e não depender de ninguém para viver. A sua expectativa era garantir que teria sempre trabalho.

Eu quando fui tirar engenharia civil era para poder trabalhar no que eu gostava e ter trabalho porque eu queria ter trabalho e pensei o curso de engenharia civil, tendo a minha pós-graduação em coordenação de segurança, tendo a minha experiência profissional, que na altura já era muito vasta, e que eu tentava mesmo saber fazer, não é? Não, eu não tentava iludir, tentei mesmo aprender a fazer as coisas corretamente, eu pensei que ia ter sempre trabalho, não é? E daí o meu investimento nisto tudo, qualquer um dos cursos que eu tirei foi um investimento enorme que eu tive, em termos monetários e em termos pessoais, portanto, eu estive ausente da minha casa durante cinco anos, não é? Foi... coisas que afetaram a minha vida...

No seu imaginário, aos 36 anos, previsivelmente, transitaria para a parentalidade: “Sim, estou a contar porque é que fui mãe tão tarde”. Nesta altura, estimava ter formação necessária e experiência profissional para responder a um mercado aberto, marcado pela incerteza, e, assim, não correr o risco de ficar desempregada, garantindo que tinha condições para cuidar e educar o/a filho/a que desejava.

Era eu estar estável quando tivesse os meus filhos, não ter essas indecisões. Eu queria estar aos 36 anos, estável, numa empresa. Eu nunca quis, portanto, uma estabilidade, quis foi que as coisas não fossem assim. Neste momento qualquer profissão, e posso estar a cometer um erro enorme, acredito que haja uma ou outra ponte que não é assim, mas atualmente em qualquer profissão é conhecido que não são os melhores profissionais ou os que estão mais qualificados... Há sempre

um fator externo a essa qualificação. Isto é a experiência que eu tenho tido ultimamente, há sempre um fator externo, o que eu queria era quando aqui chegasse, não...

Todavia, depara-se com uma bifurcação decorrente de um fator que subavaliou por não fazer parte dos valores que lhe foram transmitidos no seu contexto de socialização primária e que estão associados ao seu património disposicional. Trata-se da confrontação com o facto de as competências profissionais serem pretéritas em relação aos conhecimentos pessoais.

Aos 20... tudo se resume à profissão, não é? Estamos a falar de uma pessoa que prescindiu imenso da sua vida pessoal, em todos os aspetos, para investir na profissão e atualmente... (riso) Eu não quero estar a falar dessas coisas, não é?! Eu ainda há pouco tempo fui a uma entrevista em que ficou lá uma pessoa (riso) e ainda me foram dizer (riso) porque era conhecido de alguém, pronto! Portanto o que eu sei hoje deviam-me ter dito aos 20 e tal anos, portanto, que eu não precisava de ter investido, nem ter sabido tanta coisa, nem termos que estar preocupados em querer saber. Eu investi, achei que, na minha profissão, se eu soubesse, ninguém me ia tirar isto e, atualmente, eu sei que me ligam para saber as coisas (riso), ligam-me para tirar as dúvidas as pessoas que estão lá no lugar, portanto... (riso).

Na sua reflexão considera que esse aspeto aumenta o nível de insegurança em contextos de incerteza profissional e que se corre o risco de não se estimular a competência por não ser um fator diferenciador, uma ferramenta útil no mercado e trabalho. Esse confronto com regras improváveis, segundo a educação que recebeu, fez com que se sentisse profundamente desiludida.

A esta idade, nesta fase da minha vida, portanto, que não houvesse esse fator, portanto, que eu fosse avaliada pela minha vida, não é? Pelo meu trabalho, pelo meu percurso e não houvesse necessidade dessa situação, era isso que eu queria. Nesse sentido eu preparei-me, eu tirei as pós-graduações que era para tirar, eu especializei-me, eu tentei aprender efetivamente como é que se faz e quando não se faz, mas efetivamente isso não é assim...

As situações desemprego tiveram impacto psicológico em si, mas aprendeu a lidar com elas porque eram algo expetável na sociedade. Todavia, na fase avançada da sua trajetória profissional, tinha expetativas de conseguir emprego com mais facilidade. A sua disposição de investimento na carreira e disposição responsável contribuíram para uma crise disposicional. Andreia confronta-se com um dilema⁷³ entre a escolha pelo capital do

⁷³ Na senda da tese de Giddens (2002), o dilema de Andreia insere-se na confiança, na segurança ontológica, dos atores comuns num sistema pericial comandando por um sistema global de acontecimentos independentes “É uma questão de cálculo do benefício e o risco em circunstâncias em que o conhecimento pericial não se limita a fornecer esse cálculo, mas cria efetivamente (ou reproduz) o universo de acontecimentos, em resultado a contínua implementação reflexiva desse mesmo conhecimento”. (Giddens, 2002, p58).

conhecimento, investimento na formação e experiência para obter reconhecimento e ter mais oportunidades profissionais ou pelo capital relacional de acesso fácil na carreira profissional, um trampolim para saltar mais alto no mercado de trabalho.

O seu património disposicional leva a que não prescinda de educar os filhos para os valores que defende: “Eu tento dar o valor do trabalho (...) [T]emos que respeitar os outros. Eu tento dar-lhes tudo o que são os ideais de não serem chicos espertos, entre aspas, o chamado chico esperto, passarem a perna aos outros”. No entanto, a trajetória de Andreia leva-a a relativizar a utilidade desses valores e a transmitir ao filho/a uma visão mais ampla do funcionamento da sociedade, realçando a importância de não se deixarem prejudicar.

Mostrar o lado correto, portanto, sei lá eu o que é que é correto, devo respeitar os outros, não devo passar à frente dos outros, não devo atropelar, se eu der esta indicação e se, por outro lado, lhe der outra indicação que também não chega assim tão um extremo como isso tudo: "Olha safate, mas é a ti, deixa os outros., Eu acho que eles depois vão fazer ali o mix e eles próprios é que vão criar...

Todavia, a ativação da sua disposição lutadora e o seu sentimento de segurança ontológica, permite-lhe gerir a situação e continuar a equacionar novas possibilidades para enfrentar as bifurcações com que sucessivamente se depara relacionadas com o desemprego.

O que eu esperava, enquanto mãe, foi que quando chegasse aqui eu não tivesse que andar com... Eu até acho que estou a lidar bem com isso porque eu na altura, quando estava desempregada, afetava-me sempre muito psicologicamente o facto de não estar a fazer nada que eu gostava de estar a fazer. O facto de não estar a fazer... Esta indecisão que é se daqui a seis meses vou ter dinheiro para sustentar os meus filhos, no fundo, isto é uma indecisão enorme, não é? Mas efetivamente eu até funciono bem com isso.

A entrevista decorreu numa altura em que estava desempregada e, no quadro do exercício de uma parentalidade responsável, colocava a hipótese de migrar para ter condições socioeconómicas para educar os filhos no futuro.

Para o estrangeiro, portanto, eu sou mais uma que ainda não fui por pouco (riso) porque o que me está a afetar atualmente é, por um lado, eu não quero tomar uma decisão de largar tudo porque os miúdos estão estáveis, não é? E não vou largar tudo. No fundo vou influenciá-los, não é? Mas por outro lado, acho que os vou influenciar se ficar, portanto, estou numa indecisão que neste momento o foco está a ser os meus filhos e não quero tomar nenhuma decisão que os vá machucar e prejudicar porque por mim já me tinha ido embora, mas eu penso que também

era uma grande oportunidade para eles irem para fora porque eu acho que eles também não se vão safar cá (riso).

A planificação precoce da entrada tardia na parentalidade

Andreia representa aquilo que no imaginário coletivo será o curso de vida de uma mulher na sociedade atual: etapa por etapa, uma vida sob influência da escola, da universidade e da profissão e depois, se tudo correr bem poderá seguir-se, ou não, a etapa da maternidade. No seu caso, a disposição para a carreira terá sido acompanhada de um desejo silencioso de ser mãe. Na verdade tem consciência que a força das suas disposições para o individualismo e independência orientaram o seu futuro e que a maternidade era um desejo latente, mas condicionado à sua realização profissional.

Tinha mudado porque efetivamente uma criança não é aquele elemento frágil que nós entendemos como sendo frágil, não é! Eles próprios têm as suas autodefesas, não é? E nós damos-lhes coisas e eles aprendem, não é? É isso que eu acho. Acho que mudou isto, eu achei que tinha que ter uma situação perfeita para ter um filho perfeito e efetivamente não há necessidade de ter essa situação perfeita porque eles adaptam-se perfeitamente às situações todas. Acho que condicionei por mim, quer dizer na altura achei que estava a condicionar pela criança, não é? Mas efetivamente eu condicionei foi por mim porque a criança ia-se adaptar completamente se eu tivesse a estudar, se eu não tivesse a estudar ia haver sempre essa situação. Agora só se fosse a situação de bruxa (riso), precisava de ir à bruxa!

Só ao percorrer a trajetória na parentalidade é que efetivamente descobriu o inmensurável prazer que a maternidade lhe proporciona.

Eu não tinha noção, por exemplo, que a maternidade me satisfizesse tanto. Achei que a maternidade não ia satisfazer por si só, portanto, eu fiz sempre a minha vida muito com o foco na atividade profissional, no que é que eu queria ser, portanto, atingir esta meta, atingir aquela, foi sempre muito a minha perspetiva. A minha maternidade ficou sempre em segundo plano. Eu nunca pensei que a maternidade poderia estar em primeiro plano (...) [E]u nunca pensei que fosse tão compensador ser mãe, nunca dei esse valor e agora acho que é muito compensador (riso).

Andreia sente que teria sido mãe mais cedo se conseguisse antecipar que não teria oportunidade de controlar o seu futuro profissional: “Se tivesse conhecimento que iria viver numa situação continua de incerteza profissional, teria entrado mais cedo na parentalidade”. O seu discurso ilustra que a disposição para a maternidade estava adormecida e que seria ativada sob condições.

Se soubesse que ia viver assim tinha sido se calhar mãe mais cedo. Eu é assim, o que eu penso é que se tivesse ido à bruxa e me tivessem dito que ia estar nesta

situação atualmente, não é? Eu tinha sido logo mãe, isso aí não há decisão nenhuma, não há dúvidas porque eu queria ser mãe efetivamente.

No entanto, a sua disposição de planificação, formada no início da vida académica, contribuiu para que projetasse a maternidade para um período concreto do seu curso de vida: “Sempre planeei sim, fiz bem as continhas, depois de terminar vou estar a trabalhar vou demorar dois anos a tirar cada curso, portanto, como estou a trabalhar dá perfeitamente e ainda dá para ser mãe aos 36 anos”. Aliás, refere que na prática apenas adiou cerca de seis meses: “Eu achei, tem a ver com isso, eu achei que depois de ter concluído a licenciatura, eu efetivamente adiei a minha maternidade 6 meses, portanto foi o médico que me disse (riso)...”. Andreia reforça que só adiou a maternidade para ter condições económicas de cuidar e educar o/a filho/a, sem preocupações a este nível. Na sua perspetiva, conseguiria conciliar a vida familiar e a carreira profissional: “As minhas expetativas como mãe é que ia conseguir dar conta do recado todo, eu conseguia estar a trabalhar e conseguia gerir bem a situação de deixar os meus filhos e...”.

Entretanto, após um novo período de mudança em que veio para a cidade em que vive à data da realização da entrevista e começou a trabalhar numa outra localidade distante, Andreia sentiu que não estava bem de saúde e foi ao médico: “Entretanto, andava-me a sentir mal (...) fui ao ginecologista, fui fazer uns quantos exames e depois daquilo tudo é que eu pensei, eu sempre pensei em ser mãe, pensei em adiar, pensei em ter aos 36”. E a entrada na parentalidade ocorre efetivamente no período em que planeou: “(...) [P]or acaso concretizou-se, podia não se ter concretizado, mas concretizou-se. O meu raciocínio foi sempre este”. Esta transição ocorre por motivação interna, mas também sob condição, mais concretamente, por indicação explícita do seu médico devido à idade de Andreia.

(...) [E]ntão ele disse-me: "Olha, começa a tomar o ácido fólico e daqui..." e eu: "Ácido fólico?! Mas isto não é para as grávidas?" (riso). E foi quando ele me disse: "Então tens 36 anos estás à espera de engravidar quando? Tem que ser agora já!" (riso). E depois eu disse: "Mas eu... Ainda é cedo para ter", "Olha, então vais ter que fazer um tratamento ou isto fica crónico para sempre" e eu: "Não! Eu quero ter filhos, calma! Eu tinha intenção de terminar a licenciatura, portanto, no fundo eu adiei três, seis meses... "E pronto, está bem! Então vá, vamos fazer isso!".

Antes de engravidar confronta-se com uma bifurcação inesperada: recebe o resultado dos exames que tinha realizado e foi-lhe diagnosticada endometriose. Naquele momento pensou que poderia não engravidar porque tinha duas amigas com este problema. No entanto, no seu caso não se verificou e engravidou sem qualquer dificuldade, mas só comunicou ao marido depois de ter a convicção que estava tudo bem. A sua disposição

pragmática explica a reserva em partilhar a notícia com o pai para evitar um fator de *stress* adicional.

E, entretanto, eu acabei por não lhe dizer nada [ao pai]. Porquê? Porque eu, entretanto, fui verificar realmente o que é que tinha e o que eu tinha era uma endometriose. Eu tinha pelo menos duas amigas muito chegadas que andavam há anos e anos e anos para engravidar e, portanto, eu pensei "Eu não lhe vou dizer porque de certeza que ele vai-me andar todos os meses a chingar o juízo se é desta e, provavelmente, terei de fazer algum tratamento ou alguma coisa e ele ainda me vai estar a criar mais stress". (...) [P]or acaso eu engravidei logo. E depois, quando eu lhe contei, ele achou que eu estava a inventar, que estava a brincar com ele e ficou muito contente, ele gostou muito (riso) foi isso.

Embora pretendesse engravidar aos 36 anos, planeava primeiro concluir a segunda pós-graduação, esta em coordenação de segurança, mas perante o alerta do médico decidi engravidar de imediato. Efetivamente o seu desejo concretizou-se e mobilizada pela sua disposição lutadora optou por continuar a estudar para terminar este curso, mantendo-se a trabalhar numa localidade distante daquela em que residia.

O segundo pai, pronto, foi o médico: "Tens que ser ou então fazes este ou aquele... Então pensa bem. Daqui a uma semana vens cá ter comigo para te passar um tratamento, olha, pensa bem!". Eu: "Não! Então assim engravido.". E foi, comecei a tomar o ácido fólico e engravidei. Na altura estava a terminar o curso, estava a tentar terminar uma pós-graduação [nome da instituição], de coordenação de segurança, ou seja, foi uma altura péssima. Eu estive grávida da minha filha a dormir duas por noite, portanto, foi uma coisa assim muito complicada".

Andreia acaba por refletir sobre as desvantagens da parentalidade tardia e fá-lo em dois ângulos. Na perspetiva de filha recorda-se que na escola se sentia desconfortável perante os pares devido à idade mais avançada dos seus pais: "Na média efetivamente os meus pais eram mais velhos que os pais dos meus coleguinhas e eu recordo-me de achar até estranho (...)". Enquanto mãe sente que é uma perda porque quando eles forem jovens ela vai ser uma mãe substancialmente mais velha e também porque acaba por acompanhar o/a filhos/a durante menos tempo dos seus cursos de vida: "Eu acho que (...) mais cedo (...). [T]anto que eu achei que ia viver imenso e só fui mãe mais tarde. Eu agora é que penso: "Quando os meus filhos tiverem 20 anos eu vou ter já 60 ou pronto..."

Entretanto, contrariamente ao que tinha planeado inicialmente, ao recordar a gratificação que sentiu na relação com o seu irmão, decide ter um segundo filho: "Eu tinha uma boa relação com o meu irmão (...) para tudo o meu irmão estava lá e eu pensei: "Olha a minha filha não vai ter esta situação" porque eu inicialmente sempre pensei em ter só um filho

(...)”. Após tomar esta decisão, obtém a concordância do marido, e a sua disposição de planificação é ativada para concretizar o desejo de ter um/a segundo/a filho/a:

Esperei dois anos porque eu estava a amamentar, mas eu tinha que esperar porque o meu parto não correu bem esperou esperei dois anos, levei isto muito a sério. Depois decidi engravidar: "O é que achas de termos outro filho ou não temos?" Ele acabou por concordar: "Sim vamos ter outro filho para ela não ficar sozinha". Depois acabei por engravidar e quando fui ao médico já estava grávida porque tinha decidido, ou seja, eu fiquei grávida porque decidi ficar grávida, não é?

No exercício da parentalidade, Andreia confronta-se com uma bifurcação: depara-se com dissonâncias entre o seu sentimento de segurança ontológica e a insegurança que passou a sentir depois de ser mãe. “Eu não tinha nada a noção que era tão frágil e a partir do momento em que sou mãe, há ali efetivamente um ponto em que eu sou completamente frágil que são os meus filhos, não é?”. Esta mudança é percecionada como um aspeto negativo e assume-se como uma bifurcação na sua vida: “(...) [P]odem-me prejudicar, é ali (...) o meu "Calcanhar de Aquiles". (...) [A]cho que, essencialmente, com a maternidade, a parte negativa é que estou mesmo frágil e às vezes não gosto muito dessa sensação. Por outro lado, é extremamente enriquecedor (...)”.

Além dessa bifurcação, com a evolução da sua trajetória na parentalidade depara-se com uma outra: a vivência de uma crise disposicional decorrente de um conflito entre as disposições para uma carreira profissional e para a maternidade: “(...) [N]ão avaliei bem o que era ser mãe (...) [A]chei que ia conseguir ser mãe e trabalhar como trabalhava e abraçar tudo (...). [E]u tive sempre essa ideia, até comecei a trabalhar mais cedo do que a licença de maternidade”. Esta crise está associada à tomada de consciência da dificuldade em conciliar o intenso ritmo da sua atividade profissional com o tempo que o desempenho do novo papel requeria.

Além dessas bifurcações, no seu discurso capta-se também uma crise disposicional associada, por um lado, à sua disposição para a maternidade, à descoberta do forte apego aos filhos e, por outro lado, às disposições para o individualismo e independência.

Hum... tem sido assim um misto de sentimentos. Eu não estava à espera, por exemplo, de um ser tão pequenino nos despertar aquele amor, aquele sentido de proteção tão grande. (...) [O] meu pai é que me obrigava a ligar porque eu sempre fui muito desligada deles. (...) [M]as eu de feitio sou desprendida. E o que é que eu senti enquanto mãe? Eu já não podia ser desprendida. (...) [N]ão gostava nada de estar amarrada a nada e isto é um laço que eu vou ter para sempre. Isto é uma luta interior que eu tenho muito grande, que é o facto de ter que dar tudo aquelas duas crianças e, por outro lado, eu gostava de estar muito desprendida para poder

fazer o que me apetecesse. Na maternidade o que mais me assusta é o facto de eu querer ser desprendida e ao mesmo tempo não poder ser porque tenho...

Andreia sente necessidade de conciliar⁷⁴ o tempo individual com o tempo da parentalidade: “Ela [a filha] tem seis. Agora é que me estou a libertar mais, acho que eles nos libertam a nós e nós a eles. Neste período eu já tenho necessidade de ir fazer qualquer coisa para mim (...)”. Esta é uma das encruzilhadas da modernidade: “É necessário tentar conciliar a liberdade individual que a maioria de nós aprendeu a valorizar na vida pessoal com a necessidade de constituir relações estáveis e duradouras com outras pessoas” (Giddens, 2005, p. 2009).

Conjugalidade: supremacia feminina na planificação e conciliação nas práticas

A forte disposição de planificação de Andreia é transponível para cada fase do seu curso de vida, assumindo não só as decisões de comando individual, mas também nos contextos da parentalidade e da conjugalidade: “Pronto, o pai da minha filha, nós partilhamos sempre muito, apesar de ser eu que tenho de pensar em tudo”. Esta disposição, reforçada pela sua disposição para o individualismo, permite-lhe assumir poder numa dinâmica em que o marido tem um comportamento mais passivo: “Eu acho que o meu marido responde a estímulos (riso)” e vive o momento: “Há esta necessidade agora vamos tratar disto e não vou pensar mais além”.

O poder de decisão de Andreia é transversal às diferentes fases da trajetória do casal. O adiamento da transição para a parentalidade foi uma decisão eminentemente sua. A sua trajetória de namoro é longa e remonta ao início da universidade: “Já há muito tempo, portanto quando entrei para a universidade, foi mais ou menos um ano depois de entrar na universidade”. Entretanto, começaram a viver juntos e o namorado desde cedo manifestou desejo de transitar para a parentalidade: “(...) [F]oi a partir do momento em que começámos a ter casa, portanto, eu tive casa a partir de 2004, 2005. A partir desse momento ele já tinha intenção de ser pai, foi sempre adiando por minha causa”. Nessa altura Andreia ter cerca de 30 anos: “Devia ter 29, 30 se calhar, devia ter mais ou menos

⁷⁴ A experiência de Andreia reporta ao que Badinter (2010) defende ser uma das contradições fundamentais da atual cultura materna ideal que coloca especiais exigências sobre o desempenho parental: “A contradição mais dolorosa reside no íntimo de cada mulher que não se reduz ao papel de mãe e que se sente dividida: entre o maior pelo filho e os seus desejos pessoais; entre a pessoa egoísta e aquela que quer o bem-estar do seu pequenino” (Badinter, 2010, p-110).

essa altura”. Ele acabou por subliminar o seu desejo e conformar-se com a decisão de Andreia: “Nunca me expressou muito bem, mas sempre mandou umas boquinhas (riso) acerca do assunto”. Andreia, apesar de ter consciência que para ele seria uma parentalidade muito tardia, não permitiu que a sua disposição para a carreira profissional fosse colocada em causa: “Portanto o pai da minha filha queria ter filhos há imenso tempo, portanto, ainda hoje o ouço dizer eu já estou a ser pai tão velho...”.

A iniciativa de ter o segundo filho foi de Andreia que também planificou esse acontecimento. Na análise do seu discurso regista-se que no exercício da parentalidade a tomada de decisões, para além de ser orientada pelas suas disposições de planificação e para o individualismo, também tem presente a sua disposição para a independência que continuou latente ainda que de uma forma meio adormecida.

Os meus filhos são muito próximos, não é? Quando eu decidi ter o [nome do filho], falei com o pai. Uma coisa é eu saber que ele queria ser pai, nós enquanto casal cada um fazia as suas coisas, éramos muito liberais, no fundo. Eu hoje quero ir não sei a onde vou e depois logo aviso e a mesma coisa da parte do meu marido, portanto, a gente não estávamos habituados, efetivamente, a termos que viver enquanto casal, portanto, é essa a diferença que eu noto.

Por sua vez, um segundo filho implica maior disponibilidade de tempo do casal e a disposição de Andreia para a independência fica necessariamente mais comprometida. Esta experiência faz com que Andreia reflita sobre a vantagem do filho único: “Exige uma logística muito grande, sei lá, ter dois filhos é completamente diferente de ter um e eu entendo perfeitamente porque é que as pessoas têm só um filho. (...) [U]m mais um não é igual a dois neste caso”.

O desempenho do papel parental, sobretudo, a entrada nesta nova fase constituiu, assim, uma bifurcação na relação de casal ao sentir a sua independência ameaçada: “Alguém tinha que ficar com a criança às vezes, como é evidente esse foi um processo muito complicado porque eu achava que tinha que ir e ele também achava que tinha que ir (riso)”. O nascimento da filha exigiu um grande esforço de adaptação do casal.

Antes de ter os filhos, depois de ter a minha filha claro que tinha de lhe pedir para ficar com o bebé (riso), ou seja, tornou-se uma prisão para nós os dois. Eu acho que aquilo não é uma prisão porque eu adoro ser mãe, adoro os meus filhos, mas tivemos que nos habituar enquanto casal também a esta faceta, não é? E isso foi um bocado complicado porque nós não estávamos habituados a isso, nós estávamos habituados a fazer a nossa vida.

A crise disposicional é ultrapassada pela forte coesão do casal, uma dinâmica em que existe espaço para a individualidade: “Não houve negociação nenhuma, não é? Havia essa necessidade, portanto, nós sempre respondemos às necessidades que nos foram surgindo”. Outra característica facilitadora do sistema conjugal é a flexibilidade: “Alguém ficava, alguém cedia, alguém cedia sempre”. A disposição de planificação também permite que Andreia oriente o cuidado aos filhos, uma tarefa partilhada pelo casal.

Portanto, vamos lá ver, ele sempre lhe deu banho, sempre mudou a fralda, sempre tratou dela. (...) [É] muito despistado, tipo não tem aquele cuidado: "Puseste-lhe o creme depois"? Entretanto, ele já sabia que era para pôr creme e era ele que ia-me dizer "Temos que pôr este creme" (...) [M]as é sempre necessário... Não sei se os outros homens são assim, mas é sempre necessário nós estarmos lá (...).

A brincadeira com os filhos é uma tarefa espontânea que ambos partilham e aquela em que a iniciativa é assumida tanto por um como pelo outro. Andreia “cede” poder de planificação ao pai e reconhece-lhe inequivocamente competências, além de também identificar benefícios para a educação dos/as filhos/as.

“O meu marido é mais dado a desportos radicais eu não sou muito dada a isso, pelo contrário, até tenho medo de alturas e a minha filha é muito desinibida e não tem medo de nada e gosta é de se atirar e de se pendurar e o pai acaba-a por fomentá-la nisso (...) [A]cho que é importante a gente viver tudo e o que eles agora vão viver com os pais acabam por fazer mais (...) [Q]uando os vamos deitar contamos uma história (...) Agora a minha filha começou a fazer bonecos e eu gosto muito da plasticina e acabamos por fazer as duas muito isso (...) [À]s vezes eu tenho uma ideia e ele acaba por seguir também, ir seguir ou o contrário”.

Nas práticas da vida familiar observa-se uma tendência de partilha igualitária: “(...) nós sempre respondemos às necessidades que nos foram surgindo”, tanto nas tarefas domésticas como no cuidado dos/as filhos/as.

Nós temos as divisões da casa divididas, eu limpo a casa de banho e a cozinha, ele limpa a sala e a outra sala, e depois os quartos normalmente sou eu (riso), ou seja, se ele tiver a, a fazer a parte dele eu tenho que estar com os miúdos.

No entanto, acaba por desabafar que realiza mais tarefas domésticas: “A comida tanto pode ser minha como dele, a roupa é minha, em resumo, é a história que a mulher tem mais que o homem, já tinha feito essa ponte e já tinha percebido (riso) eu acho que tem sempre”. A experiência de Andreia a este nível acompanha a tendência que observa na sociedade, justificando que não existe igualdade de género. Assim, a sua disposição de planificação é reforçada pela crença de “genderização” dos papéis de género, atribuindo à mulher maior capacidade de decisão e de planificação.

Acho que ao analisar a maioria das pessoas que eu conheço, se calhar 80% tem porque nós temos... Eu também não sei se é insistência minha, mas mesmo pensar as coisas dos miúdos sou eu que tenho de pensar. Ele está sempre: "Achas que fazemos isto ou não?" E eu é que tomo a decisão. Não sei se é o meu feitio, se tem a ver com os casais, em geral, não sei, não faço ideia, mas normalmente é isso que acontece. (...) [M]as eu também sou um bocado assim, tento é não ser assim com ele. Eu é que tenho que estar a pensar este percurso todo da roupa (...)"

Andreia defende que educação para a mudança deve começar no contexto de socialização primária. Assim, tem a preocupação de educar o/a filho/a para a igualdade, sobretudo o filho, exemplificando com as suas práticas.

Os miúdos participam em tudo. É muito importante, principalmente ao meu filho, dar-lhe já uma educação de igualdade porque efetivamente nós não vivemos ainda na igualdade e acho que somos nós que temos que criar agora os miúdos nesse sentido. Os meus filhos participam, normalmente em tudo até porque eles gostam de participar e querem, portanto, o sumo de manhã, quem faz o sumo de laranja é o meu filho (...)"

Efetivamente, Andreia assume a planificação das mudanças no curso de vida da família, por exemplo, mudar de residência da cidade para o campo: "O meu sogro ia vender uma quinta (...) [A] minha filha gosta de campo e chegou uma altura em que eu disse: «E se nós mudássemos para a quinta?» E foi isso que aconteceu, acabámos por mudar para a quinta". Nesta fase só tinha nascido a filha: "(...) [T]inha a Matilde quase dois anos". Na altura em que ocorreu a entrevista, perante a falta de perspetivas de emprego em Portugal, preparava-se para planificar uma eventual migração da família para outro país:

Ele acompanha-me nisso, ele pensa quando eu penso, ou seja, quando eu tento, quando eu lhe digo: "Isto vai ser muito complicado, nós sustentarmos as crianças cá em Portugal, porque efetivamente quem ganhava mais era eu e atualmente não consigo ter trabalho nenhum de jeito (riso), a ganhar que me sustente, não é? Porque eu tenho de fazer mil e uma coisas e é uma grande ginástica que eu faço, ao mesmo tempo estar com eles e ele também está a chegar a essa conclusão, não é? Que nós não nos vamos conseguir sustentar assim, às boas, não é? Claro que quero que eles estudem, que eles façam a sua maturação, que eles façam o percurso para serem felizes, no fundo, mas se eles quiserem ir para a universidade eu quero ter essa possibilidade de eles irem e atualmente eu não tenho, não é? Essa é que é a verdade!

Reflexão crítica sobre a Igualdade e a Parentalidade

Na análise do discurso de Andreia identifica-se uma tendência de reflexão crítica sobre a expressão de determinados valores culturais na decisão de entrada na parentalidade e na vida das famílias com filhos. O valor "Igualdade" é um daqueles a que atribui particular

relevância por considerar que não foi assimilado pela sociedade e que, inclusive, se observam retrocessos, nomeadamente na desigualdade de tratamento da mulher antes e depois de ser mãe.

Eu acho que nós as mulheres acabamos por ser um bocado... Nunca tinha sentido isto antes de ter sido mãe, depois de ter sido mãe acho que somos um bocado judiadas nesse aspeto e por isso é que eu acho que não há tanta igualdade para nós depois de sermos mães. Já não estamos em perfeito estado, o nosso raciocínio fica um bocado abalado e depois ainda temos esta situação...

Esse retrocesso é ilustrado com a comparação entre a época em que entrou no mercado de trabalho e a atualidade, referindo que se tentia tratada com mais humanidade: “Quando comecei a trabalhar (...) [Q]uem mandava era mais velho, de uma maneira geral, tinha mais preocupação com o ser humano do que a geração que atualmente está a mandar. Isso é um mistério que eu ando a descobrir...”. Andreia faz um esforço para compreender a razão de hoje da geração mais nova que assume cargos de direção, demonstrar menos sensibilidade para o bem-estar das pessoas: “Se calhar tem a ver com a educação, com o facto de se calhar termos vivido sempre em democracia e não sei se não sabemos fazer uso dela, não sei.” A reflexão baseia-se na sua experiência, nomeadamente depois de ser mãe.

Nem se quer se podia dizer a essa pessoa que eu não poderia estar presente nessa reunião, às vezes, são de caca, não é? (...) [E]u acho que é para mostrar poder "Eu tenho o poder de obrigar esta pessoa a aqui estar" (...) [S]abia a necessidade que aquela pessoa tinha de estar com o filho, que tinha acabado de nascer, e ao mesmo tempo estava a obrigar-me porque se eu lhe tivesse dito que não ia estar presente tinha sido um escândalo, provavelmente pedia a minha substituição, no mínimo...

Ao fazer um balanço da entrevista deixa explícita a sua visão sobre a discriminação da mulher na sociedade atual “Eu acho que é a mentalidade das pessoas”. Na sua reflexão considera que o próprio Estado está demasiado limitado pela cultura dominante e que a mudança só se pode ocorrer através da educação das novas gerações, com impacto a longo prazo.

A entrevista acho que me senti bem. Em termos de sociedade eu acho que estamos... Apesar de tanta igualdade nós não somos, quando entra a parte da maternidade, não, não há igualdade. Eu nem sei como é que o Estado pode influenciar nesse aspeto porque vamos fazer uma comissão de debate para na maternidade a licença passar para seis meses ou para um ano, não é isso que vai... se calhar até vai prejudicar. Aí eu não vou contratar uma mulher porque depois vai ficar seis meses em casa. Acho que o que tem de ser trabalhado é a educação e, portanto, não vai ser nesta geração.

Andreia também reflete sobre a forma como, por um lado, é transmitido o valor social “Parentalidade” e, por outro lado, como este papel é desvalorizado pela falta de apoio a diversos níveis. De acordo com a representação social que existe Andreia tinha a expectativa que para conseguir desempenhar com competência o papel parental necessitava de ter um determinado nível socioeconómico: “É isso que eu acho. Acho que mudou isto, eu achei que tinha que ter uma situação perfeita para ter um filho perfeito e efetivamente não há necessidade de ter essa situação perfeita porque eles adaptam-se perfeitamente às situações todas”. Confrontada com uma experiência de desemprego e sem perspetivas de resolver a situação a breve prazo, a sua disposição pragmática permite-lhe relativizar a importância da capacidade económica e valorizar a disponibilidade de tempo: “Acabo por não poder dar coisas materiais que lhe poderia dar noutra situação, mas acabo por lhes dar tempo e acabo por ter disponibilidade para eles que não tinha. (...) [M]as não foi de maneira nenhuma isto que eu planeei”.

A pressão que é colocada sobre o desempenho parental também está associada à ideia de uma criança ser absolutamente frágil cujos cuidados requerem especial preparação por parte da mãe e do pai. Esta representação social fomenta um sentimento de insegurança nas pessoas que equacionam a possibilidade de assumir esse papel. No nascimento da primeira filha confrontou-se com essa imagem, mas a experiência acabou por não confirmar essa imagem: “Enquanto com a [nome da filha] nós... Aquilo era uma coisa muito frágil que se ia partir a qualquer momento, que exigia imenso de nós e nós tínhamos de estar sempre ali, com o [nome do filho] não tem nada a ver, não é?”. Por sua vez, esta representação também desencadeia um sentimento de insegurança quando as pessoas refletem sobre a capacidade de conciliar a vida profissional com a vida familiar. Todavia, esta questão é facilitada pela própria capacidade de adaptação da criança: “(...) [E]fetivamente uma criança não é aquele elemento frágil que nós entendemos como sendo frágil, não é! Eles próprios têm as suas autodefesas, não é? E nós damos-lhes coisas e eles aprendem, não é? É isso que eu acho”.

A forma como são equacionados os valores anteriores referidos, remetem para a própria valorização da Criança cuja reflexão crítica é desenvolvida por Andreia, sobretudo, a partir da visão sobre as políticas públicas. Todavia, a título ilustrativo adianta-se a contradição que existe entre uma sociedade que promove o valor “Criança” como um bem precioso, que exige ser tratado com especial cuidado, e que não acompanha a criança e a mãe/pai a seguir à entrada na parentalidade. No caso de Andreia recorreu à ajuda da rede

informal, respetivamente do/a cunhado/a: “Os pais que são pais pela primeira vez têm situações... É diferente a nossa preocupação. Quando nós tínhamos algum problema ligávamos: “Olha passa-se isto, o que que acham?” Eles eram o nosso apoio porque tinham um bebé com dois anos”.

Políticas públicas: da ausência às dissonâncias silenciosas entre as medidas e as práticas

A análise deste retrato esboça de um campo específico de políticas para a criança no quando das políticas de promoção e apoio à parentalidade. Andreia sustenta que o Estado não valoriza a Criança e que não promove o efetivo direito das crianças à igualdade: “O Estado... Estou a ser tão má! Eu acho que quando uma criança nasce, todas tinham que ter direito às mesmas coisas”. Na sua perspetiva as medidas de apoio à Criança devem estar plasmadas em todos os setores das políticas públicas: “Coisas, como saúde, educação, tudo, portanto...”. Salienta que devia existir maior apoio financeiro, mas que este apoio podia ser direto e indireto: “As respostas eram exatamente estas dos miúdos. Acho que deviam ajudar, dar mais apoio financeiro e o financeiro se calhar (...) [É] o miúdo quando entra para o primeiro ciclo, é completamente diferente se tiver um pai a ajudá-lo ou não”. No discurso de Andreia é possível identificar políticas de acordo com as fases do curso de vida, tanto ao nível da criança, como das famílias com filhos.

Relativamente às políticas dirigidas às crianças, destaque a importância de o Estado implementar medidas, desde o nascimento, que promovam um apoio de proximidade por parte do Serviço Nacional de Saúde: “Eu acho é que o foco do Estado devia ser nas crianças que nascem, tinha que ser acima de tudo o Estado”. O objetivo é garantir a supervisão do bem-estar e desenvolvimento da criança: “Porque eu acho que o Estado, apesar de eu não sei me iria sentir confortável com essa situação, eu acho que o Estado deveria estar em cima dos pais e verificar se efetivamente estavam a cumprir com essa criança”. Na sua perspetiva, estas medidas não violam o direito à privacidade das famílias e contribuem para prevenir situações de risco que podem ocorrer em qualquer contexto familiar: “Achei estranhíssimo, ou seja, eu fui à procura do que é que eu tenho de fazer à minha filha, tem que ser vacinada, tem que ir fazer o teste do pezinho”.

As disposições de responsabilidade e lutadora de Andreia contribuem para o desenvolvimento das suas competências parentais. Todavia, considera que a sua

experiência não é generalizável e que há famílias que estão sozinhas e têm dificuldade e pedir ajuda: “Eu procuro... mas eu acho que nem todas as crianças têm possibilidade de ter uns pais disponíveis como a minha tem. Não é que a gente sejamos o máximo...”. Uma das ajudas a que recorria quando as crianças estavam doentes, era a Linha Saúde 24: “Eu utilizo muitas vezes a Linha só que quando nós fomos pais pela primeira vez (riso) precisamos mesmo da pessoa física”. No entanto, para si este recurso não substitui o apoio personalizado e presencial que necessitam as pessoas que entram na parentalidade.

Outro recurso que mobilizava era a rede de suporte informal e formal no sistema de saúde privado. A disponibilidade de apoio do profissional deste sistema foi particularmente importante para si, após o nascimento da primeira filha: “É uma parteira que fez a preparação. E eu tinha a minha cunhada e o meu irmão, não é? Mas imaginemos uma família em que não há esta situação a que as pessoas não podem recorrer, pagar, não é?”. Nesses casos, Andreia convoca para a entrevista o recurso à sabedoria popular das famílias com filhos pequenos, uma prática que continua a existir: “As pessoas vão sempre andar a falar com a vizinha que diz: “Olha, tens que lhe pôr um raminho de salsa em cima da barriga por causa da dor de barriga, agora tens que pôr o azeite atrás da orelha”.

Na educação destaca a importância do apoio das crianças na transição para a escola: “(...) [C]onheço uma miúda de quem é dito que é muito burrinha (...). [A]cho que a escola não deveria permitir que, logo no primeiro ciclo, uma criança ficasse burrinha porque não sabe fazer os trabalhos de casa ou não sabe aquilo”. Recordemos a disposição para a trajetória profissional, por parte de Andreia, uma criança filha de uma família com uma baixa posição social e que fez uma trajetória ascendente de mobilidade social: “É nisso que eu digo que acho que o Estado devia intervir mais, as crianças não deviam ser logo marcadas, deviam ter todas a, principalmente nestas alturas, deviam estar mais em igualdade”.

Tanto no apoio às crianças como às famílias com filhos Andreia defende políticas públicas ativas de apoio à parentalidade: “Eu acho que temos que exigir mais do Estado”. Para si não é admissível que as pessoas de uma posição social média fiquem excluídas de apoios, nomeadamente pecuniários, essenciais para o seu bem-estar: “(...) [D]e maneira alguma sou considerada uma pessoa rica e que não tem necessidades porque tenho (...) [P]orque tenho outros encargos, não consigo e achei altamente escandalizante, um escândalo eu não ter da minha primeira filha direito a nada”. A sua disposição pragmática

permite-lhe ter um sentido crítico com adesão à realidade e exemplifica com o seu caso particular: “Em termos brutos eu ganhava 1800 mais os 700 dele, é fazer as continhas (...) [N]ão ganhávamos nenhum disparate, estávamos a pagar uma casa e todas as outras despesas e tínhamos uma criança (...) e não teve direito a nada”. Andreia estabelece a comparação com outros países, nomeadamente, da União Europeia onde existem mais condições de vida do que em Portugal e melhores políticas de promoção e apoio à parentalidade.

[C]omparado Espanha não tem nada a ver e se formos comparar com o resto da Europa não tem nada! Eu na altura era um quadro médio, mas nós não conseguimos (...) [F]azer as coisas que os outros fazem, que os estrangeiros fazem, que os nossos parceiros fazem e, portanto, como é que nós podemos ser considerados ricos para eu ao ter a minha filha não ter direito a nada, ela não teve direito a nada, paguei o máximo no colégio, pronto, o máximo!

Na área a saúde sublinha a falta de apoio: “(...) [E]xceto o parto, passou à margem do Serviço Nacional de Saúde, passou completamente à margem, todas as ecografias, tudo foi pago por mim, tudo foi pago por mim”. Acrescenta que teve direito a realizar um exame: “(...) [T]ive o Serviço Nacional de Saúde para fazer a amniocentese”. Andreia também refere o fato da resposta não ser prestada em tempo útil “(...) [E]u já ia ao ginecologista particular e continuei a ir porque o Serviço Nacional quando era para fazer uma ecografia num determinado período não conseguia responder”. Entretanto, considera que no Serviço Nacional de Saúde o cidadão devia ter oportunidade de escolher o médico pelo qual desejava ser seguido: “(...) [N]ão tenho nada a dizer da [nome da médica de família] pelo contrário (...) [M]as quer dizer uma pessoa, uma criança está doente (...) [É] que nem sempre os profissionais estão a responder, enquanto no particular podemos escolher”. A sua disposição para a trajetória profissional associada ao mérito, leva Andreia a ser exigente nos diferentes contextos de vida.

Adianta, ainda, a dificuldade de acessibilidade aos serviços de saúde, por diversa ordem de razões, uma delas é a burocracia: “Eu acho é que não temos uma resposta, por exemplo, e entrar no sistema é que é complicado, não tem a ver se calhar com os profissionais, tem a ver com o sistema, com a burocracia”. Outra das razões é o problema da comunicação. Na sua perspetiva os serviços não são suficientemente divulgados, a informação sobre as respostas existentes não chegam ao cidadão: “Eu entretanto como não recorria muito ao Serviço Nacional também não sabia muito bem como é que as coisas funcionavam e a informação também não chega muito bem a nós, essa é a verdade!”. Refere, ainda, outra razão: o fato dos profissionais prestarem simultaneamente serviço nos sistemas público e

privado. Por esta razão, nem sempre referenciam, em tempo útil, os doentes para serviços públicos, na expectativa de estes serem obrigados a recorrer a consultas privadas.

Andreia ilustra esta última razão, com a sua própria experiência. Na transição do jardim-de-infância para a escola, a filha iria deixar de beneficiar de um determinado tipo de apoio e a terapeuta que a acompanhava até então no jardim-de-infância, não a encaminhou para a colega do serviço de saúde que lhe poderia continuar a prestar esse apoio: “Porque eu, às tantas, comecei a achar que estavam a querer que eu encaminhasse a minha filha para o privado, entre aspas, e como sou da área de ensino tenho colegas minhas da área de ensino e acabei por...”. A sua perceção é reforçada quando a terapeuta do serviço público comunica a Andreia, que a filha devia ter sido referenciada mais cedo porque o serviço não tem lista de espera: “Eu acho que há respostas, são utilizadas indevidamente. Agora a minha filha está a ter apoio e (...) [A] doutora até achou muito estranho: “Nós nem lista de espera temos porque é que ela não chegou aqui?”. Ao associar as duas coisas conclui que pode existir uma certa promiscuidade entre o sistema público e privado: “Eu não quero ser injusta, mas a ideia que tenho é que eles também estão no particular. (...) [L]ogo aí tem que haver, portanto, as pessoas também (...) [T]êm necessidade de dinheiro e eu dá-me ideia que foi isso que aconteceu...”.

A falta de flexibilidade de horários dos serviços públicos, sobretudo, na área da educação é outro dos constrangimentos que identifica no apoio à parentalidade: “O que noto, efetivamente, é que as pessoas andam todas na mesma luta a conciliar horários. Em termos do público estamos condicionados nesse aspeto e quando for para a escola vai ser igual”. Esta questão dificulta a conciliação da vida familiar com a vida profissional, nomeadamente, para quem não tiver uma rede de apoio informal: “(...) [O] meu marido quando vai a entrevistas diz logo isso: “Atenção eu preciso deste horário” ou então sou eu que tenho de dizer (...) [P]orque em termos públicos não temos resposta e depois ou nos socorremos da minha cunhada...”.

Andreia identifica também problemas ao nível do mercado de trabalho. Neste setor considera que a questão tanto se coloca do ponto de vista das organizações, como dos profissionais. Em primeiro lugar, reconhece a importância das medidas de conciliação da vida familiar com a vida profissional, mas sustenta que não estão suficientemente divulgadas e promovidas no mercado de trabalho: “(...) [E]m termos de emprego acho que os gestores e a entidade patronal não têm muita perceção, há muita coisa que é

apoiada pelo Estado e que (...) não tem problema nenhum em deixarem usufruir, mas (...) acham que é um entrave”. Dá o exemplo, do pagamento do subsídio de parentalidade por parte da segurança social, as instituições não entendem como benefício a possibilidade de não pagarem o salário dos trabalhadores durante o período da licença: “Como, por exemplo, o facto de uma mulher ter que engravidar, ter filhos, e a entidade patronal efetivamente não ter encargo nenhum com isso porque tudo é suportado pelo Estado...”. Por a sua disposição para a carreira não ter produzido os efeitos esperados, desvaloriza a importância das competências profissionais e, como tal, sustenta que os trabalhadores podem ser substituídos por quem receba um salário inferior: “Há uns anos atrás aquela pessoa estar ali naquele lugar fazia a diferença, atualmente os contratos são feitos a quem recebe menos dinheiro, quem é que está capaz de fazer um estágio e não se paga tanto”.

Em segundo lugar, defende que há resistência ativa na aplicação das medidas públicas de conciliação da vida familiar com a vida profissional e que, surpreendentemente, pode ser maior da parte do Estado: Dá como o exemplo, o fato de a contactarem sistematicamente fora do horário de trabalho: “Eles tinham que perceber que eu tinha acabado de ter uma criança (...) [E] dentro da própria empresa tiveram isso em atenção. A questão (...) [E]ra o dono de obra [o Estado] que me ligava a qualquer hora”. Refere que o poder dos dirigentes, por vezes, sobrepõe-se à própria Lei: “Não sei como é que se pode mudar isto porque se reparar, quando contei a minha experiência profissional era para questionar por que motivo é que uma pessoa que trabalha numa empresa pública, obriga?”

Relativamente às medidas de públicas no campo da conciliação, considera que a flexibilidade de horário é o apoio que mais beneficia as famílias com filhos pequenos.

Acho importante contar isto, quando fui trabalhar para a empresa, eu expliquei logo que tinha sido mãe e o que me perguntaram foi se eu queria usufruir do direito de amamentação. Neste momento já sei que aquilo não é direito nenhum, eu tinha direito e não tinha que ter dito nada, mas não interessa e eu disse que não, uma vez, que eles me estavam a contratar de novo, o que eu lhes pedia era flexibilidade.

No plano do emprego, pensa que mudanças a curto prazo exigem a aplicação de sanções aos empregadores que não cumpram as medidas previstas no Código de Trabalho, em matéria de conciliação da vida profissional com a vida familiar. A sua visão sobre as políticas de promoção e apoio à parentalidade remete também para a política no setor educativo, respetivamente da educação para a igualdade de género.

Porque eu acho que os homens não estão ainda educados para igualdade e as mulheres também não estão. Eu acho que nem uns, nem os outros estão habituados. Elas porque depois acabam por fazer e eles porque acabam por se acomodar e nem veem que aquilo não é obrigação do próximo, não é? Acho que isso tem a ver com a educação. Depois o Estado a intervir só a obrigar as mulheres a tirar seis meses e os homens a tirar efetivamente seis meses. (...) [E] passar multas a quem não tirar porque se não, vão haver ali escapes, é a única possibilidade digo eu, mas também não sei se funcionaria (riso) porque as pessoas arranjam logo uma maneira de...”

Síntese interpretativa

A interpretação da narrativa de Andreia revela diversos paradoxos da sociedade atual, com reflexos no adiamento e exercício a parentalidade, bem como ao nível das políticas públicas.

Na sociedade de risco (Beck, 2002) desafia-se o indivíduo a ter ferramentas para responder à incerteza e imprevisibilidade, mas este retrato ilustra a forma como simultaneamente se descapitaliza o valor dos seus saberes e competências. A disposição para o investimento da carreira, por parte de Andreia, apela a uma ordem ética que não se observa nas dinâmicas sociais, nomeadamente no contexto profissional. Por um lado, existe uma narrativa assente no empreendedorismo, que privilegia a importância do capital conhecimento e a necessidade de elevadas competências profissionais numa sociedade global, altamente competitiva. Por outro lado, prevalece uma prática conservadora, subterrânea, que privilegia o capital relacional, desconsiderando os saberes e que contribui para que Andreia seja preterida em função de profissionais menos habilitados para as funções. Esta contradição da sociedade tem profundo impacto na sua construção identitária, questionando-se sobre os seus valores e património disposicional, designadamente sobre a herança a transmitir aos filhos. Ao fazer uma retrospectiva sobre a sua trajetória revê a decisão de adiamento da parentalidade e toma consciência que devia ter concretizado o seu desejo mais cedo, independentemente da sua situação profissional.

A interpretação da crise disposicional de Andreia permite apreender as bifurcações com que se confronta quem deseja ser mãe ou pai e que podem estar associadas ao adiamento da transição para a parentalidade. Dúvidas associadas, desde logo, a questões identitárias relacionadas com o sentimento de segurança ontológica que tende a ser desafiado perante

um ideal social de “Pai-Perito” e “Mãe-Perita”. A questão do “saber ser” e do “saber fazer” são duas faces de um só corpo, que convoca competências também ao nível conciliação da vida pessoal, com a vida familiar e a vida profissional.

A distância entre as políticas de educação para a igualdade de género e conciliação da vida familiar com a vida profissional e as práticas que se observam, os próprios paradoxos existentes nestas dinâmicas, geram uma entropia tal que chegam quase ao limite de aproximarem o futuro do passado. A disposição pragmática de Andreia permite visualizar a confusão que caracteriza a sociedade de risco neste campo. A sua experiência acentua a importância da flexibilidade do tempo profissional para as famílias com filhos, das “Políticas do tempo” orientadas para a idiossincrasia de cada família, em cada fase do seu curso de vida.

A aspiração ao bem-estar individual, através do investimento na carreira, é desconstruída pela própria disposição de planificação de Andreia, outro paradoxo que o seu retrato expressa.

A minha vida resume-se sempre à mesma... [O]s meus problemas atuais resumem-se se calhar ao mesmo que a maior parte do pessoal, não é? Que é o dinheiro. No fundo, não saber se me vou sustentar no futuro por causa da minha situação profissional, não é? (...) [P]orque em termos familiares sou feliz, vamos lá ver, eu acho que aquele conceito de a pessoa estar numa eterna felicidade, não sei se isso existe, tenho é momentos em que sou muito feliz, não é? (...) [E]u tenho a minha vida muito focada atualmente na minha família, portanto, aqueles momentos que passo em família e para mim é muito importante e gratificante.

5. Maria: “Uma mãe resiliente: a maternidade numa trajectória inacabada de bifurcações e pontos de viragem”

Maria tem 41 anos e foi mãe pela primeira vez aos 40, não equacionando ter um segundo filho. É natural de um meio urbano, numa zona interior. Cresceu numa família de classe média que se confrontou com sérios problemas económicos. A superproteção que teve da família, sobretudo, da sua mãe e da avó, é uma das poucas boas memórias que relata. É neste contexto de socialização, preenchido pela presença de figuras significativas e de amor, que se forma a sua disposição relacional-afetiva. Aos 10 anos ocorre o primeiro

ponto de viragem na sua vida e inicia uma trajetória de sucessivas bifurcações e mudanças. Os pais decidem mudar de profissão, vão viver com ela e a sua irmã para uma localidade distante da família alargada. Apesar de ter uma mãe hiper protetora, Maria sente-se desenraizada, longe de tudo e de todos. Uma das atividades profissionais dos pais tem grande impacto em si, na formação da sua crença irredutível na defesa da vida animal e na formação da sua disposição vegetariana, uma das heranças que transmite à filha. A partir daí a sua trajetória é condicionada por sucessivas mudanças de contexto, que não deseja e que têm efeitos negativos para si, nomeadamente na escola e nas relações de amizade. Entretanto, começa a queixar-se de dores persistentes que todos duvidaram ser verdadeiras até lhe ser diagnosticada fibromialgia. A doença passou a fazer parte da sua vida. Inspirada na educação que recebeu da avó materna desenvolve uma forte disposição de resiliência, um recurso importante para superar as incertezas com que se depara. Maria tem um bacharelato e é licenciada, até aos trinta anos trabalhou numa empresa onde recebia um salário elevado. Recorda, com nostalgia, que teria sido a fase ideal para entrar na parentalidade. A seguir deparou-se com uma situação inesperada de desemprego e desde então a sua fonte de rendimento é baixa e incerta, pois está dependente das explicações que dá e do rendimento do marido, trabalhador independente e cujo salário líquido também é baixo. A entrada na parentalidade é um ponto de viragem, de superação de si própria e dificuldades diversas, ocorre numa fase igualmente desafiante da sua vida. Um ano depois do nascimento da filha é lhe diagnosticada esclerose múltipla, cerca de dois meses antes da realização da entrevista. A vida torna-se uma incógnita absoluta.

A formação precoce da disposição de cuidar e da disposição de relacional-afetiva

Maria desenvolve precocemente a sua disposição de cuidar. Os seus contextos de socialização primária são muito protetores e ela cresce a sentir-se bem cuidada pela família. A atitude de proteção dos avós maternos, inclusive, é extensível ao contexto de socialização escolar.

“[E]ra pequena, era muito protegida pelos meus avós maternos que inclusive até iam comigo para a escola primária e ficavam lá à espera que saísse para o recreio com um terno (...) [e] ficava ali para me proteger para os outros meninos não me baterem e não sei quê, era hiper protegida. (...) [H]avia outros meninos que os avós também os acompanham”.

A sua mãe reproduzia esta atitude: "Ter tido uma mãe híper protetora também foi muito, foi muito condicionante para mim, mas de facto eu não tive uma vida muito fácil", como aliás, nos vai relatar ao longo da entrevista.

A atitude da família é percecionada por si como um fator positivo e diferenciador na sua educação: "há pessoas que dizem que isso pode condicionar e que é negativo, eu acho que não, eu acho que isso é sempre bom, a presença (...). Num aspeto tive amor, tive carinho, mas depois... (...). O carinho e a presença é o mais importante na família, nós termos apoio na família". É com profunda admiração que se refere às características da sua mãe e à forma como foi cuidada por ela na infância e também na idade adulta.

"[S]im eu tive uma mãe, tenho uma mãe... galinha, completamente galinha, híper protetora... quando eu penso no significado de uma mãe, quando eu penso como uma mãe deve ser, só a imagino a ela porque ela parece que nasceu com... capacidades supersónicas, com capacidades... um talento especial para ser mãe".

É nesse ambiente que desenvolve a sua disposição para cuidar com expressão no seu curso de vida e que se forma igualmente a sua disposição relacional-afetiva. A forte relação de proximidade com a sua rede informal fica fragilizada quando os seus pais, por razões profissionais, decidem ir residir para uma localidade distante: "Quando terminei a 4ª classe os meus pais decidiram ir para [nome da região] na perspetiva de uma vida melhor... foram para lá, tive que deixar todas as amizades que tinha, toda a família e fomos para lá sozinhos (...) foi difícil". Mais tarde, volta a ocorrer nova mudança e desta vez fica distante da própria família nuclear.

"Eu tive que ficar cá com os meus tios, que já cá viviam, também não foi fácil para mim estar longe da minha mãe... (...). A minha irmã ia com eles porque a minha irmã tem sete anos de diferença de mim,... portanto e eu estava só com os meus primos que não eram propriamente os mais afetuosos, não que eles fossem más pessoas, mas... pronto eram mais velhos (...) estava longe dos meus pais e por isso também não foi fácil enfrentar essa situação, todas estas mudanças".

As disposições para ultrapassar sucessivas bifurcações

No contexto da sua socialização primária Maria, com a avó materna como modelo, desenvolve a sua disposição de resiliência: "A minha avó dizia-me muito para eu sempre pensar que o dia de amanhã vai ser melhor que o de hoje e eu nunca mais me esqueci daquelas palavras e faço sempre, tento sempre fazer isso da minha vida, amanhã vai ser melhor que hoje". Esta disposição é transponível ao longo de diferentes contextos e fases

da sua trajetória e foi um dos recursos que mobilizou para gerir o seu sentimento de desenraizamento ao longo da adolescência.

“Eu de repente ver-me sozinha, sem família... onde é que está a avó? Onde é que está a mãe? Foi muito difícil, não é? ... E aí senti-me um pouco mal, mas também me fez crescer, também me fez responder à vida de outra forma... tem sempre o lado bom e tem sempre o lado menos bom, não é? Depois (...) quando eu já estava com as minhas amizades, outra vez retomadas e novos amigos e não sei quê, os meus pais decidem vir para [nome da cidade]. E fui para uma escola que não era de todo a melhor, onde...”.

A sua resiliência foi igualmente útil para enfrentar a crise económica com que a família se confrontou: “[E] acabei por ter que me desenrascar sozinha e os meus pais passaram uma fase financeira muito complicada”. Esta disposição permite-lhe ultrapassar as dúvidas da família e dos médicos sobre as dores que sentia desde criança. Durante muito tempo vivenciou essa experiência sozinha porque os médicos não conseguiam diagnosticar nenhuma doença e a família tendia a desvalorizar as suas queixas.

“[E]u sempre tive dores e dores que não passavam... depois havia aquela coisa «tu és preguiçosa, tu estás sempre cansada», isto já tinha tudo a ver com, com este problema... (...) desde miúda que a minha mãe já me dizia que os médicos não conseguiam arranjar explicação para as dores... e depois achavam que era um pouco hipocondríaca e não era”. Em adulta é-lhe diagnosticada fibromialgia e encontra finalmente uma razão objetiva para as dores que sempre sentiu: “há cerca de 15 anos a esta parte descobri que tinha fibromialgia”.

No entanto, nos meses a seguir ao nascimento da filha, foi-lhe finalmente diagnosticada a doença que poderá ter estado na origem das dores que sentia desde a infância, Maria tem uma doença degenerativa grave.

[F] há um mês ou dois, por outras razões que não teve nada a ver com uma suspeita (...) fui arranjar um dente e a médica foi perspicaz, a neurologista e achou estranho «vamos fazer uma ressonância magnética» e foram-me detetadas onze lesões no cérebro que o médico não teve qualquer dúvida em dizer que era esclerose múltipla (...) [A]s dores que eu sofria muito provavelmente advinham dessa doença e não da fibromialgia, pronto”.

Ao longo de uma trajetória de vida na companhia silenciosa da doença, a par de uma disposição de resiliência, Maria desenvolve uma disposição de tolerância ao sofrimento. Estas duas disposições contribuem para que ela mantenha a esperança nas situações mais adversas. Esta disposição permitiu-lhe ter um comportamento adaptativo, mas não se conformou com a reação das outras pessoas.

“(...) [F]oi um bocado revoltante porque é assim eu sentia as dores e via as pessoas, mesmo familiares... um pouco desconfiados: «não é possível ela ter estas dores, depois toma analgésicos e não lhe passam» e o que é facto é que eu

continuava a sentir as dores e não foi fácil eu transmitir às pessoas que eu sentia aquelas dores”.

É nesta trajetória errante e solitária, de sucessivas mudanças de contextos territoriais e de socialização, que se forma a sua disposição para a resiliência. Apesar da sua trajetória, Maria desde cedo aprende a confiar naquilo que sente independentemente da opinião dos outros, formando-se uma disposição de autoconfiança. A doença física que sentia a isto obrigou.

A incerteza instala-se na sua vida depois do diagnóstico de uma doença que, pela sua natureza, não é possível fazer pronósticos relativamente ao ritmo e ao tipo de evolução. A sua disposição resiliente e a disposição pragmática com que gere as crises e ultrapassa as dificuldades são recursos essenciais para manter a esperança no futuro e, concretamente, ter força para cuidar da sua filha.

“Claro que eu ainda ando, ainda faço a minha vida mais ou menos normal, mas há sempre aquele receio de um momento para o outro poder andar numa cadeira de rodas e penso na minha filha, penso em várias coisas, mas também não quero pensar muito nisso, quero desvalorizar, quero pensar que há muita gente que faz uma vida normal com medicação e, portanto, é assim que eu quero pensar”.

Estas disposições constituem uma parte importante da herança do património disposicional que deseja transmitir à filha: “(...) [S]e hoje não foi bom, amanhã vamos tentar que seja melhor e eu quero transmitir-lhe isso a ela [filha] também e foi aquilo que eu aprendi, é aquilo que gostaria que ela também absorvesse na vida dela”. Quando olhamos em perspetiva para as bifurcações com que Maria se depara, compreendemos a importância que estas disposições representam para si.

Crise disposicional

Maria foi educada na religião católica, numa família praticante: “(...) [T]anto da parte da minha família materna, como da minha família paterna... eram todos católicos pronto e eu andei na catequese e a minha mãe foi catequista e tudo mais”. No entanto, na adolescência questiona-se sobre as suas crença e a religião deixa de ter uma influência consciente na sua vida.

“[S]ó que depois chega uma determinada altura que nós vamos questionando as coisas e já não olhamos, tenho respeito, respeito todas as religiões, todas as pessoas que até mobilizam a sua vida em função da religião, mas a religião não comanda a minha vida, não é? De vez em quando sou capaz de dizer um «meu Deus» mas é mais por força de expressão e se disser «vou rezar» se calhar às

vezes rezo... e pronto, tá lá a influência, mas não é uma coisa que... racionalmente eu veja como um... suporte”.

O próprio casamento pela igreja não decorre da sua convicção religiosa e do marido.

“(...) [E]le então é ateu mesmo... na altura nós decidimos casar pela igreja, mas já foi uma decisão assim um bocadinho, já tivemos quase, quase para não casar, pronto. Depois acabámos por casar e acabámos por ter uma sorte incrível (...) acabou por vir um padre que fez uma cerimónia, um padre brasileiro que fez uma cerimónia espetacular, que as pessoas todas adoraram”. Na prática, a cerimónia religiosa acabou por ter um impacto positivo na sua disposição relacional-afetiva, mas ter-se-á limitado a essa circunstância, não tendo reflexo na sua trajetória de vida, em geral”.

A formação de disposições por identificação e por oposição à família

Os valores que os pais lhe transmitiram na infância e que Maria considera essenciais na sua vida, estão intimamente relacionados com a sua disposição relacional-afetiva, nomeadamente a tolerância e o respeito pelo outro. Como vamos constatar estes valores vão orientar amplamente a sua vida e refletir-se na experiência parental.

“[O]s valores] são muito importantes porque os meus pais sempre me ensinaram o respeito, a tolerância, sempre me ensinaram a ser educada para as outras pessoas, ser trabalhadora e eu tento também transmitir, ela ainda é muito pequenina mas eu tento transmitir esses valores à minha filha diariamente até nas pequenas coisas e sobretudo o carinho e a presença, que é o mais importante”.

No entanto, o seu contexto de socialização primária contribui para a formação dos seus valores tanto, por identificação como por oposição. Por exemplo, em criança a proximidade ao contexto profissional dos pais, desencadeou em si uma rutura com a visão da família sobre os animais: “[D]esde miúda que tinha muito, sempre me fez muita confusão... a morte dos animais e os meus pais sempre tiveram ligados a negócios desse ramo, pronto, era talhos, enfim! E a mim sempre me fez muita confusão. Eles diziam que era necessário, até determinada altura”.

Maria forma precocemente a sua forte disposição para a defesa da vida animal e a mais tarde a sua disposição vegetariana.

“(...) [E]stes hábitos alimentares não se resumem só a questões alimentares porque nós [o casal] temos uma preocupação, por exemplo, em não comprar nada que seja necessário a morte do animal, portanto os produtos de higiene também tentamos que não sejam testados em animais. A nossa vida [do casal] tentamos, nós não conseguimos reduzir isto a zero mas nós tentamos”.

A sua disposição é transferida para a conjugalidade, o marido também partilha a sua opção e é integrada na cultura familiar: “[D]epois o meu marido também pensava da mesma forma que eu e nós decidimos ser vegetarianos e então, por razões éticas nós

tentamos também que a nossa filha consiga mostrar ao mundo que é possível ela ser saudável e ela fazer uma vida normal não ingerindo animais”. A filha é, assim, educada para o desenvolvimento destas disposições: “[E]la está ser acompanhada por uma nutricionista (...) [F]oi uma grande pesquisa, não foi uma decisão pouco fundamentada fizemos um grande estudo sobre os alimentos que ela teria que ingerir para contrabalançar a falta da carne e do peixe”. Maria tem a preocupação de transmitir que a iniciação da filha num estilo de vida menos comum é acompanhada de uma atitude responsável. Aliás, diríamos que mais do que uma atitude, trata-se de uma disposição responsável que é ativada em diferentes momentos.

Crise disposicional na transição para a parentalidade

Ao longo da entrevista Maria apresenta de forma clara um quadro interpretativo da sua experiência de vida. Este quadro contempla o vasto leque de disposições que temos revelado, em que a disposição de resiliência adquire particular expressão. Como observamos, Maria deseja educar a sua filha para o desenvolvimento desta apetência, tornando-a uma pessoa apta para a vida.

“(...) [E]stas minhas dificuldades todas, logicamente que me dão uma, digamos assim, uma estaleca de vida que eu quero também tentar transmitir à minha filha e a vida já pouco medo me mete e todas as dificuldades que eu vou sentindo, eu vou acreditando que as vou conseguindo ultrapassar”.

No entanto, Maria enfrenta uma crise disposicional na fase em que ponderava transitar para a parentalidade: “(...) [O] que aconteceu é que quando eu tencionava avançar para a decisão da maternidade, na ordem dos trinta também não foi muito mais, não foi muito mais cedo rondava ali os trinta. O que aconteceu é que fiquei desempregada”. Perante esta bifurcação nas suas vidas, o marido convence Maria a adiar a entrada na parentalidade, na expectativa que a situação melhore.

“(...) [N]o fundo o que me levou a adiar foi o facto de o pai também não querer, não é? Sem ele também não, não poderia avançar, não é? E foi o facto, foi o acomodar da situação, foi até o meu próprio marido disse-me assim: «Estás desempregada, vamos esperar mais um bocadinho, pode ser que a situação melhore» e a situação nunca melhorou”.

Num quadro de incerteza, mas sobretudo perante a insegurança do marido, Maria entende adiar a decisão de entrada na parentalidade.

“[E]u sofri imenso com dores e a decisão isto tudo é um conjunto de fatores que nos leva a adiar [entrada na parentalidade], esta vontade de assumirmos um compromisso porque depois não sendo a questão financeira também há a questão física e se eu tinha ou não resposta para isso, não é? ”.

Esta crise foi ultrapassada com a ajuda da sua rede de suporte informal.

“[A]ssim do nada vi-me numa situação muito complicada e então nós fomos adiando porque tínhamos assumido determinado nível de despesas e depois foi difícil até manter-mos a mesma habitação, portanto, só com a ajuda de familiares é que foi possível manter o mesmo...[nível de vida]”.

O seu património disposicional vence a incerteza no adiamento da parentalidade

Ao refletir na decisão de entrar tardiamente na parentalidade, Maria expressa com assertividade que teria sido mãe mais cedo. A idade ideal teria sido aos trinta anos.

“(...) [T]eria tido mais cedo, teria tido mais cedo (...). Teria tido um bocadinho mais cedo. Aí por volta dos trinta, trinta e pouco. (...), mesmo desempregada, porque continuo desempregada, não mudou nada as fontes de rendimento são iguais e acabei por ela está aí, não é? As ajudas com certeza surgiriam na mesma, não é? (...) Da família de ambos, de ambos, tanto minha como do meu marido”.

Maria recorda, com nostalgia, não ter recorrido mais cedo ao suporte da sua rede informal para concretizar o seu desejo de ser mãe.

“(...) [M]as sempre nos foi dito, mesmo com o cenário de pouca saúde financeira, mesmo com o cenário da minha doença, sempre nos foi dito que quando nós quiséssemos estariam lá para nós, portanto isso foi sempre dito, poderia haver a dúvida se depois quando surgisse estariam ou não, não é? Mas sempre nos disseram que estariam, portanto nós sabíamos que tínhamos ajudas e teríamos com quem contar”.

Assim, Maria não se conforma com a decisão de adiamento e perante uma situação de desemprego prologado, ao confrontar-se com os condicionalismos biológicos associados à sua idade, Maria verbaliza o que sente.

“[Q]uando finalmente começamos a regressar a essa decisão, foi um pouco triste, entre aspas, porque já estava a pesar o avançar da idade então...(...) Já estava a rondar os quarenta portanto foi dois ou três anos antes dos quarenta que decidimos se não for agora começa a ficar complicado e ficou, ficou complicado (...)”.

A sua disposição corajosa permitira-lhe ultrapassar as inseguranças do marido, inclusive, relativamente à sua saúde e bem-estar.

“(...) [E] a questão da maternidade quando as pessoas diziam, o meu marido dizia-me assim, «tu tens tendência para engordar, tu já viste, agora tu vais engravidar (...) durante a gravidez emagreci e sempre com uma preocupação de

alimentação saudável para a bebé e tudo, até água que eu não gosto, eu não bebo, eu obrigava-me a beber a água por causa dela... e tudo”.

Todavia, tal como Maria referia anteriormente, depois de decidir entrar na parentalidade começaram a surgir diversas dificuldades.

“O que é certo, é que passado um mês ou dois de começar a tentar, engravidei só que tive um aborto espontâneo e então aí foi um misto de alegria muito forte, ter conseguido e depois de repente o mundo desabou e comecei a pensar que já iria ser muito muito complicado, depois tive um segundo aborto espontâneo aí sim já comecei a pensar que não conseguiria e depois comecei a ser acompanhada nas consultas de procriação medicamente assistida pela via pública e já tinha até agendado um tratamento de fertilização in vitro”.

Nesta fase a avó materna, com que tem uma relação afetiva forte, adoece gravemente. É neste contexto de múltiplas incertezas que Maria acaba por engravidar da sua filha: “[T]inha sido chamada para a consulta e quando menos esperava quando a minha avó estava a morrer no hospital em eminência de fazer, ou não fazer, uma operação para remoção de um tumor no estômago, com o mundo virado das avessas foi precisamente nessa altura que engravidei”. No final, a gravidez superou pela positiva as expetativas de Maria e os receios do marido relativamente ao seu estado de saúde.

“E com um turbilhão de coisas a acontecer a gravidez correu bem, correu muito bem não tive dores durante a gravidez houve ali uma alteração hormonal, mas praticamente não tive dores nenhuma e foi uma alegria muito, muito, muito forte e agora ela dá-me forças para continuar e para enfrentar tudo”.

Assim, só a mobilização das suas disposições de coragem e esperança permitiram a Maria vencer tais bifurcações e concretizar o desejo de ser mãe. Maria sustenta que os fatores de incerteza que a levaram a adiar a entrada na parentalidade, respetivamente a sua situação de desemprego, os problemas financeiros, a doença e também a insegurança do marido perante estes aspetos, não eram suficientes para ter tomada essa decisão: “No meu caso, como queria [ser mãe], e adiar, ir adiando, ir adiando, já está feito, mas não são motivos suficientes para adiar...”.

A maternidade como fator de segurança

A entrada na parentalidade superou todas as suas expetativas e reforça o seu sentimento de segurança ontológica.

“(...) [A] minha filha é tudo para mim... ela é... a luz, a luz que, que veio iluminar a minha vida... eu olho para ela e parece que todos os problemas desaparecem, que eu tenho forças (...) e eu pensava que não era capaz, por isso ela representa

tudo. Ela não sabe, mas só que ela é tudo, a partir de agora ela é tudo para mim”.
A maternidade vem reforçar o seu patrimônio disposicional e a disposição de cuidar é, particularmente, ativada”.

É com convicção que Maria afirma que gostaria de ter um segundo filho. No entanto, só colocaria essa hipótese se fosse mais nova, remetendo para a altura em que, pela primeira vez, equacionou entrar na parentalidade.

“Eu teria, teria tido mais filhos até... teria tido sem dúvida nenhuma, teria tido a primeira mais cedo e se calhar até tinha a segunda, o segundo filho... nesta altura [cerca os 30 anos], não é?! Mas gostaria de ter tido dois filhos... gostaria, mas pronto, a vida não se proporcionou assim e eu já fico muito feliz de a ter a ela”.

A sua disposição relacional e afetiva ganha nova expressão, o amor que expressa pela filha compensa quaisquer que problemas com que o casal se confronte, nomeadamente de ordem financeira.

“É um sentimento inexplicável, de um amor incondicional, de uma entrega, de um acordar todos os dias e saber que temos ali um ser que depende de nós, em que nós podemos de alguma forma ajudar, eu à minha filha infelizmente não a posso ajudar muito financeiramente, mas tenho esperança (...) mas posso-lhe dar o mais importante, que é o amor, o carinho, a presença, a dedicação, a paciência, que acho que a paciência é uma coisa que as pessoas hoje em dia quase que não têm muitas vezes reina um pouco o egoísmo, não é?”.

Apesar das dificuldades financeiras serem uma limitação à educação que gostaria de dar à filha, a sua experiência de socialização primária dita que podem ser claramente compensadas com a ativação das suas disposições de cuidar.

“Eu gostaria de lhe poder proporcionar uma educação boa, gostaria que ela pudesse viajar, gostaria que ela pudesse ter acesso às coisas, às novas tecnologias, que os outros meninos também têm (...) mas eu acho que não há nada mais importante do que a presença e o carinho acho que é o mais importante e o amor”.

Nesta perspetiva, Maria aponta a disposição para o sacrifício como uma das condições para o exercício pleno da parentalidade e convoca a sua experiência e do marido, de cuidarem de animais de estimação, para demonstrar como desenvolveu esta disposição. Através dessa experiência, desde cedo, aprendeu a redefinir as suas necessidades e rotinas em função de terceiros, o que facilitou o processo de adaptação às dinâmicas de cuidar da filha.

“Eu estou bem assim, quero viajar, quero fazer isto, quero fazer aquilo, então vou adiar a decisão. No meu caso, no meu caso o meu marido não foi propriamente por isso porque nós sempre tivemos animais e sempre condicionámos muito as nossas férias com os nossos animais (...) [E]u acho que o amor é a chave de tudo”.

Por último, com a entrada na parentalidade Maria sente nova motivação e segurança para reingressar no mercado de trabalho.

“Enfim eu tento, tento procurar ser uma mãe informada, estar a par de tudo o que é melhor para ela, dar-lhe muito amor e infelizmente não é possível sobreviver sem dinheiro (riso) portanto é tentar agora retomar a minha vida profissional que também faz muita falta a nível psicológico nós voltarmos ao ativo”.

A representação social e o adiamento da parentalidade

A trajetória de vida e a decisão de adiamento da parentalidade mobilizam as disposições de autoconfiança e pragmática de Maria. Ao refletir sobre o seu curso de vida, compreende a rapidez e a imprevisibilidade com que as bifurcações surgem e mudam a direção da vida. Nesta perspetiva identifica os riscos de adiar essa decisão.

“Eu acho que muitas vezes, deviam pensar duas vezes ou três ou quatro, antes de avançar com o adiamento da decisão da maternidade porque pode ser já tarde demais. Aquele momento pode ser o momento certo, porque a vida são dois dias, a vida são dois dias há uma doença, há um acidente, há qualquer coisa que muda”.

Assim, nem a situação de incerteza financeira deve ser um obstáculo porque as bifurcações e os pontos de virarem surgem de forma imponderável na vida das pessoas.

“As vezes, as pessoas pensam que estão no caminho certo e se calhar não estão, adiam a decisão porque querem ter uma estrutura familiar mais sólida, uma almofada financeira melhor para poder depois. Então vamos criar um ambiente e uma vida favorável ao nascimento do bebé, só que a vida não é só feita de...às vezes os nossos planos desmoronam-se, não é? Quando menos esperamos surge qualquer coisa que nós não vamos poder aquilo que planeamos não vamos poder concretizar”.

Maria considera que outro aspeto a ponderar na representação social associada à entrada na parentalidade, é a crença de ser difícil desempenhar este papel.

“Acho que as pessoas têm um bocadinho, não, têm muito receio porque fazem um bicho-de-sete-cabeças da maternidade que depois, na prática, é tudo intuitivo, não é? Acabamos por conseguir solucionar as coisas todas... há um problema ou outro pontual que nos aflige, mas nós vamos conseguir dar a volta”.

Assim, a desconstrução dessa crença seria um fator a ponderar para promover a entrada na parentalidade: “nós deixamos de vivenciar uma coisa maravilhosa porque todos os pais dizem que é maravilhoso, toda a gente dizia que é maravilhoso mas nós não sabíamos até que nós constatámos que sim”.

Todavia, a sua disposição para a responsabilidade e a disposição de cuidar, levam a que para Maria a decisão seja o resultado de um processo reflexivo e fundado no desejo do sujeito exercer este papel.

“(...) [M]uitas pessoas são pais mais por pressão da própria sociedade do que propriamente por quererem... termina os estudos, vai trabalhar, casa, passado um ano têm o primeiro filho, há assim um estereótipo que é mais ou menos transmitido pela sociedade e que as pessoas querem seguir e acho que é um bocadinho, um pouco isso... se não sente vocação para isso tem que seguir o seu coração e não aquilo que a sociedade lhes impõe”.

Maria identifica que será esse o caminho para uma parentalidade responsável e para prevenir situações de risco.

“[V]ejo pais que não têm aquele amor pelos filhos ou não os querem acompanhar e isso é um indicador de que se calhar a maternidade ou a parentalidade não é, não é uma expressão correta, mas se calhar não era aquilo que mais queriam, se calhar foram pais porque a sociedade... de certo modo lhes impôs”.

Assim, entende que a forma mais eficaz de sensibilizar e promover a parentalidade responsável é através da ativação de redes sociais de proximidade e apresenta o seu próprio exemplo: “[Tem uma irmã] (...) [M]ais nova que foi mãe antes de mim (...) [T]enho outro sobrinho, mas é da irmã do meu marido (...) [S]im, tive o meu sobrinho que esteve sempre por perto, foi sempre possível acompanhá-lo”. Por sua vez, esta experiência surge também associada ao desenvolvimento de um sentimento de segurança ontológica.

“(...) [S]im eu julgo que dá jeito ter alguma experiência... principalmente naquelas coisas mais básicas, dos cuidados de higiene, porque às vezes algumas mães, algumas amigas minhas ficam um bocadinho em pânico, inclusive a minha cunhada que já foi mãe muito tardiamente, já foi mãe mais velha que eu (...) [E]u vi que ela teve alguma dificuldade ali em adaptar-se porque não tinha tido assim nenhum contacto prévio (...). Acho que isso aí ajuda um bocadinho, mas não é de todo uma condicionante para avançar”.

A convivência com experiências de parentalidade e a relação com crianças pode ser um fator diferenciador na própria descoberta da parentalidade: “(...) [S]e tiver, por exemplo, alguém muito próximo na família com quem possam estar de vez em quando (...) [A]í talvez as pessoas percebam como é maravilhoso poder ter essa sorte”.

A transferência das disposições para a visão das políticas

A parentalidade tardia de Maria inscreve-se num curso de vida preenchido por experiências desafiantes que promovem a sua capacidade crítica sobre as políticas de suporte à parentalidade. A sua experiência leva-a a levantar questões concretas e a identificar medidas nas políticas da saúde, trabalho, finanças e nas políticas autárquicas.

O facto da sua trajetória na parentalidade ter apenas um ano, faz com que se concentre sobretudo, no presente e tenha dificuldade em se projetar num futuro particularmente marcado pela incerteza devido à gravidade da doença: “[E]m termos de políticas públicas? Saber-lhe-ia responder em termos ideais (...). Neste caso eu não consigo pensar muito, estou a pensar nela só enquanto bebé, não é?”.

Na área da saúde, Maria começa por questionar o seguimento durante a gravidez.

“Durante a gravidez tive poucas consultas porque fui acompanhada no público, não houve assim muitas consultas (...) houvesse mais consultas teria sido melhor (...) Eu fiquei com aquela médica porque fui encaminhada para as consultas materno-fetais, pela idade e achei as consultas muito softs, muito rotineiras, muito rápidas, pronto eu queria saber mais coisas, queria fazer perguntas e depois a gente sabe que isto no setor público não há tempo, há pessoas à espera. Eu também compreendo então acabei por ficar um pouco desiludida. Tendo em conta que depois correu bem, a gente esquece isto tudo”.

No parto teve uma experiência em que se sentiu particularmente insegura e com medo. Uma das raras situações em que a sua disposição de coragem entrou em crise foi quando, percebeu que em condições adversas, um dos médicos defendia a realização de um parto natural, aparentemente por critérios económicos.

“[M]esmo sendo cesariana [o bebé nasceu com algumas sequelas] e se fosse parto natural não sei como é que seria, portanto acabou por ser uma boa decisão (...) por questões económicas o hospital tende sempre recorrer aos métodos mais naturais e menos onerosos... e então eu já estava a ficar um bocadinho preocupada. Mas a enfermeira e a médica lá convenceram o médico a avançar para a cesariana”.

Após o nascimento da filha começou a ser seguida nos cuidados primários de saúde, dos quais faz uma avaliação globalmente positiva. No entanto, considera que a qualidade das respostas, tanto aí como no hospital, está sobretudo relacionada com os profissionais que prestam o serviço. Adianta que nesta fase do curso de vida das famílias, as consultas deviam ser mais frequentes.

“(...) [A]s consultas aqui no centro de saúde foram sempre ótimas, também tenho a sorte de ter um ótimo médico de família, mas aqui no centro de saúde sempre cinco estrelas, não é? Porque quase que parecia que vinha ao pediatra basicamente

(risos) (...) só que um médico de família tem consultas, vá de três em três meses (...) No hospital a partir do momento em que passei a ficar com uma médica fixa já não, não fiquei tão satisfeita”.

Todavia, as suas fortes disposições de cuidar e de responsabilidade, levam a que o suporte dos serviços de saúde seja um importante fator de segurança para Maria. Nesta perspetiva, defende que a resposta dos cuidados primários deve ser complementada com a consulta de pediatria, caso os pais manifestem essa necessidade. No seu caso, ao optar por iniciar a filha no regime alimentar vegetariano, sente-se mais segura.

“(...) [S]er acompanhada por pediatras nem que seja só para tirar umas dúvidas, nem que seja só para nos acalmar, tem sido muito útil, porque nós temos tido consultas todos os meses (...) uma vez que nós somos vegetarianos desde o nascimento, é natural que tenhamos alguns receios em relação a ela, então queremos ter a certeza que não lhe falta mesmo nada porque, se por algum motivo, ela tem uma carência de algum nutriente, nós vamos a tempo de corrigir, não é?”.

Todavia, Maria esclarece que teve acesso a este serviço por uma questão circunstancial.

“[E]u gostaria por exemplo que a minha filha pudesse ter acesso a um pediatra (...) porque fui às urgências uma ou duas vezes e por boa vontade das pediatras encaminharam-me à secção de pediatria aqui do hospital, mas sei de muitas mães que não têm essa possibilidade e acontece-lhes qualquer coisa e não têm consultas regulares, não têm possibilidade de pagar”.

O facto de se encontrar desempregada confronta Maria com a importância do apoio da segurança social às famílias com filhos. Por exemplo, defende que o abono de família devia ser mais elevado. No primeiro ano de vida porque os encargos com as crianças tendem a ser maiores e posteriormente para compensar as despesas com a educação dos filhos.

“(...) [E]stou a receber um abono tendo em conta a minha situação de desempregada (...) [S]eria bom ter possivelmente um apoio, um abono talvez um pouco mais elevado para poder fazer face a todas essas exigências, aquilo que faz falta às crianças para poderem estudar. Neste caso eu não consigo pensar muito, estou a pensar nela só enquanto bebé, não é? Se fosse mais elevado não perdia nada (...). Neste momento estou no máximo com são cento e quarenta euros”.

No seu caso, o recurso à rede de apoio informal permitiu-lhe satisfazer as necessidades com que se deparou.

“[F]elizmente tive muitas roupas emprestadas muitas, muitas coisas que o bebé precisava emprestado, muitos familiares oferecem (...) e continuam a oferecer os produtos de higiene, pronto. Isso acabou por ser um alívio, não é? Porque se nós tivéssemos que comprar tudo isso tendo em conta que eu continuo desempregada, a minha única fonte de rendimento advém de explicações que dou”.

A sua experiência e disposição pragmática permite a Maria apresentar outras soluções para promover e apoiar a parentalidade. Assim, refere a importância das políticas autárquicas, ilustrando com um exemplo concreto: “[A] minha afilhada vive [nome da localidade] (...) [P]or cada nascimento é logo à partida quinhentos e não sei quantos euros. Não é muito, mas é um incentivo. Cada bebé tem direito a um x, neste caso julgo que ronda os setenta, oitenta euros para as fraldas”. À semelhança das medidas de apoio aos idosos, as autarquias também deviam ter medidas de promoção e suporte à parentalidade, sobretudo na primeira infância: “(...) [A] minha avó agora está com a minha mãe, mas quando vivia [noutra localidade] também tinha um cartão de idoso para medicamentos (...) Para crianças aqui poder-se-ia aplicar a mesma situação, não é?”. Com base na situação profissional do marido, Maria apresenta também uma medida indireta de apoio à parentalidade, respetivamente a introdução de alterações no regime dos trabalhadores independentes.

“[E]le tem despesas fixas quer tenha rendimentos ou não, os impostos tem que os pagar, por exemplo, ele tem que pagar mais de duzentos e cinquenta euros de segurança social todos os meses (...) devia haver algum mecanismo (...) que permitisse às pessoas poderem pagar os impostos de acordo com aquilo que ganham”.

Em sua opinião, o Estado não tem uma perceção ajustada da situação destes trabalhadores e da influência que pode ter na parentalidade.

“[A]os olhos do Estado o meu marido ganha bem, só que ele não ganha, não é? (...) Portanto daquilo que ele recebe ainda vai, tem que ser retirado sempre ao valor ilíquido que normalmente é considerado maior porque, inclusive, ele recebe vencimento com IVA e aquele valor tem que ser devolvido ao Estado, não é? Portanto isso não é considerado. De maneira que o rendimento dele, tudo espremido, é mesmo muito pouco”.

Perante isto, considera ser uma medida estruturante que teria grande impacto na vida das famílias com filhos: “(...) [N]o nosso caso concreto... isso faria toda, faria muita diferença nós ao sabermos que temos que enfrentar um nível de despesas, como imposto sobre imóveis, coisas que são fixas e que nós, o nosso rendimento, não é fixo”. A vulnerabilidade económica da família ainda é mais agravada pelo facto do marido exercer a sua atividade profissional num território de baixa densidade populacional, o que necessariamente contribui para diminuir a sua carteira de clientes por comparação com colegas que trabalham em zonas com mais população.

“[O]s gabinetes com quem ele trabalha também não têm tantos serviços para lhe enviar e ele está numa zona onde a densidade populacional é menor. Portanto acaba por não ter um nível de rendimento tão elevado como um colega que está em [nome da capital] ou que está numa zona mais movimentada e onde há mais sinistros e acidentes, não é?”.

Por último, Maria manifesta a sua preocupação relativamente à limitada oferta dos jardins-de-infância da rede pública e à dificuldade que poderá vir a ter de pagar as elevadas prestações dos colégios privados. No entanto, relativiza esta questão porque tem o suporte da rede de apoio informal.

“(...) [H]á público, mas depois não sei se as condições no público serão as mesmas, isso aí também é uma coisa que ainda me faz um bocadinho de confusão, pronto, mas neste momento não estou muito preocupada com isso porque sei que a minha mãe ainda tem alguma capacidade de resposta e vou adiar. (...) [E]u sou um bocado apologista da ida deles, nem que seja a tempo parcial, para o colégio porque o meu sobrinho desenvolveu imenso no colégio, as regras, o contacto com as outras crianças é fundamental para eles”.

Síntese interpretativa

No retrato de Maria a promoção da parentalidade está intimamente associada à sua segurança ontológica, assente num património constituído por disposições de autoconfiança, coragem e resiliência. Através das bifurcações e incertezas presentes no seu curso de vida e na sua visão sobre a representação social da parentalidade, compreendemos a importância de que se reveste a segurança ontológica nesta fase.

Maria conhece através da sua experiência, o significado da tese defendida por Beck (1984) sobre a sociedade de risco em que vivemos, um tempo pontuado pelo ritmo da imprevisibilidade e da incerteza. O seu curso de vida ilustra que não são as condições estruturais que devem terminar a decisão de entrada na parentalidade, mas sim a agência do sujeito, o desejo de assumir este papel. A sua visão é claramente captada na passagem do discurso seguinte.

“A entrevista suscitou muitas emoções, o reviver positivo de tudo e a única coisa que eu gostava, eu gostava de deixar uma mensagem era que se fizesse tudo com, com mais amor e paciência e que as pessoas fossem mais tolerantes umas com as outras (...) as pessoas deviam seguir mais o coração do que a razão neste aspeto da parentalidade, sim”.

A sua entrada e experiência na parentalidade, inscrevem-se numa história preenchidas por figuras maternas significativas, nomeadamente a avó materna e a mãe. É no contexto da socialização primária que se forma a sua disposição relacional-afetiva e que começa a desenvolver-se a sua disposição de cuidar. Em adulta, a sua rede de suporte informal potencia o seu relacionamento com crianças, fator a que atribui particular importância na formação do seu sentimento de segurança ao desempenhar o papel parental. Aliás, considera que as redes sociais podem ter um carácter importante na mudança sobre a

representação social da parentalidade. A proximidade e conexão com estas redes permite mais facilmente desconstruir as crenças associadas ao exercício da parentalidade e contribuir para a decisão de entrada na parentalidade e promover a transição para esta fase.

Na sua trajetória de transição para a parentalidade, depara-se com diversas bifurcações que poderiam ter sido um ponto de viragem na decisão de prosseguir com a maternidade. Contudo, mobilizou as disposições de coragem e de esperança, formadas precocemente, para conseguir ultrapassar essas adversidades. Por sua vez, a disposição de resiliência que desenvolve é uma ferramenta chave para continuar a lutar contra a incerteza quando após o nascimento da filha lhe é diagnosticada uma doença degenerativa. A experiência precoce de dor física contribui para que Maria desenvolvesse uma disposição de tolerância ao sofrimento. Esta disposição evolui para uma profunda sensibilidade ao sofrimento dos animais. Motivada pela participação no contexto profissional da família, desenvolve uma disposição para a proteção da vida animal. Esta disposição é transferida para os contextos da relação de casal e parental.

A disposição de responsabilidade social e pessoal é observável ao longo da sua trajetória. Assim, na sua visão sobre as políticas públicas convoca, em particular, a importância das medidas no setor da saúde na promoção de uma parentalidade responsável. Por sua vez, a sua disposição pragmática, baseada na sua experiência, traduz-se na enunciação de medidas concretas noutros campos das políticas públicas, respetivamente, segurança social, emprego, finanças e medidas a nível autárquico.

A transferibilidade do património disposicional, ao longo de um curso de vida adverso, permitem que Maria construa uma visão construtiva sobre a parentalidade. Registe-se que em conformidade com as expectativas sociais, o resultado desta entrevista tenderia para um retrato monocromático, quando na realidade é o contrário. Maria desenvolve uma disposição de esperança que lhe permite continuar a lutar, reforçada pela disposição de cuidar da filha.

6. Sara: “Procriação medicamente assistida, a construção reflexiva de um modo de ser e de estar”

Sara foi mãe aos 40 anos, à data da entrevista a filha tinha dois anos. Em determinada fase da sua vida apercebeu-se que não tinha um relacionamento e que estava a aproximar-se de uma idade em que, por razões biológicas, poderia não concretizar o objetivo de ser mãe. As suas disposições de pragmatismo e planificação facilitaram a tomada de decisão. Ao equacionar a adoção teve a consciência que por um lado, seria um processo demasiado burocrático e longo e, por outro lado, não iria ter a experiência da gravidez. A sua opção pela procriação medicamente assistida foi inequívoca. A Lei n.º 32/2006 veio legalizar esta matéria, em Portugal, e com a revisão produzida pela Lei n.º 17/2016, passou a abranger todas as mulheres independentemente do diagnóstico de infertilidade. Assim, ao aproximar-se dos 40 anos e prevendo-se uma resposta morosa e incerta do Serviço Nacional de Saúde, recorreu ao sistema privado de saúde para concretizar o seu desejo. A filha nasce através do recurso à técnica de inseminação artificial. Os pais de Sara também tinham entrado tardiamente na parentalidade e perante a sua prolecta idade estava expetante quanto à reação deles, mas contrariamente às suas expetativas ficaram felizes com a decisão e apoiaram-na. A sua infância e juventude foi vivida num contexto austero, de regras e limites claramente definidos. É filha de pais que migraram do campo para a cidade na perspectiva de melhores condições de vida, com determinação, esforço e espírito de sacrifício conseguiram singrar e garantir que Sara ia estudar para a universidade. Desde sempre o pai foi um modelo de referência para ela, recorda com saudosismo que ambicionava trabalhar com ele na fábrica e que a sua opção por engenharia formou-se no seu contexto de socialização primária. A sua disposição para o investimento na carreira profissional decorre da educação que recebeu e transforma-se num ideal, sem espaço para emergência da disposição para a maternidade. Pelos 30 anos começou, então, a despoletar esse desejo, mas à época não tinha nenhuma relação e acabou por protelar este assunto até ao dia em que decidiu ser mãe solteira. À data da entrevista equacionava ter um segundo filho. Esta decisão prende-se com o facto de estimar que a sua idade não lhe permita acompanhar a filha ao longo seu do curso de vida, garantindo, assim, que esta não ficaria sozinha. Todavia, sente-se condicionada pela falta de uma política de apoio à parentalidade.

A interação do contexto de socialização primária com o contexto profissional do pai

No discurso de Sara a família nuclear é o seu contexto de socialização de referência, com a mãe e o pai como figuras significativas e modelos na formação de disposições transponíveis ao longo do seu curso de vida, respetivamente, ascética, lutadora e de investimento na carreira profissional. Ambos trabalhadores rurais, com uma vida árdua e baixos recursos económicos, decidiram migrar do norte do país para a periferia da capital onde Sara nasceu. O pai depois de algumas mudanças de emprego começa a trabalhar na indústria química: “É uma fábrica de produtos químicos, curiosamente” onde se manteve 30 anos, por vezes, Sara ficava com ele no trabalho. É através da sua interação com o contexto de socialização profissional do pai que acaba por se formar a sua disposição para a engenharia química:

O meu pai trabalhou durante 30 anos...Eu estava a pensar em advocacia, mas depois pensei, tinha um sonho na minha cabeça, o meu pai era operador e ele ia ter muito orgulho de ter uma engenheira química a trabalhar ao lado dele nessa fábrica, coisa de adolescente. Eu até me cheguei a oferecer grátis porque nós morávamos num prédio, era só descer a rua e estava na fábrica. (...) [A]té me ofereci de graça para estagiar, para aprender, mas não me aceitaram na altura, porque precisavam de pessoas com mais formação. Eu olhava sempre para a fábrica e o meu pai às vezes trazia-me os folhetos das formações que ele tinha. O meu pai às vezes tinha ideias... Eles incentivavam os trabalhadores a ter ideias e eu estava lá a fazer uns rabiscos.

A mãe trabalhou como costureira, mas entretanto, começou a trabalhar como empregada doméstica em casa de trabalhadores da fábrica: “(...) [A] minha mãe, para além de ser governanta, começou a trabalhar como doméstica em várias casas, ela conseguia ter um horário completo, segunda-feira ia de manhã a uma casa, vinha a casa almoçar e de tarde ia para outro patrão”. As suas memórias de infância são de viver numa família lutadora que trabalhava muito: “Aliás, ela até trabalhava para muitos engenheiros que trabalhavam nessa fábrica e o meu pai com conhecimentos, a falar, ela conseguia esses trabalhos. Então, o meu dia-a-dia na casa dos meus pais era... havia duas pessoas que trabalhavam muito”.

É nesse contexto de socialização primária que se forma a sua disposição ascética, a par de uma disposição para o individualismo. Sara recebeu uma educação austera, sem espaço para o risco, e cresceu entre o seu núcleo familiar restrito, com relações muito limitadas com a rede informal.

Eu, a minha liberdade, sempre foi muito restrita, também por se calhar ser filha única, mulher, eu sair à noite jamais! Acho que só saí aos 18 anos, salvo erro! Hum... se a minha mãe me visse junta com outras pessoas na rua, ui Jesus, fazia-

me já um pé de vento, pronto tinha assim uma educação bastante, bastante apertada, tanto que eu tinha a necessidade de cair para me levantar.

A ambicionada transição para a independência, distante da maternidade

Sara transmite uma forte capacidade adaptativa à cultura familiar e à educação que recebeu, com os pais como modelos de referência, num contexto de socialização com relação estáveis e securizantes, não identifica crises nas fases de infância e adolescência. O seu sentimento de segurança que desenvolveu e a disposição lutadora por modelagem, estão associados à formação de uma disposição para a independência que se manifesta na transição para a universidade situada numa cidade diferente da sua.

Quando eu fui estudar candidatei-me para escolas longe de casa porque eu tinha também necessidade de crescer porque eu estava ali tão presa e isso também não faz muito bem, temos de errar e temos de crescer. E fez-me muito bem ir para [nome da cidade] um bocadinho longe de casa. Orientar-me com as despesas e orientar-me sozinha fez-me muito bem, cresci muito.

Sob influência do contexto de socialização primária, a sua disposição para o investimento na carreira profissional adquire cada vez maior expressão. A família sempre a educou neste sentido, não valorizando a dimensão relacional, nem a maternidade na vida de Sara: “Pensava muito era no trabalho: «Estudar, ter um emprego». Acho que isso é muito incutido pela família, nunca me encorajaram a ter relacionamentos muito cedo: “Ah isso é muito cedo, não é? 20 anos? (...) [P]ensa primeiro em ir estudar”. Sara manifesta um sentimento de nostalgia ao recordar essa fase e ao equacionar a relação que poderá ter existido entre o adiamento da maternidade e a educação familiar, nomeadamente o desejo de corresponder às expectativas dos pais e como tal, ter de se focar no estudo e na profissão, em detrimento da sua vida social. Acresce o facto, de a mãe também ter entrado tardiamente na parentalidade. Relativamente a esta questão, Sara imagina que se a sua mãe conseguiu engravidar aos 38 anos, com os avanços na medicina, a idade não vai ser um obstáculo para si.

E agora a gente pensa assim: “Se calhar, se eu na altura desse valor a ter um relacionamento mais cedo, tinha tido um filho mais cedo”. Isso deve ter sido influenciado pela educação, o facto de eu ser filha única e ter uma educação mais apertada, mais restrita, aquela coisa de eles quererem muito que eu fosse aquilo que eles não conseguiram ser, esse desejo [maternidade] também pode ter vindo mais tarde, sim... E o facto de eu saber que a minha mãe me teve aos 38 anos também, inconscientemente: “Ah, se a minha mãe numa época tão difícil e que a medicina não estava tão avançada, teve-me aos 38, eu facilmente também vou ter

aos 38, não é?". Mas depois o meu pensamento, a partir dos 30 e tal começou a mudar, ou seja, eu não tinha nenhum relacionamento...

Na verdade, a sua trajetória na universidade decorreu de forma regular e conclui a licenciatura em cinco anos. As suas disposições ascéticas e de planificação expressam-se nesse período e são um recurso interno importante na transição para o mercado e trabalho. Perante a falta de oferta na sua área profissional, começou a trabalhar no comércio.

Depois acabei, então, em 2004 o meu curso e comecei à procura logo de emprego. (...) [E]u pensei na minha cabeça: "Até ao final do ano procuro só na minha área, mas depois vou procurar em tudo o que for, porque tenho que começar a trabalhar". Até ao final do ano não consegui nada, então comecei a mandar para tudo e consegui emprego numa loja de vestidos de noiva, em [nome da cidade], simultaneamente continuei a mandar currículos para a minha área. Tive, acho que um ano e pouco nessa loja.

A dificuldade que teve em encontrar emprego na sua área não a desmotivou e mobilizada pela sua disposição pragmática, rapidamente decidiu realizar um breve estágio, sem ser remunerado, mas que lhe permitia adquirir pequenas ferramentas para lutar contra a tendência de incerteza no mercado de emprego. Entretanto, surgiu a oportunidade de efetuar um estágio profissional na área da aeronáutica e, por coincidência, anos mais tarde começou a trabalhar nesta área.

[T]ive uma proposta para ir trabalhar três meses no [nome da localidade] que era no outro lado do rio, num laboratóriozinho, disseram-me logo: "É um estágio de três meses, não vai ser remunerado e não vai ficar" (...) quando nós acabamos o curso não temos experiência e cada vez que vamos a uma entrevista de emprego, não ter experiência barra-nos ali um bocadinho as portas. Então eu aceitei. Aos sábados continuava na loja, o dinheiro que ganhava aos sábados era para comprar o passe para ir para o outro lado do rio (...). Acabaram os três meses voltei para a loja. Estava inscrita no centro de emprego e entretanto apareceu a oportunidade de estágio profissional na [nome da empresa]. Foi assim a primeira grande experiência em termos de aeronáutica, ainda por cima.

A experiência de estágio voluntário acabou ser a sua porta de entrada para o mercado de trabalho porque nessa sequência realizou um estágio profissional e, apesar de contra as suas expectativas não ter conseguido ficar na empresa, obteve o contacto de uma outra para onde foi trabalhar. Durante o estágio revelou um bom desempenho profissional, no entanto, a privatização dessa empresa pública, teve como consequência a redução do número de postos de trabalho e Sara não foi admitida.

(...) [A] minha entrada na [nome da empresa] foi porque tive essa pequena experiência (...). Correu muito bem o estágio (...) [G]osto muito de ir ao terreno, de aprender e de implementar melhorias, eles gostaram muito e queriam muito que eu ficasse. Azar dos azares, nesse ano, foi quando a [nome da empresa] entrou

na (...). (...) [E]mpresa do Estado (...). E por muito bem que dissessem de mim, eu não consegui ficar.

Efetivamente o seu trabalho foi apreciado e indicaram-lhe outra empresa, onde se manteve a trabalhar durante oito anos. A sua disposição pragmática não fez a hesitar perante a necessidade de migrar para o norte do país: “(...) [H]á uma empresa no norte que está abrir e se calhar pouca gente sabe, mande o currículo” e mandei o currículo, dois dias depois estavam-me a chamar para a entrevista e fui trabalhar para o norte durante oito anos”.

Paradoxos das condições da (in) certeza num mercado de trabalho confuso

Sara mobilizada pela sua disposição para o investimento na carreira ultrapassou as bifurcações que encontrou e cerca de dois anos depois de terminar a licenciatura começou a exercer a profissão. Na empresa tinha estabilidade e condições financeiras, aprendeu muito, desenvolveu e diversificou as suas competências profissionais. No entanto, tratava-se de um contexto profissional orientado por más práticas tanto ao nível, dos recursos humanos, como do funcionamento administrativo-financeiros. Sara partilha que se sentiu explorada durante os oito anos em que trabalhou numa empresa em que tinha horários para entrar, mas não de saída e em que chegou a trabalhar 16 horas por dia.

Eu saí de lá em 2014, até aos 33, 34 anos, mais ou menos. Em termos de liderança era horrível. Eu cheguei a trabalhar das oito da manhã à meia-noite, o meu carro servia para distribuir peças, ao final do mês nenhum agradecimento. Nas auditorias eles faziam coisas horríveis, fugiam a tudo (...) [C]omo eu trabalhei em tantas áreas (...) [E]u absorvi muito conhecimento e deu-me, também, dinamismo, ao fim ao cabo. Eu tento sempre tirar as coisas boas das experiências e foi isso que essa experiência me deu.

A sua disposição lutadora e a disposição para o investimento na carreira levaram Sara a procurar novas oportunidades profissionais e acabou por aceitar uma proposta de trabalho para uma outra empresa no sul do país. Iniciou funções numa empresa na mesma área em que tinha efetuado o estágio profissional, a aeronáutica, e que, por sua vez, foi a empresa que à época comprou a empresa pública em que estava a estagiar e não a contratou. Sara trocou a estabilidade que tinha pela incerteza de um novo desafio profissional. A transição para a nova empresa permitiu-lhe efetivamente desenvolver as suas competências e sentiu reconhecida a sua disposição para o investimento na carreira profissional.

Entretanto, mandaram-me um e-mail (...) [A] perguntar se estava aberta a uma nova experiência profissional e foi mesmo naquela altura que eu estava

desmotivada no trabalho e disse: "Sim senhora!". Depois comecei as entrevistas em casa, despedi-me de lá e vim aqui para [NOME A CIDADE]. E estive aqui seis anos, até agora, em 2020. Onde cresci profissionalmente, onde todas as minhas ideias foram aceites, consegui implementar, consegui desenvolver processos, coisa que lá, qualquer ideia que uma pessoa tinha era barrada, não havia motivação nenhuma, nem crescimento profissional. Aqui sim, tenho a agradecer a esta empresa que me fez crescer muito profissionalmente e sempre me reconheceu profissionalmente.

Todavia, seis anos depois acabou por ficar desempregada, devido à grave crise económica desencadeada por um problema de saúde pública à escala mundial, totalmente inusitado, a pandemia Covid-19.

(...) [C]om a questão do Covid. O meu posto de trabalho extinguiu-se. Houve uma diminuição bruta de trabalhos, os aviões não voam e fiz um acordo com a empresa e a empresa disse-me que assim que as coisas melhorassem tinha a porta aberta para voltar. Não foi nada de mérito do meu posto de trabalho, nem de nada, saí a bem, completamente a bem, com muita pena gostava daquilo que fazia, mas eu própria estava a ver as coisas a decair. Eu própria havia dias que eu não tinha nada para fazer na minha categoria e, infelizmente, fui eu e foram muitos mais. E foi mesmo isso.

Ao longo do seu curso de vida, através da proximidade ao contexto profissional do pai e das suas experiências profissionais, é possível fazer uma síntese sobre os paradoxos da atualidade, um tempo confuso em que as fronteiras entre velhas e novas práticas se esbate. A narrativa de Sara sobre diferentes contextos profissionais, num tempo histórico contínuo, ilustra a impossibilidade de pensar a sociedade como um processo coerente de desenvolvimento civilizacional. A sua primeira experiência profissional, num tempo de maior incerteza, e a do seu pai aproximam-se na estabilidade, mas distanciam-se totalmente no domínio das práticas e, por sua vez, a sua segunda experiência é idêntica àquela que conheceu em tempos distantes, ao nível do investimento no desenvolvimento profissional dos trabalhadores. Sara recorda com saudosismo a proximidade ao contexto de trabalho do pai, em particular, pela forma como a empresa motivava os trabalhadores e recompensava o mérito. Reconhece que a sua opção profissional está diretamente relacionada com essa experiência que vivenciou de perto.

Sim, incentivavam os trabalhadores tinha aquele programa, na [nome da empresa] fazem o mesmo, tinham um programa em que tinham ideias e se fosse implementada davam um prémio, consoante o ganho, davam uma percentagem ao trabalhador, em dinheiro, em vouchers, em prendas ou whatever. Eu olhava para aquilo e epá produtos químicos... (...) [E] o meu pai a trabalhar ali... tinha sempre aquela coisa e influenciou-me. E na escola eu comecei a ganhar um gosto pela química e então foi uma coisa lógica, enveredei por aí.

A disposição para o individualismo na transição para a maternidade

A sua disposição para o investimento na carreira e a disposição de planificação passavam por se dedicar a estudar e conseguir um emprego estável. Neste plano não perspectivava minimamente vir a ser mãe: “(...) [S]e me dissessem aos 25 que queria ser mãe, dizia-lhe que não, jamais! Não era uma coisa que pretendia porque tinha na cabeça primeiro estabilizar, os estudos, tinha muito essa noção de carreira, tinha tudo muito esquematizado na minha cabeça”. Estas disposições que, até então orientavam a sua trajetória, foram aparentemente colocadas em causa quando Sara tinha cerca de 30 anos, e começou a sentir desejo de ser mãe. Na verdade, trata-se de uma reorientação da sua disposição de planificação, que a par da sua disposição pragmática, levam-na a projetar-se no futuro e a perceber que a idade poderia constituir um obstáculo à decisão de entrar na parentalidade.

A questão é que a partir dos 30 anos não foi só por achar que era tarde, foi mesmo o relógio biológico, começou-me a despertar interesse e eu comecei a pensar: "Já tenho 30 anos e depois a continuidade da família, sou filha única também, se eu quiser ter um segundo filho, em termos de organização da família se calhar vai ser mais difícil, em termos de idade, a gravidez vai ser mais difícil". Porque nós acho que não pensamos muito no futuro, pensamos muito no presente e hoje, se eu soubesse aquilo que sei hoje, teria sido mãe mais cedo, sem dúvida alguma.

Todavia, tinha terminado um relacionamento cerca de dois anos antes e na altura estava sozinha: “Foi com 25, 26 anos que comecei essa relação, ela acabou, mais ou menos, aos 28 anos, a pessoa, por acaso, também não queria avançar e na altura isso também não era um problema para mim, também não pensava nisso”. Sara começou a identificar constrangimentos ao nível dos seus diferentes contextos de socialização: a sua rede informal era reduzida, a única atividade de lazer era o desporto, e a sua forte disposição para o investimento na carreira não lhe permitia inverter a situação.

Comecei a pensar: "Vou ter ou não vou ter? Posso ter ou posso não ter?". Às vezes saía, mas também tinha um grupo muito fechado de amigos, eram aqueles amigos, não tinha assim grande abertura para ter novas ligações, ia ao ginásio, trabalho-casa, de vez em quando ia a um barzinho e tal. E lá está, eu quando começava a trabalhar nas fábricas ficava até muito tarde, porque queria mostrar trabalho e acho que isso tudo influenciou e eu comecei a pensar: "Pode acontecer como pode não acontecer". Eu quero e comecei a pensar: "Não, eu quero mesmo muito isto" e comecei a pensar: "Olha, vou arriscar, vou arriscar e acho que não me vou arrepender" e não me arrependo nada.

Perante um cenário futuro pouco animador, acaba por tomar consciência que efetivamente sempre periodizou o investimento na carreira: “Na altura tinha 35, 36 anos e devia ter pensado mais cedo, foi aí que comecei a pensar o que é que poderia fazer de diferente?

Pois não sei! É que andei sempre de um lado para o outro (riso)". Perante o desejo que sentia de entrar na parentalidade e sem perspetivas de conhecer uma pessoa para partilhar essa nova fase do seu curso de vida, reequacionou a necessidade de uma relação de casal: "(...) [E]u não vou esperar pelo que a vida me vai proporcionar e vou-me chegar à frente e, vou-me proporcionar a mim essa experiência, espero um dia encontrar uma pessoa que consiga partilhar comigo esta aventura". Sara decide, assim, assumir essa experiência de forma individual: "De facto, é possível que, dentro de um certo contexto biográfico, os sinais ou os sintomas sejam produzidos pelo próprio indivíduo" (Berger e Luchman, 2004 [1966], p.179). A disposição pragmática explica o processo de tomada desta decisão.

(...) [P]arece que se acendeu a luzinha: "Espera lá, tens esta idade, ainda não tens família constituída" (...). A minha ideia lógica e pragmática é: "Vou avançar (...), [É] preferível ser assim do que estar aqui à espera que as coisas aconteçam, que o relacionamento aconteça, pode ser bem-sucedido ou não e depois não tenho criança, não tenho nada e não consigo concretizar o desejo de ser mãe".

A sua disposição para o individualismo impulsionou-a a problematizar a situação e rapidamente ultrapassou o facto de não ter um relacionamento para se focar nas soluções que lhe permitiam concretizar o desejo de entrar na parentalidade: "Eu decidi, ser mãe solteira. Eu fiz uma inseminação artificial. Não que fosse o meu desejo de ser mãe solteira, sozinha, porque acho que era muito mais prazeroso e mais fácil ter um pai, como é óbvio, não é?". A sua disposição de planificação mobilizou-a para estudar as possibilidades que existiam e deparou-se com uma bifurcação: "Primeiro houve uma pesquisa muito grande na internet e contactos com empresas, com clínicas, porque eu pus duas hipóteses: adotar ou inseminar". No entanto, deparou-se com diversos obstáculos, entre eles, tratar-se de um processo extraordinariamente burocrático, moroso e incerto: "(...) [I]a adotar fora de Portugal porque (...) [É] muito burocrático (...). Estar dois ou três anos nesse processo e depois chegar ao fim e não ficar com a criança, acho que é mau para ambas as partes". Acresce que não teria oportunidade de passar pela experiência da gravidez: "(...) [E] então eu também queria sentir a experiência da gravidez que é uma experiência super enriquecedora". Por isso, optou pela procriação medicamente assistida (PMA). A sua maior preocupação era com a reação dos seus pais pelo fato de já terem uma idade avançada e não aceitarem uma opção tão inovadora, mas a família apoia sua decisão. O desejo de serem avós eram muito forte e, inclusive, motivaram a filha para avançar: "Tive receio dos meus pais devido à idade... é um método (...) [I]novador (...). [O] desejo deles de ser avós era tão grande que a minha mãe disse logo: "Porque é que não fizeste isso mais cedo?" (riso)".

A sua disposição lutadora revelou-se num processo que implicava deslocações contínuas entre duas cidades distantes para realizar o tratamento. A empresa foi um fator facilitador porque lhe permitia ter um horário flexível, sem que tivesse de faltar ao trabalho.

Então tirei logo de parte a questão de adotar pelo simples facto de achar que ia ser muito penoso o processo e comecei a pesquisar, (...) [E] comecei com as consultas, a informar-me, comecei o tratamento, fiz muitas viagens [nome de duas cidades]. Isto é que foi o mais penoso, eu cheguei a sair daqui às sete horas, ir à consulta e voltar, cheguei a ir daqui às sete, ir à consulta às oito da manhã e voltar, mas a empresa aí sempre me apoiou nunca tive problemas com isso, porque lá nós podemos fazer mais horas. Eu fazia mais horas num dia que era para depois descontar no outro e poder fazer essas viagens, portanto, conseguia conciliar bem essas questões.

Sara obteve resultados positivos com o recurso à técnica de inseminação artificial, a gravidez decorreu de acordo com as suas expectativas, sentiu-me particularmente bem nessa fase e o parto natural também foi um momento de igual prazer: “No meu caso não foi nada traumatizante, há casos que correm mal ou que têm partos difíceis, no meu caso foi uma gravidez tão boa, senti-me tão bem durante os nove meses de gravidez, o parto foi esplêndido”. No entanto, foi particularmente desafiante a adaptação ao biorritmo da filha, e confrontou-se com uma bifurcação inesperada que não conseguiu ultrapassar, respetivamente a amamentação natural da filha: “A parte pós-parto é que foi mais traumatizante, ela não dormia nem de dia nem de noite e não agarrou a mama e isso para mim foi um trauma, eu queria muito amamentar, mas pronto”. Todavia, a sua disposição pragmática permitiu-lhe ultrapassar a situação sem que representasse uma crise nesta fase do seu curso de vida.

A partir do momento em que tomou a decisão de recorrer à PMA, Sara partilhou a sua situação nos diferentes contextos de vida: “Não ando aí a contar aos quatro ventos mas dentro do meu ambiente familiar, de trabalho e na creche isso foi tudo divulgado de uma forma muito natural”. No contexto profissional informou toda a equipa que desde sempre a apoiou: “(...) [D]isse ao meu supervisor que estava a fazer os tratamentos e para ter atenção à minha substituição porque aquele ano possivelmente iria de baixa. Ele aceitou muito bem, preparámos a equipa (...) [A]s coisas foram feitas de forma muito tranquila. Na creche comunicou a condição da filha de forma pragmática: “(...) [E]u lido com isto de uma forma muito natural, ou seja, eu não escondo isto. Eu na creche abri logo isto até porque há o dia do pai, há o dia disto... eles estão perfeitamente familiarizados”. Sara

defende que a filha deve ser educada para a verdade, transmitindo-lhe que a mãe desempenha o papel de mãe e de pai⁷⁵.

A Maria já sabe o que é a "entidade pai" porque na creche via muito os pais irem buscar os meninos: "Olha, é o pai do [nome do amigo], é o pai" e eu já digo: "No teu caso, Maria, a mãe é a mãe e o pai, só tens mamã!", para que ela comece na cabeça dela... ela sabe o que é a "figura da mãe". E mais tarde vai-me perguntar, vai-me fazer questões, explicarei tudo de uma forma básica, mas sempre com a verdade.

Quando sentiu desejo de ser mãe e na transição para uma nova fase da vida, confrontou-se com a perspetiva de não ser mãe devido à sua idade avançada. No entanto, mobilizada pela sua disposição lutadora, consegue superar diversas bifurcações, respetivamente, a ausência de namorado, a decisão de assumir sozinha a parentalidade e o recurso à inseminação artificial. Neste processo Sara descobre que, para além da sua forte disposição para o investimento na carreira, tem também uma intensa disposição para a maternidade. Esta disposição revela um outro lado da identidade⁷⁶ de Sara, fonte da sua realização pessoal.

Quando eu tinha os meus 20 e tal anos não tinha o bichinho biológico. É ver uma criança, é ter prazer em educá-la, em ver um ser nosso a crescer, não lhe sei explicar. É uma coisa que não sei! Eu agora olho para a minha criança, para a minha filha e é a maior alegria que eu tenho. É o meu futuro que ali está, é ter o prazer e o objetivo de criar um ser humano, um bom ser humano com valores, ver o crescimento de uma criança, o desenvolvimento dela, o falar, o crescer, o ensinar a fazer as coisas, a interação que ela tem, a alegria de viver que ela tem... isso é qualquer coisa inexplicável que eu dantes não me apercebia disso. Não lhe dava valor e a partir dos 30 anos comecei a sentir isso...

A (in)certeza na maternidade, na saúde e no emprego

⁷⁵ A reflexividade de Sara sobre os papéis sexuais na parentalidade entrecruza-se com a perspetiva de Dubar: "A reivindicação da igualdade não resolve a questão dos fundamentos das diferenças entre os sexos. Hoje em dia o que significa ser um homem ou uma mulher, na vida privada, profissional ou política? (...). [É] esta a razão pela qual a crise é a das relações sociais de sexo e não só a das identidades masculinas. É esta «crise das identidades sexuadas» que me parece visível no campo da família" (Dubar, 2006, p. 66).

⁷⁶ Sara começa por planear de forma linear o seu curso de vida, organizada em torno de uma forte identidade profissional. Contudo, em determinada fase, confronta com a hipótese de perder a oportunidade de ser mãe, reinventa-se a si própria: "É de facto a crise que revela o sujeito a ele próprio, o obriga a refletir, a mudar, a lutar para «a superar» e a inventar-se a si próprio, com os outros. A identidade pessoal não se constrói de outra forma" (Dubar, 2006, p.185).

A análise aprofundada do retrato de Sara permite ampliar numa perspetiva diacrónica e sincrónica as dinâmicas de três dimensões da sociedade atual. A sua narrativa relativamente ao adiamento da parentalidade traduz um esbatimento de diferenças nas fronteiras intergeracionais, ou seja, este acontecimento verificou-se no curso de vida da sua mãe, no seu e nas gerações mais novas. Entre si e a mãe observa-se, inclusive, outra semelhança, designadamente, o recurso à PMA: “Eles queriam muito ser, foi o caso dos meus pais, há 30 anos atrás, a minha mãe e o meu pai fizeram muitos tratamentos, felizmente conseguiram, mas já estavam a desistir e a pensar na altura, até, em adotar”. Contrariamente à sua situação, os pais depararam-se com problemas de infertilidade, há três décadas, e já na altura foram ultrapassados com recurso à PMA, em Portugal. Esta circunstância ilustra a expressão da incerteza e do risco na trajetória da sociedade e as diferentes motivações que podem levar as pessoas a tomar decisões que, numa leitura superficial, parecem ser as mesmas.

Sara tece, de forma não consciente, considerações críticas aos comportamentos da juventude atual, que na verdade são em tudo idênticos aos que ela própria teve: “(...) [A]s pessoas estão muito voltadas para o emprego e a juventude (...) [A]cho que as meninas agora não pensam (...) vejo uma ou outra com essa coisa de ser mãe, (...) [M]iúdas com os seus já 22, 23 anos”. A sua disposição para a individualidade, de forma não consciente, tem latente a dificuldade dos jovens adultos se projetarem no futuro: “Uma pessoa com 25 anos não pensa muito no futuro, não tem essa ideologia do futuro. (...) [Q]uando vamos começando a ficar mais velhos é que vamos tendo essa maturidade (...) Agora o que é que poderá fazer com que essa consciência nos apareça mais cedo?”. Acaba a interpelar-se sobre o que poderá contribuir para que as pessoas desenvolvam mais cedo uma perspetiva reflexiva em relação à parentalidade.

A sua disposição para a individualidade também expressa a centralidade do “Eu” na sociedade de risco: “O indivíduo apresenta-se de uma forma cada vez mais solitária perante os seus próprios condicionalismos, a sua vida e a sociedade em geral” (Amaro, 2012, p.40). Esta tese encontra-se associada à ideia de um elevado nível de emancipação da pessoa, decorrente da evolução dos processos democrático numa sociedade em que os riscos também são democratizados (Amaro, 2021). Na análise deste retrato, esta questão encontra-se explicitada de várias formas. Sara em jovem projetava o adiamento da entrada na parentalidade a partir do seu modelo materno, confiante que na sua geração já iria beneficiar dos avanços tecnológicos na área da saúde. Este pressuposto efetivamente

verificou-se, o desenvolvimento tecnológico permitiu uma mudança de paradigma entre gerações e Sara, detentora de uma forte disposição de planificação, através do recurso à PMA, concretizou no tempo certo a entrada na parentalidade: “Acho que até foi numa altura certa, estou a usufruir muito da Maria, está a ser uma experiência super prazerosa e está a correr tudo muito bem, é uma criança espetacularmente alegre e feliz, e eu com ela”.

Todavia, ao ter a experiência da maternidade sente que teria beneficiado de ser mãe mais cedo, tanto pelo prazer que lhe dá, como pela angústia que sente por não ter oportunidade de acompanhar a filha ao longo do seu curso de vida, como seria seu desejo: “O único receio é mesmo esse... (...) [O] facto de ser tarde faz com que eu me preocupe agora com o futuro dela porque queria estar mais tempo com ela”. A sua preocupação com o futuro da filha tem diversas frentes

Tenho que pensar tudo muito a 10 anos, 15 anos, tenho que pensar, eu tenho de conseguir apoiá-la numa universidade, tem que se fazer um PPR [Plano Poupança Reforma] já muito mais cedo do que uma pessoa, do que um casal normal, porque num imprevisto tenho que estar preparada para os imprevistos. Eu agora penso, caiu-me a ficha: "Então os meus pais vão seguir a sua vida e irão partir, eu também irei partir, então e a Maria fica sozinha?

O seu património disposicional é convocado para a decisão de ter um segundo filho, explicado com clareza pela sua disposição pragmática: “O que me preocupa agora é que eu estou a pôr um *step* acima, mas só pensei no segundo depois de a ter: «Ok, já a tive, sou feliz, concretizei o sonho, agora vamos pensar no futuro da Maria»”. Sara manifesta especial preocupação com questões no âmbito da incerteza relacional, relativas a si própria no presente e à oportunidade de ter um parceiro, e também ao futuro da filha e à possibilidade de ela vir a ter uma rede de apoio informal: “O meu medo é só esse, (...) [E] que tenho que concretizar, garantir o apoio familiar da Maria (...) [N]o meu caso, acresce mais porque se eu tivesse um pai, se ela tivesse pai, eu não estava com essa preocupação”.

Sara tenta controlar os riscos recorrendo, novamente, à PMA: “Se até lá encontrar alguma pessoa (riso) será muito mais simples e mais fácil. Se não... Com uma inseminação, ok?” E embora equacione existir algum risco decorrente da sua idade avançada, planifica a segunda gravidez para uma fase em que a filha já seja mais autónoma: “O meu segundo filho é (...). [Q]uando ela entrar para a primária (...) quando eu tiver 43, 44, já vai ser ali muito arriscado... Vamos ver em termos de medicina se é possível e se tenho condições

físicas para avançar”. A sua disposição lutadora dá-lhe a coragem que necessita para superar possíveis bifurcações, como se sente na força das suas palavras: “Um dia ela vai ter ali um irmão ou uma irmã que a vai apoiar, é esse o meu sonho e a minha perspetiva de futuro, é por isso que eu vou lutar, para ver se as coisas correm bem”.

Nesta linha de análise, o recurso aos avanços científicos no campo biomédico, à tecnologia da saúde, permite dar expressão e potenciar a disposição para a maternidade, revelando-lhe esta nova faceta da sua identidade⁷⁷. A interpretação da nova civilização tecnológica através do retrato de Sara ilustra a possibilidade que contém, em domínios como a parentalidade, de: “Contração do espaço e do tempo, pela exponencial capacidade de manipulação do mundo de forma a torna-lo mais ajustado aos desejos do indivíduo” (Amaro, 2012, p. 37).

Análise do curso de vida de Sara coloca, assim, na agenda a certeza e a incerteza como faces da mesma realidade. A disposição pragmática potencia uma reflexividade objetiva sobre bifurcações e paradoxos no seu curso de vida, nomeadamente sobre a decisão de entrada na parentalidade. No seu caso, planeou de forma controlada, beneficiando dos avanços científicos na saúde, o tempo certo para ser mãe, ou seja, quando estavam reunidas todas as condições ao nível do emprego, respetivamente, vínculo contratual, horário, funções e cultura organizacional.

Todavia, a sua disposição de planificação não impediu que se deparasse com uma bifurcação imprevisível no emprego, associada uma situação de risco global na saúde provocada pela crise pandémica. Quando pensava ter a vida estabilizada ficou desempregada, com a filha com dois anos. A sociedade de risco (Beck, 2002, [1986]), que condensa o tempo e o espaço, é retratada nas dinâmicas paradoxais que Sara vivencia na maternidade, na saúde e no emprego e que contribuem para que mude a sua visão sobre as vantagens de adiamento da parentalidade perante a condição de incerteza que está no epicentro da ordem mundial.⁷⁸

⁷⁷ Este retrato espelha uma sociedade moderna plural, aberta, em que o risco e a incerteza convive com a oportunidade de planificação da identidade e do controlo sobre o seu corpo: “Nesse agenciamento se circunscreve o controlo do corpo que, de instrumento ao serviço do eu, passa a construção que simboliza a identidade. Cabe ao indivíduo o papel de agente reflexivo que avalia a informação sobre o conhecimento existente e nessa avaliação suporta as suas escolhas” (Silva, 2008, p.34).

⁷⁸ A partir da sua experiência Sara muda a visão sobre o tempo certo de transição para a parentalidade, na perspetiva que vivemos numa sociedade de risco e incerteza que não suporta a planificação das grandes decisões da vida individual e social. A sua lógica insere-se na tese de Beck “Cómo se pueden evitar,

Nós não podemos fazer planos e essa foi a lição que eu tirei, mas se calhar tirei tarde, que é: "Só vou ter o filho quando tiver a minha vida estável, mas nós daqui a dois, três, cinco anos, a vida pode estar instável e o bebé lá está à mesma para criar. Não existe um momento ideal para ter um filho, não existe. Isso não existe!".

No seu contexto profissional e em qualquer outro, apresenta a sua experiência e visão sobre as desvantagens de adiamento da parentalidade.

Há pessoas que me dizem, pessoas que estão desempregadas há mais tempo, há pessoas que estão há um ano ou dois no emprego: "Ah eu estou há pouco tempo no emprego, eu não vou engravidar agora, porque já viste? Estou só há um ano na empresa e vou estar agora seis meses de licença de maternidade?!". Eu digo às pessoas: "Não podes pensar nisso. Eu dou-te o meu exemplo, eu engravidei quando estava estável, estava efetiva e agora... O bebé vai lá estar sempre, a criança vai estar sempre lá, a despesa vai estar sempre lá".

Recorda com nostalgia que a idade ideia teria sido pelos 32 ou 33 anos, uma fase em que, inclusive, tinha uma situação de estabilidade no emprego, mas na altura sentia uma forte disposição para o investimento na carreira. Aliás, durante a entrevista Sara revela que foi por essa idade que começou a sentir desejo de ser mãe.

Quando eu estive no norte devia ter tomado essa decisão. Eu tive lá oito anos e teria corrido bem. Eu lá tinha 32, 33 anos isso teria sido a idade ideal. Agora a Maria já estava muito maior e eu tinha tido aos 38 o segundo. Esse teria sido o timing certo. Mas lá está, estava tão focada no trabalho e trabalho e trabalho e trabalho. E sei lá, nessa altura, se eu tivesse olhado mais para o futuro e este bichinho tivesse aparecido mais cedo. Se soubesse, lá está, o que eu sei hoje... só que na altura não pensava nisso.

Em forma de balanço Sara olha para a sua experiência de parentalidade e afirma: "Portanto eu teria sido mais cedo" e reforça a sua visão: "Nós não podemos estar à espera".

Políticas públicas plurais na promoção e apoio da parentalidade

A análise da singularidade do retrato de Sara expressa duas tendências societárias da parentalidade, decorrentes do progresso tecnológico da modernidade avançada. Este avanço apela, desde logo, à reflexividade sobre as motivações que subjazem à legislação

minimizar, dramatizar, canalizar los riesgos y peligros que se han producido sistematicamente en el proceso avanzado de modernización y limitarlos y repartirlos allí donde hayan visto la luz del mundo en la figura de «efectos secundarios latentes» de tal modo que ni obstaculicen el proceso de modernización ni sobrepasen los límites de lo «soportable» (ecológica, médica, psicológica, socialmente)?" (Beck, 2020 [1986], p.25).

que consigna a PMA. A Lei para além de dar uma resposta médica a questões biológicas está associada a um discurso de poder legitimador de comportamentos sociais considerados normais no quadro da maternidade e da parentalidade e das instituições sociais que os enquadram, associados a conhecimentos e competências científicas e não científicas (Silva, 2014).

Uma dessas tendências é descrita por Sara relativamente aos casais com problemas de fertilidade, por diferentes razões, e que recorrem à PMA: “(...) [T]odos os dias que fui à consultas e quando fui fazer a inseminação, eram imensos casais com ansiedade de serem pais, a fazerem tratamentos e a tentarem (...) [H]á muitos casais que querem ter filhos e não conseguem”. Distingue os diferentes tipos de casos que conheceu.

Isto é o meu caso que quero ser mãe solteira, mas há casais. Infelizmente a taxa de infertilidade é muito grande, casais que querem ter filhos e não conseguem (...) [O] sémén é do parceiro, ou não, às vezes o problema é do parceiro e também quando o parceiro, quando o casal concorda com isso, até utilizam o sémén de um dador que seja parecido em termos físicos com o dador.

A outra tendência que sugere, refere-se às mulheres que decidem individualmente desempenhar o papel parental com recurso à procriação medicamente assistida, no caso concreto, através da técnica de inseminação artificial. Sara encontra na política de saúde a resposta que pretendia, através da Lei n.º 17/2016 de 20 de junho que alarga o âmbito dos beneficiários das técnicas de procriação medicamente assistida, correspondendo à segunda alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho.

O património disposicional de Sara estimulam o pensamento crítico e uma visão ampla sobre as políticas de promoção e apoio à parentalidade. Na sua narrativa identificam-se diversos ângulos de olhar para este campo. Ao desejar ser mãe começa por pesquisar as medidas de políticas públicas existentes para dar resposta à sua escolha. A adoção afigura-se como uma possibilidade que acaba por abandonar, dirigindo diversas críticas a esta medida de promoção da parentalidade. Em sua opinião, a concretização da medida e o processo de seleção dos/as candidatos/as é por si desmobilizador, apontando para uma situação ideal-tipo de mãe ou pai, nem a sua disposição lutador a consegue mobilizar para tentar ultrapassar as bifurcações com que se depara. Trata-se de uma medida desfasada da realidade concreta, tanto em relação ao tempo de espera, como às condições exigidas às pessoas, considerando que esta medida devia ser revista com celeridade, em Portugal. A sua disposição pragmática permite-lhe identificar constrangimentos objetivos.

”(...) [I]sso é outra questão que eu acho que teria de mudar rapidamente. Aqui no nosso país eu se tiver um filho num T0 a dormir comigo, ninguém vai lá, nenhuma segurança social vai lá dizer-me que eu não posso ficar com a criança, nasceu de mim posso-a ter num T0, está tudo certo, desde que a trate bem. Se eu for concorrer para uma adoção tenho que ter um quarto específico, tenho que ter x de ordenado, tenho que ter vida estável, enfim... Eu percebo que temos que ter sinais que a criança vai ser bem-educada e que vai ter condições para estar com a criança mas é um processo muito longo e acho que é penoso.

Até então, as pessoas que faziam uma opção igual à sua recorriam a clínicas no estrangeiro, onde o processo já estava legalizado para as mulheres independentemente do diagnóstico de infertilidade.

Agora temos uma facilidade, uma boa norma e eu tive a sorte enquanto eu estava a fazer os tratamentos, de na Assembleia da República ser aprovado nós fazermos inseminações, em Portugal. Até então todas as mulheres que fizeram esse processo tinham que o fazer em [nome do país] que é muito mais penoso em termos de deslocação e em termos de despesa. Eu tive que esperar um mês ou dois até fazer a inseminação porque a clínica não o podia fazer legalmente e eu comecei os tratamentos de estimulação e quando saiu em Decreto-Lei, aí sim, eu avancei com a inseminação já em Portugal.

No entanto, Sara sustenta que a legislação é pouco ambiciosa e não contribui para incentivar a entrada na parentalidade, uma vez, que não é acompanhadas pelos apoios sociais necessários, por exemplo, a nível económico.

Só que a legislação em Portugal, muito bem, podes ser mãe solteira, mas tudo o resto, não há os apoios, não avançaram, ou seja, eu sou mãe solteira, mas em termos de IRS, em termos de incentivos de abono, uma vez, que eu tenho o ordenado um bocadinho acima da média e o meu agregado são só dois, a minha regra e a minha fórmula é a mesma e não deveria ser. Se querem estimular...

No caso concreto das famílias monoparentais, destaca a probabilidade de terem uma fraca rede de apoio informal, pelo que, seria essencial que existisse um serviço de apoio social ao domicílio, sobretudo na fase de transição para a parentalidade. Esta questão é uma tendência que acompanha as famílias, em geral, na sociedade contemporânea: “Neste sentido, uma questão importante é compreender o quanto é forte a rede de suporte informal nas famílias portuguesas, na atualidade?” (Branco, p.2009, p.14). Em sua opinião, a falta de apoio pode efetivamente constituir uma bifurcação e contribuir para que as pessoas não tomem a decisão de entrar nesta fase.

Deveria haver um estímulo, ou seja, não é estimular as mães a quererem ser mães solteiras, eu acho que quem gostaria de ter um relacionamento deve ter um relacionamento, acho que o ideal é ter uma mãe e um pai, sem dúvida alguma. O pai é importante para a educação de um filho, mas quem não tem outra hipótese, quem está numa idade limite e quer muito ser mãe, quer presenciar essa experiência e quer ter um filho, devia haver mais apoios, ou seja, um abono para a criança, independentemente do ordenado, a pessoa tem que ter um incentivo à

gravidez, algo desse género. Porque neste momento as mães solteiras só podem contar com elas. E apoio a nível social, ter um apoio em casa na gravidez. Imagine que é mãe solteira (...) [T]em menos apoio familiar ainda, tenho a plena consciência que muitas mães não avançam por falta de apoio, tanto físico como monetário!

Uma outra bifurcação que Sara identifica é a acessibilidade ao Serviço Nacional de Saúde para quem deseja recorrer à PMA, por se tratar de um processo muito burocrático, complexo e com longas listas de espera.

Enfim tem muitas burocracias e é muito complicado. Eu não conheço nenhum casal que tenha sido, pelo Sistema Nacional de Saúde, acho que é um sistema muito burocrático e muito complicado e deveria de haver incentivos ou mais condições, mais acessível, mais direto, em que: "Eu hoje tomo essa decisão, daqui a um mês ou dois, consigo uma consulta, consigo um acompanhamento e consigo fazer a inseminação". Agora, com listas de espera dessa maneira é impensável, é impensável...

Em sua opinião, essa questão representa efetivamente uma bifurcação⁷⁹ à transição para a parentalidade: "Pelo Sistema Nacional de Saúde as condições que se dá, a probabilidade de um casal conseguir é muito baixinha", e a alternativa é o recurso ao sistema privado de saúde, mas esta opção não é acessível à generalidade das pessoas face ao elevado custo desta resposta. A sua disposição pragmática leva-a a apresentar como solução justa, a comparticipação pelo Estado do tratamento realizado num serviço privado.

E o outro sentido é que

uma inseminação é muito cara. Eu gastei cerca de 5000 euros para fazer uma inseminação, eu fiz 4 tentativas (...). Depois há quem tem mais dificuldade em engravidar (...) [E] só um tratamento custa à volta de 4000, 5000 euros, só a inseminação em si. E agora estamos a falar das injeções. Cada vez que eu ia à farmácia gastava 200 euros, nada é comparticipado pelo Estado e isso era uma ajuda esplêndida. (...) [E] o farmacêutico até com alguma comoção dizia-me: "É inacreditável o que vocês têm de gastar para ser mães, é escandaloso o que o Estado vos obriga a pagar, devia haver uma ajuda, isto devia ser grátis para quem quer engravidar".

⁷⁹ A perspetiva defendida coloca no epicentro do debate, o redimensionamento da intervenção social e as políticas no Estado Social, nomeadamente, a coesão da rede de serviços essenciais ser garantida pelo setor público e pela sua expansão através do financiamento do sistema privado, no âmbito (Albuquerque, 2013) do respeito ético pela capacidade de escolha das pessoas: "Isto pressupõe, que ao reconhecimento da capacidade de escolha, extremamente relevante no respeito pela dignidade e autodeterminação das pessoas apoiadas, se associe a criação de possibilidades de concretizar essa escolha, o que passa necessariamente pelo investimento, público e privado, em estruturas de oportunidades equitativamente no tecido social" (Albuquerque, 2013, p.76).

A propósito da PMA sinaliza, ainda, outra bifurcação, trata-se da centralização dos serviços que realizam os tratamentos e que estão, sobretudo, sediados na capital do país: "Por exemplo, agora se eu estivesse aqui em [nome da cidade] para o segundo, já era mais complicado: Onde é que eu ia deixar a pequenina? Ia sujeitá-la a essas viagens todas porque aqui nós não temos essas soluções". Face à frequência e duração dos tratamentos, a sua experiência dita que esta medida deve ser encarada, ainda, pelas políticas de conciliação da vida-familiar com a vida-profissional, uma vez, que a sua concretização pode implicar que as pessoas tenham de recorrer à flexibilidade de horário laboral.

Sara coloca a política de conciliação num plano mais amplo. Na perspetiva da parentalidade, com base nos seus contextos de socialização profissional e na mobilização da disposição pragmática inventaria medidas em diversos setores. Recorre a um exemplo da sua vida para ilustrar a necessidade de se aprofundar a política de conciliação e demonstrar que é fundamental para se promover a inclusão da mulher-mãe no mercado de trabalho.

Eu agora ainda não fui chamada para nenhuma entrevista, estou só desempregada há duas semanas, mas quando andei à procura de emprego, sim, faziam-me essa pergunta: "É mãe? Tem filhos? Que idade é que têm os filhos?" É uma pergunta que tem subsequentemente aquela questão: "Esta pessoa pode ser muito boa profissional, mas vai ter que faltar obrigatoriamente para ir à escola, para dar apoio à sua criança, isso é inevitável". Depois depende muito da filosofia de cada empresa, mas eu acredito muito que muitas mães não consigam bons empregos por serem mães, principalmente de crianças pequenas.

Em Sara identifica-se o conflito interno vivenciado por uma mulher que, tal como ela, tenha uma forte disposição para a maternidade e uma disposição para o investimento na carreira. A sua disposição pragmática expressa-se na reflexividade objetiva com que aborda este problema. Por um lado, considera que as razões estão associadas a fatores macro sistémicos e que se a política de conciliação tivesse associada a uma cultura de promoção e apoio à parentalidade⁸⁰, tanto o contexto profissional, como o/a próprio/a trabalhador/a recorreriam naturalmente a essa ferramenta.

Eu sei que há casos de despedimentos de pessoas e mesmo numa entrevista, há uma pergunta que eu acho que nos é feita que não devia ser feita: "Você é mãe? Quantos filhos tem?". Porque é que nos fazem essa pergunta quando nós vamos

⁸⁰ Esta análise e a reflexividade de Sara, em geral, convocam o debate sobre a lógica das políticas públicas, no caso concreto, de promoção e suporte à parentalidade: "Poderá afirmar-se que se existe hoje já um amplo reconhecimento relativo às tendências que se observam na reconfiguração do Estado Social e das políticas sociais no quadro da sociedade de risco e da modernidade reflexiva, está longe de consensualização a leitura dos desafios e riscos envolvidos nesta profunda mutação em curso" (Branco, 2008, p.87).

a uma entrevista de emprego? É uma coisa que me faz sempre um ponto de interrogação.

Por outro lado, adianta que a própria mulher contribui para a representação social do ideal tipo profissional-mãe. Sara sustenta que a incorporação deste valor social é forte que, de forma não consciente, orienta a prática profissional feminina.

Nós, às vezes, como mães e como mulheres temos esse problema, queremos sempre que o facto de ser mães não se note (...) [P]ara não sermos apontadas e para não sermos prejudicadas. Não é que eu sinta isso, mas noites mal dormidas, o ficar doente e ter que ficar em casa, a gente sabe que fica trabalho por fazer e que não vai ser entregue, é inevitável. (...) [N]ós mães profissionais que queremos ser bem-sucedidas profissionalmente, estamos sempre com isso na cabeça, não é?

Sara prossegue com a identificação de medidas objetivas para proteger o direito à parentalidade, nomeadamente, a existência de horários de trabalho fixos: “Os horários rotativos MATAM qualquer regime familiar e um casal, não só no meu caso, no meu caso é por indisponibilidade física, no caso de um casal há casais que não se vêm”; a preocupação de conciliar os horários de casais com filhos; creches para os/as filhos/as dos/as funcionários/as, que permitissem a conciliação com os horários dos pais ou mães, entre outros.

Tentar que os casais tenham o mesmo horário, porque acontece muito numa mesma fábrica, a mulher estar com o horário da manhã e o homem estar com o horário da tarde e simplesmente não se conseguem ver. Empresas que tenham creche. Imagine, a [nome da empresa] não tem mas acho que agora tem ali uma creche, não sei qual é o horário dela, mas se houvesse uma empresa grande, que tem esses horários, até podiam ser rotativos, mas que tivesse uma creche com um horário quase 24 horas, que consoante o horário do trabalhador, conseguisse ter um apoio ali?! Aí seria espetacular.

Sara é uma forte entusiasta do investimento das empresas em creches e a sua forte disposição de planificação permite-lhe equacionar uma medida com claras vantagens, a “*win-win policy*” (política com ganhos consensualizados para ambos os lados), para a empresa para o/a trabalhador/a “(...) [A] proximidade da criança (...), [T]inha qualidade de vida, não perdia tempo em deslocações e tinha um trabalhador mais motivado, com um ambiente familiar mais estável e conseguiria produzir mais (...). Isso poderia ser uma ideia a ser implementada”.

A questão do tempo, a organização dos horários de trabalho, é outra questão-chave para si. Sara assinala a flexibilidade de horário a concentração de tempo por dia para libertar um dia por semana para trabalhadores com filhos, entre outras. A própria promoção da

parentalidade implica que as pessoas tenham conhecimento das perspetivas que o mercado de trabalhos e as políticas públicas oferecem a este nível. O facto de as pessoas estarem informadas sobre as condições que existem, pode contribuir para que reflitam mais cedo sobre a transição para uma nova fase do seu curso de vida ou para terem mais filhos, se o desejarem.

Eu acho que quando nós vamos começando a ficar mais velhos é que vamos tendo essa maturidade e essa consciência não nos aparece mais cedo. Agora o que é que poderá fazer com que essa consciência nos apareça mais cedo? Não sei, eu acho que o mundo laboral poderia incentivar, há muitos países que incentivam muito, tanto em termos de horários, por exemplo, na Suíça fazem com que nós tenhamos um dia por semana para sair com os filhos, acham que dão um x de horas por mês para termos com eles, tudo o que é escolar é pago, é um grande incentivo. Há um incentivo às mães que a partir de x números de crianças podem estar em casa e ter um ordenado que é perfeitamente sustentável para criar as crianças. Para quem tem, porque já muitas mulheres que têm mesmo o instinto maternal de ter muitas crianças, só não o fazem por questões monetárias e se o Estado desse esse incentivo, se mudássemos aqui a filosofia, acho que seria muito gratificante.

Sara coloca a importância da disponibilidade de tempo a par da disponibilidade económica. O bem-estar e desempenho dos profissionais-pais exige que tenham tempo para cuidar e educar as crianças, de que dá diversos exemplos durante a entrevista. Numa das passagens do seu discurso é possível captar o detalhe e a intensidade do seu olhar sobre este campo das políticas públicas.

É tempo. Acho que não é só ter dinheiro. Acho que é a qualidade de vida e nós hoje perdemos, nós hoje somos um país que trabalhamos muitas horas e somos pouco produtivos. Eu acho que as pessoas não estão felizes o tempo que estão no trabalho. Efetivamente, nós devíamos trabalhar menos, ser mais eficazes e aproveitar mais o tempo (...) [E]u saio às cinco horas da tarde posso ir comprar uma coisa ao supermercado, vou a casa, chego a casa com a minha filha, eu tento ir ali um bocadinho com ela à rua, brincar um bocadinho, chegar a casa, tomar banho, comer, dorme. Ela vai para a cama às 9 da noite. Se uma pessoa tivesse um trabalho imagine, seis horas de trabalho diárias, uma pessoa sai às quatro ou às três da tarde, conseguíamos usufruir dessa tarde, ir a um jardim, ir, fazer um passeio, ir a uma biblioteca, fazer um programa muito mais alargado com os filhos e conseguíamos ter uma vida muito mais prazerosa com os filhos. E neste momento nós temos oito horas e às vezes dez horas de trabalho. E outra coisa, que é, eu, por exemplo, eu estou agora a concorrer a vagas, quando aparece lá "disponibilidade para horários rotativos" eu não posso concorrer.

O aprofundamento da sua reflexão trás à colação paradoxos da sociedade contemporânea que desafiam a sua disposição pragmática e a colocam numa bifurcação ao tentar encontrar soluções para compatibilizar a mudança que a disposição para o investimento na carreira profissional impõe e a estabilidade que a disposição para a maternidade requer.

As próprias empresas hoje acham que uma pessoa é dinâmica e é uma mais valia não estar muito tempo numa empresa porque chega a um ponto está acomodada, não gosta de mudanças, não é versátil e então está muito tempo numa empresa e isso não é bem visto. Então nós estamos cinco, oito, dez anos na empresa, mudamos e às vezes temos de mudar também geograficamente. E essa instabilidade, com um filho às costas, é mau e faz-nos pensar, não é?

Sara identifica como bifurcação na parentalidade, a necessidade de mudança de local de trabalho a que a disposição para a carreira acaba por apelar, na sociedade atual, quando tal implica migrações sucessivas no território, uma vez, que tem como resultado a fragmentação das redes informais, com consequências para o bem-estar das famílias e das crianças, como se verifica no seu caso.

Eu agora, por exemplo, estou numa fase de procura de emprego, já me inscrevi no centro de emprego e estabeleci um limite, eu tenho a possibilidade de aqui em [nome da cidade] procurar emprego e em [nome da cidade] porque os meus pais também lá estão, ou seja, a mudança com a minha filha seria estável, seria uma coisa mais fácil. Mas eu já me tenho visto muitas vezes aflita ou desesperada porque isso vai afetar a vida da minha filha vai estar mais longe dos padrinhos, lá está, eu já estou a constituir aqui uma família...

Na sua reflexão faz um balanço em que atribui uma centralidade própria à política de promoção e apoio à parentalidade e faz uma síntese sobre medidas que deverá contemplar para que a sua densidade se torne apelativa a quem deseja entrar na parentalidade.

(...) [A] nível profissional, a nível de horários, a nível de apoios de escolares, de creches, de abonos, tem de haver um apoio maior para as pessoas dizerem: "Sim senhora, se eu ficar desempregada", por exemplo, como eu, "Não vou ficar desamparada e vou continuar a conseguir educar e criar o meu filho". E eu acho que são essas duas coisas: é o tempo e é apoios monetários para quem não dinheiro, não é? E não pode ser só uma possibilidade, fazer uma inseminação para quem tem um ordenado acima de 1000 euros, não pode ser. Toda a gente tem que ter esse direito.

Síntese interpretativa

No discurso de Sara encontra-se um património disposicional formado no contexto da socialização primária, em que a família é um microssistema securizante, com dinâmicas relacionais estáveis, regras e limites claramente definidos. As disposições incorporam modelos e experiências decorrentes de uma interação muito vivida com a figura materna e paterna. Por sua vez, vão definindo uma identidade que as transporta nas diferentes fases do seu curso de vida que de modo interativo também é por elas orientada, nomeadamente, pela sua disposição para a individualidade e pela disposição para o investimento na

carreira profissional. Numa dinâmica subjetiva que mobiliza as suas disposições de planificação, pragmática, lutadora e para a independência.

As bifurcações com que se depara, nomeadamente, na transição para o mercado de emprego, na fase inicial de exercício da profissão e no âmbito do seu contexto profissional, são ultrapassadas com recurso interno a essas disposições. Observe-se a importância que estas adquirem na identidade do sujeito, não se fragmentando perante os riscos na complexidades da (in)certeza social. A interpretação deste retrato proporciona uma experiência quase sensitiva sobre dinâmicas do mercado de trabalho na sociedade contemporânea.

Todo esse património disposicional surge convocado para as decisões de adiar a parentalidade e de ser mãe através do recurso à PMA numa determinada fase da sua vida, bem como à decisão de planear ter o segundo filho. A disposição pragmática está associada à reflexividade de Sara, inclusive, sobre si própria, o que lhe contribui para que equacione retrospectivamente essa decisões e entenda que, de forma não consciente, caiu na sua própria armadilha. Isto porque ao ter a experiência, revela-se a sua disposição para a maternidade e descobre uma nova faceta da sua identidade.

A decisão de ser “mãe solteira” na sua expressão, é garantida através da PMA, uma política de saúde que abre espaço a diversos debates e apresenta um campo de visão sobre as políticas públicas de promoção e apoio à parentalidade, ainda que esta medida não seja entendida, exatamente, como tal. Um dos debates é sobre a parentalidade, em si mesma, e sobre o lugar da criança na sociedade portuguesa (Cunha, 2007; Almeida, 2005). Outro campo de reflexão é a dimensão da responsabilidade ética perante o outro na sua individuação, mas também enquanto responsabilidade de cuidar do outro mais vulnerável, igual a si próprio: “O objeto é a criança como totalidade, em todas as suas possibilidades, não só nas suas necessidades imediatas” (Jonas, 1995: 173). Abre-se ainda outra frente de debate relativa ao posicionamento das políticas públicas face às oportunidades de progresso civilizacional que as novas tecnologias oferecem: “A tecnologia tem e é política e o triunfo da civilização tecnológica implica a discussão do projeto político para o mundo, para a humanidade e para o próprio crescimento tecnológico” (Amaro, 2012, p.35).

A interpretação do pensamento de Sara sobre as políticas públicas produz um efeito disruptivo na cultura de participação do sujeito na mudança. Apresenta-se aqui um perfil

diferente de sujeito de direitos⁸¹ que leva à mudança do ângulo de visão das políticas da vulnerabilidade de um sujeito-objeto de empoderamento para um sujeito emancipado. Esta mudança significa que o sujeito de direitos é aquele que tem oportunidade de fazer autonomamente as suas escolhas. Mais, implica que as políticas tenham o potencial e a plasticidade suficiente para lhe permitir exercer o seu direito e ser ele próprio o agente de construção da sua política de proteção social, no caso em análise, de promoção e apoio à parentalidade e, neste campo, de promoção da igualdade de género.

7. Marta: “A insustentável invisibilidade de cuidar de quem cuida. Procriação medicamente assistida na concretização de um sonho secreto”

Marta tem uma filha com 18 meses, um desejo concretizado aos 46 anos. A sua disposição lutadora impeliu-a a ultrapassar bifurcações e arriscar ser mãe num processo especialmente desafiante. O recurso à fecundação in vitro (FIV) permitiu-lhe engravidar. A sua representação da parentalidade está intimamente associada ao contexto de socialização religioso. Desde cedo interiorizou a ideia da responsabilidade de cuidar e educar um filho/a, uma função partilhada entre mãe e pai. Todavia, o seu curso de vida começou o ser orientado por uma disposição para o investimento no trabalho e para a formação superior. Marta vive uma fase preenchida por experiência diversificadas no mercado de trabalho, mas sem ter oportunidade de exercer a licenciatura em ciências sociais. Em paralelo, seguia a sua trajetória de namoro, no entanto, não encontrou uma pessoa que desejasse realmente ser pai e quando, pouco depois os seus trinta anos, emergiu a sua disposição para a maternidade estava sozinha e não se perspectivava nenhum relacionamento afetivo. O seu percurso continuou até se confrontar com uma bifurcação que alterou a direção da sua trajetória. Marta assume o papel de cuidadora informal dos seus pais durante alguns anos. Esta ocupação passou de tempo parcial a tempo integral, afastando-a de outros contextos de socialização, tendo conhecido o pai da sua filha através

⁸¹ Esta perspetiva aproxima-se da tese de Branco ao sustentar que: “Com esta configuração importa continuar a inscrever as pessoas nos suportes coletivos de direitos característicos do Estado Providência, mas também suscitar formas de luta pelo reconhecimento, que contribuam para redesenhar novas exigências de justiça, permitindo inscrever as reivindicações subjetivas de identidade num processo coletivo de acesso aos direitos sociais” (Branco, 2008, p.88).

da internet conheceu o pai da sua filha. Depois de meses de interação apenas por esta via, acabaram por se conhecer pessoalmente e assumir uma relação de namoro. É neste contexto relacional-afetivo que equaciona a entrada na parentalidade. Com cerca de 44 anos depara-se com problemas de fertilidade, sem ter conhecimento na altura que o namorado também já tinha tido problemas a este nível. Apesar da baixa probabilidade de vir a ter sucesso, o casal opta pela procriação medicamente assistida e Marta concretiza finalmente o desejo de ser mãe. Entretanto, o estado de saúde da mãe e do pai agrava-se e acabam por ter necessidade de serem acolhidos num lar. É, então, que sem o papel de cuidadora, encontrando-se desempregada e grávida decide mudar-se para a zona sul do país onde o namorado trabalhava e tinha a sua família. Na vida conjugal depara-se com uma bifurcação que contraria todas as suas expectativas, o companheiro revela-lhe o lado da dominação masculina na relação de casal. Esta faceta mobiliza a disposição resiliente de Marta. Ao olhar para este retrato observa-se, de diversos ângulos, a vulnerabilidade das políticas públicas de apoio à família.

A formação precoce da disposição para a responsabilidade ao longo da vida

Marta nasceu num ambiente familiar de austeridade, de um pai agricultor, e uma mãe doméstica, ambos com baixo nível de escolaridade tendo sido educada para investir no estudo: “Não podia chumbar de ano, ele também não exigia que fosse a melhor, mas tinha que ter notas para passar, e tinha, tinha que ser responsável”. Cresceu num contexto de socialização primária que a educou para a responsabilidade: “O meu pai sempre me ensinou (...) [A] ser uma pessoa responsável, a assumir as minhas responsabilidades e eu não podia falhar. Cada vez que eu falhava ele dava-me na cabeça. Eu sempre fui muito educada assim”. O pai sempre exigiu que a filha assumisse os seus compromissos: “Se eu me comprometia a fazer determinada tarefa, tinha que a fazer. Porque senão, ele ralhava comigo. E dizia-me: «Tu ainda não fizeste esta tarefa. Disseste ao pai que fazias». Neste contexto, desenvolve precocemente a disposição para a responsabilidade: “E eu herdei um bocadinho esse feitio do meu pai, quando tenho que fazer alguma coisa que envolve deslocações e envolve mais alguma coisa então preparo as coisas, porque preparar as coisas implica que eu perca menos tempo”.

Com o pai como figura de referência, aprende a ter disciplina e a não falhar: “E conseguia mais facilmente cumprir prazos. Se eu tenho que apanhar transportes para ir para Lisboa,

não me posso atrasar”. Essa disposição vai ter expressão em diferentes fases da sua vida e, por sua vez, é acompanhada da formação de uma disposição para a organização: “Sempre fui assim, cada vez que ia embarcar num projeto com mais exigências, sempre gostei de ter as coisas primeiro organizadas, isto para poder ser cumpridora porque quando nós temos as coisas mais ou menos definidas, as coisas correm bem”.

O nível de exigência do pai era equilibrado por uma atitude mais flexível da parte da mãe: “A minha mãe era mais conciliadora, era mais «Filha, não faz mal, se não conseguires fazer, se não conseguires, também não há problema, fazes noutro dia». A minha mãe era mais flexível, o meu pai não”. Com a mãe aprende a enfrentar as dificuldades e a não desistir perante as adversidades: “Em termos de manter a calma e deixar as coisas fluir acho que é mais a minha mãe, foi mais a minha mãe”.

A incorporação da educação que recebe expressa-se na formação de uma disposição de resiliência que é transferível para diversos contextos da sua vida. A título ilustrativo, Marta refere-se à fase da gravidez e recorda que a sua disposição para a responsabilidade desencadeava uma preocupação excessiva com o bem-estar da criança mas, entretanto, acabou por assumir uma atitude descontraída e, inclusive, a gerir sozinho o mal-estar que sentia: “Organizar as coisas sim, tanto que o médico disse: «Olhe, isto não é nenhuma doença, isto é normal, deixe-se descontrair, apesar da sua idade, não pense muito nisso» Se não fossem os enjoos até me esquecia que estava grávida” (riso).

Além da influência do contexto de socialização familiar, Marta também incorpora os valores do contexto de socialização religiosa, mais concretamente, da educação católica, que, por sua vez, vai contribuir para fortalecer a sua disposição para a responsabilidade. Esta disposição orientou a sua visão sobre a parentalidade, consubstanciada numa relação de casal em que os filhos ocupam um lugar central. Entende que os valores católicos foram importantes para que ponderasse, com calma, a escolha de um parceiro que desejasse ser pai e lhe permitisse exercer uma parentalidade responsável. No entanto, de forma latente, condicionaram as suas escolhas ao longo da vida e correu o risco de não concretizar o desejo de ser mãe.

A minha formação católica, por um lado, condicionou-me e não. Abriu-me a ideia que ter um filho, pôr um filho no mundo é uma grande responsabilidade e nós devemos pensar bem aquilo que estamos a fazer, não é? E não podemos pôr um filho no mundo assim, de qualquer maneira. Nesse aspeto ajudou-me, entre aspas, porque eu sempre fui uma pessoa muito de não dar um pé, um passo maior que a perna. Ter um filho de repente de uma pessoa que eu não tivesse muita confiança ou não tivesse uma relação era um risco. Se as coisas corressem mal ou não corressem tão bem, depois eu via-me com um filho (riso).

A disposição para a responsabilidade e a disposição ascética que, então se formam, são um recurso fundamental para ultrapassar a bifurcação com que se vem a deparar de, eventualmente, não poder ter filhos devido à sua idade. A forma como gere o seu dinheiro, distanciando-se de um estilo de via hedonista, permitem-lhe ter oportunidade de recorrer ao sistema privado e saúde e, assim, concretizar o desejo de entrar na parentalidade: “Eu sempre fui muito poupadinha (riso). Também gastei bastante, porque naquele período não estava a trabalhar, não ia gastar do meu pai, mas tinha uma poupança amalhada. E foi dessas poupanças que eu retirei a minha parte para os custos [dos tratamentos]”.

O contexto de socialização primária está também associado à crença na igualdade de género, baseada na sua experiência familiar. A mãe insistia para o pai colaborar na realização das tarefas domésticas e, não obstante a resistência que ele manifestava, na prática ajudava a mãe. Esta crença via ser especialmente útil na gestão da sua futura relação de casal.

O meu pai também ajudava a minha mãe, refilava, mas ajudava. A família dele não é assim, a mãe fazia tudo e o pai não fazia nenhum, não sabe estrear um ovo, não sabe ligar o fogão. Acho que ele tem a imagem da educação do lado do pai, é um homem à moda antiga, com certeza os maridos podem ajudar, mas se as mulheres fizerem tudo é melhor, não é? (riso).

As bifurcações das trajetórias profissional e relacional-afetiva adiam a parentalidade

Marta cresce em contextos de socialização securizantes, sem que identifique situações de crise. Na transição para a universidade confrontou-se com uma bifurcação decorrente da indecisão relativamente a prosseguir os estudos e à área da sua preferência: “Antes disso estive a fazer cursos profissionais, andei por aí. Não sabia muito bem se haveria de estudar, em que área andei assim a pensar, também não queria ir para a universidade só por ir, só porque as pessoas iam”. Aos 23 anos, depois de frequentar diversos cursos de formação, encontra-se com a sua vocação profissional e ingressa no curso de sociologia, com o apoio financeiro da família: “(...) [Q]ueria encontrar uma justificação para entrar para a universidade. Depois na altura achei assim «Não, acho que vou para a universidade». Falei como o meu pai, não é? Ele apoiou-me financeiramente, que eu também não tinha muitos recursos e fui”. Com uma forte disposição para a responsabilidade, concentra-se em terminar o curso para iniciar a vida profissional: “(...)

[A]té aos 30 não pensava muito nisso, pensava no meu curso, na minha formação, no meu trabalho”. Nessa fase optou por prosseguir o ensino superior, em detrimento de uma relação com um namorado que pretendia constituir família e ter filhos.

Na altura que fui tinha um namorado, namorámos apenas seis meses, depois terminámos. Ele (...) [E]stava com muita pressa em casar, ter filhos. Eu dizia "Quero primeiro terminar o meu curso, não faz muito sentido estar a começar com 23 anos, casar-me e ter já filhos, que depois as coisas mudam, posso ter dificuldade em terminar o curso”. E depois, por outras questões, que não foi só por essas, acabámos por terminar. Eu entrei para a universidade, tive lá umas paixonetas, digamos assim, mas até aos 30 não houve assim um relacionamento muito sério.

Quando concluiu a universidade começou a procurar emprego na sua área profissional, mas enquanto não encontrava fazia formações para obter qualificações também noutras áreas e garantir a sua autossuficiência económica: “Eu fui fazendo formações, depois se não conseguisse um estágio na área, estava a tentar trabalhar, fazia uns trabalhos temporários”. No entanto, depara-se com uma bifurcação ao não ter oportunidades na sua área: “Mas nunca exerci na área, nem consegui fazer nenhum estágio na área, pronto”. Mobilizada pela sua disposição para a formação equaciona formar-se na área da contabilidade. Todavia, depara-se com uma outra bifurcação, a mãe adoece: “Estava a tentar fazer uma mudança de área (...) [A] morar em [nome da cidade], a fazer formação, a tentar arranjar trabalho, mas aconteceu depois um episódio complicado de saúde com a minha mãe, a minha mãe começou a ter mais problemas”. Marta impelida pela sua disposição para a responsabilidade começa a cuidar progressivamente da mãe. Nesta fase confronta-se com uma dupla bifurcação, para além deste acontecimento, a escola em que estava a tirar o curso de contabilidade vai à falência, acaba por não completar curso e fica sem diploma.

Problemas cardíacos, aí comecei a ter que regressar mais a casa, estar mais fins-de-semana em casa, começar a dar mais apoio à minha mãe. Ela depois foi recuperando, mas no início foi complicado, as coisas mudaram, eu depois acabei por sair de [nome da cidade]. Entretanto não terminei o curso porque a escola entrou em falência, infelizmente, e eu não consegui ter nenhum certificado, nem terminar o curso de contabilidade, ou seja, não consegui fazer nenhum estágio na área em que pretendia fazer um estágio que era na área de contabilidade. Voltei a casa, voltei à estaca zero. Pronto, nem curso...

Os seus planos para o futuro passavam por uma trajetória de investimento na carreira até aos 30 anos, casar e depois ter filhos: “Eu acho que até aos 30 tinha mais essa vontade de tentar acabar o meu curso, trabalhar, casar e depois pensar em filhos”. Até essa idade lutou para conseguir o que desejava, mas ao deparar-se com bifurcações na sua trajetória

profissional e no contexto familiar, regressa a casa e procura emprego na zona de residência da família: “Dos 30 e 32 porque a minha mãe ficou mais frágil, não é? Eu senti a necessidade de retornar a casa, poder ajudar mais a família e procurar trabalho mais na minha zona”. Entretanto, pelos 30 anos volta a ter um relacionamento afetivo, mas Marta sentiu que os sentimentos não eram recíprocos e afastou-se. Nesta fase começa a sentir desejo de ser mãe, mas no seu contexto relacional não surgiu nenhuma relação de namoro.

Depois eu acabei por me afastar dele, porque senti que ele não gostava de mim verdadeiramente, entende? Pronto. E não fazia sentido estar-me a juntar com alguém só para fazer experiência se dávamos certo ou se não (riso) é assim, é uma coisa, não, não fazia assim muito sentido, pronto. Depois realmente aos 30, 33 eu comecei a pensar "Agora realmente seria a idade ideal para ter, para ter filhos, para começar a ter filhos" só que na altura eu não estava com ninguém, pronto, ninguém que efetivamente eu pudesse pensar, pronto, tinhas amigos, tinha pessoas com quem me relacionava bem.

Quando sentiu emergir a disposição para a maternidade, ainda equacionou tentar encontrar uma pessoa, mas conformou-se com a situação: “Eu pensei assim "Bom, já estou nos 30, 33!". Tinha vontade de ser mãe, mas não tinha namorado, então tenho que tentar arranjar alguém, não é? Mas essa pessoa não apareceu. Pronto”. A sua disposição só seria assumida sob condição de ter um contexto relacional-afetivo estável, com uma pessoa, que desejasse ser pai: “Primeiro tinha que arranjar alguém, que a gente se desse bem, que se relacionasse bem, e que também tivesse esse desejo. Depois havia de pensar nas questões práticas, para ter um filho é preciso dinheiro se há ou não estabilidade”. Caso tal não ocorresse a disposição para a maternidade manter-se-ia adormecida: “Eu não ia passar na rua e dizer «Tu queres ser pai? Então vamos aqui fazer um filho (riso) porque eu quero ser mãe, não é?» Não, isto não cabia na minha cabeça”.

A maternidade como projeto independente estava excluída dos seus valores: “Eu nunca pensei em ser mãe autonomamente, não é? Nunca, porque há mulheres que pensam, também não tinha estabilidade financeira, nem tinha casa própria para fazê-lo, mas há mulheres que realmente não se importam”. A sua disposição para a responsabilidade ditava que uma parentalidade responsável implicava estabilidade relacional, financeira e habitacional: “Ser mãe solteira e criar um filho sozinha nunca me agradou porque sempre tive a noção que ter um filho é difícil, ou seja, estive sempre à espera de arranjar estabilidade em termos de relacionamento, em termos financeiros, de habitação”. A maternidade é entendida como uma fase de curso de vida que é subsequente à entrada na conjugalidade: “[Há mulheres que] Não estão à espera do parceiro certo, acham que

quando é a altura [de ser mães]... Eu sempre idealizei casar (riso), sempre idealizei ter um filho supostamente depois do casamento”. O seu ideal de família seguia a educação religiosa que teve: “Porque sou, tenho formação católica e sempre achei que assim seria o ideal, não é? Pronto e depois então estabilizar mais ou menos a minha vidinha e então pensar ter um filho, era esta a minha ideia, mas nada aconteceu”.

Pelos seus 35 anos namorou um colega de trabalho que seria substancialmente mais novo e a quem não reconhecia perfil para ser pai: “Entretanto, saí da empresa e acabámos por nos afastar, o rapaz era muito novo, não tinha aquele perfil que eu achasse que devia ter para ser pai. (...) [N]ão encontrei vontade, nem capacidade, pensei «Pronto também não é por aí»”. Marta continuou a sua trajetória na expectativa que iria acabar por conhecer alguém que estivesse em sintonia com o seu ideal, até lá manter-se-ia com as suas rotinas: “Eu não posso inculcar a uma pessoa que queira, por eu ter vontade de ser mãe, (...) [T]êm que ser os dois. Não podia forçá-la, pressioná-la. Por isso é que isto se arrastou também”. A sua disposição de resiliência constitui-se como um fator protetor e contribui para que Marta integre com confiança mais uma bifurcação, o adiamento da parentalidade, uma fase que vem a prolongar-se para além de todas as suas expectativas: “E eu também não estava sob pressão, não estava a pensar: “Agora tenho que ir ao sítio tal porque daqui a um ano ou dois tenho que arranjar um namorado”. Eu fui deixando fluir as coisas. “Certamente irá aparecer alguém”.

A invisibilidade insustentável da disposição de cuidar no adiamento da maternidade

“Depois apareceu com 38, 39, apareceu alguém, sim”, Marta relembra-se do namorado que teve com cerca de 40 anos, mas ele vivia numa região distante: “Só que ele era de [nome da cidade] e pretendia que ela fosse viver para sua casa porque tinha uma situação de emprego estável, inclusive tentou encontra-lhe emprego.

A minha mãe quando eu o conheci já não estava muito bem, o meu pai estava mais ou menos estável. Ele queria que eu fosse para [nome da cidade] porque já tinha a vida dele formada, trabalho fixo, carro, tinha a casa (riso) e pretendia alguém para ir morar para Faro. E então ele queria que eu deixasse os meus pais. Teoricamente deixasse a minha mãe, que ela já não estava bem e que fosse morar com ele lá para baixo.

O namoro manteve-se à distância e a disposição para a maternidade começou novamente a adquirir expressão, devido à idade Marta insiste na ideia de terem filhos, mas o namorado não sente a pressão da idade e relativiza a urgência desta questão.

Eu dizia-lhe assim: "Olha temos que nos despachar se quisermos ser pais". Aí comecei a sentir a pressão "Porque eu posso não poder ser mãe, não é? Já tenho 40, 41". E ele dizia assim: "Mas lá estás tu com essa conversa dos filhos, não te preocupes com isso, deixa fluir, não te precipites que a gente pode até não se dar bem" e ele dizia: "Então porque é que tu estás a falar em filhos?" (riso).

Entretanto, o estado de saúde da mãe agrava-se. A disposição para a responsabilidade desperta a disposição para cuidar e Marta não coloca a hipótese de se afastar dos pais. Nesta fase regista-se uma situação de conflito com a irmã que entende não colaborar consigo: "(...) [E]u tenho uma irmã, mas nós não temos um grande relacionamento, um bom relacionamento, dada situação de saúde dos meus pais, nós depois ficámos um bocadinho mal porque ela não colabora comigo". Marta assume sozinha a tarefa de cuidar. Acresce que para a família a institucionalização não se afigurava como uma alternativa financeiramente sustentável.

Eu dizia para ele: "Como é que queres que eu vá para baixo? A minha mãe está em casa, não tem quem cuide dela, não há vagas comparticipadas, não tenho recursos neste momento para estar a pôr a minha mãe num lar, o que é que queres que eu faça à minha mãe? Não a posso deitar fora". Leva-la lá para baixo, essa ideia não lhe agradava muito, não é? E depois também ficava o meu pai sozinho.

O contexto familiar tornou-se o seu microcosmo de vida, limitando as oportunidades de Marta constituir família e ter filhos⁸². Aliás, quando o namorado conheceu a sua realidade ficou surpreendido com a gravidade do estado de saúde dos seus pais: "Ele veio com o pai e viu o estado de saúde da minha mãe (...) [F]icou chocado quando viu a minha mãe (...) [E] ele apercebeu-se, mais do que eu, que o meu pai não estava muito bem, ficou chocado". Nesta sequência ele termina o namoro de forma abrupta. Marta volta a ficar sozinha. A situação de dependência dos pais constitui-se como uma bifurcação especialmente difícil de ultrapassar, interferindo com a possibilidade de tomar decisões

⁸² A análise deste retrato espelha a atualidade do Apelo Parlamentar de Berlim, decorrente da Conferência Internacional de Parlamentares de 2015 sobre o G7/G20: "Nós, membros de 50 parlamentos de todas as regiões, reunidos em Berlim, Alemanha, nos dias 16 e 17 de abril, apelamos ao G7 para que reforce o seu compromisso com os direitos e a saúde sexual e reprodutiva, a igualdade de género, os direitos humanos das mulheres e das raparigas e a sua afirmação em todos os contextos, de forma a criar as condições necessárias para que tenham vidas autodeterminadas, saudáveis e produtivas". *Parlamentarischer Beirat für Bevölkerung und Entwicklung, European Parliamentary Forum on Population and Development (2015) She matters*. https://popdesenvolvimento.org/images/documentos/G7_Appeal_PT.pdf

sobre o seu curso de vida. O quotidiano centra-se nos cuidados aos pais, em particular à mãe, orientado pelas suas disposições para a responsabilidade e para a organização. Durante algum tempo consegue conciliar a vida familiar com as oportunidades de trabalho que encontra. Em paralelo, Marta continua a fazer formação e a concorrer a estágios profissionais, sempre na expectativa de encontrar uma situação profissional estável. A disposição de resiliência é uma ferramenta para gerir a complexa vulnerabilidade do quotidiano. Esta disposição é visível no seu discurso ao referir-se a um estágio de técnico-auxiliar de farmácia que realizou, numa cidade distante daquela em que residia.

Todos os dias tinha que ir trabalhar, só tinha folgas de manhã e ao sábado tinha que ir de manhã trabalhar (...) [M]andeí o currículo, fui selecionada e disse "Eu tenho que te deixar com a mãe, mas eu não posso perder esta oportunidade. (...) [A]í senti uma grande necessidade de deixar tudo preparado: a minha roupa no guarda-vestidos estava toda preparadinha, as toilettes todas para cada dia da semana; a medicação da minha mãe era preparada toda, normalmente ao fim-de-semana; eles tinham apoio domiciliário, mas o meu pai geria isso; deixava os lanches da minha mãe preparados, e o pequeno-almoço, tentava deixar tudo preparado para o meu pai depois dar. E dizia ao pai: "faz isto", o meu pai depois apoiava no resto porque ela sofria demência e depressão, era a maneira de eu conseguir sair e estar um pouquinho mais descansada, não é?

A disposição para a responsabilidade é ativada no contexto de um macrossistema cultural, económico e político que a isso apela. A experiência de Marta retrata características específicas das políticas de cuidar em Portugal, o país da “família-providência”, descritas por Soeiro, nomeadamente: “pouca oferta pública de cuidados face às carências identificadas; responsabilização moral das famílias; poucos mecanismos de apoio direto e de transferência que compensem a perda de rendimentos do trabalho; serviços de cuidados que, no mercado, são inacessíveis para a maioria” (Soeiro, 2019, p. 3). O apelo é tanto mais consequente quando a apetência já faz parte das identidades subjetivas, como se verifica com Marta que a uma disposição para a responsabilidade, reconhece em si uma disposição de cuidadora⁸³ do outro que a leva a esquecer-se de si e a suspender por tempo indeterminado o desejo de ser mãe.

⁸³ O Retrato de Marta demonstra a extensão invisível da realidade dos/as cuidadores/as e da prisão que representa para quem é apanhado/a nesta malha: “De facto, aquilo a que poderíamos chamar moral familiarista dos cuidados assenta justamente neste pressupostos e preceitos culturais: é «normal» e «esperado» dos membros familiares, em particular das mulheres, que assumam os cuidados, o que reforça a sua remissão à esfera doméstica e institui uma espécie de dever altruísta. Além disso, o facto de esta obrigação ser compulsória, de não se conseguir escapar a ela, não se exprime tanto por mecanismos evidentes (...), mas está lá, evidente, pela falta de alternativas, o que impede que seja uma escolha livre («quando alguém se torna cuidador é porque a vida obriga a isso»). No fundo, estamos muitas vezes, perante

O confinamento prolongado de Marta ao espaço da casa retirou-a do espaço público, subtraindo a sua participação em diferentes contextos de socialização informal e formal, respetivamente do mercado de trabalho: “Na altura estava desempregada, não tinha muitos rendimentos”. A internet passou a ser o caminho para outros espaços de socialização, para novas formas de convivialidade social. Tal como constituiu uma oportunidade para conhecer o anterior namorado, também aconteceu o mesmo com aquele que viria a ser o pai da sua filha: “foi pelas redes sociais e depois ele foi lá acima conhecer-me porque eu também não me podia deslocar cá abaixo, tinha os meus pais, não é? E ficámos assim mais de um ano sem a gente namorar”. A prioridade de Marta passou a ser cuidar dos pais.

E eu, efetivamente, tinha os meus pais, era cuidadora dos meus pais, na altura tinha acabado um relacionamento anterior, também não estava muito disponível quando o conheci para namorar (riso). Começámos pela amizade, por conversar muito ao telefone, ele começou por me apoiar bastante porque eu estava numa situação um bocadinho delicada, estava muito fechada em casa a cuidar dos meus pais.

Entretanto, começaram a namorar com os constrangimentos que lhe eram impostos: “Dependente daquela situação, não tinha quem cuidasse deles, também não poderia fazer grandes projetos. Ele ia aos fins-de-semana, nas férias, telefonávamos (...) [N]unca cheguei a vir cá nesse período (...) [C]onhecer a família, nem nada”. O seu património disposicional permiti-lhe gerir uma bifurcação que se prolongou no tempo, sem que se constituísse como uma crise: “Era um fim-de-semana, não mais que um dia, dois, no outro dia de manhã ia ver os meus pais, tratar das coisas, depois ele vinha (...) [E] eu ia para a minha vida (riso), que era a dos meus pais”.

A análise desta fase do curso de vida de Marta dá especial expressividade ao que Lahire (2019) considera ser uma fórmula unificadora para compreender as práticas individuais, resultado das propriedades sociais dos atores e das propriedades sociais dos contextos: a “escolha” de Marta relativamente à prestação de cuidados aos pais ocorre no âmbito de restrições contextuais concretas e do seu património disposicional a partir da sua perceção e representação da situação, e sobre a base dos quais está a agir no seu contexto de socialização familiar. A fórmula pode igualmente ser apresentada como: o passado incorporado, mais o contexto presente é igual às práticas observáveis.

uma situação de «altruísmo forçado», relativo às contradições inerentes entre poder decidir cuidar de quem se ama, mas fazê-lo de um modo sustentável, cuidando também de si” (Soeiro, 2019, p.18).

Perante a dimensão da bifurcação em causa, Marta mantém adormecida a sua disposição para a maternidade que, tal como se verifica na análise da sua trajetória, é ativada sob condição. A relação de namoro que mantinha transmitia-lhe a ideia de se tratar de um efetivo contexto relacional-afetivo: “(...) [F]oi tudo assim muito, muito, complexo. Mas ele era paciente e foi, tendo atenção às minhas dificuldades, às minhas preocupações e pronto, foi tudo andado aos pouquinhos, foi andando”. O namorado, 9 anos mais velho do que ela, não tinha filhos: “Ele teve um relacionamento duradouro, mas nunca tinha conseguido ser pai, pronto. A companheira dele tinha um filho anterior de outro relacionamento. Na altura ele já estava há dois anos separado da mulher”.

Perante a evolução da relação, equaciona avançar para a entrada na parentalidade: “Chegou uma altura que eu pensei assim «É agora ou não vai ser»”, assumindo claramente a preocupação com a hipótese de não ser mãe: “Não vou ser mãe”. A idade, “42, 43 anos foi quando eu comecei a entrar em contacto com ele, a falar com ele”, poderia assumir-se como a derradeira bifurcação da sua vida: “Eu depois comecei a pensar: «"Vou entrar na menopausa. A gravidez é de risco, se eu não me meter nisto (...) [P]ortanto ou tentamos agora ou já não tentamos". O namorado reagiu bem à sugestão e o casal decide transitar para uma nova etapa do curso de vida: “E ele «Sim, está bem, então vamos tentar», mas a coisa não aconteceu. Depois vem a outra parte da história”.

A situação de saúde dos pais agrava-se e houve necessidade de recorrer à sua institucionalização: “Entretanto o meu pai foi para um lar (...) [A] minha mãe acabou por mais tarde ir para um lar, um lar privado, não tem vaga protocolada, para descanso do cuidador, eu, entretanto, comecei a ficar desgastada, com muito cansaço”. Marta deixa de ter a responsabilidade de cuidar pessoalmente dos seus pais e a sua disponibilidade aumenta, bem como a liberdade para concretizar o seu desejo: “Eu acabei por ficar sozinha, mais sozinha, não é? Tinha as minhas responsabilidades, organizar tudo, mas já não tinha os meus pais para cuidar naquele momento e nós já andávamos a tentar [engravidar] há cerca de seis meses”.

Uma trajetória de luta pela consagração da disposição para a maternidade

Marta não desiste de concretizar aquilo que sente ser a disposição para a maternidade e com o suporte do companheiro continua uma trajetória que se vai revelar ser mais uma maratona de bifurcações.

Foi difícil, tenho que assumir que foi bastante difícil. Foi um sonho que eu já tinha há, há muito anos e pelo qual tive que lutar bastante, não é? Esforçar-me bastante, já não acreditava muito que efetivamente isso acontecesse, o meu companheiro sempre acreditou mais, sempre me deu mais força para eu tentar ir conseguindo. Mas eu dizia que, provavelmente, com esta idade muito raramente isso acontece, eu não ia conseguir certamente, ele se preparasse... Que comigo provavelmente não ia conseguir ser pai (riso).

A sua disposição para a responsabilidade apelava ao seu dever de profunda honestidade para com o companheiro: “Eu disse porque tinha medo de o desiludir, não é? Pronto, que ele tivesse muita expectativa em ser pai e que depois não lhe pudesse dar um filho”, mas tal como era seu desejo, o casal estava junto na concretização do desejo, do grande desejo de Marta, em entrar na parentalidade: “Nós falámos e eu disse “Olha é assim, eu gostava de ser mãe, mas não sei se efetivamente consigo engravidar” e ele disse “Pois, eu também gostava, mas isto com a minha ex, nunca aconteceu, já há muitos anos”. Marta é inequívoca quando se dirige à investigadora: “O meu desejo vinha de trás, entende?”. Na prática, sente que a sua disposição é mais forte do que a disposição dele para a paternidade: “(...) [V]ontade era mais minha (...) Não sei se é por ser mulher. No ideal dele gostava de ser pai, mas dizia “Tenho sobrinhos, também não sei se será muito tarde para isto”. Não sei se ele daria o primeiro passo”.

A disposição de Marta para a organização, associada a uma disposição de planificação, que também é visível em fases precoces da sua vida, continuam uma dupla forte que a guiam no sentido de encontrar uma solução prática para ultrapassar uma das primeiras bifurcações desta fase, a dificuldade em engravidar de forma natural. A alternativa é o recurso à procriação medicamente assistida, no sistema privado de saúde.

O que é que eu pensei? Isto aí partiu um bocadinho mais da minha iniciativa, pensei em ir a uma clínica de fertilidade, comecei a pesquisar na net, a ver informações de clínicas, casos, e pensei assim “Bom, isto pode haver alguma coisa que não esteja bem connosco, dado a ansiedade...há seis, sete meses, se calhar vamos a uma clínica”. E tentei convencê-lo, dizia “Vamos sem compromisso, marcamos uma consulta, ouvimos o que a doutora tem para nos dizer e depois logo decidimos, sem compromissos, tudo bem”. Depois era a questão financeira, era caro, não havia muitos recursos, como pagar.

Depois de pesquisar na internet, de conhecer clínicas e casos, sensibilizou o companheiro para a possibilidade de recorrerem à PMA. O elevado custo do tratamento começou por

se apresentar como outra bifurcação, mas decidiu ultrapassá-la aplicando as suas poupanças naquele que se tornou o grande sonho da sua vida. Na primeira consulta foi confrontada com a bifurcação que mais temia, a sua idade, pela voz de uma especialista: “Eu fui à clínica, fui à primeira consulta, fiquei um bocadinho stressada quando a doutora me disse que eu já tinha passado um bocadinho do prazo de validade, entre aspas, que já era muito difícil ser mãe”. A sua disposição de resiliência não a paralisa, Marta decide iniciar os tratamentos propostos e concretiza o seu sonho: “Aos 44 eu comecei o processo”, segura da incerteza com que se iria deparar, conseguiu dar forma à sua disposição para a maternidade: “Depois vinham os 9 meses mesmo aos 46, eu faço em junho e a bebé nasceu em julho, portanto já fui mãe com 46”.

Até ser mãe a trajetória seguiu trâmites inesperados. A médica comunicou-lhe que o companheiro tinha um diagnóstico anterior de infertilidade, situação que ele não lhe tinha revelado. Marta ouviu e perante a reação de stresse do companheiro, sentiu-se insegura perante a hipótese de ele recusar o tratamento: “Que ele não tinha conseguido ser pai porque tinha anomalias, ficou muito stressado (...) [P]ensei «Pronto estraguei isto tudo, ele já não vai querer pensar mais nisso, vai ser complicado». Bom com esse diagnóstico e eu já tinha muita idade...”. Todavia, a situação circunscreveu-se aquele momento e o casal seguiu o conselho médico de tentar a fertilização *in vitro* e começou a realizar os exames para aprofundar o conhecimento do problema. Os resultados seguintes não foram animadores, mas Marta insiste em avançar no estudo até excluir qualquer hipótese de não existirem condições para ser mãe: “Ela [médica] foi fazer testes, viu que eu tinha óvulos em quantidade suficiente, mas disse «A qualidade dos ovos pode já não ser boa, pode não permitir» e perguntei “Há algum teste que possa comprovar isso?”, ela disse «Não, só experimentando»”.

As dificuldades económicas para pagar os tratamentos configuravam uma bifurcação no seu horizonte: “Devido aos recursos financeiros, que nós também não tínhamos muitos recursos”, mas a sua disposição de resiliência incentivava-a a avançar: “Doutora é assim eu não tenho nada a perder, estou a perder em dinheiro. É uma questão financeira, então vamos tentar”. Eu já tinha conversado com o meu companheiro que nós arranjaríamos o dinheiro e íamos tentar. E assim foi”. O processo segue trâmites exigentes que lhe causam sofrimento físico e psicológico. “Depois avisou-me “Há a questão genética, tinha que fazer testes genéticos”, podia ter aquela doença dos cromossomas”, mas sua disposição para a maternidade é mais forte: “Iniciei os tratamentos, as picadelas, que eu detesto

picadas, mas tive de fazer as picadas na barriga, não foi fácil, mas fiz. Corajosamente fiz os tratamentos, fui fazer lá a recolha”. Os resultados desta fase continuaram a ser desencorajadores, confirmou-se que a condição biológica estava prejudicada devido à idade: “Depois mandaram um relatório a dizer que era a qualidade genética, já não era, não era boa”.

As expetativas de engravidar eram cada vez menores: “Disseram-me que «Você continua a ter possibilidade de ser mãe, 5% de possibilidade, mas como viu não é muito fiável» (...). (...) [D]evolveram-me uma parte do dinheiro, porque não houve possibilidade de fazer o teste genético sequer”. O casal decide recorrer a um método previsto na PMA, particularmente difícil para Marta, mas que poderia ser a solução para o seu problema de infertilidade: o recurso a gâmetas doados. No seu caso, o facto de se encontrar numa idade próxima da menopausa interferia com a mais produção de gâmetas, e esta era a hipótese que se perspectivava.

(...) [E]la [médica] sempre me apresentou as duas possibilidades, só que eu nunca quis muito ver a outra alternativa, "Tem duas hipóteses, ou, aliás tem três: "Desiste e assume que tem dificuldade em ser mãe ou vai tentar novamente o mesmo procedimento tendo consciência que não é fácil, que pode acontecer a mesma coisa e não conseguir material genético, ou então opta pela terceira situação, que para mim foi a mais complexa que foi recorrer a um dador ou uma dadora⁸⁴, neste caso, ela dizia que eu tinha 50% de possibilidades de ainda conseguir ser mãe.

Marta, consciente das implicações que poderia ter para si a nível psicológico, investe nessa alternativa: (...) [M]entalizei-me (...) [E]u sei que isto tem implicações psicológicas, toda a gente me disse isso, mas nunca pensei muito se ia sentir alguma coisa psicologicamente, se eu não ia aceitar a minha filha, isto foi tudo muito decidido na altura”. Por seu lado, o companheiro também se empenhou em inverter a sua condição de infertilidade: “(...) [E]le depois tomou umas vitaminas, uns suplementos” porque na realidade tratava-se de um problema que afetava ambos: “Deixou de fumar, fumou menos um bocadinho, houve assim um esforço de ambas as partes para que a qualidade do esperma fosse melhor”.

⁸⁴ Esta técnica encontra-se contemplada no Art.10.º 1, Lei n.º 17/2016, de 20 junho, procedendo à segunda alteração à Lei n.º 32/2006, de 26 de julho (procriação medicamente assistida): “Pode recorrer-se a ovócitos, espermatozoides ou embriões doados por terceiros quando, face aos conhecimentos médico-científicos objetivamente disponíveis, não possa obter-se gravidez ou gravidez sem doença genética grave através do recurso a qualquer técnica que utilize os gâmetas dos beneficiários e desde que sejam asseguradas condições eficazes de garantir a qualidade de gâmetas”.

A situação de incerteza estava a adquirir grandes dimensões e a insegurança ontológica de Marta aumentava “Eu achava que mesmo assim não ia engravidar (riso) que não ia ser à segunda, ia ser à terceira ou à quarta. Depois eu já não tinha dinheiro, já não podia, tinha que desistir”. Não obstante a dúvida que se instala, relativamente às reais possibilidades de engravidar, dá mais uma oportunidade a si própria: “A dadora tinha 27 anos, quase 20 anos de diferença de mim, não é?”. O apoio do companheiro foi um fator importante neste processo: “Tu és capaz de engravidar, estás bem de saúde, fizeste testes cardíacos, está tudo dentro do normal, tens as trompas bem, está tudo bem, é só o óvulo que não está bem, é introduzir o óvulo da senhora mais jovem”. Marta recorda que a dadora era substancialmente mais nova do que ela: A dadora tinha 27 anos, quase 20 anos de diferença de mim, não é?”.

Os sentimentos de ambivalência começam a emergir. Por um lado, opta sem grande convicção de conseguir engravidar: “Então eu optei, mas optei sempre sem ter muita consciência que ia engravidar, entende?”. Por outro lado, a sua disposição para a maternidade é forte. A um contexto inóspito, mas que consegue produzir uma possibilidade de vida através da fertilização in vitro, soma-se a sua disposição de resiliência, e a prática acaba por dar frutos, contra todas as suas expectativas, consegue engravidar: “Não acreditava. E aconteceu, fui fazer o tratamento naquele dia, ele até não me acompanhou, ele acompanhou quase tudo, naquele dia não era obrigatório, ele não me acompanhou, não é? Fizemos um implante. Eu fiquei sensivelmente 15 quinze [dias] à espera”. O recurso a este método decorreu sem qualquer problema e Marta tem a perceção de estar grávida antes mesmo de fazer o teste: “(...) correu tudo dentro do normal, fui para casa, não podia fazer esforços (...) [A]ntes de ir fazer análises comecei a sentir umas impressões diferentes na barriga, alguma coisa, eu notei que alguma coisa já não estava como antes”.

A enfermeira valoriza essa experiência sensitiva e nesse dia telefonam-lhe a comunicar o resultado do teste: “(...) [E]u disse logo à enfermeira “Olhe, desculpe, mas isto é normal sentir uma impressão assim? Eu tenho qualquer coisa que não é normal” e ela assim «Se calhar está grávida, pode ser» (...) [E]les (...) [T]elefonam e dizem-me o resultado” e acrescenta: “Positivo”, reforçando: “Gravidíssima, muito quer dizer, a percentagem era inequívoca”. O companheiro reagiu com emoção à notícia e Marta estava fascinada: “Telefonei ao meu companheiro e disse «Olha, estou grávida (riso)» ele começou a chorar, começou a chorar ao telefone. Eu estava assim ao mesmo tempo sem querer

acreditar "Eu estou grávida, como é que posso estar grávida?!". Depois de uma trajetória de luta, finalmente, tem um sentimento de segurança e tem consciência que o sonho de ser mãe se tornou realidade

(...) [D]epois fui novamente lá à médica e disse "Eu estou grávida, não é? (...) [E] ela assim "Pode ter a certeza que está grávida e que a menstruação só vem daqui a 9 meses". Só aí é que a ficha me caiu e eu pensei "Bom, estou mesmo grávida, isto está mesmo a passar-se comigo, eu estou mesmo grávida", pensei "Isto agora é manter a calma, gerir a situação, cuidar de mim".

A construção subjetiva da maternidade tardia no contexto cultural contemporâneo

A análise da fase de transição para a maternidade e da tomada de decisão sobre o uso da doação de gâmetas suscita a questão da fenomenologia das crises identitárias estudada por Dubar (2006). Marta toma esta opção consciente que iria engravidar e ser mãe de uma criança com uma natureza genética diferente da sua: "O facto de a bebé não ser minha, biologicamente". O trabalho de Almeida (2009) no âmbito da sociologia da infância perspetiva a criança sobre diferentes ângulos de abordagem e situa a criança como ator construtora de ordem: "Para a criança, a socialização não representa apenas adaptação, imitação ou internacionalização do mundo que a rodeia, mas sim um processo de «apropriação, reinvenção e reprodução»" (Almeida, 2009, p. 49).

Essa decisão introduz um novo olhar sobre a família e dá um contributo significativo para a consciencialização de que a criança-sujeito não foge aos desafios da parentalidade contemporânea: "As teorias da socialização revelam-se prisioneiras de uma visão demasiado reducionista do modo de integração da criança na sociedade dos adultos, entendido como um processo reprodutivo e linear de aquisição de competências do simples para o complexo, (...) num só sentido" (Almeida, 2009, p.15). Abre-se aqui um espaço para a reflexão sobre identidades emergentes nas famílias, a temáticas das novas famílias complexifica-se, torna-se um campo de debate sobre a criança geradora de novas identidades pessoais e sociais: "Espetadoras passivas de uma dinâmica conjugal e parental que lhes é exterior, raramente, porém, são captadas como fabricantes ativas da história e da mudança" (Almeida, 2009, p. 16).

A opção do casal em recorrer a gâmetas doados contribui para a reinvenção das identidades dos diferentes atores no contexto familiar, respetivamente, criança, mãe e pai, e das suas inter-relações: "Chamar à família contemporânea «família afetiva» não é

suficiente; isto mascara um segundo elemento igualmente decisivo: o grupo familiar como estrutura suscetível de ajudar, através das suas relações, à construção de cada um” (Singly, 2000 [1996], p. 143). Trata-se, desde logo, de abrir espaço para o aprofundamento da democraticidade do Eu, num diálogo com a verdade sobre a identidade biológica da filha⁸⁵, projetado num futuro de incerteza, uma vez, que a Lei da PMA contempla a possibilidade das pessoas nascidas com o uso desta técnica, terem acesso a informação sobre a identidade da doadora, a partir dos 16 ou dos 18 anos, consoante a circunstância em causa.

Pela sua natureza, essa é uma bifurcação particularmente difícil de ultrapassar, era uma alternativa previsível, mas que sempre tentou contornar, como verbaliza: “Eu nunca quis muito ver a outra alternativa”. Na perspetiva do autor, este acontecimento apresenta-se com um potencial gerador de mudanças da subjetividade e de uma crise identitária. O discurso de Marta permite captar um sentimento latente de insegurança ontológica, mas a sua disposição para a maternidade é mais forte: “[Recorrer] A uma doadora, isto se calhar para muita gente faz confusão. Agora de ser mãe com 46 ano, eu lido normalmente, só me lembro da idade quando me sinto cansada”. Marta sente que a sua decisão constitui um desvio aos valores dominantes (...) [P]orque efetivamente é um bocadinho diferente” e que pode desencadear uma situação de conflito ou rutura com o contexto social envolvente: “A pressão era ter que assumir que efetivamente tinha recorrido a uma doadora”.

A sua disposição de resiliência impulsiona-a a encontrar uma estratégia para proteger a sua identidade, a estima e respeito pelo seu Eu, face ao Outro. Entende que a melhor opção é manter a gravidez em segredo durante o máximo de tempo possível: “É assim se tivesse sido mais cedo e de outra forma, se calhar eu não tinha feito tanto sigilo”. Desta forma assume a sua escolha perante si própria: “Doravante, a mudança do modelo cultural implica ser forte e sobretudo «ser si próprio».” (Dubar, 2006, p.142). Essa estratégia é

⁸⁵ A Lei 48/2019 de 8 de julho, no seu Art.15.º, no quadro da confidencialidade, prevê o direito da filha de Marta ter acesso a informação sobre a identidade da doadora: “As pessoas nascidas em consequência de processos de PMA com recurso a dádiva de gametas ou embriões podem, junto dos competentes serviços de saúde, obter as informações de natureza genética que lhes digam respeito, bem como, desde que possuam idade igual ou superior a 18 anos, obter junto do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida informação sobre a identificação civil do dador”, bem como: “As pessoas nascidas em consequência de processos de PMA, com recurso a dádiva de gametas ou embriões, desde que possuam idade igual ou superior a 16 anos, podem obter informação sobre eventual existência de impedimento legal a projetado casamento”.

eficaz perante uma pressão social que sente como real e que não consegue controlar: “Pressionada pela sociedade, sim”. Relembra, aliás, que só pelo facto de ser mãe tardiamente já se sentiu objeto da censura social, nomeadamente no seu contexto familiar: “A assistente social é que teve que lhe explicar melhor porque ele reagiu mal. Ele assim que me viu com a barriga (...) [A]panhou um choque (...) [D]epois foi mais fácil, já tinha percebido a situação”. O pai reagiu mal e partilhou com a família, a grande preocupação com a gravidez da filha: “(...) [D]epois foi ele que telefonou à minha tia e a minha tia telefonou-me "Então, estás grávida?! Então não sabia, como é que foi isto? Não sei quantos, o teu pai está muito preocupado". Os outros membros também reagiram com estranheza e rapidamente divulgaram a novidade: “(...) [A] minha tia contou à minha irmã que eu estava grávida, que a bebé ia nascer, ela (...) [C]ontou a outras pessoas (...) [E]u quis guardar para mim, não sei se fiz bem se fiz mal, foi uma atitude minha”. De forma latente, o seu discurso espelha um sentimento de mãe-sujeito de um acontecimento valorizado pela sociedade para mãe-objeto de atenção social por ser um caso de parentalidade tardia.

Quis viver aquele momento meu e sem pressões. Aí está as pressões sociais porque quando somos jovens é tudo normal, muito natural, mas quando temos mais idade as pessoas... Até uma vizinha minha do meu pai diz "Mas estás grávida?!", admirada (...). (...) [É] tudo muito estranho, claro que ela não sabe exatamente a situação”.

Marta traduz pela complexidade das suas vivências a teoria psicológica da identidade de Dubar: “Existem vários tipos de identidade pessoal, várias maneiras de construir identificações de si próprio e dos outros, vários modos de construção da subjetividade, ao mesmo tempo social e psíquica, que podem ser muitas combinações das formas identitárias inicialmente definidas” (Dubar, 2006, p.149). Da mesma forma que se identifica no discurso de Marta, a incorporação da normatividade social da maternidade até determinada fase do curso de vida da mulher, também se observa a forma como reconhece que o seu caso representa um corte com essa norma.

Eu acho que é um bocadinho connosco e com a própria sociedade, não é? Se nós chegamos a certa idade e não temos filhos, se calhar temos uma conotação da sociedade, como "Aquela nunca teve filhos, é estéril, não pode ter filhos, não tem capacidade de ter filhos, é muito egoísta, não sabe dar amor". A questão é: "Tens filhos, não tens filhos, tens esta idade então porque é que nunca tiveste filhos?”.

Neste contexto cultural, o processo construção da identidade na maternidade tardia evolui numa dinâmica de distanciamento das expectativas sociais: “Em termos de expectativas sociais, eu agora vejo que essa situação de estar a pensar sobre o que as pessoas dizem ou

deixam de pensar não é relevante”. Este processo permite-lhe pensar de forma crítica a abordagem intrusiva do Outro sobre o Eu: “Naqueles comentários do género «Então, tens esta idade e ainda não tens filhos?» ou «Como é que foste mãe com esta idade?». No decorrer da sua trajetória de transição para a maternidade Marta manifesta uma disposição reflexiva que lhe permite compreender o significado da incorporação da norma na sua vida. Nesta senda, consegue estabelecer uma fronteira que protege a sua identidade mais profunda, adquirida com a consagração da disposição para a maternidade, e construir uma película invisível que envolve de forma protetora a identidade da sua filha.

As pessoas podem perguntar "Então com que idade é que engravidaste? Então, mas conseguiste ser mãe?" Podia haver aí uma coisa, não é? Eu também não queria contar porque eu acho que a minha filha tem direito a saber e certamente eu vou-lhe contar, mas quando ela estiver preparada para isso e acho que se eu contar a alguém podem várias pessoas espalhar e também não quero que se saiba, nem que a minha filha saiba por outros.

A disposição reflexiva é uma ferramenta para gerir com tranquilidade a crítica social, permitindo-lhe, inclusive, recorrer à ironia para se referir à sua identidade como mãe tardia: “(...) «[É]s pai-avô e eu sou mãe-avó”. Às vezes podem perguntar, por acaso nunca me aconteceu “É a sua neta? Ou é sua filha?” (riso) Ou as pessoas podem pensar (riso)”. Marta vai para além do humor, recorre à ironia para atingir de forma direta uma matéria que sente ter impacto nos seus contextos sociais: a sua experiência de entrada tardia na parentalidade.

No retrato de Marta, a entrada tardia na parentalidade e o processo de PMA com recurso a dádiva de gâmetas, constitui-se como um desafio à sua própria disposição de resiliência. Aqui captam-se as subtilezas da norma e da importância de um património disposicional que promova a construção da identidade reflexiva, da “identidade reivindicada (por Si)” na expressão de Dubar (2006) nos casos de uma parentalidade tardia: “Aqui, a identidade reflexiva é complementar dum projeto de vida que não coincide com a pertença atual (cultural e estatutária). Ela implica a construção duma forma narrativa que serve de suporte à apresentação subjetiva de si” (Dubar, 2006, p. 150). Com esta abordagem o autor ultrapassa a crítica anterior que Singly (2000 [1996]) lhe dirigia relativa à construção da identidade de um eu para si e um eu estatutário. Esta autora sustenta a perspetiva da construção da identidade pessoal a partir de quatro ângulos: “o eu íntimo para outrem, o eu íntimo para si mesmo, o eu estatutário para outrem, o eu estatutário para si próprio” (Singly, (2000 [1996], p. 294). As referências da autora são observáveis na construção da identidade de Marta. Todavia, em Dubar (2006) encontra-se a síntese da narrativa que Marta constrói sobre a sua identidade.

A teoria psicológica da identidade apresentada por esse autor e a abordagem de Lahire (2019) relativa à fórmula de interpretação das práticas dos atores, decorrentes de disposições e contextos, a que este autor, soma a contextualização das práticas, a sua inscrição em contextos globais e locais específicos, são duas faces que intercomunicam e se complementam. A visão integrada dos dois autores, ajuda a compreender a relevância do desenvolvimento das identidades subjetivas na gestão da (in)segurança e da incerteza nas trajetórias de adiamento da parentalidade. Com base na análise do retrato de Marta, contribuem, ainda, para recentrar a investigadora na reflexão sobre o problema nevrálgico da construção das identidades na parentalidade e a sua relação com as políticas de promoção e suporte a esta problemática, na sociedade contemporânea.

8. André: “O desejo de regressar a casa na expectativa que o tempo com os filhos não acabe”

André foi pai aos 36 anos, tem um filho com 9 anos e um com 2 anos. O adiamento da parentalidade começou com a expectativa de realizar o sonho de contruir a casa da família, a custos controlados. Por este motivo adiou a transição para conjugalidade. O tempo foi passando, viu as suas expectativas frustradas e decidiu comprar um terreno ao preço de mercado. Por sua vez, o arquiteto levou um tempo infindável até concluir o projeto e depois a obra seguiu o seu ritmo. A parentalidade não estava no horizonte do casal. A namorada não expressava ter disposição para a maternidade, manifestava medo do parto. Cerca de uma década depois do estimado entraram na conjugalidade. Surpreendentemente para André, essa disposição revelou-se, mas o casal confrontou-se com duas bifurcações seguidas: um problema com a gestação que levou ao falecimento do feto e um aborto espontâneo, sem causas conhecidas. Entretanto, a mulher engravidou e nasceu o primeiro filho. Quando lhe pegou ao colo, o seu forte sentimento de insegurança foi superado perante o confronto com a realidade e a necessidade de cuidar da criança. Desde então, a sua trajetória profissional passou a ser motivada pela procura sistemática de mais disponibilidade económica e de tempo para a família. Por opção, o casal manteve-se a viver na aldeia onde nasceram e a mãe ficou em casa a cuidar do filho. Ainda consideraram a possibilidade de se mudarem para a cidade, mas o custo de vida seria substancialmente mais elevado. Quando o filho tinha 10 meses, André confrontou-

se com uma crise inusitada, um dia sentiu que o filho poderia morrer nos seus braços devido um problema respiratório, apenas superada pelo diagnóstico atempado da pediatra, no sistema privado de saúde. Os sucessivos episódios de ida ao Serviço de Urgência do Hospital Público, sem que obtivesse resposta adequada, reforçou a descrença de André nas políticas públicas, em geral, e de parentalidade, em particular. Na prática, não consegue identificar benefícios decorrentes dos impostos que paga. Depois de muito hesitar, devido a questões financeiras mas, sobretudo, ao medo da mãe em engravidar, o casal decide ter apenas um filho. No entanto, apesar da disposição de ambos para a planificação, a mãe engravida. Depois da surpresa e volvidos dois anos do nascimento do segundo filho, ambos estão arrependidos de não terem decidido ter dois filhos com uma diferença menor de idades. A centralidade da sua vida são os filhos e André empenha-se em conciliar a vida profissional com a vida familiar.

O contexto de socialização primária projeta-se na decisão de ter apenas um filho

André nasceu numa família numerosa de condição social baixa, com uma fratria de sete irmãos. O pai trabalhador da autarquia local, nunca frequentou a escola. A mãe empregada doméstica numa família tem o quarto ano de escolaridade. Cresceu no meio rural, com poucos recursos económicos, conclui o sexto ano de escolaridade e em adulto frequentou um curso no Centro de Emprego e Formação Profissional que lhe deu equivalência ao nono ano de escolaridade. A sua trajetória na juventude decorre sem que se identifiquem crises ou bifurcações, inclusive, demonstra um comportamento adaptativo ao facto de viver com poucos recursos económicos e num contexto de algum austeridade relacional. Aliás, ainda que equacione ter um estilo educativo relativamente rígido com os filhos, por modelagem com as suas figuras parentais, na verdade acaba por expressar que é um pai permissivo, orientado por uma disposição relacional-afetiva.

No meu caso, sou se calhar mais exigente, sou mais rígido que a minha esposa, derivado pronto do antigamente principalmente no campo, não é? Os pais eram muito mais rígidos. Daí às vezes ter receio de com a idade ficar com menos paciência para eles (...) [A]té à data ainda não noto isso. Tenho muita paciência, às vezes até demais acho eu.

O contexto em que cresceu está associada à formação da sua disposição ascética e acaba por definir o seu horizonte de vida, ao fazer um balanço da sobre a vida que perspetiva é espontâneo ao afirmar que não ambicionava uma vida substancialmente diferente: “Que

vida é que escolhia...? Escolhia esta. Mudava algumas coisas”. André manifesta também uma disposição híper realista na tomada da generalidade das situações da sua vida, nomeadamente, na decisão de ter apenas um filho: “(...) [V]enho de uma família de sete irmãos, sempre nos criámos, não tínhamos nada daquilo que eles têm hoje e tenho sempre aquela tendência de querer dar aquilo que não tivemos e tomámos essa decisão de que ficávamos por ali”. Esta decisão foi tomada entre ele e a mulher, uma jovem com quem casou ao fim de onze anos de namoro e que também pertencia ao seu meio natural de vida: “Começando no casamento, acabei por namorar onze anos porque demorei muito tempo a conseguir casa, ou seja, terreno para construir e aí atrasou muito”.

Construir a sua própria casa: o sonho que levou ao adiamento da parentalidade

André sonhava emancipar-se através da mudança de casa da família de origem para uma casa nova e apostou na construção própria em terrenos vendidos a custos controlados, na sua aldeia: “Queria sair da casa dos pais e ir para uma casa nova e na altura na minha aldeia andavam a prometer terrenos, não havia terrenos para construção, e o tempo de espera foram aí dois anos ou mais”. Todavia, a prossecução deste sonho condicionou acontecimentos importantes da trajetória que tinha perspectivado para o futuro e perante a indisponibilidade dos terrenos confronta-se com uma bifurcação: “Acabei por desistir e encontrei um terreno particular que comprei e saiu-me mais caro”.

Entre a aquisição e a construção da casa deparou-se com um atraso significativo, o que constituiu uma nova bifurcação face ao desejo de se tornar independente e constituir família: “Entretanto tive azar no arquiteto que escolhi...levou-me mais dois anos para construir a casa. Depois foi também o tempo normal de fazer a casa. O que é que acontece? Só aí cinco, seis anos”. Este impasse conduziu ao adiamento da entrada na conjugalidade: “Nós não tínhamos intenção de ter filhos. Primeiro que tudo, queríamos era casar. Depois gozar um bocado o casamento e aí sim, termos os filhos”.

O problema da habitação condicionou, assim, as transições para a conjugalidade e, por consequência, para a parentalidade: “Acho que bastava ter acontecido tudo diferente: bastava ter conseguido a casa mais cedo; bastava não ter pensado em não querer fazer casa”. “Embora acho que temos a nossa casa... com esta idade começo a achar que na

altura poderia ter vindo para [CIDADE], poderia ter arranjado outra casa e tomado a decisão de termos casado mais cedo, não estar à espera”.

André casou uma década depois do que tinha imaginado: “Então neste caso por volta dos 25 mais ou menos”. Essa idade permitia-lhe ter tempo para a vida de casal: ”(...) [P]ossivelmente teria aproveitado a vida toda, não só o ser pai, mas também a vida de casado, casámos já muito mais tarde do que queríamos, logo aí também atrasámos”. De acordo com o seu padrão “Estava mais ou menos dentro dessa idade casar, pronto! A partir daí ter um bocado para nós, não é? Ser pai talvez ... Também há outra situação que era a minha esposa não fazia muita questão de ser mãe, também é verdade. Aquilo também foi, pois, uma luz que lhe deu de um momento para o outro. Se calhar termos tido cuidado também”.

André associa a transição tardia para a parentalidade ao adiamento da conjugalidade e ao facto da namorada ter medo de assumir esse papel, questão que aceitou com tranquilidade. Esta transição não o preocupava, em particular, porque não estavam casados, mas de forma não consciente, revela ter esperança que ela mudasse de opinião após o casamento: “E logo aí acredito, iria também depender da mãe porque na altura ela não tinha intenção de ter filhos. Mas se tivéssemos casado quatro ou cinco anos mais cedo, acredito que se calhar mais cedo teria vindo aquela, principalmente da parte dela, vontade de ser mãe”.

A adesão de André à atitude da namorada, não deixa de estar também associada à imaturidade que ele próprio sentia, um sentimento de insegurança que vem a revelar na fase de transição para a parentalidade: “Não sou uma pessoa muito decidida. Como digo, eu sou bocado: para mim está tudo bem, era mais a mãe se calhar tomar ela própria a decisão final. Por tanto se ela não quer ter filhos...”. Esse sentimento surge intimamente associado à sua disposição híper realista. Apesar de revelar conformismo, André manifesta sobretudo uma disposição para agir na gestão da sua vida, focada nas condições reais de cada fase. Por sua vez, a sua disposição relacional-afetiva expressa-se na relação de namoro, o que facilita a empatia com os receios da namorada em engravidar e dá-lhe todo o apoio neste campo.

Pois, porque ela falava que tinha medo. O problema dela era o nascimento da criança, as dores, o sofrimento que poderia ter (...) [F]alava sempre nisso. E assim de um momento para o outro começou...eu apoiava-a nesse aspeto. Para mim tudo bem, não se pode obrigar e na altura como nós não tínhamos conseguido fazer a vida a dois, de casados, ainda não estava muito preocupado com a situação dos filhos. Mesmo pela idade, também acho que já lá vai o tempo

em que dizia assim: quem me dera ter 18 anos para ser adulto. Acho que aos 40 não sou adulto.

Na realidade casou aos 33 anos e a mulher que, até então, não revelava disposição para a maternidade, ao pensar na sua idade despertou inesperadamente para o desejo de ser mãe: “Casámos em 2006, acho que tinha 33 para 34 (...) [E] passado mais ou menos um ano pensámos logo em ter filhos. Lá está a idade já sentíamos que estávamos numa idade...”.

A revelação da disposição para a paternidade numa trajetória de bifurcações

O ideal de família passava por viver longamente o tempo da conjugalidade e só mais tarde ter filho. Todavia, a experiência de ser pai revela a sua disposição para a paternidade, recorda com particular prazer a memória de ter o filho nos braços: “É com ele ao colo. Sem dúvida, nos braços”. A satisfação com o novo papel manifesta-se ao refletir sobre o presente e o passado da sua trajetória: “Continuo a achar que deveria de ter sido pai mais cedo, mas, por outro lado, sabe-me bem agora ter o pequenino” e reforça a sua convicção: “É assim, tanto ter o primeiro filho, como no segundo, mais cedo”. António questiona-se sobre o que poderia ter contribuído para entrar mais cedo na parentalidade: “Porque não sei o que é que me faria decidir ter sido pai mais cedo, não é?!... A tomar essa decisão” e reflete com nostalgia: “Eu podia ter sido pai mais cedo”, sustenta que a questão é inteiramente subjetiva e, de forma não consciente, surge também associada à maturidade de cada pessoa, como refere em diferentes passagens do seu discurso: “Neste caso não sei. Acho que temos de ser mais nós a querer. Nós estamos satisfeitos com o que temos”. Acresce, que a sua disposição híper realista acaba por estar associada a um sentimento de insegurança ontológica, que o torna avesso a correr riscos e a proteger-se dos desafios que a paternidade lhe poderia colocar.

Possivelmente se calhar fomos um bocado comodistas, vá. Não quisemos arriscar, tivemos medo de arriscar. Eu continuo a dizer que venho de uma família... e continuo a pensar igual, em que se os meus pais criaram sete filhos e eles criaram-se todos. Agora, como no caso do terceiro, se vier...o que é que poderíamos fazer? Não está nos planos, não é...?! Teria que ser.

Essa disposição faz com se interrogue sobre o facto de não poder acompanhar o futuro dos filhos como gostaria, devido à idade com que transitou para a parentalidade e, sobretudo, ao nascimento tardio do segundo filho, manifestando medo de perder progressivamente capacidades: “Mais pelo segundo, porque já sinto que ... não sei já sinto que ele é muito pequeno e não é agora, mas eu já estou a envelhecer e começo a ter medo

de ... sei lá de o acompanhar tão bem”. A importância de entrar mais cedo na parentalidade só se colocou verdadeiramente com a experiência do segundo filho.

Já mudei um bocado de ideias. Dá-me a entender que nós dois quanto maior for a diferença do pai para o filho ... acho que a relação fica diferente. Nós se calhar já não passamos a ter tanta paciência para eles... Acho que é diferente, acho que nós os acompanhamos melhor se tivermos uma diferença de idades mais pequena. Mas nessa altura não pensávamos assim muito nisso. Falávamos, mas não pensávamos muito nisso. Depois tivemos um bocado de azar porque só à terceira gravidez é que fomos pais. Ela teve um primeiro aborto aos quatro meses de gravidez, depois teve o segundo espontâneo e quando conseguiu engravidar novamente, e neste espaço de tempo também deve ter passado sei lá ... mais 2 anos.

André mobilizado pela sua disposição híper realista, acompanhada pelo seu sentimento de insegurança e da mulher, apesar de desejarem ter mais de um filho decidiram ter um único filho: “Nós falávamos muito, tínhamos muitas indecisões sobre se deveríamos ter o segundo se não. Ela ainda tomou mais essa decisão porque passar outra vez pela gravidez custa. Gostávamos, mas estávamos com muito receio. Tomámos a decisão de não arriscar mesmo”. Nesta decisão as condições económicas do casal foram um fator determinante: “Estou a falar já mais do segundo, aí sim, a estabilidade foi o que nos fez não querer, para não falhar com nada ao que tínhamos, não é? Com receio que depois um segundo filho ...”.

A empresa em que trabalhava fechou e confrontou-se com uma bifurcação tentar encontrar emprego e manter um salário idêntico ao que tinha, mas não obteve exatamente aquilo que necessitava: ” “(...) [Q]uando o mais velho tinha...por volta dos três anos, falámos muito sobre dar-lhe um irmão. (...) [T]inha ficado sem um emprego em que recebia bem, foi uma loja que fechou, e tive que ir para outro receber muito menos”. André convoca para esta decisão o seu contexto de socialização primária, concretamente as vivências de dificuldades económicas, e a sua disposição de parentalidade responsável: “(...) [V]enho de uma família de sete irmãos, sempre nos criámos, mas também não tínhamos nada daquilo que eles têm hoje e tenho sempre aquela tendência de querer dar aquilo que não tivemos e tomámos essa decisão de que ficávamos por ali”.

Entretanto, na sua trajetória na parentalidade depara-se com uma bifurcação feliz, totalmente inesperada que fugiu ao controle da sua disposição de planificação ponderada: o nascimento do segundo filho: “Foi mesmo sem pensar. Num daqueles momentos que não pensamos mesmo em nada”. A sua disposição para a parentalidade fez com que aceitasse incondicionalmente a gravidez da mulher: “Então, quando soubemos...olha,

boa! Não foi há três anos atrás, é agora! Na altura aceitamos logo bem”. Os filhos acabam, assim, por ter sete anos de diferença: Neste caso quando o Luis nasceu o Manuel tinha sete anos”, o que o leva a lamentar terem decidido, por questões económicas, só terem um filho: “Arrependidos de não ter sido há três anos atrás [segundo filho]”.

André identifica três desvantagens associadas ao duplo adiamento da parentalidade: uma que foi mencionada relativa à sua idade mais avançada e que pode ver a limitar a capacidade de acompanhar os filhos como gostaria; outra prende-se com a grande diferença de idades entre os irmãos o que os distancia em termos de necessidades e interesses: “Porque achávamos que já seria uma diferença muito grande para o irmão, seria ideal eles terem menos diferença um do outro. Mas pronto, está feito, está feito”, e uma outra relacionada com a perda de autonomia do casal que voltou a ter de cuidar de uma criança pequena: “(...) [C]om o segundo agora estamos outra vez a começar do início. Quando nós vemos muitos casais amigos que já conseguem ter a vida deles a dois mais facilmente porque os filhos são mais velhos, já saem mais”. A esta desvantagem associa-se a fragilidade de apoio da sua rede informal, nomeadamente, a dificuldade dos avós ajudarem a cuidar dos netos, entre outros aspetos, devido à sua idade avançada: “Porque o pequeno pouco fica com os avós. A minha mãe já não consegue (...) [F]icar com ele. Mas os meus sogros vão ficando pouco mas, por exemplo, dormir com ele não e nós também não gostamos de incomodar”.

As (in)segurança e (in)certezas dos papéis parentais

Ao longo da sua trajetória na parentalidade André depara-se com bifurcações significativas, as duas primeiras relacionadas com interrupções involuntárias da gravidez da mulher. Contrariamente à sua disposição de planificação, só foi pai três anos depois do desejado: “Casámos em 2006, em 2007 já estávamos a querer ter filhos, mas só nasceu em 2009, derivado também a isso porque também não correu bem...”. A primeira bifurcação foi: “A bolsa que rebentou e perdeu o líquido e não conseguiu recuperar e pronto acabou por o feto falecer com quatro meses de gravidez”. Os médicos consideram que o problema não seria grave. Nesta fase do curso de vida do casal a rede informal, concretamente a família mais próxima, foi uma fonte de suporte emocional importante: “Nós e a nossa família, mais os diretos, não é? Os meus pais, os meus sogros”, como concretiza: “Apoio, sempre a dar força”. Por sua vez, André mobilizado pelas suas

disposições hiper-realista, afetivo-relacional e para agir, sempre deu apoio à mulher e incentivou-a a prosseguir: “Se bem que nesse aspeto, quer dizer eu nunca desanimei muito, eu sempre fui uma pessoa de tipo para mim tudo está bem, tivemos de andar, tivemos que seguir em frente”. Entretanto, a mulher sofre um aborto espontâneo.

Estava a ser seguida, na altura o que nos disseram é que são situações que podem acontecer, mas para não nos preocuparmos nesse aspeto. Para não termos problemas são coisas que acontecem. Da segunda gravidez como não teve nada a ver com o que aconteceu na primeira também nos disseram para não estarmos preocupados e tentar novamente. Tínhamos que ter a fase de repouso, não é? E de recuperação. Mas pronto sempre nos tentaram animar para não pensar nisso que...

As suas disposições não invalidavam o sentimento de insegurança de André que se manifesta, sobretudo, na terceira gravidez da mulher: “Foi complicado, muita ansiedade, medo, tanto que a terceira gravidez, com todos os cuidados possíveis e mais algum, sempre com medo... só começamos a respirar aí aos sete meses de gravidez: “Mesmo que venha agora já se cria, não é!?». A gravidez acabou por decorrer sem percalços: “Depois acabou por correr bem, nasceu praticamente 15 dias antes do tempo”. Durante a gravidez acompanhou a mãe a algumas consultas, mas tem consciência que se tornou mais presente depois do nascimento do filho: “Foi normal [a gravidez]. Tivemos as consultas normais, não a acompanhei a todas, fui à maioria delas, não é? Acompanhei mais desde que ele nasceu, foi a seguir ao nascimento porque deu para isso”. Após o nascimento gozou a licença parental a que o pai tem direito: “No primeiro estive um mês em casa. O meu trabalho na altura... para ficar mais tempo era penalizado já não recebia os 100%”. Por razões laborais e financeiras limitou-se a esse período: “A licença foi de cinco dias, mais 15 e depois tinha a opção de um mês, mas acho que ia receber só 80% do vencimento e não ajudava estar a abdicar e eu fiquei só em casa esses 20 dias”.

Apesar de ter uma família alargada extensa e de conviver com muitas crianças, o seu sentimento de insegurança acompanhou André durante os primeiros meses de vida do filho: [E]u tenho muitos sobrinhos. Também já tinha lidado com crianças, mas sempre tinha aquele medo nos primeiros meses de lhe pegar, tinha medo de lhe partir qualquer coisa. No dia em que nasceu o meu filho meteram-mo nos braços”. A sua disposição hiper-realista e a disposição para agir determinou-o a reagir e a participar nos cuidados à criança: “Depois tive que me fazer ao piso” e com o auxílio da sua planificação ponderada foi adquirindo segurança e evoluindo: “Como é que vou dizer ...com muito medo e com

muito cuidado, mas sempre a querer fazer”. André progressivamente começou a participar nas rotinas: “Pronto era a ajudar na fralda, no banho”.

É assim, ao início participava menos, chegava muito tarde e era praticamente dar o banho, a papa e estar ali um bocado a brincar com ele... e normalmente aí estamos os dois, depois da papa íamos para o quarto e brincávamos com ele. Estávamos todos juntos. Depois também mudei de emprego e comecei a chegar um bocado mais cedo. Aí era eu mais vezes a dar-lhe banho. Até porque a minha mulher também sofre um bocado das costas, da coluna e de há um tempo para cá tenho sido eu praticamente que lhe dou banho. Ela só lhe dá banho se eu tenho alguma coisa e chego muito tarde”.

André sente que o facto de a amamentação materna se prolongar até aos dois anos sobrecarregou muito a mãe: “Ele mamou até aos dois anos e tal. Ela sofria muito porque ele era só mama, nem lhe podia dar leite. À noite tinha que ser ela”, recorda-se de ela não conseguir descansar: “Porque ela é que se queixava mais porque ela não dormia durante a noite”. Em contrapartida, esse aspeto contribuiu para que o pai se sentisse mais aliviado, André refere-se a essa situação com humor: “(Risos) durante a noite nada”. A reação da mãe expressa a crítica de Badintar (2010) ao desenvolvimento da ideologia naturalista nos cuidados às crianças pequenas, uma forma de culturalmente condicionar a emancipação feminina. A mulher sente a sua identidade como mãe colocada em causa, se não recorrer à amamentação materna e não a proporcionar à criança durante que esta desejar.

O pai participava nas rotinas, como revela em diversas passagens do seu discurso, e tinha em especial a função de brincar com o filho: “Era só estar com ele, brincar com ele. A minha função era mais essa...mais a parte da brincadeira”. A sua disposição para a paternidade mantinha André numa atitude de perante vigilância em relação ao bem-estar do filho. Quando a criança aos dez meses adoece, depara-se com uma situação de absoluta incerteza: “No início tudo o que parecesse fora do normal, ou seja, a preocupação se estava a respirar, situações que aconteceram... ele teve uma bronquiolite, tê-lo nos braços sem reação nenhuma”. Na sua trajetória este terá sido o acontecimento mais marcante: “(...) [A]cho que foi mesmo o pior, vê-lo ali sem reação nenhuma, como é que posso dizer mesmo ...sei lá! Estava com medo que já nem recuperasse, vi-o como morto”. No entanto, a crise foi ultrapassada com o diagnóstico e referenciação da pediatra do sistema privado de saúde para a urgência pediátrica do hospital público: “Particular [pediatra] que o viu e disse que ele tinha mesmo que ser internado e foi através de indicação dela que fomos às urgências e ele ficou. Depois acabou por ficar lá uma semana internado”. Até

então, o casal recorria a este serviço, mas sem sucesso: “Estávamos sempre a voltar para casa, ou seja, íamos lá [à urgência pediátrica], voltávamos para casa e não víamos melhoras”.

A experiência do primeiro filho contribuiu para que o pai se sentisse mais seguro quando nasceu o segundo filho: “Depois quando ele nasceu, aí foi diferente, já não íamos a correr para as urgências ao primeiro espirro. A experiência, lá está a experiência, acho que aproveitámos até melhor”. André concretiza e refere que também passou a existir uma maior partilha das rotinas: “Sentimos mais sem problemas de lhe pegar ao princípio, de lhe dar banho nos primeiros dias, a comida não porque foi mama, que continua, eles nisso são idênticos. Não dá descanso à mãe (...). [A]gora é mais dividido”.

A parentalidade no epicentro das dinâmicas de conjugalidade

A participação de André na vida familiar verifica-se no cuidado aos filhos e em brincar com eles: “Tem sido sempre um bocado assim, quando estou com eles, mais o brincar. Agora, com a escola, mais os trabalhos de casa, normalmente, a mãe espera que eu chegue para ajudar (...) [T]emos que estar sempre ao lado dele”. Além, do apoio ao estudo do filho mais velho, continua a prestar os cuidados básicos, nomeadamente, dar banho aos filhos: “Nove e ainda quer ajuda para o cabelo, isso é terrível. Mas pronto já se vai desenrascando sozinho. Mas está o mais pequeno”.

André justifica a menor participação na vida família com a trajetória de emprego e horários de trabalho muito prolongados na área comercial: “Eu mudei de emprego já duas ou três vezes e houve alturas em que eu chegava a casa nove, dez da noite, ou seja, havia dias em que ele já estava a dormir”. Este problema foi especialmente penalizador na fase de transição para a parentalidade: “O [nome do filho] quando nasceu, que é o mais velho. Já agora tenho que distinguir: era numa altura em que eu trabalhava até mais tarde, chegava a casa sempre por volta das nove”. André identifica os constrangimentos com que se deparava no contexto de socialização profissional: “Era responsável pela loja, o trabalho era muito e as pessoas poucas e chegava mais tarde a casa”. No entanto, mobilizado pela sua disposição para a paternidade e pela disposição para agir, esforçava-se por assegurar os cuidados ao filho: “(...) [F]azia questão de lhe dar a papa, para estar um bocado com ele e pronto depois deitava-o, depois de lhe dar o banho”.

Entretanto, o casal confrontou-se com uma nova bifurcação, o desemprego da mãe. A opção do casal foi ela ficar em casa a cuidar dos filhos e o pai manter-se empregado na cidade.

Está em casa com eles. Ela está em casa, está como doméstica, foi uma opção na altura porque ela não tinha trabalho e optámos. Ainda experimentámos a trazer o mais velho para [nome da cidade], mas eu não tinha vida para o trazer e levar para o jardim-de-infância mais cedo. Lá é só a partir dos três anos e aqui era muito dispendioso, mesmo que ela arranjasse trabalho para o trazer não compensava.

Na aldeia não existia creche e na cidade, para além dos horários não serem conciliáveis com o trabalho, a mensalidade era elevada e tanto a mãe, como o filho, tiveram dificuldade em se separar, o que foi mais um impedimento à sua integração na creche: “Na altura os que procurávamos tinham apoio, mesmo assim não era muito barato, tivemos um mês, dois, mas também correu muito mal, porque ele não se adaptou. Nem ele, nem ela”.

Apesar da mulher trabalhar em casa, como doméstica, sua disposição relacional-afetiva e a disposição para agir motivam André a partilhar as tarefas domésticas: “Vamos dividindo as coisas”. Nesta divisão procura garantir o equilíbrio entre ambos: “Dividimos uma parte da lida da casa, as coisas em que eu não me entendo faz ela”. A sua mulher ocupa-se das refeições, passar-a-ferro, entre outras: “Comida, passar-a-ferro... mais essas coisas”. Por sua vez, André procura realizar as tarefas em que considera ter mais competências: “O que é que faço mais... Aspirar a casa. A limpeza da casa eu faço, lavar a louça”. Por razões profissionais tem uma colaboração mais ativa ao fim-de-semana.

Ela como está em casa vai fazendo. Ao fim de semana diz-me o que é que é preciso e eu faço, vou fazendo. Ela aproveita durante a semana para fazer outras coisas, passar a ferro, fazer a comida, que é todos os dias... [E]u só ajudo ao fim do dia quando chego.

As dinâmicas familiares estão focadas na relação pais-filhos: “Sair de casa é passear com eles. A nossa vida é dedicada a eles”. Na vida pessoal reduziu as atividades que tinha de desporto e de socialização com os amigos e o tempo passou a ser organizado em função das rotinas das crianças. No entanto, o casal mantém relação com a rede informal, tanto familiar como de amigos.

O que não tenho abdicado é do desporto, do futebol, mas mesmo esse antigamente jogava todos os fins-de-semana com amigos, uma equipa de veteranos, agora

jogamos uma vez por mês. Praticamente é o que tenho para mim, vou correndo de vez em quando e fora de horas, faço questão disso. Por exemplo, aos fins-de-semana vou correr tipo às oito da manhã porque sei que a essa hora estão a dormir, eles acordam tipo nove horas e aproveito essa horinha para fazer alguma coisa a nível pessoal. Porque eu como estou pouco tempo em casa também gosto de estar com eles e depois é sairmos de casa.

Na sua trajetória na parentalidade sente falta de mais tempo para a relação conjugal: “Se calhar de mais tempo para nós”. Os filhos ocupam, inclusive, o espaço da intimidade do casal. Ao fazer uma reflexão introspetiva sobre a sua vida revela que mudava algumas coisas: “Que vida é que escolhia... Escolhia esta. Mudava algumas coisas”, respetivamente, os filhos deixarem de dormir na cama do casal: “Dormirem na cama deles. Já nem digo no quarto”.

Mudou muito, uma grande separação. Atualmente eu durmo numa cama com um e ela noutra cama com o outro, no mesmo quarto, mas em cama separadas, porque mesmo o mais velho, falha nossa, se calhar, sempre dormiu connosco, sempre dormiu no meio. Só houve uma altura em que o tentámos mudar para a cama dele, ele estava a tentar adaptar-se, mas teve uma grande constipação com muita febre e não sei o quê e metemo-lo na nossa cama para o acompanhar e ele nunca mais de lá saiu.

A disposição híper realista, a descrença nas políticas profissionais e nas práticas

André detentor de uma disposição híper realista manifesta a sua visão sobre as políticas públicas, baseada na sua experiência e da mulher, que em termos genérico aponta para a incapacidade da função redistributiva do Estado: “Neste caso, não haver tanta diferença do privado para o público. Somos obrigados, ou seja, descontamos uma vida e somos obrigados a pagar para ter direitos, pagamos [no privado] porque não há muita confiança [no público] ”. Revela desconfiança em relação ao respeito pela garantia dos direitos sociais e à consequente efetivação das medidas em diferentes áreas. Este sentimento de André introduz a reflexão sobre o que Giddens (2017 [2000]) denomina “*democracia emocional*” uma ideia que defende que a confiança é a condição de funcionamento da democracia e de adesão do sujeito às políticas, trata-se, inclusive, de um referencial para as políticas de família e de apoio à parentalidade⁸⁶.

⁸⁶ Em relação às políticas de família o autor expressa a sua tese: “Falar do fomento da democracia emocional não significa ser fraco em questões de família perante as entidades públicas. A democracia implica a aceitação de todos os direitos e obrigações que tenham sanção legal. A proteção da criança tem de ser característica cimeira da legislação e das políticas do Estado” (Giddens, 2017 [2000] p. 65).

Na análise do discurso de André identificam-se diversas bifurcações associadas às dinâmicas dos contextos político, na orientação das políticas e nas respostas prestadas, e do contexto profissional, respetivamente: desemprego de longa duração da mulher; a sua própria situação temporária de desemprego e sentimento de instabilidade; o elevado número de horas de trabalho semanal e a escassez de profissionais para a empresa de André dar resposta à procura; a disponibilidade de tempo exigida a quem assume cargos de chefia, no seu caso enquanto responsável de uma loja; a dificuldade de conciliação de horários da vida profissional com a vida familiar; a discrepância entre os horários de funcionamento dos equipamentos de apoio à primeira infância, nomeadamente, da creche, e os horários de trabalho; o elevado preço da mensalidade deste equipamento, mesmo tratando-se de instituições sociais; as limitações da resposta do serviço nacional de saúde quer ao nível dos cuidados primários de saúde, quer a nível hospitalar, no apoio à parentalidade e na resposta do serviço de urgência pediátrica a um episódio de doença aguda do filho, por último, a falta de políticas de habitação.

Ao nível das práticas refere como que outra das vulnerabilidades do serviço nacional de saúde é a discrepância das práticas profissionais⁸⁷ em contexto hospitalar, nomeadamente, a falta de humanismo dos profissionais no apoio à grávida: “Penso que a minha esposa se queixava às vezes do tratamento” e concretiza: “As pessoas um bocado frias, assim a fazer a CTG [Cardiotocografia]. Às vezes, lá está, no posto de trabalho há uns que trabalham por obrigação, claro está que nem toda a gente trabalha por gosto”. O parto também ocorreu no hospital público e, aqui, depara-se com uma profissional a quem reconhece excelentes qualidades: “Aí não tenho razão de queixa, inclusive, a parteira foi cinco estrelas, a minha mulher gosta muito dela ainda hoje se falam. Isso foi no nascimento”.

As faltas de confiança nos cuidados prestados no sistema nacional de saúde levam o casal a optar pelo sistema privado após o nascimento da criança: “Nós optamos por uma pediatra particular porque não temos muita confiança no público e nós notávamos mesmo que quando vínhamos ao público o tratamento num lado e noutro era totalmente

⁸⁷ A reflexão crítica de André, decorrente do discurso da sua mulher, revela o olhar atento do doente relativamente aos saberes especializado de que é objeto: “É assim que se compreendem os comportamentos de não colaboração, manifestando a estranheza e o aturdimento da miríade de procedimentos de que os seus corpos são o alvo, mas não excluem, necessariamente, o entendimento racional, que os doentes não se demitem de fazer quer utilizando os seus próprios recursos quer os escassos recursos que lhe são fornecidos pelos outros” (Carapinheiro, 2005 [1993] p. 280).

diferente”⁸⁸. André identifica uma clara diferença na qualidade das respostas: “Aqui [cuidados primários de saúde] faziam mais o básico tirar o peso, a medida e ver. Na pediatria que tínhamos fora era totalmente diferente, via mais coisas: firmar os pés para ver se firmava, muita coisa”.

Relativamente à trajetória dos filhos na educação, André manifesta preocupações com o futuro e com a hipótese de não ter condições económicas para os filhos frequentarem o ensino superior: “Ter mais, principalmente apoio financeiro, é importante. Até porque eu já começo a pensar neste, por exemplo, se entrar numa universidade, que as despesas são muito maiores, não sei se irei conseguir, mas prefiro pensar o dia-a-dia”. Com recurso à disposição para uma planificação ponderada reflete sobre a importância da estabilidade financeira na vida das famílias com filhos: “A nível de futuro acho que isto vai tudo das famílias e no nosso caso é igual... termos estabilidade financeira. Acho que isso conta muito para se decidir..., decidirmos o passo a dar. Acho que vai muito por aí”.

A sua disposição ascética: “Nunca foi uma vida muito à vontade” facilita o seu comportamento adaptativo ao contexto de incerteza, mas continua sempre a procurar melhores oportunidades de emprego, tanto a nível salarial como de tempo. A sua disposição para agir impele André a mudar de emprego sempre que é necessário: “Eu saí de um emprego e procurei, lá está, quando comecei a ganhar menos assim que tive oportunidade mudei para ganhar um bocado mais, um bocadinho mais, mas também para estar mais descansado em relação a eles”. Além dos fatores económicos, André também deseja que o emprego lhe permita conciliar a vida profissional com a vida familiar, permitindo-lhe ter mais tempos disponível para estar com as crianças.

O seu curso de vida permite-lhe ter uma visão clara da expressão da incerteza e do risco na sociedade atual: “Mas nós estamos sempre em risco” e, simultaneamente, não deixar que esses fatores representem uma vulnerabilidade na sua vida: “Tento não pensar nisso. E quando penso é para tentar ser positivo”. A sua disposição para agir fomenta a confiança nas suas competências pessoais e profissionais e, assim, continuar a garantir a

⁸⁸ O discurso de André reforça a importância da reflexividade sobre o potencial de confiança do cidadão nas políticas públicas na modernidade, no quadro das dinâmicas dos atuais contextos económicos, políticos e sociais, observando-se: “A incapacidade de adaptação, especialmente no que respeita à debilidade de uma implementação estratégica de ação e proteção social em consonância com as reais necessidades, parece resultar na sua inoperância pragmática, na qual se assiste a uma desvalorização crescente face ao discurso normalizador e protecionista do Estado, que tende a manter um *modus operandi* cada vez mais distanciado de uma ação social substancialmente emancipatória e transformadora do cidadão e das suas práticas”(Santos, 2017 p. 118).

sustentabilidade presente e futura da família: “É trabalhar (risos) para lhe dar o que eles têm”.

Síntese interpretativa

André cresce numa família alargada de condição social baixa, em que não obstante as dificuldades económicas, os irmãos seguiram as suas trajetórias de vida, sem que identifique percursos disruptivos. No seu discurso encara a socialização familiar como um processo linear. A precocidade com que desenvolve a sua disposição ascética, nesse contexto, permite que André resista com naturalidade ao risco e incerteza, formando uma disposição de planificação ponderada que facilita a superação das bifurcações com que se confronta.

Ao vivenciar precocemente as condições que a vida num meio rural, limitado em experiências, impõe desenvolve uma disposição híper realista face às bifurcações que fazem parte da sociedade. Esta disposição é acompanhada de uma disposição para agir que mobiliza André na prossecução do bem-estar da família, a começar no valor que atribui à construção da sua casa e no investimento contínuo na procura de melhores condições laborais, tanto em salário, como de disponibilidade de tempo.

Tanto a sua disposição relacional-afetiva, como a disposição para agir são expressivas na relação conjugal e na relação parental. Trata-se de uma família tradicional, com a mulher na qualidade de cuidadora principal da casa e dos filhos, e o homem provedor do sustento da família. Aquelas disposições, em particular, contribuem para, de forma mais ou menos consciente, esbater as diferenças em matéria de igualdade de género. Tal não obsta que se observe neste retrato a tendência preconizada por Badinter (2010) relativa ao que considera ser uma armadilha à emancipação feminina e que se traduz num movimento pouco esclarecido de regresso à maternidade, no contexto de um ideal de cuidados ao bebé e à criança pequena. O nível de exigência aponta para uma dedicação quase total em que a criança fica no epicentro da vida da mulher, ideia explicitada numa dinâmica em que a mãe vem antes do pai, a criança antes da mulher e a mãe e a criança antes do casal (Badinter, 2010). O contexto de interações da família aproxima-se da perspetiva defendida pela autora, o que indiretamente interpela a eficácia das políticas públicas ao nível da promoção da igualdade de género.

No seu discurso André manifesta uma disposição latente para a paternidade, ativada sob condição da mulher desejar assumir o papel de mãe. A parentalidade tardia decorre de um ideal tipo de construção da vida familiar, por parte de André, que tem início com o investimento na casa de família. O adiamento da concretização deste ideal repercute-se no adiamento da conjugalidade e, por sua vez, na entrada na parentalidade. Na transição para esta fase depara-se, ainda, com bifurcações inesperadas que, por sua vez, constituem uma incerteza relativamente à concretização da sua disposição para a paternidade. Nesta trajetória o duplo adiamento da parentalidade não é um acontecimento planeado, decorrendo do que se denominou uma “bifurcação feliz” e que é naturalmente aceite pelo casal.

A sua disposição para a paternidade torna-se expressiva no momento do nascimento do primeiro filho, através do prazer que sentiu ao pega-lhe ao colo e do desejo de gozar os 20 dias da licença parental exclusiva do pai, imediatamente após o nascimento do filho, embora apenas seja obrigatório ter os cinco dias seguintes. Por razões profissionais e económicas não optou pela licença partilhada que possibilitava beneficiar de 30 dias extra. No entanto, pensava que teria uma redução salarial e como tal não fez essa opção. Este desconhecimento é revelador de uma certa opacidade das medidas de proteção à parentalidade, no caso concreto da legislação relativa à Licença Parental. O envolvimento quotidiano de André na vida dos filhos reforça a sua disposição e vai ao encontro de um estudo de referência na sociedade portuguesa (Wall, 2006) que dita que é no desenvolvimento destas interações que o pai estabelece uma relação significativa com os filhos e é por eles conquistado.

Os perfis de paternidade em Portugal, na sociedade contemporânea, são apresentados num estudo de referência sobre a negociação das velhas e novas masculinidades (Wall et al. 2010). Nesta linha, o retrato de André contribui para o debate sobre a diversidade de lugares que o homem pode ocupar na família e possibilita interpretar singularidades e paradoxos das dinâmicas da paternidade e da conjugalidade, no contexto das transformações da família atual. Na sua biografia regista-se, por um lado, a perpetuação do homem provedor, um aspeto contrário à tendência de modernização das famílias e, por outro lado, a negociação conjugal e a participação do pai nos cuidados aos filhos e na realização das tarefas domésticas, observando-se uma diferenciação de género situada num continuum entre forte e fraca, de difícil objetivação.

9. Carlota: “Uma trajetória de rigor para garantir o bem-estar e desenvolvimento pessoal e social da filha”

Mãe de uma filha de 7 anos, Carlota entrou na parentalidade com 37 anos, um desejo que tinha desde há muito. No decurso de uma trajetória de alguma linearidade, regista-se a emancipação tardia de casa dos pais, aos 36 anos, após uma longa trajetória de namoro que aos fim de 10 anos culminou numa separação, mas que lhe permitiu conhecer o pai de Sofia com quem casou. A decisão de ter filhos foi uma das prioridades do casal. Lamenta não ter mais filhos/as, o que poderia ter ocorrido se tivesse sido mãe mais cedo, eventualmente pelos 30 anos, no entanto, a relação que tinha à data não lhe permitiu avançar para essa nova etapa da vida. Carlota pensa que a tendência social de adiamento da parentalidade se deve, sobretudo, ao facto das pessoas privilegiarem o investimento na formação universitária e profissão. No seu caso não prosseguiu os estudos por opção e ingressou cedo no mercado de trabalho, mas a primeira relação de namoro adiou a concretização do sonho de ser mãe. A família de origem é constituída por uma fratria de três, com uma mãe doméstica, sempre presente, e um pai militar. Cresceu numa época que, tal como agora, sustenta: “As coisas não eram fáceis”, contexto em que se formou a sua disposição para a autoridade. Neste retrato, observa-se a camuflagem social das dificuldades na vida privada, decorrentes dos baixos salários nas carreiras técnica da administração pública, em que a própria satisfação de necessidades básicas, como alimentação e vestuário, é superada com a ajuda de uma rede ativa de suporte informal. As disposições de responsabilidade e pragmatismo perante a realidade levou Carlota a interrogar-se se estaria à altura de desempenhar o seu papel, mas quando a filha nasceu sentiu de imediato que conseguiria dar uma resposta competente. À medida que a filha cresce, faz um esforço de atualização relativamente aos novos interesses das crianças, nomeadamente ao nível das novas tecnologias, para poder acompanhar muito de perto a educação da filha. Tal como a sua mãe foi para si, também Carlota deseja ser uma mãe presente no quotidianos da filha, o que a levou a optar pelo regime de jornada contínua. Carlota verbaliza ter uma fraca disposição comunicacional, assumida como uma da característica da sua identidade, mas como é um traço da sua trajetória faz um esforço para

dar a entrevista e com toda a dignidade contribuir para esta investigação. O seu discurso reflete a objetividade de uma vida de rigor, de uma família que faz um esforço para assumir uma parentalidade responsável, numa sociedade que oferece um mundo de oportunidades e em que é difícil fazer escolhas sem preterir a filha do acesso a coisas que fomentem a sua inclusão, bem-estar e desenvolvimento pessoal e social.

Os afetos e a disciplina herdados da socialização primária

Carlota é a mais nova de uma fratria de três, cresceu com uma mãe muito presente em casa e na vida das duas filhas e do filho: “A minha mãe foi uma mãe com três filhos (...) [N]uma altura que também que as coisas não eram fáceis. A minha mãe estava em casa, era o meu pai só a trabalhar, a minha mãe estava sempre connosco”. O pai era relativamente ausente por motivos profissionais: “O meu pai é militar e a minha mãe é que estava a maior parte das vezes comigo e com o meu irmão”. Carlota sente que a sua situação atual é idêntica à da sua família de origem porque o emprego do marido também implica deslocações frequentes, mas saliente que existe uma grande diferença pelo facto da sua mãe estar sempre em casa, enquanto Carlota está empregada.

(...) [C]om o trabalho dele, às vezes, pode estar aqui em Évora, outras vezes pode estar fora, eu vejo-me às vezes assim um bocadinho na minha mãe, neste aspeto embora a minha mãe tivesse dois, depois veio a minha irmã e eu só tenho uma, não é? Mas pronto a minha mãe estava sempre em casa, não é?

Essa memória é significativa e reveladora da importância que esse facto teve para si. Na verdade, quando a sua filha nasce opta pela jornada contínua, uma forma aparentemente reparadora da nostalgia que sente ao recordar-se de ter a mãe sempre presente: “Jornada contínua. Portanto, já faço isto já há algum tempo, já há quatro anos ou cinco que eu faço para poder dar mais um acompanhamentozinho”.

O facto de o pai estar menos presente não surge como um fator perturbador do equilíbrio e bem-estar familiar. Carlota vive a sua infância e juventude na companhia da família nuclear e alargada, num ambiente de afetos e disciplina, sem registar obstáculos nesta trajetória. Desde sempre tem memória de ser uma criança obediente que aceitava naturalmente a disciplina com a qual foi educada: “Eu era mais sossegadinha, não era de responder, por exemplo, mandavam-me calar e eu calava-me, não é? (...) [C]á está tem a ver com a minha maneira de ser eu. Os meus avós diziam "Eh! Sossegada" e eu,

sossegada”. Carlota sublinha a sua disposição para a disciplina: “Diziam para eu não fazer, eu não fazia” e reforça com a diferença de comportamento entre si e a irmã: “Fomos todos educados com os mesmos princípios e com os mesmos valores, por exemplo, lembro-me de me mandarem calar e eu calava-me, a minha irmã mandavam-na calar e ela não se calava (riso)”. Esta disciplina acaba por se encontrar associada ao grau de exigência que coloca na educação da própria filha: “Às vezes sou um bocadinho... como é que hei de dizer? Ao mesmo tempo sou um bocadinho assim mole, ela pode esticar um bocadinho, mas também sou um bocadinho rija, às vezes, gosto das coisas bem-feitas”. A atualização neste contexto, da sua disposição para a disciplina é retratada quando Carlota partilha a forma como por vezes a filha a interpela: “«Oh mãe tu nunca foste criança?» Diz-me ela (riso), às vezes pequenos disparates que faz próprios da idade, que nós também todos fizemos, não é? E ela diz-me: «Mãe nunca foste criança?» E eu digo: «Já, já fui criança» (riso)”. E acrescenta: “Tem a ver com a minha educação”.

O adiamento da disposição para a maternidade na trajetória de um longo namoro

A sua juventude decorre sem que Carlota registe qualquer incidente. Quando acabou o ensino secundário: “Eu tenho o 12º ano (...)”, optou por não prosseguir os estudos: “As pessoas hoje em dia preocupam-se pronto, eu não fui para a universidade não foi porque não, não quis. As pessoas, se calhar, pensam um bocadinho na sua profissão”. Entretanto, ingressou na administração pública: “Eu trabalho [NOME DA INSTITUIÇÃO E DEPARTAMENTO]. A sua expectativa ditaria que seria mãe pelos 30 anos, idade ideal para a transição para a parentalidade: “Dentro dos 31, 32. Acho que cada vez é mais normal as pessoas terem filhos mais tarde, não é? Conheço uma rapariga que foi mãe a segunda vez mãe aos 46 anos, quer dizer. Cada vez é mais, mais tarde.” Carlota identifica uma vantagem fundamental em ser mãe mais cedo:

O que poderia ser diferente? Se calhar acompanharem-nos. Eu espero que consiga acompanhar a minha filha quando ela tiver 20 anos e que consiga ter uma mente aberta e ter uma mente jovem para poder acompanhá-la. Porque um pai, uma mãe nova com 25 anos quando filho já for adulto, se calhar consegue acompanhar.

Assim, refere: “Tenho 45 anos. (...) fui mãe aos 37 anos. Neste momento a minha filhota tem sete anos”. E acrescenta uma outra vantagem: “Se calhar tinham mais filhos”. No seu caso, o adiamento da parentalidade esteve relacionado com a transição tardia para a

conjugalidade: “Namorei um rapaz durante 10 anos com o qual não vim a casar, tínhamos já casa, mas as coisas não se encaminharam nesse sentido e acabámos por cada um ir para seu lado. Entretanto, eu já conhecia o meu marido”. Todavia, como já referiu, constata que as pessoas entram cada vez mais tarde na parentalidade, sobretudo, devido ao prolongamento do estudo: “Sim, algumas por este motivo, como o meu, outras é porque estão a estudar”, e à dificuldade em ingressarem no mercado de emprego, o que por sua vez, conduz a uma emancipação tardia.

Outras porque não arranjam emprego e estão na casa dos pais e cada vez saem mais tarde da casa dos pais, não é? Eu sai da casa dos meus pais com 35 anos, 36. Aqui não foi a questão dos empregos, mas há maior parte das pessoas, às vezes, isso acontece. Estudam e depois acabam por não...

Além desses fatores, enumera outros que também podem concorrer para essa situação, nomeadamente, a conciliação da atividade profissional com o trabalho doméstico e o nível de exigência das pessoas: “(...) [h]á essas condicionantes, no meu caso foi esta situação, se calhar noutros será a questão dos estudos, o trabalho da casa, é tudo complicado, não é? E às vezes as pessoas também complicam um bocadinho” Carlota ao explicitar a sua ideia adianta que o grau de exigência está muito relacionada com o facto de as pessoas serem mais novas:” Porque as pessoas pensam que que podem ter tudo (...) [P]artirem para um casamento ou para uma relação a pensar que vão ter tudo, não, as coisas vão se conquistando. E... isto quando somos mais novos (...) [É] assim”. Na sua trajetória, tal como já mencionou, o adiamento da conjugalidade foi o principal fator.

Eu, entretanto, já conhecia o meu atual marido e começámos a sair e a conviver e pronto depois passou de amizade ao namoro. Entretanto, eu tinha uma casa com a outra pessoa e depois foi aquela situação toda de tentar vender e não se vender e depois o meu marido dizia-me “Ficamos com a casa” porque nunca lá vivi, nunca vivi com outra pessoa e ele incentivou-me porque como isto se arrastava e a casa não se vendia, a outra pessoa dizia que ficava com a casa e acabou por não ficar, as coisas foram se arrastando e o meu marido achou que devíamos de avançar. Foi com o passar do tempo, depois ainda namorámos mais um ano e qualquer coisa, marcar casamento, não marcar.

No entanto, após terminar a relação com o ex-namorado e aproximadamente um ano após o casamento com o seu marido, Carlota finalmente engravida:” Tinha feito os 36 há pouco tempo (...) [C]asei em 2008, depois engravidei e a [NOME DA FILHA] nasce em 2010. (...) [N]amoro prolongado acho que não é favorável para ninguém, namoros muito longos acabam por dar nestas situações”. A decisão foi partilhada com o marido e sente que tal como ela também o marido tem uma forte disposição para a parentalidade.

Ambos queríamos ter filhos, o [NOME DO MARIDO] não é que seja mais velho tem mais dois anos que eu, já tinha tido alguns relacionamentos e também gostava muito de ter filhos, tanto que não demoramos muito tempo desde o casamento até eu engravidar foi rápido, foi uma decisão conjunta, ficamos muito satisfeitos, foi uma alegria e é uma alegria muito grande termos a nossa pequena!

Uma mãe com os “pés bem assentes na terra” e a decisão do filho único

O nascimento da filha dá expressão à sua disposição para a maternidade. Ao ser interpelada pela investigadora sobre o que descobriu em si com este acontecimento, Carlota expressa o que sente: “Que se calhar podia ter sido mãe há mais tempo”. A mudança de estilo de vida é naturalmente aceite por si, a disposição para a responsabilidade de cuidar da filha é acompanhada de um prazer que facilmente lhe permite abandonar comportamentos hedonistas.

É tudo novo, não é? Mas foi muito bom, foi o melhor dia da minha vida, portanto, era uma coisa que eu queria muito e pronto depois é a questão da gente se habituar, não é? Porque a gente ao fim dos anos todos sem filhos e chegar a casa dizer: “Olha vamos de fim-de-semana”, agarrar na mala e sair, isso termina, não é? As coisas já não são assim, tem que se pegar nela, mas tem sido muito bom e mais uma vez digo que tenha saúde.

No exercício da parentalidade, a sua disposição para a responsabilidade sobrepõe-se à insegurança que sente ao ser confrontada com os desafios associados à tarefa de cuidar da filha recém-nascida. A sua experiência como tia foi importante, mas sentia que era insuficiente para responder às necessidades de cuidar de uma filha a tempo integral. Todavia, com o suporte inicial da sua mãe assumiu plenamente esta tarefa.

Regressar a casa, foi tudo novo, não é? Chegar com a [NOME DA FILHA] a casa foi ali uns dias antes do Natal (...). [E]u tive ali dois ou três dias no hospital, foi uma sensação de... será que vou conseguir? Será que vai correr tudo bem? Porque, pronto, eu já tinha um sobrinho, não é? Ou melhor já tinha dois sobrinhos, mas os sobrinhos não é a mesma coisa do que os filhos que estão o tempo inteiro, estão sempre connosco. E os sobrinhos é só de vez em quando mas acho que foi como se tivesse sido mãe a vida inteira, não sei, os banhos, ai, será que consigo?! Não, mas depois, acho que aquilo está no instinto. Eu consegui fazer aquilo tudo. A minha mãe também estava e eu pensava será que consigo? Consigo, pronto.

Com o nascimento da filha, a sua disposição para a maternidade revela-se de forma clara e de algum modo imediata confirmando as suas expectativas sobre o desejo que sentia de ser mãe, adiantando que descobriu: “Que se calhar podia ter sido mãe há mais tempo”. Carlota revela que gostaria de ter tido outro filho: “Se calhar tinha outro filho, para além

da [NOME DA FILHA]”, mas identifica diversos fatores que tornariam essa opção numa decisão de risco. O principal fator é a idade avançada: “O facto de nesta altura não ter mais filhos...”. E adianta: “Nesta, nesta fase agora é a idade”. Neste sentido, salienta as desvantagens da parentalidade tardia: “Por pensar no futuro porque eu já tenho 45 anos, ela tem sete, quando ela tiver 20 tenho eu 60, quer dizer... assusta um bocadinho, não é? Assusta. Por isso é que eu digo «mãe um bocadinho mais cedo»”. Este fator surge associado ao problema do envelhecimento e de não ter oportunidade de acompanhar a vida da filha até onde desejaria. Outro fator relevante para si, é a sua carreira na administração pública e do marido, ambos assistentes técnicos, com um salário baixo. Aspetos que surgem plasmados no seu discurso.

O meu marido também é assistente técnico e depois foi naquele período em que houve cortes e nós também fomos... e cá está a idade faz com que a gente pense e acabámos por ter só a [NOME DA FILHA]. Se calhar tudo se tinha resolvido mas acho que o facto de termos esta idade já leva a pensar não é? Agora que estou com 45 anos, a [NOME DA FILHA] tem sete, peço todos os dias saúde para a conseguir criar e quando pessoas amigas me perguntam eu já aconselho as pessoas a terem os filhos um bocadinho mais cedo porque a gente pensa que há tanta coisa, hoje há tanta coisa, tanta doença. A gente começa a pensar será que depois conseguimos criar, dar-lhe um futuro.

O seu discurso é revelador da sua disposição para a responsabilidade, tudo é objeto de ponderação. A sua disposição para o exercício de uma parentalidade responsável, traduzida, nomeadamente, na preocupação com a educação a filha, está associada à decisão de não ter mais filhos/as. Além do fator idade, apesar de ter uma situação profissional estável, os baixos salários do casal, também foram um fator de ponderação na decisão de não ter mais filhos. Assim, Carlota e o marido decidem ter apenas uma filha: “Pronto, ficámos só com a [NOME DA FILHA], se calhar um bocadinho também por egoísmo (...) [N]ós como já também tínhamos 38, 39 já pensávamos no futuro, em conseguirmos dar-lhe uma educação e nós somos os dois funcionários do Estado”. A preocupação com a educação da filha é apresentada como um fator de ponderação na decisão do casal avançar para outro/a filho/a, a desejabilidade que sentem convoca a importância que Lahire lhe atribui, expressada em muitas das suas investigações

Todavia, sete anos depois do nascimento da filha e com a experiência adquirida revê criticamente a decisão de não ter tido outro filho:” Então porque se calhar se não comprava três coisas, três peças de roupa, comprava só uma, se calhar tinha-se tudo resolvido, assim a [NOME DA FILHA] é hoje filha única, ela diz: «Gostava de ter um

mano ou uma mana»”. Carlota ao imaginar-se há sete anos atrás não hesita em afirmar que teria outro filho/a: “Tinha, tinha, tinha, tinha mesmo!”. A sua convicção é partilhada pelo marido: “Também, também pensa assim”. Com a sua experiência parental aprendeu que conseguiria ultrapassar as dificuldades decorrentes dos baixos salários: “Não houve tantas dificuldades [económicas] porque acho que a gente com um empurrãozinho daqui, um empurrãozinho dali acho que as coisas se calhar se tinham resolvido também”.

Uma conjugalidade com pinceladas de modernidade

A disposição para a responsabilidade de Carlota é partilhada pelo marido, ambos participam ativamente nos cuidados à filha desde o nascimento, tal como refere: “Desde que temos a [Nome da Filha]”.

O pai também colaborou sempre, sempre, com o banho, a tratar o umbigo, o pai é que tratou sempre o umbigo, com as banhocas, depois com os biberões porque eu praticamente não amamenteei, já saí do hospital com o suplemento e o pai sempre a colaborar, a fazer, a levantar-se de noite para fazer os biberões, sempre a colaborar, nunca houve falta... houve sempre harmonia entre nós, ele colaborou sempre e tem colaborado sempre com tudo.

Carlota reforça a importância da participação do pai nos cuidados da filha: “Foi assim desde o início” e exemplifica: “As várias áreas da rotina, pronto, deitar a [NOME DA FILHA], levantar umas vezes sou eu, outras vezes é ele, tem sido assim, quando ele está ou mesmo quando não está”. O seu discurso revela uma disposição para a organização que a coloca na liderança da gestão do quotidiano: “Olha, hoje vais tu deitar a [NOME DA FILHA], vais ler a história à [NOME DA FILHA] vais... pronto e ele vai, é assim, estamos organizados...”. Todavia, o discurso é matizado por expressões que denotam uma partilha menos igualitária do que aquilo que manifesta: “Hum... Como é que foi essa fase [transição para a parentalidade]? Então ele teve aqueles dias em casa e quando saía do serviço, às vezes, ia aos cavalos, outras vezes vinha para casa, mas eu é que assegurava...”. Refira-se, por exemplo, que a mãe após o gozo da licença parental optou pelo regime de jornada contínua, contrariamente ao pai, como revela na transcrição seguinte.

Contudo, Carlota manifesta a convicção de se tratar de uma partilha igualitária das diferentes tarefas, ao longo do curso de vida da família e apresenta como outra evidência a fase de transição da filha para a escola.

Acho que estamos bem (riso), organizamos bem. A [NOME DA FILHA] está na escola o dia todo, às vezes, o pai vai buscá-la para almoçar, eu não porque optei

por fazer o horário contínuo para ter mais disponibilidade à tarde para a ir buscar nos dias em que ela sai mais cedo e também para as atividades, está definido assim. (...) É o primeiro ano, que está agora a terminar, mas durante este período letivo foi assim: o pai ia busca-la, às vezes, à hora de almoço, às vezes iam almoçar comigo ao serviço, outras vezes iam almoçar a casa os dois, temos as coisas assim.

Essa diferença surge de forma mais expressiva na partilha das tarefas domésticas: “Normalmente em termos de comida sou eu e no resto das rotinas. Os banhos e essas coisas normalmente, durante a semana, sou eu, pronto...”. As tarefas domésticas surgem mais associadas a Carlota, assumindo o marido uma função complementar: “As rotinas eu é que, às vezes, faço as coisas. O meu marido ao fim-de-semana também me ajuda ou quando pode também me ajuda” e, aliás refere: “Hum... Sou eu (riso) e ao fim-de-semana ele sempre dá uma ajuda também”. No entanto, é importante para si reforçar a ideia de colaboração do marido: “Faz comida... Eu faço comida, mas ele também faz, gostamos de partilhar ao fim-de-semana, ele gosta de cozinhar, de fazer uns petiscos, de inventar assim umas coisas” e acrescenta: “Aspira, faz essas coisas assim”.

Relativamente ao estilo educativo, Carlota também apresenta um modelo de relação conjugal colaborativa: “Falamos muito, falo muito com o meu marido sobre tudo e tentamos sempre ter uma mente aberta (risos)”. Essa atitude não invalida que as práticas educativas sejam idênticas. Na sua perspetiva, Carlota é a figura parental mais ponderada, orientada pela sua disposição para a responsabilidade: “A mãe é mais calma, a mãe é mais, mais calma, gosta... de ter os pés às vezes assentes na terra”. Nesta conformidade esclarece: “Não é que o pai não seja cuidadoso, mas eu sou mais com as coisinhas e acho que tenho sido sempre assim. Ele às vezes diz «Ela já tem sete anos, as coisas não podem ser assim, tens que deixar que ela cresça»”. A disposição para a responsabilidade emerge, de forma expressa ou latente, no seu discurso sobre diferentes situações, por exemplo, quando se refere à diferença entre si e o pai nas atividades lúdicas com a filha: “(...) [À]s vezes vão assim ao campo, não quer dizer que eu não vá, mas eu estou sempre «cuidado! Vá lá, não, não deixes ela fazer isso»”. Carlota descreve com mais detalhe a sua experiência.

O pai é mais aventureiro, ela gosta de ir para o campo, o pai gosta de montar e ela gosta de ir assistir. Eu gosto de ver e gosto que o meu marido tenha esse *hobby*, digamos assim, mas estou sempre com medo, “cuidado vê lá”, mas ela tem aquele espírito, acho que tem lhe incutido um bocadinho aquela vivência mais aventureira, tanto que ela diz, a mãe não é aventureira, o pai é que é mais aventureiro.

As crenças associadas às diferenças de género surgem de forma mais expressa nas diferenças que identifica no desempenho dos papéis parentais. Por exemplo, entende que as mães tendem a assumir um papel mais afetivo e os pais um papel de autoridade.

“Um desafio, às vezes tenho que pensar o que que lhe vou responder (...) [N]ão é fácil. Mas temos conseguido e depois se calhar as mães são um bocadinho mais moles, digamos assim, ela com o pai pede para ela parar e ela para e comigo vai tentando assim sempre um bocadinho mais, não é?

A disposição para a responsabilidade parental

Carlota expressa que não obstante existirem diferenças entre si e o marido, no que se refere à educação da filha, o casal mantém a coesão. O nascimento da filha aumentou a importância de conciliarem as diferentes dimensões da vida familiar.

Tentamos levar as coisas de uma forma e quando ele intervém tento não intervir na maneira dele a educar ou questionar qualquer coisa. Tentamos não criar conflito entre nós o casal e, às vezes, por mais que a gente não queira sempre acaba por haver qualquer coisinha, mas temos que tentar para que o casal e as coisas funcionem, não é? Porque há uma mudança, houve uma mudança porque quando são só duas pessoas é de uma forma e agora somos três, temos que conciliar da melhor forma.

A disposição de Carlota para a organização facilita a conciliação das rotinas quotidianas entre o casal, assumindo o papel principal de cuidadora: “Ao nível da nossa organização familiar? Ela já sabe que as coisas estão estruturadas, o meu marido sai do emprego, ela já sabe que o pai não vai para casa, vai logo para o *hobby* dele”. O casal está organizado de forma a garantir que o pai tem tempo disponível para dedicar quotidianamente ao seu *hobby*: “Que é os cavalos e nós temos as nossas coisas, eu vou buscá-la à escola ou quando era no colégio, temos a nataçao, às vezes, vamos a uma loja, fazemos os trabalhos de casa, vamos ao parque, temos as coisas estruturadas desta forma. Ela com o pai faz umas coisas, comigo faz outras”.

Essa disposição é a outra face da disposição de Carlota para a responsabilidade parental: “Não é fácil educar e cada vez acho que é mais difícil. A gente às vezes podemos pensar que estamos a fazer bem e se não estamos, não há uma regra, não é? Não há uma medida”.

A disposição para a responsabilidade faz com que se questione sobre as melhores práticas educativas e que assuma uma atitude reflexiva perante os comportamentos da filha.

É um desafio porque a [NOME DA FILHA] é uma menina que tem uma personalidade muito vincada, muito forte e às vezes não é fácil conseguir dar-lhe a volta e ela só tem sete anos, tem sempre resposta, ela começou a falar muito cedo, sempre me tem feito muita companhia porque está sempre a falar e, às vezes, a gente choca ali um bocadinho porque ela tem que se saber levar, levar assim à força não é boa ideia. Acho que os miúdos cada vez vêm com uma personalidade mais forte, não sei, a informação também é muita, começam a obter informação logo muito novos.

Carlota, mobilizada pela sua disposição para a disciplina, sustenta que é necessário acompanhar e definir limites precocemente: “As coisas não estão fáceis, não é? Há miúdos muito complicados e acho que se não se toma logo a rédea desde pequeninos depois podem, no futuro, envergar por maus caminhos”, assumindo uma atitude equilibrada: “É: nem prender muito, nem deixar, tentar haver...”. A responsabilidade parental de Carlota é acompanhada por uma preocupação contínua com os perigos associados ao uso das novas tecnologias pelas crianças: “Hoje em dia os perigos digamos assim, são mais... a gente dantes podia estar na rua a brincar que era diferente do que é hoje. Hoje é impensável, não é? Há a internet, ouve-se tanta coisa, não é?”. Assim, faz um esforço para se manter informada sobre as áreas de interesse da filha e muito especialmente os avanços na área das tecnologias: “É tentar acompanhá-la, tentar estar sempre por dentro das novas mudanças, das novas tecnologias”. Na sua perspetiva a comunicação social poderá ter um papel mais pedagógico: “Às vezes a comunicação social se calhar divulga muita coisa não é? E se calhar devia de haver, às vezes, menos informação, não sei”.

O facto de ter entrado tardiamente na parentalidade está latente na preocupação em manter capacidades físicas e mentais em boa forma para acompanhar a filha ao longo do seu curso de vida: “Ter saúde, ter trabalho e ter espírito jovem para poder acompanhá-la no seu futuro e na sua vida”. A insegurança e incerteza de Carlota em relação ao futuro é superada pelo investimento no papel parental no presente, garantindo que a filha recebe uma educação para os valores e que vive feliz: “Às vezes nem penso, nem quero pensar no futuro. Acho que tentar viver um dia de cada vez e incutir-lhe os valores, não é? E quero é que ela seja feliz”.

O retrato de Carlota na forma como reflete sobre a austeridade económica da sua vida e como se projeta num futuro melhor através da vida da filha, recorda uma das conclusões do estudo de Diogo *et. al.*, sobre a pobreza em *Portugal. Trajetos e quotidianos*: “A privação [é] um traço que se foi inscrevendo nas suas trajetórias de vida, condicionando as expectativas em relação ao futuro e, sem muitas perspetivas de melhoria das suas condições de vida, projetando-se a esperança de melhoria futura na descendência”. (Diogo *et. al.*, 2021, p. 213)

Uma rede de suporte familiar para a vida

Carlota, nesta fase do seu curso de vida, sempre teve o suporte da família alargada e sublinha o facto da mãe a ter incentivado a transitar para a maternidade e ajudado a superar a insegurança que sentia pelo facto de ser mais velha do que seria expetável: “A minha mãe incentivou-me quando eu lhe disse que gostava... a minha mãe disse: «Então força, embora tenhas essa idade, mas isso já é o normal, eu estou, ajudo naquilo que for preciso»”, tal como o seu pai: “E o meu pai, sim”.

A proximidade geográfica à sua família tem sido um fator diferenciador no exercício da parentalidade: “Tenho só os meus pais cá, os meus sogros não”. O suporte desta rede informal tem contribuído para superar as diferentes dificuldades com que se depara: “Apoios do Estado não tivemos, não temos abono, não temos essas coisas, foram os nossos pais que também iam ajudando”. Apesar de ser um agregado com baixos rendimentos não é elegível para receber as prestações sociais existentes nessa área. Como sustenta Lahire (2008): “Para compreender o social no estado desdobrado, individualizado, é necessário ter um conhecimento do social ao estado desdobrado; (...) [é] preciso compreender os processos gerais dos quais esse caso não é mais o que o produto complexo” (Lahire, 2008, p. 385).

Carlota concretiza o tipo de apoios que a família lhe assegura: “Que tipo de ajuda? Compra de roupa, por exemplo, para a menina ou alimentos, às vezes” e ainda: “Às vezes ficarem com a [NOME DA FILHA]. Quando é necessário, não muito, porque acho que eles também já fizeram o trabalho deles, já não são novos”. Este apoio também facilitou a conciliação da vida familiar com a vida profissional: “E poucas vezes tive que faltar para ficar com ela e também tinha a minha mãe que também me dava esse apoio, não

é?!”. Contudo, a sua disposição para a responsabilidade faz com que recorra à ajuda dos pais apenas quando é indispensável: “(...) [Q]uando é necessário a ajuda dos meus pais. Não os quero, não os sobrecarrego”. Carlota recorda o apoio emocional e as palavras inspiradoras da mãe: “A minha mãe dizia «tudo se resolve»”.

Políticas públicas (para) responsáveis

A visão de Carlota sobre as políticas públicas de apoio e promoção da parentalidade contempla um campo deficitário de políticas em que se situa, particularmente, a falta de disponibilidade de tempo e de apoios económicos: “A nível de abonos, de darem mais tempo para as pessoas para estarem com os filhos, pronto, eu faço este horário, não é?”. Na sua perspetiva deviam existir mais incentivos à partilha da licença parental: “(...) [H]oje a maternidade e a parentalidade é partilhada, se calhar darem mais uns incentivos nesse sentido” e ser prolongada por mais tempo.

Se calhar as pessoas ficarem mais tempo, por exemplo, com os filhos, os colégios são caros. As pessoas pagarem um colégio hoje em dia não é fácil, se calhar se a pessoa pudesse ficar mais algum tempo em casa, não é? De não serem só aquele período dos quatro ou cinco ou seis meses.

A sua disposição para a responsabilidade parental permite-lhe ter uma visão tanto do setor público, em que trabalha, como do privado: “Darem mais disponibilidade aos pais porque quem trabalha sem ser no Estado, quem trabalha no privado acaba, às vezes, por ter menos tempo para estar com os filhos, trabalham por turnos, é a política, não é?”. No seu caso teve a possibilidade de optar pelo regime que lhe proporcionava acompanhar melhor a filha: “Jornada contínua. Portanto, já faço isto já há algum tempo, já há quatro anos ou cinco que eu faço para poder dar mais um acompanhamentozinho”.

Além do tempo, também pensa que deviam existir mais estímulos financeiros para incentivar a entrada na parentalidade: “E também se calhar terem mais alguns apoios porque não há, não há grandes incentivos para as pessoas terem filhos”. De igual modo, é necessário apoio para que as pessoas tomem a decisão de terem dois ou mais filhos/as: “Fez alguma diferença, não é fácil pagar um, dois colégios de duas crianças e os ordenados em Portugal não estão... e quem trabalha para o Estado não tem sido aumentado, se calhar, pronto, quem trabalha no privado as situações são diferentes”.

Carlota, com humor, sintetiza numa expressão objetiva o que considera ser essencial em termos de políticas públicas: “Mais apoios do Estado (riso)”.

Na saúde identifica um apoio específico: “Na saúde é o plano das vacinas” e clarifica: “Sim, quer dizer em termos só de vacinas e houve umas que nós também pagámos porque não estavam no plano, neste momento já está no plano nacional hum... não vejo assim...”. Não obstante serem acompanhados pela médica de família, Carlota optou por a filha ser seguida por uma pediatra no sistema privado: “A médica dela esteve sempre, tem estado sempre no privado, também estamos acompanhados, temos a médica de família aqui”.

Assim, só a sua disposição para a austeridade e a coesão do casal lhes permite fazer uma gestão regrada dos seus salários: “Somos nós que conseguimos fazer uma gestãozinha e conseguimos proporcionar essas coisitas à [NOME DA FILHA]”. Desta forma consegue proporcionar à filha experiências que considera importantes para o seu bem-estar e desenvolvimento: “Já fez uma viagem, por exemplo, já foi à Disney, tem tido as atividades, tem a natação, teve outras atividades no colégio a que também tem ido, vai à praia”.

No campo da educação Carlota situa respostas públicas satisfatórias: “A [NOME DA FILHA] andou num colégio, gostamos muito daquela instituição onde ela esteve e se tivesse outro filho voltava”. Na creche e jardim-de-infância a filha frequentou uma instituição comparticipada pelo Estado: “Era pago, aquilo tem a ver com os rendimentos dos pais, mas gostei, teve um bom acompanhamento e, como lhe digo, se voltasse a ter outro punha-o lá naquela instituição”. Clarifica que “Na educação pronto, uma IPSS”. “Agora está na escola na rede pública, a escola é pequenina, só com quatro salas, temos uma excelente professora, teve a sorte de ter uma excelente professora, e tem sido bom, em termos de estabelecimento de ensino tem sido positivo”.

Análise e síntese interpretativa

O retrato de Carlota revela a realidade objetiva, sem filtros, associada aos baixos salários em Portugal e a sua capacidade de gestão disciplinada para viver com dignidade num contexto de austeridade. Trata-se de um curso de vida a preto e branco, com uma linearidade singular. A disposição para a austeridade construi-se precocemente através das vivências num contexto de socialização primária em que “As coisas não eram fáceis”.

Este retrato é ilustrativo de um perfil de pessoas com baixos salários, que cresceu com limitações socioeconómicas, mas com comportamentos normativos e incluída na sociedade. Não se enquadra no perfil de trabalhadores pobres, apresentado no estudo de Diogo, *et al.*, (2021), mas situa-se num perfil de trabalhadores com rendimentos acima do salário mínimo, mas suficientemente baixos para limitar muito as suas escolhas. Como se constata, as disposições de Carlota são um fator protetor na gestão de um quotidiano familiar com significativas limitações económicas.

Importa esclarecer que tanto a mãe como o pai são quadros técnicos da administração pública, com uma situação estável de emprego, mas na realidade não lhes garante um nível de vida adequado se não fosse a existência do Estado Social, nomeadamente na área da educação. Este retrato estimula uma reflexão especial sobre o rendimento considerado adequado (Pereirinha, Pereira, Branco *et al.*, 2020) para garantir o bem-estar das famílias com filhos, interpela sobre a natureza e a forma de satisfação das suas necessidades de mas também apela à reflexividade sobre a importância do rendimento adequado na transição para a vida adulta e a interconexão entre estas questões. A questão remete para a importância das disposições individuais nas escolhas e decisões que permitam ao sujeito ser-razionalidade perante condições de vulnerabilidade, risco ou incerteza na sociedade.

Carlota realça que a situação vivida na infância era mais difícil do que na sua vida adulta. As dificuldades económicas de então conferem-lhe a disposição adaptativa a uma situação familiar que no discurso parece ser idêntica à da sua família de origem. Todavia a experiência do seu curso de vida permite-lhe relativizar as dificuldades atuais. O apoio da rede sua informal é uma ajuda importante para a satisfação de necessidades básicas, como alimentação e vestuário para a filha. Através deste apoio da família consegue garantir a aquisição de bens e o acesso a serviços que contribuem para a sua inclusão nos seus contextos de socialização.

Outra dimensão a considerar na análise deste retrato, através da lente dos baixos salários das famílias com filhos, é o processo de transição para a vida adulta desta mãe. Como refere Diogo *et al.* (2021), a transição para a adultez implica independência económica em relação à família de origem, a temporalidade na entrada no mercado de trabalho, concretamente na administração pública, aconteceu após a conclusão do ensino secundário por opção de Carlota, mas a autonomia residencial não acompanhou essa mudança, ocorrendo tardiamente. Neste caso verifica-se que as condições para a

constituição de uma família procriativa, considerando a independência económica, a autonomia residencial e a conjugalidade, só se encontram reunidas numa fase tardia da vida adulta de Carlota, o que condicionou a transição para a parentalidade.

Assim, embora não estejamos perante um agregado trabalhador em situação de pobreza, na realidade o baixo salário de Carlota reflete-se nas decisões ao longo do curso de vida, deparando-se com bifurcações que orientam o sentido da sua vida. A idade e os baixos rendimentos, por via do salário, são fatores que condicionaram a sua autonomização e a decisão de apenas ter uma filha. A sua disposição de racionalidade económica permite-lhe não tomar decisões de risco que a coloquem numa situação de desequilíbrio socioeconómico, o que poderia acontecer se optasse por ter uma família numerosa.

Numa trajetória de vida regular, sem que existissem as expetáveis barreiras sociais ao adiamento da parentalidade, nomeadamente, a longevidade dos percursos formativos e os desafios da entrada no mercado de trabalho, Carlota confronta-se com os paradoxos de qualquer fase da vida por mais natural que parece estar a ser. No seu caso, o acontecimento que desencadeou o adiamento da transição para a parentalidade foi o prolongamento de um namoro que terminou numa idade avançada da sua vida. Este ponto de viragem foi tão impactante na sua trajetória de vida que Carlota tomou a decisão de não ter um/a segundo/a filho/a como sempre foi seu desejo. O adiamento da parentalidade é um dos principais fatores apontados para a opção pelo filho único.

O discurso de Carlota demonstra a importância das políticas públicas na vida das famílias com filhos. Uma dimensão fundamental são os cuidados na primeira infância e a educação, Primeiro através do pagamento de uma instituição cuja mensalidade dependia do rendimento dos pais e depois acesso a uma escola pública com qualidade, tanto ao nível da infraestrutura como da organização pedagógica. O apoio do Estado é claramente apontando com uma fragilidade, questão que trata com algum humor por não ter confiança que tal venha a acontecer: “Mais apoios do Estado (riso)”. A possibilidade de deter alguma flexibilidade no emprego, com a opção pela jornada contínua, reveste-se de extraordinária importância no desempenho do papel parental, a memória de uma mãe presente na sua infância surge muito ativada.

O discurso de Carlota é expressivo da importância das famílias com filhos terem confiança na consistência dos apoios públicos, consciente de que a sua situação económica dificilmente sofreria mudanças significativas, com a experiência adquirida por via do exercício da maternidade, acaba por reconsiderar a decisão de apenas ter uma filha.

Só tardiamente compreendeu que apesar das dificuldades económicas, tinha um património disposicional que lhe permitia tomar a decisão de ter um segundo filho: "Não houve tantas dificuldades [económicas] porque acho que a gente com um empurrãozinho daqui, um empurrãozinho dali acho que as coisas se calhar se tinham resolvido".

Pelo seu curso de vida, respetivamente de exigência de grande disciplina financeira, a previsibilidade dos apoios públicos emerge com uma centralidade própria neste retrato. Carlota refere a importância de apoios de diferente natureza e manifesta especial preocupação em assegurar a educação da filha no futuro. Aliás, menciona que foi um fator de ponderação para ter decidido não ter mais filhos/as. No cenário de uma sociedade de incertezas, em que a família tem como certo que os seus recursos são limitados, a disposição para a responsabilidade leva Carlota a assumir o papel de um jogador de ténis, para recorrer a uma metáfora bastante ilustrativa de Lahire (2002): "O jogador de ténis, que deve improvisar os seus gestos no campo em função do estilo de jogo de seu adversário, na urgência prática da partida oficial, possui também um plano previsto vários meses antes do torneio de ténis" (Lahire, 2002, p. 150). Com esta imagem Lahire pretende transmitir que a vida social necessita de um fio condutor que lhe garanta estabilidade.

CAPÍTULO V | *Discussão de resultados*

Na sequência da análise e síntese interpretativa dos retratos, neste capítulo aprofunda-se a discussão a partir dos objetivos definidos para o estudo na perspetiva de se cumprir aquilo que é a sua finalidade: compreender o adiamento da parentalidade a partir da biografia e experiência dos pais e das mães, bem como a sua visão sobre uma política pública de promoção e suporte à parentalidade, no contexto da realidade portuguesa.

A discussão de resultados implica convocar as variáveis estruturais consideradas no estudo, mas em que a opção é serem integradas na própria discussão e não parte da caracterização dos/as entrevistados/as. A decisão decorre de não se pretender que adquiram um lugar de destaque em relação a fatores de natureza subjetiva, nomeadamente, as disposições que orientam o curso de vida e a forma como o sujeito lida com a incerteza. As características sociodemográficas consideradas são, respetivamente, o género, a educação e a posição social (Schmaus, 2014) na perspetiva do posicionamento macro na rede social e nas redes de proximidades.

Os sujeitos entrevistados vivem em situação de conjugalidade heterossexual, à exceção de Sara que é família monoparental. Na educação refira-se que ao nível da qualificação escolar/educativa, o grau académico das mães é a licenciatura, Heloísa é médica, com especialização numa determinada área, Andreia tem duas licenciaturas e duas pós-graduações, Carlota tem o 12.º ano e o pai entrevistado tem a frequência do 9.º ano de escolaridade. Nos casos de Ana, Heloísa, Filomena, Carlota e André, o outro membro do casal tem qualificações idênticas às suas, os companheiros de Andreia, Marta e Susana têm frequência do ensino secundário.

Na posição social associada à relação com o mercado de trabalho, regista-se que Ana, Heloísa, Filomena e Carlota têm uma situação de trabalho estável no setor público, com contratos sem termo, respetivamente, nas carreiras de professora, médica, técnica superior e carreira técnica, não perspetivando situações de desemprego. André tem uma situação estável no setor privado, mas encontra-se sempre na perspetiva de mudar para um emprego melhor remunerado. Andreia e Sara estão desempregas a receber subsídio de desemprego. Maria e Marta encontram-se numa situação de desemprego de longa duração, a receber a prestação social “Rendimento Social de Inserção”. Estes quatro casos

revelam situações de incerteza associadas ao mercado de trabalho, reforçadas pelos baixos dos cônjuges em três dos casos e no caso de Sara por se tratar de uma família monoparental.

A posição social de cada sujeito, considerando o agregado familiar e por referência às condições económicas da sua vida com base no valor do salário mínimo nacional, em Portugal, em 2021, tem as características seguintes: elevada no caso de Heloísa; média nos casos de Ana, Filomena e Sara; baixa no caso de Andreia, Maria, Marta, Carlota e André. Se considerarmos a posição social relativamente à inclusão no contexto das suas redes de socialização e na comunidade mais ampla, as/o entrevistadas/o apresentam uma posição elevada. Relativamente à densidade dessas redes, considerando família, amigos e colegas, observa-se uma densidade forte no caso de Ana, Heloísa, Maria, Filomena e André, média nos casos de Andreia, Sara e Carlota, e fraca no caso de Marta. Apenas no caso de André a mulher encontra-se desempregada, os cônjuges de Ana e de Maria são trabalhadores por conta própria e os restantes cinco são trabalhadores por conta de outrem, no setor público, um na carreira de técnico superior e outro na carreira médica.

No âmbito da posição considerou-se, ainda, a nacionalidade de cada sujeito face à relevância de potenciais questões específicas multiculturais. Esta característica tem como denominador comum o facto de todos os sujeitos terem nacionalidade portuguesa e serem descendentes de famílias com a mesma nacionalidade, tal como os cônjuges. Por sua vez, a posição social na perspetiva da pertença religiosa expressa-se nos casos de Ana, Heloísa, Maria, Marta e Sara, que verbalizam ser católicas não praticantes. As crenças religiosas não surgem associadas a nenhum dos cônjuges e, inclusive, Heloísa partilha que o seu parceiro é ateu questionando a fé de Heloísa numa entidade que não existe.

O primeiro objetivo consiste em compreender a relação entre as biografias individuais dos pais e mães e a decisão de duplo adiamento da parentalidade, partindo de uma análise sociológica que perceciona esse adiamento no quadro dos processos de individualização e da incerteza, na perspetiva dos seus cursos de vida individuais e em situação de conjugalidade. A relação entre as variáveis sociodemográficas e os objetivos que orientam a discussão emerge nos retratos de forma expressiva.

No adiamento da parentalidade o efeito de género é inerente às limitações biológicas da mulher que a partir de determinada idade pode perder a oportunidade de realizar as intenções de ser mãe. O avançar da idade surge, aliás, como o despertador para acordar

disposições para a maternidade que se encontram adormecidas nos diferentes retratos, no caso de André o despertador da mãe também tocou. O primeiro sinal tende a ocorrer por volta dos 30 anos, mas desliga-se sozinho e só volta a fazer-se ouvir quando as mães sentem aproximar-se a hora limite para a entrada na maternidade. Esta tomada de consciência surge a diferentes ritmos no curso de vidas de cada uma das entrevistadas e também na mulher de André, com base no seu discurso. Paradoxalmente, o limite de idade tem um efeito ativador da disposição adormecida, estimulando a decisão e o empenho em concretizar esse desejo. Quando o limite se aproxima demasiado do fim e não surge a oportunidade de se concretizar de forma natural, existe sempre uma última hipótese através da tentativa de recurso à PMA, como acontece com Marta e Sara.

Nas biografias individuais não se observa, pois, a tendência que tradicionalmente existia na sociedade portuguesa para a emergência precoce da disposição para a maternidade, sublinhe-se que esta manifestava-se nos projetos pessoais mais expressivamente do que a intenção de constituir uma relação de casal (Almeia et al. 2004). Heloísa verbaliza: “[E]u sempre fui uma jovem que o meu principal objetivo era ser uma mulher autossuficiente, capaz e independente e não era necessário que isso fosse ao lado de alguém”. Regista-se, pois, uma relação entre os processos de individualização estudados e o adiamento da parentalidade, o que vem ao encontro da intenção de este desejo ter cada vez menos adesão nos valores das mulheres e homens em Portugal INE (2019).

A idade de referência para a manifestação do desejo de ser mãe, mencionada nos retratos, e que na prática não se concretizou nessa altura, corresponde desde há muito à idade a partir da qual cada vez mais mulheres entram na maternidade. Como refere Cunha (2016) “equacionam-se novos requisitos para o exercício de uma parentalidade responsável, como a qualidade das relações interpessoais (com o cônjuge, com a criança) e as competências parentais (do próprio e do outro)” (Cunha, 2014, p.5). Nos retratos analisados, dois dos fatores associados à decisão de entrada na parentalidade são o adiamento da conjugalidade e a disposição, ou não, para o exercício de uma maternidade competente. Esta questão suscita o debate sobre a normatividade da parentalidade na sociedade contemporânea, como já assinalamos anteriormente, com impacto na construção segurança ontológica da mãe e do pai e nas expectativas sociais de uma parentalidade positiva.

A Recomendação do Conselho da Europa 2006 (19) define “«Parentalidade Positiva»” como um comportamento parental baseado no melhor interesse da criança, que assegura a satisfação das suas necessidades e a sua capacitação, sem violência, proporcionando-lhe o reconhecimento e a orientação necessários, o que implica o estabelecimento de limites ao seu comportamento, para possibilitar o seu pleno desenvolvimento”. Este ideal de parentalidade numa sociedade de risco e incerteza tende a contribuir para que os indivíduos, os jovens adultos concretamente, ponderem bastante a decisão de entrada na parentalidade, num contexto em que a análise das políticas não tem considerado a socialização e educação precoce para a igualdade género e para o valor do cuidado no masculino (Karin, Cunha, Atalaia *et al.*, 2016), na realidade nem masculino, nem feminino.

Acresce que, não obstante a Recomendação assumir, entre os seus princípios fundamentais, que as políticas e medidas do apoio à parentalidade devem considerar a importância de um nível de vida adequado para a prática da parentalidade positiva, os retratos continuam a expressar a distância entre o discurso político e a consistência das medidas tomadas. E as medidas perspectivadas ou existentes não só aparecem com um carácter difuso, como por vezes são desconhecidas. Note-se ainda, que a estratégia europeia centra-se no combate à pobreza das famílias, com especial enfoque na criança, deixando de lado um amplo setor da população que vive com baixos rendimentos face aos custos com áreas nucleares para a vivência saudável da parentalidade, como é o caso da habitação e a satisfação de necessidades das crianças com alimentação, saúde, entre outras. A publicação da recente Garantia Europeia para a Infância, já referida, visa “em especial quebrar os ciclos intergeracionais da pobreza e da desigualdade e reduzir o impacto socioeconómico da pandemia de COVID-19. Para o efeito, ao aplicarem a presente recomendação”.

Todavia, não se pode falar de um padrão homogéneo no que se refere à emergência da disposição tardia, pois os retratos revelam sim que as mães sentem que efetivamente sentiam a disposição para a maternidade, mas que ela é revelada através da experiência do/a primeiro/a filho/a. Carlota é umas das mães que expressa: “Que se calhar podia ter sido mãe há mais tempo”. No entanto, importa recordar estudos como o de Laland (2006) que refere que é no grupo das mulheres entre os 30 e os 39 anos que ocorre cada vez mais a experiência da maternidade pela primeira vez, o que, em geral, corresponde a um menor número de gravidezes no percurso reprodutivo. Nos retratos não obstante as mães terem

entrado na maternidade com 35 anos ou mais, o que inevitavelmente conduz ao duplo adiamento da parentalidade, no discurso revelam a intenção de terem dois filhos, o que se traduz no seguinte cenário: Heloísa tem três filhos/as; Ana, André, Andreia e Filomena têm dois filhos/as; Maria, Marta e Carlota têm um/a filho/a, pelos condicionalismos anteriormente referidos e Sara tem um/a filho/a mas tem intenção de ter um/a segundo/a filho/a. Ainda que no caso de André o nascimento do/a filho/a não tenha sido planeado, o casal tinha oportunamente equacionado ter um/a segundo/a filho/a. A transição para o segundo filho tende a encontrar-se ancorada na experiência da parentalidade que tende a constituir-se como uma revolução na identidade feminina e masculina.

Os diferentes processos de individuação da parentalidade encontram-se na descoberta de um novo sentido de vida, uma experiência reveladora de um outro Eu. Ana expressa: “[É] um estado de êxtase... é voltar a vida dos céus... é uma coisa divina, passa para lá do físico” e acrescenta: “Se eu pudesse ter logo outro bebé a seguir, tinha”. O/a segundo/a filho/a confere densidade à identidade individual. A intenção de um segundo também surge associada ao sentimento de “abandono” precoce dos filhos motivado pela entrada tardia na parentalidade. Por limitações de idade, as mães e o pai têm receio de não terem capacidade física e saúde para participarem ativamente no quotidiano dos/as filhos/as, o/a irmão/a tem uma função de substituição das figuras parentais, torna-se uma companhia de vida impedindo que o/a primeiro/a filho/a fique sozinho/a.

Nas biografias individuais a variável género é aquela que é revelada, com maior frequência, de forma não consciente. Além da questão objetiva da idade da mulher, tal como se observa na sociedade, o efeito de género também é significativo no campo dos valores. A questão da igualdade entre homens e mulheres, reflete-se tanto ao nível das crenças de género, como nas práticas e na visão sobre os efeitos e perspetivas no campo das políticas de promoção e suporte à parentalidade. A questão de género manifesta-se das formas mais variadas, testando a robustez de mudanças profundas nesta área, surge matizada de diferentes tons e está presente nas suas expressões mais subtis. Não se registando, inclusive, uma correlação entre o grau de qualificação escolar das mães com o enfraquecimento das diferenças género.

A relação entre os contextos de socialização primária e formação de crenças de género observa-se nos retratos de Ana, uma mulher “GPS” no contexto da dinâmica conjugal e parental, por modelagem do comportamento da sua própria mãe, a mulher-competência

que teria muito a ensinar sobre saber-gerir a vida familiar, a mesma que promoveu a disposição de independência da filha. Ana traduz, assim, o que Perista, Cardoso, Brázia *et. al.* (2016) identificam no seu estudo: “A assunção da sua própria responsabilidade pela “organização” do trabalho de cuidado surge no discurso de várias entrevistadas. A estas mulheres, ainda que possam contar com a “ajuda” do cônjuge, cabe a função de coordenar, de pensar, de gerir” (Perista, Cardoso, Brázia *et. al.*, 216. P. 114) . Ao pai é atribuído, sobretudo, o cuidados às crianças nas atividades mais lúdicas, mais criativas, encontrando-se latente um sentimento materno de maior competência no desempenho do papel parental, o que também se constitui como uma barreira à mudança de papeis de género no campo dos cuidados aos/às filho/às.

Na realidade são disposições complementares, mas também produzem efeitos contraditórios na medida em que a competência reforça o desempenho do papel de género na família, não obstante Ana revelar uma atitude independente ao longo do seu curso de vida. A autorrepresentação como uma mulher emancipada e que tem tradução nas suas disposições, não impede que caí na anteriormente referida “armadilha de género” reproduzida entre gerações.

No retrato de Marta, tratando-se de pais com uma posição social e de uma geração próximas dos pais de Ana, através das suas práticas na vida doméstica transmitiram-lhe um modelo de igualdade de género entre o casal. Este modelo é invocado por si ao assumir uma atitude crítica perante os comportamentos do cônjuge. A crença de Marta na igualdade de género é uma ferramenta útil para se manter vigilante em relação à forte crença do cônjuge na desigualdade de papéis, mas não obsta que assuma a centralidade dos cuidados à sua filha e das tarefas domésticas, enquanto estratégia adaptativa para prevenir situações de conflito no casal.

A formação da disposição para cuidar encontra raízes profundas na disposição de responsabilidade, interiorizada a partir do modelo educativo paterno. A relação aqui estabelecida não ignora que Portugal é um dos países em que há um sentimento de dever associado à família (ESV 2017). No entanto, este valor não se revela um fator preponderante na decisão de se tornar a cuidadora dos pais. Estas suas disposições têm um efeito potenciador e estão relacionadas com o adiamento da parentalidade decorrente de ter assumido, a tempo integral, o papel de cuidadora dos seus pais. Por via do

isolamento social em que passou a vir, este ponto de viragem na sua vida conduziu ao adiamento da entrada na parentalidade.

No que se refere ao efeito da incerteza no adiamento da parentalidade, observa-se que as disposições para lidar com esta situação podem ser mais relevantes do que o problema em si mesmo. Na fase em que se realizaram as entrevistas, as situações de incerteza económica com que se deparam cinco das mães e o pai, não comprometem o exercício de uma parentalidade saudável, encontrando estas estratégias de mitigação desse problema. Como ilustra Carlota, através da sua disposição para a austeridade e da coesão do casal, consegue fazer uma gestão regrada dos seus curtos salários para garantir que a filha tem o que necessita: “Somos nós que conseguimos fazer uma gestãozinha e conseguimos proporcionar essas coisitas à [NOME DA FILHA]”. Estas situações estão relacionadas com o desemprego e baixos salários, por via da posição social do cônjuge em quatro das situações, no caso de Sara pelo facto de ser família monoparental e para Carlota a situação está associada a ambos terem baixos rendimentos na carreira técnica da administração pública.

Contudo, tal não impossibilita que Sara perspetive ter o/a segundo/a filho/a, a única mãe que revela intenção de concretizar esse desejo. Ainda que se reflita no adiamento da decisão, uma vez, que considera recorrer à PMA no sistema privado de saúde que se apresenta demasiado dispendioso. Note-se que esta entrevista se realizou em 2000, numa época em que as medidas de apoio nesta área já conheceram alguns progressos, mas em que continuam a ser de difícil acesso. Devido à idade avançada Marta exclui essa possibilidade, embora partilhe o mesmo desejo. Maria não pondera tal hipótese devido à condição de incerteza em que passou a viver, depois de lhe ser diagnosticada uma doença degenerativa.

Relativamente a outra dimensão estrutural, como é a religião, no discurso de cada uma das mães e do pai, esta variável não se manifesta associada à entrada tardia na parentalidade, nem se reflete diretamente nas suas práticas educativas. Esta questão verifica-se, inclusive, nas entrevistas em que teve um peso elevado na educação que receberam no contexto de socialização primário, como é o caso de Ana e de Maria. Nas situações de PMA, tanto Susana como Marta referem ter valores católicos, mas estes não são equacionados na sua opção. Contudo, as vivências precoces nos contextos de socialização familiar e no contexto formal da Igreja Católica reforçam a perspetiva da

parentalidade responsável e produzem efeito tanto na segurança subjetiva associada à decisão e entrada na parentalidade, como na visão das políticas.

O segundo objetivo visa conhecer a visão dos pais e mães sobre uma política de promoção e suporte à parentalidade, nas diferentes etapas do curso de vida, da juventude à idade adulta. A importância na formação de disposições é relevante na orientação de cada curso de vida e na forma como estão presentes tanto na decisão, como na forma como gerem a entrada tardia na parentalidade. Cada entrevista apresenta determinadas singularidades, não se registando tendências na forma como gerem as bifurcações e lidam com a insegurança e a incerteza. Todavia, é possível identificar disposições-chave para a promoção de uma política emancipatória de entrada na parentalidade. À semelhança de outros retratos Carlota verbaliza: “Não é fácil pagar um, dois colégios de duas crianças e os ordenados em Portugal não estão... e quem trabalha para o Estado não tem sido aumentado, se calhar, pronto, quem trabalha no privado as situações são diferentes”. E sintetiza o que poderia fazer a diferença na decisão de ter dois/duas filhos/as: “Mais apoios do Estado (riso)”.

Assim, os retratos convidam a refletir sobre os fatores que podem contribuir para contrariar o adiamento da parentalidade, na perspetiva das políticas públicas. Na análise diacrónica do curso de vida das mães e do pai observam-se dinâmicas associadas a fatores subjetivos que decorrem tanto dos contextos de socialização como do património disposicional. Nesta análise: “Faz sentido estabelecer umnexo claro entre as noções e perspetivas de *empowerment*, as tendências de individualização e as lógicas de ação dos dispositivos de política social no contexto do Estado Social ativo. (Branco F. & Amaro, I., 2011, p. 672). A promoção de uma política de promoção da parentalidade surge, assim, associada à educação para o desenvolvimento de competências pessoais e sociais durante a infância e juventude. A parentalidade, tal como outras políticas, nomeadamente a igualdade de género, apelam à interiorização de valores e à formação de disposições numa fase precoce da vida.

O terceiro objetivo está focado em contribuir para uma política pública “enraizada”, global e integrada de apoio à parentalidade. Na pesquisa, a diversidade de experiências biográficas implica que a eficácia das medidas de política envolva a participação ativa do sujeito no processo de concetualização, garantido que assume uma perspetiva de “*grounded policies*”, num tempo de individualização e incerteza. De igual modo remete para a importância de se desenhar uma política integrada de promoção e suporte à

parentalidade, que seja percebida de forma clara pelos sujeitos, e transversal a diversas áreas das políticas públicas. Na realidade atual, se por um lado, temos uma diversidade dos estilos de vida das famílias com filhos, por outro lado, existe uma proliferação de medidas de política de família, mas sem que exista uma imagem global e integrada de duas dimensões da mesma realidade. Assim, estamos numa “política-carrocel” em que nem todos têm possibilidade de andar ou quando entram facilmente se sentem confusos, atordoados.

Na análise dos retratos, o tempo surge como uma dimensão-chave na conciliação dos mundos de vida que coabitam na vida de cada um dos sujeitos, tal como constado anteriormente. A dimensão do tempo para conciliar a parentalidade com outras dimensões da vida surge ao longo do curso de vida dos sujeitos, refletindo-se tanto nas intenções de entrada na parentalidade como na vivência do papel de mãe ou pai.

Os principais problemas e questões relacionadas com a fase denominada *rush hour of life* – isto é, a principal fase de investimento e de desenvolvimento parental, familiar e profissional – inclui a gestão das tensões entre as exigências da família e as do trabalho, do investimento na aprendizagem ao longo da vida, dos cuidados com os descendentes, mas também com outros dependentes, como pais idosos (ascendentes) (Torres, et. al 2018, p.23)

O desenvolvimento de uma política de promoção e suporte à parentalidade que contribua para inverter a trajetória da baixa taxa de fecundidade implica refletir na possibilidade de concetualizar esta política como “Política do Tempo”, eixo estruturante para pensar as outras áreas de política, em especial, a política de emprego. A questão da igualdade de género presente nas políticas de conciliação com esta visão não perde a centralidade que tem ocupado, a questão não pode ser colocada no jogo entre políticas. No entanto, na sociedade contemporânea, num tempo de individualização que mobiliza diferentes capacidades para responder aos riscos e incerteza, a dimensão tempo é um dos valores mais cotados na bolsa da vida quando se pensa na parentalidade. Trata-se de um recurso essencial para diminuir a tensão do sujeito ao equacionar a hipótese de transição para uma parentalidade responsável, a par das responsabilidades que inevitavelmente preenchem o curso de vida.

Relativamente à antecipação da idade de entrada na parentalidade refira-se a questão de novo suscitada pela atual Presidente da Comissão Europeia no discurso sobre o estado da

União, proferido a 15 de setembro de 2021⁸⁹, na mesma linha da interrogação de Jacques Delors: *Como poderemos construir a Europa se os jovens não a virem como um projeto coletivo e uma representação do seu próprio futuro?* Esta resposta está em aberto no século XXI no que se refere a uma política de promoção e apoio à parentalidade.

⁸⁹ https://ec.europa.eu/commission/presscorner/detail/ov/SPEECH_21_4701

CONCLUSÃO

Este estudo desenvolve-se a partir da visão sobre a relevância de captar as singularidades individuais do social (Lahire, 2019 [2013], de projetar as dimensões objetivas da vida concreta de mães e pais que experienciaram a transição tardia para a parentalidade. Neste sentido, é possível captar o significado profundo destas vivências e apreender os fatores de insegurança e incerteza que ao longo dos seus cursos de vida contribuíram para adiar este acontecimento: “É deambulando pelo quotidiano que o descobrimos como uma alavanca do conhecimento. O sentido do social pode ser revelado observando-se pequenos detalhes da vida quotidiana, desde que sociologicamente problematizados” (Pais, 2014, p. 49). Os discursos transmitem o sentido da ideia de Beck (2017) sobre a metamorfose do mundo no campo da vida, numa das suas dimensões mais íntimas, a dimensão do Eu que se desdobra na vida de Outro através do processo da maternidade e da paternidade. A pesquisa coloca desafios à reflexividade de quem tem intenção de ser pai ou mãe e abre mais uma janela para os horizontes da parentalidade, na sociedade contemporânea, num campo que não conhece fronteiras.

O adiamento da parentalidade, como é retratado a partir das biografias estudadas e como surge nos discursos, revela o significado que representa na vida das/o entrevistadas/o. Ao transmitirem que, eventualmente, teriam sido mães/pai mais cedo se tivessem consciência que é um risco que “vale a pena” correr e descoberto o valor real que a parentalidade tem para si próprias/o, surge-nos ao pensamento a metáfora de (Beck (2017): “Todos sabemos que a lagarta se metamorfoseará numa borboleta. Mas a lagarta saberá disso?” Esta pergunta interpela a sociedade, em geral, e as políticas públicas, em particular, a refletir sobre o valor atribuído à parentalidade. Até que ponto está efetivamente inscrita na sua agenda, a resposta ao problema demográfico com o qual Portugal e a Europa se confrontam e que já foi amplamente ilustrado nesta tese? Qual é o valor atribuído à parentalidade? Qual é o verdadeiro alcance das políticas de promoção da parentalidade? Independentemente da natureza das respostas para contrariar esse problema, há outra dimensão que importa refletir: vive-se num mundo em que emergem novas e impercetíveis construções da identidade do ser humano. Os retratos não são recortes imprecisos da sociedade, mas expressão da revolução que está a acontecer à nossa volta. Trata-se de uma mudança de paradigma cultural sobre a humanidade. Isto não implica

uma visão pessimista da evolução da civilização, mas sim tomar consciência que esta mudança existe e tende a aprofundar-se. No fundo, há que compreender que a metamorfose do mundo tem diferentes direções que não são fáceis de apreender na sua complexidade e nos efeitos que podem produzir. Perante a grandiosidade de fenómenos da sociedade de risco mundial (Beck, 2015 [2007]) como sejam, o terrorismo, os fluxos migratórios, as alterações climáticas e, mais recentemente, o gravíssimo problema da pandemia Covid-19, que se expandiu de forma absolutamente inusitada, importa observar fenómenos de expressão individual com grande potencial de transformação da ordem social e dos quais não se conhece a extensão dos efeitos.

Uma outra face desta questão prende-se com a associação entre o desenvolvimento das novas tecnologias da saúde e os referenciais éticos em que se move. A sociedade contemporânea está ligada através de redes digitais a nível global, um mundo simultaneamente de oportunidades e de riscos diversos, o que apela à reflexividade sobre questões de natureza axiológica. Com isto não está em causa a promulgação de uma tese sobre o ideal de parentalidade, mas sim destacar a importância do debate sobre novas reconfigurações da identidade individual que emergem num mundo novo, em que estão a despoletar as mais variadas formas de filiação biológica. A propósito do papel da investigação nesta área, refira-se a posição de Guerra: “É fundamental que o cientista distinga os níveis de opção que estão presentes na produção e na utilização do conhecimento, sabendo que o objeto da prática científica não é enunciar leis morais nem trabalhar em prol delas” (Guerra, 2002, p. 48).

Concluída a pesquisa, é tempo de fazer uma reflexão de natureza mais introspetiva sobre a trajetória de investigação, as bifurcações encontradas e os principais limites do estudo. A fase inicial incidiu sobre a revisão da literatura na área da família e das políticas de família, áreas em que existe um vasto campo de produção científica internacional, mas também nacional. O desenvolvimento da investigação têm conhecido avanços significativos decorrentes, nomeadamente, do interesse que lhe tem sido atribuída por investigadores/as portugueses/as de referência, reconhecidos/as a nível internacional. Neste contexto, a primeira bifurcação decorreu da dificuldade de escolha do objeto do estudo, uma vez definida a opção pela área da parentalidade e a disponibilidade de tempo que tal exigiu.

Essa questão tornou-se tanto mais sensível quanto a inspiração inicial era realizar uma investigação que seguisse outros caminhos teóricos, baseada na prática profissional da investigadora. Por um lado, o estudo do fenómeno dos maus tratos infantis no contexto de diferentes tipos de família, na sociedade contemporânea. Por outro, o foco nas políticas de promoção de uma parentalidade responsável no âmbito da conciliação da vida familiar-profissional-pessoal. Todavia, a revisão da literatura veio abrir um novo horizonte no campo da parentalidade. Perante a gravidade do problema demográfico que assola Portugal e a Europa, com conhecidas repercussões socioeconómicas no futuro, considerou-se a hipótese de estudar a temática do adiamento da entrada na parentalidade e os efeitos das políticas públicas nesta matéria. Refira-se que no processo de tomada de decisão sobre o objeto e objetivos do estudo, foi fundamental o contributo da plataforma europeia de investigação sobre as famílias e as políticas de família, no quadro dos países da UE, *Familyplatform*, referida nesta tese.

No acesso ao campo de investigação também se registaram algumas bifurcações, como se encontra explicitado na introdução. Todavia, importa precisar limitações concretas neste estudo, referentes, respetivamente, ao número de entrevistas realizadas, à análise dos dados e a questões éticas. Ao tratar-se de um estudo qualitativo (Guerra, 2006), a questão da representatividade não se coloca no sentido estatístico do termo, ainda assim, na linha do que sustenta Ruquoy (2011 [1995]), há que identificar certos aspetos. O critério de seleção da amostra é definido em função da adequação aos objetivos da pesquisa, o que neste estudo é cumprido. Ainda que a grandeza da amostra não seja a questão central, mas sim a heterogeneidade da população de referência, considera-se que este estudo poderia beneficiar de um maior número de sujeitos entrevistados. Registe-se que as entrevistas realizadas permitiram atingir o nível de saturação da informação, mas face ao objetivo do estudo este nível poderia, eventualmente, ser mais elevado.

A opção pela orientação metodológica de Lahire contém, em si mesma, um grande potencial de aprofundamento da análise e interpretação dos dados, o que permite uma ampla recolha de informação biográfica em cada entrevista. Contudo, por este motivo, é desejável que a entrevista se desdobre em mais do que um momento, o que não se afigurou viável, devido às limitações de tempo dos próprios entrevistados. A este propósito, importa mencionar que o autor reconhece que uma sociologia à escala individual implica longas horas de entrevista para apreender a complexidade das biografias individuais, mas que esta exigência não é fácil de satisfazer (Amândio, 2014). Aliás, Lahire (2012), ao

refletir sobre o processo de investigação nas ciências sociais, adianta que, face às condições burocráticas de realização das teses de doutoramento, há riscos associados à escolha de sujeitos, populações ou terrenos “delicados”, considerados, por si, como aqueles que envolvem questões mais sensíveis ou polémicas, bem como ao tempo necessário para realizar as entrevistas e estabelecer uma relação de confiança com os/as entrevistados/as.

Uma outra bifurcação prende-se com o âmbito das entrevistas que se apresenta enquanto tal, tanto *a priori* da entrevista como durante a sua realização e *a posteriori*. A primeira limitação foi quanto ao próprio rumo da pesquisa, perante as dificuldades que surgiram no acesso ao campo, expostas na introdução. A seguinte está relacionada com as expectativas do/a entrevistado/a sobre a especificidade da informação pretendida por parte da investigadora e sobre o papel que assumiria, considerando-se esta questão especialmente relevante nos estudos qualitativos (Flick, 2005). A apresentação dos termos de confidencialidade ao/a entrevistado/a e a descrição dos procedimentos éticos que presidiram à realização da entrevista, tanto por parte do orientador da tese de doutoramento, como da ARSA, contribuíram para a credibilização da investigação. Registe-se que o papel assumido pela investigadora também facilitou a colaboração ativa dos/as entrevistados/as, sublinhando-se a importância da sua experiência prática para passar o teste da realidade: “O investigador deverá dar provas de engenho para estabelecer uma comunicação franca, sob pena de obter apenas informações de fraca qualidade” (Ruquoy, 2011 [1995], p.105). Por sua vez, face ao âmbito das entrevistas e à metodologia de elaboração dos retratos, as competências da investigadora também foram desafiadas, nomeadamente para garantir a objetividade (Lessard-Hébert e Goyette et. al. 2010 [1990]) da análise e interpretação dos dados, numa abordagem que convoca uma dimensão psicológica. Nesta fase da pesquisa, revelou-se particularmente útil a formação especializada em psicoterapias breves e terapia familiar.

Ainda no campo das limitações, refira-se a dificuldade de conciliação do tempo da investigação, o prazo definido pela academia para a realização da tese, com a disponibilidade de tempo por parte da investigadora. Este fator levou à necessidade de prorrogação do trabalho da pesquisa para além do que seria exetável. Considera-se pertinente assumir esta limitação, desde logo, pela forma como pode condicionar a realização de investigações por parte dos/as profissionais ligados/as à prática. A pesquisa é uma área que exige particular disponibilidade de tempo, dificultando a conciliação com

o exercício profissional, a vida familiar e pessoal. Esta exigência pode aumentar significativamente se o/a investigador/a ocupar cargos de direção e, principalmente, se for mãe ou pai. A referência à dimensão da vida pessoal é omissa, em consciência, porque quando se decide investir num processo de investigação há necessariamente outras áreas da vida que ficam comprometidas. Relativamente à investigadora, durante o período de realização da tese a sua trajetória de cidadania ativa foi colocada num segundo plano.

Após a autoavaliação sobre a trajetória da investigação, há que enunciar pistas para futuras investigações sobre o adiamento da parentalidade e as políticas de promoção e apoio neste campo. Observámos, com este estudo, que o adiamento da parentalidade não está associado necessariamente a uma decisão planeada por parte do indivíduo ou das famílias. Os resultados apresentados sugerem que a transição tardia para esta fase dos seus cursos de vida tende a ser moldada por mudanças imprevisíveis na direção prevista. Veja-se o caso de Heloísa, uma mãe com disposição para o planeamento e que, inclusive, perspetivou ser mãe na sequência de uma situação de estabilidade profissional efetiva e que, reunidas as condições, decide conjuntamente com o marido transitar para a parentalidade. Contudo, o casal deparou-se com um problema de infertilidade e a intenção só se concretizou quando a mãe tinha 35 anos.

Na atual sociedade de risco, não é possível controlar e mesmo prever determinados fatores no campo da incerteza a nível macrosistémico, como sejam as crises económico-financeiras, os problemas do desemprego, calamidades ecológicas ou de saúde pública, como as pandemias. No entanto, a dificuldade de controlo parece ser cada vez maior noutras dimensões da vida individual, nomeadamente, quando surgem problemas graves de saúde com especial impacto na oportunidade de transição para a parentalidade e de vivência desta experiência. Questiona-se, assim, a forma com o sujeito está a negociar consigo próprio os fatores de segurança ontológica (Giddens, 2002) e como estes podem, ou não, ter um papel preponderante na decisão de contrariar o adiamento da parentalidade. Os retratos de Ana e Maria são expressão deste tipo de vivências, tal como, as experiências associadas a problemas de infertilidade. Os resultados da pesquisa remetem, pois, para a necessidade de aprofundar esta questão.

As dinâmicas da conjugalidade associadas ao género constituem outro dos aspetos estudados e confirmam a necessidade de continuar a aprofundar os estudos sobre esta

problemática, nomeadamente, as mudanças observadas na construção da individualidade dos jovens e dos jovens adultos, e os seus modelos de socialização primária. André revela o lugar que os filhos ocupam nas novas masculinidades, assumindo na sua vida valor idêntico ao que representa para o universo feminino. É um pai que partilha as tarefas de cuidar dos filhos e participa no trabalho doméstico, todavia assume o papel tradicional do homem como principal provedor do sustento da família. As baixas qualificações de André não o impedem de assumir um papel mais ativo na tarefa de cuidar do que aquele que será assumido, por exemplo, pelo pai no caso de Heloísa, tratando-se do homem com mais qualificações académicas. Assim, estamos perante uma realidade amplamente matizada em que a questão de género continua a ter um papel importante nas mais diversas dinâmicas familiares.

Nos outros retratos estudados, cada uma das entrevistadas, tal como o pai, apresentam situações singulares para o adiamento da parentalidade. A diversidade de fatores estudados colocam na agenda da investigação a complexidade de que esta matéria se reveste, para além daquilo que é a perceção geral traduzida na convicção de que existe uma relação direta entre este fenómeno e as condições socioeconómicas. Neste sentido, importa aprofundar e ampliar a natureza dos estudos sobre a relação entre fatores de natureza subjetiva e o adiamento da parentalidade. Por seu lado, o recurso à PMA, por parte de Sara e de Marta, remete para a necessidade de estudar a dimensão ética entre aquilo que é do foro público e do foro o privado, numa área estruturante do desenvolvimento da civilização e que é objeto das mais diversas perspetivas. Assim, torna-se importante estudar o potencial das novas tecnologias da saúde na promoção da parentalidade, numa sociedade fortemente direcionada para a priorização do investimento na educação e na carreira, contribuindo ativamente para que a decisão de entrada na parentalidade se coloque cada vez mais tarde na vida das pessoas ou que esta intenção nem sequer exista. Contudo, o retrato de Andreia mostra a volatilidade das competências profissionais na sociedade de risco e incerteza.

Esta pesquisa ilustra o potencial de inovação das políticas públicas na transformação da resposta ao problema da baixa natalidade em Portugal e na Europa, e de aprofundamento da investigação sobre a política de promoção da parentalidade. A questão da importância das funções e da margem de manobra do Estado reveste-se de uma centralidade própria. Na realidade, nas sociedades democráticas continua a ser o garante do bem-estar geral.

Neste campo a sua influência direta parece ser expressiva quer enquanto promotor de medidas políticas, quer enquanto regulador de direitos sociais e humanos. Na tese da sociedade de risco global (Beck, 2015 [2009]), a reflexividade do Estado sobre a sua responsabilidade e papel na promoção e suporte à parentalidade, nas suas mais diversas formas, é claramente uma matéria que representa um desafio para a investigação em ciências sociais: “A abordagem adotada, das “novas regras do social”, inscreve, no plano analítico, a reconfiguração do Estado Social e das políticas sociais nas grandes transformações das sociedades contemporâneas e designadamente no quadro do processo de individuação” (Branco, 2008, p. 81).

Os retratos estudados espelham novas orientações da família contemporânea, em que coabitam e se *negoceiam novas e velhas formas de identidade* individual e familiar, valendo-nos da expressão de Wall, Aboim e Cunha (2010) no seu estudo sobre a vida familiar no masculino. Na terceira década do século XXI, às novas formas de família estudadas por Relvas e Alarcão (2002) que se debruçam sobre a evolução dos papéis materno e paterno, as famílias monoparentais, as famílias reconstituídas, as famílias adotivas e às famílias homossexuais estudadas por (Gross e Peyceré (2005), somam-se formas de família de contornos ainda inexpressivos. Assim, abre-se um campo de pesquisa para compreender se estamos perante modelos mais ou menos sólidos ou consistentes. Esta pesquisa permite refletir sobre a forma como os/as filhos/as estão a negociar consigo próprios/as, no contexto familiar e social, as novas entidades que lhes são atribuídas, quer seja por via da PMA, quer seja de uma metamorfose da parentalidade que ainda não se conhece em toda a expressão, nem efeitos. A sociologia da infância encontra aqui um amplo campo de investigação, tal como outras áreas científicas.

Todavia, o pensamento político da atualidade e o curso de vida das políticas de família não vai na direção de se aproximar do desenvolvimento de uma nova geração de políticas de família. O potencial demonstrado neste estudo corre o risco de não ser explorado face à tendência da política da União Europeia nesta área, e por inerência em Portugal. Da análise de programas desenhados com base no Pilar Europeus dos Direitos Sociais, em 2017, não se distingue uma abordagem global e integrada das políticas de família, não obstante o esforço real para promover medidas de apoio às famílias e que têm conhecido evoluções significativas, de que é expressão a evolução da licença parental.

Ao nível da União Europeia, nas intenções políticas e nas medidas desenvolvidas tende a prevalecer uma visão de Estado Social que centra em si a responsabilidade coletiva da

gestão de riscos na proteção da infância, em estreita colaboração com outros atores institucionais da sociedade civil. As políticas públicas para a infância tendem a afastar-se de uma linha de responsabilização individual da criança e das suas famílias. Convoca para o debate político o combate às desigualdades sociais, à pobreza e à exclusão social das crianças e jovens, através da promoção da igualdade de oportunidades em diferentes domínios, com medidas de apoio direto à criança e ao jovem, sobretudo no acesso à alimentação e outros bens, na área da saúde da saúde, educação, e na prevenção e promoção da violência.

As famílias integram a agenda política por via do foco colocado na criança, através de uma perspetiva de apoio indireto a esta. Em alinhamento com a orientação das políticas para a infância, as medidas são equacionadas em torno do eixo do combate à pobreza e à exclusão social, com especial atenção à situação das famílias monoparentais. Com vista a promover o bem-estar social da criança, a orientação das políticas é no sentido de eliminar barreiras estruturais que se encontram numa esfera mais ampla, no macrossistema ao nível cultural, com o combate ao preconceito de género, às diferentes formas de discriminação e à promoção da igualdade; político, através das políticas públicas com enfoque na criança e no jovem, sobretudo, por via do combate à pobreza e à exclusão social; da educação, pelo mecanismo anterior, mas também pelo investimento na formação para as novas áreas de empregabilidade, como as novas tecnologias; da proteção social, com a criação de um rendimento adequado, a diversificação das prestações sociais e outros apoios; económico, nomeadamente, com o impulso ao mercado social de emprego, e financeiro. No mesossistema, ao nível das instituições empregadoras, com medidas de apoio à conciliação vida profissional-familiar e na rede de serviços de cuidados às crianças, na escola e nos serviços de saúde. Por sua vez, ao microssistema, tanto por via da igualdade de género e da partilha de cuidados, como da prevenção da violência.

Todavia, a narrativa política é construída na perspetiva das crianças e jovens em situação de maior vulnerabilidade. Estas políticas não deixam, pois, de assumir um carácter parcial. Por sua vez, apresentam-se de forma difusa, com medidas e iniciativas legislativas em diferentes setores da política pública, o que dificulta captar a coerência que existe entre si. Registe-se, a título ilustrativo, algumas destas medidas, aliás, já enunciadas nesta análise: o rendimento mínimo adequado; prestações sociais, como o RSI e os abonos; medidas de conciliação vida familiar-profissional, nomeadamente através da licença

parental e da rede de equipamento sociais para a primeira infância; a saúde-materno-infantil; a promoção da saúde mental; a questão da igualdade de género; o sistema de proteção às crianças e jovens em risco; o combate à pobreza infantil, o programa de intervenção precoce para crianças, e tantas outras tantas medidas dispersas pelas políticas setoriais.

A orientação das políticas públicas europeias ao centrar-se sobretudo na infância sujeito de direitos, não contribui para um entendimento da criança no contexto de uma visão para as políticas de família e de apoio à parentalidade. O mesmo acontece com os jovens. De igual modo a prioridade com a questão demográfica e, como temos referido, com o aumento da fertilidade não é visível. Neste estudo é visível o distanciamento político no investimento de uma mudança de paradigma nas políticas de família, que lhe confira identidade política, com um corpo consistente e coeso. Não transparece uma visão objetiva, clara e transparente sobre as políticas neste domínio, com enfoque nas políticas de promoção e suporte à parentalidade. Assim, questiona-se o lugar que o investimento na promoção da fertilidade ocupa na agenda política europeia e nacional, bem como o impacto na resiliência das famílias, decorrente das medidas perspectivadas ou em curso. Assim, perante o enfraquecimento do discurso da União sobre estas questões fica em aberto, a interconexão entre este e o discurso de Portugal ao reconhecer a gravidade do problema demográfico e a necessidade de investir nas políticas de família. Está em causa a expectativa dos jovens adultos e das famílias com filhos/as sobre um futuro em que o horizonte se afigura pouco nítido. Uma pista para futuros estudos é a pesquisa sobre a perspetiva política, com interligação entre o nível nacional e a União, de concretização de uma política de apoio e promoção à parentalidade na perspetiva do desenvolvimento sustentável do espaço europeu e da sua competitividade no contexto da globalização.

Por fim, mas não necessariamente em último lugar, compreende-se a importância, para o serviço social, pela sua dimensão ético-política, de assumir um pensamento reflexivo sobre as famílias e a parentalidade contemporânea, de desenvolver a prática política, assim como, a advocacia social. Enquanto profissão posicionada nas redes de mediação entre as famílias e a execução das políticas sociais, ocupa um espaço privilegiado para perceber as dinâmicas que estão a emergir para além daquilo que é visível no imediato. Distante da mediatização dos grandes problemas sociais, encontra-se o indivíduo na sua expressão mais singular, tangível a uma profissão com as competências do serviço social. O compromisso político dos/as assistentes sociais com a transformação das políticas de

família e apoio à parentalidade poderá constituir uma linha de trabalho em futuras investigações.

BIBLIOGRAFIA

Aboim, S. (2006). *Conjugalidades em mudança*, Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais.

Albuquerque, C. (2013) Acompanhamento social, capacitação e responsabilização. A “subjetivação” da intervenção social?. In. A. Santos (Eds.), *Serviço social mutações e desafios* (pp. 65-85). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Albuquerque, C. (2013) Conclusão, pensar o serviço social hoje: entre mutações, constrangimentos e oportunidades. In. A. Santos (Eds.), *Serviço social mutações e desafios* (pp. 169-178). Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Amândio, S. 2012. “Entrevista com Bernard Lahire - Do Homem Plural Ao Mundo Plural”. *Análise Social* 47 (1)pp.195–210.

Almeida, A. N., D. André, I., e Lalanda, P. (2002). Novos padrões e outros cenários para a fecundidade em Portugal. *Análise Social*, 37 (163), 371-409. doi:10.2307/41011681

Almeia et al. (2004). *Fecundidade e Contraceções*, Lisboa: ICS.

Almeida, A. (2009). *Para uma sociologia da infância: Jogos de olhares, pistas para a Investigação*, Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais.

Amaro. M. (2012). *Urgência e emergência do serviço social*, Lisboa: Universidade Católica Portuguesa.

AN ACT to Provide for the establishment of a National Parenting Support Commission and for connected matters, (1992). Retirado de:

http://www.japarlament.gov.jm/attachments/339_The%20National%20Parenting%20Support%20Commission%20Act,%202012.pdf

APSS. (2018). *Código Deontológico dos Assistentes Sociais em Portugal*. retirado de: CD_AS_APSS_Final_APSS_AssembGeral25-10-2018_aprovado_RevFinal.doc-1-converted-1-Cópia.pdf

Ajzen, I. e Kobas, J. (2013) Fertility intentions: an approach based on the theory of planned behavior. *Demographic Research* Vol. 9. pp. 203-232. Retirado de: <https://www.demographic-research.org/volumes/vol29/8/29-8.pdf>

Bóia, P. e Lopes, J. (2012). Do «flashar» dos 27 à techno-clubber de 40. Retrato sociológico de Maria. In J. Lopes (Org.), *Registos do actor plural Bernard Lahire na sociologia portuguesa* (pp.57-90). Porto: Edições Afrontamento.

- Badinter, E. (2010). *O conflito - a mulher e a mãe*, Lisboa: Relógio D'Água Editores.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade Líquida*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor Lda.
- Beck, U. (2002). *La sociedad del riesgo*, Barcelona: Paidós Ibérica, S.A.
- Beck, U. (2015 [2007]). *Sociedade de risco mundial*: Lisboa, Edições 70.
- Beck, U. (2017). *A metamorfose do mundo*, Lisboa: Edições 70.
- Beck U. e Beck-Gernsheim, E. (2002). *Individualization. Institutionalized Individualism and its Social and Political Consequences*, London: SAGE Publications Ltd.
- Belsky, J e Kelly, J. (1994) *The transition to parenthood. How a first child changes a marriage*, New York: Delacorte Press.
- Bennet, P. e Murphy, S. (1999). *Psicologia e promoção da saúde*, Lisboa: CLIMEPSI Editores.
- Blum, S. Correia, S Nygard, M. et al. (2020) "Social Investment in an Age of Austerity: A Comparison of Family Policy Reforms in Four European Countries" *Social Politics*: 27:3, pp. 249-267. <https://doi.org/10.3935/rsp.v27i3.1563>
- Bold, T. (2012). Migration biography and ethnic identity: on the discontinuity on biographical experience and how turning points effect the ethnicisation of identity. In K. Hackstaff (Eds.), *Biography and turning points in Europe and America* (pp. 93-124). Bristol: The Policy Press.
- Bourdieu, P. (1999). *A dominação masculina*, Oeiras: Celta Editora.
- Branco, F. (2001). «O rendimento mínimo garantido como direito de cidadania em Portugal: virtualidade e limites» *Intervenção Social* (23/24), pp. 303-337.
- Branco, F. (2008). Ação Social, Individuação e Cidadania. A construção do acompanhamento social no contexto do Estado Social activo *Cidades - Comunidades e Territórios*, (17), 81-91.
- Branco, F. (2009). «The sun and the clouds»: Meaning, potential and limits of the primary solidarity in Portugal in the context of Southern European welfare systems. *The future of the welfare state: paths of social policy innovation between constraints and opportunities* Urbino, (1-21).Retirado de: <http://www.espanet-italia.net/conference2009/paper/4B%20-%20Francisco%20Branco.pdf>

Branco, F. e Amaro, I. (2011). As práticas do “Serviço Social ativo” no âmbito das novas tendências da política social: uma perspetiva portuguesa *Serviço Social e Sociedade*, 108, 655-679. doi: 10.1590/S0101-66282011000400005

Branco, F. (2015). The circle of social reform: the relationship social work - social policy in Addams and Richmond. *European Journal of Social Work* 19 (3-4), 1-15. doi: 10.1080/13691457.2015.1084272

Branco, F. (2017). O serviço social como elemento substantivo de efetivação da política social. In M. Neves (Eds.), *Ética aplicada: proteção social* (pp. 49-70). Lisboa: Edições 70.

Bronfenbrenner, U. (2002). *A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados*, Porto Alegre: Artes Médicas.

Bronfenbrenner U. (2002) Preparing a world for the infant in twenty-first century: the research challenge. In Gomes-Pedro, J. (Eds.), *The infant and family in the twenty-first century* (pp. 45-55), New York/Hove: Brunner-Routledge.

Campenhoudt, L. (2003 [2001]). *Introdução à análise dos fenómenos sociais*, Lisboa: Gradiva.

Carapinheiro, G. (2005). *Saberes e poderes no hospital*, Porto: Edições Afrontamento.

Carrilho, M. (2015). Crianças e adolescentes em Portugal. *Revista de Estudos Demográficos*, 55, 53-101. Retirado de:
file:///C:/Users/PAULAN~1/AppData/Local/Temp/RED55_art4-2.pdf

Carvalho, M. e Pinto, C. (2015). “Desafios do Serviço Social na atualidade em Portugal”, *Serviço Social e Sociedade*, São Paulo, 121, 66-94.

ChildONEurope (2013). *Public policies supporting positive parenthood: new policy perspectives. The proceedings of the ChildONEurope Seminar on positive parenthood*, Florence. Retirado de: <http://www.childoneurope.org/issues/publications/COEseries8-Positiveparenthood.pdf>

ChildONEurope (2014). Public policies supporting positive parenthood: new policy perspectives. ChildONEurope Series 8. Retirado de:
<http://www.childoneurope.org/issues/publications/COEseries8-Positiveparenthood.pdf>

Comissão Europeia (2005). *Livro Verde – Uma nova solidariedade entre gerações face às mutações demográficas*. (COM/2002/0094 final). Retrieved from <https://eur-lex.europa.eu/legal-content/PT/TXT/PDF/?uri=CELEX:52005DC0094&from=PT>.

Correia, M. (2011). *Políticas de incentivo à natalidade, maternidade e parentalidade nos 27 países da União Europeia*. (Mestrado), Universidade Nova de Lisboa, Lisboa. Retirado de: <https://run.unl.pt/handle/10362/13982>

Correia, R. (2020). *Políticas de Família em Portugal 2018*, Lisboa: Observatório do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Retirado de: <https://www.ics.ulisboa.pt/flipping/ofap2020/2/#zoom=z>

Correia, R. (2020). Policy Brief 2020. *Efeitos da pandemia nas famílias portuguesas: principais impactos, legislação e medidas governamentais entre março e agosto de 2020*. Lisboa: Observatório do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Retirado de: https://www.ics.ulisboa.pt/flipping/ofap2020_2/2/#zoom=z

Cowan, C. e Cowan, P. (2000). *When partners become parents: The Big Life Change for Couples*, Mahwah: Lawrence Erlbaum Associates.

Cunha, V. (2007). *O Lugar dos filhos: Ideais, práticas e significados*, Lisboa: ICS Imprensa de Ciências Sociais

Cunha, V. (2012). As decisões reprodutivas na sociedade portuguesa: elementos para uma reflexão sobre o alcance e os limites das políticas públicas na natalidade. In. *Roteiros do Futuro - Conferência "Nascer em Portugal"* (pp. 131-143) Lisboa: INCM.

Cunha, V. (2014). Uma coisa é aquilo que eu gostaria, outra coisa é aquilo que será possível... Tempo de incerteza e a incerta transição para o 2º filho. 40 anos de democracia(s): progressos, contradições e prospetivas (pp. 10). Lisboa: APS. Associação Portuguesa de Sociologia. ISBN: 978-989-97981-2-0.

Cunha, V. e Atalaia, S. (2019) "The gender(ed) division of labour in Europe: patterns of practices in 18 EU countries". *Sociologia, Problemas e Práticas* 90, pp. 113-137. <http://journals.openedition.org/spp/6196>

Daly, M. (2020). Policies on family support and parenting in a global perspective. In. G.Eydal e T. Rostgaard (Et.) *Hand book of family policy* (351-362). Cheltenham: Edward Elgar Publishing Limited.

Davies, R. (2013). Promoting Fertility in the EU: Social Policy Options for Member States. Retirado de: [https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=LDM_BRI\(2013\)130519](https://www.europarl.europa.eu/thinktank/en/document.html?reference=LDM_BRI(2013)130519)

Diogo, F. (Coord.). (2021). *A pobreza em Portugal: trajetos e quotidianos*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Dubar, C. (2006). *A crise das identidades. A interpretação de uma mutação*, Porto: Edições Afrontamento.

Durán, M. (2013 [2007]). *O valor do tempo: quantas horas te falta trabalhar?* Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Eurofound (2015). *Families in the economic crisis: Changes in policy measures in the EU*, Publications Office of the European Union, Luxembourg. Retirado de https://www.oif.ac.at/fileadmin/OEIF/andere_Publikationen/economic_crisis_2016.pdf

Eurofound (2018). *Striking a balance: Reconciling work and life in the EU*, Publications Office of the European Union, Luxembourg.

Eurostat. (2020). Being young in Europe today. Retirado de: https://ec.europa.eu/eurostat/statistics-explained/index.php?title=Being_young_in_Europe_today_-_demographic_trends

Eurostat. (2020). Portal do Eurostat. Retirado de: <https://ec.europa.eu/eurostatEVS>.
(2017). Portal do European Valeus Study. Retirado de: <https://europeanvaleusstudy.eu>

Fernandes N. (2009). *Infância, direitos e participação. Representações, práticas e poderes*, Porto: Edições Afrontamento.

Fidalgo, L. (2003). *(Re) construir a maternidade numa perspetiva discursiva*, Lisboa: Instituto Piaget.

Flick, U. (2013). *Métodos qualitativos na investigação científica*, Lisboa: Monitor.

Freitas, R., Mendes, M. F., e Maciel, A. (2017). Depois dos 35 anos, quais as intenções de fecundidade dos sul-europeus? *Sociologia, Problemas e Praticas*, 85, 89-105. doi:10.7458/SPP2017859962

Gal, J. e Weiss-Gal, I. (2015). *Social Workers affecting social policy. An International Perspective*, Bristol: Policy Press.

Gameiro, J. (2004). *Nem contigo, nem sem ti*, Lisboa: Terramar.

Giddens, A. (2002 [1990]). *As consequências da modernidade*. Oeiras: Celta Editora.

Giddens, A. (2002). *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.

Giddens, A. (2017 [1999]). *O mundo na era da globalização*, Lisboa: Editorial Presença

Glasser, K, Price, Montserrat et. Al. (2013) *A prestação de cuidados pelos avós na Europa: as políticas familiares e o papel dos avós na prestação de cuidados infantis*. London: Grandparents Plus.

Glen, H. e Elder, J. (1998) The life course as development theory *Child Development*, 69 (1) 1-12.

Goffman, E. (1993). *A Apresentação do Eu na Vida de todos os Dias*, Lisboa: Relógio D'Água.

Gomes M. et al. (2016). *Evolução da fecundidade em Portugal: uma perspetiva sobre a diversidade regional*. *Análise Social*, Vol. LI (1.º), 2016 (n.º 219), pp. 36-70.

Guadalupe, S. (2010). *Intervenção em rede: serviço social, sistémica e redes de suporte social*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Guerra, I. (2002). *Fundamentos e processos de uma sociologia de ação*, Estoril: Príncípia Editora.

Guerra, I. (2006). *Pesquisa qualitativa e análise e conteúdo*. Estoril: Príncípia Editora.

Gross, M. e Peyceré M. (2005). *Fonder une famille homoparentale*, Paris: Éditions Ramsay.

Hood, C. Margetts, H. (2007). *The tools of government in the digital age*, New York: Palgrave Macmillan.

Innerarity, D. (2005). *A transformação a política*, Lisboa: Editorial Teorema.

INE. (2020). *Inquérito à Fecundidade 2019*.

Jansson, B. (2003) *Becoming an Effective Policy Advocate: From Policy Practice to Social Justice*, United States: Thomson Learning.

Koslowski, A. Blum, S., Dobrotic, I. et al. (2020) 16 th International review of leave policies and relate research 2020 *International Network on Leave Policies and Research*. Retirado de: www.leavenetwork.org

Kurowska, A. e Javornik, J.(2019). Comparative social policy analysis of parental leave policies through the lens of the capability approach. In. M. Yerkes (Eds.), *Social policy and the capability approach* (pp.70-118). Bristol: Policy Press.

Lalanda, P. (2006). A população feminina e as transições familiares através da demografia. *Revista de Estudos Demográficos*, 5-29.

- Lahire, B. (1996) Risquer L'interprétation. Pertinences interprétatives et surinterprétations en sciences sociales *Enquête*, 3 (61-87). doi: 10.4000/enquete.373
- Lahire, B. (2004). *Retratos Sociológicos: disposições e variações individuais*, Porto Alegre: Artmed.
- Lahire, B. (2003). *O homem plural. As molas de ação*, Lisboa: Instituto Piaget.
- Lahire, B. (2006). *A cultura dos indivíduos*, Porto Alegre: Artmed.
- Lahire, B. (2008). Esboço do programa científico de uma sociologia científica *Educação e Pesquisa* 34 (2) 373-389.
- Lahire, B. (2008). Diferenças ou desigualdades: que condições socio-históricas para a produção de capital cultural? *Sociológico* 18 (II Série), 79-85.
- Lahire, B. (2012). *Monde Pluriel*, Paris: Éditions du Seuil.
- Lahire, B. (2015). A fabricação social dos indivíduos: quadros, modalidades, tempo e efeitos de socialização. *Educação e Pesquisa* 41 (N. especial), 1393-1404
- Lahire, B. (2019 [2013]) *Dans Les plis singuliers du social*, Paris: Éditions La Découverte.
- Leandro, M. (2001). *Sociologia da Família nas Sociedades Contemporâneas*, Lisboa: Universidade Aberta.
- Leccardi, C. (2012). Young people's representation of the future and de acceleration of time: a generational approach. In *Diskurs Kindheits- und Jugendforschung*, 7(1), 59-73.
- Leccardi, C.e Ruspini E. (2006). *A New Youth? Young People, Generation and Family Life*, Hampshire: Ashgate Published Limited.
- Leitão, M. (2019). Relatório 2016-2017- Principais desenvolvimentos das políticas de família em Portugal, Lisboa: Observatório do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Retirado de:
https://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/39084/1/ICS_MLeitao_Relatorio_OFAP.pdf
- Lesthaeghe, R. (2014). The second demographic transition: A concise overview of its development. *Proceedings of the National Academy of Sciences of the United States of America*, 111 (51), 18112-18115. doi:10.1073/pnas.1420441111
- Lutz, W. Skirbekk V. e Testa M. (2006) The low-fertility trap hypothesis: forces that may lead to further postmonement and fewer birth in Europe, *Vienna Yearbook of Population Research*, Pp.167-192. Retirado de:
http://hw.oeaw.ac.at/0xc1aa500d_0x00144e25

McDonough, J. (1999). Prática política: a face negligenciada da intervenção em serviço Social. In M. Negreiros (Eds.), *Serviço Social e Identidade, Que Trajetória?* (pp. 99-121). Lisboa/São Paulo: Veras Editora.

Marinho, S. (2011). *Paternidades de hoje. Significados, práticas e negociações da paternidade na conjugalidade e na residência alternada*, (Tese de doutoramento, Universidade de Lisboa). Retirado de:
http://repositorio.ul.pt/bitstream/10451/4940/1/ulsd061760_td_Sofia_Marinho.pdf

Marinho, S. (2014). Famílias monoparentais: linhas de continuidade e de mudança. In K. Wall e A. Delgado (Eds.), (pp. 177-195). Lisboa: Instituto Nacional de Estatística. Instituto de Ciências Sociais.

Marques, S., Casaca, S., e Arcanjo M. (2021). “Work-Family Articulation Policies in Portugal and Gender Equality: Advance and Challenges. *Social Sciences* 10:119, pp.1-22. Retirado de: <https://doi.org/10.3390/socsci10040119>

Martins, A. (1999). Serviço Social e Investigação. In M. Negreiros (Eds.). *Serviço Social e Identidade, Que Trajetória*, (pp.45-65) Lisboa/S. Paulo: Veras Editora.

Marques M. (2012). A administração pública e inovação. In. M. Rodrigues (Eds). *Políticas públicas em Portugal* (pp. 239-245). Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda e ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Mendes, M. F., Infante, P., Afonso, A., Maciel, A., Ribeiro, F., Tomé, L., e Freitas, R. (2016). Introdução ao Estudo (pp. 6-46). Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Mendes, M. F., Infante, P., Afonso, A., Maciel, A., Ribeiro, F., Tomé, L., e Freitas, R. (2016). *Determinantes da fecundidade em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Mendes, M. F., Pinto, M. L. R., e Mário Leston, B. (2012). *Declínio Demográfico. Que Mudanças? III Congresso Português de Demografia*. Lisboa: Associação Portuguesa de Demografia.

Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (2021). *Livro Verde - Sobre o futuro do trabalho 2021*. Retirado de: http://www.gep.mtsss.gov.pt/documents/10182/197573/LivroVerdeFuturoTrabalho_consultapublica.pdf/e66e2d50-dee4-4b16-90ab-be8fd6b444c6

Morais, G. (1983). A substituição das gerações em Portugal. *Análise Regional*, XIX (715), 79-99.

Mouro, H. (2009). *Modernização do Serviço social. Da Sociedade Industrial à Sociedade do Risco*. Coimbra: Almedina.

Négroni C. (2012). «Turning points in the life course: a narrative concept in professional bifurcations», in Hackstaff K. *et al.* (org.); *Biography and Turning Points in Europe and America*, Bristol, Policy Press, pp. 41-63.

OCDE Family Database (2015a) *SF1.1: Family size and household composition*. Retirado de: http://www.oecd.org/els/family/SF_1_1_Family_size_and_composition.pdf

OCDE Family Database (2015b) *SF 1.2: Children in Families*. Retirado de: http://www.oecd.org/els/soc/SF_1_2_Children_in_families.pdf

Oláh, L. (2015) *Changing families in the European Union: trends and policy implications*, Working paper 44. European Union's Seventh Framework Programme. Retirado de: <http://www.familiesandsocieties.eu/wp-content/uploads/2015/09/WP44Olah2015.pdf>

ONU. (2014). *Convention on the Rights of the Child. Concluding observations on the third and fourth periodic reports of Portugal*. Retrieved from Genebra. Retirado de: https://tbinternet.ohchr.org/Treaties/CRC/Shared%20Documents/PRT/CRC_C_PRT_C_O_3-4_16303_E.pdf

Pais, J. (2002). *Sociologia da vida quotidiana*, Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais.

Payne, M. (2002 [1991]). *Teorias do trabalho social moderno*, Coimbra: Quarteto Editora.

Pereira, P. (2009). *Frutos do Amor - Quando dois passam a três - Dinâmicas conjugais na parentalidade inaugural*, Lisboa: Coisas de Ler.

Pereirinha, J., Branco, F, *et. al.* (2020) The guaranteed minimum income in Portugal: A universal safety net under political and financial pressure *Social Policy Administration*, 54 (4) 574-586. Retirado de: [org/10.1111/spol.12604](https://doi.org/10.1111/spol.12604)

Pereirinha, J. e Branco, F. (2020). Rendimento adequado em Portugal: experiências e conceções. In J. Pereirinha (Coord.), *Rendimento adequado em Portugal* (pp.19-51). Coimbra: Almedina.

Perista, H. et Al. (2016) Os usos do tempo de homens e mulheres em Portugal. *Policy Brief*. Lisboa: Centro de Estudos para a Intervenção.

Perista, H, Cardoso A., Brázia, A. *et al.* (2016). *Os Usos do Tempo de Homens e Mulheres em Portugal*, Lisboa: CESIS - Centro de Estudos para a Intervenção Social

Pina, M. e Magalhães (2014). «Principais tendências demográficas», in Anabela Delgado e Karin Wall (coord.); *Famílias nos censos 2011*. Diversidade e Mudanças, Lisboa, ICS Imprensa de Ciências Sociais, pp 25-41.

Pinto, M. e Gomes M. (2010). «Primeira reflexão sobre a fecundidade, as condições de trabalho e as políticas de apoio à maternidade numa perspectiva regional» in *Revista de Estudos Demográficos* N.º 48, Lisboa, INE I.P., pp 63-76.

Portugal, S. (2014). *Famílias e Redes Sociais. Ligações fortes na produção de bem-estar*, Coimbra: Almedina.

Rec (2006)19 *Committee of Ministers to member states on policy to support positive parenting* (Adopted by the Committee of Ministers on 13 December 2006 at the 983rd meeting of the Ministers' Deputies). Retirado de:
https://search.coe.int/cm/Pages/result_details.aspx?ObjectID=09000016805d6dda

Rupp, M. *et al.* (2011) *Research Agenda on Families and Family Wellbeing for Europe. Final Report* European Union's 7th Framework Programme. Retirado de:
https://eldorado.tu-dortmund.de/bitstream/2003/28901/1/Familyplatform_Research%20Agenda_FINAL.pdf

Relvas, A. e Alarcão, M. (Coord.) (2002). *Novas formas de família*, Quarteto: Coimbra.

Rodrigues, M. e Silva A. (2012). Introdução. In. M. Rodrigues (Eds.), *Políticas públicas em Portugal* (pp. 15-6). Lisboa: Imprensa Nacional- Casa a Moeda e ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa.

Rosa, M. J. V. (2016). Padrões e Tendências dos Nascimentos e Fecundidade em Portugal - Ter ou não ter filhos, quais as questões? Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Ruquoy, D. (2011 [1995]). Situação de entrevista e estratégia do entrevistador. In. L. Albarello Eds.). *Práticas e métodos de investigação em ciências sociais* (pp.84 – 116). Lisboa: Grádiva.

Sakellarides, C. (2005). *De Alma a Harry. Crónica da democratização da saúde*, Coimbra: Edições Almedina, SA.

Santos, C. (2017) Risco e desfiliação social: desafios atuais para o planeamento estratégico dos serviços de ação social. In. C. Albuquerque (Eds.), *Serviço social contemporâneo* (pp. 115-126). Lisboa: PACTOR.

Santos, M. (2021). *Os Direitos Humanos Hoje: 70 anos da Declaração Universal*. Lisboa: Conselho Nacional de Educação. Retirado de <https://www.bing.com/search?q=Os+Direitos+Humanos+Hoje%3A+70+anos+da+Declaração%3A+A7%C3%A3o+Universal&cvid=a267550bacce438db35b6ece84b19642&aqs=edge..69i57.6083j0j4&pqlt=171&FORM=ANAB01&PC=U531>

- Saraceno, C. e Naldini M. (2003). *Sociologia da família*, Lisboa: Editorial Estampa.
- Schmaus, W. (2014). O conceito de posição social na sociologia do conhecimento, *Tempo Social, Revista de Sociologia*, 26 (2), 39-56.
- Sen, A. (2018). *Escolha coletiva e bem-estar social*. Coimbra: Almedina.
- Shaw, I. (2003). “Cutting Edge Issues in Social Work Research”, *British Journal of Social Work* 33, 107-116.
- Shorter, E. (1995 [1975]). *A formação da família moderna*, Lisboa: Terramar.
- Silva, L. (2008). *Saber prático de saúde. As lógicas do saudável no quotidiano*, Porto: Edições Afrontamento.
- Singly, F. (2011). *Sociologia da família contemporânea*, Lisboa: Edições Texto e Grafia.
- Singly, F. (2000). *O eu, o casal e a família*, Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Sobotka, T. (2004). *Postponement of childbearing and low fertility in Europe* (Doctoral Thesis), University of Groningen. Dutch University Press, Amsterdam. Retirado de: <http://dissertations.ub.rug.nl/faculties/rw/2004/t.sobotka/?pLanguage=en>
- Sobotka, T. e Beaujouan, E. (2014). “Two is best? The persistence of a two-child family ideal in Europe“, *Population and Development Review* 40(3), 391-419. Retirado de: <http://onlinelibrary.wiley.com/doi/10.1111/j.1728-4457.2014.00691.x/pdf>
- Soeiro, J., Araújo, M. e Figueiredo, S. (2020). *Cuidar de quem cuida*. Lisboa: Objetiva.
- Torres, A. Pinto, P. e Costa, D. et al. (2018). *Igualdade de género ao longo da vida. Portugal no contexto europeu*. Lisboa: Fundação Manuel dos Santos
- Uhlendorff U. et al. (2011) *Wellbeing of Families in Future Europe - Challenges for Research and Policy*. Vol. 1 (Familyplatform) European Commission’s 7th Framework Programme. Retirado de: <https://eldorado.tu-dortmund.de/bitstream/2003/28914/1/WellbeingOfFamiliesInEurope.pdf>
- Vasconcelos, A. (2006). *A Prática do Serviço Social Cotidiano, formação e alternativas na área da saúde*, São Paulo, Edição: Cortez.
- Vieira, J. (2017). Eficácia e eficiência nas políticas sociais públicas. In. C. Albuquerque (Eds.), *Serviço social contemporâneo* (pp. 141-159). Lisboa: PACTOR.
- Wall, K. Aboim, S. e Marinho S. (2010) Perfis de paternidade no Portugal contemporâneo. In K. Wall (Eds.), *A vida familiar no masculino: negociando velhas e*

novas masculinidades (pp.313-332). Lisboa: Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego.

Wall, K. (coord.) (2010). *A vida familiar no masculino. Negociando Velhas e Novas Masculinidades*, Lisboa: Editorial do Ministério da Educação.

Wall et al. (2010). *Critical Review of Research on Families and Family Policies in Europe*. (Familyplatform) Conference Report for European Commission's 7th Framework Programme. Retirado de: <https://eldorado.tu-dortmund.de/handle/2003/27687>

Wall, K. (2011). A intervenção do Estado: políticas públicas de família Almeida. In A. Almeida, (Coord.), *História da Vida Privada em Portugal* (pp.340-374). Maia: Círculo de Leitores e Temas e Debates.

Wall, K. et al. (org.) (2013). *Relatório 2012*, Observatório das Famílias e das Políticas de Família, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Retirado de: www.observatoriofamilias.ics.ul.pt

Wall, K. et al. (coord.) (2014). *Principais desenvolvimentos das políticas de família em 2013*, Observatório das Famílias e das Políticas de Família, Lisboa, Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa. Retirado de: www.observatoriofamilias.ics.ul.pt

Wall, K., Cunha, V., Atalaia, et al. (2016). *Livro Branco - Homens e Igualdade de Género em Portugal*. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa e Comissão para a Igualdade no trabalho e no Emprego.

Wall, K, Correira, R. e Leitão M. (2020). Portugal. In. A. Koslowski (Eds.), 16.^o International Review of Leave Policies and Related Research 2020 (pp. 468-483). Retirado de: Review 2020 (leavenetwork.org)

ANEXOS

ANEXOS



PARECER DE SOLICITAÇÃO DE APOIO EM ESTUDO

Exmo./a. Sr./a.

Diretor/a Executivo/a do ACES

Diretor/a do Conselho de Administração

Coordenador/a da Unidade de Saúde

A investigadora Paula Nobre de Deus, integrada no Curso de Doutoramento em Serviço Social da Faculdade de Ciências Humanas da Universidade Católica, encontra-se a desenvolver o seu projeto de investigação intitulado: *Parentalidade e Políticas Públicas: Experiência e Visão de Pais e Mães que Adiaram a Entrada na Parentalidade*. Por reconhecer a relevância científica e social deste estudo, na qualidade de seu orientador e enquanto Diretor do Curso de Doutoramento, venho por este meio solicitar a Sua Excelência o apoio que a sua instituição possa prestar à investigadora com vista a atingir os objetivos propostos nesta investigação e, concretamente, no acesso a mães que tiveram o seu primeiro filho, depois dos 35 anos, no período 2009-2013, para realização de entrevistas semiestruturadas, nos termos apresentados na declaração de consentimento informado, esclarecido e livre do/a profissional de saúde, em anexo.

Mais se declara que, para além dos procedimentos determinados pela Comissão de Ética da ARS, na minha qualidade de orientador, se comprometo a zelar pela observância dos princípios e procedimentos éticos na investigação científica aceites pela comunidade científica.

Lisboa, 20 de Novembro de 2016.

Professor Doutor Francisco Branco
Professor Associado da FCH/UCP



PARECER N.º 01/2017/CES

09.01.2017
(11/2016/CES)

Sobre o estudo «Parentalidade e Políticas Públicas:
Experiência e visão de pais e mães que adiaram a entrada na parentalidade »

A

Relatório.....A.1.

A Comissão de Ética para a Saúde (CES) da Administração Regional de Saúde do Alentejo (ARSA) deu início ao processo nº 11/2016/CES com base no pedido formulado a esta CES, em 1 de Julho de 2016, pela investigadora **Paula Nobre de Deus**, inscrita no Programa Interuniversitário de Doutoramento em Serviço Social da Universidade Católica Portuguesa. O projeto de investigação, intitulado “Parentalidade e Políticas Públicas: Experiência e visão de pais e mães que adiaram a entrada na parentalidade”, sob orientação científica do Sr. Professor Doutor Francisco Branco, é um estudo de natureza qualitativa que tem como campo de pesquisa o Concelho de Évora.....

A.2. Fazem parte do processo de avaliação os seguintes documentos:.....

- 1) Projeto de Investigação – Documento de apresentação do curso de doutoramento que cumpre a estrutura científica estabelecida e permite uma visão geral do processo investigativo a desenvolver;.....
- 2) Cronograma;.....
- 3) Declaração de Consentimento Informado, Esclarecido e Livre para utentes, duplicado e original;.....
- 4) Declaração de Consentimento Informado, Esclarecido e Livre para profissionais de saúde;...
- 5) Parecer de solicitação de apoio/autorização dirigido á Diretora Executiva do ACES/Presidente do Conselho Diretivo/Coordenador de Unidade de Saúde;.....
- 6) Declaração de participação dos profissionais no estudo;.....
- 7) Declaração de Compromisso da Investigadora relativa à entrega do relatório final da investigação à CES;.....
- 8) Curriculum da Investigadora;.....
- 9) Curriculum do Professor Orientador da investigação.....

A.3 Resumo de parte da documentação.....

Trata-se de um estudo exploratório qualitativo. O Projeto de Investigação – Documento de apresentação do curso de doutoramento cumpre a estrutura científica estabelecida e permite uma visão geral do processo investigativo a desenvolver. Do estudo consta, título da investigação; sumário; palavras-chave; Estado de arte; objetivos; descrição detalhada, que consiste em desenvolver tarefas específicas que operacionalizam os objetivos definidos.....

O projeto tem por finalidade aumentar o conhecimento sobre as dinâmicas da parentalidade, e contribuir para a construção de políticas públicas de promoção e suporte à parentalidade que tenham por referência a experiência e a visão daqueles a quem se dirigem.....

O objetivo é compreender, a partir da biografia e experiência dos pais e das mães, a relação entre a incerteza e a insegurança ontológica no adiamento da parentalidade, e a sua visão sobre uma política pública de promoção e suporte à parentalidade.....

Segundo o descrito no Protocolo a investigação operacionaliza-se em quatro objetivos específicos:.....

1. Proceder a um mapeamento das orientações políticas relativas à parentalidade, na sociedade portuguesa, plasmadas nas políticas públicas de proteção social, saúde, educação, emprego, igualdade de género e juventude, através da análise de programas de governo e ministeriais.....

2. Compreender a relação entre as biografias individuais dos pais e mães e a decisão de duplo adiamento da parentalidade, partindo de uma análise sociológica que perceciona esse adiamento no quadro dos processos de individualização e de incerteza, e na perspetiva dos seus cursos de vida individuais e em situação de conjugalidade.....

3. Conhecer a visão dos pais e mães sobre uma política de promoção e suporte à parentalidade, nas diferentes etapas do curso de vida, da juventude à idade adulta.....

4. Contribuir para o desenho de uma política pública “enraizada”, global e integrada de apoio à parentalidade.....

O projecto prevê a realização de quatro tarefas, em articulação com os objetivos acima fixados:

Tarefa 1: Estado da Arte.....

Tarefa 2: Construção do guião de entrevistas a pais e mães.....

Tarefa 3: Realização de entrevistas a pais e mães.....

Perspetiva-se a realização de 30 entrevistas individuais, a mães e pais, que tenham entrado na parentalidade depois dos 35 anos, no período entre 2009-2013, de diferentes categorias socioprofissionais, a viverem na região Alentejo, concelho de Évora. As condições de realização da entrevista são as seguintes: decorrerá em local a acordar entre a investigadora e entrevistado/a;

não se estima que tenha quaisquer custos com transporte ou outros para o entrevistado/a; tem a duração máxima de 1 hora e 30 minutos; o material decorrente da entrevista será para uso exclusivo da referida investigadora; a gravação será destruída após conclusão do projecto de investigação; todo o material será confidencial e anónimo, e a identidade dos sujeitos permanecerá desconhecido através do recurso a um nome fictício.....

Tarefa 4: Análise qualitativa das entrevistas aos pais e mães.....

Esta tarefa dedica-se à elaboração do relatório final, com conclusões operacionalizáveis para a construção de uma abordagem exploratória, numa perspetiva global e integrada, para uma política pública ao longo do curso de vida, assente na visão dos sujeitos, no pressuposto de uma política-vida. Pretende-se contribuir para esclarecer o conteúdo de uma política de promoção da parentalidade, naquilo que será uma dimensão das políticas de família.....

Tarefas 5 e 6: Produção e disseminação de resultados.....

O **Cronograma** delimita o estudo de 2016 a 2018, período de tempo necessário para estabelecer de forma fundamentada a amostra, solicitar a cedência de dados relativos ao número de mulheres que tiveram o/a primeiro/a filho/a entre 2009-2013, no território abrangido pela ARS Alentejo, Concelho de Évora. Os dados a solicitar são os seguintes:

Identificação por concelho; b) Idade da mulher; c) Data de nascimento do/a segundo/a filho/a. Acresce o pedido de autorização, por parte do médico de família, para cedência de um contacto (telefónico ou correio eletrónico) das mulheres que se enquadram nos objetivos deste estudo empírico, com vista a auscultá-las sobre a disponibilidade de colaboração.....

B – IDENTIFICAÇÃO DE QUESTÕES COM IMPLICAÇÕES ÉTICAS.....

B.1 A relevância e pertinência do estudo estão cabalmente justificadas com a fundamentação teórica apresentada. O estudo enquadra-se no âmbito da *family platform*, pelo que pode contribuir para alargar o conhecimento das dinâmicas sociais e compreensão da forma como as políticas públicas podem concorrer para o bem-estar das famílias e o desenvolvimento humano. De acordo com a *family platform* a implementação de medidas no quadro da política de família ocorre cada vez mais a nível regional e local, pelo que importa captar as diferenças entre os estados membros da UE mediante, por exemplo, estudos exploratórios.....

B.2 O Modelo de Consentimento Informado, que determina a aceitação da participação voluntária no estudo, é apresentado aos participantes e poderá ser entregue pelo médico de família ou profissional de saúde a designar para o efeito. O modelo de Consentimento Informado [CI] garante a confidencialidade dos dados obtidos e o anonimato de quem os fornece. A investigadora declara que se dispõe a colaborar no referido projeto através da cedência de uma entrevista áudio, gravada, conduzida pela investigadora, em local a acordar. Todo o material decorrente da entrevista que concede será para uso exclusivo da referida investigação e a gravação será destruída, uma vez, concluído o projeto de investigação. Todo o material será confidencial e

anónimo e a identidade do utente permanecerá desconhecida através do recurso a um nome fictício.....

B.3. Esta CES é de opinião que o modelo de CI deve fazer referência expressa a mães/pais.....

B.4. A participação no estudo não acarreta encargos financeiros para os participantes.....

C – CONCLUSÃO

Face ao exposto a CES delibera dar parecer favorável à autorização deste estudo condicionado ao ponto B.3.....

Aprovado em reunião do dia 09 de Janeiro de 2017, por unanimidade.

A Presidente da Comissão de Ética para a Saúde da ARS Alentejo

(Susana Teixeira)

DECLARAÇÃO DA INVESTIGADORA

Eu Paula Nobre de Deus, portadora do Bilhete de Identidade 9185693, do Arquivo de Identificação de Lisboa, data de validade 21/04/2019, declaro sob compromisso de honra que os dados recolhidos na investigação *Parentalidade e Políticas Públicas: Experiência e Visão de Pais e Mães que Adiaram a Entrada na Parentalidade*, no Doutoramento em Serviço Social, da Universidade Católica Portuguesa, resultam exclusivamente dos procedimentos desenvolvidos nesse âmbito, destinam-se exclusivamente a esses fins e ficam disponíveis para publicação sob a forma de trabalho científico. Mais declaro o meu compromisso de entregar à Comissão de Ética da ARS Alentejo o relatório final da investigação.

Data: ____/____/____

Assinatura: _____



DECLARAÇÃO DE PARTICIPAÇÃO EM ESTUDO

Para os devidos efeitos se declara que o profissional de saúde Médico/Enfermeiro

participou no estudo empírico desenvolvido no âmbito do projeto de investigação de *Parentalidade e Políticas públicas: Experiência e Visão de Pais e Mães que Adiaram a Entrada na Parentalidade*, no âmbito do Doutoramento em Serviço Social, da doutoranda Paula Nobre de Deus, realizado sob a minha orientação científica.

Lisboa, 20 de Novembro de 2016.

Professor Doutor Francisco Branco
Professor Associado da FCH/UCP

CONSENTIMENTO INFORMADO, ESCLARECIDO E LIVRE
NOS TERMOS DA NORMA Nº 015/2013 DA DIREÇÃO-GERAL DA SAÚDE

O projeto de investigação Parentalidade e Políticas Públicas: Experiência e Visão de Pais e Mães que Adiaram a Entrada na Parentalidade, enquadra-se no âmbito do Doutoramento em Serviço Social, da Universidade Católica Portuguesa, trata-se de um estudo de natureza qualitativa, realizado na região Alentejo. **Neste âmbito e de forma a poder estabelecer contacto com os pais e mães, com vista a solicitar a sua possível colaboração neste estudo, torna-se necessário ter acesso a um contacto telefónico ou correio eletrónico. Mais, declara-se que está garantida a confidencialidade e a ocultação da identidade dos participantes abrangidos por este estudo.**

A investigadora responsável pelo estudo

Nome: Paula Nobre de Deus; Contacto: 962378795; Número de Bilhete de identidade: 9185693
Arquivo de Identificação de Lisboa - Validade do Doc. Identificação 21/04/2019.

Data: ____/____/____ Assinatura: _____

O Profissional de Saúde

Confirmo que expliquei à pessoa abaixo indicada, de forma adequada e inteligível, o procedimento necessário ao ato referido neste documento. Respondi a todas as questões que me foram colocadas e assegurei-me de que houve um período de reflexão suficiente para a tomada da decisão.

Nome legível do profissional de saúde: _____ N.º de cédula
profissional ou n.º mecanográfico (se não aplicável a primeira disposição) _____

Unidade de Saúde _____ Contato institucional do profissional _____

Data/...../... Assinatura _____

À Pessoa que consente

Por favor, leia com atenção todo o conteúdo deste documento. Não hesite em solicitar mais informações se não estiver completamente esclarecido/a. Verifique se todas as informações estão corretas. Se tudo estiver conforme, então assine este documento.

Declaro ter compreendido os objetivos de quanto me foi proposto e explicado pelo profissional de saúde que assina este documento, ter-me sido dada oportunidade de fazer todas as perguntas sobre o assunto e para todas elas ter obtido resposta esclarecedora, ter-me sido garantido que não haverá prejuízo para os meus direitos assistenciais se eu recusar esta solicitação, e ter-me sido dado tempo suficiente para refletir sobre esta proposta. **Autorizo/Não autorizo (riscar o que não interessa) a cedência do meu contacto nos termos identificados.**

Nome: _____ N.º Doc. de Identificação: _____

Data: ____/____/____ Assinatura _____



CONSENTIMENTO INFORMADO, ESCLARECIDO E LIVRE

Declaração de consentimento

No âmbito do projeto de Doutoramento *Parentalidade e Políticas Públicas: Experiência e Visão de Pais e Mães que Adiaram a Entrada na Parentalidade*, de Paula Nobre de Deus (Portadora do B.I. 9185693), da Universidade Católica Portuguesa, declaro que consinto a cedência à investigadora do meu número de telefone ou endereço eletrónico, com vista a um possível contacto para agendamento de uma entrevista.

O referido projeto tem por finalidade aumentar o conhecimento sobre as dinâmicas da parentalidade tardia num tempo pautado pela individualização e pela incerteza, e contribuir para a construção de políticas públicas de promoção e suporte à parentalidade que tenham por referência a experiência e a visão daqueles a quem se dirigem.

Nesta sequência, declaro que me disponho a colaborar no referido projeto através da cedência de uma entrevista áudio, gravada, conduzida pela investigadora, em local a acordar. Todo o material decorrente da entrevista que vou conceder será para uso exclusivo da referida investigação e a gravação será destruída, uma vez, concluído o projeto de investigação. Todo o material será confidencial e anónimo e a minha identidade permanecerá desconhecida através do recurso a um nome fictício.

Tomo igualmente conhecimento que sou livre de a qualquer momento interromper a minha participação na entrevista.

Por aceitar as condições acima descritas, subscrevo esta declaração.

Data: _____

Assinatura



CONSENTIMENTO INFORMADO, ESCLARECIDO E LIVRE

Declaração de consentimento

No âmbito do projeto de Doutoramento *Parentalidade e Políticas Públicas: Experiência e Visão de Pais e Mães que Adiaram a Entrada na Parentalidade*, de Paula Nobre de Deus (Portadora do B.I. 9185693), da Universidade Católica Portuguesa, declaro que consinto a cedência à investigadora do meu número de telefone ou endereço eletrónico, com vista a um possível contacto para agendamento de uma entrevista.

O referido projeto tem por finalidade aumentar o conhecimento sobre as dinâmicas da parentalidade tardia num tempo pautado pela individualização e pela incerteza, e contribuir para a construção de políticas públicas de promoção e suporte à parentalidade que tenham por referência a experiência e a visão daqueles a quem se dirigem.

Nesta sequência, declaro que me disponho a colaborar no referido projeto através da cedência de uma entrevista áudio, gravada, conduzida pela investigadora, em local a acordar. Todo o material decorrente da entrevista que vou conceder será para uso exclusivo da referida investigação e a gravação será destruída, uma vez, concluído o projeto de investigação. Todo o material será confidencial e anónimo e a minha identidade permanecerá desconhecida através do recurso a um nome fictício.

Tomo igualmente conhecimento que sou livre de a qualquer momento interromper a minha participação na entrevista.

Por aceitar as condições acima descritas, subscrevo esta declaração.

Data: _____

Assinatura



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

**PARENTALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS:
EXPERIÊNCIA E VISÃO DE PAIS E MÃES QUE
ADIARAM A ENTRADA NA PARENTALIDADE**

Volume II

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de Doutor em Serviço Social

Por

Paula Cristina Nobre de Deus

Faculdade de Ciências Humanas

Março 2021



UNIVERSIDADE
CATÓLICA
PORTUGUESA

**PARENTALIDADE E POLÍTICAS PÚBLICAS:
EXPERIÊNCIA E VISÃO DE PAIS E MÃES QUE
ADIARAM A ENTRADA NA PARENTALIDADE**

Volume II

Tese apresentada à Universidade Católica Portuguesa
para obtenção do grau de Doutor em Serviço Social

Por

Paula Cristina Nobre de Deus

Faculdade de Ciências Humanas

Sob orientação do Professor Doutor Francisco Branco

Março 2021

Índice de Anexos

1. ENTREVISTA ANA.....	292
2. ENTREVISTA ANDRÉ.....	342
3. ENTREVISTA ANDREIA.....	361
4. ENTREVISTA FILOMENA.....	413
5. ENTREVISTA HELOÍSA.....	445
6. ENTREVISTA MARIA.....	469
7. ENTREVISTA MARTA.....	488
8. ENTREVISTA SÓNIA.....	555

1 **Entrevista Ana**

2 E: Tal como apresentei esta entrevista visa conhecer melhor a sua experiencia como mãe, não é. Como
mãe que entrou na parentalidade, foi mãe com quantos anos?

3 I: 37

4 E: 37. E quer-me falar um bocadinho do seu percurso desde, desde sempre não é, como mãe, como
filha, a sua situação e depois a sua experiencia como mãe.

5 I: Sim, posso falar. Eu sou a Ana, eu tenho 46 anos e fui mãe aos 37, e venho de uma família humilde,
muito simples. Somos duas irmãs e a minha mãe foi mãe bastante mais cedo, com cerca de 22, talvez.

6 E: E que idade tem a mãe?

7 I: A minha mãe tem 68. Acho que não estou enganada.

8 E: E o pai?

9 I: O meu pai tem 71. E a minha experiencia tardia de maternidade não foi nada programada. Foi algo
que foi surgindo. Ora eu fui uma rapariga perfeitamente normal. Estudei a escolaridade toda
normalmente, fiz a minha licenciatura em Português e Francês, sou Professora destas duas disciplinas.
Namorei como todas as raparigas. E, tive vários namorados, assim dois mais oficiais do que outros, até
conhecer o meu marido já depois na casa dos trinta. E entretanto nós namoramos quatro anos e
separamo-nos durante três e voltamos a juntar para casar, com trinta e cinco anos, casamos aos trinta e
cinco, os dois, e fomos pais aos trinta e sete.

10 E: Aos trinta e sete.

11 I: Aos trinta e sete. Sim, sim. E temos os dois quarenta e seis.

12 E: Pois, é verdade.

13 I: Fomos pais aos trinta e sete, e aos quarenta. Nunca tive grande ideia de ser mãe, nunca foi um
projeto de vida. Tinha sim, uma ideia mais firme, em ter alguém para partilhar a vida, uma companhia,
do que propriamente ser mãe. Esta situação mudou radicalmente quando fui tia. Ou seja, a minha irmã
mais nova, três anos mais nova que eu, foi mãe, antes de mim claro. Apesar de ser filha mais velha, e
sou a que tem os meninos mais pequeninos da família. E quando fui tia, eu acho que fui tia, por volta,
não me lembro bem, acho que fui tia por volta dos 31, houve uma mudança me mim. Emocionei-me

imenso ao ver a minha Leonor, a minha sobrinha mais velha, a mamar nas maminhas da minha irmã e eu achei qualquer coisa de extraordinário. Foi um apelo de sangue, foi um apelo de pele. Foi muito emotivo eu ver a minha irmã mais nova a amamentar aquele bebe. Foi um tremor imenso dentro de mim. E senti-me muito emocionada e aquilo fez-me muito sentido, muito sentido. No que diz respeito aquelas questões do relógio biológico... ai pelos meus 29, 30 anos talvez, nunca liguei muito a isso. Mas sentia uma espécie de ... falta qualquer coisa, uma ausência de qualquer coisa física que eu não percebia o que era. Parecia que o corpo estava a pedir outro corpo. Não no sentido sexual, mas havia qualquer coisa de física, e eu digo, eu acho que deve chamar a isto o relógio biológico. Sentia alguma tensão, nervosa, e estava bem, emocionalmente sentia-me bem, mas descontraída. Não tinha namorado na altura, foi na altura da separação.

14 E: Do seu atual marido?

15 I: Sim. Não, não, Arrumamos... Eu arrumei o assunto para o lado, não, não... E depois pronto a vida... Não sei se estou a responder ao que pretende?

16 E: Não, não... esteja à vontade, esteja à vontade.

17 I: Sim?! Pronto, a vida organizou-se de maneira a que nos juntássemos com 35 anos, porque... Este espaço de tempo, porque eu já estava a trabalhar desde os 21.

18 E: Começou a trabalhar com?

19 I: Com 21.

20 E: Começou, triou... como foi o seu percurso escolar?

21 I: Normalíssimo! Todo regular! 12º, universidades e estágio profissional com 21 anos. Eu era a professora de Português e Francês e comecei a trabalhar com 21. Por isso eu trabalho há 25 anos.

22 E: Mas os cursos eram de 5 anos?

23 I: Sim!

24 E: Entrou mais cedo?

25 I: Não. Tenho... entrei com 18.

26 E: Sim... pois... 18, 19, 20, 21

27 I: Pois exatamente, já estava no estágio, já foi trabalho a sério. Já foi, foi um estágio ainda à moda antiga, foi trabalho a sério. Com turmas nossas, com tudo. Pronto. Com vencimento, com vencimento,

foi o primeiro vencimento na verdade. Então eu comecei a trabalhar, muito cedo, muito cedo isto é, com 21 e quando comecei, conheci o meu marido, o meu marido é de filosofia e a instabilidade profissional foi condicionante.

28 E: A instabilidade dele?

29 I: A instabilidade dele, com muita dificuldade em ter horário, muita dificuldade em conseguir juntar duas e três escolas para conseguir horário completo e geograficamente muito difícil em organizar esta parte. Economicamente muito difícil, com despesas de manutenção de carro e de alojamentos e tudo. E então decidimos adiar um bocadinho o projeto a dois, daí os três anos depois separados. Entretanto a situação em filosofia, também não melhorava e o meu marido tem outra formação, é professor de Guitarra.

30 E: Mas quando se separaram, separaram-se... não tinham...

31 I: Não tínhamos... A questão profissional [...] e em termos de patamar emocional eu estaria mais pronta para uma relação, ele também estava mas não, não tanto quanto eu.

32 E: Sim...

33 I: Fazia-me sentido...

34 E: Deixaram mesmo de namorar?

35 I: Exatamente. Não, dávamo-nos bem...

36 E: Sim...

37 I: Pronto, à distância e depois pensamos... não pronto, vamos avançar. Não é assim um percurso muito normal, mas foi o que aconteceu.

38 E: E retomaram o namoro?

39 I: E retomamos e foi logo para casamento. Retomamos o namoro e optámos, vamos avançar... com outra fase.

40 E: Estava a dizer que ele também é professor de guitarra?

41 I: Sim, o meu marido também é professor de educação musical, é professor de Guitarra e então quando optamos pelo casamento, o meu marido conseguiu o primeiro horário completo. Decidimos morar em Évora... porque eu tinha casa em Évora.

- 42 E: Depois ou antes?
- 43 I: Depois, nós casamos em Julho.
- 44 E: Mesmo sem horário, mesmo sem emprego?
- 45 I: Nada. Ficámos em Évora, onde eu tinha casa de solteira. Ele, ele optou por mudar para cá. Aqui concorria e iria tentar algum horário e conseguiu horário completo, mas para a zona de Azeitão, para aí para essas zonas e recusou. E eu pensei, não há problema... recordo perfeitamente quando a minha irmã casou, o meu cunhado era estudante, organizaram a sua vida, veio a primeira bebé. O meu cunhado estava a acabar o curso... não há nenhum problema, organizamo-nos. E no mesmo dia que o meu marido recusou o horário, telefonaram-me de uma escola de música a perguntar por horário e ele aceitou. Por isso ficou no mesmo dia sem horário e ficou, pronto... é assim. As coisas estão encaminhadas, abre-se uma porta, fecha-se uma janela, abre-se uma porta... essas coisas assim. E depois... fomos pais com 37 anos, fazia-nos todo o sentido, pronto, todo o sentido.
- 46 I: Esses três anos, quando estiveram sem ter filhos...
- 47 E: Nenhuma pressão, nenhuma pressão. Vinha quando viesse. Eu adorava ser Tia.
- 48 I: **Não tinha a ver com questões económicas...?**
- 49 E: Não, não tinha nada com estabilidade económica. Tinha a ver com fazer todo o sentido, sermos mais que dois e termos mais de 30 anos. Eu acabei de ter uma aluna minha que foi mãe aos 17 e como sou diretora de turma e fazendo a ponte com a educação, perguntei aos meus meninos, se eles achavam que a Soraia com 17 anos e a professora com 37, peço desculpa, com quase 47 agora, mas com 37 na altura em que fui mãe, espero que as datas não fiquem aqui baralhadas.
- 50 I: Não, não se preocupe...
- 51 E: Eu perguntei-lhes, se eles achavam que eu se tinha saudades de sair à noite, de conviver com os amigos... e eles no seu, na sua ingenuidade do 9º ano, eles disseram que “Sim Professora”. E eu: “Não filhos, a professora fez isso tudo, até aos 37. A professora saiu às vezes que queria, viajei o que podia, dormiu o que conseguia... viajei, passei, convivi, estudei, fiz tudo e aos 37 não preciso nada disso”. A Soraia, vai sentir falta... com 17 e com uma pequenina lá ao lado para amamentar, que não a deixa dormir. Entretanto a Soraia já voltou e confirma, e confirma isto tudo. E eles... e depois perguntei: “Se achavam que era uma opção correta para a idade que a menina está, a professora estar no 9º ano a falar com uma mamã”, e eles: “pois não, parece que não bate certo”. Não, não bate certo, porque nem a Professora tem justificação para ela. Ela nem se quer tem direito à licença de maternidade. Não é

suposto a Professora estar numa turma de 9 ano, a falar convosco sobre este assunto. Então a Professora foi mãe tarde. E fui sempre acompanhada como mãe tardia, muito bem acompanhada no hospital. Muito mimada por todos os médicos e afins. E, aí eu penso que o sistema de saúde está, acho que está muito bem, porque fomos muito mimadas. Pronto. Então, agora...

52 I: E o pai? Como é que no sistema prática... já que falou disso?

53 E: Não dá tanta importância ao pai, não dá, não dá tanta importância ao pai, nenhuma mesmo acho eu. Não, é tudo a mãe, é sempre a mãe. Mesmo no que diz respeito à licença de maternidade, também fui eu que beneficieei dela.

54 I: Durante quanto tempo?

55 E: Durante... Tentei esticar ao máximo Doutora. Tentei esticar... Eu tinha quatro meses, não peço desculpa, seis. E optei pela maior com a redução do vencimento. Seis meses, um mês de atestado e um mês de férias. Tentei fazer assim, de maneira a que ficasse, depois mais tempo possível com os meninos em casa, de maneira a que quando voltasse para a escola...

56 I: Com uma nesse caso?!

57 E: Com uma menina. Com uma menina, a Inês. A Inês vai fazer nove anos. Os dois são de Maio, são os dois deste mês. E o David que veio com os meus 40 anos. Vai fazer seis, seis anos. Por isso eu fui mãe aos 37 e aos 40. E tentei esticar a licença com esta modalidade, um mês de férias... licença... e um mês de atestados. De maneira a que voltasse à escola no início de um período escolar. E que quem estivesse a substituir-me que conseguisse fechar o ciclo de avaliação, para não interromper.

58 I: Fez isso nas duas gravidezes?

59 E: Nas duas gravidezes. As duas são de maio.

60 I: Foram planeadas?

61 E: A primeira não... A segunda sim, planeada, isto é, mais ansiosa, vou explicar, porque eu fiz duas carianas. E a alegria de ter tido a Inês foi tanta que se eu pudesse ter logo outro bebé a seguir, tinha. E, mas não podia fisicamente, não me era aconselhado, e também como tinha 37 anos, o doutor aconselhou: “esperar 2 ou 3 anos e depois voltas a engravidar”. E foi assim que eu fiz. Esperei 3 anos e ... Mas aí nos 3 anos, confesso que já estava a sentir vontade de ser mãe outra vez, já há dois anos digamos assim, se... mas... depois, e não, nem se quer houve dificuldade em engravidar, era mais a minha ansiedade. Voltar a poder sentir aquela alegria imensa... era mais que alegria, não há palavra que

eu consiga descrever. Alegria é muito redutor. É um estado de êxtase ... é voltar a vida dos céus... é uma coisa divina, passa para lá do físico. Para além da tortura física, do golpe, da parte de amamentar, que me foi muito dolorosa mas que foi extremamente prazerosa, adorei dar de mamar. E pronto, foi assim o meu percurso de vida. Digamos, fez-me sentido ser mãe quando fui tia. Quando vi alguém sangue do meu sangue, ali vivo, que parece que veio dar...

62 I: E o pai, aí no meio disso tudo?

63 E: E o meu marido, extremamente pacífico, companheiro, normal e discreto, felicíssimo, equilibradíssimo. Muito mais discreto do que eu, sou muito mais barata tonta.

64 I: O que é ser para si um pai discreto.

65 E: Muito mais presente. Mas sem grande *show off*. Digamos, muito orgulhoso da sua menina, mas muito comedido, nos comentários.

66 I: Ou seja, na forma de estar...

67 E: Na maneira de estar para fora.

68 I: É mais discreto.

69 E: Sim, sim.

70 I: E para dentro? Como é que é? Como é que dentro desse período todo, como é que os vossos... enquanto namoro. Como é que a questão do ser mãe e pai, casal, como é que as coisas foram surgindo, como é que se foram conjugando?

71 E: Fazia-nos sentido a vida a dois. Fomo-nos conhecendo nesse tempo todo de namoro. Fazia sentido. Percebíamos que nos entendíamos, apesar das diferenças óbvias. Tínhamos gostos comuns, como a literatura, a música, outros nem por isso. Eu gostava de sair, beber café e passear, o meu marido gostava mais de estar sossegadinho, a criar, a compor, um bocadinho mais sossegado. Eu gostava mais de almoçadas e jantaradas e ele descobriu isso. Uma pessoa um bocadinho mais reservada, mais tímida, mas depois também tira prazer disso. Pronto.

72 I: E como pais, como pai e como mãe, como é que esses gostos se prolongam, ou não? Esse, esse, se planejaram ou não? Essa experiência agora, esse apoio do sistema de saúde que estava a falar à pouco? Como é que decidiram fazer?

73 E: Então é assim, em termos de casal, o facto de termos mais de 30 anos dá-nos alguma serenidade, ou seja, já conhecemos muitos casos, muitos, muitos exemplos, muita experiência. Já eramos tios, três de

um lado, quatro do outro... Sobrinhos.

74 I:

75 E: Três do meu lado e quatro do outro, do lado do meu marido. Já vi muito gaiato, muita criança, muito caso, pronto. Deu-nos alguma tranquilidade, eu acho que gerimos isto com muita tranquilidade. Não eramos pessoas... não sei como dizer... se posso dizer isto... “ai a menina tem que ter tudo”, agora ponho a Inês, porque era a primeira... mas tem que ter tudo... Nós já percebíamos que o excesso fazia mal. Herdamos tudo, roupa, ovos, carros, herdamos tudo. Aproveitamos tudo. Foi tudo uma decisão muito sensata, deliberada, poupada... humilde, sem de ser extravagante, com calma. Por isso foi algo muito equilibrado, a cereja no topo do bolo. A Inês fez todo o sentido.

76 I: Como é que é partilhada essa Inês, antes de nascer, depois?

77 E repare, antes como eu fiz cesariana, o meu marido ficou com a Inês nas primeiras três, quatro horas de vida. Antes de fazer, até eu voltar do bloco operatório e fazer o levante. Ora, eu acho que foi um momento privilegiado para o meu marido perceber que tinha uma menina nova lá em casa porque, os primeiros braços que a acolheram, apesar de eu ter feito uma festinha, dado um beijinho, dada à situação em que estava na maca, foram os do pai. E eu acho que isso foi muito importante. Eu às vezes questiono-me um bocadinho ... “Ah... não consigo, com a cesariana... depois não poem logo o bebé ao colo”... Por acaso não a tive ao colo porque não podia, mas meteram-na perto do meu peito, perto do meu rosto. Eu fisicamente não podia mais. Eu tava desgastada porque foi epidural, não podia agarrar na menina, não é? Um bebé com 4.400 kg era um grande bebé, era uma grandalhona [risos]. E eu pensei, agora tenho que tratar de mim, e eu sei: a Inês vai ficar bem com o pai porque o pai é muito meigo, muito discreto e ficou no colinho do pai, não podia ter ficado melhor. Eu subi e vi aquele quadro, espetacular... o pai e a filha, os dois sossegadinhos, até estavam os dois a dormir no sofá. Ela encostada em cima dele, a dormir. E essa figura prolongou-se sempre... essa figura prolongou-se sempre. Como eu sou assim um bocadinho mais stressada e mais barata tonta.

78 I: Prolongou-se sempre como?

79 E: Ah... por exemplo, quando alguma coisa, quando a menina chorava, ou alguma coisa, ou algum sinal que não percebíamos. Quando o pai dizia “Está tudo bem, o papá está aqui, está tudo bem”, está frase funcionava para a Inês e para mim.

80 I: Desde sempre?

81 E: Desde sempre. Desde os primeiros momentos de pais. Porque era um ser novo ali. Tudo é estranho, tudo é diferente. E de repente chamamos filha a alguém que nunca conhecíamos. Mas quando nós somos professores e gostamos do que fazemos sem querer nós já chamamos filhos aos nossos alunos. Uma chamada de atenção “Oh filho ouve lá isto, olha lá o que nós estamos a dizer”. Era como se fosse mais uma, a nossa Inês. Esse processo teve momentos mais aborrecidos, das noites alteradas, dos sonos completamente alterados. Eu costumo dizer que o meu verbo favorito há nove anos é dormir. Adoro conjuga-lo em todos os tempos verbais: dormir. É a maior dívida que eles têm connosco [risos]. Porque eu adoro dormir, o meu marido também, e tivemos de deixar dormir tanto, não porque a menina fosse muito irrequieta... nada disso, mas ou porque tinha uma tosse um bocadinho alérgica ou porque tinha uma ranhoca ou porque ora dormia em cima de um, ora dormia em cima de outro. Aquelas coisas todas, porque, depois vinha dormir connosco. Ela não se lembra da vida sem mano, passados três anos vem o mano. Não se lembra da vida dela sem o mano. Por isso...

82 I: E a passagem para ele como é que foi?

83 E: Foi serena... digamos, em termos de cabeça... digamos em termos mentalmente?! Perfeitamente serena. Fisicamente, mais debilitante. Era outro bebé grande. E fui mãe com 40, e já tinha uma bebé, e já tinha uma bebé de 3 que não deixa de ser bebé, apesar de ser maiorzinha. Mas fisicamente mais debilitante.

84 Apesar de ter sido muito bem acompanhada, eu estava um bocadinho mais cansada, pronto. As noites custavam-me um bocadinho mais. Mas os dois bebés foram muito parecidos, muito sossegadinhos, tomavam banho. O David... A Inês era muito mamona, o David também muito mamão. Muito cansativo fisicamente, dar de mamar... Adorei, era muito muito muito prazeroso, mas também parecia um ginásio. Ficava tão cansada, tão cansada. Depois decidi interromper a amamentação, através de medicação e passa-los para leite do supermercado.

85 I: Com que idades?

86 E: Com 8 meses. Porque não...

87 I: Os dois?

88 E: Os dois. Igualzinho porque eu depois já estava muito cansada, sentia-me muito cansada para ir trabalhar, depois da amamentação. E achei que foi uma escolha sensata.

89 I: E aí, como é que era a vossa partilha... entre os dois, a vossa vida de pais, a vossa vida de casal, a

vossa vida social, profissional?

90 E: Os dois, nunca nos sentimos sozinhos. Mas há momentos de grande solidão. Há momentos que dizemos “temos a casa cheia e estamos sozinhos”. Porque de repente voltamos a recordar, quando temos mais consciência do tempo em que estávamos sem ninguém. Ou seja, com 30 e tal anos, com 37 anos, lembro-me muito bem como é que foi a minha vida até ali. Lembro-me muito bem... agora não me consigo lembrar-me... se me perguntar “como é que era com 15 anos ou 16”, acho que já nem me lembro bem. Quase que tenho que fazer esforço. Mas lembro-me muito bem da minha vida a partir dos 20, 25, 30 sei essas coisas todas. Então, de repente agente tem a casa cheia de gente..

91 I: Cheia de gente, é a família dos quatro é isso?

92 E: Dos quatro, nós os quatro e há momentos que precisamos de estar sozinhos. Mas, graças ao facto de termos 30 e tal anos. Porque isto pesa, pesa no bom sentido, eu vou explicar. Nós relativizamos, acabamos por relativizar. Não é assim tão importante uma saída... não é. Não conseguimos namorar como era suposto, quando queríamos, onde queríamos, fôsse o que fôsse. Isto agora tem que se compor aqui um bocadinho as coisas, e tirar um bocado de graça disso. Olha... se queríamos namorar, ou chorava um ou chorava outro. Ou aparecia lá um ao quarto...de uma maneira muito discreta, pronto. Não... paciência. Como já tínhamos namorado tanto, agente pensou: “o facto de termos namorado tanto até chegar a esta parte, foi preparatória para agora ficarmos sem tempo, em que esta parte. É que é muito importante, continua a ser muito importante, mas não é tão importante como era. Porque depois já nos conseguimos desdobrar do nosso coração, para poder ficar desdobrado em quatro. Percebemos que gostávamos de estar os dois, mas depois também é muito bom estarmos a três ou a quatro. Tudo negociado com calma. Ninguém fica chateado com ninguém. Não há a necessidade de ficarmos aborrecidos. E depois há outro aspeto, como o cansaço físico é tão grande, nós não estamos prontos para a parte do namorar tao ativamente, porque temos uma estafa de todo o tamanho em cima [risos].

93 I: E conjugam-na em dormir?

94 E: Temos uma estafa tão grande, que as vezes...

95 I: E como é que se organizam nessa estafa? Parecem...

96 E: Eu sou muito metódica... Eu sou muito metódica. Sou virgem, pura virgem. Signo, claro. Isso não é preciso dizer. E então eu sou muito metódica. Eu sou mãe, esposa, cozinheira, dona da limpeza, companheira, palhaça, amiga, professora... pronto faço tudo. Sou muito metódica. Mas tenho... o meu marido não ajuda tanto nisto.

- 97 I: Nisso o que? Está-se a referir ao que? [risos]
- 98 E: As coisas de casa.
- 99 I: Há, ok! O que são as coisas da casa?
- 100 E: Passar a ferro, apanhar roupa, estender roupa, por máquinas. Ajuda pontualmente, pronto, enche máquina, despeja a máquina, pode fazer a comida ao fim-de-semana... eu paço a ferro. Se pedir, apanha a roupa, tratar da limpeza da casa sou eu. E explico porque, porque entretanto, há dois anos para cá, criamos uma empresa, e o meu marido está muito mais absorvido pela empresa. Como ainda não temos lucros gigantescos, temos de poupar noutras coisas... Olívia patroa, Olívia criada.
- 101 I: E qual é o papel do seu marido?
- 102 E: O meu marido é o meu companheiro de vida. Está presente em tudo o que diz respeito à educação dos meninos, porque conversamos muito sobre isso. Fisicamente não consegue estar muito presente, porque está na empresa. Sou eu que estou mais tempo com eles, aí final do dia. Quando chega, conversamos sobre tudo, tudo é posto...
- 103 I: Essa conversa, é sobre o quê? Como é que tomam as decisões?
- 104 E: Reuniões de escola, resultados da escola, alguma atividade que seja preciso fazer para a escolinha de um ou de outro. Aspetos que sejam preciso organizar até para o meu trabalho. Se preciso de ajuda em alguma coisa de computadores, ou assim. Feedback que tenha de alguma coisa que venha da empresa, alguma coisa que tenha corrido bem ou menos bem. Tudo é partilhado ali a hora do jantar, fazemos um bocadinho a reunião do dia. Não é...
- 105 I: E como é que tomam decisões? Ia a dizer, nós...
- 106 E: Não é... como é que eu vou explicar... eu acho que sou eu que tomo mais decisões. Porque eu acho... apesar dos apesares e dos temos terem evoluído, acho que é sempre a rapariga que tem a cabeça mais arrumada e controla isto tudo.
- 107 I: Isto tudo, é todas as áreas?
- 108 E: Tudo. Controlamos tudo. Trabalho, casa, filhos, tudo. Controlamos tudo. E pensamos no que está ainda nas entrelinhas. Conseguimos tudo.
- 109 I: E fazem?
- 110 E: E fazem e fazemos tudo.

111 I: E o que é que eles fazem?

112 E: E... é assim, é uma boa pergunta, não acho que o meu marido seja machista, no sentido “não faço isto porque sou homem”. Não faz porque não tem tempo, porque não consegue. A empresa absorve-o um bocadinho de mais. Nestes primeiros anos de vida, a gente percebeu isso, isso foi uma coisa conversada, e agente percebeu isso. Pelo menos nos primeiros cinco anos percebemos que ia ser assim. Portanto tudo é conversado. Prós, contras, receios, medos, “tenho medo que isto corra mal, tenho medo que haja uma dívida, tenho medo... tudo é conversado, tudo é posto em cima da mesa, assim com o coração na boca. E depois relativizamos. Como já está cá fora, dito, relativiza-se qual a importância que isto tem ou não, “oh, deixa-te lá de paranoias, aquilo ou outro”.

113 I: E os miúdos? Com esse coração na boca?

114 E: Eles ouvem naturalmente. Se mãe está triste, se o pai está aborrecido, se o pai está preocupado não passamos essa carga, digamos, logística para eles, não é. Mas eles percebem se alguma coisa não está bem, “a mãe está um bocadinho triste, a mãe também chora filhos, já sabem que a mama quando chora, precisa de limpar tudo o que está cá dentro e depois estou boa outra vez”, e ele não tem nenhum problema com isso. Eu acho que essa maturidade também veio com os 30 e tal que eu se calhar com 20 e tal escondia.

115 I: E o pai como é que vive esses estados de ... também das emoções?

116 E: Ele apesar de ser mais discreto, também dá espaço para isso tudo. Não sei se é oportuno dizer neste momento, que neste momento ganhamos outra pessoa na família que se chama Parkinson, e o meu marido é doente de Parkinson. Por isso como isto é um registo sigiloso, apesar de nós aceitarmos mais esta pessoa na família, como... somos cinco. Pronto, por isso fomos premiados com Parkinson há cerca de cinco anos. Depois do David ter nascido. E então temos que gerir também isto tudo. Mudar de vida, mudar... criar a empresa... ou seja, se às vezes parece querer travar ideias, desta vez é estimula-las, é uma oportunidade que ainda temos temo para fazer, enquanto o corpo permitir. Aqui também veio dar a uma nova... como é que eu hei-de explicar, uma tristeza imensa, é uma notícia horrorosa, e depois é confiar, que as equipas médicas investigam bastante e estudam bastante e que as drogas vem resolver, minimizar os danos.

117 I: Que relação é que isso tem com a vossa relação como mãe e como pai?

118 E: Repare que a gente, enquanto casal, somos casados, vá há onze anos, faz onze anos em Junho, e são onze anos muito preenchidos [risos]. São onze anos muito preenchidos, é uma vida muito rica. Casados aos 35, vem uma menina aos 37, vem um menino aos 40 e depois vem o Sr. Parkinson a seguir, e

entretanto vem uma rescisão de contrato a seguir no trabalho onde estava, vem uma criação de uma empresa, e eu tenho a parte do meu emprego mais estável. Esta parte ajuda bastante. O facto de eu ser efetiva no agrupamento de escolas não é, pronto.

119 I: O que é que tinha mudado se não fosse as decisões de serem pais? As suas expetativas...

120 E: Não sei se teríamos dois bebés, não é, se não tivesse vindo alguma estabilidade, se calhar tínhamos ficado só com um. Se soubéssemos como é bom, acho que teríamos sido pais mais cedo.

121 I: Mais cedo, como? Quer falar um bocadinho mais sobre isso? O que é ser bom? O que teria sido mais cedo? O que é que teria mudado?

122 E: Eventualmente, quando nos conhecemos, se tivéssemos com... se calhar já estou a inventar... tenho que recuar um bocadinho para trás...

123 I: Sim, sim...

124 E: Tenho que andar um bocadinho para os 29... para aí sim. 29, 30... sim, 28, 29 anos. As datas já devem estar todas trocadas. Mas pronto... foi antes dos 30. Nos teríamos sido pais aí... nessa altura se as situações profissionais tivessem mais estáveis. Teríamos sido, sem dúvida. Porque depois quando descobrimos a paternidade-maternidade aos 37, é um sentimento com tudo...

125 I: Então o que é que sabe hoje, o que levaria a tomar a decisão...

126 E: A querer ter mais cedo.

127 I: [impercetível]

128 E: A querer ter isto antes...

129 I: Independentemente das condições...

130 E: Não é?

131 I: Profissionais?

132 E: A certeza que é muito fácil fazer uma criança feliz. A certeza que é muito fácil deixar de pensar em nós numa visão solitária para pensar em nós numa visão familiar. É bom e é fácil.

133 I: Que expetativas é que tinha?

134 E: As expetativas... eu como lhe disse, eu só fui mãe, depois, só pensei na maternidade quando fui tia. Não considero que tenhamos adiado, só adiamos eu e ele, a nossa união. Só depois de casados é que

fomos pais. Eu só fui mãe depois de casada. Devo estar a baralhar-me aqui agora um pouco.

135 I: Estava a dizer: “mas se eu pudesse, se soubesse o que sei hoje...”

136 E: Sim.

137 I: “Eu ainda assim tinha sido mãe logo quando nos conhecemos”.

138 E: Porque, eu penso que é um balanço, entre duas personalidades equilibradas. Sim, penso que quando as pessoas sabem o que querem, sabem como estão na vida, o que gostam...

139 I: Então que expectativa tem hoje, que naquela altura não via? E que hoje diz assim “olhe afinal...”

140 E: Sim.

141 I: ... Teria condições para ser mãe mais cedo.

142 E: Se calhar pensava de mais em mim, no que é que me dava gozo só para mim, viajar, sair, conviver. Sem ter nenhuma espécie de prisão, sem querer chamar-lhe prisão, uma espécie de compromisso. Um compromisso mais sério.

143 I: E o que é que a leva hoje a dizer que naquela altura podia ter sido mãe?

144 E: Ter conseguido, o saber que teria conseguido gerir o que também consegui gerir hoje. Gerir tudo.

145 I: E o que é que lhe faltava nessa altura saber? Ou o que é que imaginava? Que expectativas achava que tinha que não iria conseguir?

146 E: Acho que não tinha o companheiro pronto. Estava sozinha. Tomaria a decisão sozinha. Não tinha o meu marido pronto, para assumir esta parte.

147 I: E o facto de estar sozinha, o que gerava em si, que agora diz “se agora soubesse se calhar...”?

148 E: O facto de estar sozinha nessa altura parece uma redundância, mas gera um isolamento. Pronto, digamos, eu acho que é ... a pessoa acaba por assumir tudo sem ter um espelho, sem ter uma opinião, sem ter uma crítica.

149 I: Em termos de ser mãe porque é que diz, a pouco dizia “se eu soubesse o que sei hoje, tinha sido mãe muito mais cedo”?

150 E: Pelo facto de gostar... acho que gostava de ter sentido tudo isto mais cedo. Pela, pela riqueza maior enquanto pessoa, enquanto mulher. Pessoa, mulher, filha...

151 I: O que é que contribuiu para isso?

152 E: Tinha contribuído se tivesse o meu marido estável ao nível profissional e os dois podermos partilhar esta ideia. Porque eu enquanto... eu não consigo isto sozinha.

153 I: Isto o quê?

154 E: Ser mãe.

155 I: Mas a pouco dizia-me...

156 E: Era importante ter vivido... acho que conseguiria ter vivido antes, mas acho que me falta a outra parte. Far-me-ia sempre falta a outra parte.

157 I: E com a outra parte conseguiria...

158 E: Consequiria equilibrar os altos e baixos.

159 I: Que naquela altura achava que não seria capaz, é isso?

160 E: Exatamente. Eu acho...

161 I: Desculpe... diga, diga...

162 E: Eu acho que equilibrava aqueles altos e baixos como “agora apetece-me dormir um bocadinho”. Quando eu digo dormir... parece um exagero... não quero deixar essa imagem, não quero deixar essa parte. Já passou há muito tempo. O poder estar bem com o bebé, bem comigo, ou fazer alguma coisa para a escola, e saber que tenho alguém comigo que pode cuidar tão bem quanto eu. Se eu tivesse que sair para uma reunião, ou se tivesse que sair para uma ação de formação ou para alguma coisa, a bebé ficando com o meu marido estava tão bem como ficando comigo. Sentir esta paz...

163 I: E se soubesse isso antes?

164 E: Teria arriscado antes.

165 I: Então o que poderia ter contribuído para arriscar antes, uma coisa que no seu entender que podia ter contribuído?

166 E: Não, era só a estabilidade profissional.

167 I: Era só a estabilidade profissional, era?

168 E: Eu tinha, o meu marido não.

- 169 I: Mas à bocadinha disse-me “nós tomamos a decisão de ser pais, e ele nem se quer tinha sido colocado”!
- 170 E: Porque foi a mudança radical, completa de prioridades.
- 171 I: E o que vos levou a essa mudança completa de prioridades?
- 172 E: Saber que gostávamos de ficar um com o outro. E relativizar a parte do emprego e optar pela estabilidade de um, só de um, em vez dos dois. Que era a minha. E a dele resolvia-se, como se resolveu. Foi pensar “é a altura certa para tomar este passo”. Estamos à espera do quê?! De ter os dois emprego estável? Às tantas nunca nos teríamos juntado, penso eu.
- 173 I: Para si, como mãe, como mulher disse a pouco “se eu soubesse mais cedo...ainda assim eu teria arriscado”.
- 174 E: Eu estava pronta. Eu estava pronta. Quando namoramos quatro anos e depois nos separamos, eu estava pronta!
- 175 I: Em que é que estava pronta, o que é que sente para dizer isso?
- 176 E: Eu estava pronta emocionalmente. Estava com uma pessoa em quem confiava e gostava. Estava com uma pessoa que tinha a certeza que gostava de mim. Simplesmente em termos da sua completude, em termos profissional, ele não estava completo e eu aí tive que saber esperar, “sim tu tens 30 e tal anos, trabalhas desde os 21, tens a tua independência, a tua casa, tu tens...” parece aqueles requisitos, *checklist*, mais ou menos completo... “estás a ser egoísta quando pensas que o teu companheiro, o teu namorado, a pessoa de quem gostas está no mesmo patamar” e não está. Eu é que tive de resfriar. E...
- 177 I: Qual era o patamar que achas que ele estava?
- 178 E: Ele estava numa grande insatisfação profissional, de uma grande insatisfação. E em termos de realização profissional e também como o meu marido escreve bastante, cria, concebe, compõe. Precisa também desta estabilidade e precisa de muito tempo para si, muito tempo pronto... para conseguir estar a compor um texto, não é interromper... não estar a ser sempre interrompido com alguma coisa, e não era o tempo maduro para isso. Era o meu tempo maduro, não era o tempo maduro dele.
- 179 I: Daquilo que são as suas memórias, como é que você foi construindo o seu tempo até à idade adulta? Desde que se lembre? Como é que foi a sua vida, a sua educação? Em termos das próprias [impercetível]
- 180 E: A minha independência,... um pai muito exigente e retrogrado.

181 I: Qual era a profissão do seu pai?

182 E: O meu pai motorista, a minha mãe doméstica. Uma mãe muito presente.

183 I: São da zona?

184 E: São do Alentejo. A minha família é toda alentejana. E do meu marido da zona de setúbal.

185 I: Zona rural ou urbana?

186 E: Zona rural. Os meus pais: zona rural. E de uma aldeia da zona de Montemor. Depois, pronto... tentaram-nos dar sempre uma educação muito boa [impercetível]

187 I: [Impercetível]

188 E: [Impercetível] na zona de Vendas Novas. Vendas Novas posso dizer que é uma cidade recente, posso dizer que é meio rural meio citadino, de citadino... tem muito pouco. E na altura, ainda como existe hoje, os meus pais tem os dois a 4^a classe, a minha mãe doméstica, o meu pai motorista. A minha mãe uma mãe muito presente, o meu pai, o homem do dinheiro, pronto da casa. Muito bom exemplo enquanto trabalhador, enquanto pai, uma figura mais ausente. Mas fisicamente presente, não tão presente em brincadeiras nem nada disso, pronto. A minha mãe muito mais presente em termos de escola, de formação religiosa.

189 I: Formação religiosa qual é?

190 E: Católica. E deram-nos, optaram os dois por nos dar o melhor que Vendas Novas tinha, o Colégio Salesiano. Deram a mim e à minha irmã. Por isso imagine. Uma família modesta, do senhor motorista da camara municipal, a minha mãe doméstica, deram-nos o melhor colégio que Vendas Novas tinha. A minha mãe é o melhor exemplo da ministra das finanças que os pais precisava. Fomos criadas sem luxos, sem prendas, só nos anos e no natal. Para termos as mensalidades do colégio pagas foi a melhor educação que podíamos ter recebido. A melhor. Não tínhamos prendas caras, não viajavamos com os nossos pais porque não tínhamos, mas viajavamos com o colégio para férias missionárias, para o estrangeiro, para tudo o que o colégio salesiano proporcionava. Nós estávamos inscritas em tudo e tivemos essa grande vivência. Ou seja, temos um exemplo de uma mãe que dava conta do recado, muito terna, muito meiga e de um pai autoritário, mas também na sua medida, responsável, muito respeito pelo trabalho, cumpridor, também um grande exemplo pela parte laboral. Esse equilíbrio, e depois ensinaram-nos a ser sempre muito independente. Eu estou fora de casa desde os 17 anos, faço 47 em Setembro. Há 30 anos que eu só vou a casa nas férias e nos fins-de-semana, alguns. Sozinha aos 17 anos, vim fazer o 12º ano, porque a minha área não havia na minha zona e tive que gerir as minhas

contas, a minha roupa...

191 I: E foi para a Universidade...?

192 E: Entrei depois, com 18 anos. Fiz o 12º ano já fora e a partir daí foi sempre fora, pronto. Sempre a gerir as minhas contas, a minha casa, as minhas economias, as minhas saídas, tudo.

193 I: O que é que foi apreendendo daí, desses valores para...?

194 E: Valores de casa?

195 I: De tudo, de educação...

196 E: De casa...

197 I: A sua identidade como é, como mãe, que relação é que há entre estas coisas?

198 E: A relação era... a minha mãe é uma senhora muito mais submissa, percebe-se pela educação. O pai trabalha e a mãe em casa. Mas apesar de ser submissa, não é calada, pronto. É humilde, não é humilhada. Isso aí está bem distinto. E aprendi com a minha mãe a gerir uma casa, a gerir as contas. Aprendi com o meu pai, a ser responsável no trabalho, a cumprir horários, a respeitar o patrão, a respeitar colegas. Não temos ... aprendi a estar no mundo numa religião de família, um partido político definido, opções sociais, económicas todas definidas. A ter palavras de honra, palavras limpas. Estes critérios basilares para fazer de mim uma profissional respeitada, respeitadora, e por... por todas as escolas onde passei, a conseguir gerir a minha casa e a conseguir perceber que conseguia gerir uma família. À semelhança ou melhor daquilo que vi dos meus pais.

199 *****

200 I: Na forma como se imagina, se imaginava como mãe...

201 E: Nunca me imaginei como mãe. Nunca me imaginei como mãe, só depois de ser tia. Foram preciso muitos anos...

202 I: Faz alguma associação naquilo que foi a sua educação e isso que está a dizer?

203 E: Faço a associação de admirar o exemplo da minha mãe, mas não querer, não querer viver só para a família, querer viver bem com a Ana rapariga, continuar a ter os meus programas culturais, tentar conciliar isso tudo. E conseguia, conseguia fazer isso tudo na mesma. E consigo.

204 I: E como... como... em termos de maternidade, não é, estava-me a dizer que não tinha expectativa de ser mãe...

- 205 E: Sim, o relógio biológico deu-se ali por volta dos 30.
- 206 I: E agora como mãe, qual é a sua experiência, em que é que... que relação estabelece no que foi a sua educação e aquilo que é hoje... a forma como exerce esse papel de mãe? Não é, como... como já disse...
- 207 E: [impercetível] Eu traduzo o modelo que tinha, que tive, reproduzo o modelo da minha mãe, também do meu pai, para eles terem respeito pelos professores, pela escola digamos o sítio onde eles estão. Reproduzo o modelo adaptado às condições em que estamos hoje, ou seja, à evolução cognitiva também.
- 208 I: Isso significa o quê?
- 209 E: Significa que eu consigo já relativizar mais alguns problemas.
- 210 I: Como por exemplo?
- 211 E: Problemas de adolescência. Eu trabalho com adolescentes a 25 anos, adivinho os seus pensamentos.
- 212 I: Era uma coisa que os seus pais não faziam a si e à sua irmã?
- 213 E: Pelo conhecimento eu valho-me por ser professora há 25 anos. Às vezes é difícil distinguir ser mãe de ser professora. Mas eu em casa não gosto de ser professora, sou mesmo mãe. E às vezes daquelas mães chatinhas, pronto.
- 214 I: Como é que é uma mãe chata?
- 215 E: É, arruma isto, põe aquilo, olha lá, aqui, vamos lá tomar banho, aquelas coisas da higiene diária, do cuidado.
- 216 I: Cuidados com a alimentação? E onde é que esses cuidados entram, no apoio da família, do próprio pai?
- 217 E: Sou quase eu, que faço quase tudo. Porque moramos cá e os avós não. Estamos sozinhos cá. Temos uma rede de amigos, pequenina... poucos reduzida de número, mas boa de qualidade. Com quem podemos contar, de irmos buscar, de uma boleia, uma coisa assim. Conseguimos perfeitamente gerir. Mas tudo é combinado, tudo é combinado, tudo é agendado, tudo é conversado, tudo. Ir buscar, ir levar.
- 218 I: O que é que o pai faz?

- 219 E: O pai de manhã leva. Sou eu que vou buscar. A grande parte das vezes quando eu tenho reuniões, que são na maior parte das vezes ao final do dia até à noite, podem ficar com o pai no trabalho. Preparo o lanche para todos, filhos e pai, lanchinho, mochilas de manhã, arrumar as mochilas todas. Todos levam a sua mochila. Não sei o que me falta aqui mais. Trabalhos de casa, enquanto eu preparo o jantar, a Inês vai fazendo os TPC. Depois dos deitar, a um quarto para as dez, sou eu que me sento um bocadinho no computador a acabar alguma ficha ou a preparar algum documento que envio depois pelo Google *Drive* para aceder na sala de aula. Ou fico a ver uma série no canal dois com o meu marido, gosto muito...
- 220 I: O que é que o pai faz com eles para além dessas rotinas?
- 221 E: Muita brincadeira, muita brincadeira, cantar, tocar, rebolar no chão...
- 222 I: Qual é que brinca mais?
- 223 E: O pai brinca bastante. Com os dois, ou com o David.
- 224 I: Vocês os dois?
- 225 E: O pai brinca mais do que eu. A mãe também brinca mas enquanto a mãe anda ali a compor as coisas... o modelo é igual ao da minha casa, ou seja mãe apoia a despor, ou seja, eu ponho a mesa e o pai tira. É assim um bocado partilhado... pronto.
- 226 I: O modelo é igual ao da sua casa?
- 227 E: É a mãe que ... é na mãe que se concentra o GPS...
- 228 I: A mãe é o GPS?
- 229 E: E o pai é um bocadinho mais ausente, o meu era um pai completamente ausente e o meu marido muito presente. Não era... era muito importante para mim que queria constituir família com aquela pessoa, ou se não constituísse família, como eu não pensava nisso, era ter para mim um companheiro de vida, ser um registo de uma pessoa culta, sensível, educada com gostos próximos dos meus e que conseguíssemos conversar sobre isso. E com o seu espaço também de solidão, que também precisamos disso, como o seu espaço de criação, como eu preciso do meu espaço de ir dar uma volta e ver montras. Não sei se respondi. Acho que me repeti para aqui.
- 230 I: Não. Não são respostas propriamente... estava a falar como é que era ... a relação...
- 231 E: A minha mãe... eu deixo o meu marido [impercetível]

232 I: [impercetível]

233 E: ... às minhas colegas. Se eu morresse agora, os meus filhos estavam bem entregues. E esta sensação, este descanso é muito bom. Ou seja, estou fisicamente cansada... porque, estender roupa, dobrar, não sei que ... nananana. Eu dobro a roupa, faço uma pilha de roupa, eles os três arruma-ma nos sítios. A imagem do GPS, não sei se é clara. Eu tenho as diretrizes e eles obedecem... é um bocadinho assim. Sou mandona. Um bocadinho controladora, neste sentido, ter os pacotes arrumados. E a eles dá-lhes jeito. Eu gosto disto, e eles não se importam de ser comandados, porque também percebem que isto assim, tudo orientado, também oleado, a máquina está oleada.

234 I: E o que é que mais a preocupa? Nestas... agora nos miúdos, nestas... grandes preocupações.

235 E: O que mais me preocupa é... não ser mãe mais tempo, pela ordem normal da vida morrerei mais cedo do que eles, ou seja, eu com quarenta e seis anos tenho a minha mãe com sessenta e oito, vá setenta. E reproduzindo isto para mim, eu com a idade da minha mãe, os meus filhotes ainda são muito novos quando eu falecer ou o meu marido, se seguirmos a ordem normal da vida, os pais irão antes dos filhos, eles vão ficar sem pais cedo. A mim mete-me impressão. Se a mim me custa com quase cinquenta anos, ficar sem os meus pais mas tenho cinquenta anos, e percebo que pode acontecer, um AVC, um acidente, qualquer coisa, nesta fase em que eles estão, não é?! Os meus filhos podem viver isto, mais cedo

236 I: Mais cedo com que idade?

237 E: Com 30, 40. Isso a mim assusta-me, não poder vê-los mais tempo. Claro que eu não sei quando é que morro... [impercetível].

238 I: Não acompanhar...

239 E: Sim... como é que eles crescem, como é que eles são enquanto adultos. Não sei se alguma vez chegarei a ser avó [choro] Mas o resto das coisas do mundo não me assustam. O resto relativizo. Porque as gerações são todas iguais, estes miúdos são iguais ao que nós eramos. Temos que responder às solicitações que tem. Pois... pensam da mesma maneira, querem a mesma liberdade, estão fartos dos pais, estão fartos de nós. Tal e qual como nós, só que ...

240 I: Nesta fase agora deles, há assim alguma coisa que a preocupe? Eles tem idades diferentes, não é?

241 E: Um tem nove, outro tem seis, vão fazer agora neste mês. 6 e 9. Preocupa-me... o que é que me preocupa? Para além da saúde.

242 I: Sim...

243 E: Mas não é por aí, porque com outro filho Parkinson. Esse sobrepôs-se a todas as outras preocupações, olhos, dentes... [risos] e diarreias e viroses, isso. Ao pé do Parkinson, isso não é nada. O que é que me preocupa? Preocupa-me se eles algum dia não gostarem de viver. Estas ideias de falta de gosto pela vida, suicídios. Nestas... nos adolescentes, jovens, e isso. Acho horrível.

244 I: Isso preocupa-a...?

245 E: Se eles algum dia perdem o gosto pela vida de alguma maneira, a gente não conseguir incutir o gosto pela vida, de serem felizes.

246 I: Como é que lida com isso, no seu dia-a-dia?

247 E: Não penso nisso. Agora estou a pensar aqui. Aqui estou a racionalizar. Não penso nisso. Penso quando aparece alguma notícia. Alguma coisa menos boa, uma notícia no telejornal. Já não consigo só pensar em mim, já projeto tudo neles. Penso... se naquele local tivesse, se tivessem os meus meninos ou tivéssemos nós, ou se fôssemos nós a passar por isto. Não quero isto para eles, não quero guerra. Nem para eles, nem para os meus alunos, nem para os nossos [incompreensível]. Se algum dia tivermos guerra, vir louca, vir livre completamente. Vou andar-me a manifestar contra tudo.

248 I: E...

249 E: Acho que é preciso esta garra. Quero incutir-lhes esta garra. Quero que eles tenham esta garra.

250 I: O que é que lhes procura transmitir. A pouco já falou ... o que é que...

251 E: Tudo, tudo, tudo... darmos a volta a tudo. Temos que dar a volta a tudo. Conhecer sim, conhecer as coisas todas. Mas sermos pessoas respeitadas, respeitadoras. Colocarmos as questões. Não termos medo de chorar, não ofender ninguém, observar muito bem antes de abrir a boca, é o que tento incutir neles. Ainda são muito pequeninos mas acho que eles percebem. Vão percebendo. Até porque atualmente, acho que acontece com todas as pessoas. Nós temos, começamos a ouvir em eco as vozes dos nossos pais, frases dos nossos pais que eles diziam, nós estamos a ouvi-las.

252 I: O que é que ouve em eco?

253 E: Os provérbios.

254 I: Que provérbios é que são esses?

255 E: Mais vale um pássaro na mão que dois a voar.

- 256 I: E como é que isso se traduz no seu dia-a-dia?
- 257 E: Aproveitar as oportunidades que temos, se é... Por exemplo, se alguém nos convida para ir dar uma voltinha ou para ir tomar um café... “estou com a preguiça, estou cansada, não, não...”. Calças os ténis, pegas na mala e vais. Esse convívio já ninguém te o tira. Nunca optar pela preguiça, mais vale agarrar aquele pássaro, do que ter várias oportunidades e estar sempre a dizer que não, “hoje não vou por preguiça, amanhã também não vou porque tenho que fazer coisas para a escola”. Agente consegue sempre aproveitar as coisas, penso eu. Outro provérbio... Casa de ferreiro...
- 258 I: ... Espeto de pau.
- 259 E: Espeto de pau.
- 260 I: Como é que isso se aplica?
- 261 E: Somos... não é uma casa de artista, mas é quase. É onde se toca menos piano e toca-se só na brincadeira. O violino da Inês, “Inês já foste treinar violino?, Oh meu eu sei tudo, eu sei tudo..., e eu pronto, ok sabes tudo”, ou seja,...
- 262 I: O que é que isso tem a ver com os seus pais? Os provérbios veem-me à cabeça... e associa aos seus pais...
- 263 E: Sim, sim, um bocadinho, um bocadinho isso, porque era... “Casa de ferreiro, espeto de pau”, aqui temos do género, nesta casa somos todos tão cumpridores com o trabalho, com... com as regras com tudo! O meu pai era mais, era mais, e a minha mãe era mais brincalhona, mais descontraída, pronto. Aqui também é a nossa casa, o nosso espaço...
- 264 I: Apesar do autoritarismo do pai, no fundo... a mãe conseguia [impercetível]
- 265 E: [impercetível] brincava connosco. Cantávamos e dançávamos em cima do sofá até estar todo partido, é aquele que está hoje na marquise, era a parte... eu isso, queria fazer um bocadinho com os meus filhotes. Sim, aqui é o espaço deles. Dançamos um com os outros, gritamos, pronto. Mas este espaço aqui é onde eles sejam livres, de alguma maneira livres.
- 266 I: Em que é que se sente mais segura? Pra além dessas coisas todas que já disse, que já são muitas?
- 267 E: Sim é verdade...
- 268 I: Qual é a sua... assim como mãe? Em tudo...
- 269 E: [Impercetível] o que me deixa mais segura é que conseguiria morrer aqui na hora por eles. Se me

perguntarem “queres levar um tiro na cabeça para a Inês e o David viverem”, “Já”. Sem hesitar. E é um amor incondicional [choro] [impercetível].

270 I: Quais são os seus melhores prazeres?

271 E: [choro] os melhores prazeres com eles?

272 I: Com todos... não sei?!

273 E: É vê-los a adormecer, é vê-los a acordar, é beijá-los de alto a baixo, é dar-lhes colo, é dar-lhes abraços, rezarmos o anjinho da guarda, cantar. Abraçá-los muito e deixar que eles nos transmitam frases bonitas. A Inês é mais reservada, o David é mais espontâneo. Ouvi-lo dizer “és a estrela da minha vida, és o sol da minha vida, és a lua, és linda, és o maior amor da minha vida”. Ele é muito espontâneo é muito pequenino mas vai quebrar os corações todos. Estas coisas assim, observá-los, ficar pasmada a olhar para eles. Não lhes cobrar nada. Dizer-lhes que a mãe também erra, e o pai. Que estamos a tentar fazer o melhor.

274 I: E a mãe erra no quê?

275 E: A mãe erra quando dá três ou quatro gritos sem necessidade. Quando a mãe dá três ou quatro gritos para pôr cá para fora a fúria e depois já está boa a seguir. O pai...

276 I: Em que momentos sente mais a necessidade de ter essa explosão?

277 E: No final do dia, quando são aqueles... quando passo o dia todo na escola e é muito barulho, na escola, não é. E depois é aquele barulhinho deles, às vezes torna-se mais irritante do que o dos quinhentos na escola. Como é que é possível isto, isto não é correto! Às vezes digo “papapapapapapa”, pronto, eles já perceberam. Eu digo “A mãe está aqui aos gritos mas isto daqui a um bocadinho já passa, já sabem que é assim, esperem só um bocadinho que isto depois acalma”. E eles já percebem. Pronto as coisas são explicadas, são faladas e acima de tudo, não... acho que não temos grandes reservas, mas pronto, não temos grande reserva. Pelo facto de sermos mais velhos, acho que isso relativiza...

278 I: Para além dessa fraqueza que estava a dizer, identifica outras?

279 E: Sim... gostar de querer... ter colinho... e não ter tanto colinho... Eu gostava de ter o colinho do meu marido só para mim e agora somos três. O meu marido também sente o mesmo. Dormimos em todas as camas que existem na casa, ou seja, deitamo-nos e a seguir chega um, levanta-se, o outro depois vai para a outra cama ou para a cama de um deles, entretanto já lá está outro, ou seja, pronto...

esta... quando eles... de alguma gostam do nosso cheiro, gostam do nosso toque e aparecem lá, pronto. E aí... agente por muito cansados que esteja e no outro dia de manhã dizemos sempre a mesma coisa “por favor hoje deixem o papa e a mamã descansar”, duas ou três ou quatro noites eles conseguem fazer depois aparece lá outra vez passado uma semana ou quinze dias, pronto. Mas é muito bom e agente os dois olhamos um para o outro e dizemos “não te esqueças que isto está quase a acabar, falta... daqui a uns aninhos eles já não querem nada connosco, por isso vamos aproveitar”. E eu esta atitude meio parola “vamos lá aproveitar aquilo que eles tem mais de engraçado para dar” e admirá-los enquanto pessoas, mimá-los ...

280 I: E sente isso como uma fraqueza?

281 E: Aquilo é daquele sentido que agente tem pouca capacidade em ralar. De... tão bem que nos sabe, emocionalmente bem, mas fisicamente tão doloroso que é, que eu acho que é esta bipolaridade quando se é mãe mais velha que é difícil conciliar. Que é, a cabeça está arrumada, a pessoa está definida, o corpo está muita estafado [risos], o corpo está mais estafado. Pronto, lá estamos um pouquinho mais cansados.

282 I: O que é que podia contribuir para mudar isso?

283 E: Ter mais dinheiro, ir ao spa, ter férias sem cozinhar ... entrar no hotel com pensão completa, não sei o que isso é! Mas que eles também beneficiassem disso. Acho que aqui a parte do dinheiro, condiciona as nossas escolhas... porque como somos pessoas cultas, modéstia à parte, também sabemos o que é luxuoso, o que é prazeroso, o que é que é mais agradável para lhes dar.

284 I: [impercetível] por exemplo a família e os amigos não podem ajudar para terem esse descanso?

285 E: Podem ficar, podem ficar com eles... sim ficam, mas pronto. Mas, lá está outra questão, que é... a nós faz-nos muito sentido passear com eles. Faz muito sentido sair com eles. Em pouco tempo eles não vão querer estar connosco, aí... já tivemos tanto tempo sozinhos que depois voltaremos a estar sozinhos, com outra idade... foram trinta e sete anos sozinhos. Pensa, são trinta e sete anos, as pessoas pensam lá... algumas pessoas já tem filhos com dezassete anos nessa altura. Então agora nós aproveitamos os miúdos, aproveitamos quando podemos. Felizmente temos amigos que não se importam de estar connosco e com os meninos... nunca há um convite só para nós! Por exemplo até pode haver um convite para nós, mas temos amigos que ficam com eles. Não é muito grave, consegue-se gerir isso. O sentido de estar todos juntos... não sei, assim... por exemplo eventualmente irmos ao cinema. Irmos ao cinema, cá em Évora não há cinema. É uma vantagem. Mas eu vou ao cinema às quartas-feiras à tarde, no Soror Mariana, com uma das minhas amigas, aí lá está é tudo combinado com

o meu marido “hoje eu vou sair com as minhas amigas”, ou ele vai beber um copo com os amigos “hoje vou beber com o Rui, vou com o Sérgio, vamos beber um copo”, “tudo bem”. Já sei que sou eu com os meninos, ou ele com os meninos. Os dois... eles ainda são muito pequeninos, não conseguimos assim tão bem, deixá-los tanto tempo. Acho que já são parte do nosso corpo. São parte de nós. Eu acho que eles são outros Eus, outros nós, não sei se... é como se a Inês fosse outra Ana, o David fosse um pai parece que por sermos assim uma multiplicação das personalidades mas sempre para melhor. Sempre personalidades melhores. Eles são forçosamente melhores pessoas. Porque... porque quando agente os teve estávamos de bem com a vida. Não foi nada precipitado... não fui casar porque tinha de ser à pressa. Não foi nenhuma gravidez omitida ou ... não casámos porque a família nos forçava “há, tem que casar... olha que agora tem que ser pais”, ninguém nos perguntou isso. “Quando é que vem o bebé” as perguntas que as famílias fazem, “então e quando é que vem... então, já a bebé a caminho”. Nunca... eu acho que isso, tanto a mãe do meu marido, porque eu não conheci o meu sogro. O meu marido... o pai faleceu quando ele tinha 17 anos. Ninguém, ninguém nos pressionou a ter filhotes ou a juntarmo-nos, não. Isso é bom... a sociedade também pressiona muito. ...

286 I: O que é que a sociedade pressiona mais, para além disso?

287 E: Eu acho que continua a ser menos, meiga com as mulheres.

288 I: Menos?

289 E: Meiga...

290 I: Meiga com as mulheres... com o que?

291 E: Em tudo, no trabalho, na crítica, na avaliação social que é feita...

292 I: Em quê perspectiva a critica ou a avaliação social por exemplo a si a incomoda [impercetível]?

293 E: Por exemplo enquanto Diretora de turma. São as mães que estão nas reuniões, mais mães que pais.

294 I: E na sua vida, em que é que isso a condiciona?

295 E: De alguma maneira...

296 I: [impercetível] Ou condicionou em alguma fase da vida?

297 E: Eu acho que sempre fui assim um bocadinho *open minde*, acho que me considero uma pessoa livre durante muito tempo... depois as prisões que temos são prisões às convicções, aos valores em que acreditamos e que gostamos.

- 298 I: E que valores são esses que no fundo vem da sociedade, não é? Que prisões são essas, se quiser chamar?
- 299 E: Eu, eu... eu vejo muito a parte de... excesso de trabalho.
- 300 I: Em relação às mulheres?
- 301 E: Sim... muito trabalho e muito pouco tempo para estar com a família, muito pouco tempo para cuidarmos de nós...
- 302 I: E o que é que isso tem a ver com a sociedade? com a pressão da sociedade? ou como a forma que a sociedade vê as mulheres?
- 303 E: Para mim tem a ver com o facto de, o motor das casas como eu disse à pouco... acaba por ser as mulheres. Hoje em dia se uma mulher não trabalha é um bocadinho difícil de, vive mais isolada. São poucas as mulheres que não trabalham, a maior parte das mulheres trabalham. Uma mulher que opte por ficar com a família como a minha mãe, pronto... é raro ver...
- 304 I: E em relação a si?
- 305 E: Em relação a mim, acho que é uma duplicação de papéis. São muitos papeis para tomar conta.. e o querer sempre ser boa em tudo, não falhar em nada.
- 306 I: Porque essa é a expetativa da sociedade, é a pressão, é isso?
- 307 E: Exatamente, eu acho que é uma pressão que nos educa... nós próprios também queremos ser boas no que fazemos. Quero ser boa no meu trabalho, quero ser boa enquanto mãe, quero ser uma amiga presente...
- 308 I: Há essa pressão externa mas... [impercetível]
- 309 E: Acho que a sociedade já nos educou assim. Vai-nos manipulando. Mesmo sem querer a pessoa está a ser manipulada para uma ideia de excelência.
- 310 I: E o que é que nisso é diferente nos homens?
- 311 E: Eles não são tão penalizados.
- 312 I: De que forma? O que é que isso significa?
- 313 E: Do que me é dado a observar enquanto professora e enquanto mãe, mesmo em questões de divórcio. E a maior parte das minhas turmas são divorciados, são filhos de famílias divorciadas e

restruturadas. São sempre as mães que tem a parte mais penosa. Quando é mais penosa, é parte menos prazerosa. Quando são as chatices da escola, chamam-se as mães, as doenças são as mães que estão no centro de saúde... as reuniões são as mães que estão, faltar ao trabalho é a mãe que falta, quando é o divórcio é o pai que constitui outra família, mas é a mãe que fica com os três ou quatro que já tem, ou a avó, volta a ser o modelo feminino.

314 I: A avó que materna? ou paterna?

315 E: A paterna por estranho que pareça... O pai muda de vida, e às vezes é a avó paterna que tem que ajudar ali. Mas é a avó, a figura feminina, independentemente ser do pai ou da mãe, é sempre a mãe, a avó, a tia.

316 I: E em que é que podia ser diferente? O que é que podia mudar a esse nível?

317 E: Eu acho podia ser diferente se houvesse uma penalização, e custa-me dizer isto, mas é verdade. Se houvesse alguma penalização no sentido laborar, num encontro maior entre, entre os trabalhos, os pais podem ir às reuniões e podem ter justificação, não?! Mas há pais que trabalham de sol a sol'.

318 I: Pais homens ou pais e mães?

319 E: Pais homens. Trabalham em vários sítios. E as mães a mesma coisa e depois não conseguem estar presentes em casa, não conseguem estar presentes porque estão cansados, ou ainda não chegaram do trabalho. E alguns dos miúdos estão sozinhos. Se as pessoas tivessem mais tempo para a família e para ter mais tempo para a família tinham que ter menos tempo no trabalho e ser melhor remuneradas ou socialmente mais reconhecidas, pronto. As pessoas precisam de mimos.

320 I: O que é socialmente mais reconhecidas?

321 E: Na minha ótica, socialmente mais reconhecida é não se banalizar a profissão. É trabalhador da câmara é uma porcaria, isso não se ganha nada...

322 I: As profissões serem socialmente mais reconhecidas?

323 E: Mais reconhecidas, sim sim...

324 I: [impercetível]

325 E: É professor... é professor tens carregada de férias. Ganhas à proporção do que trabalhas, não trabalhas nada, ganhas pouco. Calas-te. Tens carradas de férias, não te esqueças.

326 I: Mas relacionado isso com ser mãe ou pai, qual é a relação que estabelece?

- 327 E: Estabeleço que as pessoas dedicam... dedicam o tempo, tem muito tempo dedicado ao trabalho para terem mais dinheiro. Para depois poderem disfrutar dele só no mês de férias. Então são muito exploradas no trabalho, durante muitos meses, para depois só terem um mês de descontração. A pessoa esgota-se no trabalho, esquece-se de si, esquece-se que é mãe, que é mulher e está só naquela parte da sociedade de cumprir horário, ser bom trabalhador, não faltar, não adoecer... é uma grande exigência.
- 328 I: Qual é a relação que a sociedade faz entre o mundo profissional e o mundo familiar... de pai e mãe?
- 329 E: Ainda não percebeu que uma família equilibrada, as empresas não perceberam, o governo não percebeu, que uma família equilibrada, com tempo para se mimarem, brincar, descontraír e conversar, e olharem-se olhos nos olhos é fundamental para ter um país de gente normal e feliz.
- 330 I: E em relação ao ser pai e mãe? Como é que é?
- 331 E: É um acumular de ansiedades, é um... a pessoa tenta dar o melhor aos seus filhos, não consegue porque tem que cumprir com a parte laboral e entra em descompensação.
- 332 I: Como é que aí... como é que a sociedade influencia em ser pai ou mãe? Qual é a visão que tem que a sociedade tem sobre o desempenho profissional e a importância do desempenho profissional e por seu lado não valoriza tanto a família. E onde ser mãe ou pai surge aí? Qual é o papel?
- 333 E: [impercetível] É um empecilho doido.
- 334 I: Pela sociedade?
- 335 E: É um empecilho... Acaba por ser um empecilho quando as mães tem que pedir para sair para irem às reuniões, quando não conseguem estar presentes. Quando na escola...
- 336 I: Como é que é valorizado ser pai ou ser mãe? No seu entender?
- 337 E: Eu acho que não é. Acho que ainda a sociedade não parou para pensar no ponto, no fulcral que é ter uma família com tempo para saber que é família.
- 338 I: Mas uma família pode não ter filhos...?
- 339 E: Exatamente... Por acaso eu até tenho amigos que optaram por não ter filhos. Eu acho que é exigido de mais, da pessoa enquanto trabalhador e não enquanto ser mais completo. Ter tempo para ler, viajar, conhecer, até com tempo para voluntariado... não temos tempo, uns para os outros. Temos tempo para cumprir horário, para ter um vencimento, pão para a boca. Acho que as empresas não pensam na importância que é...

340 I: Qual é a valorização, que no seu direito... é dada hoje aos filhos na vida das pessoas? A forma como a sociedade...

341 E: Cada vez menos...

342 I: Como por exemplo, ao longo da sua vida como é que a importância de ser mãe ou pai, ou ser... [impercetível]

343 E: Eu não, eu não via... Passei a ver o facto de haver crianças e jovens no país como um fator muito importante para toda a dinâmica de vida e felicidade de uma sociedade.

344 I: Passou a ver isso a partir de quando?

345 E: O facto de ser professora ajuda!

346 I: E antes disso, como é que...

347 E: Não... não percebia nada disso, não tinha nenhuma consciência disso.

348 I: E como é que do ponto de vista da sociedade e políticas públicas das várias áreas, ter... ser diferente?

349 E: O aumento das, da licença de maternidade, o aumento do tempo. Acho que é preciso uma reeducação da sociedade no que diz respeito aos afetos...

350 I: O que é que isso significa? Como é que isso...

351 E: Significa haver programas... Para mim era haver programas televisivos, porque para mim a televisão acaba por ser a maior escola, programa televisivos que ensinam as pessoas a ... a gerir uma casa, economia doméstica, perante esta situação problemática como é que deve agir, que frase é que teve ter com o seu filho ou que frase é que não deve ter, que situações é que o seu filho pode ou não pode ter acesso. Reeducar um pouco a consciência das pessoas, e a parte dos valores...

352 I: Como é que isso se faz no âmbito da educação, da escola...

353 E: Na escola nós fazemos na parte da Educação Cívica, mas que é limitativa, são 45 minutos por semana.

354 I: Onde é que entra aí, isso que estava a dizer que é reeducar para o valor família?

355 E: Repare... nós temos...

356 I: Para as crianças, para a importância das crianças...

357 E: Nós temos num sentido futuro... Hoje vocês são filhos, amanhã pais sereis. Educamo-las no sentido de responsabilidade, de seriedade, cumprimento de valores como a verdade, a amizade, o respeito, a atenção, o desenvolvimento intelectual. Nós ensinamos as crianças assim. Tentamos todos os dias, o professor de história, o de português, o de inglês, o de francês, todos nós tentamos fazer isso. Depois quando recebemos os pais, percebemos que os pais não nascem como cada um de nós com uma cartilha para ser pais. E como vivem asoberbados de trabalho, em vez de tirarem um tempo que não têm, para conversar com eles ou para brincar, substituem essa parte afetiva com prendas: telemóveis, ipades, etc, etc, etc... o que sublinha ainda mais o isolamento físico. Então, nós ensinamos os miúdos o sentido coletivo, trabalhamos para uma sociedade melhor, com melhores valores de partilha, liberdade, igualdade e respeito, e quando recebemos os pais percebemos que “ai professora eu não sei lidar com ele... não sei nada disto... eu já não sei o que fazer... não tenho mão nele...”

358 I: Nessa lógica, como é que a educação, que se tem desde sempre, para assumir a função de pai e mãe e para depois, para a via... para se entrar na parentalidade e depois para se desempenhar esse papel como é que podia ser diferente? Na nossa sociedade... para preparar as pessoas, para entrar e para essa noção... como estava a dizer a pouco “se eu soubesse o que sei hoje que dava tanto prazer tinha avançado muito mais cedo” mas depois diz “mas durante a minha vida nunca pensei na importância que isso era, nunca fui sensibilizada para isso”?

359 E: Eu dou conta enquanto... na minha profissão dou conta de mães e de pais que foram mães e pais por acaso, que aconteceu e depois perceberam que ainda não estavam na altura certa para sê-lo. Se eu soubesse o que sei hoje... pois não sei... não estava preparada para isto e recebo mães e pais que tem idade para ser meus filhos. Então precipitaram-se ... nessa opção.

360 I: Há alguma idade...?

361 E: Não, não sei se há uma idade certa para sê-lo... acho que há uma educação... a ver se eu não me baralho aqui com as minhas ideias. Penso que há uma educação muito para...”vale tudo, tudo tem que funcionar muito bem, tenho é que tirar gozo disto”. Não há uma educação para o sacrifício, para a ausência de, para a privação de, não há um ensino da dor, do sacrifício, do que corre menos bem. Então faz com que a pessoa quando se depara com algum problema ele torna-se hiperbólico, torna-se ainda maior do que aquilo que é, porque as pessoas não sabem lidar com o sofrimento. Não tem maturidade ainda para lidar com o sofrimento. Eles próprios foram pais tão cedo que de repente estão com filhos que estão a ser pais. Aparece uma gaiata grávida.

362 I: E como é que isso podia, do ponto de vista da sociedade e até das políticas públicas como é que se podia transformar isso? Em várias áreas...

363 E: Eu acho que o ministério da saúde pode perfeitamente sensibilizar os seus pacientes, os seus utentes, peço desculpa, pode ensinar mesmo os seus utentes. Faz-se desta maneira.

364 I: Quando as pessoas engravidam, quando um homem ou uma mulher, esta a entrar nessa fase da vida, na parentalidade, é isso?

365 E: Exatamente!

366 I: Ser mais pedagógico o ministério da saúde, dizia? É isso?

367 E: É um bocadinho isso. É um bocadinho...

368 I: Há bocadinho, logo no início dizia, os pais não comprem, para a saúde não contam [impercetível] foi uma expressão que utilizou à pouco?

369 E: É... Tinha que ser quase obrigatório.

370 I: E agora estava a dizer...

371 E: Porque isto às vezes... o pai não está presente na consulta, saber quem é o pai, onde é que ele está. Tem que lá estar. Estarem sempre os dois. Não digo que tenha que ser punido, mas ser incentivado a.

372 I: E o que é que escrevia nessa cartilha a pouco que me dizia “os pais não nascem com uma cartilha”, não é?

373 E: Não nascem...

374 I: Portanto...

375 E: A partir deste momento és responsável por esta criatura, por isso tem que estar... tens que ter... tens que tomar, tens que saber que foste, és responsável por esta criatura, é um pedaço de ti. Tens que responder por ele para o bem e para o mal. Vais com ele à escola, entendes o que é que se passa, acompanhas a mãe no que fizer falta, tomas conhecimento da sua evolução de saúde. Tomas conhecimento das suas brincadeiras, tomas conhecimento da sua evolução da escola.

376 I: Esse papel [impercetível] pela saúde..

377 E: Tiras dúvidas no que diz respeito daquilo, do outro. Não, enquanto pai não responsabilizes o professor porque ele falhou nisto ou naquilo, questiona-te antes de responsabilizares outro.

- 378 I: Isso é só para os homens ou também para as mulheres?
- 379 E: Homens e mulheres. Fazia uma cartilha assim conjunta.
- 380 I: [impercetível]
- 381 E: Sempre conjunta... Uma assunção deste assunto conjunta. A não ser, pronto naqueles casos que quer ser mãe solteira, são exceções. Pronto, mas de qualquer maneira parece-me sempre que é um projeto a dois.
- 382 I: Quem e essa cartilha é transmitida por quem?
- 383 E: Seria logo transmitida pelo ginecologista, pelo médico de família. Aquela cartilha, era como se fosse a caderneta do pai e da mãe. Em que reunião é que esteve presente, tomou conhecimento das avaliações.
- 384 I: E como é que isso era acompanhado? Ao longo da vida dos pais e das mães?
- 385 E: Eu acho que depois é assim... a pessoa parece que está sempre à espera de um prémio por isto. Por isso se for cumpridor, se for cumpridora, á de haver ...
- 386 I: Um reconhecimento...
- 387 E: Um pote de moedas no fundo do arco-íris, um reconhecimento. Esse reconhecimento a gente não pode pensar que ele existe formalizado. Não parece que seja sensato que ... não. Mas digamos, eu acho que há, eu acho que é possível haver ... deixe-me pensar nisto. Eu acho que se percebe isto, quando a pessoa depois vai para o trabalho sem ir sem uma sensação que alguma coisa está a falhar. Eu sou boa no trabalho... mas também tenho as coisas em casa, também está tudo organizado. Na escola o Professor também sabe que sou presente, também sabe que sou um pai, uma mãe presente, porque também tem feedback e tem lá, conhece-me, tem as assinaturas, tem o meu feedback... Porque às vezes acontece que a gente só conhece a mãe, sempre.
- 388 I: Como é que estava a dizer, está bem. Mas como é que no fundo os pais podem ser acompanhados ao longo da vida para que essa, nessa cartilha, no cumprimento dessa cartilha, no desempenho das diretrizes dessa cartilha? Como é que podem ser acompanhados?
- 389 E: É como uma caderneta de cromos, é quanto mais pontos lá estivermos... mais...
- 390 I: Mas como é que vê isso, estava a relacionar com os profissionais de saúde, que relação é que estabelece com essas coisas?
- 391 E: Com os profissionais de saúde...

392 I: Eu agora estava...[impercetível]

393 E: ... com o diretor de turma da escola, com o seu patrão.

394 I: No fundo ser mais reconhecido o desempenho? O que faz de bem?

395 E: Sim, sim, mais pela mais-valia que pela falha. Mais pela presença do que pela ausência.

396 I: E como é que esse reconhecimento se pode no seu entender fazer?

397 E: Primeiro acho que tem que ser feito a formação para isso.

398 I: Formação a quem?

399 E: A todos os profissionais.

400 I: Como é que [impercetível]

401 E: Aqueles em termos hierárquico que estão no topo

402 I: Reconhecimento [impercetível] o que é que os pais fazem bem.

403 E: [impercetível] Não punição.

404 I: Daquilo que os pais e as mães fazem de bem.

405 E: Claro.

406 I: Se não devia haver ... A pouco dizia... “Devia haver punição quando não fazem certas coisas”?

407 E: Exatamente... como é que eu vou explicar, como eu sinto a ausência dos pais na, no meu trabalho, as vezes tenho vontade de castiga-los...

408 I: Castigá-los em aspas... está a utilizar aspas!

409 E: Parece-me a maneira mais fácil das pessoas perceberem. Se forem penalizadas por não virem cá...

410 I: Como é que isso se conjuga com aquilo que deve ser uma cultura de reconhecimento?

411 E: Por outro, mas por outro lado, eu percebo que não é assim, que não pode ser assim. A pessoa não pode ser penalizada se não foge.

412 I: Portanto para não se chegar aí, tem que haver [impercetível]

413 E: Sim, mas também a vida tinha que ser mais facilitada nesse aspeto, não é?! Tinha que ser mais, mais facilitada. Nós sabemos que o país só evolui se houver mais crianças e mais jovens, e este

rejuvenescimento também tem de haver, tem que ser criadas as condições para que também seja...

414 I: Essas condições são quais?

415 E: São as laborais, são as de rendas de casas, preços de rendas de casas, preço das comidas do supermercado, acesso a cultura muito mais facilitado, o trabalho, a parte do trabalho eu acho que é muito penalizador.

416 I: E a parte da educação, estava à pouco a dizer [impercetível]

417 E: [impercetível] As pessoas não podem passar, nem os miúdos podem passar tanto tempo na escola. Estamos a criar gerações completamente...

418 I: E [impercetíveis] mas os pais também deviam ser reeducados de algumas formas. Formados para ser pais e mais tarde reeducados com outros valores.

419 E: Fala-se muito naquela coisa de escola de pais que funciona também na católica e que funciona em algumas escolas e funciona também em outras escolas de país, muito... Eles aí aprendem alguns dossiês que tem a ver com afetos, com a saúde, com a atenção, com vidas futuras, com medos, com receios, é uma parte, penso eu, mais psicológica mas que é importante, pronto. Agora como é que... as juntas de freguesia têm que estar envolvidas nestas pequenas “escolas de pais”. Antes de ser pai, se pensas em ser pai ou mãe passa por aqui.

420 I: Porque é [impercetível]

421 E: Um mini curso, um mini curso.

422 I: Porque é uma tarefa impossível de exercer?

423 E: Não de todo, é possível de exercer, mas exerce-la com qualidade.

424 I: E isso, no seu entender, no seu caso podia ser dito mais cedo para não ter sido mãe tão tarde se pudesse?

425 E: Eu acho que desde cedo percebia isso. Via a seriedade da família.

426 I: Mas que não é complicado ser, sabia?

427 E: Que não é complicado, não sabia. Nem detive muito tempo a pensar nisso.

428 I: E para si, qual é hoje a leitura que faz? Conjugando aquilo que é para si maternidade com qualidade e ao mesmo tempo maternidade fácil? O que é que estas duas coisas podem ser transmitidas às pessoas

...

429 E: Passando testemunhos...

430 I: ... que no seu caso, pudesse ter sido mãe mais cedo.

431 E: Passando testemunhos.

432 I: Como?

433 E: Com estes pequenos cursos. Eu chamo-lhe curso a ação de formação.

434 I: Mas [impercetível] a pessoa de ser...

435 E: Mas eu só posso... só posso... só poderia transmitir o meu conhecimento a outras pessoas que ainda não são.

436 I: Sim. E essas que ainda não são, não é, no fundo como é que poderia ser integrado na vida das pessoas, a sensibilização da sociedade para aquilo que é ser pai e mãe, que no seu entender é necessário ser feito com qualidade e por outro lado...

437 E: Eu acho que...

438 I: ... é muito mais fácil do que imaginam.

439 E: As juntas de freguesias podem ajudar com esse...

440 I: Mas em que fase da vida das pessoas? Como é que isso se faz ao longo da vida das pessoas? Como é que se começa a introduzir esse tema na vida das pessoas?

441 E: Eu até penso que durante ai o 3º ciclo, o secundário, eu acho que sim... mas não se consegue fazer isso, não ... assim as idades... imaginar assim os pequenitos do 1º ciclo, talvez não, mas...

442 I: Como é que a forma como está a educar os seus filhos em termos de valores, como os está a educar para aquilo que considera ser mais importante, e inclusive a importância de ser mãe e pai, para os próprios filhos?

443 E: A alegria de tê-lo, dizendo-lhe, verbalizando-a... verbalizando tudo. Passando o testemunho.

444 I: E como é que passa esse testemunho? Verbalizando-o?

445 E: Verbalizando.

446 I: E por exemplo, como é a forma...

447 E: Exemplo, pelo exemplo.

448 I: E como é que por exemplo, é que esse exemplo como mulher e o seu marido, como é que os dois, que exemplo é que lhes estão a dar, por exemplo ao nível da forma como partilham as coisas, ao nível da, para eles depois se sentirem por exemplo, as coisas mais facilitadas quando vierem a ser pais e mães, como é que lhes estão a transmitir esse, esse exemplo do que é ser mãe, mulher e através da sua forma de estar?

449 E: Quando... Eu por exemplo... Ontem a Inês trouxe notas e não é má aluna, mas é muito distraída. Em vez de ter sido eu a fazer o comentário, ontem foi a vez do pai “Inês gostávamos que ultrapassasses esta parte, sabendo que és boa aluna consegues, gostávamos que estivesse com mais atenção, de maneira a que este comentário não volta a aparecer. Porque não deixas de ser boa aluna. Para nós seria igualmente bom, se aparecesse “A Inês está sempre atenta” ou até seria melhor “A Inês está sempre atenta de qualquer maneira não consegue chegar aos resultados pretendidos, mas está atenta”, do que “A Inês é boa aluna, mas está sempre desatenta” o outro comentário para nós seria melhor Inês, e então tu consegues resolver essa parte do comentário porque boa aluna não deixas de ser”.

450 I: Quando [impercetível] perspectiva construtiva.

451 E: Sempre construtiva.

452 I: dela consegue... ligar às forças e não às fraquezas.

453 E: Exatamente...

454 I: [impercetível]

455 E: A mesma coisa... quando chega uma mãe ao pé de mim e tem vontade de matar e esfolar o gaiatão e não sei o que... eu agora não consigo... Eu digo-lhe, não vá por aí... não vamos por aí, porque se vamos pela parte belicosa, temos o mundo todo aos beliscões uns aos outros. Esta parte da sensibilidade e reeducação por não bater, não sovar, não mal dizer, tem de ser reeducada, a visão tem de ser reeducada, de não incentivar à violência.

456 I: E no seu caso e do seu marido, como é que fazem?

457 E: É assim mesmo. Perante esta situação...

458 I: Educar para as forças e não para as fraquezas.

459 E: Exatamente.

460 I: Mas disse “Mas foi o pai que falou desta vez e não eu”.

461 E: Que é para ser partilhado, que é para a palavra dele bater certa com a minha. E o meu marido dizia no sofá “Hoje é o pai a falar, o pai sabe que o que vou dizer é o que a mãe pensa”. Eu estava na cozinha.

462 I: E [impercetível] como fazem?

463 E: E eu estava a ouvir.

464 I: Estava na cozinha a ouvir?

465 E: Sim, mas não combinámos nada.

466 I: E pela forma como executam os papéis em casa, o que é esperado de homem e mulher?

467 E: Tem que se igual para os dois. Tem que ser igual para os dois. Se alguma coisa não aparece feita a mãe ralha, mas tem que dizer “Inês dobras a cama, David dobras a tua cama”.

468 I: E como é que os pais estão a dar esse exemplo?

469 E: Fazendo.

470 I: Como é que vão dar o exemplo de igualdade? Para uma partilha, para que as coisas depois sejam mas fáceis e seja mas fácil eles entrarem nesta... e assumirem esta questão da parentalidade de uma forma mais descontraída.

471 E: Porque damos o exemplo porque de alguma serenidade e que as coisas são exequíveis. Não nos passamos dos carretos assim...

472 I: Como é que através do vosso exemplo e daquilo... da forma que cada um faz...

473 E: Quando eles ... com a idade que têm dizem “quando eu for pai ou quando eu tiver os meus filhotes”...

474 I: E aquilo que cada um faz, da forma como fazem as coisas o que é que cada um faz no dia-a-dia não é... as várias tarefas não é?

475 E: Sim, sim...

476 I: Acham, como é que acham, o que acham que lhes estão a transmitir... que modelo dão de mãe ou mulher que depois se vá...

477 E: A gente acredita que estejamos a passar um modelo de equidade de sexos. Apesar do que eu disse há pouco que a mulher é sempre mais penalizada. Mas eu acho que é por uma questão de sexo, porque conseguimos fazer mais coisas do que eles. Mais nada. Isto não é assim uma informação vulgar... não quero que isto passe por... Potencialmente a nossa capacidade é mais, é de conseguir gerir mais as coisas. Podemos não fazer tanto em profundidade, mas conseguimos gerir mais coisas. E eu acho que os meninos e as meninas conseguem observar isto tudo.

478 I: E os seus filhos observam isso? A Inês consegue fazer mais?

479 E: O David consegue fazer mais que a Inês.

480 I: Então aí...

481 E: Ele é mais...

482 I: Ai não se verifica essa sua tese.

483 E: Não se verifica porque de alguma maneira ela é mais preguiçosa que ele.

484 I: Então essa sua tese que elas tem mais, naturalmente mais capacidade...

485 E: Não se verifica nos meus filhos. Apesar de ela ser desenrascada. E, e...

486 I: Mas eles também tem idades diferentes.

487 E: Têm.

488 I: Ela tem que idade?

489 E: Ela tem 9.

490 I: E ele tem 6.

491 E: Ele vai fazer 6.

492 I: Sim. De alguma forma associa também à idade ou?

493 E: Associo também à idade. Ele ainda leva na brincadeira...

494 I: Mas faz?

495 E: Faz... se eu lhe disser “não precisavas de dizer à Inês para passar a ferro”, eu acho que ela lhe acha graça e ela diz “Mãe posso passar alguma coisa? Passa umas t-shirts e uns panos” e não lhe digo propriamente para ir.

496 I: [impercetível]

497 E: Eu estou na cozinha “A mãe está a cozinhar e preciso de ajuda”. Tem que que haver uma ordem, um estímulo.

498 I: Tem seis anos, como é que lida com essas coisas?

499 E: O David não pega no ferro ainda, não é... Mas dobra a roupa e leva-a para cima. Ajuda a dobar e a levar. E ajuda-me na cozinha, mexe o tacho, mexe o arroz, põe as ervilhas, põe o milho, coisas assim. Parece-me, eu acho que é importante a gente não fazer deles inúteis, não fazer deles que são inúteis, ou que nós estamos cá para ser seus escravos, seus criados. Tem que ser uma situação de equidade “A mãe também já trabalhou, está um bocadinho cansada e precisa aqui um bocadinho de ajuda”, mas isto verbalizado, dito mesmo. “he...ninguém me ajuda, eh nenene”, não vale a pena. Não vai... está perdido, está o caso perdido. “A mãe está um bocadinho cansada, quem é o primeiro a vir-me ajudar?”, um deles lá vem, pronto se vem o David por ser mais pequenino ou a Inês, sei lá... por exemplo no outro dia fui despejar o lixo, quando voltei tinha a mesa posta, e não pedi nada. Parece-me que depois começa a ser espontâneo. Também se nós não os enchermos de cargas negativas, eles também conseguem dar para fora cargas positivas.

500 I: E isso é um papel que a sociedade pode ter?

501 E: Sim, claro que sim.

502 I: ... de outra forma?

503 E: Repare se nós não trabalharmos tanto e tivermos mais tempo para eles. Se nós estivermos bem eles também estão melhores.

504 I: Mas também estava a dizer que tem a ver com a forma como nós relacionamos, como somos como professores e passamos as mensagens?

505 E: Sim, na forma como somos pessoas, como fomos construindo essas pessoas, como refletem sobre isso. É preciso muito mais, eu penso que a melhor escola acaba por ser a televisão. Porque a gente não consegue chegar lá de outra maneira. Se as séries forem mais construtivas, se houver mais testemunhos de pais, se houver testemunhos de mais famílias felizes, apesar das doenças, apesar das dificuldades, apesar das pobreza. Se houver mais testemunhos destes, mais do que dos outros... dos outros mais negativos. Acontece uma contrariedade co casal, divorciamo-nos... o gaiato porta-se mal tem que vir a CPCJ tomar conta dele, que a mãe não consegue, está taralhoca. Há um problema na vida, antidepressivos. Qualquer... este é o caminho muito mais fácil.

506 I: No seu caso...

507 E: É como vemos na televisão.

508 I: Estamos-nos a aproximar mais do fim fim...

509 E: Sim, sim, sim... eu penso que a televisão é mais poderosa. Hoje qual é a arma mais poderosa que temos hoje em dia para chegar aos miúdos? Já nem digo o facebook nem essas coisas! É a televisão, se passar na televisão, depois aparece de vez em quando bons programas, a horas más. A horas em que as pessoas já estão deitadas. Não aparece nos horários nobres.

510 I: E diga-me uma coisa, pensando agora na vossa situação, há pouco falou, se vemos as coisas só pela negativa como é que lidamos com ela. Nós estamos mesmo no final da entrevista. Gostava de fazer um balanço de duas ou três coisas.

511 E: Diga, diga...

512 I: Duas ou três coisas. Uma, uma das coisas que surgiu na vossa vida foi a doença do pai, não é?

513 E: Sim.

514 I: Como é que essa, essa situação de doença...

515 E: Eles sabem que existe uma doença mas...

516 I: Foi integrada na vossa família e como é que começaram a lidar com esse terceiro filho, como chamou à pouco?

517 E: Ela, ela deu-nos tempo de ter uma gravidez. Ou seja, os sintomas foram a gravidez. Havia sintomas estranhos que não percebíamos o que era. Então percebemos que alguma coisa no meu marido estava a mudar, nas costas, nas mãos...

518 I: Ai a gravidez da doença.

519 E: Sim, sim... esse tempo até ao diagnóstico. Por isso tivemos tempo para perceber que alguma coisa não estava bem. Até quando o médico pede, a médica pede um exame mais sério para despistar isto, isto, isto, ou seja, a médica foi sincera. Eu acho que é com base na sinceridade, por preto no branco. Vamos despistar esta, e esta, e esta hipótese. Que eu e o meu marido, “Vamos por as barbas de molho, isto pode ser mais sério do que aquilo que estávamos a pensar”. E era. Pronto, o diagnóstico foi. Então, viemos com o diagnóstico de Santa Maria, chorámos desalmadamente os dois.

520 I: Que idade é que tinham os vossos filhos?

521 E: O David tinha 1 e a Inês tinha 4. Chorámos desalmadamente os dois, telefonámos a toda a família e amigos, os amigos mais próximos, os irmãos não é?! Assumimos. No outro dia, foi igual ao dia anterior à notícia. Agora é tomar a medicação e seguir a vida. O pai não pode porque está mais cansado, tem as costas um bocadinho mais debilitadas, até o medicamento fazer efeito, “agora espera aí Inês um bocadinho, que o pai não pode ir brincar por causa das costas do papá”. Eles lá vão percebendo que alguma coisa não está bem e vão aceitando tudo sem nada ser escondido.

522 I: E sabem que o pai tem uma doença?

523 E: E sabem pronto, que o pai tem uma doença. Não sabem o nome dela, não é preciso dizer [impercetível].

524 I: [impercetível]

525 E: Os professores deles sabem. Não é nada visível. Só que pronto, quando há sintomas de mais rigidez não é, tremores, rigidez muscular que impede, pronto. A pessoa está um bocadinho mais cansada, está um bocadinho debilitada, isso aí tem que andar o GPS de saúde.

526 I: Foi um acontecimento na vossa vida que foi integrado?

527 E: Foi integrado... integrado.

528 I: [impercetível] há assim alguns acontecimento... também não quero, quais é que acha que foram os acontecimentos que a marcaram? Que mudaram a direção das coisas que diz respeito à maternidade?

529 E: Umás férias que eu fiz em França, porque eu sou professora de Português e Francês e decidi voluntariar-me para tomar conta de miúdos de famílias francesas. E isso consegue-se fazer porque eu escrevi para os colégios, para a direção dos colégios salesianos e como eles têm filhos... à luz de famílias numerosas, era fácil de encontrar alguém que precisasse durante as férias para tomar conta. Então eu consegui esse contacto. Então passei um mês e duas semanas com uma família francesa. Os pais tinham 33 anos e 35. 33 a mãe e 35 o... e já eram seis filhos. Eu aí percebi...

530 I: Que idade é que tinha?

531 E: Eu tinha 20, estava quase a acabar o curso. Fui tomar conta de uma família francesa. Fui para desenvolver o meu francês. Não era para conhecer a família, era para desenvolver o francês, para ser melhor professora. Então a melhor maneira para aprender a língua francesa é com crianças dos 3 aos 15 anos. Todos seguidos uns dos outros. E eu percebi como é que uma família se gere com uma carrada de filhos. Escusado será dizer que os tios tinham uma carrada, 7 ou 8 filhos ou os cunhados.

Toda a gente tinha famílias numerosas. Eu percebi como é que se gere uma casa quando o pai era militar e foi para a guerra na Bósnia. A mãe ficou comigo a ajudar a cuidar dos gaiatos todos. Onde eles todos ajudam nas tarefas domésticas. Foi a primeira, a primeira ideia de é possível uma família, um casal jovem, com respeito, com regras orientadas tomar conta disto tudo. Sem empregadas. Fui eu ajudar nas férias porque o pai foi para uma missão militar. As duas beneficiamos. Eu do francês e a mãe de ajuda, uma pequena ajuda, de uma rapariga portuguesa. Eu não sabia dizer quase nada.

532 I: Para além desse acontecimento?

533 E: Para além desse acontecimento, assim importante para esta parte da maternidade, foi o nascimento da minha sobrinha. Muito importante.

534 I: Portanto conviveu com crianças tanto numa situação como na outra? [impercetível]

535 E: O ser diretora de turma. Não digo tanto como professora, porque não lido tanto com os meninos. Como diretora de turma lidamos com os pais dos meninos.

536 I: Portanto... [impercetível]

537 E: É.

538 I: E o que tem mudado na sua vida? O que é que essas três coisas estão relacionadas com a forma como encara...

539 E: O encara tudo, encarar tudo com mais serenidade e que tudo é fazível, todas as coisas são, têm solução. Tudo... e que temos que ter, temos espaço para, como é que eu vou explicar...

540 I: Como é que fez construir para tomar “as minhas” decisões?

541 E: Mais descontraída.

542 I: O que é que isso influenciou nas suas decisões? O que é... quais são às decisões que se referem às suas decisões enquanto mãe?

543 E: Mais descontraída. Eu é que tenho que acalmar as outras mulheres, quando vou eu às reuniões dos meus filhos e isto e aquilo e outro. Eu é que deito água na fervura, porque já tenho 10 ou 15 anos a mais do que a maior parte delas. Sou a mais velha, por isso é que são precisos estes encontros de gerações, este encontro geracional da partilha. Porque não é em vão que os avós sejam mais tranquilos que os pais. É como se eu fosse uma mãe – avó. Porque a idade já me permite também, não dar tanta importância àquele primeiro fânico. E depois já sou eu que ajudo a acalmar. Até as educadoras. As primeiras educadoras do meu David. quando as mães começam “e deviam de dizer isto à direcção da

...faziam da educadora, juvenzinha, saco de remesso para a direção o que não está bem com as pinturas, com a comida e não sei o quê. E eu no final daquilo chego perto da rapariga e digo-lhe “Fulana tal, não me lembro do nome já, Célia, vou falar como se fosse um irmão mais velho. Não vai dar nenhum recado destas mães à direção. As mães que estão descontentes vão lá elas à direção. Porque a Célia se falar vai colocar em risco o seu local de trabalho. Vá, é uma escola privada, o que a sua patroa vai dizer é: Estás mal, muda-te. Vai tomar conta dos meninos. Deixe as mães com os fânicos”. Mas esta serenidade faz... como é que me surgiu?! Com uma diferença de 10 ou 15 anos. Eu estou na sala de pais, com, ao meu lado tenho miúdas que foram minhas alunas. O filhote dela e o meu são da mesma sala. É uma grande diferença.

544 I: Ainda assim diz “se eu soubesse o que sei hoje valia a pena ser mãe mais cedo”.

545 E: Porque acho que sou esperta, modéstia à parte. Acho que sou inteligente. Estudei. Sou inteligente, sei observar as coisas. Estou informada.

546 I: [impercetível]

547 E: Estou formada, estou informada. Não me tenho em alta, acho que sou aquele supra não. Mas acho que sou... não reprovar, não precipitar. Que isto é uma aprendizagem também religiosa, também de muitos retiros espirituais, muito encontro de jovens, muita missão, muito trabalho de voluntariado. O que é que os jovens fazem hoje em dia, diga-me?! Estão preparados para o seu umbigo, não é. É... na minha ótica e apesar dos apesares são miúdos que estão... dão a sua vida aos alimentos, ao banco alimentar, que estão nos escuteiros, a limpeza das matas, de ajudar os velhinhos e naquilo. Nós temos sempre que pensar nos outros, a gente não vive sem os outros e esta parte então ainda faz muito mais sentido enquanto mãe. Se já fazia sentido, por estas experiencias todas que tenho de vida, dai a tão grande necessidade de ser mãe, porque sempre tive outros a quem me dar. Ainda faz mais sentido ser mãe. Por ser... aquela parte que faltava, não é. Porque é que eu não senti a falta dela?! Porque não a conhecia. A gente só sente falta do que conhece. Acho que sim... acho que as pessoas só avançam para a parte da maternidade porque são pressionadas pela família “Ah casaste, agora é bom ter um filhote” pronto, e depois às vezes vão atrás daquele ...

548 I: Pode falar mais do que é ser pai e mãe? Aquilo que estava a dizer...

549 E: Se falasse mais sobre isso...

550 I: De forma positiva.

551 E: De forma positiva e construtiva, teríamos famílias mais felizes e a encararem de uma maneira mais

equilibrada as suas limitações, as suas capacidades, os seus medos....

552 I: [impercetível] o que tem a ver com ... início, ao entrarem mais cedo nesse papel?

553 E: O entrar mais cedo, não tem tanta vivência.

554 I: O que é que isso contribui para?

555 E: Se fosse mais... se entrassem mais cedo nesta formação, seriam de certeza pais, podiam ser pais jovens, mas de certeza pais mais sensatos, mais deliberados e de bem com a vida.

556 I: E o papel da informação?

557 E: Não havia tanta precipitação.

558 I: O papel da informação para si.

559 E: Informação, formação. De um encontro entre paróquias, juntas de freguesia, centros de saúde, escolas... algo, algo pelo qual as pessoas se pautassem que fosse de três ou quatro princípios muito bem definidos, mas que todos partilhassem do mesmo, independentemente da sua posição religiosa, política... tudo é complementar. Eu sou, de natureza e de educação e religiosa de direita, e o meu marido é agnóstico de esquerda. Encontrámos os mesmos valores em duas formações à partida antípodas. Em nada se beliscam, muito pelo contrário, completam-se. Também porque eu tenho o espírito crítico em relação às minhas vivências, e ele, um espírito crítico em relação às suas vivências. Vendo o bom e o mau de ambas as formações.

560 I: Em que é que tudo isso... que visão tem perante essa experiencia rica de vida para... para o futuro?

561 E: Partilhando com os meus alunos tudo.

562 I: [impercetível] políticas por exemplo? Nestas áreas qual seria a sua visão?

563 E: Como diria o Salgueiro Maia. há os estados capitalistas, há os estados socialistas e há o estado onde chegámos. Ter sempre uma visão muito ampla, ou seja, não nos fidelizarmos em nenhuma política, mas se optarmos por ela tentar tirar o melhor partido dela. Que ela não seja uma arma de exploração, que seja uma arma de desenvolvimento.

564 I: E na área da família, e do suporte e da promoção da parentalidade, como é que isso, essa sua visão se enquadra?

565 E: A visão política...

566 I: A visão das políticas públicas para a promoção e para o suporte da parentalidade? Como tem essa perspectiva de base que estava a dizer, qual seria...

567 E: Eu aqui sou um bocadinho, um bocadinho mázinha.

568 I: Sim...

569 E: Conhece alguma família numerosa? Não precisa de me responder, porque não pode. Alguma família numerosa que seja do bloco de esquerda? Não é uma pergunta difícil de responder. Eu acho que às vezes as políticas... Eu não estou a dizer que as famílias numerosas são todas do CDS, mas em termos de políticas no nosso país, esta questão de política barra versão partidária, está muito, muito, muito enraizada, muito enraizada. E os próprios partidos não tiram o melhor que cada um deles tem para dar.

570 I: E o que no sei entender, na sua visão em que cada um poderia dar o melhor de si?

571 E: O melhor...

572 I: De apoio à família.

573 E: Nas suas bases, nas suas bases partidárias, em atitudes partidárias. Falarem sobre estes temas. Verem que medidas é que tem... não só medidas em termos de... como é que eu vou explicar. Aqui para mim, faltam-me mesmo as medidas em termos de ajudas, benefícios. Ser pai, ser mãe. Os partidos devem lutar para que as pessoas tenham benefícios de, para promover a sua família. Eu acho que eles, ainda não se sentaram à mesa todos juntos, independentemente da sua flação partidária. Depois as medidas surgem avulso.

574 I: E para si que medidas é que seriam importantes?

575 E: Então repare, eu estou congelada no meu vencimento à 10 anos para aí. Fruto das decisões partidárias, logo políticas, logo eu não tenho melhores condições de vida, não não tenho, porque o Governo assim o decide, que a função pública [impercetível] então tudo aquilo que eu poderia dar, com melhor qualidade, melhor acesso a tudo é refreado por esta questão monetária e eu ganho 1400 € por mês, vá arredondando. O que é que faz uma pessoa com o ordenado mínimo?

576 I: E para além dessa privação?

577 E: Sim...

578 I: Económica e financeira, nas outras áreas?

579 E: Tem que fazer umas formações filosóficas, eles precisam de filosofia. Os partidos precisam de ter

formação filosófica. Precisam de filósofos na sua formação, sociólogos, psicólogos. Não precisam de economistas, advogados, não só deles. Deles e dos outros. Estas cabeças pensantes, não podem pensar só em soluções.

580 I: E que proposta no seu entender, que medidas?

581 E: [impercetível]

582 I: E que seriam importantes...

583 E: Na formação dos governos.

584 I: E depois em termos de políticas? [impercetível]

585 E: De certeza que seriam melhores.

586 I: O que para si seriam melhores para esta área?

587 E: Para a área da educação, da família?

588 I: Da promoção da parentalidade, não é. Dos pais e das mães?

589 E: As medidas, as medidas...

590 I: Na promoção e do suporte. Já falou de algumas coisas nesta entrevistas. Mas há assim em jeito de balanço, algumas questões que se recorde, algumas medidas que lhe ocorram?

591 E: Sim, as crianças menos tempo na escola e os pais menos tempo no trabalho. Mas tempo de qualidade na escola e tempo de qualidade no trabalho. Menos tempo. Até podiam ganhar menos, mas iriam ganhar de outra maneira e iriam recuperar a parte humana. Os pais trabalham muito tempo, muito, muito.

592 I: Falando em tempo, há pouco falou na questão da saúde. Como é que a saúde podia também fazer diferente?

593 E: A saúde podia fazer diferente

594 I: [impercetível] alguma coisa...

595 E: ...diferente, mas eu aí acho que já há melhorias, no que diz respeito a maneira como as pessoas se alimentam. Já se começam a alimentar melhor, já há uns programas alimentares. A promoção da saúde física, do desporto. E também acho que sim.

- 596 I: O que está relacionado com o suporte e o desempenho da função parental?
- 597 E: Para mim mais saudáveis, pais atletas, pais animados, fisicamente saudáveis, também são pais mais, mais presentes não são bem presentes, mais disponíveis. Mais disponíveis também, porque eles também conseguem estar bem com outros e para outros, para os seus filhotes também. E se calhar mais atentos também ao querer, ao querer essa parte afetuosa de ter filhos, partilhar a sua alegria com outros. Por exemplo se a pessoa vive deprimida com más condições de vida, de saúde de trabalho eu agora quero partilhar isto com quem. Agora o que me faltava era um gaiato na minha vida. Pronto não querem. a redução de querer ser pai ou mãe também não é odiar, é não querer mesmo... eu acho que as crianças, que as crianças os jovens, pronto, acho que fazem muita falta. Mas faz todo o sentido. Só faz sentido por isso. Vida dá vida, vida origina vida.
- 598 I: E na área da educação, há assim mais alguma coisa que queira acrescentar? Ou da ação social ou da segurança social?
- 599 E: A ação social tinha que ser mais...
- 600 I: ... quando surgem problemas?
- 601 E: Não é... não é controlar, mas monitorizar. Monitorizar, a ação social devia monitorizar algumas situações que são um bocadinho mais problemáticas, não é retirar logo à família e agora fica numa instituição. Eu tenho aversão às instituições porque passam todas pela escola e eu tenho ódio já quase. Mas essas famílias precisam de monitorização. Como se fazia de ensinar a economia doméstica, tens este dinheiro e só podes gastar este. Tens que poupar porque não tens dinheiro para comprar leite. Não podes carregar o telemóvel, tens televisão. Se conseguires poupar tens esse prémio. Perceber um bocadinho que a pessoa precisa de ser educada, as pessoas precisam de ser educadas nisto. A assistência social tem que fazer o trabalho de monitorização. Tomar conta...
- 602 I: [impercetível]
- 603 E: ... daquela família Y e daquela família X. Porque apesar dos apesares, estão melhores com a família do que sem ela. A família só precisa de uma orientação, de uma ajuda. De um olhar crítico sobre a sua atuação “não estás a ser bom pai por este motivo, não estás a ser boa mãe por este motivo, mas consegues. Agora não trazes os teus namorados cá para casa porque não é correto”. Produzir este modelo para a tua filha ou para o teu filho.
- 604 I: Coisas problemáticas de cada família?
- 605 E: É preciso...

606 I: [impercetível]

607 E: ... isto tem que ser monitorizado. Há fases de crescimento, depois há fases... como há pouco disse “a maior parte dos meus alunos são de pais separados” nessas fases da vida, do ciclo de vida, como a entrada na escola ou isto ou aquilo, o que é que a ação social podia fazer diferente? Ou a saúde ou outra coisa qualquer? Para esse acompanhamento no fundo de prevenção não é? Tal quando surgem os problemas...E quando vem às consultas, aquelas consultas de rotina de ano, em vez de ser só a parte física, também ser a parte emocional como é que está.

608 I: Para si isso não existe ou existe?

609 E: Eu acho que não, eu acho que é mais a parte física. Se tem os dentes todos, quantos estão a cair, faz xixi, os ouvidos, os olhinhos, a barriguita, o tamanho, o peso. Depois a outra parte, já consegues juntar as letras, já consegues... parece-me muito ligeiro, ligeiro, muito superficial. Não sei...

610 I: Na parte da educação?

611 E: Na parte da educação é uma sobrecarga curricular.

612 I: A educação começa no jardim-de-infância.

613 E: É um exagero, um exagero... no pré-escolar ainda é *light*.

614 I: Mas no pré-escolar o que é que se podia fazer... o que pode... algo a partir daí?

615 E: Eles fazem...

616 I: [impercetível]

617 E: Eles fazem aqueles jogos do faz de conta, de brincar ao pai, de brincar à mãe, de brincar às casinhas. Mas acho que têm uma perspetiva correta de equidade. Tanto as meninas podem estar na oficina, como os meninos podem estar na cozinha.

618 I: E agora das medidas públicas, acha que há coisas que podiam mudar a esse nível? Melhorar? A esse nível, quer dizer ao longo do ciclo de vida? [impercetível]

619 E: [impercetível] só se consegue envolver os pais nas coisas escolares com os meninos se os pais tiverem tempo livre. Mais tempo livre. Eles nem às reuniões conseguem ir. Como é que podem participar numa atividade, num, sei lá numa turma de vinte e oito alunos, se calhar só dois ou três pais é que lá vão dar o seu testemunho de trabalho, os outros não têm tempo, não podem sair do trabalho. Juntam uma senhora da limpeza com outra casa para limpar. Não estão lá. Acaba por não...

620 I: [impercetível] têm outras profissões...

621 E: Tem, tem, tem outras.

622 I: Algumas mais qualificadas.

623 E: E às vezes as mais qualificadas são as que vão. São as que vão “porque sou médica, sou professora”, vão dar os seus testemunhos. Também podiam falar porque é que são pais. Porque é que gostam de ser. Porque é que decidiram ser pais ou mães. Desmistificar um bocadinho, estas coisas. Falando, por exemplo, com uma atitude muito positiva, muito construtiva. Eu acho que esta parte da educação a parte dos afetos é muito importante, pela franqueza, pela sinceridade, pela frontalidade, acho que é muito importante. Não sei se...

624 I: Em termos de balanço, da entrevista, como é que se sentiu...

625 E: Fiz assim uma espécie de burca, uma arrumação do GPS, voltei a ver o álbum de fotografias mentais. Voltei atrás uns anos. A recordar algumas coisas das quais não me lembraria se agora não tivesse sido questionada sobre elas. Mas como são tao fortes, lembro-me muito bem delas. Consigo traze-las aqui à conversa.

626 I: Como é que se sentiu?

627 E: Agora só falta perguntar, o que dizem os seus olhos?

628 I: [risos]

629 E: [risos]

630 I: Isso é uma pergunta... [impercetível]

631 E: A Doutora perguntava-me os seus olhos o que dizem?

632 I: Então pronto, o que é que os seus olhos dizem? Peço desculpa tinha-me faltado essa pergunta. O que é que os seus olhos dizem? [risos] O que é que dizem?

633 E: Que é muito conversar e rir, olhar o mundo e observar tudo como sempre fosse novo e fresco e que é bom pôr cá para fora o que a gente sente, mesmo que seja a ralar ou a chorar ou qualquer coisa, mas não deixar assuntos pendentes. Acho que é olhar as pessoas nos olhos, não é? Acho que é muito mais bonito. Acho que a pergunta dos meus olhos, é que tenho muito bom olhar.

634 I: E...

635 E: E olhar para os meus filhotes e olhar e ver, vê-los todos os dias, todos os dias uma novidade, todos os dias uma tonteira. Todos os dias uma conquista, um arranhou-se, todos os dias algo tão natural, tão simples. Tão humano. Tão normal. Pronto...

636 I: Como é que se sente como mãe?

637 E: Razoável.

638 I: Razoável.

639 E: [risos] claro com alguns problemas, mas acho que sou equilibrada.

640 I: O que é que é uma mãe equilibrada? O que é ser esta mãe equilibrada?

641 E: Acho que são as questões todas resolvidas cá dentro, aquilo em que acredito, do que gosto, para onde é que quero ir e para onde é que os quero levar. Se quiserem ir comigo, tudo bem. Se quiserem fazer o seu caminho, tudo bem, tenho que aceitar. Eles foram dados pela vida, um dia terão que sair dela, tenho que aceitar. Preciso de cuidar dos meus pais desde os dezassete anos. Estou a pensar que quero ficar com eles [impercetível] porque o meu marido costuma dizer “não é o primeiro ano que é difícil, nem os primeiros três, são os primeiros trinta e cinco”, foi o tempo que a gente demorou a sair de casa dos pais. [risos]

642 I: entre aspas...

643 E: Sim, eu já tinha saído à mais tempo, mas ele saiu de casa da mãe aos 35 quando foi para casar. E é só, acho que os olhos já disseram muita coisa.

644 I: [risos] Obrigada!

1 **Entrevista André**

2 Agradeço a sua disponibilidade.

3 E: Retomando o que estávamos a dizer, estava-me a dizer que foi pai aos 36 anos e que tinha desejado ser antes e que estava a planear ser antes estava-me a explicar o que é que aconteceu...

4 I: Várias situações. Começando no casamento, acabei por namorar 11 anos porque demorei muito tempo a conseguir casa, ou seja, terreno para construir e aí atrasou muito.

5 E: Quer dizer: queria casar e ter uma casa sua. Foi uma decisão vossa.

6 I: Exato queria sair da casa dos pais e ir para uma casa nova e na altura na minha aldeia andavam a prometer terrenos, a dizerem que iria haver terrenos, não havia terrenos para construção, e posso dizer que o tempo de espera foram aí dois anos ou mais. Acabei por desistir e encontrei um terreno particular que comprei e saiu-me mais caro.

7 E: Numa freguesia rural do concelho?

8 I: Sim, sim.

9 E: Ok.

10 I: Entretanto tiver azar no arquiteto que escolhi...levou-me mais dois anos para construir a casa. Depois foi também o tempo normal de fazer a casa. O que é que acontece? Só aí cinco, seis anos ...

11 E: Tinha planeado ser..., com a sua atual mulher, serem pais com que idade?

12 I: É assim...tornar-me ... nós não tínhamos intenção ter filhos. Primeiro que tudo, queríamos era casar. Depois gozar um bocado o casamento e aí sim, termos os filhos.

13 E: Casaram com que idade, então?

14 I: Então neste caso por volta dos.... na minha idade por volta já dos 25 mais ou menos.

15 E: Era a idade com que estava a pensar casar...?

16 I: Estava mais ou menos dentro dessa idade casar, pronto! A partir daí ter um bocado para nós, não é...?! Ser pai talvez... Também há outra situação que era ... a minha esposa não fazia muita questão de ser mãe, também é verdade. Aquilo também foi, pois, uma luz que lhe deu de um momento para o outro. Se calhar termos tido cuidado também.

17 E: Mas a luz fez só com que se apressasse o casamento ou foi estarem casados?

- 18 I: Não nós já estávamos casados.
- 19 E: Casaram com que idade?
- 20 I: Nós casámos em 2009, não em 2006, estou a fazer confusão com o nascimento do nosso filho. Casámos em 2006, acho que tinha 33 para 34. Já está, já não fizemos mais tempo de casados derivado a isso. Nós casámos em 2006 e passado mais ou menos um ano pesámos logo em ter filhos. Lá está a idade já sentíamos que estávamos numa idade.
- 21 E: A idade ...
- 22 I: Numa idade avançada, nós dois. Já mudei um bocado de ideias. Dá-me a entender que nós dois quanto maior for a diferença do pai para o filho ... acho que a relação fica diferente. Nós se calhar já não passamos a ter tanta paciência para eles... acho que é diferente, acho que nós os acompanhamos melhor se tivermos uma diferença de idades mais pequena. Mas nessa altura não pensávamos assim muito nisso. Falávamos, mas não pensávamos muito nisso. Depois tivemos um bocado de azar porque só à terceira gravidez é que fomos pais. Ela teve um primeiro aborto aos quatro meses de gravidez, depois teve o segundo espontâneo e quando conseguiu engravidar novamente, e neste espaço de tempo também deve ter passado sei lá ... mais 2 anos.
- 23 E: A interrupção da gravidez foi espontânea?
- 24 I: O aborto foi espontâneo. O primeiro não, o primeiro não...foi a bolsa que rebentou e foi ...perdeu o líquido e não conseguiu recuperar o líquido e pronto acabou por o feto falecer com quatro meses de gravidez. Lá está, nos casámos em 2006, em 2007 já estávamos a querer ter filhos, mas só nasceu em 2009, derivado também a isso porque também não correu bem....
- 25 E: Como é que foi esse período?
- 26 I: Foi complicado, muita ansiedade, medo, tanto que a terceira gravidez, com todos os cuidados possíveis e mais algum, sempre com medo... só começamos a respirar aí aos sete meses de gravidez. Já estávamos naquela: "Olha, mesmo que venha agora já se cria, não é!?" Mas depois acabou por correr bem, nasceu praticamente 15 dias antes do tempo.
- 27 E: Como é que sentiram, quem vos apoiou durante essas fases da vossa vida?
- 28 I: Nós e a nossa família (mais os diretos, não é?), os meus pais, os meus sogros.
- 29 E: Que tipo de apoio foi esse?
- 30 I: Apoio sempre a dar força. Se bem que nesse aspeto, quer dizer eu nunca desanimei muito, eu sempre fui uma pessoa de tipo para mim tudo está bem, tivemos de andar, tivemos que seguir em frente.

- 31 E: Do ponto de vista da saúde, os serviços de saúde que apoio é que tiveram?
- 32 I: Não, nem procuramos sequer.
- 33 E: Durante essa fase do ponto de vista médico.
- 34 I: Até ao aborto, não é?
- 35 E: Claro!
- 36 I: Estava a ser seguida, na altura o que nos disseram é que são situações que podem acontecer, mas para não nos preocuparmos nesse aspeto. Para não termos problemas são coisas que acontecem. Da segunda gravidez como não teve nada a haver com o que aconteceu na primeira também nos disseram para não estarmos preocupados e tentar novamente. Tínhamos que ter a fase de repouso, não é? E de recuperação. Mas pronto sempre nos tentaram animar para não pensar nisso que...
- 37 E: E depois durante a gravidez do seu filho?
- 38 I: Durante a gravidez ...
- 39 E: Que neste momento tem 9 anos...
- 40 I: Que neste momento tem 9 anos. Foi normal. Tivemos as consultas normais, não as acompanhei todas, fui à maioria delas, não é? Acompanhei mais desde que ele nasceu, foi a seguir ao nascimento porque deu para isso.
- 41 E: Acha que havia alguma coisa que podia ter sido diferente com este espaço todo que passou ...?
- 42 I: Mais a nível de apoios.
- 43 E: De apoios de saúde recebeu todo o apoio que precisava?
- 44 I: Penso que a minha esposa se queixava às vezes um bocado mais, lá está ...às vezes queixava-se do tratamento ...
- 45 E: O que é o tratamento?
- 46 I: ...Um bocado frio, as pessoas um bocado frias, assim a fazer o CTG. Às vezes, lá está ... no posto de trabalho é o que nós dizemos há uns que trabalham por obrigação, claro está que nem toda a gente trabalha por gosto.
- 47 E: Em que é que isso terá influenciado...
- 48 I: Não teve impacto nenhum. O nosso medo maior era mesmo só esse, como já tínhamos perdido duas vezes, queríamos ver se tudo corria bem. Em casa tentava repousar. Eles na altura disseram para ter os

cuidados normais que se deve ter, não é? Julgo que **nem** chegou a ficar de cama nem nada disso.

49 E: O parto foi natural?

50 I: Sim..., mas foi normal.

51 E: Para si, como é que se sentiu?

52 I: Quando ele nasceu foi alívio, pois.

53 E: Foi um alívio, o que é que mudou?

54 I: Tudo. Mudou tudo. Sempre fui muito ligado...sempre estava à espera, sempre tive grande receio. É que eu tenho muitos sobrinhos. Também já tinha lidado com crianças, mas sempre tinha aquele medo nos primeiros meses de lhe pegar, tinha medo de lhe partir qualquer coisa. No dia em que nasceu o meu filho meteram-mo nos braços.

55 E: Tinha medo até lhe nascer o filho...e depois?

56 I: Depois tive que me fazer ao piso.

57 E: E como é que se faz isso, como é que o pai se faz ao piso?

58 I: Como é que hei-de dizer ...com muito medo e com muito cuidado, mas sempre a querer fazer.

59 E: Para si e para a sua mulher como era o vosso quotidiano nessa altura, quando nasceu o primeiro filho?

60 I: No primeiro estive um mês em casa. O meu trabalho na altura... para ficar mais tempo também era penalizado já não recebia os 100%.

61 E: como é que foi então o sistema de licença que tiveram?

62 I: A licença foi na altura acho que era de cinco dias mais 15 e depois tinha a opção de um mês, mas acho que no valor do vencimento ia só receber 80%, e lá está a parte financeira também não ajudava para estar a abdicar e eu fiquei só em casa esses 20 dias, vá, que tirei seguido.

63 E: Portanto ficou 15 dias seguidos com a mãe?

64 I: Fiquei 20 dias seguidos com a mãe.

65 E: E como é que foi esse tempo?

66 I: Agora lembrar-me ... pronto era a ajudar na fralda no banho.

67 E: Qual é a melhor memória que tem?

- 68 I: É com ele ao colo. Sem dúvida, nos braços.
- 69 E: O que é que mais o assustava?
- 70 I: No início tudo o que parecesse fora do normal, ou seja, a preocupação se estava a respirar ... situações que aconteceram, ele teve uma bronquiolite, tê-lo nos braços sem reação nenhuma... acho que até hoje foi ...
- 71 E: Que idade é que ele tinha?
- 72 I: Já tinha dez meses,mas ficou praticamente sem reação. Nós já tínhamos ido às urgências duas ou três vezes, mas mandaram-nos para casa fazer a medicação, as bombas, os fumos... pronto. Só que ele não estava a reagir e aí ... lá está foi uma das vezes que acho não fomos bem tratados.
- 73 E: O que é que isso significa?
- 74 I: Estávamos sempre a voltar para casa, ou seja, íamos lá, voltávamos para casa e não víamos melhoras.
- 75 E: Iam lá?
- 76 I: Íamos às urgências. Nós tínhamos a médica, a pediatra dele, foi quem...
- 77 E: Que era particular ou do serviço público?
- 78 I: Particular, particular e que o viu e que disse que ele tinha mesmo que ser internado e foi através de indicação dela que fomos às urgências e ele ficou. Até nos disse que ia entrar nas urgências no outro dia de manhã, mas se pudesse ficar já à noite, agora já não me lembro da hora certa, mas acho que eram dez, onze horas da noite. Depois acabou por ficar lá uma semana internado. Acho que foi mesmo o pior, vê-lo ali sem reação nenhuma, completamente...posso dizer mesmo ...sei lá...estava com medo que já nem recuperasse, vi-o como morto.
- 79 E: Ao longo deste tempo que apoios é que tem sentido mais e que têm sido mais importantes, do ponto de vista dos serviços, do que existe?
- 80 I: Dos serviços não. Nós optamos por uma pediatra particular porque não temos muita confiança no público e nós notávamos mesmo que quando vínhamos ao público o tratamento num lado e noutro era totalmente diferente.
- 81 E: Iam ao público a que serviços?
- 82 I: Inclusive aqui.
- 83 E: Cuidados primários de saúde.

- 84 I: Qual era o peso. Aqui faziam mais o básico, tirar o peso, a medida e ver. Na pediatra que tínhamos fora era totalmente diferente, via mais coisas: desde os pés, firmar os pés para ver se firmava, muita coisa que agora não me recordo já de tudo, não é?
- 85 E: Que apoios é que gostaria de ter tido e que não teve?
- 86 I: Neste caso, não haver tanta diferença do privado para o público. Somos obrigados, ou seja, descontamos uma vida e somos obrigados a pagar para ter os nossos direitos. pagamos porque não há muita confiança.
- 87 E: E na altura do parto, por exemplo?
- 88 I: Não, no parto foi público. Foi no hospital.
- 89 E: E aí alguma coisa foi diferente?
- 90 I: Não, aí não tenho razão de queixa. Inclusive a parteira foi cinco estrelas, a minha mulher gosta muito dela ainda hoje se falam. Isso foi no nascimento, não houve assim...
- 91 E: No seguimento é que sentem diferença?
- 92 I: Sim. No seguimento sim.
- 93 E: E nas outras áreas da vida do seu filho, o que é que acha que corre bem? O que é que acha que podia correr melhor? O que é que sente falta? A criança já tem nove anos entrou para o jardim de infância, ou não? Já foi para a escola... Como pai que leitura é tem dessa mudança?
- 94 I: Aí tem sido mais a mãe, era ela que o levava sempre.
- 95 E: Levava, ou leva.
- 96 I: Levava e leva. Normalmente ela está em casa e eu no trabalho. Saio de casa para o trabalho.
- 97 E: Trabalha aonde?
- 98 I: Trabalho numa seção de peças.
- 99 E: Então trabalha na indústria?
- 100 I: Sim.
- 101 E: Na indústria ou comércio?
- 102 I: É comércio.
- 103 E: É comércio e a sua mulher trabalha...?

- 104 I: Está em casa com eles. Ela está em casa, está como doméstica, foi uma opção na altura porque ela não tinha trabalho e depois optámos... e ainda experimentámos por trazer, neste caso o mais velho para Évora, mas que eu não tinha vida para o trazer e levar para o jardim-de-infância mais cedo. Lá é só a partir dos três anos e aqui era muito dispendioso mesmo que ela arranjasse trabalho para o trazer não compensava.
- 105 E: Mesmo com jardim-de-infância público?
- 106 I: Não. Na altura os que procurávamos tinham apoio, mesmo assim não era muito barato, tivemos um mês, dois, mas também correu muito mal, porque ele não se adaptou. Nem ele, nem ela.
- 107 E: Ela?
- 108 I: A minha esposa. Ele ficava a chorar, ela ficava a chorar. Foram dois meses ... era um sufoco.
- 109 E: Que idade é tinha o seu filho?
- 110 I: Neste caso, acho que para aí com um ano, mais ou menos. Depois ficou em casa até aos três anos, depois foi para lá para a nossa aldeia. Não foi fácil, porque nos primeiros três, quatro anos ficava sempre a chorar. Não se adaptou é mais difícil. Eu quando estava de férias fazia questão de lá ir eu para a poupar a ela. E eu ... ele comigo ficava melhor. Embora chorasse, já ficava melhor e, então quando estava de férias fazia questão de sofrer eu um bocado para ela ter um bocado de...
- 111 E: Ele ia para o jardim de infância nas férias?
- 112 I: Nas outras alturas foi sempre ela foi. O último ano foi o melhor. Depois quando entrou para a escola voltou outra vez, mais o primeiro ano foi, difícil ficar, mas pronto, foi ela que sofreu isso tudo.
- 113 E: Porque é que diz que foi ela que sofreu isso tudo?
- 114 I: Porque era ela que o ia levar sempre.
- 115 E: Como é que era o vosso dia a dia? Mas ia trabalhar e regressava a casa é isso?
- 116 I: Era assim...eu...
- 117 E: Como é que se organizavam como é que era a vossa vida. Como é que partilhavam esse sofrimento que sentia na sua mulher.
- 118 I: Nesse caso, ela desabafava comigo quando chegava a casa.
- 119 E: Em que é que se apoiam?
- 120 I: Neste caso nele, na altura nele. Estávamos sempre os três juntos e era isso.

- 121 E: O que é que faziam os três juntos, ou cada um?
- 122 I: É assim, normalmente é ..., eu chego a casa pouco mais há a fazer que banhos, jantar e cama.
- 123 E: E quem é que faz o quê?
- 124 I: Eu ficava com os banhos, dava-lhe o banho vestia-o, dava-lhe a comida. A minha esposa era mais o fazer a comida e outras lidas.
- 125 E: Outras lidas é o quê?
- 126 I: Tantas.
- 127 E: Quais?
- 128 I: Tratar das roupas, passar a ferro, porque muitas das vezes ela não conseguia de dia com ele. É assim, com o jardim-de-infância já se tornou mais fácil porque já estava mais tempo e aí tínhamos um bocado mais de tempo. Também é assim, eu mudei de emprego já duas ou três vezes e houve alturas em que eu chegava a casa nove, dez da noite, ou seja, havia dias em que ele já estava a dormir.
- 129 E: Isso com que idade?
- 130 I: Foi logo no início, no início.
- 131 E: Portanto passou já por várias fases na sua disponibilidade enquanto pai, na sua relação depois também de casal. Quer-me falar um pouco das diferenças dessas novas fases e do que é que levou a essas mudanças que estava a falar?
- 132 I: O Miguel quando nasceu, que é o mais velho. Já agora tenho que distinguir: era numa altura em que eu trabalhava até mais tarde, chegava a casa sempre por volta das nove.
- 133 E: Na altura estava a trabalhar como?
- 134 I: Era à mesma no comércio, só que era numa outra casa e era responsável pela loja, o trabalho era muito e as pessoas poucas e chegava mais tarde a casa, aí estava mais com ele e fazia questão de lhe dar a papa, para estar um bocado com ele e... pronto depois deitava-o, depois de lhe dar o banho ... e nessa altura.
- 135 E: E descanso?
- 136 I: Descanso... a mãe sofria mais, porque eu acompanhava menos.
- 137 E: E nos fins-de-semana?
- 138 I: Fins-de-semana...é assim, ele mamou até aos dois anos e tal. Ela sofria muito porque ele era só

mama, nem lhe podia dar leite. Há noite tinha que ser ela.

139 E: Então uma vez que a mãe lhe dava mama, o pai dava-lhe o quê?

140 I: (risos) durante a noite nada.

141 E: Mas entre chegar a casa e a criança adormecer...e aos fins-de-semana, como é que era a vossa relação pai e filho, pai e mãe e entre os três?

142 I: Era só estar com ele, brincar com ele. A minha função era mais essa...mais a parte da brincadeira.

143 E: E isso foi até que fase?

144 I: Tem sido sempre um bocado assim. Mais quando estou com eles, o brincar Agora, com a escola, mais os trabalhos de casa ... normalmente, a mãe espera que eu chegue também para ajudar nessa parte, ele é um bocado malandro nos trabalhos, temos que estar sempre ao lado dele.

145 E: E os banhos quando é que participa? É regularmente? É com que frequência?

146 I: É assim, ao início, como estávamos a falar, participava menos, chegava muito tarde e era praticamente dar o banho, a papa e estar ali um bocado a brincar com ele... e normalmente aí estamos os dois, depois da papa... mesmo deitados...íamos para o quarto e brincávamos com ele. Estávamos todos juntos. Depois também mudei de emprego e comecei a chegar um bocado mais cedo. Aí era eu mais vezes eu a dar-lhe banho. Até porque a minha mulher também sofre um bocado das costas... da coluna e de há um tempo para cá tenho sido eu praticamente que lhe dou banho. Ela só lhe dá banho se eu tenho alguma coisa e chego muito tarde.

147 E: Mas agora o seu filho tem que idade?

148 I: Nove e ainda quer ajuda para o cabelo, isso é terrível. Mas pronto já se vai desenrascando sozinho. Mas está o mais pequeno.

149 E: Como é que foi a decisão de ter um segundo filho?

150 I: Apareceu. Eramos para ter ficado só por um.

151 E: E porque é que eram para ter ficado só por um?

152 I: Porque...lá está... outra fase da minha vida. Mudei de emprego. Nós quando o mais velho tinha... por volta dos três anos, falámos muito sobre essa situação de lhe dar um irmão. Só que eu na altura tinha ficado sem um emprego em que recebia bem, fui para um ... aquilo foi uma loja que fechou e tive que ir para outro receber muito menos.

153 E: Estamos a falar de que ano?

154 I: Neste caso...2012, mais ou menos, ele ainda não tinha três anos, 2012, 2013, foi nessa altura que fechou a empresa onde eu estava. Depois começámos a questionar que mais vale dar o que podemos ao que temos, do que termos mais um. Eu, por exemplo, venho de uma família de sete irmãos, sempre nos criámos, mas também não tínhamos nada daquilo que eles têm hoje e nós, parece que não mas tenho sempre aquela tendência de querer dar aquilo que não tivemos e tomámos essa decisão de que ficávamos por ali.

155 E: E a sua mulher tem quantos irmãos?

156 I: A minha mulher tem só um irmão.

157 E: E tinha um sentimento idêntico ao seu?

158 I: Sim, nós falávamos muito, tínhamos muitas indecisões sobre se deveríamos ter o segundo se não. Ela ainda mais...se calhar ainda tomou mais essa decisão porque, por um lado, falava em passar outra vez pela gravidez que custa. Gostávamos, mas estávamos com muito receio. Tomámos a decisão de não arriscar mesmo. Passados uns aninhos ... uma distração...

159 E: Uns aninhos, quantos?

160 I: Uns aninhos...ora neste caso...três anos depois, mais ou menos.

161 E: Três anos depois de terem decidido não ter mais filhos.

162 I: Sim, três anos depois de termos decidido não ter mais.

163 E: Tinha o vosso filho Miguel que idade?

164 I: Neste caso quando o Lourenço nasceu o Miguel tinha sete anos.

165 E: Nessa altura, antes disso aliás, já tinham decidido não ter mais filhos.

166 I: Sim.

167 E: Já tinham decidido isso dois ou três anos antes, é isso?

168 I: Sim.

169 E: Então, passados três anos houve um descuido. Como é que alguém que não quer ter filho se descuida?

170 I: Não pensa.

171 E: Faziam o planeamento?

172 I: Não. Foi mesmo sem pensar. Num daqueles momentos que não pensamos mesmo em nada.

- 173 E: Não estava mesmo a pensar que a sua mulher engravidasse?
- 174 I: Não pensávamos. Pensávamos mesmo que estávamos descansados.
- 175 E: Depois como é que reagiram, quando souberam que ela estava grávida?
- 176 I: Então, quando soubemos...olha, boa! Não foi há três anos atrás, é agora! Na altura aceitamos logo bem.
- 177 E: Peço desculpa, há três anos atrás foi quando ponderaram e decidiram não ter mais filhos.
- 178 I: Sim e depois ficámos um bocado até arrependidos, não é?!
- 179 E: Arrependidos ...
- 180 I: Arrependidos de não ter sido há três anos atrás.
- 181 E: Porque é que ficaram arrependidos?
- 182 I: Porque achávamos que já seria uma diferença muito grande para o irmão. Seria ideal eles terem menos diferença um do outro. Mas pronto, está feito, está feito.
- 183 E: E como é que foi a experiência do segundo filho?
- 184 I: Foi muito idêntica à do primeiro.
- 185 E: Em que é que a experiência do primeiro ajudou no segundo?
- 186 I: Talvez mais depois de ele nascer. Não tanto durante a gravidez, foi mais ou menos idêntico, tivemos os mesmos cuidados, tivemos. Depois quando ele nasceu, aí foi diferente, já não íamos a correr para as urgências ao primeiro espirro. A experiência lá está ... a experiência, acho que aproveitámos até melhor.
- 187 E: De que experiência é que está a falar?
- 188 I: Do primeiro.
- 189 E: Está bem, mas o que é sentiram? Mais segurança?
- 190 I: Sentimos mais...sem problemas de lhe pegar ao princípio, de lhe dar banho nos primeiros dias...a comida não porque foi mama, que continua, eles nisso são muito idênticos, continua a ser a mama. Não dá descanso à mãe. Mas este, mesmo assim, acorda uma a duas vezes durante a noite, o outro era pior. Agora é mais dividido, pois.
- 191 E: Mais dividido, o quê?

192 I: A atenção para os dois.

193 E: E a partilha entre vós?

194 I: A partilha... vamos dividindo as coisas.

195 E: O que é que dividem?

196 I: O que é que dividimos... uma parte a lida da casa, as coisas em que eu não me entendo faz ela.

197 E: Em que é que não se entende?

198 I: Comida, passar a ferro... mais essas coisas.

199 E: Em que é que se entende?

200 I: O que é que faço mais...? É aspirar a casa. A limpeza da casa eu faço, lavar a louça...

201 E: Mas faz como rotina ou pontualmente?

202 I: Mais ao fim-de-semana. Ela como está em casa vai fazendo. Ao fim de semana diz-me o que é que é preciso. Eu faço ...vou fazendo. É mais essa parte que eu faço. Ela aproveita durante a semana para fazer as outras coisas, passar a ferro, fazer a comida, que é todos os dias... eu só ajudo ao fim do dia que é quando chego.

203 E: E na vossa relação de casal, o que é que veio mudar por terem filhos? O que é que mudou?

204 I: Mudou muito...uma grande separação. Atualmente eu durmo numa cama com um e ela noutra cama com o outro, no mesmo quarto, mas em cama separadas ,porque mesmo o mais velho, falha nossa, se calhar, sempre dormiu connosco, sempre dormiu no meio. Só houve uma altura em que o tentámos mudar para a cama dele, ele estava a tentar adaptar-se, mas teve uma grande constipação com muita febre e não sei o quê e metemo-lo na nossa cama para o acompanhar e ele nunca mais de lá saiu.

205 E: Do que é que sente falta?

206 I: Se calhar de mais tempo para nós.

207 E: O que é que é mais tempo?

208 I: Para mim, para as minhas coisas a nível pessoal. Por exemplo, ver um filme até ao fim, que não vejo. O que não tenho abdicado é do desporto, do futebol, mas mesmo esse...antigamente jogava todos os fins-de-semana com amigos, uma equipa de veteranos, jogamos uma vez por mês. Praticamente é o que tenho para mim, vou correndo de vez em quando e fora de horas, faço questão disso. Por exemplo, aos fins-de-semana vou correr tipo às oito da manhã porque sei que a essa hora estão a dormir, eles

acordam tipo nove horas e aproveito essa horinha para fazer alguma coisa a nível pessoal mais isso. Porque eu como estou pouco tempo em casa também gosto de estar com eles e depois é sairmos de casa...

209 E: Saem de casa...?

210 I: Sair de casa é passear com eles. Acaba por ser...a nossa vida é dedicada a eles. É um bocado isso.

211 E: Se pudesse que vida é que escolhia hoje?

212 I: Que vida é que escolhia...? Escolhia esta. Mudava algumas coisas.

213 E: Como por exemplo?

214 I: Dormirem na cama deles. Já nem digo no quarto.

215 E: Agora que tem dois filhos, um com nove e outro com dois, saudáveis, se voltasse atrás o que é que teria mudado? O que é mudava na sua vida, com a experiência que tem hoje?

216 I: É assim, tanto ter o primeiro filho, como no segundo, mais cedo, com o segundo agora estamos outra vez a começar do início. Quando nós vemos muitos casais amigos que já conseguem ter a vida deles a dois mais facilmente porque os filhos são mais velhos, já saem mais, vão para a casa dos tios, para a dos avós, para a dos primos, nós voltámos nestes dois anos à fase.... Porque o pequeno pouco fica com os avós. A minha mãe já não consegue porque o meu pai já não tem...tem a minha mãe, mas já não consegue ficar com ele. Mas os meus sogros, pronto, sim, vão ficando pouco, mas, por exemplo, dormir com ele, não e nós também não gostamos de incomodar.

217 E: Onde é que o apoio da família, de amigos, de profissionais ou do que for é determinante?

218 I: Neste caso...não sei...acho que temos de ser mais nós a querer. Nós estamos satisfeitos com o que temos.

219 E: Mas quem é que tem sido o apoio mais importante que tem tido até hoje, desde que é pai?

220 I: Dos amigos ...É aparecerem, ajudarem. Por exemplo a minha família, lá está, tenho muitos sobrinhos...estão sempre a querer o Miguel, que o outro é mais pequeno, mas estão sempre a quere-lo lá, sempre a pedirem para ele ir para lá, e nesse aspeto temos muito apoio.

221 E: E em que é que isso faz a diferença na vossa vida, como pais?

222 I: Torna-se tudo mais tranquilo, mais fácil de se levar. Porque não considero que seja difícil. Dá trabalho, não é, mas não é difícil.

223 E: Mas, no entanto, só fôí pai aos 36 anos e decidiu não ter o segundo, ficou indeciso e, por outro lado,

há pouco tinha dito que a sua mulher não queria muito ser mãe...

224 I: Da parte dela não posso falar (risos).

225 E: Gostava que dissesse aquilo que pensa.

226 I: Pois, porque ela falava que tinha medo. O problema dela era o nascimento da criança, as dores, o sofrimento que poderia ter. Acho que ela aí... acho que foi o que ela receava, falava sempre nisso. E assim de um momento para o outro começou...eu apoiava-a nesse aspeto. Para mim ... tudo bem, não se pode obrigar e na altura como nós não tínhamos conseguido bem... fazer a vida a dois, não é...de casados, ainda não estava muito preocupado com a situação dos filhos. Mesmo pela idade, também acho que já lá vai o tempo em que dizia assim: quem me dera ter 18 anos para ser adulto. Acho que aos 40 não sou adulto.

227 E: Mas ainda hoje com essas questões todas ainda assim gostava de ter sido pai mais cedo se pudesse mudar. Porquê?

228 I: Penso que sim.

229 E: Porquê?

230 I: Mais pelo segundo, porque já sinto que ...não sei já sinto que ele é muito pequeno e não é agora, mas eu já estou a envelhecer e começo a ter medo de ... como é que hei-de dizer...sei lá de o acompanhar tão bem.

231 E: O que é que lhe podiam ter dito que fizesse a diferença a diferença para ser pai do primeiro e no segundo

232 I: Se calhar se tivesse uma vida diferente, uma vida financeira mais estável.

233 E: Mas no primeiro já tinha.

234 I: No primeiro....

235 E: Estava como responsável de loja, tinha um salário bom.

236 I: Sim..., mas... não, nunca foi uma vida muito à vontade.

237 E: Mas hoje com os dados que tem e tendo a vida que tinha na altura, ainda assim diz que gostava de ter sido pai mais cedo. O que é diria a si próprio, hoje com a experiência que tem para ter sido pai mais cedo? O que é que hoje diria a si próprio, que há nove anos não disse, para ser pai mais cedo?

238 I: Acho que bastava ter acontecido tudo diferente: bastava ter conseguido a casa mais cedo; bastava não ter pensado em não querer fazer casa.

239 E: Mas hoje avaliando, com essa idade, com o percurso que teve, mudava alguma coisa em relação a isso?

240 I: Não acho. Continuo a achar que deveria de ter sido pai mais cedo, mas, por outro lado, sabe-me bem agora ter o pequenino.

241 E: Que diria a si próprio na altura com as condições que tinha para convencer-se a ser pai mais cedo?

242 I: Não sei talvez ...o eu mesmo.

243 E: O que é o “eu mesmo”?

244 I: Não sou uma pessoa muito decidida. Como digo eu sou bocado: para mim está tudo bem, era mais a mãe se calhar tomar ela própria a decisão final. Por tanto é ... se ela não quer ter filhos ...

245 E: O que é que lhe faltava a si para ter decidido na altura e ter tido um filho mais cedo? O que é que diria a si próprio? O que é que lhe faltou que agora tem?

246 I: A estabilidade, mais estabilidade talvez. Estou a falar já mais do segundo, aí sim, a estabilidade foi o que nos fez não querer, para não falhar com nada ao que tínhamos, não é, com receio que depois um segundo filho ...

247 E: Então nesse caso não podia ter sido pai mais cedo?

248 I: Pois aí ... não.

249 E: Ou podia? Mas continua a dizer que gostava de ter sido “Se soube o que sei hoje teria sido pai mais cedo”.

250 I: Eu podia ter sido pai mais cedo.

251 E: Então o que é que tinha arriscado?

252 I: É assim, o que é que teria arriscado na altura...?

253 E: Acha que valia a pena para ter sido pai mais cedo, ou não, ou não tinha, não sei, mas como falou nisso.

254 I: Boa pergunta. Porque não sei o que é que me faria decidir ter sido pai mais cedo, não é?!... A tomar essa decisão.

255 E: Hoje com a experiência que tem, agora com esta experiência?

256 I: É isso ... tirando a parte, não é..., dos filhos, possivelmente teria aproveitado a vida toda, não só o ser pai, mas também a vida de casado, teria...como digo, acho que deixei andar muito essa parte,

casámos já muito mais tarde do que queríamos, logo aí também atrasámos.

257 E: Acha que valeu a pena?

258 I: Por um lado, sim. Embora acho que temos a nossa casa..., mas começo a achar, lá está com esta idade começo a achar que na altura poderia ter vindo para Évora, poderia ter arranjado outra casa e termos tomado a decisão de termos casado mais cedo, não estar à espera.

259 E: É o que diz a si próprio hoje, com a experiência que tem?

260 I: Sim, sim, sim. E logo aí acredito, lá está... iria também depender da mãe porque na altura ela não tinha intenção de ter filhos. Mas se tivéssemos casado quatro ou cinco anos mais cedo, acredito que se calhar mais cedo teria vindo aquela..., principalmente da parte dela, vontade de ser mãe.

261 E: Ela não queria, ou tinha medo há pouco disse-me...?

262 I: Tinha medo. Sim, sim, tinha medo. Pois por esse motivo.

263 E: Podia não querer...

264 I: Não, não, por medo mesmo. Porque tinha medo.

265 E: E com este balanço da sua vida, em termos de entrevista, com esta reflexão, o que é que acha que teria sido importante que tivesse sido diferente, a nível de apoios informais ou formais e a nível de futuro?

266 I: A nível de futuro ...lá está, é o que eu costumo dizer, é o que eu digo...acho que isto tudo vai tudo das famílias e no nosso caso igual ... termos uma estabilidade financeira. Acho que isso conta muito para se decidir..., decidirmos o passo a dar. Acho que vai muito por aí.

267 E: Mas neste momento já tem os filhos, portanto se não lhe acontecer outra imprevisibilidade, terá o terceiro...?

268 I: Pois...

269 E: Os dados estão lançados.

270 I: Pois...

271 E: O que é que gostaria que acontecesse? O que seria para si de facto a melhor coisa que lhe podia acontecer em relação aos seus filhos e que lhe dava mais gozo?

272 I: Ao terceiro filho...

273 E: Não, agora neste... já não digo mais nada.

274 I: Não, lá está...é ter mais...principalmente apoio financeiro, é importante. Até porque eu já começo a pensar neste, por exemplo, se entrar numa universidade, que as despesas são muito maiores, não sei se irei conseguir la meter. Lá está..., mas prefiro pensar o dia-a-dia.

275 E: E no dia-a-dia.

276 I: No futuro não ...

277 E: o que é que sente necessidade?

278 I: É trabalhar (risos) para lhe dar o que eles têm.

279 E: O que é que gostaria, o que é que lhe faz falta?

280 I: Eu saí de um emprego em que ganhava menos e procurei, lá está, quando comecei a ganhar menos assim que tive oportunidade mudei para ganhar um bocado mais, um bocadinho mais, mas também para estar mais descansado em relação a eles.

281 E: Para estar mais descansado em relação a eles. Portanto tem tomado decisões em relação à sua vida profissional que não são necessariamente de estabilidade, isso tem algum risco?

282 I: Tem. Mas nós estamos sempre em risco.

283 E: E isso para si, como é que convive com isso. Como é que convive com o risco na sua vida enquanto pai?

284 I: Tento não pensar nisso. E quando penso é para tentar ser positivo.

285 E: Mas há nove anos não foi esse o seu pensamento ou foi?

286 I: Não. Possivelmente se calhar fomos um bocado comodistas, vá. Não quisemos arriscar, tivemos medo de arriscar. Eu continuo a dizer que venho de uma família... e continuo a pensar igual, em que se os meus pais criaram sete filhos e eles criaram-se todos. Agora, como no caso do terceiro, se vier...o que é que poderíamos fazer? Não está nos planos, não é...?! Teria que ser.

287 E: E do balanço desta entrevista o que é que sentiu? O que é que lhe trouxe, trouxe-lhe assim alguma coisa de novo? Fê-lo pensar, assim, sobre alguma coisa?

288 I: Não...acho... o que penso mais é que me sinto feliz com eles. Eu é só chegar a casa e estar com eles, nem que seja a ralar, porque de vez enquanto é preciso, mas é eu saio do trabalho e é logo aquela coisa de ir para casa. Tenho colegas que vão beber uma cerveja, eu lá vou muito raramente porque tenho sempre aquela pressa de ir para casa, para ir ter com eles. Basta-me lá estar ao pé deles.

289 E: E a família, o papel da sua mulher, qual o papel da sua mulher no meio disso?

290 I: No meio disso... está no meio da família. Quando digo família é com todos não é?! Não é só com eles dois. Não, não, é estar em casa. Eu pronto gosto. Não estou nada arrependido do segundo, pelo contrário muito satisfeito. Talvez ficámos só com pena de não termos sido... por causa da diferença deles porque eles não se dão muito bem porque o mais velho custa a aceitar o irmão, não liga ao irmão. O irmão já está numa fase que só quer é bater no mais velho, porque é mais reguila ...pronto aquelas coisas.

291 E: Já nos estamos a aproximar do fim da entrevista. Só alguns dados muito práticos, que escolaridade é que tem?

292 I: Eu tenho, neste caso equivalência ao 9.º. Eu tirei só o 6.º ano, mas depois tirei um curso pelo Centro de Emprego para ficar com a equivalência ao 9.º.

293 E: E os seus pais?

294 I: os meus pais, o meu pai nunca estudou e a minha mãe fez na altura a quarta classe.

295 E: E no caso da sua mulher?

296 I: É como eu, também 9.º ano.

297 E: Também fez o 6.º e depois fez a certificação de competências fez o 9.º?

298 I: Sim, fez também um curso na altura.

299 E: E os pais dela?

300 I: Já são os dois reformados.

301 E: E são reformados de... eles trabalhavam onde?

302 I: Eles trabalhavam, o pai na Câmara de Évora, como jardineiro e a mãe trabalhava como doméstica, nas limpezas numa família.

303 E: Eu não fiz há pouco uma pergunta, mas gostaria de perceber, assim de uma forma muito...não quero tomar-lhe muito tempo porque sei que já está sem tempo. Em termos de educação dos seus pais o que é que transportou para a educação dos seus filhos? Já falou várias vezes que eram sete irmãos, que foi assim muito esforçado...

304 I: No meu caso, sou se calhar mais exigente, sou mais rígido que a minha esposa, derivado pronto do antigamente principalmente no campo, não é, os pais eram muito mais rígidos. Daí eu às vezes também o tal receio de com mais idade ficar com menos paciência para eles e daí se calhar mais cedo. Daí que até à data ainda não noto isso. Tenho muita paciência, às vezes até demais acho eu.

305 E: Teve uma educação católica ou de alguma outra religião?

306 I: Não muito praticante. Não muito praticante, não. Tinha catequese, ia à missa poucas vezes e depois deixei de ir. Agora o meu mais velho sim. Está nos Escuteiros e está a acompanhar mais a parte religiosa.

307 E: Em termos de valores, mudou alguma coisa na sua educação e agora na dos seus filhos, ou está a mudar?

308 I: Em quê, a nível...?

309 E: Dos valores que recebeu, da educação que recebeu.

310 I: Eu penso que sim. Pelo menos o mais novo ainda não é fácil. O mais velho toda a gente gosta dele é uma criança... é como lhe digo, ele é tão... é muito sensível é ... tenho medo dele até.

311 E: E como é que negocia esses seus medos com a sua mulher e o facto de ele ainda querer dormir convosco?

312 I: Isso deixo mais nas mãos dela. Porque ela é que se queixava mais porque ela não dormia durante a noite.

313 E: Agora durante estes nove anos, como é que negociam as coisas, como é que negociam as regras? Tem dois, ainda há pouco estava a dizer que neste momento eles têm uma relação um bocadinho tensa. Como é que negociam entre vocês as regras, os limites?

314 I: Nem pomos assim regras, mas é normalmente... uma das coisas é: se um ralha, o outro cala-se, mesmo que não concorde, às vezes falamos à parte.

315 E: Há assim alguma divergência que seja mais relevante em termos de educação dos filhos e do cuidado dos filhos?

316 I: Não. Há sempre pequenas diferenças, não é? Mas coisas de que falamos, nada de muito... Assim grandes diferenças... não. A nível de valores temos mais ou menos as mesmas ideias.

317 E: Quer acrescentar mais alguma coisa?

318 I: Não.

319 E: Eu agradeço-lhe porque sei que já está com pouco tempo.

1 **Entrevista Andreia**

2 E: Bom dia, obrigada por ter aceite esta entrevista. Já estivemos a falar sobre o enquadramento da entrevista e eu pedia-lhe que comesse no fundo por falar sobre a sua entrada na parentalidade, não é? Sobre a sua decisão de ser mãe depois dos 35 anos.

3 I: Bom dia. A minha decisão... eu estava a terminar o curso, portanto eu tirei duas licenciaturas, estava a terminar a minha segunda licenciatura que é em engenharia civil, no Politécnico de Portalegre portanto eu tinha...a

4 E: Com que idade?

5 I: Tinha 36 anos na altura.

6 E: Aos 36 estava a terminar a sua 2ª licenciatura?

7 I: Licenciatura, de engenharia civil, portanto, depois... antes vou explicar. E quando entrei na universidade entrei para recursos geológicos...

8 E: Com que idade?

9 I: Com... 21, se calhar, 20, 21, na idade normal que se entra (riso) na universidade depois de se fazer o 12º ano, entrei em recursos geológicos e chegou uma certa altura... ao longo período escolar que comecei a sentir-me perdida, portanto, não fazia disciplinas e aquilo depois quanto menos nós fazemos menos vontade temos de fazer. Efetivamente, chegou ali uma altura que estava completamente deprimida, portanto, não tinha motivação, estava desmotivada para o curso e na altura por coincidência comecei a dar explicações a miúdos da escola primária. Por acaso tinha dois ou três miúdos que eram da escola primária porque estavam a ter explicações com a minha prima, ela já tinha uns quantos, e acabei por ficar com os miúdos da escola primária. Por acaso, achei intrigante. Depois em 98 morreu uma tia minha e eu pensei: "Vou fazer qualquer coisa de mudança porque realmente a vida é muito curta" e mudei de curso (riso). Entretanto, mudei de curso e decidi tirar professores primários, fiquei indecisa entre biologia/geologia e professores primários e decidi professores primários porque estava a dar explicação, estava a achar tão misterioso e engraçado, e fui tirar essa licenciatura.

10 E: Tinha que idade?

- 11 I: Portanto em 98... (riso)
- 12 E: Nasceu em que ano?
- 13 I: Em 74. Entretanto, comecei a tirar o curso, gostei muito de tirar o curso mas aquilo torna-se muito desmotivante. Eu já no próprio curso... gostei, mas eu acho que era um bocado imatura nesse sentido, a vida era tão esquisita, a vida é isso mesmo, é uma questão de interesses e efetivamente eu senti-me um bocado desiludida porque achei que aquilo ia ser uma maravilha. No entanto, continuei... fiz o meu estágio e no primeiro ano foi quando começou a crise com os professores de 1º ciclo e não fiquei colocada, e o que é que aconteceu? Tinha uma conhecida que estava a tirar higiene e segurança no trabalho e foi quando começou a surgir em Lisboa esse curso...
- 14 E: No trabalho.
- 15 I: Achei que até gostava e fui tirar. Entretanto, tirei e arranjei logo trabalho, comecei a trabalhar na construção civil..
- 16 E: Mas isso era uma licenciatura?
- 17 I: Era... não, foi uma pós-graduação. É uma pós-graduação. Quando nós tiramos a pós-graduação ficamos técnicos e depois podemos exercer, na altura havia muito trabalho na construção civil, ou seja, eu acabei o curso e comecei logo a trabalhar na construção civil, eu fui receber um diploma de manhã, não, eu comecei a trabalhar de manhã e à tarde fui receber o diploma.
- 18 E: Que idade é que tinha?
- 19 I: Em fevereiro de 2004, portanto, eu tinha 29 anos, mais ou menos. Entretanto, comecei a trabalhar nessa área, gostei muito da construção civil e inicialmente eu tinha intenção de concluir a minha licenciatura em recursos geológicos, mas já não fazia sentido, fazia mais sentido ir tirar engenharia civil e inscrevi-me na universidade. Entrei e ao mesmo tempo que trabalhava fui tirando o curso, entretanto fiquei colocada... gostei de estar a dar aulas, agora com esta distância aquilo é um grande *stress*...
- 20 E: Dá aulas de?

- 21 I: Do 1º ciclo, é um grande *stress*, é muito gratificante, acho que é os opostos...
- 22 E: Em 2004, não?
- 23 I: Foi em fevereiro de 2005.
- 24 E: Depois da, antes ainda, estava a fazer a licenciatura em engenharia civil?
- 25 I: Estava já a fazer a licenciatura em engenharia civil.. Eu acho que ser professor é muito complicado e acho que não é transmitido estas situações...portanto eu tive que decidir em três dias que se queria ou não aquele lugar e durante dois ou três dias eu decido a minha vida. Eu estava prontinha para ir para o Algarve trabalhar, começar outra obra, era uma continuidade numa empresa, e durante dois ou três dias eu decidi que me ia apresentar durante 15 dias ou um mês já não me lembro. Eu por acaso até decidi ir porque pensei assim: "Olhe isto só vai afetar daqui a dois anos, daqui a dois anos eu posso não ter trabalho ou posso até já estar aborrecida disto, e como é só um mês, estamos nas férias do natal, do carnaval, eu vou:: Acabei por encontrar uma turma mista em que estava o 1º ano e o 2º ano juntos, em que a colega que eu fui substituir estava com um problema, tinha um cancro e todos os meses achava que se ia apresentar no mês seguinte. Ela não estava a assumir a doença que tinha e a gravidade da situação e aqueles miúdos tinham tido sete professores quando eu cheguei, portanto, estavam a começar a ler e isto afetou-me tanto porque eu tinha que decidir. Chegou uma altura em que a minha antiga empresa me perguntava: "Angélica tens que vir, nós demos o teu nome e agora o que é que decides? Tens que vir para cá". Eu, entretanto, como a obra terminou tinha direito a férias e eu honestamente foi um bocadinho o coração que falou um bocadinho mais alto e acabei por ficar porque eu pensava assim: "Estes miúdos até terem uma nova professora vão estar aqui, vão ter mais sete professores, no mínimo, e estamos em maio.
- 26 E: E concluiu o ano letivo então?
- 27 I: E conclui o ano letivo, portanto, ao concluir o ano letivo claro que me prejudiquei imenso (riso).
- 28 E: E estava com, com que idade aí?
- 29 I: Eu nessa altura estava a fazer os 30 anos...

30 E: Sim provavelmente...

31 I: Provavelmente estava a fazer 30 anos, fiz em abril 30 anos. E então o que é que aconteceu? Quando sai da escola, conclui a escola, e teve situações ingratas outras gratas, pronto e... é assim a vida, é mesmo isso. Agora num resumo até gostei de estar (riso) gostei de estar.

32 E: Mas relacionou isso com o facto de depois ser mãe?

33 I: Sim, estou a contar porque é que fui mãe tão tarde.

34 E: Sim, sim.

35 I: Então... voltei para o desemprego procurei, arranjei um trabalho, depois arranjei outro, e ,entretanto, quando tentei fixar-me em Portalegre, sempre em Portalegre, já que estava a estudar em Portalegre, estive lá durante 5 anos, e isto já dá a ideia de eu ser mãe só aos 36, portanto, andei a concluir a licenciatura a trabalhar 200%, uma ginástica que não sei explicar muito bem, mas no final conclui, foi uma grande ginástica que eu ali fiz. Entretanto, no último ano eu vim-me embora para cá, faltavam-me três cadeiras de cada semestre porque eu apanhei Bolonha a meio do curso e decidi vir-me embora porque achei que estava a estagnar. Eu estava numa empresa fixe e achei que estava a estagnar na minha profissão e achei que tinha que aprender mais e sei lá aquelas coisas que nós decidimos que temos que aprender mais, sabemos pouco... e vim-me embora para outro projeto...

36 E: Portanto veio de Portalegre para Évora?

37 I: Para Évora e passei a residir...

38 E: Já agora vou experimentar aqui uma coisa.

39 E: Bom acho que está (risos) acho que sim, então podemos continuar pronto.

40 I: Entretanto eu estava a terminar a parte da engenharia civil... vim-me embora fui trabalhar até para Pedrógão, que é em Beja, mas pronto vim morar para Évora. Entretanto, andava-me a sentir mal, já não me recordo o que é que sentia, mas tinha qualquer coisa, fui ao ginecologista, fui fazer uns quantos exames e depois daquilo tudo é que eu pensei quando é que, eu sempre pensei em ser mãe, pensei em

adiar, pensei em ter aos 36, entretanto...

41 E: Mas sempre planeou, assim, aos 36 anos?

42 I: Sempre planeei sim, fiz bem as continhas, depois de terminar vou estar a trabalhar vou demorar dois anos a tirar cada curso, portanto, como estou a trabalhar dá perfeitamente e ainda dá para ser mãe aos 36 anos.

43 E: Portanto foi no fundo o seu percurso académico que levou a adiar?

44 I: Completamente, sim, sim, sim, completamente. Então foi isso que fiz, por acaso concretizou-se, podia não se ter concretizado mas concretizou-se. O meu raciocínio foi sempre este. Entretanto, o que antecipou, porque eu só queria ter começado já depois de ter terminado, foi quando comecei a fazer exames e o doutor ainda me preparou para ter que ir fazer uma cirurgia qualquer. Quando saíram os resultados o senhor lá me disse, olhou, fez uma cara assim mesmo muito má para mim, olhou tipo "esta gente não tem filhos e depois só me arranja problemas". Eu pensei mesmo isso, foi a cara que ele fez, e então ele disse-me: "Olha, comes a tomar o ácido fólico e daqui..." e eu: "Acido fólico? Mas isto não é para as grávidas?" (riso). E foi quando ele me diss.: "Então tens 36 anos estás à espera de engravidar quando? Tem que ser agora já!" (riso). E depois eu disse: "Mas eu... ainda é cedo para ter", "Olha, então vais ter que fazer um tratamento ou isto fica crónico para sempre" e eu: "Não! Eu quero ter filhos calma". Eu tinha intenção de terminar a licenciatura, portanto, no fundo eu adiei três, seis meses..." E pronto, está bem! Então vá, vamos fazer isso".

45 E: Foi por sugestão no fundo do médico (riso).

46 I: Porque foi exatamente assim, foi assim que se passou.

47 E: Foi o médico o segundo pai?

48 I: O segundo pai, pronto, o médico: "Tens que ser ou então fazes este ou aquele... então pensa bem. Daqui a uma semana vens cá ter comigo para te passar um tratamento, portanto, olha, pensa bem". Eu: "Não! Então assim engravidado". E foi, comecei a tomar o ácido fólico e engravidei. Na altura estava a terminar o curso, estava a tentar terminar uma pós-graduação na FUNDEC, de coordenação de segurança, ou seja, foi uma altura péssima. Eu estive grávida da minha filha a dormir duas por noite,

portanto, foi uma coisa assim muito complicada. Pronto, a gente vive as coisas muito intensamente e tem que terminar já, porque podia ter adiado isso, mas pronto eu andei a fazer frequências e a estudar, às tantas com uma barriga enorme. Andei a fazer essas coisas todas que não se deve fazer-se quando se está grávida, mas depois tive a minha filha e....

49 E: Que idade tinha então? 36?

50 I: Já tinha 36, 37 quando a tive estava a três meses de fazer 37.

51 E: E como é que essa decisão foi partilhada com o pai, da sua filha?

52 I: Não foi partilhada. Portanto o pai da minha filha queria ter filhos há imenso tempo, portanto, ainda hoje o oíço dizer eu já estou a ser pai tão velho...

53 E: A vossa relação durava há quanto tempo?

54 I: Já há muito tempo, portanto quando entrei para a universidade, foi mais ou menos um ano depois de entrar na universidade

55 E: Do primeiro curso?

56 I: Sim sim, portanto...

57 E: É o mesmo namorado?

58 I: Sim sim sim, já, sempre. Portanto a nossa relação já era muito antiga. Eu é que adiei, portanto, ele claro queria ser pai, mas...

59 E: Ele queria ser desde quando?

60 I: Nunca me expressou muito bem mas sempre mandou umas boquinhas (riso) acerca do assunto...

61 E: Mas daquilo que se lembra?

62 I: Se calhar 10 anos antes.

63 E: Hum...

64 I: Não, 10 anos não! Ainda nós não namorávamos, mas foi a partir do momento em que começamos a ter casa portanto eu tive casa a partir de 2004, 2005 a partir desse momento ele já tinha intenção de ser pai, foi sempre adiando por minha causa e então...

65 E: Ele trabalhava? Tinham já independência?

66 I: Ele trabalhava. E, entretanto, eu acabei por não lhe dizer nada. Porquê? Porque eu, entretanto, fui verificar realmente o que é que tinha e o que eu tinha era um endometriose. Eu tinha pelo menos duas amigas muito chegadas que andavam há anos e anos e anos para engravidar e, portanto, eu pensei "Eu não lhe vou dizer porque de certeza que ele vai-me andar todos os meses a chingar o juízo se é desta e, provavelmente, terei de fazer algum tratamento ou alguma coisa e ele ainda me vai estar a criar mais stress". Duas amigas muito chegadas que tiveram esse problema, mas por acaso comigo não resultou nada assim. Eu engravidei logo, portanto, as coisas são diferentes de pessoa para pessoa, por acaso eu engravidei logo. E depois, quando eu lhe contei, ele achou que eu estava a inventar, que estava a

brincar com ele e ficou muito contente, ele gostou muito (riso) foi isso. Depois... entretanto, eu não avalei bem o que era ser mãe efetivamente, portanto, eu achei que ia conseguir ser mãe e trabalhar como trabalhava e abraçar tudo, fazer tudo e mais alguma coisa que fazia antes. Eu tive sempre essa ideia porque eu até comecei a trabalhar mais cedo do que a licença de maternidade.

67 E: Quanto tempo é que usou?

68 I: Eu usei se calhar dois meses. Como a obra estava ainda para começar eu efetivamente fiquei mais tempo em casa, mas, uma vez por outra, eu era chamada. Andei a analisar documentos, fui chamada à obra para a iniciar, portanto, da minha primeira filha não tive noção do que é ser mãe, achei que era tudo igual. Na gravidez eu não levava uma vida normal, portanto, eu era uma pessoa que trabalhava e quando era necessário até ao limite. Depois tinha que fazer, estudar e depois tinha que fazer os trabalhos para a minha pós-graduação, portanto, eu fazia muita coisa ao mesmo tempo e também não sou uma pessoa normal, se calhar no percurso profissional. Eu achei que ia ter força para isso tudo porque eu sempre tive e sempre consegui. E com a gravidez, às vezes, já ficava cansada, como é evidente tinha que descansar os pés. Eu obrigava-me, apesar da minha mente querer ir mais, o meu corpo não, e eu aí achei que estava doente. E não avalei o ser mãe, portanto, achei que ia conseguir fazer exatamente a mesma coisa. A criança ia para o colégio, eu ia continuar a trabalhar e conseguia desligar, o que não é verdade. Isso não se desliga e é completamente diferente, passa a ser outra coisa. Tanto que, estando eu ainda em período de recuperação, assumi uma coisa que me ia dar imenso trabalho, portanto, eu tive que decidir entre uma obra que eu estava fartinha de fazer, que ia fazer em piloto automático, e um novo projeto que era coordenar técnicos. E achei, na altura, que ia conseguir fazer isso tudo e consegui, mas saiu muito do meu... Depois o meu parto também não foi normal e, provavelmente, isso deve-me ter afetado porque o meu útero não contraiu, eu tive uma hemorragia e só passados seis meses de estar a trabalhar é que notei que psicologicamente também me devia ter afetado, tinha muito menos memória, tinha dificuldade em pensar com rapidez, portanto, em coisas que eu fazia rapidamente passei a ser mais lenta, isso é que eu notei, notei que me afetou muito psicologicamente, mas só percebi depois de ter passado esta situação toda. E foi complicado porque depois de ter tido uma criança, estava a amamentar e ao mesmo tempo estava a exigir de mim uma grande rapidez de raciocínio, se calhar, em todo o meu percurso profissional foi quando me foi exigido mais. Eu acho que não estava efetivamente a cem por cento isso eu sei perfeitamente. Depois... fui abraçar um projeto com pessoas que nem sequer me conheciam, nunca me tinham conhecido profissionalmente. A minha rapidez de pensar ou de agir era diferente, portanto, houve pessoas até que me confidencializaram-me isso. Entretanto, temos que dar, responder profissionalmente e ao mesmo tempo responder à criança e a criança não tem culpa nenhuma do que nós decidimos fazer, não é? E portanto...

- 69 E: E como é que foi essa conciliação? E nomeadamente com o pai da, da sua filha.
- 70 I: Pronto, o pai da minha filha, nós partilhamos sempre muito, apesar de ser eu que tenho de pensar em tudo...
- 71 E: O que é que é pensar em tudo?
- 72 I: Pensar, programa... ele apoia sempre tudo.
- 73 E: De que forma?
- 74 I: Ele faz...
- 75 E: O quê? (riso)
- 76 I: Por exemplo... não ele...
- 77 E: Como é que as coisas acontecem?
- 78 I: Ele sempre deu banho, sempre a vestiu, o facto de ele não ir à cómoda buscar a roupa da criancinha é apenas porque... (riso) É uma questão de mãe para a criança ir vestida com as cores a condizer ou coisa do género, não é? Porque se não, vai vestida de qualquer maneira, mas ele vestia, ele é pessoa para ir buscar e vestir. No entanto, (riso) isto já é uma exigência minha porque ele é capaz de fazer isso, é capaz de ir buscar a roupa e tirar lá da cómoda e...
- 79 E: E que exigências suas é que tem, além dessa?
- 80 I: No fundo era... sei lá, dar-lhe a atenção toda e não sei... exigências que eu tenho para com ele, deixa-me ver... ele no fundo participa muito, eu até acho que ele participa muito.
- 81 E: Em que? Estava a dizer...
- 82 I: Portanto, vamos lá ver, ele sempre lhe deu banho, sempre mudou a fralda, sempre a tratou, tratou dela. O que ele é, é muito despistado, tipo não tem aquele cuidado, "Puseste-lhe o creme depois"? Depois, entretanto, ele já sabia que era para pôr creme e era próprio ele que ia-me dizer "Temos que pôr este creme", já era ele próprio que ia tratar disso, mas é sempre necessário... Não sei se os outros homens são assim, mas é sempre necessário nós estarmos lá, no fundo isto não são situações essenciais para o bebé, não é? O bebé sobrevive perfeitamente a esta situação, é uma achega que nós queremos dar ao bebé, porque ele o essencial faz, ele sempre fez sopa, portanto, ele sabe perfeitamente fazer sopa, chegou uma altura que era ele basicamente que fazia mais a sopa do que eu.
- 83 E: Como é que partilhavam as coisas em termos de dia a dia, uma vez, que quando a bebé tinha dois meses foi trabalhar, como é que conciliavam as coisas?
- 84 I: Porque ele era vigilante, portanto, aquilo foi conciliado da seguinte maneira; quando ele saía ou entrava às três, o horário era assim: se eu tivesse de sair de casa e ele estivesse a trabalhar, era o meu irmão que tinha um bebé com dois anos que, normalmente, ficava com ele porque o meu irmão era polícia, era GNR, e se tivesse horário era com o meu irmão ou a minha cunhada que ficava. Os pais que são pais pela primeira vez, têm situações... é diferente, e a nossa preocupação, mais até do meu marido

do que de mim, deixar com alguém que tenha um bebê, portanto, nós não íamos entregar a nossa bebê sem ser a alguém que tinha um bebê e, portanto, sabia como funcionava. Quando nós tínhamos algum problema com o bebê ligávamos: "Olha passa-se isto, olha passa-se aquilo, o que que acham?" Eles eram o nosso apoio porque eles tinham um bebê com dois anos. No fundo eram eles que ficavam sempre com a bebê, com a Matilde ou era o meu marido que pedia trocas com o colega para quando eu tinha que me ausentar. Entretanto, quando eu comecei a trabalhar mais foi na altura em que ela entrou para o colégio.

85 E: Com que idade?

86 I: Ea entrou com cinco meses, ela entrou em maio. Portanto, eu comecei a trabalhar em abril, mas trabalhava muito em casa e ela aí ficava comigo e ou então o meu marido ficava com ela. Depois em maio é que ela entrou mesmo no colégio e entretanto a minha sogra quis logo ficar com ela, assim que ela soube que eu estava grávida, ligou a dizer que a menina não ia para o colégio "Fica cá comigo". Nós achámos que era melhor ela ir para o colégio porque, no fundo, uma criança o dia inteiro na casa de uma pessoa acaba por... não é chatear-se, se calhar fazia com todo o gosto, tanto que se ofereceu, não é? Mas achámos que atrapalha um bocadinho, ao fim de algum tempo, estar uma criança, um bebê. Ainda por cima a Matilde tinha muitas exigências de atenção, acho que era por ser única, (riso) exigia muita atenção e nós optámos por colocá-la no colégio. A minha cunhada ia sempre buscá-la às 16:30 da tarde, era assim que podia, devia ser a primeira a ir buscá-la e ia para casa da avó e lá estava o resto do tempo. Isto para mim foi uma grande ajuda porque eu estava numas obras que eram da Parque Escolar e nós tínhamos reuniões com os professores em Campo Maior às 19:30 uma vez por mês. Portanto, uma vez por mês eu chegava a casa às 21:30 da noite e uma vez por mês eu chegava tarde a uma quarta feira porque tinha obras em Moura, fora as reuniões que eles se lembravam de marcar e achei caricato, logo no início, tínhamos uma reunião que estava a começar às 20:00 em Moura e eu pedi para me despacharem primeiro. Acho importante contar isto, quando fui trabalhar para a empresa, eu expliquei logo que tinha sido mãe e o que me perguntaram foi se eu queria usufruir do direito de amamentação, neste momento já sei que aquilo não é direito nenhum, eu tinha direito e não tinha que ter dito nada mas não interessa, e eu disse que não, uma vez, que eles me estavam a contratar de novo, o que eu lhe pedia era flexibilidade. Eu não queria ter nenhuns horários, por exemplo, trabalho de manhã e à tarde vou-me embora, não! Eles têm que perceber que eu tinha acabado de ter uma criança e que possivelmente ia ter esses problemas comuns de ter uma criança e dentro da própria empresa tiveram essa atenção. A questão é que a empresa é uma prestadora de serviços ao Estado, à Parque Escolar e foi o dono de obra que me ligava a qualquer hora, ligava-me às oito da manhã, às oito da noite, às nove da noite. Eu inicialmente até saía do pé da bebê, que estava a chorar, para falar com a pessoa. Até que chegou uma altura que deixei de sair e continuei ali porque acho que a pessoa não estava a entender,

uma coisa é ligar com situações graves...

87 E: Mas era o seu patrão então?

88 I: Não era o meu patrão... portanto...

89 E: Era a pessoa para quem a empresa trabalhava.

90 I: Estava lá para fazer...

91 E: Era o cliente!

92 I: Era o cliente que não respeitava e ainda por cima é o Estado! Achei e acho que isso funciona mal nesse caso. Acho que as pessoas não têm noção disso, portanto o meu patrão tinha perfeita noção disso, inclusive, tive situações em que tive de ficar com a criança porque ela estava doente e eles nem sequer me descontaram, eu por acaso levei tudo, levei a justificação e eles nunca me descontaram, eles pagaram-me o dia exatamente como se eu tivesse estado a trabalhar, na parte da minha empresa. É aqui um duo que nós temos, temos o direito sim senhora foi-me dado pela empresa, no entanto, o cliente não vê isso dessa maneira e achei engraçado numa das reuniões eu pedi: "Olhe posso ser a primeira a despachar-me, despacho já a parte da segurança e eu vou-me embora para casa porque eu preciso de ir à casa de banho" e o meu colega da fiscalização, que era um tipo novo, eles eram todos novinhos, (riso) disse: "Então Angélica, vais à casa de banho enquanto nós despachamos, e eu disse "Eu não vou à casa de banho fazer uma situação normal, eu vou tirar leite!" (riso), irritou-me eles estarem-me a perguntar porque toda a gente sabia que eu tinha uma bebé pequenina. Eu tive o dia inteiro com eles a lembrar que eu tinha de fazer qualquer coisa de leite (riso) e só quando eu disse que tinha de ir tirar leite é que ficaram todos muito vermelhinhos, ou seja, ficaram constrangidos de eu estar a dizer aquilo. Achei engraçado mas quem representava o cliente tinha filhos, portanto, tinha obrigação de saber isso e não teve atenção a isso. Eu acho que nós as mulheres acabamos por ser um bocado... nunca tinha sentido isto antes de ter sido mãe, depois de ter sido mãe acho que somos um bocado judiadas nesse aspeto e por isso é que eu acho que não há tanta igualdade para nós depois de sermos mães. Já não estamos em perfeito estado, o nosso raciocínio fica um bocado abalado e depois ainda temos esta situação...

93 E: Fica abalado porque?

94 I: ... hum...fica...

95 E: Não, fica abalado, o seu raciocínio, estava a dizer fica abalado...

96 I: Acho que tem a ver com a situação das hormonas e acho que foi nesse caso porque, entretanto, tive outro filho e notei a diferença. Eu acho que também teve a ver, no meu caso, com o parto, em particular. Cada parto é um parto e, provavelmente, o facto de eu ter tido uma hemorragia e ter perdido os sentidos deve-me ter abalado, e o nosso organismo deve demorar mais tempo a recuperar, deve ter sido isso porque eu do meu filho já não estive igual.

97 E: O seu filho teve o com que idade?

98 I: Tive com 39.

99 E: E quais é que foram as diferenças que estava a dizer entre um e outro?

100 I: As diferenças que eu tive com um e outro foi, portanto, o meu cérebro. Eu quando tive o João foi um planeadíssimo, não houve hipótese de experimentar um parto natural porque o meu médico, o cuidado que ele teve foi eu ter um bebé muito cedo para nem sequer entrar em trabalho de parto, uma vez, que tinha tido essa situação com a Matilde. Então cheguei lá num dia fresquinha, fui ter o bebé, foi uma situação um bocado esquisita porque uma coisa é a gente entrar no hospital em trabalho de parto, não é? A gente não tem muito tempo para nos estarmos a preocupar com nada nem para onde vamos, não é? E ali não, é como se fossemos para um hotel mas não estamos a ir exactamente para um hotel (riso). É esquisito irmos com uma malinha, eu achei mais estranho do que quando foi com a minha filha,, mas estava planeado, chegou a minha vez de fazer cesariana, saiu o Joãozinho e apesar de ter tido dores da cesariana, o meu cérebro estava perfeitamente lúcido...

101 E: E ao nível da conciliação, com dois filhos o que é que para si...

102 I: É muito mau...

103 E: Desculpe?

104 I: Muito mal.

105 E: Muito mal, o quê?

106 I: (riso) Exige uma logística muito grande, sei lá, ter dois filhos é completamente diferente de ter um e eu entendo perfeitamente porque é que as pessoas têm só um filho. Apesar de ser mais um que entra na nossa vida, não dá o mesmo trabalho de dois filhos, um mais um, ou seja, não é igual a dois neste caso, não são trabalhos dobrados são muito mais trabalho, não são dobrados, são triplicados ou se calhar mais...

107 E: Em quê?

108 I: Os meus filhos são muito próximos, não é? Quando eu decidi ter o João, falei com o pai. Uma coisa é eu saber que ele queria ser pai, nós enquanto casal cada um fazia as suas coisas, éramos muito liberais, no fundo. Eu hoje quero ir não sei a onde vou e depois logo aviso e a mesma coisa da parte do meu marido, portanto, a gente não estávamos habituados, efetivamente, a termos que viver enquanto casal, portanto, é essa a diferença que eu noto.

109 E: Antes de ter os filhos?

110 I: Antes de ter os filhos, depois de ter a minha filha claro que tinha de lhe para ficar com o bebé (riso), ou seja, tornou-se uma prisão para nós os dois. Eu acho que aquilo não é uma prisão porque eu adoro ser mãe, adoro os meus filhos, mas tivemos que nos habituar enquanto casal também a esta faceta, não é? E isso foi um bocado complicado porque nós não estávamos habituados a isso, nós estávamos habituados a fazer a nossa vida.

111 E: Foi complicado, como é que é a negociação?

112 I: Não houve negociação nenhuma, não é? Havia essa necessidade, portanto, nós sempre respondemos às necessidades que nos foram surgindo.

113 E: E como é que respondia? Como é que se organizava?

114 I: Alguém tinha que ficar com a criança às vezes, como é evidente esse foi um processo muito complicado porque eu achava que tinha que ir e ele também achava que tinha que ir (riso).

115 E: E como é que resolviam?

116 I: Alguém ficava, alguém cedia, alguém cedia sempre.

117 E: Havia sempre tendência para um ceder em detrimento do outro? O que é que vos levava a decidir ficar um ou outro?

118 I: Bem em termos profissionais era o trabalho, portanto, normalmente cedia ele porque ele era vigilante e tinha um horário normal. Quando combinava as coisas era já se ele não estivesse a trabalhar, se ele estivesse a trabalhar tinha que arranjar alguém para ficar com os miúdos, decidíamos os dois e...

119 E: Em função do trabalho dele?

120 I: Em função do meu trabalho.

121 E: Ah ok.

122 I: E em função do horário dele, portanto, tínhamos que conciliar essas duas situações, ele também via se podia trocar com o colega, ou não. Depois se fosse na parte social, a parte social, efetivamente eu depois de ter a minha filha eu não tinha muita parte social e deixei de ter...

123 E: Deixou de ter vida social?

124 I: Exatamente, praticamente, porque eu não sei se é toda a gente igual, eu acho que nem toda a gente é igual mas eu dói-me imenso a consciência aqueles tempos em que não estou com eles porque isto vai ser num ápice, eles vão crescer e isto vai ser a correr e eu dói-me imenso não ficar com eles para fazer uma coisa qualquer social, sei lá para ir tomar café não sei onde para ir. A minha vida deixou de ser assim... tive consciência disso um dia em que estava a vir de Campo Maior e uma colega minha ligou-me: "Olha vem cá jantar" e habitualmente eu tinha ido jantar e ela ligou-me nesse sentido: "Estás aqui a passar então vem cá jantar" e eu: "Isabel agora não dá, tenho que ir a correr para casa para estar com a minha filha" e depois vim o caminho todo sozinha a pensar: "Realmente a minha vida mudou imenso (riso) porque eu habitualmente faria isso e com a criança não" e mesmo quando podia não ia porque para mim o tempo passado com ela é o mais importante. Quando temos dois filho, nesta altura começa-me já a pesar isso porque pesa, nós temos que começar também a...".

125 E: Pesa? O quê?

126 I: Começa-me a pesar o ter que estar sempre disponível para eles.

127 E: Hum...

128 I: E agora por, exemplo, o meu filho está a fazer já quatro anos, agora...

129 E: E ela tem quantos? Seis anos?

130 I: Ela tem seis, sim. Agora é que me estou a libertar mais, acho que eles nos libertam a nós e nós a eles. Neste período eu já tenho necessidade de ir fazer qualquer coisa para mim e já vou fazendo porque eu antes achei que tinha de estar sempre com ele, com eles, primeiro com ela e depois com eles...

131 E: E ao nível da vida conjugal como é que conseguiram conciliar?

132 I: Nós passámos a viver praticamente para as crianças. Acho que a nossa vida passou a ser as crianças e depois nós. Apesar de não falarmos disso, mas eu às vezes quando me ponho a analisar, neste momento, o centro da nossa união são os nossos filhos porque nós praticamente vivemos para eles ou seja, tudo os mete a eles.

133 E: E a vossa vida de casal?

134 I: A nossa vida acho que foi muito abalada nesta situação. Eu acho que o meu marido devia estar habituado, mas agora pensando bem, devia estar habituado a uma atenção que eu lhe dava que não dou atualmente, nem estou já para isso (riso) eu nem sei explicar. Eu não sei se as outras mulheres são iguais

mas eu já não estou para lhe dar a atenção, se me apetecer dou se não me apetecer não dou... (riso) porque cá esta, eu acho que nos focámos, eu foquei-me nos meus filhos, não estou a dizer que isto é correto, nem acho que seja correto mas é a minha maneira de viver esta situação. Entretanto, com os dois nós não temos o apoio que tínhamos, efetivamente eu não tenho... Eu não tenho porque se calhar não procuro, não peço mas eu também não me acho no direito de fazer isso, portanto, fui eu que decidi ter os filhos. Por exemplo, como tenho amigas minhas que vão deixar os filhos à dos avós o fim-de-semana ou o dia inteiro, eu não tenho isso, portanto, nós não temos isso...

135 E: Mas não têm... porquê?

136 I: Primeiro eu acho que os meus sogros e os meus pais já não estão capazes porque os meus pais e os meus sogros também já foram pais tarde, portanto, eu já venho de uma família em que os meus pais foram pais tarde.

137 E: Tarde é com que idade?

138 I: Tarde se calhar com a mesma idade que estou a ser, que eu fui.

139 E: A sua mãe?

140 I: A minha mãe.

141 E: E o seu pai?

142 I: E o meu pai tem menos dois anos que a minha mãe, portanto, a mesma altura mais ou menos.

143 E: Aos 36 também a sua mãe?

144 I: A minha mãe provavelmente, sim, o meu irmão nasceu no dia da minha mãe fazer 40 anos e tem mais ou menos a mesma diferença, tenho três anos do meu irmão de diferença. Os meus sogros também, portanto, os meus pais e os meus sogros não estão muito capazes de ficar com dois pequenos, não é? Ficam com um, com os dois é complicado porque eles aquela interação dos dois só dá asneira.

145 E: E vivem a onde os seus sogros?

- 146 I: Os meus sogros vivem cá em Évora nas Nogueiras e os meus pais vivem em São Miguel de Machedo.
- 147 E: E vocês são, são os dois de Évora? Portanto a Maria Angélica como o seu marido são os dois de Évora?
- 148 I: Sim, somos, os meus pais eram do sul, a minha não era, foi viver para lá quando casou e entretanto...
- 149 E: Esse apoio, estava a falar desse apoio, não é? Da rede, de deixar os miúdos com eles.
- 150 I: Pronto acho que eles não estão capazes disso. Acho também acho que não têm de ficar, não é? Vamos lá ver e se ficarem é menos esse tempo que também estamos com eles, não é? Eu acho que essas coisas têm que ser... se calhar todos os pais têm esses problemas, não é? Que é: "Vou ficar longe dos meus filhos?" (riso) Não sei...
- 151 E: Como é que resolve esse dilema? Para si?
- 152 I: Muito mal.
- 153 E: Como é que tem resolvido ao longo destes tempos?
- 154 I: Às vezes, sinto-me cansada, mas ao mesmo tempo quero responder e principalmente ao fim do dia sinto-me cansada para estar, para ter aquela disponibilidade mental de estar com eles e acabo por não estar com eles com qualidade, acabo por estar com eles mas não estou com qualidade porque muitas vezes eu não estou a ouvir o que eles andam a dizer ou estou já a fazer outras coisas, mas pronto tenho de fazer um esforço de estar com eles porque eu acho que isto vai passar tão rápido, ai está.
- 155 E: O que é que tem sentido ao longo dessa sua experiência como mãe? O que é que lhe tem causado mais insegurança, mais segurança, como é que tem sido este percurso? A sua experiência no fundo...
- 156 I: Muito mal, muito mal.
- 157 E: Muito mal o quê?

158

I: Hum... tem sido assim um misto de sentimentos. Eu eu não estava à espera, por exemplo, de um ser tão pequenino nos despertar aquele amor, aquele sentido de proteção tão grande. Eu achei que me conseguia... eu sempre fui uma pessoa muito desligada, portanto, sempre fui desligada mesmo com os meus pais, o meu pai é que me obrigava a ligar porque eu sempre fui muito desligada deles. Eu sempre fui, vou para aqui ou para ali e depois dizia que ia mas achei que não tinha de dizer, ou seja, eu fui uma pessoa sempre muito desprendida enquanto casal também fui sempre muito desprendida, mas eu de feitio sou desprendida. E o que é que eu senti enquanto mãe? Eu já não podia ser desprendida. Eu já não podia fazer o que me apetecesse porque havia uma criança que dependia de mim e estava acima disso tudo. Acho que é o que eu sinto mais, é a minha vontade de estar desprendida e ao mesmo tempo uma coisa que me agarra, que eu tenho, eu não posso estar desprendida. No fundo, eu acho que gostava muito de ser desprendida, não gostava nada de estar amarrada a nada e isto é um laço que eu vou ter para sempre. Isto é uma luta interior que eu tenho muito grande, que é o facto de ter que dar tudo aquelas duas crianças e, por outro lado, eu gostava de estar muito desprendida para poder fazer o que me apetecesse. Na maternidade o que mais me assusta é o facto de eu querer ser desprendida e ao mesmo tempo não poder ser porque tenho...

159

E: Mas assusta-a em que medida?

160

I: Assusta porque a minha experiência é um bocado diferente. Porque eu a nível profissional não sou estável, eu não tenho um trabalho estável, eu atualmente estou desempregada e o pai e eu não posso aceitar qualquer trabalho e aqui em Évora para mim está a ser complicado, aqui em Évora não vou arranjar nada. O que tenho arranjado ultimamente é coisas para ocupar, portanto, estou ali seis meses, nove meses a trabalhar enquanto a obra está a durar e depois volto e não vou ter nenhum trabalho estável. Em Évora não vou ter nenhum trabalho que me consiga sustentar sem ter que fazer não sei quantos mil trabalhos ao mesmo tempo e, por mim, eu já tinha agarrado em mim e nos miúdos e tinha-me ido embora.

161

E: Para ir embora?

162

I: Para o estrangeiro, portanto, eu sou mais uma que ainda não fui por pouco (riso) porque o que me está a afetar atualmente é, por um lado, eu não quero tomar uma decisão de largar tudo porque os miúdos estão estáveis, não é? E não vou largar tudo. No fundo vou influenciá-los, não é? Mas por outro lado, acho que os vou influenciar se ficar, portanto, estou numa indecisão que neste momento o foco

está a ser os meus filhos e não quero tomar nenhuma decisão que os vá machucar e prejudicar porque por mim já me tinha ido embora, mas eu penso que também era uma grande oportunidade para eles irem para fora porque eu acho que eles também não se vão safar cá (riso).

163 E: Isso tem sido para si um dilema?

164 I: Exatamente, exato, é uma luta, interior que eu estou a ter (riso).

165 E: E como é que vai negociando isso consigo própria?

166 I: Eu vou tentar adiar, eu vou adiando sempre (riso).

167 E: E o seu marido?

168 I: O meu marido nisso não participa. Eu acho que o meu marido responde a estímulos (riso).

169 E: Eu acho que ele responde a estímulos. Há esta necessidade agora vamos tratar disto e não vou pensar mais além.

170 E: Responde a estímulos em geral? E com os miúdos também?

171 I: Exatamente, ele também é assim (riso).

172 E: Se decidir ir para fora ele irá?

173 I: Ele acompanha-me nisso, ele pensa quando eu penso, ou seja, quando eu tento, quando eu lhe digo: "Isto vai ser muito complicado, nós sustentarmos as crianças cá em Portugal, porque efetivamente quem ganhava mais era eu e atualmente não consigo ter trabalho nenhum de jeito (riso), a ganhar que me sustente, não é? Porque eu tenho de fazer mil e uma coisas e é uma grande ginástica que eu faço, ao mesmo tempo estar com eles e ele também está a chegar a essa conclusão, não é? Que nós não nos vamos conseguir sustentar assim, às boas, não é? Claro que quero que eles estudem, que eles façam a sua maturação, que eles façam o percurso para serem felizes, no fundo, mas se eles quiserem ir para a universidade eu quero ter essa possibilidade de eles irem e atualmente eu não tenho, não é? Essa é que é a verdade!

174 E: Não se preocupe.

175 I: Já estou a chorar e tudo (riso).

176 E: Isso é constipação...

177 I: (Tosse) Já está mesmo mal! E então... Esta é a minha dualidade: o que é que eu vou fazer daqui para o futuro? Porque eu penso racionalmente. Racionalmente eu penso que tenho que sair, portanto, não há hipótese de ficar cá porque isto não tem... Não, portanto, eu não vou ter trabalho para me sustentar com os meus filhos. Eu quando digo sustentar com os meus filhos é porque eu acho que se estudei tanto... eu sei que toda a gente tem esse direito... Percebo perfeitamente isso tudo! Acho é que se eu estudei tanto, eu fiz um esforço enorme na minha vida, não é? Portanto eu não tenho que estar a ganhar o ordenado mínimo, não tenho que estar a privar os meus filhos do que quer que seja, não é? Não preciso de ser rica, eu também não tenho intenção nenhuma de ser rica. Eu tive uma luta enorme, adiei tanto a minha vida, se fosse para isto eu tinha tido filhos mais cedo, se fosse para...

178 E: Se soubesse o que sabe hoje o que é que, como é que tinha decidido?

179 I: Tinha sido mãe muito mais cedo!

180 E: Muito mais cedo em que idade?

181 I: Aos 20 e tal anos.

182 E: E o que é que precisava de saber que não soube, até então?

183 I: Precisava de saber que a minha vida ia ser assim, precisava de ter ido à bruxa na altura (riso).

184 E: O que é que da sua experiência como mãe uhh... o que é que a leva a dizer isso? (riso)

185 I: Eu precisava é de ter ido à bruxa (riso).

186 E: Para além ir à bruxa (riso) da sua experiência como mãe há assim mais alguma outra coisa que hoje

lhe dissessem que a levasse a ter decidido mais cedo?

187 I: Eu acho que não. Eu estou a dizer isso da bruxa mas é brincadeira minha. A gente quando não percorre esse caminho não tem capacidade de saber. Agora, o que é que eu acho é que a idade dá-nos este reflexo que eu tenho agora, que é dar mais tempo aos meus filhos e cada tempo que eu estou fora, alguém está a roubar-me este tempo, não é? No fundo é isso que eu penso. Eu tenho que lhe dar esse tempo porque isto vai passar num instante, eles vão crescer imenso...

188 E: E se tivesse sido mãe mais cedo o que é que mudava?

189 I: Eu acho que quando nós somos mães e pais mais cedo não temos essa noção, temos noção que vamos viver imenso. Tanto que eu achei que ia viver imenso e só fui mãe mais tarde. Eu agora é que penso: "Pá quando os meus filhos tiverem 20 anos eu vou ter já 60 ou pronto...".

190 E: Então o que é que precisava de ter sabido para ter tomado essa decisão mais cedo?

191 I: A minha...

192 E: Para além dos conselhos da bruxa? (riso)

193 I: Portanto a minha decisão baseou-se só nos conselhos da bruxa.

194 E: A que não foi? (riso)

195 I: A que não fui (riso)

196 E: Mas o que é que precisava de ter sabido?

197 I: O que eu precisava de ter sabido é que ia estar sempre instável. O que é que eu pensei?! Eu pensei que ao ser mãe mais tarde ia estar numa situação mais estável e foi isso que me condicionou. Não quero ter os meus filhos para estar numa situação instável, para os culpar de coisas que não vivi. Provavelmente se eu tivesse sido mãe mais cedo eu iria culpá-los de coisas que eu não vivi e agora eu tenho perfeita noção de que eles não têm culpa nenhuma (riso) e que eles tiram-nos umas coisas e enriquecem-nos muito mais noutro sentido. Acho que quando somos mais cedo não temos esta noção

não temos, eu acho!

198 E: Não têm noção que o tempo está a passar muito rapidamente e que valia a pena saber isso na altura, não é?

199 I: Sim, exatamente, ou seja, se eu fosse mãe aos 20 com a minha capacidade, aos 26 anos 29 ou 30 anos, que fosse, a saber o que sei hoje, que não é possível...

200 E: E o que é que sabe hoje?

201 I: Oh! Que não vale a pena andarmos às cabeçadas, que não vale a pena andarmos a chatear-nos... sei lá! Não vale a pena o mais importante é os sentimentos, é o que fica.

202 E: Mas o que é que sabe que a tornariam mais apta para decidir naquela altura? Que sentimentos são esses? Que coisas são essas? Que cabeçadas são essas?

203 I: Eu aos 20... tudo se resume à profissão, não é? Estamos a falar de uma pessoa que prescindiu imenso da sua pessoal, em todos os aspetos, para investir na profissão e atualmente... (riso) eu não quero estar a falar dessas coisas, não é? Eu ainda há pouco tempo fui a uma entrevista em que ficou lá a pessoa (riso) ainda me foram dizer (riso) porque era conhecido de alguém, pronto! Portanto o que eu sei hoje deviam-me ter dito aos 20 e tal anos, portanto, que eu não precisava de ter investido, nem ter sabido tanta coisa, nem termos que estar preocupados em querer saber. Eu investi, achei que, na minha profissão, se eu soubesse ninguém me ia tirar isto e, atualmente, eu sei que ligam-me para saber as coisas (riso), ligam-me para tirar as dúvidas as pessoas que estão lá no lugar, portanto... (riso).

204 E: Não lhe dão o emprego mas pedem-lhe orientações?! (riso)

205 I: Eu acho isto altamente ridículo (riso) e, portanto, era isso que me faltava! Se tivesse sabido não tinha feito, não é?

206 E: E da sua experiência como mãe? Acha que o que lhe faltava saber na altura também podia contribuir para ter tomado essa decisão?

207 I: O que me faltava saber era isso, mais nada. Se eu soubesse (riso), nessa altura, que tudo se resumia

a isso... Eu tive a ilusão que tudo não se resumia a isso, que se eu fosse realmente muito boa na minha profissão iria ser um espetáculo e, portanto, eu não tinha que estar a conhecer ninguém. Eu que responder profissionalmente e efetivamente não é isso que acontece e agora muito menos. Agora nesta altura de crise, então muito menos! Eu percebo isso tudo, não é? Se a malta (riso) conhece tal pessoa, pá...

208 E: E quais eram as suas expetativas em relação à, à maternidade?

209 I: As minhas...

210 E: Para a levar assim a adiar.

211 I: Era eu estar estável quando tivesse os meus filhos, não ter essas indecisões. Eu queria estar, aos 26 anos, estável, numa empresa. Eu nunca quis, portanto, uma estabilidade, quis foi que as coisas não fossem assim. Neste momento qualquer profissão, e posso estar a cometer um erro enorme, acredito que haja uma ou outra ponte que não é assim, mas atualmente em qualquer profissão é conhecido que não são os melhores profissionais ou os que estão mais qualificados... há sempre um fator externo a essa qualificação. Isto é a experiência que eu tenho tido ultimamente, há sempre um fator externo, o que eu queria era quando aqui chegasse, não...

212 E: Aqui esta idade, esta fase do percurso profissional?

213 I: A esta idade, a esta fase da minha vida, portanto, não houvesse esse fator, portanto, que eu fosse avaliada pela minha vida, não é? Pelo meu trabalho, pelo meu percurso e não houvesse necessidade dessa situação, era isso que eu queria. Nesse sentido eu preparei-me, eu tirei as pós graduações que era para tirar, eu especializei-me, eu tentei aprender efetivamente como é que se faz e quando não se faz, mas efetivamente isso não é assim...

214 E: E como mãe? O que é que, o que é que na altura, quais eram as suas fantasias? Ou as suas expetativas?

215 I: As minhas expetativas como mãe é que ia conseguir dar conta do recado todo, eu conseguia estar a trabalhar e conseguia gerir bem a situação de deixar os meus filhos e...

- 216 E: Mas mesmo assim não foi mãe mais cedo. Só decidiu ser mãe quando achava que tinha as condições todas.
- 217 I: Eu achei, tem a ver com isso, eu achei que depois de ter concluído a licenciatura, eu efetivamente adiei a minha maternidade 6 meses portanto foi o médico que me disse (riso)...
- 218 E: A sua licenciatura, a sua segunda...
- 219 I: Segunda licenciatura, sim.
- 220 E: A sua, a sua segunda que está a contar com a de engenharia é isso?
- 221 I: Sim.
- 222 E: Porque não está a contar com a primeira que interrompeu?
- 223 I: Sim sim, que interrompi sim. Portanto, a outra não conclui portanto não tenho...
- 224 E: Claro...
- 225 I: Hum...sim esta é a minha...
- 226 E: Sim.
- 227 I: Eu quando fui tirar engenharia civil era para poder trabalhar no que eu gostava e ter trabalho porque eu queria ter trabalho e pensei o curso de engenharia civil, tendo a minha pós-graduação em coordenação de segurança, tendo a minha experiência profissional, que na altura já era muito vasta, e que eu tentava mesmo saber fazer, não é? Não, eu não tentava iludir, tentei mesmo aprender a fazer as coisas corretamente, eu pensei que ia ter sempre trabalho, não é? E daí o meu investimento nisto tudo, qualquer um dos cursos que eu tirei foi um investimento enorme que eu tive, em termos monetários e em termos pessoais, portanto, eu estive ausente da minha casa durante 5 anos, não é? Foi.. coisas que afetaram a minha vida...
- 228 E: Ausente da sua casa?

- 229 I: Porque eu na altura já vivia com o meu marido quando fui tirar a minha licenciatura, acabei foi por estar...
- 230 E: Começaram a viver juntos com que idade?
- 231 I: Mais ou menos em 2004, 2005, foi em 2005.
- 232 E: Que idade? Pois...
- 233 I: Devia ter 29, 30 se calhar, devia ter mais ou menos essa altura.
- 234 E: Mas já se conheciam desde que entrou n primeiro curso?
- 235 I: Eu devia conhece-lo para aí desde os meus 21, se calhar. O que eu esperava, enquanto mãe, foi que quando chegasse aqui eu não tivesse que andar com... Eu até acho que estou a lidar bem com isso porque eu na altura, quando estava desempregada, afetava-me sempre muito psicologicamente o facto de não estar a fazer nada que eu gostava de estar a fazer. O facto de não estar a fazer... esta indecisão que é se, daqui a seis meses vou ter dinheiro para sustentar os meus filhos, no fundo, isto é uma indecisão enorme, não é? Mas efetivamente eu até funciono bem com isso.
- 236 E: Mas como é que funciona bem?
- 237 I: Acabo por não poder dar coisas materiais que lhe poderia dar noutra situação, mas acabo por lhes dar tempo e acabo por ter disponibilidade para eles que não tinha, portanto, eu consigo gerir isso desta maneira. Acabo por lhe dar tempo, mas não foi de maneira nenhuma isto que eu planeei para a minha vida, eu não planeei nada disto...
- 238 E: E se soubesse na altura, para além dessa questão da estabilidade que vivia bem com essa decisão de dar o tempo e de estar com eles.
- 239 I: Mas eu na altura acho que... aos 20...
- 240 E: Se soubesse?

241 I: Se soubesse que ia viver assim tinha sido se calhar mãe mais cedo. Eu, é assim, o que eu penso é que se tivesse ido à bruxa e me tivessem dito que eu ia estar nesta situação atualmente, não é? Eu tinha sido logo mãe, isso aí não há decisão nenhuma, não há dúvidas porque eu queria ser mãe efetivamente.

242 E: E na maternidade havia assim alguma coisa que a preocupasse? Para além, já disse várias coisas, da conciliação, uhh... da... enfim das condições, uhh... também de... de estabilidade por via dessa conciliação mas no fundo a conciliação profissional e familiar sempre achou que conseguia não é? Uhh... mas do ponto de vista do desempenho em si como mãe, como mulher, como mãe, havia assim alguma coisa que... que hoje sabe que também facilitaria se soubesse na altura?

243 I: Eu não tinha noção, por exemplo, que a maternidade me satisfizesse tanto. Achei que a maternidade não ia satisfazer por si só, portanto, eu fiz sempre a minha vida muito com o foco na atividade profissional, no que é que eu queria ser, portanto, atingir esta meta, atingir aquela, foi sempre muito a minha perspetiva. A minha maternidade ficou sempre em segundo plano, eu nunca pensei que a maternidade poderia estar em primeiro plano, para mim, para mim nunca pensei isto, nunca pensei, nunca achei que ia dar este valor que efetivamente eu dou agora, também não sei se é da idade, mas efetivamente eu nunca pensei que fosse tão compensador ser mãe, portanto, nunca dei esse valor e agora acho que, que é muito compensador (riso).

244 E: Se (riso) se tivesse ido à bruxa!

245 I: Se soubesse, se tivesse ido à bruxa, eu tinha sido mãe mais cedo, como é evidente (riso).

246 E: E a sua experiência ao longo da sua vida, da sua infância, o que é que relaciona com esta sua experiência de mãe e com essa decisão? Há assim algum aspeto na forma como foi educada, nas experiências que teve...

247 I: Eu nem sei explicar muito bem, eu não sei, não sei se isto tem a ver. o analisar a minha mãe, o que é que eu acho da minha mãe? A minha mãe foi sempre muito despegada, não sei, às vezes as pessoas dizem-me dos mimos e dá-me ideia que a minha mãe foi sempre muito mimada lá para o jeito dela. Cada pessoa é uma pessoa e cada pessoa tem as suas necessidades e o seu jeito, mas não sei explicar, acho que a minha mãe foi muito mimada pelos pais, provavelmente, já só conheci a minha avó, não me lembro, mas dá-me ideia que é isso. E depois foi sempre muito mimada pelos irmãos porque a minha

mãe era muito nervosa porque era não sei o quê, e portan, as pessoas sempre a mimaram de mais, ninguém a podia contrariar porque ela era muito nervosa, porque não sei quê. Enfim, agora quando me falam em pessoas mimadas eu tenho um exemplo, não é? Eu sou filha de uma pessoa assim porque se eu a contrariar nalguma coisa, ela começa logo a chorar e dá-lhe logos os nervos e então não vale a pena estarmos ali... agora com esta idade então nem vale a pena já contrariar-mos, mas eu agora a analisar, e desde que sou mãe, eu tornei-me muito mais exigente relativamente à minha mãe. Eu tive um problema,, tive uma anemia e o meu pai...

248 E: Teve uma anemia com que idade?

249 I: Com 6 anos ou 7, e houve necessidade de eu fazer um tratamento e os meus pais tinham vacas, animais, e a minha mãe trabalhava também lá, tinha vacas leiteiras e isso tudo.

250 E: A profissão deles era agricultores?

251 I: Não, o meu pai não era agricultor, o meu pai era empregado do Estado ele trabalhava na altura na Junta de Freguesia, não sei precisar mas os meu pais sempre tiveram vacas e animais.

252 E: E a sua mãe não trabalhava?

253 I: E a minha mãe não trabalhava, acabava por tratar das vacas mas o meu pai também tratava, aquilo era um negócio deles os dois.

254 E: Teve a anemia?

255 I: Tive a anemia e o meu pai achou que a minha mãe, cá está a proteger outra vez a minha mãe, não tinha capacidade para tratar bem de mim porque eu estava tão doente (riso) e agarrou em mim e trouxe-me para a minha tia, ou seja, metade da minha vida foi vivida na minha casa, metade da minha vida foi vivida na casa dos meus tios, tanto que os meus tios eram quase meus pais.

256 E: Paternos?

257 I: Hum...não, eram...

E: Maternos?

259

I: Maternos. Cá está a proteção, o meu pai levou-me para a cunhada porque, entretanto, tinha uma cunhada que era solteira na casa dessa minha tia e acabou por toda a gente, ou seja, cá está o núcleo familiar, a proteger a minha mãe outra vez, eu acho que foi isso. Ao pensar agora não sei... Entretanto, eu acabei por estar tanto tampo com a minha tia, como com a minha mãe e, entretanto, a minha tia morreu e foi sempre uma grande mágoa da minha mãe, o facto de achar que eu gostava mais da minha tia do que dela. A minha mãe nunca se expressou nesse aspeto, mas recentemente expressou-se: "Ah, o teu pai carregou em ti e levou-te para a tua mãe (riso), para a tua tia e por isso é que vocês sempre foram muito chegadas". Eu acho que não foi por isso, eu acho é que nós tínhamos feitios muito parecidos, a minha mãe não consegue perceber isto, ou se calhar percebe, não sei! Nós tínhamos era feitios muito parecidos, enquanto a minha mãe era: "Está sossegadinha e quietinha e não me chateia, se não começo a chorar", a minha tia não era nada assim é como eu: "Vamos à luta, vamos fazer e vamos" e por isso, se calhar, é que eu era tão chegada à minha tia, a gente éramos muito próximas, muito próximas as duas, também não sei se fui influenciada por ter sido meio educada por ela, não é? Não sei, mas sempre fui muito mais de "Vamos à luta" do que ficar à espera, a chorar que alguém cá venha tratar de mim, é isso, se calhar, que a minha mãe não percebe. Eu não quero ser injusta, portanto, com a minha mãe enquanto cuidadora, não é? Naquilo de cuidadora porque eu ando sempre atrás da minha filha, come isto e come aquilo, acabo por ser demais, não tenho nada que estrá a vestir uma criança de seis anos como fiz hoje, que foi vesti-la, dar-lhe comida na boca, etc, etc, mas ela é uma pastelona e eu... tenho que começar, não é? E acabo por fazer até demais! A minha mãe não fez nada disso comigo, nós tínhamos a comida se quiséssemos comíamos... é o que eu me recorde da minha mãe não tinha este sentido tão protetor, acabava por ser protetora porque ela realmente andava por ali, mas por outro lado não tinha esse cuidado que eu tenho, que eu também não sei se sou eu que estou correta, se é a minha mãe que está correta, atenção! Agora também não sei, enho que ir outra vez à bruxa, hum... não sei o que é que está correto porque isto que eu faço à minha filha tenho noção que não está correto, só que eu tenho que me despachar se não ainda lá estava a esta hora, eu também acho que a criança tem que ser livre, não é? Mas a minha mãe, eu lembro-me de, por exemplo, na adolescência, apesar de a minha mãe ser de uma aldeia e... ela não é de uma aldeia não é? Mas está lá na aldeia, portanto as pessoas...

260

E: Ela é de Évora?

261

I: Sim. As minha amigas, enquanto as mães delas diziam "Agora não sais à noite, agora não vais não sei quê", a minha mãe sempre disse "Faz a tua vida, tens é que tirar um curso ou tens é que ser

independente", a minha mãe sempre me deu muito essas indicações de ser independente, de não depender de nenhum homem. A ideia que tenho é que ela apesar de eu em criança, portanto, em pequenina acho que a minha mãe não tinha muito... portanto não foi muito dedicada, no aspeto das necessidades essenciais, do género vamos comer agora, ou seja, nós comíamos, não é? Mas a minha mãe não andava atrás de mim para ir lanchar, a gente quando tivesse fome íamos comer, enquanto eu agora faço isso aos meus filhos, não é? A minha mãe não fazia isso mas, se calhar mais do que as outras mães, ela acabou por acompanhar naquele período da adolescência e isso tudo, eu lembro-me de falar imenso, de contar imensas coisas à minha mãe que podia contar, que tinha abertura para que a minha mãe não dissesse: "Elas estão só a dizer mal de ti porque tu saís à noite, olha não vás, vai para ali, saís lá e pronto e depois vens e ninguém precisa de saber". Portanto ela acabou por ter esses cuidados, enfim, é a minha experiência...

262 E: Mas como é que a relaciona agora a forma como foi crescendo e como foi pensando estas questões da maternidade?

263 I: Não faço a mínima ideia, portanto, uhh...

264 E: Mas foi buscar essa experiência a propósito dessa altura em que, aos 6 anos, começou a viver em casa dos tios e dos seus pais, não é?

265 I: Sim, hum...

266 E: Houve alguma influência? Alguma relação?

267 I: Eu acabei por ficar influenciada pelas duas situações, não é? É, assim, os meus tios eram muito próximos de nós, não é? Não estamos a falar...

268 E: Em que é que isso a marcou na sua experiência à medida que foi crescendo não é? Nesta perspetiva da maternidade, no fundo.

269 I: Eu acho que, portanto, acho que tanto a minha mãe, como o meu pai, a minha tia é a mesma coisa, "é ir para a frente, não se deixem atrapalhar, vão mas é para a frente, se é para irem vão", sempre foi assim. A minha mãe no sentido de: "Tens de ter uma profissão, tens que trabalhar, tens que ser independente, não podes depender de homem nenhum" e o meu pai a mesma coisa: "Tens que ter um

curso superior, tens que não sei quê". Tudo isto provavelmente deve-me ter influenciado, não é? A vida toda a ouvir isto com certeza me influenciou no facto de eu querer ter um curso superior ...E podia ter tido outra profissão, tinha é que ter um curso superior, tinha sempre que pôr a minha profissão à frente... acho que isto provavelmente foi o que me ficou, não é? hum... tem a ver com a educação que eles me deram, não sei porque eles nunca me disseram para eu ser mãe mais tarde, nunca me disseram nada disso.

270 E: Nem mais cedo?

271 I: Nem mais cedo.

272 E: (riso)...

273 I: E efetivamente, mais cedo muito menos me haviam de dizer (riso) digo eu! Mas eu, efetivamente, agora pensando eu notava que os meus pais eram mais velhos do que os pais dos meus colegas, portanto, eu sempre tive esse.. eu lido melhor agora com esta situação não é? Quando eu estava na escola primária, por exemplo, os meus pais sempre foram mais velhos, quer dizer, havia sempre um ou outro que eram mais velhos, não é? Mas há sempre a média, não é? Na média efetivamente os meus pais eram mais velhos que os pais dos meus colegas e eu recordo-me de achar até estranho os meus pais serem mais velhos do que os dos meus colegas e se calhar até achava que era impedor de alguma coisa. Depois, por exemplo, na adolescência a minha mãe era bem mais velha do que as mães das minhas amigas e até acabava por ser uma moderna em comparação (riso) com as mães das minhas amigas, Apesar de o aspeto exterior, efetivamente, as mães das minhas amigas serem (riso) mais modernas do que a minha, a minha mãe na mentalidade era muito mais moderna do que as das minhas amigas. Agora que estamos aqui recordo-me disso, efetivamente eu na altura até acho que a minha mãe era muito mais moderna, apesar de na escola primária eu achar que isso dos meus pais serem mais velhos tinha alguma influência, acho que o que devia ter influência, por exemplo, da minha mãe dizer que não sabia ler nem escrever...

274 E: Não tinha? Não era...

275 I: Ambas efetivamente...

276 E: Mas era analfabeta é isso?

277 I: Hum... quer dizer, a minha mãe tinha a terceira classe, isto já soube muito mais tarde (riso).

278 E: Ah tinha a terceira classe.

279 I: Tinha a terceira classe... É mais uma das birras da minha mãe, portanto, não vale a pena temos que conhecer a pessoa cá está, porque a minha mãe sempre me disse que não sabia ler, portanto, mas agora me lembro que a minha mãe realmente ensinou-me os números (riso) quando eu fui para a escola primária mas depois o meu tio é que me explicou que ela não lia tão bem como as outras pessoas, certo? E então a minha mãe tem a mania que quando faz uma coisa tem que ser muito bem, tem que ser mesmo assim ou então já não faz e efetivamente a leitura treina-se não é? Se ela não lia porque não lia tão bem como as outras pessoas, chegou a uma certa altura que ela efetivamente não sabia por este motivo. Eu lembro-me que ainda houve uma altura em que eu decidi ir-lhe ensinar (riso) foi quando descobri que a final ela sabia ler (riso).

280 E: E andava na escola primária?

281 I: Foi quando eu descobri, devia estar no terceiro ou quarto ano, já não me recordo. Já sabia ler, foi quando decidi que ia ensinar a minha mãe, mas então... ela sabe, a minha mãe conhece as letras, ela sempre o soube fazer, Agora houve uma altura na vida dela que ela fez um esforço para aprender, ela sabia assinar, mas era mais cómodo para ela dizer que não sabia assinar e então não assinava, mas ela efetivamente sabe assinar (riso)...

282 E: E o seu pai? Tinha...

283 I: O meu pai tinha a quarta classe, mas o meu pai não é nada assim. O meu pai apesar de não ler, a partir do momento em que nós começamos na escola o meu pai começou-se muito a apoiar em nós, mas é uma pessoa com uma grande perspicácia e sabia e queria acompanhar, ele aí é diferente. Se calhar sabem ler e escrever a mesma coisa, o meu pai é que não se fica e quer e vai e a minha mãe é que é mais fácil dizer: "Não sei, não faço". E... acho que se calhar a situação deve ter a ver com isso, o facto de eles terem as escolaridades baixas, e também não têm interesse, ou seja, a vida deles nunca foi essa. A vida do meu pai foi os animais, é o que ele gosta mais de fazer, o meu pai tem 76 anos e, e sei lá, agora tem não sei quantos animais e reformou-se e trabalha mais do que quando estava a trabalhar porque agora tem muito mais animais e anda sempre muito empenhado a trabalhar aqui e ali e já faz

mais coisas do que fazia efetivamente há uns anos atrás, portanto, tem a ver com a vida das pessoas não é?

284 E: E em termos de modelos de educação para a sua experiência como mãe?

285 I: Como mãe, eu não sei quais os modelos que devo dar aos meus filhos, não sei, estou a ser muito sincera, eu não sei! Então o que é que eu faço? Acho é que vão fazer o mix deles e acho que é isso um ser humano. Eu tento dar o valor do trabalho, que temos que trabalhar, temos que lutar pelas nossas coisas, temos que ir mais além, temos que respeitar os outros. Eu tento dar tudo o que é as ideias de não serem chicos espertos, entre aspas, o chamado chico esperto, passarem a perna aos outros, eu tento dar que esses valores não estão certos, apesar de nunca dizer que esses valores não estão certos. O que eu tento é dar-lhe o bom exemplo. O meu marido não é assim, o meu marido é mais o chico esperto, é a minha opinião, e eu dantes, repreendia-o um bocado quando ele fazia essas situações. Então faço um mix, é dar-lhe alguns valores, não passar por cima dos outros, respeitar, e o pai dá-lhe as indicações que ele quiser e eles que juntem e aquilo vai ser o ser humano, não é? Eu acho que um ser humano tem que ser constituído por isto tudo, tem que ser honesto, mas também tem que saber ser esperto, portanto, é uma coisa que eu não sei e acho que é o que me falta enquanto ser humano, portanto, vai ser bom a experiência dos dois. Por exemplo, eu sei que o correto, eu não sei se é o correto, isto é o que está nos livros que é correto, é os pais terem os dois o mesmo percurso e indicarem a mesma coisa. Eu acho que não tem que ser assim e quanto mais vou vivendo mais tenho essa ideia que não tem que ser assim. Mostrar o lado correto, portanto, sei lá eu o que é que é correto, devo respeitar os outros, não devo passar à frente dos outros, não devo atropelar, se eu der esta indicação e se, por outro lado, lhe der outra indicação que também não chega assim tão um extremo como isso tudo: "Olha safá-te mas é a ti deixa os outros", eu acho que eles depois vão fazer ali o mix e eles próprios é que vão criar...

286 E: Fazer as suas escolhas?

287 I: As suas escolhas, exato, mas pelo menos estou-lhe a mostrar as duas coisas e acho que isso faz, eu acho que isso faz sentido no ser humano.

288 E: E o que é que eles aprendem mais com a mãe e com o pai?

289 I: ... O meu marido é muito dado à mecânica, a trabalhos manuais, apesar de eu também ser, somos os

dois muito vocacionados nisso, ou seja, acaba por ser o nosso tempo de lazer, fazemos estas coisas e eles acabam muito por se desenrascar nesse aspeto. O meu marido é mais dado a desportos radicais eu não sou muito dada a isso, pelo contrário, até tenho medo de alturas e a minha filha é muito desinibida e não tem medo de nada e gosta é de se atirar e de se pendurar e o pai acaba-a por fomentá-la nisso e eu, inicialmente, até o repreendi um bocadinho: "É pá! Não faças isto à miúda", mas agora já não faço isso porque eu acho que ficam mais enriquecidos enquanto ser humano se viverem estas partes todas. Acho que é importante a gente viver tudo e o que eles agora vão viver com os pais acabam por fazer mais... O meu marido também é muito de contar as historiazinhas, quando os vamos deitar contamos uma história, depois já temos que inventar, ele inventa a dele eu invento a minha, acabamos por seguir se calhar as mesmas coisas. Agora a minha filha começou a fazer bonecos e eu gosto muito da plasticina e acabamos por fazer as duas muito isso, até se calhar mais do que com o pai porque isso das histórias fazemos os dois. Eu acho que, sei lá, acabamos por fazer, às vezes eu tenho uma ideia e ele acaba por seguir também, ir seguir ou o contrário".

290 E: E nas tarefas do dia a dia? Como é que se organizam com eles?

291 I: Nós temos uma mudança, portanto, nós morávamos na cidade e isso mudou muito, nós morávamos na cidade e enquanto morávamos na cidade basicamente as nossas tarefas eram partilhadas.

292 E: E com, e... mudaram-se (?) com que?

293 I: Entretanto nós tivemos a possibilidade de ter uma quinta. O meu sogro ia vender uma quinta que, entretanto, tinha recebido de herança, e a miúda cada vez que lá ia adorava porque a minha filha gosta de campo, e chegou mesmo a altura em que eu até disse: "E se nós mudássemos para a quinta,?" E foi isso que aconteceu, acabámos por mudar para a quinta.

294 E: Há quanto tempo?

295 I: Tinha a Matilde quase dois anos.

296 E: O bebé não era, ainda o João não era nascido (?)

297 I: Eu engravidei já lá na quinta e... portanto ele já nasceu...

298 E: E porque é que mudou?

299 I: Uma quinta, principalmente para quem não tem empregados, requer muito trabalho de mão de obra, e mesmo assim nunca temos nada feito, mas pronto, requer muito tempo cá fora, não é? Ele tem que estar muito tempo cá fora, ainda ontem estive a cortar erva, ou temos que estar a fazer não sei quê e acaba por andarmos muito ali a apagar os fogos..

300 E: Mas então como é que se organizam? O seu marido vem cá para fora...

301 I: Se o meu marido estiver cá fora eu posso estar lá dentro a fazer qualquer coisa em casa, se ele não puder estar cá fora, eu tenho que cá estar de fora e já não posso fazer nada em casa... porque depois plantamos uma semente e eles vão ver o crescimento da semente ou eles andam ali a brincar com os gatos...

302 E: Então mas o que é que mudou?

303 I: Mudou que nós passámos a estar mais dispersos. Quando estávamos na cidade tínhamos só a nossa casa e todos os nossos a fazeres passavam-se dentro da casa, não é? Acabávamos por ter mais tempo livre não é? Estávamos mais disponíveis porque era uma casa em que num instante estava tudo despachado e tínhamos mais disponibilidade. Na quinta, entretanto, a Matilde arranjou umas galinhas temos que andar a tratar das galinhas da Matilde que eles já vão tratando, mas temos que andar a vigiar, já temos um cão e acabamos por ter o cão para tratar (riso) portanto acabámos por ter mais trabalho.

304 E: Como é que se organizam Estava a dizer um está fora o outro está lá dentro, o que é que significa isso estar lá dentro?

305 I: Dentro de casa.

306 E: Sim, mas como é que se organizam dentro da casa?

307 I: Dentro de casa basicamente estamos a tratar da roupa, a tratar da comida ou estamos a limpar...

308 E: Mas o "estamos" é plural?

309 I: Nós temos as divisões da casa divididas, portanto, eu limpo a casa de banho e a cozinha, ele limpa a sala e a outra sala, e depois os quartos normalmente sou eu (riso), ou seja, se ele tiver a, a fazer a parte dele eu tenho que estar com os miúdos.

310 E: E as roupas e a comida e...

311 I: A comida tanto pode ser minha como dele, a roupa é minha, portanto, em resumo, é a história que a mulher tem mais que o homem, já tinha feito essa ponte e já tinha percebido (riso) eu acho que tem sempre.

312 E: Tem sempre?

313 I: Acho que ao analisar a maioria das pessoas que eu conheço, se calhar 80% tem porque nós temos... Eu também não sei se é insistência minha, mas mesmo pensar as coisas dos miúdos sou eu que tenho de pensar. Ele está sempre: "Achas que fazemos isto ou não?" E eu é que tomo a decisão. Não sei se é o meu feitio, se tem a ver com os casais, em geral, não sei, não faço ideia, mas normalmente é isso que acontece. Sou eu que tenho que pensar que eles tem que levar um boné porque o meu marido só vai achar que ele precisa de levar um boné quando eles tiverem lá (riso), mas eu também sou um bocado assim, tento é não ser assim com ele. Eu é que tenho que estar a pensar este percurso todo da roupa, disto tudo, do que eles vão vestir e também o que eles têm que levar, apesar de ele, ele também pensa, mas vai, esquecer-se mais vezes do que eu. Eu também sou muito esquecida, não sei se isto tem a ver com o facto de ser homem ou não, não sei, não sei se isso influencia ou não, ou com a educação...

314 E: E os miúdos participam?

315 I: Os miúdos participam em tudo. É muito importante, principalmente ao meu filho, dar-lhe já uma educação de igualdade porque efetivamente nós não vivemos ainda na igualdade e acho que somos nós que temos que criar agora os miúdos nesse sentido. Os meus filhos participam, normalmente, e em tudo até porque eles gostam de participar e querem, portanto, o sumo de manhã, quem faz o sumo de laranja é o meu filho porque ouve o barulhinho da máquina e assim que ouve o barulhinho da máquina vai a correr logo para pôr lá a laranjinha, é ele que me faz o sumo de laranja, tem que ser ele e não vale a pena, e eu também não o contrario, corto-lhe as laranjinhas mas de resto ele está muito habituado a isto. Por exemplo, o meu marido, tinha o meu filho tinha um ano e pouco, e estava o meu marido a arranjar o carro porque ele tem a mania de arranjar os carros, estava a arranjar o carro por cima e o

meu filho estava por baixo com uma chave dentro de um burquinho, portanto, ele participa nessas coisas porque eles estão habituados, eles brincam com isso. Apesar de eu me estar sempre a zangar com eles: "Então mas vocês não têm brinquedos,, andam sempre com as chaves ou com qualquer material que a gente utilize, mas efetivamente isso acontece porque eles vêm-nos a fazer e também querem fazer e nós deixamos e acaba por ser assim. Por exemplo, as galinhas, normalmente é a minha filha que trata das galinhas, deram-lhe os pintos que, entretanto, cresceram, viraram galinhas e é ela que vai e o irmão que vão buscar os ovos, que dão o milho, são eles que fazem, nós no fundo estamos ali a vigiar se está tudo a passar bem ou não, não é? Mas são... eles gostam muito de participar nisso, acabamos por participar muito em conjunto nesse aspeto, claro que uma vida numa quinta é enriquecedora nesse aspeto por outro lado tira-nos muito tempo.

316 E: Como é que é para si o tempo? O que é que isso significa para si?

317 I: O tempo passa a correr.

318 E: Em que é que é importante o tempo para si?

319 I: Com a idade nós começamos a dar um valor ao tempo diferente. Eu lembro-me de há uns anos atrás eu não pensar nisso, eu acho que tinha que fazer isto e quanto mais atividade, mais sítios diferentes ou mais coisas diferentes eu tivesse a fazer, mais satisfatório era. Atualmente, às vezes, penso nisso e acho gratificante sei lá... lembro-me imenso de o domingo passado com a família, todos a comermos, nós juntávamo-nos todos...

320 E: Nós?

321 I: O meu tio, o...

322 E: Família, a sua família?

323 I: Sim.

324 E: Quando era jovem?

325 I: Agora já mais recentemente porque eu quando era jovem não dava valor nenhum a isso, eu queria era

ter, sei lá, quantos mais amizades e correr para aqui e para ali, andar de um lado para o outro, para mim isso é que era muito bonito. Depois, a partir de uma certa altura, se calhar também por eu estar afastada eu lembro-me quando vinha aos fins de semana eu dava imenso valor...

326 E: Afastada porque foi estudar para fora?

327 I: Estive em Portalegre, depois quando voltava eu dava imenso valor e, ainda hoje dou, a estar em família, eu, os meu primos. Agora não temos feito tanto, nós durante muito tempo ao domingo, normalmente, estávamos todos em conjunto e almoçava-mos e estávamos ali se calhar uma tarde. Nós agora, entretanto, tentamos, de vez em quando juntár-mo-nos porque a nossa vida profissional e a fazeres dos miúdos acabam por nos afastar um bocado, não é? Enquanto os meus são mais novos, os das minha prima são mais velhos, já andam no futebol e isso acaba por nos afastar e acaba por não termos aquela disponibilidade para estar tanto tempo juntos. O meu pai sempre gostou muito disso, agora com a idade ele deixou de gostar tanto ou não tem tempo, não sei, mas ele antes ele obrigava-nos: "Agora é para estarmos aqui todos calmos, aqui todos contentes, aqui a falar uns com os outros em família e vamos deixar essas coisas", tipo se alguém queria estar a discutir. O meu pai sempre foi muito assim, agora já não é tanto se calhar porque ele está muito ocupado com os seus trabalhos. Eu na altura achava um seca queria era almoçar o mais rapidamente possível para ir ter com os meus amigos e despachar-me rapidamente e agora não. Eu agora de e há uns anos para cá, dou já valor a estar ali o tempo disponível que estou com aquelas pessoas, atualmente algumas até já não estão presentes, mas lembro-me com muito, ou seja é o que nos fica da vida. No fundo é isso que eu acho, acho que a idade faz iss,o faz-nos ter mais vontade de estar com as pessoas, de dar um valor diferente daquele que dávamos antigamente, não sei, não sei, acho que é isso.

328 E: E na maternidade o que é que lhe dá mais... na vida de casal?

329 I: Hum...

330 E: Como é que hoje se sente?

331 I: A minha vida resume-se sempre à mesma, ou seja, o meu problema atual, os meus problemas atuais resumem-se a se calhar ao mesmo que a maior parte do pessoal, não é? Que é o dinheiro.No fundo, não saber se me vou sustentar no futuro por causa da minha situação profissional, não é? No fundo, é o que me condiciona efetivamente, tudo bate no mesmo porque em termos familiares sou feliz, vamos lá

ver, eu acho que aquele conceito de a pessoa estar numa eterna felicidade, não sei se isso existe, tenho é momentos em que sou muito feliz, não é? Em que tenho momentos muito felizes e eu acho que é isso que que nos devemos agarrar. Evidentemente que tenho as minhas chatices, há dias em que não estou nada bem que não não me apetece nada ser correta e estou chateada com o mundo, estou chateada com toda a gente, mas depois tenho um momento como ontem, fomos os quatro à piscina. Eu tenho a minha vida muito focada atualmente na minha família, portanto, aqueles momentos que passo em família e para mim eu acho que isso é muito importante e gratificante.

332 E: (riso)

333 I: Bom ser mãe...

334 E: E agora com a maternidade do ponto de vista das políticas públicas, não é? Nas várias áreas o que é que para si podia... ter feito a diferença ou o que é que fez de facto a diferença? Naquilo que tem sido a sua vida como mulher e nesta dimensão agora de da maternidade.

335 I: Olhe, em termos de políticas públicas eu, eu...

336 E: Já vimos que teve dois pais não é? Um deles era o médico (riso) do primeiro filho, não é? (?) Portanto aí fez a diferença.

337 I: Qualquer dia tenho que lhe dizer, e ele sabe! (riso)

338 E: O que é que fez a diferença?

339 I: Pois é, pois foi...

340 E: Segundo disse...

341 I: E ele é funcionário público portanto (riso).

342 E: Segundo disse...

343 I: Sim, ele também mas eu acho que é assim... em termos de, tenho que ir buscar outro lenço.

344 E: Sim.

345 I: Eu penso, por exemplo, eu de maneira alguma sou considerada uma pessoa rica e que não tem necessidades porque tenho, portanto, tenho os meus... tive os meus luxos, não é? Mas nunca foram por aí além disparatados, portanto, não sou pessoa de fazer grandes viagens porque não tenho dinheiro porque se não fazia, portanto, se não tivesse problemas monetários eu iria viajar imenso e agora agarrava nos meus filhos e andava sempre aí a viajar, mas pronto não tenho esta possibilidade porque tenho outros encargos, não consigo e achei altamente, altamente escandalizante, portanto, um escândalo eu não ter da minha primeira filha direito a nada. A minha filha foi uma criança que, exceto o parto, passou à margem do serviço nacional de saúde, passou completamente à margem, todas as ecografias, tudo foi pago por mim, tudo foi pago por mim..

346 E: Mas fô..

347 I: Foi pago porque eu já ia ao ginecologista particular e depois continuei a ir porque o Serviço Nacional quando era para fazer uma ecografia num determinado período não conseguia responder. Eu já ia ao médico particular porque com certeza não ia ter este médico se fosse ao público. Eu fiz uma amniocentese e, portanto, tive o Serviço Nacional de Saúde para fazer a amniocentese porque de resto eu não tive mais nada, portanto, na gravidez da minha filha eu não tive nada, foi para a creche e eu pagava o máximo e vamos lá ver eu não ganhava nenhum disparate, eu e o meu marido não tínhamos nenhum disparate. Comparado Espanha não tem nada a ver e se formos comparar com o resto da Europa não tem nada! Eu na altura era um quadro médio, mas nós não conseguimos, com o ordenado que nos pagam, nós não conseguimos fazer as coisas que os outros fazem, que os estrangeiros fazem, que os nossos parceiros fazem e, portanto, como é que nós podemos ser considerados ricos para eu ao ter a minha filha não ter direito a nada, ela não teve direito a nada, paguei o máximo no colégio, pronto, o máximo!

348 E: O seu marido é...

349 I: Era vigilante, ganhava 700€ e eu devia ganhar...

350 E: Vigilante da natureza?

351 I: Não, vigilante...

352 E: De segurança.

353 I: Sim, segurança. Ele era vigilante e eu devia ganhar 1.700, 1.800 euros, portanto, estamos a falar de um casal com uma filha, com os filhos. Em termos brutos eu ganhava 1800 mais os 700 dele, portanto, é fazer as continhas para três pessoas não estou a achar nenhum disparate isso, estou a pagar uma casa, tenho as as minhas despesas normais de pessoa. Eu não ganhava nenhum disparate acho eu, acho que os dois juntos nós não ganhávamos nenhum disparate, estávamos a pagar uma casa e todas as outras despesas e tínhamos mais uma criança não estou a ver porque é que eu tive de pagar, a minha filha não teve direito a nada, exceto uma vez que teve mesmo doente, que até até o pediatra era particular, e depois...

354 E: Mas aí já pode optar...

355 I: Entretanto eu já optei porque efetivamente também não havia respostas do Serviço Nacional. O meu filho já foi cinquenta.cinquenta, já andou metade no particular e metade no público. Só que é, assim, estamos a falar de eles irem a um médico particular, estamos a falar de cento e quarenta euros num mês, é muito dinheiro, não é para os ordenados que usufruímos hoje em dia. Depois, eu por acaso não tenho nada a dizer da Dra. Helena Chantre, pelo contrário até mudei mesmo por esse motivo, gosto muito dela e, por isso mesmo, eu nem sequer tenho ido muito ao pediatra, mas quer dizer uma pessoa, uma criança está doente ou uma coisa qualquer não temos um serviço, é que nem sempre os profissionais estão a responder, é como em todo o lado, o lado, enquanto no particular podemos escolher, não é? O profissional, no sistema de saúde, como é evidente é o que estiver de serviço e nem sempre são os mais aptos, eu posso estar a ser muito injusta porque, entretanto, não tenho nenhuma razão de queixa. O que eu acho é que se eu preciso de um pediatra ou vamos pela urgência e aí, acho que todos os profissionais são excelentes, eles às vezes é que não estão já com paciência porque as pessoas também são um bocadinho chata,s não é? Eu acho é que não temos uma resposta, por exemplo, às vezes em termos de horário e entrar no sistema é que é complicado, não tem a ver se calhar com os profissionais, tem a ver com o sistema, com a burocracia.

356 E: Mas tem uma linha...

357 I: Eu utilizo muitas vezes a Linha só que quando nós fomos pais pela primeira vez (riso) precisamos

mesmo da pessoa física.

358 E: Então o que é que sentia necessidade quando teve a Matilde, não é? Que tipo de apoios é que sentiu necessidade?

359 I: Eu tive necessidade e recorri à preparação no parto, recorri porque não queria, ou seja, quando...

360 E: Fez no Serviço Nacional de Saúde?

361 I: Não, não acho que não têm pelo menos não sei, eu na altura...

362 E: Agora já têm.

363 I: Ah, pronto! Na altura não sei, acho que não tinha, pelo menos nunca ninguém me falou de tal situação (tosse).

364 E: É o tal acesso à informação?

365 I: Exato. Eu entretanto como não recorria muito ao Serviço Nacional também não sabia muito bem como é que as coisas funcionavam e a informação também não chega muito bem a nós, essa é a verdade! Depois como eu vou muito, como eu ia muito ao ginecologista particular, efetivamente ele devia me encaminhar para o particular, como é evidente, não é? E logo aí há essa diferença. Depois também o facto, que me fez confusão, foi eu ser acompanhada por um médico de família sem ser um ginecologista, que não é obstetra, não é? E isso por isso é que eu continuei a ir ao mesmo médico, portanto, foi uma continuação normal não é? Se eu já ia, continuei a ir. Eu acho é que o foco do Estado devia ser nas crianças que nascem, tinha que ser acima de tudo o Estado...

366 E: Isso significa?

367 I: O Estado, estou a ser tão má! Eu acho que quandouma criança nasce, todas tinham que ter direito às mesmas coisas.

368 E: Que coisas são essas?

369 I: Coisas, como saúde, educação, tudo, portanto...

370 E: E porque é que não têm? No seu entender.

371 I: Porque os pais, segundo a minha experiência de professora, por exemplo, uma criança que nasce numa família em que os pais estão muito focados em motivá-la não é igual a uma criança que os pais não estão focados, a criança nunca vai responder da mesma maneira...

372 E: Mas estava a dizer quando nasce.

373 I: Começa logo aí.

374 E: Então o que é que aí podia ser diferente? Em que é que todas deviam ter o mesmo tipo de apoio?

375 I: Porque eu acho que o Estado, apesar de eu não sei me iria sentir confortável com essa situação, eu acho que o Estado deveria estar em cima dos pais e verificar se efetivamente estavam a cumprir com essa criança...

376 E: Como é que imagina isso?

377 I: Hum....

378 E: Como é que podia acontecer?

379 I: Pois não sei se calhar é esse o problema de não estar a acontecer (riso).

380 E: Mas para si tinha sido importante esse suporte, essa fase?

381 I: Eu acho que para a minha filha não... mas a minha filha é uma situação diferente porque para todos os efeitos eu sou professora, não é? Eu procuro.. mas eu acho que nem todas as crianças têm essa possibilidade de ter uns pais disponíveis como a minha tem. Não é que a gente sejamos o máximo...

382 E: Então estava a falar, portanto, em várias áreas, não é? Na saúde, educação, várias coisas, quer concretizar?

- 383 I: Como é que eu quero, olhe... eu achei estranhíssimo agora...
- 384 E: A sua experiência, não é?
- 385 I: Achei estranhíssimo, ou seja, eu fui à procura do que é que eu tenho de fazer à minha filha, tem que ser vacinada, tem que ir fazer o teste do pezinho...
- 386 E: Ah, desde que ela nasceu? Sim...
- 387 I: Quando nós saímos do hospital, se não tivesse ido fazer o teste do do pezinho o que é que tinha acontecido? Não sei. Eu dá-me ideia pelas respostas todas que tive (riso) que não acontecia nada e acho que é importante fazer, a ideia que eu tenho é que não acontecia nada se eu não tivesse ido fazer, não é?
- 388 E: Se não tivesse feito...
- 389 I: Se não tivesse feito... eu fui fazer, não é?
- 390 E: Mas porque sabia ou porque a informaram nesse sentido?
- 391 I: Informaram-me nesse sentido que tinha daqui a quatro dias, a criança tem...
- 392 E: Então de que é que sente necessidade mais, que tipo de informação é que sente necessidade?
- 393 I: Eu quando foi da minha filha, por exemplo, apesar de ter tido esta informação porque na preparação do parto a Antónia explicou-nos muitas vezes que isso ia acontecer...
- 394 E: Explicou-nos?
- 395 I: Hum... quem teve lá na preparação...
- 396 E: No seu caso era quem?

397 I: A mim, ao meu marido...

398 E: O pai também ia?

399 I: Sim, não foi a todas, mas foi a muitas, ou seja, dependia se ele tivesse horário para ir. Explicou-nos... eu não sei se ele sabia, acho que ele nem deve ter percebido isso. Por exemplo, a minha filha quando nasceu tinha os lábios da vagina muito vermelhos e estava a deitar um bocadinho de sangue e o meu marido quando viu aquilo, nem fui eu que vi, quando foi mudar a fralda no hospital e viu aquilo entrou em pânico: "O que é que aconteceu, o que é que vai acontecer? A criança não está bem!". O meu marido que é assim muito explosivo, começou logo a discutir com a médica porque a médica disse que aquilo era natural, mas não foi ver (riso), também não lhe explicou o que era aquilo: "Sei lá pai, não se esteja a preocupar!", ou seja, gozou um bocadinho, entre aspas, com o facto de ele estar preocupado, mas não explicou que era natural. Aquilo foi logo ali um grande escândalo, ele logo muito chateado e irritou-se imenso e já foi uma grande preocupação para ele. Entretanto, uma enfermeira foi dizer que aquilo era natural e só depois é que eu percebi que ele tinha estado a discutir com aquela gente toda por causa daquela situação porque eu não percebi. Eu também percebo os profissionais (riso), estão fartinhos de ver bebés nascer, não é? Quando uma bebé não tem problema nenhum eles até são capazes de gozar um bocadinho, entre aspas, com os pais, só que aquilo para nós está a ser uma coisa mesmo muito empolgante, não é? Eu acho que os profissionais de saúde o que têm é que estão tão habituados àquilo que nem sequer se põem no papel dos outros que não estão habituados, e acabam por brincar um bocadinho com a situação, quando para nós aquilo não é brincadeira nenhuma e por isso é que eu estou a contar este episódio, acho que fui um bocado tratada dessa maneira... e depois a gente sente-se um bocado mal e acabamos por se calhar ir ao particular.

400 E: No fundo haver mais suporte logo no, na primeira, nos pais de primeira vez não é?

401 I: Humm... sim, sim, sim, sim, sim.

402 E: Logo nessa altura, de todos os pontos de vista.

403 I: Exatamente.

404 E: De informação...

405 I: E depois agora quando fui mãe pela segunda vez, noto perfeitamente a diferença porque até nós nos mesmos metemos nessa posição...

406 E: O que é que mudou? Qual é a maior diferença que sentiu?

407 I: Ah, não tive necessidade nem de metade das coisas (riso). Enquanto com a Matilde nós... aquilo era uma coisa assim muito frágil que se ia partir a qualquer momento e que exigia imenso de nós e nós tínhamos de estar sempre ali a olhar e a ver, com o João não tem nada a ver, não é?

408 E: E o que é que a levou a avançar para o segundo?

409 I: Dar um irmão à minha filha foi o foco, foi esse, foi a minha filha. Eu tinha eu tinha uma boa relação com o meu irmão, não é? E... para tudo o meu irmão estava lá e eu pensar: "Olha a minha filha não vai ter esta situação" porque eu inicialmente sempre pensei em ter só um filho, portanto, eu iria ter só um filho e pronto, mas depois quando comecei a pensar na minha filha ou lhe dou esta oportunidade de ter um irmão que é uma uma relação linda ou ela não vai ter isso, portanto, ela não vai ter a oportunidade de ter esta relação que eu tenho com o meu irmão.

410 E: E aí...

411 I: Esperei dois anos porque eu estava a amamentar, mas eu tinha que esperar porque o meu parto não correu bem esperou esperei dois anos, levei isto muito a sério. Depois decidi engravidar,: "O é que achas de termos outro filho ou não temos?", ele acabou por concordar, sim vamos ter outro filho para ela não ficar sozinha, e depois acabei por engravidar e quando fui ao médico já estava grávida porque tinha decidido, ou seja, eu fiquei grávida porque decidi ficar grávida, não é?

412 E: Mas estava a dizer que sentiu, agora já não sente tanta necessidade de apoio? É a esse nível?

413 I: Não, não, nada, zero... portanto (riso)...

414 E: A experiência valeu?

415 I: Sim (riso) achei que aquilo era um disparate...

- 416 E: E em que é que acha que podia haver mais apoio ou apoios diferentes, para além desse quando os bebés nascem?
- 417 I: Eu acho que deveria ser, portanto, isto que eu tinha com a Antónia...
- 418 E: A Antónia que é parteira?
- 419 I: Que era, a que me fez a preparação do parto...
- 420 E: E a enfermeira que fez, sim..
- 421 I: É uma parteira que fez a preparação. Isto que eu tinha com a Antónia, não é? E eu tinha com a minha cunhada, que tinha o filho com dois anos e com o meu irmão, uma situação especial não é? Mas imaginemos uma família em que não há esta situação a que as pessoas não podem recorrer, pagar, não é? As pessoas vão sempre andar a falr com a vizinha que diz: "Olha, agora tens que lhe pôr um raminho de salsa em cima da barriga por causa da dor de barriga, olha agora tens que pôr o azeite atrás da orelha". Quer dizer vão ter que socorrer-se disto, não é? E isso é um perfeito disparate. Acho que devia haver disponível essa situação eu tinha com a Antónia e podia ligar, acho que o Serviço Nacional não tem, pelo menos se tem eu não sei de nada, pronto é nisso nesse aspeto...
- 422 E: E nas outras fases da vida dos seus filhos também tem sentido essa necessidade?
- 423 I: Eu agora tenho uma situação diferente, agora mudei de médica de família, eu relativamente à saúde...
- 424 E: Saúde, educação ... cuidados...
- 425 I: Eu eu, eu acho que temos que exigir mais do Estado...
- 426 E: Sim, mas para si, da sua experiência.
- 427 I: Na minha experiência, ou seja, a minha filha passou a ir para um colégio público porque entretanto mudou isto e ela teve acesso.
- 428 E: Está no colégio ou na escola?

429 I: Ela está num colégio, num jardim de infância.

430 E: Vai este ano entrar na escola?

431 I: Sim, no jardim de infância está no público, pode sair até às 17h30, o mais tardar 18h00. Isto só é possível porque eu estou num sítio em que é o meu marido a vai buscar ou eu, quando tenho horário, ou temos o apoio da família, porque se estivesse a trabalhar como trabalhava, às 18h00 não estava capaz de a ir buscar... Às vezes o meu marido quando vai a entrevistas diz logo isso: "Atenção eu preciso deste horário" ou então sou eu que tenho de dizer, portanto, ou um ou outro vai ter que dizer que está limitado em termos de horário, não é? Porque em termos públicos não temos resposta e depois ou nos socorremos da minha cunhada, mas nem sempre temos apoio porque eles também andam na mesma luta que nós, portanto, todos andamos na mesma luta. O que noto, efetivamente, é que as pessoas andam todas na mesma luta, a conciliar horários. Em termos do público estamos condicionados nesse aspeto e quando for para a escola vai ser igual mas também, por outro lado, também não sei se queria prescindir desse tempo que estou com eles, não é? Em termos do público nós não temos a possibilidade de um dia ir buscá-los mais tarde, tem que ser assim, pronto. Acho que estamos limitados em termos de horário, eu tenho os meus filhos em dois agrupamentos escolares diferentes, a minha filha teve necessidade de terapia da fala, os dois têm, enquanto a minha filha só agora está a conseguir ter uma resposta do Serviço Nacional de Saúde, estamos a falar de uma criança com seis anos, o meu filho que está com três já tem lá uma terapeuta e uma professora que lhe está a dar apoio porque acha que ele não tem....

432 E: Mas estão os dois a ter o apoio do público?

433 I: Estão a ter os dois o apoio no público. Porque eu às tantas comecei a achar que o que estavam a querer é que eu encaminhasse a minha filha para o privado, entre aspas, e como sou da área de ensino tenho colegas minhas da área de ensino e acabei por, acabei por...

434 E: Ou seja há respostas mas não sabe muito bem onde é que elas estão às vezes e quando é que são disponíveis?

435 I: Eu acho que há respostas, são utilizadas indevidamente. Agora a minha filha está a ter o apoio e pelo visto nem sequer têm lista de espera, isto foi-me dito lá e a doutora até achou muito estranho: "Nós

nem lista de espera temos porque é que ela não chegou aqui?" Só que para chegar ali...

436 E: Não chegou aí aonde? Ao hospital?

437 I: Não é ao hospital, portanto, à consulta de fisioterapia e depois...

438 E: Mas é o hospital?

439 I: Sim, é o hospital e depois é que foi encaminhada para a terapeuta, portanto, eles nem sequer têm lista de espera.

440 E: E foi a escola que referenciou tarde?

441 I: Não, ela foi referenciada sempre dentro do processo, a questão foi que ela foi referenciada pela intervenção precoce, portanto, se ela não tivesse intervenção precoce por trás, eu acho que ela já tinha sido completamente absorvida, pronto, já tinham feito.

442 E: Já tinha, já tinha tido resposta...

443 I: Já tinha tido resposta.

444 E: Ah, ficou a achar que a intervenção precoce estava ali a fazer uma gestão...

445 I: Exatamente.

446 E: Da situação de forma a que a miúda fosse para o particular?

447 I: Eu não quero ser injusta...

448 E: Sim, ficou com essa perceção.

449 I: Eu não quero ser injusta, mas a ideia que tenho é que eles também estão no particular. Eles estão na intervenção precoce e estão também no particular, logo aí tem que haver, portanto, as pessoas também são pessoas, não é? Também têm necessidade de dinheiro e eu dá-me ideia que foi isso que aconteceu

ali porque ao meu filho não nada assim. O meu filho foi referenciado e ele já está a ter há algum tempo o apoio...

450 E: E outros tipos de necessidades que tenha tido e que ache que deviam existir? Que repostas?

451 I: As respostas era exatamente estas dos miúdos. Acho que deviam ajudar, dar mais apoio financeiro e o financeiro se calhar é estas respostas que eu acho... olhe eu vou não sei se os meus filhos vão ter esse problema, em princípio não vão, é o miúdo quando entra para a escola primária ou o primeiro ciclo, é completamente diferente se tiver um pai a ajudá-lo ou não.

452 E: Ajudá-lo?

453 I: Em termos de trabalho de casa e isso tudo, acho que no primeiro ciclo, então, deviam estar todos em pé de igualdade. Eu vou contar esta história porque acho graça... conheço uma miúda que é da idade da minha filha, um ano mais velha, já está na escola primária, mas o que é dito é que a miúda é muito burrinha, o que eu sei é que a mãe trabalha num café não, num restaurante, sai muito tarde, a criança anda por ali depois de sair da escola, portanto, a miúda anda ali sozinha como é que aquela criança é burra, é burra do quê? Chega-se à conclusão que a miúda é burra porquê? Ela não está nitidamente a ter o mesmo acompanhamento que outro miúdo tem, portanto, eu não posso classificar aquela criança se é burra ou se não é. Acho é que a escola não deveria permitir que, logo no primeiro ciclo, uma criança ficasse burrinha porque não sabe fazer os trabalhos de casa ou não sabe isto ou não sabe aquilo. É nisso que eu digo que acho que o Estado devia intervir mais, as crianças não deviam ser logo marcadas, deviam ter todas a, principalmente nestas alturas, deviam estar mais em igualdade.

454 E: E do ponto de vista do, do mercado de trabalho? Da área do emprego, da...

455 I: É assim, em termos de emprego acho que os gestores e a entidade patronal não têm muita perceção, há muita coisa que é apoiada pelo Estado e que uma entidade patronal não tem problema nenhum em deixar usufruir, mas ao mesmo tempo acham que aquilo é um entrave.

456 E: Como por exemplo?

457 I: Como, por exemplo, o facto de uma mulher ter que engravidar e ter filhos, a entidade patronal efetivamente não tem encargo nenhum com isso porque tudo é suportado pelo Serviço Nacional, pelo

Estado...

458 E: Segurança social?

459 I: Pela segurança social, a baixa, isso tudo é suportado, não é? Mas mesmo assim um gestor, um patrão, acham isso um entrave, consideram um entrave, mas eu acho que não têm de considerar porque não entra nada nas contas deles. Há uns anos atrás aquela pessoa estar ali naquele lugar fazia a diferença, atualmente os contratos são quem é que recebe menos dinheiro, quem é que está capaz de fazer um estágiozinho e não se paga tanto, portanto, a seleção do pessoal hoje em dia não é igual há uns anos atrás. E acho que em certas profissões, o facto de uma pessoa ir de licença de maternidade ou ter que usufruir da licença de amamentação, atualmente, não é isso... ninguém que saber o que é que aquela pessoa sabe fazer, se sabe ou não sabe, querem é lá uma pessoa para ocupar o lugar só para dizerem que têm lá uma pessoa...

460 E: Mas então o que é que acha que leva a isso? É falta de informação?

461 I: Eu acho que é a mentalidade das pessoas.

462 E: E como é que podia mudar?

463 I: Eu não faço a mínima ideia.

464 E: Da sua experiência o que é que acha que podia contribuir?

465 I: Eu não faço a mínima ideia. Não sei como é que se pode mudar isto porque se reparar, quando contei a minha vida, a minha experiência profissional, era porque motivo é que uma pessoa, que ainda por cima trabalha numa empresa pública, obriga? Nem se quer se podia dizer a essa pessoa que eu não poderia estar presente nessa reunião, às vezes, são de caca, não é? Portanto, perdemos imenso tempo no "parece-me que é assim" e coisas efetivas não aparecem, mas a pessoa tem que lá estar. Eu acho que é para mostrar poder "Eu tenho o poder de obrigar esta pessoa a aqui estar" mas, por outro lado, uma pessoa que no caso era pai, recentemente, sabia a necessidade que aquela pessoa tinha de estar com o filho que tinha acabado de nascer e ao mesmo tempo estava a obrigar-me porque se eu lhe tivesse dito que não ia estar presente, aquilo tinha sido um escândalo, provavelmente pedia a minha substituição, no mínimo...

466 E: Numa reunião?

467 I: Numa reunião não foi decidido nada, aquilo não implicava nada. Isto é um exemplo do que anda aí, não é? Mas efetivamente a minha empresa quis mudar as condições e efetivamente o Estado tem contemplado todas as indicações e mais algumas nesse sentido, mas depois as pessoas que têm o efetivo poder por qualquer motivo, que eu não sei explicar, e cada vez mais...

468 E: É uma questão de mentalidade é isso?

469 I: E eu...

470 E: De controlo?

471 I: Quando comecei a trabalhar as pessoas eram mais velhinhas, portanto, quem mandava era mais velho, de uma maneira geral, tinha mais preocupação com o ser humano do que a geração que atualmente está a mandar. Isso é um mistério que eu ando a descobrir...

472 E: Lá vai a bruxa (riso)

473 I: Se calhar tem a ver com a educação, com o facto de se calhar termos vivido sempre em democracia e não sei se não sabemos fazer uso dela, não sei (riso)

474 E: Estamos a aproximarmo-nos do fim e é só perguntar-lhe.. o seu marido, ele tem escolaridade?

475 I: Tem o 9º ano.

476 E: E e agora uma outra coisa... do ponto de vista religioso... tem alguma religião e o seu marido? Isso de alguma forma influenciou as vossas decisões ao longo da vida?

477 I: Eu fui sempre católica, fui educada na religião católica, fiz as comunhões e essas coisas todas. A minha tia que é metade minha mãe, era muito religiosa, portanto, tenho uma educação fortemente católica. Acho que quando começamos a crescer e começamos a estudar, começamos se calhar a duvidar. Eu uma vez vi uma entrevista e achei engraçado o facto do Marcelo acreditar em Deus. Acho

que a partir do momento em que a gente começa a estudar mais, se calhar começamos a questionar algumas coisas, eu gosto de acreditar que há qualquer coisa superior porque se não isto não faz sentido nenhum...

478 E: Mas em que é que isso, em que é que isso está relacionado com o seu, com a maternidade por exemplo?

479 I: Nada, no entanto acho engraçado o seguinte, a minha vizinha dava mais lições de religião católica à minha filha do que propriamente eu, tanto que a minha filha sabe quem é o menino Jesus, sabe que quando as pessoas morrem vão para o céu porque tivemos uma morte de uma pessoa próxima e ela faz questões: "Está no céu não é mãe?" "A pessoa depois vai para a onde mãe?" E eu aí tento dar-lhe uma educação católica. Fiz questão de a inscrever na catequese quando foi para a escola primária porque acho que é importante termos a religião católica por trás. Acho que é importante termos essa educação, essa referência é importante... Eu também gosto de acreditar, apesar de não ser praticante, apesar de andar muito afastada da igreja, e até tenho vontade de me aproximar porque acho que faz sentido termos qualquer coisa independentemente de acreditarmos no que quer que seja, acho que faz sentido termos qualquer coisa. Eu ando muito afastada e até gostava de me aproximar mais, mas não tenho dado esse passo por comodismo meu, mas quero que a minha filha tenha essa experiência.

480 E: Mas em que é que isso, em que é que a sua educação católica pode ter estado relacionada com algumas decisões que tomou ao longo da sua vida, nomeadamente, como mãe?

481 I: Não, não me condicionou nada zero, a única...

482 E: Ou na sua vida familiar?

483 I: Hum... não.

484 E: Ou o seu marido?

485 I: Não, não, não, não.

486 E: Ele também é católico?

487 I: Ele foi criado numa família católica, portanto, somos os dois criados no seio de famílias católicas, acho que a minha proximidade é maior que a dele.

488 E: Acha que, no geral, não condiciona nada?

489 I: Nós não nos condicionamos por isso. Agora quero fazer um esforço de me aproximar mais pelos meus filhos, para eles terem essa referência porque acho que é importante, mas relativamente à religião acho que nunca me condicionou, pelo menos não condicionou enquanto mãe. A única coisa que me condicionou foi uma coisa que era uma brincadeira, recebemos de herança um livro (riso), que era daqueles livros de bruxarias de há muito anos atrás, e ninguém o queria e nós por graça ficámos com ele (riso) e na altura nós descobrimos que eu estava grávida e o é certo é que depois o meu pai, a minha mãe e todos diziam: "Tu não te ponhas a ler isto, tu não te ponhas a ler essas porcarias, ainda por cima estás grávida" E eu efetivamente não o fiz, isto tem a ver provavelmente com a religião católica, digo eu, porque estava grávida e dizia se vai acontecer alguma coisa ao bebé, vou sempre dar a culpa ao raio do livro, acho que foi a única vez que me influenciou.

490 E: As suas decisões não têm a ver com isso?

491 I: Não, não têm. Atualmente não quer dizer que não mude.

492 E: Assim em jeito de balanço, não é? Como é que se sentiu durante a entrevista? Houve alguma coisa que tivesse pensado que não fosse habitual? Há mais alguma coisa que queira acrescentar do ponto de vista daquilo que é o papel do homem e da mulher na sociedade e da parentalidade, do exercício da parentalidade e dos filhos há assim alguma coisa que queira dizer?

493 I: A entrevista acho que me senti bem. Em termos de sociedade eu acho que estamos... apesar de tanta igualdade nós não somos, quando entra a parte da maternidade, não, não há igualdade. Eu nem sei como é que o Estado pode influenciar nesse aspeto porque vamos fazer uma comissão de debate para na maternidade a licença passar para seis meses ou para um ano, não é isso que vai... se calhar até vai prejudicar, aí eu não vou contratar uma mulher porque depois vai ficar seis meses em casa. Acho que o que tem de ser trabalhado é a educação e, portanto, não vai ser nesta geração, tem que ser trabalhar a educação...

494 E: A educação em que sentido?

495 I: A educação dos homens e das mulheres, não é?

496 E: Para?

497 I: De haver uma maior participação, as pessoas estarem mais despertas para as situações não é? Porque eu acho que os homens não estão ainda educados para para igualdade e as mulheres também não estão. Eu acho que nem uns, nem os outros estão habituados. Elas porque depois acabam por fazer e eles porque acabam por se acomodar e nem vêem que aquilo não é obrigação do próximo, não é? Acho que isso tem a ver com a educação e depois o Estado a intervir só a obrigar efetivamente as mulheres têm que tirar 6 meses e os homens têm que tirar efetivamente 6 meses, obrigar e passar multas a quem não tirar porque se não, vão haver ali escapes, é a única possibilidade digo eu, mas também não sei se funcionaria (riso) cá está porque as pessoas arranjam logo uma maneira de...

498 E: Há assim mais alguma coisa que ache...

499 I: Não, acho que disse tudo.

500 E: Só uma pergunta que não te fiz anteriormente, em que é que a maternidade a mudou? O que é que descobriu de si com a maternidade? E o que é que tinha feito diferente?

501 I: A maternidade essencialmente tornou-me mais frágil e tornou-me muito frágil. Eu não tinha nada a noção que era tão frágil e a partir do momento em que sou mãe, portanto, há ali efetivamente um ponto em que eu sou completamente frágil que são os meus filhos, não é?

502 E: Frágil?

503 I: Frágil, portanto, que podem-me prejudicar, que é ali o meu ponto, ali o meu "Calcanhar de Aquiles". Acho que é todas as mães, não é? Não mexam com os meus filhos, não é? Portanto, podem mexer comigo, agora tudo o que os condiciona a eles, torna-me muito frágil. Acho que, essencialmente, com a maternidade, a parte negativa é que estou mesmo frágil e, às vezes não, gosto muito dessa sensação, mas pronto. Por outro lado, é extremamente enriquecedor ver, a gente ver, principalmente eu tenho dois filhos tão diferentes, ver a diferença do ser humano e o ser humano a ser constituído, não é? E as opções que eles tomam e a gente acha que consegue manobrar, mas eles no fundo é que conseguem

tornar-se um ser humano e isso acho muito enriquecedor para a outra pessoa, para quem está a observar...

504 E: E essa descoberta que fez agora, se tivesse sabido antes tinha mudado alguma coisa na decisão de ter entrado na maternidade? Na idade em que entrou?

505 I: Tinha mudado porque efetivamente uma criança não é aquele elemento frágil que nós entendemos como sendo frágil, não é! Eles próprios têm as suas autodefesas, não é? E nós damos-lhes coisas e eles aprendem, não é? É isso que eu acho. Acho que mudou isto, eu achei que tinha que ter uma situação perfeita para ter um filho perfeito e efetivamente não há necessidade de ter essa situação perfeita porque eles adaptam-se perfeitamente às situações todas. Acho que condicionei por mim, quer dizer na altura achei que estava a condicionar pela criança, não é? Mas efetivamente eu condicionei foi por mim porque a criança ia-se adaptar completamente se eu tivesse a estudar, se eu não tivesse a estudar ia haver sempre essa situação. Enfim, agora só se fosse a situação de bruxa, lá está (riso), precisava de ir à bruxa!

506 E: Muito obrigada, pela sua disponibilidade.

507 I: Espero que tenha contribuído (riso).

1 **Entrevista Filomena**

2 E: Estava a falar do seu percurso como mãe e das duas gravidezes que teve.

3 I: Bem sucedidas. [risos]

4 E: A primeira. Vamos falar da segunda gravidez que no fundo foi a primeira que foi bem sucedida.

5 I: Sim, sim.

6 E: Com 35 anos, mas depois podemos voltar à anterior. Desta forma, em relação à segunda, estava a dizer que tinha alguns medos por causa da anterior e se quisesse falar sobre isso, recuperar isso...

7 I: Pois [risos] entretanto quando soubemos que possivelmente iríamos ter um bebé, ficámos os dois muito ansiosos, devido à primeira gravidez.

8 E: Que foi?

9 I: Uma gravidez anembrionária e até percebermos que estava tudo bem, foi uma fase muito instável, insegurança e ansiedade. Entretanto fomos passando todas as fases, fizemos os exames necessários e percebemos que estava a evoluir favoravelmente e que estava tudo bem com o bebé.

10 E: E nessa altura como foi o apoio um do outro, como é que vocês se apoiaram um ao outro nessa fase?

11 I: Eu acho que sempre e vai correr tudo bem. Mas sempre com alguma nuvenzinha (...) pronto principalmente até ir à ecografia e detetámos que estava tudo bem e que havia bebé. Pronto, foi um alívio. E depois correu tudo bem.

12 E: E depois nasceu o Manuel.

13 I: Nasceu o Manuel.

14 E: Estava a dizer que foi uma mudança?

15 I: Uma grande mudança.

16 E: E essa foi, de que forma é que foi uma grande mudança para si, como é que foi para si essa fase?

17 I: Foi ótimo, mas, deixámos de ser dois para passar a ser três e foi uma grande responsabilidade porque um bebé é uma responsabilidade enorme, vitalícia. E tivemos que nos adaptar aos poucos e poucos. Fomos crescendo os três. Fomos crescendo os três e com a segunda gravidez nota-se uma diferença muito grande. Eu acho que a passagem de um filho para o segundo é um grande teste ao casal, acho que é um teste enorme à estabilidade familiar porque é mais trabalho. Embora já sabíamos como as

coisas funcionam com o primeiro, acho que é uma grande mudança, um grande teste, um grande teste ao casal.

18 E: A que nível?

19 I: É mais trabalho, mais dedicação, temos que nos desdobrar e depois às vezes pode faltar tempo para o casal. E é muita coisa.

20 E: Como [impercetível] “muita coisa”?

21 I: É difícil de gerir, é ali temporário.

22 E: Como é que fez essa gestão?

23 I: Fui limando as arestas. Quando...

24 E: quais são as principais arestas para si?

25 I: Que tinha que dar apoio. Somos mulheres, nós vamos a todas. Somos mulher, profissional, tudo. E tentar conciliar as coisas e perceber que tinha que ter tempo para tudo. Tinha que ter... para o bebé.

26 E: Como é que fez?

27 I: Como é que fiz? [risos]

28 E: Quais são as principais preocupações nessa fase, na segunda gravidez, depois já vamos para o primeiro filho. Em relação a esse segundo filho...

29 I: Tinha que lhe dar muita atenção porque era muito bebé, tinha que ter atenção ao mais velho porque embora fosse pequeno, tinham apenas diferença de dois anos e ainda muito bebé, tinha que dar também atenção, a nós enquanto casal, atenção à casa. Atenção a tudo. É uma quantidade de ...

30 E: E quais eram as suas principais preocupações relativamente a cada uma dessas coisas?

31 I: Que as coisas funcionassem bem, que conseguisse assegurar toda aquela mudança.

32 E: Como se organizavam para isso?

33 I: Conseguimos organizar. O Rui ajudava-me bastante, a minha mãe também me deu muito apoio e as coisas funcionavam...

34 E: É de onde?

35 I: Sou de cá.

36 E: A sua família também?

- 37 I: Também.
- 38 E: E do seu marido também?
- 39 I: Também, também.
- 40 E: E tem o apoio da família, é isso?
- 41 I: Principalmente dos meus pais.
- 42 E: E ajudam-se os dois de que forma?
- 43 I: Partilhamos muitas tarefas e atualmente também, temos as coisas divididas.
- 44 E: Como é que tem as coisas divididas?
- 45 I: Bem na cozinha ajudamo-nos mutuamente. Ir às compras ou vamos os dois ou vai um. Com as crianças é a mesma coisa, um vai levá-los o outro vai buscá-los ou vamos os dois. Conseguimos gerir essa situação. Ele ajuda-me bastante e é necessário, porque não é fácil. E estando os dois fora de casa só assim é possível levar as coisas para a frente.
- 46 E: Houve uma mudança do segundo para o primeiro? E do primeiro?
- 47 I: Do primeiro houve uma grande mudança, erámos só os dois e tínhamos um bebé, na realidade completamente novo. Com tudo inerente ao cuidar do bebé, às limitações, tudo, tudo, tudo. E do primeiro para o segundo, para além da mudança que é, é um grande teste também ao casal. Acho que o casal poderá ficar para trás em relação, não funcionar tão bem. É preciso saber dosear...
- 48 E: Quando é que sentiu mais isso que está a dizer? O que sentiu, quando o risco fosse maior?
- 49 I: Por acaso não senti, mas percebi logo que o risco fosse maior.
- 50 E: Quais foram os sinais?
- 51 I: Falta de tempo. Disponibilidade.
- 52 E: Como é que se organizava para ter tempo para os dois?
- 53 I: Durante a licença de maternidade.
- 54 E: Foi quanto tempo a sua?
- 55 I: Tive o máximo, cinco meses com utilização de [impercetível] e foi os cinco meses, não tive corte, nem penalização. E fizemos a licença partilhada, fizemos os dois.
- 56 E: Ele tinha direito, tinha direito no primeiro período, quando o bebé nasce.

57 I: Tem direito a uns dias, mas depois pode tirar da minha licença, pode ter mais um mês.

58 E: Sim. E tirou mais um mês?

59 I: Tirou, tirou, nos dois.

60 E: E que é que, porque é que tomaram essa opção?

61 I: Para estar o máximo de tempo com eles e para lhes dar apoio porque a minha prioridade era aquela e se podia usufruir... Até se fosse mais tempo acho que não fazia mal, acho que aqueles primeiros tempos são muito importantes.

62 E: E o facto do pai estar, o que é que mudou?

63 I: O pai. Nós estivemos em simultâneo.

64 E: Sim, aquele primeiro mês. O que é que acha?

65 I: Sim estivemos em simultâneo, o facto do pai ter estado o que é que mudou para si?

66 E: O pai não esteve a cem por cento como eu estive. Esteve com muito apoio, teve a minha mãe.

67 I: Porque é que surgiu esse apoio? Eu tive a cem por cento, mas ele não teve a cem por cento. [impercetível]

68 E: [impercetível] teve menos apoio.

69 I: Eu tive o tempo todo em casa com eles, sempre com eles. E ele ausentava-se quando era preciso, há uma ligeira diferença.

70 E: Em que medida, porque é que acha que surge essa ligeira diferença?

71 I: Não sei, talvez por uma questão de segurança, não sei. Não sei explicar. Acho que é diferente o género. Acho que é diferente, a mãe e o pai. Acho que agora já não se nota tanto, as coisas são mais equilibradas.

72 E: Agora?

73 I: Agora. Agora atualmente.

74 E: Mas agora tem que idade?

75 I: Seis e quatro. Naquela fase acho, talvez algum receio por parte do pai, ficar sozinho com eles.

76 E: Receio em que?

77 I: Poder não conseguir... desempenhar o papel a cem por cento.

- 78 E: O que é que ele fazia, o que é que ele sentia mais seguro?
- 79 I: Com ajuda.
- 80 E: E em que é que ele se sentia mais seguro, os bebé (...) um já tinha estado consigo cinco meses.
- 81 I: Sim, sim.
- 82 E: E o outro já tinha dois anos.
- 83 I: Quando o outro bebé nasceu.
- 84 E: E no que é que a segurança dele acha que estava de alguma forma, não era tão grande como a sua? Em que coisas?
- 85 I: Eu acho que é inato. Acho que connosco é diferente, acho que nós, sem saber, porque é tudo uma novidade, mas acho que vamos desgravando terreno e não temos medo. Eu acho que com o homem acho que há algum receio. Não é nada de extraordinário.
- 86 E: O que acha que eram os receios dele? Ou o que é que não sentia tão à vontade para a fazer?
- 87 I: Se o bebé quisesse comer, eu dava maminha ou dava-lhe papá no início, depois... eu acho que é tudo diferente, apesar...
- 88 E: Na alimentação não se sentia tão à vontade?
- 89 I: Sim, banhos também dávamos... é diferente, é tudo diferente. Acho que é tudo diferente.
- 90 E: Falaram sobre isso?
- 91 I: Acho que não, acho que não falamos sobre isso.
- 92 E: Em que é que cada um colabora nesta experiência, em que se sente mais seguro ou menos?
- 93 I: Acho que agora é diferente.
- 94 E: Ao longo deste percurso?
- 95 I: À medida que eles vão crescendo, vão ficando mais autónomos e as coisas vão ficando... começam a ser diferentes. E agora não, não tem qualquer problema, fica com eles, consegue assegurar as coisas sem problema algum.
- 96 E: E para si? Nesses, no fundo seis anos, de maternidade o que é que para si tem causado mais conforto e menos conforto?
- 97 I: É muito trabalho, mas a recompensa é enorme. E... não é fácil trabalhar, conciliar a casa, tudo o resto

e as crianças. O Manuel agora já está no primeiro ano já precisa de outro tipo de atenção que no pré-escolar não é necessário. Pronto e a pouco e pouco vamos crescendo. Quando levava os dois para o pré-escolar, ia levá-los até mais tarde. E depois quando se estava a aproximar do início do ano letivo, do primeiro ano, eu pensava “como é que eu o vou conseguir levar mais cedo? [impercetível] e consegue-se.

98 E: [impercetível]

99 I: Isto é uma adaptação, exato. Na altura, se não fosse às nove e meia, ia um bocadinho mais tarde e estava descansada e não havia problema. Agora não. Agora ele tem um horário a cumprir e as coisas são diferentes. E depois pensava “como é que vou conseguir levar o Manuel àquela hora, pensava, pensava” e depois naturalmente as coisas vão funcionando e nós vamo-nos habituando às situações e as coisas vão fluindo.

100 E: E para além desse receio, da entrada do Manuel na escola, há (...) sentiu (...) há outro (...) sentiu assim mais receosa ou que a preocupasse mais?

101 I: Não, só quando eles estavam doentes. Mas depois quando foi com o Miguel já sabíamos como as coisas funcionam. Lembro-me a primeira vez quando cheguei a casa... Ligaram do pré-escolar aos 3 anos, eu terminei a licença, e o Rui e a minha mãe ficaram com ele. Aos 3 anos foram para o pré-escolar. E a minha mãe telefonou-me: “O Manuel está com 39 não sei o quê de febre” e eu sai a correr, desorientada, cheguei lá e ele realmente estava com muita temperatura e estava a subir a temperatura. Eu liguei à pediatra, desorientadíssima. “Não, com muita calma, sim mãe, então já lhe deu Benuron? Já viu como é que foi evoluindo?” “Super calma”. Eu pensei assim: “Realmente calma, calma”. Lá está este foi o primeiro, é tudo novidade. Eu lembro-me quando fui às primeiras consultas de rotina com o Manuel, lembro-me, levava um saco cheio, fraldas, *dodots*, pomadas, uma muda de roupa, levava o saco cheio... lembro-me da pediatra dizer: “Vê-se mesmo que é o primeiro” e eu pensei: “É o primeiro, quando for o segundo faço o mesmo”. e lembro-me de ir às consultas com o Miguel, com uma fralda dentro da minha mala, *Dodot* lá dentro e tipo: “Se acontecer alguma coisa, eu troco-lhe”. É completamente diferente. É tudo diferente. É mesmo tudo diferente. [risos] e acho que nos vamos adaptando [impercetível] para melhor ou pior.

102 E: A sua experiência anterior, da sua família, é uma família alargada?

103 I: Somos dois irmãos.

104 E: E como é que foi a sua experiência de filha?

105 I: A minha experiência de filha foi boa, sou a irmã mais velha, o meu irmão tem uma diferença de cinco

anos. Correu tudo bem.

106 E: Em termos de modelos, pai, mãe, o que é que, como é que era, que ideias é que tem, que memórias é que tem?

107 I: Super atencioso, super preocupados, carinhosos, o meu pai mais autoritário. E eu com eles acho que sou um bocadinho, esse aspeto. Às vezes penso nisso. Correu tudo bem.

108 E: E o que é que acha que para além dessa influência do pai (...) o que é que a sua educação neste momento. Como é que acha que transporta a sua educação para eles agora?

109 I: Acho que transporto, às vezes penso nisso. Às vezes acho que sou muito rigorosa. E o meu marido não é tanto, e às vezes diz-me: “Calma, eles precisam de brincar” e acho que tem a ver um bocadinho com a minha educação, mais rígida, mais regras, mais... o Rui também tinha regras, mas era mais livre, mais liberto, vê-se a forma como ele lida com os miúdos, às vezes até de mais. Até me incomoda, porque tenho que dizer não, tem que parar, e acabou por no fundo [impercetível] e às vezes acabo por pensar nisso, que transponho um pouco para eles, mas às vezes é um pouco necessário.

110 E: E agora como é que cada um lida com os medos?

111 I: Lidamos... é assim quando há coisas a falar, não falamos à frente deles. Tentamos que eles não percebam quando há divergência.

112 E: coisas sobre eles, é isso?

113 I: Sim, coisas sobre eles, mas é mais a nível de comportamento. Eu às vezes acho que o Rui é mais permissivo do que eu e digo: “Rui...” e estou sempre a chamá-los à atenção. Estou a chamar a atenção o tempo todo. E depois penso, depois sou eu a má [impercetível] mas dou-lhe muito carinho, eles também são muito meiguinhos, mas tenho que impor ali algumas regras. E o Rui é mais... só quando chega ao limite é que começa a ralar com eles e digo: “Oh Rui eles estão a fazer isto!” Para ele avançar... “Rui já estão a fazer aquilo” e depois às tantas avanço eu que ele não... mas entendemo-nos e ele também percebe que eu tenho razão...

114 E: O que é que cada um faz mais com eles?

115 I: Mais como?

116 E: Coisas do dia-a-dia. Qual o papel de cada um na vida deles.

117 I: De manhã despachamo-nos, somos os dois que os despachamos, somos os dois. Normalmente vão comigo de manhã, o Rui prepara o pequeno-almoço, tomam o pequeno-almoço, eu arranja a roupinha deles, eu depois entretanto desço para tomar o pequeno-almoço e o Rui vai-os vestindo, penteamos,

fazemos tudo, tudo a meias. Depois entretanto vou levá-los à escola e ir buscar ou vai um ou vai outro.

118 E: [impercetível]

119 I: Ou vai um ou vai o outro. Em casa brincamos com eles os dois. É tudo muito partilhado.

120 E: E essa partilha ajuda na sua atividade profissional e a eles?

121 I: Ajuda, ajuda.

122 E: Qual é a sua profissão?

123 I: Sou Técnica Superior de Gestão Pública, no IMT.

124 E: E o seu marido também?

125 I: Também, também. Está no Ministério da Agricultura.

126 E: E como é que conciliam essa vida profissional com a vida pessoal? Quer dizer, isto é muita coisa para conciliar.

127 I: É, é.

128 E: Como é que essa conciliação, como...

129 I: Eu pedi a jornada contínua para conseguir, para ter mais tempo, para ter tempo ao almoço. E pedi quando aumentaram, quando passaram para as oito horas diárias e aí pensei: "Não dá". Se chego um bocadinho mais tarde e saio daqui mais tardíssimo, jantares, banhos e não é fácil, e então pedi uma jornada contínua e estou muito contente, acho que é muito bom, aproveito melhor a vida.

130 E: Fica com mais tempo disponível?

131 I: Sim, sim.

132 E: Agora, a jornada contínua trabalha quantas horas seguidas?

133 I: Seis.

134 E: Mesmo com a diminuição de sete horas, na função pública.

135 I: Sim, sim.

136 E: Trabalha seis. E o seu marido fez uma opção idêntica?

137 I: Não, não. Na altura disseram-me que só um... é que podia pedir, mas já me disseram que não. Mas ele também não tem interesse de pedir. Por isso mantém-se a situação.

138 E: E como é que negociaram e como escolheram que um ficasse com a jornada contínua e não o outro.

139 I: Porque eu disse que precisava tempo, precisava de tempo para os auxiliar, para ter tempo para eles. Em casa e achei que sim, que era melhor para mim. E estou muito contente [risos].

140 E: E o seu marido?

141 I: Não, não. Não é necessário, conseguimos conjugar as coisas assim. Ele, eu almoço no serviço e ele normalmente vai almoçar com os pais e é uma forma também de estar com os pais e conseguimos conciliar as coisas assim.

142 E: Em termos de serviço, a maternidade veio trazer algumas mudanças?

143 I: Em termos de serviço, não!

144 E: Em que é que exemplo, como é que surge a maternidade nesta altura? A pouco falou que estava na altura a fazer o mestrado.

145 I: Sim.

146 E: Como é que esta maternidade surge na sua vida e na do pai, não é? E surge com esta idade. Como é que conciliou, como é que se conciliaram estes tempos da sua trajetória escolar, universitária, profissional com o facto de ser mãe aos 35 anos? E o seu marido tinha que idade na altura?

147 I: 38.

148 E: Como é que estas vossas trajetórias, se conciliaram com facto de serem pais com essa idade? Alguma relação entre as coisas? Como é que as coisas surgiram?

149 I: Não, foi tudo fruto das circunstâncias, nós namorámos 11 anos e meio...

150 E: E começaram com que idade?

151 I: Começámos com 20, cerca de 20 anos e, pronto, conhecemo-nos bastante bem. E naquela altura foi quando decidimos, foi quando comecei a trabalhar, as coisas começaram estabilizar. E foi tudo... Não foi nada muito programado nem pensado. E só o mestrado é que me assustou quando ia casar não é, e pensei, bom em casa dos pais é uma coisa, e normal fiquei com receio. E pensei em adiar.

152 E: Estava casada a quantos anos?

153 I: Eu, não... quando eu casei, ainda não tinha começado o mestrado. Ia começar.

154 E: Sim, e depois entre casar e começar o mestrado teve quanto tempo?

155 I: Começou logo... eu casei em setembro, fui de lua-de-mel e comecei logo o mestrado, ainda faltei a umas aulitas. Foi assim...

156 E: E depois surgiu ao fim desse tempo a primeira gravidez. Ao fim de um ano.

157 I: Em 2004, nós casámos... em 2007 e engravidei em 2009, foi quando tive a primeira, a primeira gravidez.

158 E: Em termos de trajetória, o percurso escolar e profissional? Em termos de... andou no liceu, entrou na Universidade ?

159 I: Sim, sim.

160 E: Também por cá?

161 I: Sim, sim.

162 E: E acabou a Universidade e começou a trabalhar?

163 I: Comecei a trabalhar, não sei...

164 E: Muito tempo depois?

165 I: Não, comecei a trabalhar pouco tempo depois, comecei a trabalhar pouco tempo depois e foi tudo.

166 E: E os seu marido também.

167 I: Também, também.

168 E: E o casamento surge?

169 I: Alguns anos mais tarde, porque nós acabámos por crescer juntos, começámos a namorar ainda estávamos a estudar. E depois entretanto foi o emprego, começámos a trabalhar e achámos... deixámos andar.

170 E: E quando é que surgiu a maternidade? Em que circunstâncias?

171 I: Surgiu após o mestrado.

172 E: Após o casamento?

173 I: Sim.

174 E: Portanto tudo... e como é que a maternidade ao longo da sua vida, de que forma é que teve presente? Ao longo da sua vida adulta? Era um desejo?

175 I: Era, era.

176 E: Como é que estas questões surgem?

177 I: Sim, sim.

- 178 E: Tentar perceber como é que no fundo, porque é que não foi mais cedo?
- 179 I: Porque foi assim, sempre tive esse apelo. O meu irmão casou, e a minha cunhada perguntou-me se eu com a idade dela sentia o apelo da maternidade.
- 180 E: Que idade é que ela tem?
- 181 I: Ela tem 34, queria ser tia já há muito tempo. Mas ela não sente [risos] e já perguntou tipo: “Tu com a minha idade já sentias esse apelo?” E eu já tinha, só que depois pronto, a vida, não surgiu. Eu sempre tive essa vontade e sabia que ia acontecer, tinha essa convicção. E sabia que interiormente, não tem nada a ver, mas que ia ter um menino, que era um menino. Quando fiz a ecografia a médica disse: “É um menino”, eu disse: “Já sabia, sempre soube que ia ser um menino”, no segundo já não. E pronto, começámos a trabalhar, viajámos, usufruí-mos algum tempo os dois, e depois decidimos casar, arranjámos a casa e depois pronto foi assim.
- 182 E: E as expetativas que tinha e a realidade são muito diferentes?
- 183 I: Não, não. São mudanças, são grandes mudanças com que nós nos deparamos. Há ali uma fase de adaptação e depois as coisas vão acontecendo.
- 184 E: Em termos das expetativas correspondeu no fundo aquilo que era...
- 185 I: Sim, sim.
- 186 E: Pensando assim... em hoje, o que é que teria feito diferente?
- 187 I: Acho que não teria feito nada. Tenho pena de não ter sido mãe mais cedo. Porque se calhar se tivesse sido mãe mais cedo teria tido o terceiro filho. Mas as coisas foram assim.
- 188 E: O que é que era para si ser mãe mais cedo. O que é que acha que era importante para que isso acontecesse?
- 189 I: acho que neste momento já não me vejo a ter um bebé. As coisas já estão... acho que já é tarde para ter um bebé, nesta altura.
- 190 E: Tarde de que ponto de vista?
- 191 I: Da idade. E eles agora já estão autónomos, já podemos fazer muita coisa com eles e um bebé ia... e mesmo três crianças não é fácil. Se nós lhe quisermos proporcionar diversas coisas não é fácil, é diferente. Acho que não fazia nada diferente.
- 192 E: Mas dizia, bom tenho pena de não ter sido mãe mais cedo.
- 193 I: Sim. Se tivesse sido mãe mais cedo teríamos tido o terceiro filho. Se... mas como não aconteceu.

- 194 E: O que teria levado... o que é que sabe hoje que nessa altura a poderia ter levado a pensar nisso?
- 195 I: A minha grande satisfação de ser mãe, acho que... adoro crianças, adoro bebé, é... sinto-me plenamente bem, satisfeita. E nesse sentido que sei agora, não me importava de ter outro bebé, não me importava de ter uma menina, adorava ter um menino. Mas adoro ter os dois cá. Mas é assim.
- 196 E: O que é que pode existir do ponto de vista da sociedade que levasse a ter uma decisão como essa, que ponderassem essa decisão mais cedo? Que pudessem ter ponderado ter um filho mais cedo ou que pudessem ter organizado para ter um filho mais cedo?
- 197 I: Porque não aconteceu, talvez da nossa parte até por egoísmo, porque é mesmo assim. Na altura nós não pensamos, deixamos, vamos deixar passando. Nós não percebemos mas o tempo passa muito rápido e foi assim. Foi assim. Eu olho para o meu irmão e acho que ele ainda é pior porque não os vejo minimamente preocupados. Nós tínhamos esse interesse, essa vontade em sermos pais, eles não tem. Eles vivem os dois, porque vivem para eles.
- 198 E: E o que é que acha do ponto de vista da nossa cultura o que é que contribui para essa forma de estar?
- 199 I: Eu acho que é mesmo puro egoísmo. Eu acho que se nós não deixármos de pensar em nós, só em nós, não temos disponibilidade para... Quero ir ali, quero fazer isto e aquilo, e o outro, quero estar disponível. Se tiver um bebé não pode fazer, tem que abdicar de várias coisas. É uma questão de opção.
- 200 E: Diz assim: "É uma questão de opção e de egoísmo, mas se soubesse o que sei hoje teria sido mãe mais cedo...".
- 201 I: Teria tido mais cedo, só no aspeto que poderia ter tido mais um filho. De resto, não me arrependo de nada.
- 202 E: Do ponto de vista da sociedade, pode fazer-se alguma coisa para que isso possa acontecer, por exemplo, pessoas como no seu caso tenham filhos mais cedo para poderem ter mais. Em termos de mensagens, como é que a sociedade entende a vida adulta e a maternidade?
- 203 I: Acho que é muito pessoal. Muito pessoal. Acho que cada vez mais assistimos a casais e a pessoas que têm filhos mais tarde, tem só um filho, há muito egoísmo. Porque preferem não ter essa prisão, entre aspas. Porque é necessário uma grande vontade, uma grande disponibilidade e...
- 204 E: De que forma? Uma vontade, grande disponibilidade, quer falar um bocadinho nisso?
- 205 I: Uma grande disponibilidade... abdicar de tudo para ter um filho, para dedicar tudo àquele ser. Há

muitas coisas que nós deixamos de fazer, mas para mim é completamente indiferente, acho que compensa. Não me importo de fazer tudo e mais alguma coisa. Mas sinto e olho à minha volta e, cada vez mais, vejo diferentes formas de pensar e de estar.

206 E: Mas no seu caso, a forma de prazer que descobriu com a maternidade, se soubesse o que sabe hoje fazia o tempo voltar para trás e podia ter filhos mais cedo para ter mais filhos?

207 I: Não...

208 E: Fiquei com a ideia que estava a dizer “Bom para mim o egoísmo não compensava, mas eu continuo a realizar-me, eu é que não sabia que era tão bom até ao ponto que queria ter três” não sei se percebi bem.

209 I: É assim eu não me arrependo de nada e se não casámos mais cedo foi por uma questão de egoísmo, porque estivemos só os dois sozinhos até dar aquele passo, acomodámo-nos um pouco, deixamos o tempo passar. Mas se tivéssemos casado mais cedo, se as coisas tivessem desenvolvido de outra forma e se tivesse sido mãe mais cedo, talvez, talvez tivéssemos tido um terceiro filho.

210 E: E acha que era importante haver algum tipo de não sei de mudança, em termos de sociedade para que as pessoas tivessem filhos mais cedo e prescindissem desse egoísmo mais cedo? Para que depois afinal pudessem descobrir o tempo para ter os filhos que quisessem?

211 I: Não, acho que é uma questão muito pessoal. Mesmo em termos de incentivos, a licença de maternidade e tudo isso, não é por aí que uma pessoa pensa ter mais um filho, pelos incentivos que nos são dados. Acho que as pessoas por aí não pensam ter mais filhos. Acho que é uma questão pessoal, uma satisfação, uma vontade.

212 E: Como é que os incentivos, no seu entender, podiam levar as pessoas a ter filhos, qual seria o incentivo?

213 I: O facto de poder passar mais tempo com eles era muito importante ou trabalho em tempo parcial, uma redução significativa. Durante um período mais alargado, acho que era muito importante.

214 E: Redução em que termos?

215 I: Em termos de horário.

216 E: Qual era para si a redução certa?

217 I: Nunca pensei nisso mas... uma redução significativa que pudesse conciliar e assegurar as coisas no serviços e pudesse estar com eles mais tempo.

218 E: Estas seis horas para si?

219 I: São ótimas [seis horas], o melhor que me poderia ter acontecido. Acho que facilita imenso.

220 E: Acha que seria importante ter mais tempo disponível para além desse tempo?

221 I: Eu estou a falar no início. Quando eles são bebés.

222 E: Há mais tempo de prolongamento da licença de maternidade.

223 I: Sim, sim, sim. No início. Acho que é muito importante [prolongamento da licença de parental].

224 E: Isso seria um incentivo, é isso?

225 I: Sim, sim, sim.

226 E: E para si o que é que seria a medida adequada, para ser um incentivo, para ter esse impacto?

227 I: Serem os quatro meses a cem por cento, cinco meses com penalização, mais uns meses.

228 E: Isso para si seria o incentivo que falta?

229 I: Poderia haver mais, mas acho que isso seria muito importante, mais tempo com eles no início de vida.

230 E: para estimular.

231 I: Sim.

232 E: E que outras coisas mais, que coisas são essas?

233 I: A nível de abonos, eu não recebi nada, quando eu ia começar a receber do Manuel, não recebi, terminaram.

234 E: Mudaram de escalão.

235 I: Isso é tão insignificativo que não é por aí.

236 E: Mas poderia ser?

237 I: Poderia, acho que sim. Poderia ser um incentivo.

238 E: E nas outras áreas? Naquilo que é a sua experiência, nas outras áreas, na saúde, na educação ou o que é que para si poderia ser diferente ou não?

239 I: Todo o apoio possível era bem vindo.

240 E: Sentiu falta de que apoio.

241 I: Eu senti falta de tempo, essencialmente.

242 E: Mais do que...

243 I: Mais tempo para... custou-me ao início ir trabalhar dos dois. Achei que mais tempo não fazia mal nenhum.

244 E: E em termos de saúde, na área da saúde.

245 I: Não senti.

246 E: Não sentiu falta de nada? Como é que o pai foi envolvido, o pai participava em todas as consultas?

247 I: Sim.

248 E: Como é que isso surgiu, era por vossa iniciativa ou?

249 I: Era tudo pelo privado, o médico antes de eles nascerem e depois de eles nascerem era a mesma coisa. Nós já estamos habituados, mas se houvesse algum incentivo era bem vindo, e se calhar as pessoas pensariam de outra forma.

250 E: E em termos de esclarecimento de informação aos pais, sentiu necessidade de alguma coisa?

251 I: Esclarecimento de?

252 E: Sim, esclarecimento com o desempenho desta função, com as questões dos miúdos, das questões que se colocam e que podem contribuir de alguma forma para que exerçam esse papel de uma forma diferente "É muito trabalho e tem-se que conciliar muita coisa".

253 I: Sim, mas eu acho que isso são os próprios que têm de se orientar, têm que perceber qual é a realidade. Não é ninguém do exterior, até poderá ser o despertar para isto ou aquilo, acho que só quem está naquele espaço é que se tem que questionar e adaptar àquela realidade, o que é que é melhor e como é que as coisas podem funcionar melhor.

254 E: Que apoio é que teve nessa altura ou tem tido? Agora ao longo deste tempo?

255 I: Apoio, dos meus pais, tem sido um grande apoio.

256 E: Em quê?

257 I: Os dois. Quando eu fui trabalhar eles ficaram com os meus pais. Quando o Rui acabou a licença de maternidade ficaram os dois com os meus pais até aos três anos. Quando estão doentes vão para a dos meus pais. Quando há férias ficam nos meus pais, quando nós não temos férias. Agora com o Manuel é diferente, já está mais velhinho, já não tem paciência para ficar com os avós. O pequenino ainda quer. Mas temos que pensar as coisas de outra forma e estruturar as coisas de outra forma, é muito tempo de férias e este ano também vai ser uma realidade nova.

258 E: Em que é que esse apoio dos seus pais tem feito ou não a diferença?

259 I: Tem feito toda a diferença.

260 E: Em quê?

261 I: Uma ajuda enorme, quando eles estão doentes, eu posso continuar a ir trabalhar descansada porque sei que eles estão bem. Aquele período em que eu fui trabalhar e eles ainda não estavam na escola, na creche eu também estava descansada. Têm sido um apoio fundamental.

262 E: Imagina-se sem esse apoio? Se se imagina sem esse apoio?

263 I: sim, mas era completamente diferente.

264 E: O que é que acha que ia acontecer?

265 I: Tinha que andar para a frente, as coisas tinham que funcionar na mesma, mas era mais difícil.

266 E: Como é que se imagina a ultrapassar essa dificuldade?

267 I: Nunca imaginei, mas percebo que faz toda a diferença. Um grande apoio.

268 E: Isso mudou alguma coisa para ter avançado para o segundo filho?

269 I: Sabia que estava descansada, sabia que um segundo filho teria sempre, estava definido.

270 E: Não era uma coisa para si que tivesse...

271 I: Nós tínhamos o segundo e foi rapidamente para que eles não tivessem uma grande diferença de idades e no segundo não foi nada equacionado, esse tipo de preocupações.

272 E: Que apoios é que acha que poderiam existir para quem não tem?

273 I: Não é muito fácil, é muito difícil.

274 E: O que é que seria necessário para que isso não fosse uma fragilidade na vida das pessoas?

275 I: Não sei dizer, porque eu fico plenamente descansada e não sei dizer o que é que poderia substituir.

276 E: Os avós.

277 I: Exatamente [risos] Não sei mesmo dizer.

278 E: Quando tem dúvidas de alguma coisa a quem é que recorre?

279 I: Não sei, falo com a minha mãe, falámos muito nós os dois.

280 E: Quais foram as maiores dúvidas ao longo deste percurso? Da sua experiência?

- 281 I: Não sei, não tenho... as coisas vão acontecendo. Nós os dois, nós os dois conversamos muito e pronto e tentamos resolver as situações e cada vez mais nós os dois.
- 282 E: Cada vez mais os dois porquê?
- 283 I: Porque temos que crescer, temos que nos libertar, temos que assumir as nossas coisas.
- 284 E: O que é que vos tem feito crescer como pais? Ou como mãe neste caso?
- 285 I: Eles os dois, tem sido... a evolução deles, tem sido tudo uma novidade, é tudo uma novidade. Apesar do Miguel ser mais novo, eles são completamente distintos. E é muito engraçado lidar com os dois e têm os dois a mesma educação mas reagem de forma diferente. Aprendemos muito. É muito engraçado, muito, muito, muito.
- 286 E: O que é que o si lhe tem ensinado?
- 287 I: Tem me ensinado a tentar ser boa mãe, a tentar... [risos]
- 288 E: E no que é que os filhos a tem ensinado a ser boa mãe?
- 289 I: A tentar dar-lhes tudo aquilo que eles precisam, todo o apoio, tudo aquilo que eles necessitam, todo o apoio incondicional.
- 290 E: O que foi a maior descoberta para si enquanto mãe? Ou emoção? Também há diferença não é...
- 291 I: Acho que foi tudo tão natural que... eu não sei. As coisas vão acontecendo.
- 292 E: O que descobriu de si que não sabia antes?
- 293 I: Sei, se calhar a capacidade de conseguir conciliar as coisas todas e a quantidade de coisas e a quantidade de situações e não perder tempo com outras questões. Relativizar certas e determinadas coisas e...
- 294 E: E isso tem sido uma aprendizagem?
- 295 I: Sim.
- 296 E: Que a maternidade trouxe?
- 297 I: Sim, sim.
- 298 E: O que é que começou a relativizar que para si tenha sido mais significativo?
- 299 I: Deixar de perder tempo com certas e determinadas coisas. Não posso perder tempo, tenho outras prioridades, as coisas mudam [risos].

300 E: E essas coisas, essas suas qualidades como mãe, como é que se vê como mãe?

301 I: Acho que sou uma boa mãe [risos] [impercetível]

302 E: [impercetível]

303 I: A pergunta não devia ser feita a mim.

304 E: No seu entender, eles tem-lhe ensinado a ser boa mãe, como é que se define como boa mãe, como é que é ser boa mãe, pode não coincidir se perguntarmos a outra pessoa.

305 I: Sim, sim. Acho que tenho, pronto, a preocupação primordial é o bem estar deles, a estabilidade deles, é tentar que eles sejam boas pessoas, que estejam bem e felizes e tentar com que isso aconteça.

306 E: E que valores é que lhe tenta transmitir?

307 I: Valores, o respeito, eu acho que é muito importante, ter em consideração, o respeito pelo próximo, a educação, tentar falar muito com eles, não lhes esconder as coisas e explicar o porquê, o porquê de determinada situação porque é que não pode ser, porque é que pode ser, explicar-lhe as coisas, acho que é muito importante explicar para eles perceberem as coisas.

308 E: Houve alguma coisa que para si fosse mais difícil de explicar ou de lidar?

309 I: Eles ainda são muito pequeninos.

310 E: Eles tem 4 e 6 anos não é?

311 I: Sim, sim. O exemplo, acho que o exemplo é essencial, aquilo que eles vêem, copiam e tendem a repetir.

312 E: O que é que eles copiam de si?

313 I: Tudo.

314 E: Eles são diferentes não é?

315 I: São, são, um é mais introvertido outro é mais extrovertido...

316 E: O que é que acha que eles copiam de si e copiam do pai?

317 I: Não sei, acho que ... nunca pensei nisso [risos]

318 E: É nós a pensarmos como modelos e como exemplos, não é?

319 I: Exato.

320 E: Um é mais introvertido outro extrovertido, quem é que é mais parecido com quem?

321 I: O mais velho é mais parecido comigo.

322 E: O mais velho é o mais?

323 I: É o Manuel, é o mais introvertido. E o Miguel é completamente diferente é mais parecido com o pai, e acaba por ajudar o irmão. Dá-lhe ali uns abanões entre aspas.

324 E: O mais?

325 I: O mais novo, é muito meiguinho, adora o irmão. E o irmão também, mas ajuda-o a ultrapassar as situações e a dar-lhe ali uns abanões para ele perceber as coisas. Esta semana comprámos, foram os meus pais que lhe compraram uma t-shirt do Ronaldo, eu nunca pensei comprar uma t-shirt daquelas mas eles compraram uma t-shirt para cada um. E o Miguel quis uma verde, o Miguel é muito independente.

326 E: O Miguel é o menino de 4 anos?

327 I: Sim. E tem a convicção dele, a ideia dele e a educadora diz que muitas vezes: "Estão todos aqui e vão todos para um canto da sala e ele não vai. Ele fica no mesmo sítio e depois os outros vão procurá-lo e acaba por ser um líder mas sem exercer essa, e os miúdos vem procurá-lo para perceber porque é que ele não faz igual a nós, tem as convicções dele". E quando comprámos a dita t-shirt, o Manuel queria vermelho e o Miguel gostou da verde, e a minha mãe disse: "É melhor não comprarmos porque depois o Manuel leva uma vermelha" E eu disse-lhe: "O Manuel vai comprar uma vermelha, tu queres esta? Não, mãe quero esta!" Pronto e levou a verde. Um comprou a verde e o outro comprou vermelha. E agora esta semana levaram a t-shirt e já há montes de tempo que queriam levar a t-shirt mas estava suja e não está bom tempo para estender e pronto... mas ontem não foi possível adiar mais e então o Miguel vestiu a dele, todo contente com a sua t-shirt e o Manuel: "Oh mãe mas está muito larga vou pôr dentro das calças, "Por dentro das calças fica horrível" "Mas eu não gosto, fica muito larga" e então disse ao pai: "Pai não vou levar porque depois os meninos mais velhos gozam comigo" e depois disse ao irmão: "Olha Miguel depois os mais velhos gozam contigo", "Não faz mal eu dou-lhes um pontapé" E o Miguel levou a dele e o Manuel trocou de t-shirt. E o Miguel levou, até acho que na vida fora, acho que o Miguel vai ter uma grande influência no Manuel que o vai ajudar, mas eles são diferentes, completamente diferentes e nós temos que lidar com eles de forma diferente também, de acordo com a forma de estar de cada um.

328 E: E como é que essas características de alguma forma falam sobre vocês os dois, os pais, o pai e mãe? Tendo noção que a mãe é mais parecida com um dos filhos e o pai mais parecido com outro dos filhos? Como é que essas características depois, um mais extrovertido outro mais introvertido [impercetível] na

vossa relação, como pais? Como é que essas características funcionam convosco? Se é que vocês têm essas características dos vossos meninos, se é que vocês são parecidos com os meninos?

329 I: Não é muito vincado, mas seguramente que a personalidade do Miguel é mais parecida com o pai, são mais extrovertidos. Eu, mais no meu canto, deixem-me estar, se não perceberam que estou aqui, melhor. O Manuel é quase assim. Agora não sei se estou a perceber...

330 E: De que forma é que essas características funcionam como suporte um ao outro, tal como os miúdos, também funcionam assim na vossa relação?

331 I: Há a relação de casal?

332 E: Sim.

333 I: Sim, sim, sim. Acho que acabamos por ser dois pratos da balança e tentamos encontrar ali um equilíbrio nas nossas diferenças. Eu sou mais exigente e tento fazer perceber ao Rui que não pode facilitar tanto as coisas, que não é bom, que não vai ser bom no futuro deles, na forma de eles estarem. Devia ser um pouco mais rígido, ele é muito mais brincalhão do que eu. Embora brinque muito com eles. Acho que nos complementamos.

334 E: E em que é que isso faz a diferença, por exemplo, para si na sua fase da vida, na sua relação com mãe, essa complementariedade que têm, em que é que isso é importante?

335 I: É importante porque proporciona estabilidade ao casal, e à família...

336 E: Se não existisse?

337 I: Se não existisse não era fácil.

338 E: Como é que se imagina?

339 I: Não imagino e não era nada fácil. Acho que tem que tem que a ver aqui um ponto de equilíbrio e temos que nos entender, é necessário muito diálogo e muito jogo de cintura, cedências para nos entendermos, pronto.

340 E: O que é que para vocês é mais difícil de negociar, como pais?

341 I: Neste momento, não encontro grandes dificuldades, é tudo muito relativo com eles os dois, não há assim grandes preocupações ainda.

342 E: E negociar o tempo para vós e para eles?

343 I: Tentamos arranjar sempre algum tempinho para nós, embora não seja nada fácil. Nada, nada, nada. E depois também já estamos muito habituados, há imenso tempo a não ter nenhum fim-de-semana. E o

fim-de-semana que conseguimos tirar, estava eu gravidíssima do Miguel, e não conseguimos ainda tirar nenhum fim-de-semana, temos que tirar, temos que tirar. Eu já disse ao Rui: "Quando eles já não quiserem ficar com os avós nós já não conseguimos tirar nenhum fim-de-semana porque depois eles já não querem". E ainda não conseguimos tirar porque acabamos sempre por optar por ir os quatro. Mas acho que é muito importante, nós tentarmos ter o nosso tempo, um almoço, um jantar só os dois, tentamos, tentamos arranjar tempo para nós.

344 E: Como é que funcionam aí os amigos?

345 I: os amigos, os amigos, funcionam os amigos que têm filhos da mesma idade, acabamos por juntar os amigos que têm crianças também da mesma idade para que possam brincar também todos juntos.

346 E: E em termos de apoio uns aos outros?

347 I: De amigos? A nível de festas de aniversário de pedir ajuda, não te importas de levar o Manuel? Não te importas de levar? Outras vezes levamos nós. Mas normalmente asseguramos nós a situação. Passa tudo muito por nós.

348 E: E o que é que mais a preocupa, no futuro deles e na vida deles?

349 I: Agora?

350 E: Agora e no futuro?

351 I: No futuro tenho grandes preocupações, grandes, grandes, grandes.

352 E: Têm grandes?

353 I: Tenho.

354 E: Que preocupações são essas?

355 I: Toda a conjuntura mundial, tudo. Mesmo antes de engravidar, pensava em tudo e mais alguma coisa. E pensava se seria justo colocar uma criança neste mundo porque acho que isto está muito complicado.

356 E: O que é que mais a preocupa?

357 I: Tudo, às vezes nem penso.

358 E: Assim a curto prazo? Há coisas (...) está a falar de coisas que tem a ver mais com eles, no desenvolvimento deles, há coisas que pode ter a ver mais com a vossa vida, com a família, com outros acontecimentos, há coisas que são mais gerais. O que é que a preocupa mais nos vários níveis?

359 I: Agora, atualmente o que me preocupa é que o Manuel se integre bem neste seu novo percurso...

360 E: O Manuel é aquele que está na escola.

361 I: Sim, tentar acompanhá-lo e perder mais algum tempo com ele, este ano as coisas já foram diferentes, mas daqui para a frente ter mais disponibilidade para ele, é difícil. Mas temos que fazer aqui uma gestão muito grande de tudo. Mas tentar acompanhá-los. E pronto, ao longo do percurso deles é sempre uma preocupação, se as coisas estão a correr bem e depois são todos os fatores externos, emprego, instabilidade, é tudo. Mas tento não ir por aí, deixar andar porque se não avançamos, não fazemos mais nada, e viver o presente.

362 E: E a sua maior preocupação, dessas todas? Que futuro é que estará à espera deles?

363 I: Pois, lá está.

364 E: Mas dentro disso tudo, o que é que para si seria a melhor situação?

365 I: A melhor?

366 E: Sim, dentro, se acontecesse ou o que é que a preocupa?

367 I: Não sei, vejo uma grande instabilidade, grande, grande, grande e não sei o que é que vai acontecer, a nível mundial, a nível da Europa, tudo. Acho que está tudo muito diferente, também há coisas boas, mas é tudo uma preocupação. Mas neste momento, é tentar acompanhá-los e ter disponibilidade para que eles se consigam enquadrar bem.

368 E: E que coisas boas são essas para os pais de hoje em dia?

369 I: Tem que haver coisas boas [risos]

370 E: Quais são essas coisas boas? Que vê à sua volta para as mães e para os pais?

371 I: O tempo passado com eles, tentar ajudá-los a crescer de forma saudável e acompanhá-los, acompanhá-los nas diversas vertentes na vida deles.

372 E: Isso é aquilo que procura fazer?

373 I: Sim.

374 E: Mas que coisas boas é que existem para as mães e para os pais de hoje em dia? Porque preocupações existem muitas, o que é que para si existe de bom hoje? À sua volta como mãe?

375 I: Ter a minha família, ter um núcleo familiar, constituir família. E lutar para que as coisas estejam bem.

376 E: Em termos da educação deles? O que é que acha, alguma coisa que a preocupe? Ou acha que está tudo bem? Em termos de presente e de futuro em termos da educação escolar deles, alguma coisa que

a preocupe?

377 I: Sim, sim, claro, tudo me preocupa, o percurso deles e...

378 E: o que é que mais a preocupa aí? Qual é o receio? Receio ou preocupação que são coisas diferentes.

379 I: A principal preocupação... acho que é tudo muito vago, que eles estudem, que entrem no mercado de trabalho, as coisas mudam constantemente e tão facilmente que é tudo... Nem sei se vale a pena estar-me a preocupar com isso agora, é acompanhá-los no presente e tentar que as coisas corram bem. E apoiá-los para que eles possam voar depois sozinhos, dar-lhes as ferramentas necessárias e fazer a vida deles.

380 E: Que ferramentas é que lhe procura dar agora?

381 I: Ter bons valores para que eles possam seguir para a frente sozinhos. A educação, como é evidente, que eles tenham educação em casa e educação, formação a nível de escolaridade e que sejam boas pessoas e que tenham as ferramentas necessárias para poderem andar para a frente.

382 E: E em termos de sociedade, o que é que a preocupa, o contexto em que está pode interferir com esse seu esforço? Procura dar-lhe essas ferramentas, o que é que mais a preocupa? O que é que acha que pode perturbar?

383 I: Tudo o que está à volta deles. Muita coisa pode perturbar.

384 E: Neste momento por exemplo no jardim-de-infância ou na escola não é? Eles estão no ensino público ou particular?

385 I: Particular.

386 E: Os dois?

387 I: Sim.

388 E: E essa vossa opção tem a ver com o quê? Colocá-los no particular?

389 I: Tem a ver com... eles estão os dois nos Salesianos. O Rui estudou lá e gostou muito de lá ter estudado. Por causa dos valores que acabam por ser incutidos e que poderão influenciá-los na vida deles futura, foi uma opção nossa e portanto, não sei se foi a melhor, mas foi a que nós tomámos.

390 E: E sente que essa resposta, a resposta que é dada a cada um deles, fica satisfeita?

391 I: Estou satisfeita, sim. E com o Manuel também estou bastante satisfeita. Claro que há sempre coisas que falham, mas as coisas são assim. Mas o resultado é bastante positivo.

392 E: O que é que para si poderia ser diferente?

393 I: Pequenas coisas, há umas coisitas que de facto vão falhando, mas nada de significativo.

394 E: E aqueles valores que lhe transmitem, acham consonantes com os vossos?

395 I: Sim, sim. Acho que é muito importante.

396 E: Esta questão da complementaridade que há pouco estava a falar, a igualdade, de que forma é que isso lhes é transmitido? Na escola, por exemplo, e entre vós?

397 I: Tem a componente (...)

398 E: Tem dois filhos.

399 I: Sim.

400 E: Dois filhos rapazes?

401 I: Sim. Tem a componente cristã que acho que acaba por deixar uma sementinha. Eu sou cristã, mas não sou praticante.

402 E: E opai?

403 I: Também é católico mas não somos praticantes, acho que é... será a forma de estar, de pensar e de serem boas pessoas. Deixa sempre uma sementinha e que permita que façam o caminho deles. Não significa que tenham que ir à missa constantemente mas que se tornem boas pessoas e que em certas situações saibam atuar de forma diferente e pensar de outra forma.

404 E: Pensar de outra forma? Que forma é essa?

405 I: Para o lado do bem. De estar a tomar as opções mais corretas sempre que é possível.

406 E: E aí qual é a influência dos avós? Os avós participam muito, não é?

407 I: Sim.

408 E: Como é que é assim essa influência na educação deles, nesses valores?

409 I: Bem está tudo interligado, cabemos todos no mesmo sentido.

410 E: Portanto, disse que o seu pai em casa era uma figura mais autoritária.

411 I: Sim.

412 E: Do que a mãe?

413 I: Sim, completamente diferentes.

- 414 E: No fundo, de que forma é que estes papéis lhes são transmitidos? O feminino e o masculino não é? Como é que acha que eles estão a construir ?
- 415 I: Eles são uma grande influência também. Uma influência bastante positiva a figura dos avós. Os quatro, os quatro. Eles acabam por influenciar os quatro, os meus pais dão-nos mais apoio mas eles conhecem os quatro avós e gostam muito dos quatro e claro que acabam por influenciar cada um de sua forma, com a sua forma de estar.
- 416 E: O que é que eles...
- 417 I: Os ensinamentos.
- 418 E: Por exemplo esta questão do papel hoje em dia do pai, mãe, mulher e homem? Os avós que tipo de modelo é que eles transmitem?
- 419 I: Sim, são uma referência, acabam por ser referências e por beber qualquer coisa de um e de outro.
- 420 E: Porque eles em casa, estava a dizer, acabamos todos por fazer as mesmas coisas, não é, os dois as mesmas coisas, não é, mas eles também tem em conta também os avós, com os avós também é assim, ou as coisas são mais estereotipadas? Mais as avós fazemos uma coisa e os avós fazem outra?
- 421 I: Fazemos a mesma coisa, não andamos juntinhos a fazer as mesmas coisas.
- 422 E: Sim, sim exato. Mas do ponto de vista agora do desempenho...
- 423 I: Sim, sim. Com os avós, fazem coisas diferentes com o avô e depois fazem coisas diferentes com a avó. Jogam à bola com o avô, vão atrás da avó se a avó vai cortar as plantas, adoram a avó também, são coisas que acabam por influenciar e marcar. O Miguel adora ficar na casa dos avós, ainda ontem fomos lá jantar e ele dizia: “Quero cá dormir, quero cá dormir com o avô”.
- 424 E: O de quatro anos?
- 425 I: Sim. ”Amanhã tens escola, nós vamos embora, se quiseres cá ficar...”, acabou por ir, mas gosta muito de estar lá. “Oh mãe hoje vamos para casa dos avós?”, “Não Miguel hoje é dia de escola”.
- 426 E: E como é que acha que a sociedade vê essa questão do papel do pai e da mãe? Há pouco dizia: “Eu senti este apelo e com o pai não é bem assim”.
- 427 I: sim, sim.
- 428 E: Pronto como é que acha que a sociedade vê o papel da mãe e do pai?
- 429 I: Acho que as coisas agora já estão, já estão diferentes de alguns anos atrás. Dantes a mãe estava em casa, estava sempre presente e se calhar tinha uma forma de lidar com eles diferente do pai que estava

mais ausente. Agora as coisas são diferentes, mas claro nós somos diferentes, são tempos diferentes, mas também acabamos por influenciar de modo diferente cada um deles, com características diferente cada um deles.

430 E: Que modo é esse? No que é que a mãe influencia por ser mulher e o pai por ser homem?

431 I: A mãe, acabamos por ser diferentes, o pai joga à bola, pesca, esse tipo de coisas mais de rapazes. E a mãe, mais na cozinha, vêm muitas vezes ter comigo ver o que é que estou a fazer: "Mãe o que é que está aí, o que é que vais descongelar?" E têm muito interesse pela cozinha, às vezes, estou a dobrar a roupa: "Oh mãe eu vou-te ajudar", são coisas diferentes, tarefas diferentes.

432 E: E o pai também faz essas tarefas?

433 I: Que tarefas?

434 E: Essas que estava a dizer?

435 I: Algumas vezes faz, sim.

436 E: Mas faz de forma partilhada ou faz quando é preciso, quando pede ajuda, como é que surge?

437 I: Quando é necessário, normalmente é o Rui que estende a roupa, eu meto a roupa a lavar e depois ele estende, depois apanhamos, eles muitas vezes vão estender a roupa com o pai e depois eu estou a dobrar e eles vêm: "Eu também quero" vão dobrar as toalhas, acabam por querer participar.

438 E: Para além dessa tarefa, quais é que o pai faz, para além de estender a roupa o que é que o pai faz mais?

439 I: Também cozinha, anda muito lá fora. Temos um espaço exterior grande, anda muito lá fora e eles andam atrás do pai, as plantinhas, andam sempre atrás do pai.

440 E: E o que é que, no que é que tem as tarefas mais divididas?

441 I: Eu estou mais em casa e o Rui está mais no exterior.

442 E: Isso significa o quê?

443 I: O Rui trata do quintal, trata da parte exterior e eu trato das coisas dentro de casa, cozinhar, loiça, arrumar roupa, camas, tudo lá dentro.

444 E: A base é a sua e o Rui coopera. É isso?

445 I: Sim.

446 E: Ou a base são os dois?

447 I: Sim, a base é minha mas o Rui coopera muito, ajuda bastante, mas lá está passa a maior parte do tempo, a maior parte do tempo lá fora. Eles vão muito lá para fora com o pai e depois tenho que ir lá também, estar lá um bocadinho para também participar.

448 E: Para participar.

449 I: Claro.

450 E: Isso a propósito dos modelos e dos papeis que vão surgindo na vossa vida ...

451 I: Sim, sim, é diferente mas acho que a tendência já não é, já é tudo diferente do que era antigamente. Acho que as coisas agora estão...

452 E:Antigamente como é que era na sua família?

453 I: O meu pai também foi sempre um homem que ajudou sempre muito em casa, também tenho isso como exemplo. Há homens que não ajudam nada, mas o meu sempre ajudou também. Mas claro que havia tarefas inerentes há mãe, a roupa, a cozinha, o meu pai também cozinhava, ajudava com louças, estendia a roupa, também aspirava. O resto das tarefas era para a minha mãe.

454 E: Que profissões é que eles tinham?

455 I: A minha mãe era funcionária pública e o meu pai era ferroviário. Mas estão os dois aposentados.

456 E: Trazia essa herança também no fundo de participação dos dois.

457 I: Sim, sim. E o meu pai é uma pessoa mais velha, não é comum e sempre participou.

458 E: Mais velha como?

459 I: Mais velha do que a minha mãe.

460 E: Mas muito mais?

461 I: Sim tem uma diferença de 10 anos. E pronto, poderia realmente não participar e era aceite, na altura era perfeitamente aceite. Mas eu sempre vi o meu pai a participar nas tarefas domésticas.

462 E: E era isso que queria à sua volta?

463 I: Sim, sim.

464 E: A partilha das outras pessoas também?

465 I: Das outras pessoas?

466 E: Sim, das outras pessoas, dos outros grupos?

467 I: Sim, mais ou menos, mais ou menos, mais ou menos.

468 E: E acha que há assim alguma coisa que em termos de, sociedade no geral, comunicação social, políticas públicas que pudesse contribuir para mudar alguma coisa, quer seja a esse nível, quer seja a outro nível qualquer?

469 I: Sim, poderia haver campanhas de sensibilização, mas continuo a achar que poderá ser uma ajuda, alguma coisa que fique lá e que faça pensar porque depois na realidade depois as coisas são diferentes, mas poderá ajudar a levar a uma mudança de mentalidade.

470 E: Em termos de promoção da parentalidade ou de suporte há assim alguma coisa que no futuro gostaria que acontecesse? Que mudasse, que fosse para si um apoio, uma coisa assim importante que acontecesse, do seu ponto de vista que gostaria que acontecesse, há assim alguma coisa?

471 I: Não sei..

472 E: Sente falta assim de alguma coisa?

473 I: Sinto falta de tempo. Uma enorme falta de tempo.

474 E: Essa redução é até aos 12 anos?

475 I: É.

476 E: O que é que para si era a situação desejável? Para si é tão importante, como é que vê?

477 I: Se prolongasse por mais algum tempo, aos 12 anos eles ainda são muito pequeninos, mas não sei, nessa altura não sei como é que... mas por acaso já tinha pensado nisso.

478 E: Pensou no quê?

479 I: O Manuel tem seis, daqui a seis anos, os anos passam muito rápido e...

480 E: Mas o outro ainda tem quatro anos?

481 I: Pois... são mais dois anos. É muito rápido, muito rápido. Passa tudo muito rápido e já pensei nisso, aos 12 anos eles ainda são muito pequeninos e perco a licença.

482 E: Então para si o que seria a situação ideal?

483 I: Pois se calhar que se prolongasse (...)

484 E: Até?

485 I: Ou algum tipo de incentivo (...)

486 E: Até aos 18?

487 I: Talvez, eu acho que eles continuam sempre a precisar de apoio. É como eu digo, a mulher antes estava em casa e conseguia assegurar as coisas, não é? Estava o tempo todo em casa, filhos, casa. Agora é diferente e nós passamos muito tempo fora, muito, muito, muito tempo e conseguir conciliar tudo é uma grande ginástica.

488 E: E em relação aos homens?

489 I: Eles participam mais, mas elas é que estão mais em casa e sempre tiveram e participam...

490 E: Mas essa questão também se coloca em relação aos homens? A questão do tempo, da conciliação e de estar disponível para os filhos?

491 I: Acho que sim, o Rui também se queixa do mesmo. No fim-de-semana penso: "Vou fazer isto, isto e isto com eles" e o fim-de-semana passa e eu não consegui fazer o que pretendia fazer com eles, porque há sempre coisas para fazer e o Rui a mesma coisa.

492 E: Ela podia pedir redução, a jornada contínua, no seu caso usou.

493 I: Exato, mas ele, esse tipo de horário não lhe interessa.

494 E: Porque era aquele tempo para ir almoçar com os pais, acompanhar...

495 I: Sim, sim... assim consegue conciliar as coisas e não sente necessidade disso.

496 E: E acha que essa redução de horário, essa jornada contínua para os pais que têm filhos até aos 18, o que é que acha do ponto de vista do mercado de trabalho, como é que isso ia ser entendido?

497 I: Pois, não sei se iria ser bem aceite e bem recebida essa mudança, mas eu já disse ao meu chefe: "Eu todos os anos tenho que pedir a renovação da jornada". E houve um ano, não foi este ano, foi o ano passado, em que eu fiz o requerimento, expliquei todas as situações e a colega de Lisboa que está em Lisboa pediu-me inúmeras coisas: a minha morada; se ia de carro ou se ia de transportes públicos; o meu marido, o horário de trabalho do meu marido; o horário dos miúdos; pediram-me assim uma quantidade de coisas, e eu fiquei escandalizada. Pensei "Então mas eu tenho os miúdos com [impercetível], o meu diretor regional diz que não prejudica o serviço, está tudo bem e depois há pessoas aqui com a jornada contínua. Tinha uma colega que tinha quatro filhos, o outro colega já não tem, mas tem outro tipo de problemas e pensei "A minha morada? Se vou de autocarro ou se vou de carro? Tenho que estar a incomodar o meu marido a pedir-lhe o horário dele, mas isto é vergonhoso, acho que isto é..." e disse ao meu chefe "Foi a melhor coisa que me tinha acontecido, se me retiram a jornada contínua o meu desempenho aqui começa a ser diferente, porque é mesmo... foi o melhor que

me podia ter acontecido. Entretanto, foi aprovado. E as moradas... quer dizer então estão a pedir a morada, então se é o funcionário dos serviços têm lá o registo e está-me a pedir a morada, achei... pronto. E foi aceite, foi renovada, mas estas seis horas dou o meu melhor, aliás sempre foi assim, mas é mesmo bom, fico mesmo contente por ter a Jornada Contínua porque me facilita muito a vida. Acho que é muito bom.

498 E: Como é que a sociedade vê e como é que o mercado de trabalho vê estes apoios aos pais? Até que ponto é que isto não é um benefício, por um lado, e prejudicial por outro?

499 I: Pois... se calhar o empregador não vê com bons olhos, se calhar não... mas eu falo no meu caso, eu estou... Eu aproveito ao máximo aquelas seis horas e aproveito em termos de trabalho ao máximo e tento rentabilizar aquele tempo porque me sinto bastante satisfeita com esta medida.

500 E: E acha que isso não a penaliza, vamos imaginar na progressão de carreira, como é que entende, acha que pode ser um fator que a penalize? Como é que entende isso?

501 I: Espero bem que não, se bem que progressões...

502 E: Mas como é que imagina?

503 I: Eu acho que não, porque depende de quem for avaliar a sua situação, mas na minha situação concreta, eu acho que não me penaliza porque a nível de desempenho eu acho que não há motivo para isso. Mas mesmo estando lá sem jornada contínua poderia ter um desempenho inferior ao que tenho, por isso não acho que é por aí. Mas poderá não ser visto com bons olhos.

504 E: No fundo é também uma forma de motivar as pessoas, para terem filhos, é assim (...)

505 I: Eu acho que sim.

506 E: Mas acha que o desempenho não fica penalizado por isso?

507 I: Se bem que... isso tem a ver com a pessoa, mesmo com jornada contínua. Às vezes olhamos à nossa volta e...

508 E: Desde que a pessoa cumpra com os objetivos naquele tempo...

509 I: Claro, exato.

510 E: A questão é essa, e por tanto...

511 I: [impercetível]

512 E: E isso acha que é uma coisa que se poderia fazer precisamente para demonstrar, para que do ponto de vista do mercado de trabalho, do empregador, para que tomasse mais consciência disso, das

vantagens?

513 I: Eu acho que sim, porque se, porque eu quando vi aquelas questões todas e pensei: "Vão implicar comigo e vão-me retirar a jornada contínua" e fiquei bastante incomodada e fui falar com o meu diretor e disse-lhe, disse-lhe mesmo: "Isto foi o melhor que me podia ter acontecido, se me retiram a jornada contínua, não sei como é que faço e fiquei bastante desagradaada porque estou muito contente com esta situação".

514 E: Isso era uma coisa que se poderia fazer, o que é que acha que se poderia fazer para que no fundo houvesse uma maior consciência por parte dos empregadores...

515 I: [impercetível]

516 E: Como é que isso poderia ser feito?

517 I: [impercetível] porque a jornada...

518 E: ...Podia fazer-se até junto, não é... tem alguma ideia sobre isso? Já pensou sobre isso?

519 I: Não, não pensei, mas se as coisas... No meu caso, se conseguir conciliar as coisas, casa, família com o trabalho, se me conseguir orientar, o meu desempenho é bom. Agora se eu não conseguir organizar-me em casa, com a família e depois mais o trabalho, mais aquelas horas que uma pessoa tem que fazer, porque tem aquelas horas... acho que as coisas não funcionam. Acho que se houver estabilidade é muito mais fácil as coisas seguirem o seu rumo e serem bem feitas. Se houver estabilidade, se não houver estabilidade o desempenho poderá vir daí a baixo.

520 E: E acha que há assim mais alguma coisa para o mercado de trabalho que fosse importante? Pode ter haver com a questão do tempo, mas para além da jornada contínua.

521 I: Não sei. Falou-se no tempo parcial, era tempo parcial também com o vencimento em função desse tempo, não sei se poderia ter alguma viabilidade ou não.

522 E: Isso é possível já.

523 I: Isso é possível.

524 E: Que eu tenha conhecimento, na função pública, algumas pessoas fazem essas opções de alguma redução de tempo.

525 I: Exato, exato. Eu apercebi-me que havia alguma coisa mas ainda não...

526 E: Mas para si, isso era uma alternativa?

527 I: Não sei, ainda tinha que ver a questão.

- 528 E: Depende do impacto que tivesse a redução financeira...
- 529 I: Exatamente. Por isso nem se quer me preocupei em ver essa situação. Mas não sei, é uma questão de...
- 530 E: E há outras medidas que acha que no mercado de trabalho que podia, que podia [impercetível]
- 531 I: Eu acho que principalmente às mães, dar-lhes apoio a nível de disponibilidade de tempo, acho que é muito importante.
- 532 E: Isso não penaliza as mulheres em relação aos homens no mercado de trabalho? Da sua experiência?
- 533 I: Da minha experiência, não. Mas poderá ser um fator penalizador, são prioridades, são opções, porque no jantar que tivemos, da minha turma e já não encontrava os colegas há imenso tempo e uma colega minha que, é cá de Évora, disse-me: “Então onde é que tu estás?” E e eu lá lhe disse que estou na minha terra” e “Eu estou em Lisboa, num emprego muito bom e gostas de aí estar?” E eu digo “Gosto”. Em termos profissionais não tem grandes ofertas, nem tem muito por onde evoluir mas depois a nível familiar, que é a parte que me importa mais, tenho tempo para os miúdos, vou levá-los, vou buscá-los, permite-me gerir as coisas de outra forma, pronto, a carreira fica penalizada, pronto. Sei que não é tão fácil como em Lisboa, mas sinto-me satisfeita aqui porque tenho a outra parte que me compensa. Pois, para quem está num mercado de trabalho mais competitivo, poderá ser um fator de penalização para a mulher.
- 534 E: Nós vamos terminar, gostava só de perguntar duas ou três coisas. Uma é ao longo da sua vida, que fizesse um balanço dos acontecimentos terão marcado mais as suas decisões enquanto mãe? Consegue identificar assim alguns acontecimento que a marcaram mais? Era uma das coisas que gostava de perceber. Se identificasse alguma coisa ao longo da sua vida, alguma coisa, direta ou indiretamente, influenciou as suas decisões enquanto, enquanto mulher e enquanto mãe?
- 535 I: Acho que o exemplo da minha mãe, a figura maternal acho que acabou por ter uma grande influência.
- 536 E: Positiva?
- 537 I: Positiva sim, a minha mãe também põe a família à frente de tudo, os filhos e agora os netos. Esse exemplo acho que sim, acho que me acabou por marcar, por me influenciar e à minha forma de estar.
- 538 E: E há assim algum acontecimento ou alguma coisa que tenha acontecido, para além dessa, que hoje olhando para trás, a tenha influenciado como mãe? As decisões que tomou?
- 539 I: Não, não houve assim nenhum acontecimento que tenha, não aconteceu nada de mudança, nem influência, nem acontecimento. Não.

540 E: E agora na sua experiência enquanto mãe? Há assim alguma coisa que a marque mais?

541 I: Aquilo que eles nos dão, sem pedir nada em troca.

542 E: A própria experiência em si?

543 I: Sim, acho que sim. Acho que é tudo, faz toda a diferença e acaba por deixar tudo para trás e aquela é a nossa preocupação, o nosso objetivo, é...

544 E: E olhando para trás, mudava alguma coisa?

545 I: Tento mudar, tento, tento não ser tão rígida, porque às vezes acho que sou rígida de mais e tento contrariar essa tendência.

546 E: E em relação à sua vida mudava alguma coisa?

547 I: Eu na minha vida?

548 E: Se olhasse para trás?

549 I: Não, não mudava nada.

550 E: E como é que se sentiu, agora assim em termos de entrevista, houve assim alguma coisa que tivesse surgido? Em termos de reflexão?

551 I: Sim há coisas que nunca tinha pensado, não... em algumas coisas [impercetível]

552 E: Há assim alguma que tenha assim ficado?

553 I: Ao longo da conversa, houve coisas que falámos e que por acaso nunca tinha pensado, agora não em recorde mas houve duas ou três situações que parei para pensar.

554 E: O descobriu como mãe, através dos miúdos?

555 I: Sim.

556 E: Por exemplo, foi numa coisa que me disse “nunca parei para pensar nisso”

557 I: Pois exato.

558 E: Ou o que lhe está a transmitir a eles, o modelo, não é? Sei que nessas duas coisas me disse que não tinha pensado sobre isso.

559 I: Isso não, não... vamos andando, vamos tentando viver os momentos. Não nunca tinha pensado assim nas coisas dessa forma.

560 E: E ao longo da entrevista como se sentiu.

561 I: Confortável, mais ou menos [risos]

562 E: [risos] Essa mais ou menos, significa o quê?

563 I: É mais ou menos, é isso (...) é não ter percebido algumas coisas, não ter parado para pensar...

564 E: Não ter percebido ou não ter parado para pensar?

565 I: Não ter parado para pensar.

566 E: Confrontar-se com isso?

567 I: Sim, sim.

568 E: Pode ficar para si para trabalho de casa [risos]

569 I: Já lá tenho o trabalho de casa para terminar.

570 E: É dois, é dois pelo menos [risos]

571 I: [risos]

572 E: Eu agradeço-lhe, a sua disponibilidade e amabilidade.

1 Entrevista Heloísa

2 I: Obrigada, antes de mais, pela entrevista. Se quiser dar início, uma vez que já sabe os objetivos, eu agradeço.

3 E: Então eu vou dizendo...

4 I: Sim.

5 E: À medida que...

6 I: Eu depois se nalguma situação eu achar importante aprofundar eu peço para explicitar ou assim.

7 E: Sim. Então começando pela parte da família. Eu venho de uma família nuclear, somos três manas, três irmãs. A minha irmã mais nova nasceu quando eu já tinha 15 anos. E eu refiro isto porque foi uma das minhas (...) foi importante porque, porque com essa idade nós já nos apercebemos qual é o trabalho que os filhos implicam e a disponibilidade que os pais precisam de ter para estar com os filhos. E por isso, sempre me ajudou a estruturar qual seria a altura que eu gostaria de ter filhos. Eu vim para Portugal, eu sou portuguesa, mas aos dez anos fui viver para Macau e vivi lá até aos dezoito anos e depois vim para fazer o curso de medicina. E, portanto os meus pais ficaram em Macau e ainda lá estão. E este aspeto também é importante porque depois é o que faz com que eu adie a minha maternidade, não é? Porquê? Porque venho fazer o curso, venho para Lisboa para uma cidade que eu não conheço, que onde me tenho que integrar, tenho o apoio familiar dos meus tios e de uma avó. E quando termino o curso, tanto eu como o meu marido foi lá que nós nos conhecemos, optámos por não querermos viver num grande centro. Não queríamos viver nem em Lisboa, nem no Porto nem em Coimbra porque ambos (...) eu vinha de Macau que é um território pequeno e sabia o que é que é viver num território pequeno, termos tempo para a família, podermos ir almoçar a casa, poder estar com os filhos e o meu marido que vem do norte de Portugal também vivia numa zona que pode ter esse ambiente muito familiar e um grande acompanhamento por parte dos pais. E, portanto desta nossa decisão, logo no Internato Geral passamos num sítio que nos pudesse proporcionar isso. Decidimos Évora porque tínhamos muito boas referências de formação em Évora. E foi por onde acabamos por ficar e fazermos a especialidade. A nossa, o nosso percurso em medicina que é longo, nós temos 6 anos de curso, tínhamos na altura um ano e meio de Internato Geral, depois candidatamo-nos ao Internato Geral e a minha especialidade na minha altura era três anos e a do meu marido cinco. Ele (...) enquanto a minha especialidade foi passada praticamente toda em Évora, a do pai, como é uma especialidade hospitalar só o primeiro ano é que foi aqui o resto foi todo fora. Portanto eu estava cá sozinha. E percebi que não conseguiria estar a conciliar a especialidade e ser mãe nessa altura. E isto foi fazendo com que a minha maternidade fosse adiada, porque nós temos colegas que tiveram filhos no Internato

Geral, portanto tiveram outra vivência e começaram logo muito mais cedo, mas se calhar porque tiveram também um apoio em termos de família à volta que nós não tínhamos na altura, e portanto isto foi fazendo aqui adiar a minha decisão em iniciar nas lides maternas. Depois terminada a especialidade começamos então nessa altura a pensar nisso e a fazer os nossos projetos de sermos pais. Tivemos um contratempo, porque isto a gente nunca pensa, que é as coisas não acontecerem como nós queremos. E portanto ainda demoramos 4 anos até eu conseguir engravidar.

8 I: E quando é que foi essa altura que decidiram ter filhos?

9 E: Foi quando eu terminei a especialidade.

10 I: Que tinha que idade?

11 E: Na altura, tinha portanto... espere lá, deixe-me fazer contas. Isto foi... tinha trinta e um.

12 I: E depois teve o filho.

13 E: Tive o primeiro filho com trinta e cinco, tive quatro anos sem conseguir engravidar. E no fundo foram estas (...)

14 I: teve que fazer algum tratamento?

15 E: Tive que fazer ainda. O António foi uma gravidez espontânea, mas ainda tivemos dois anos a fazer tratamento de (...) porque tivemos quase um ano e meio sem conseguir engravidar e pensámos em iniciar o acompanhamento médico que acabou por não ter sucesso e no intervalo, quando estávamos quase a ir (...) Porque era as férias e tínhamos que dizer ao professor que íamos fazer a FIV [fecundação in vitro], engravidei e portanto não foi necessário fazer.

16 I: Reiniciar no fundo?

17 E: Sim. Pronto e iríamos começar os tratamentos.

18 I: Ia fazer o segundo tratamento.

19 E: Exatamente uma segunda fase, porque a primeira fase foi tratamentos diferentes. E portanto isto fez com que a minha gravidez atrasasse mais ainda, e daí ter sido mãe aos trinta e cinco.

20 I: E o segundo filho?

21 E: O Segundo filho foi quando, portanto (...) tive o António aos trinta e cinco e tive a Bia aos trinta e oito. E agora estou grávida novamente [risos]

22 I: [risos] Parabéns.

- 23 E: Obrigado!
- 24 I: E é mãe agora aos?
- 25 E: Aos quarenta e um.
- 26 I: Aos quarenta e um!
- 27 E: Exato!
- 28 I: Essas decisões dos três filhos, como é que surgem? Do primeiro já falou dela.
- 29 E: Sempre pensamos nisso. Sempre falámos nisso, três era aquele número que nós achávamos que... mas eu confesso que nesta gravidez tive mais cansaço. Estive mais cansada nesta gravidez.
- 30 I: Foi planeada também?
- 31 E: Foi! Todas planeadas.
- 32 I: Todas com o mesmo intervalo de tempo?
- 33 E: Sim! Mas como nós tínhamos o problema de não conseguir engravidar, nunca sabíamos quando é que íamos conseguir engravidar, não é?!
- 34 I: Claro!
- 35 E: E então, ficámos com a... eu fiquei sempre muito reticente em ir para uma terceira gravidez. O pai é que estava mais entusiasmado. [sorrisos] E dizia: “Não, não, agente vai ao terceiro”. “Vai calma que eu já não sou já sou velhota, e isto já não é assim”, mas pronto, acabámos por decidir que sim. E as coisas acabaram por correr bem e conseguimos, e acabamos com uma idade, para os padrões de hoje aceitável para se ser mãe porque há mães que são mães aos quarenta e um. E a decisão de termos três filhos, já é uma história... de há muito tempo, porque eu enho de uma família com três filhas, e o meu marido vem de uma família com quatro!
- 36 I: E na vossa história e na sua história familiar, não é, e mesmo de infância e depois de jovem disse que teve a última irmã aos...
- 37 E: Aos quinze.
- 38 I: Tinha quinze anos e estava a dizer: “E isso...”
- 39 E: Foi importante...
- 40 I: Na sua história de infância e juventude, o que é que, como é que foi, o que aconteceu, como é que relaciona de alguma forma com estas questões de ser mãe? E o que é a ideia de ser mãe?

- 41 E: Não... é curioso porque eu sempre fui uma jovem que o meu principal objetivo era ser uma mulher autossuficiente, capaz e independente e não era necessariamente, e não era necessário que isso fosse ao lado de alguém. E às vezes eu costumava dizer ao meu pai que não pensava em casar e ter filhos e o meu pai dizia assim: “Oh! Tu vais mudar de opinião”. Mas sempre tive muito carinho pelas minhas irmãs e sempre ajudei os meus pais. Não é que eu tivesse muitas tarefas com elas, mas ajudávamos, quer eu, quer a minha irmã, principalmente com a Joana e se calhar era por isso que o meu pai dizia que nós iríamos mudar, mas não era.... Enquanto por exemplo, eu via a minha mãe dizer que sempre pensou em ter uma família, casar e ter filhos, não era bem esse o meu principal objetivo. Era para fazer o meu curso, ser independente, autossuficiente, não era obrigatoriamente...
- 42 I: Mas isso tem a ver com a sua história familiar de alguma forma e o seu desejo que os pais tinham profissões?
- 43 E: O meu pai é gestor e trabalhava, trabalhou durante muito tempo numa empresa de eletricidade. E a minha mãe não fez nenhum curso superior, porque casou muito nova, casou com dezanove anos e teve-me aos vinte e um. Não era assim, os estudos não se faziam muito e portanto nunca se preocupou muito, mas mais tarde fez com que ela fizesse um curso superior, quando nós já estávamos em Portugal. E eu se calhar, eu também influenciada pelo meu pai. O meu pai sempre nos disse que eram importantes os estudos, era importante nós termos o nosso curso superior porque isso era o que nos dava garantias futuras de sermos alguém, e de alcançar os nossos objetivos e independentemente de quais fossem. Não tinham que ser, não tinham que ser X, Y ou Z. Sermos, respeitarmos a nossa vontade e conseguirmos alguma coisa dentro das nossas expectativas. Foi mais isso. Claro que tivemos sempre... na nossa família, não houve acontecimentos muito traumáticos em termos de família. Não temos assim, que pudessem ditar.
- 44 I: E essas irmãs? Essa aos quinze que estava a referir logo ao início?
- 45 E: Sim!
- 46 I: Foi importante?
- 47 E: Foi porque, eu bem via o trabalho que a minha mãe bem tinha e as noites que a gente passava sem dormir e [risos] portanto a mensagem que eu tirei dali foi que tenho muito respeito pelo trabalho de ser mãe, que é preciso... é muito... precisamos de estar disponíveis, não basta pô-los no mundo, não é. Precisamos de ser... para podermos ser bons pais, temos que ser pessoas tranquilas, ou tentar passar o máximo de tranquilidade para poder transmitir isso e para podermos educar sem pressa. Que é um dos principais problemas da nossa sociedade, não é? Nós não temos tempo e portanto, se a pessoa está com outras tarefas... por exemplo naquele momento pode estar a fazer um curso, estar-se a estudar e

ser-se pai ao mesmo tempo, há coisas necessariamente que nós se calhar não vamos conseguir dar àquela criança, porque temos que fazer aquela tarefa e temos que estar a estudar. E não quer dizer que a gente não consiga compatibilizar, porque conseguimos e há pessoas que conseguem fazer e conseguem organizar. Por vezes os problemas e as barreiras somos nós que as metemos na cabeça. Nós depois até conseguimos cumprir.

48 I: Que problemas e barreiras são esses? Na sua perspetiva?

49 E: O tempo, o não termos tempo para estar com eles. O não termos tempo de brincar com eles. Não termos tempo e apressarmos o crescimento deles, apressarmos as tarefas deles, apressarmos as coisas que às vezes não precisam de ser feitas com pressa, precisam de ser feitas ao ritmo deles. É as horas dos banhos, a comida (...) ainda no outro dia estava a ouvir uma conversa na rádio que achei, e percebi muito bem que era a história das pessoas de hoje em dia que na hora de refeição... Eles não são mais independentes, nem mais autónomos mais cedo porque nós muitas vezes não os capacitamos para isso. Porquê? Porque estamos com pressa. Porque estamos desejosos que eles acabem de comer para nós depois irmos comer. E, portanto, em vez de lhe pormos a colher e deixarmos que eles brinquem com a comida e que eles comam e que eles façam, não! Lemos uma história, damos-lhe a comida e tentamos apressar aquela parte para poder, nós a seguir fazermos a nossa... ir comer a seguir ou porque precisamos de ir arrumar a cozinha ou porque já estamos exaustos e queremos sentar-nos no sofá a conversar ou a ouvir um bocadinho de música.

50 I: No outro dia ouviu essa mensagem?

51 E: Na rádio!

52 I: Na rádio, não é, o que é que acha que podia acontecer no ponto de vista da sociedade que de alguma forma, facilitasse ou alguma mudança? Ou mudanças?

53 E: Isso é uma questão muito complicada, porque isto passa muito pela (...) antigamente a mulher tinha todo o tempo do mundo para estar com os filhos porque estava em casa, não é? A partir do momento em que ela própria achou que tinha direito a fazer outras coisas e a ter os seus próprios objetivos, a saída de casa da mulher fez com que ela ganhasse, ficasse com mais tarefas porque para além daqueles todas que tem que fazer em casa, ainda tem responsabilidades profissionais. Claro que hoje em dia há uma maior partilha com o companheiro dessas tarefas. Mas por vezes nem sempre é possível porque o companheiro não pode estar naquela altura porque também tem uma responsabilidade profissional. E, portanto, hoje em dia com as exigências que existem em termos de sociedade e em termos profissionais, quer para um quer para outro, não digo que seja só para um ou para o outro, para os dois, não sei se é muito fácil nós mudarmos a forma como estamos.

- 54 I: E se pudesse mudar, se tivesse uma varinha mágica?
- 55 E: [risos] O dia ser maior quer as 24 horas.
- 56 I: Isso nunca vai mudar [risos]
- 57 E: [risos]
- 58 I: Na sua fantasia o que é que lhe ocorre?
- 59 E: É assim, eu acho que... na minha fantasia, seria mesmo só fantasia, porque nós temos um mundo muito competitivo e muito exigente em termos profissionais. As pessoas não conseguem (...) estão a dar o seu melhor, as pessoas não conseguem (...) Apesar de tudo, apesar do que eu estou a dizer é verdade que a gente não tem, vamos lá ver, nós não temos o tempo que tínhamos antigamente, não quer dizer necessariamente que isto seja mau, porque nós também vamos compensando o tempo de outra forma e temos e podemos estar nos momentos que podemos estar com as crianças. Se calhar aquilo que nós estamos a fazer é mudar formas de estar, formas de atuar e adaptar-nos àquilo que os tempos nos vão impondo. Como é que nós podíamos ter mais tempo para estar com os miúdos?! Lá está, redução laboral, cá está [risos] redução de horários [risos].
- 60 I: Do ponto de vista da própria educação, das mensagens que se passa, é ... daquilo que é o papel de ser homem ou mulher, e que no fundo é muito cultural, não é? Nessa perspetiva também, pensando no seu próprio modelo familiar, aquilo que são as relações de amizade, de colegas, o que é que lhe ocorre? Não há assim um funcionamento dos padrões?
- 61 E: É assim, apesar de nós já vermos os homens a serem criados de uma diferente, ainda não há muita mudança em termos de (...) é uma coisa que nós vamos ouvindo até em termos profissionais, lá está vem bater ao mesmo. A nossa saída de casa para a nossa independência e ainda bem que assim foi, não podia ser de outra forma, mas ao mesmo tempo trouxe-nos mais trabalho, mas eu acho que apesar de (...) se calhar sou eu que estou a ser pouco exigente, que até aí estamos muito melhores comparando com há 20 anos atrás.
- 62 I: Até aí?
- 63 E: Neste momento estamos melhor de partilha de tarefa por exemplo, da presença do homem em casa, da sua participação na educação dos miúdos em tudo o que está (...) que é necessário para que nós possamos educar as crianças. Eu penso que os pais, os homens têm um papel muito mais ativo e estão muito mais presentes.
- 64 I: E acha suficiente? Ou acha que poderiam? O que é que para si seria a situação desejável e o que

poderia ser feito para ser desejável? E pensando por exemplo na sua experiência como mãe?

65 E: Seria mais presença.

66 I: Mais presença significa o quê?

67 E: Acho que uma crítica... mas não queria colocar isto como sexo masculino e feminino, mas das (...)

68 I: Aqui não há certos nem errados.

69 E: Pois, isto é só uma constatação. Uma das coisas das vivências. É como se nós já soubéssemos o que tínhamos para fazer e os homens não. Nós temos de pedir que façam para participar, a maior parte das vezes. E, portanto, esta não pro atividade faz com que a não iniciativa pode dificultar porque se tivermos alguém que emparelha bem connosco e percebe o que é para fazer não ser necessário nós estarmos a dizer para ir dar banho aos meninos, ou dizer ajuda-me aqui com o jantar. Nesse sentido, agora aquela história que o cérebro da mulher é diferente do cérebro do homem, é verdade. No sentido de organização e, portanto, nos temos que ter muita (...) ou seja não podemos criar este conflito diário temos que ter paciência e perceber. Percebe o que eu estou a dizer? Em termos de apetências.

70 I: E do ponto de vista da educação, há alguma coisa que podia ser feito de maneira diferente, para que daqui a vários séculos, os cérebros fossem mais [impercetível]?

71 E: [impercetível] exato.

72 I: Na sua perspetiva (...)

73 E: Podem se forem educados

74 I: En

75 E: Então o que é que poderia (...) Acha que há alguma coisa a fazer, ou não?

76 I: Há logo desde pequeninos.

77 E: O quê?

78 I: Na participação em todas as tarefas.

79 E: E como é que isso se faz?

80 I: Aí tem que ser a mãe e o pai a fomentar a participação.

81 E: Como é que os pais e as mães podem fazer isso?

82 I: Podem começar por fazer, por exemplo, com que as crianças partilhem todas as tarefas que têm em casa.

- 83 E: E como é que podem estimular os filhos? Como é que isso se faz com que isso comece por fazer desde cedo?
- 84 I: Para já tem que ser uma coisa do casal.
- 85 E: E como é que se pode ir mais atrás para que o casal tome essa decisão? No fundo estava a dizer: “Bom, os homens falta-lhes pro atividade”, colocando a questão como está a colocar, o que pode ser feito para haver mais proatividade, se é isso que é importante, da parte dos homens, da parte das mulher e da parte da sociedade? Como é que isto se pode aqui começar a mudar?
- 86 I: As mulheres pedirem, pedirem quer dizer haver mais... a mulher deixar de assumir que aquele é o papel dela, o importante é pedir mais participação do homem e o homem no fundo se se habituar a fazer aquelas tarefas, percebe aquilo que eu estou a dizer? Se aquilo fizer parte do seu dia-a-dia já não é preciso pedir.
- 87 E: E como é que se chega aí? Antes da relação de casal?
- 88 I: Ai tinha que ser sempre um trabalho de... porque isto nas escolas isto também já é trabalhado.
- 89 E: Ok, então na escola...
- 90 I: Não é?
- 91 E: Pois não sei, qual é a sua opinião sobre isso?
- 92 I: Quer dizer eu desde que sou pequenina eu não acho que na escola me tenha dado a visão que a mulher funciona de uma maneira e o homem funciona de outra, que as tarefas da mulher são estas e as tarefas dos homens são aquelas, embora tenhamos professores na universidade que acham que as mulheres deviam estar em casa a passar meias e não estar no curso de medicina. Mas hoje me dia já não existe.
- 93 E: Quando é que tirou o curso?
- 94 I: Tirei, foi de 98 a 2000, 2004, são seis anos.
- 95 E: Na sua educação como é que foi?
- 96 I: O meu pai...
- 97 E: De escola.
- 98 I: De escola...
- 99 E: E familiar?

- 100 I: Familiar, o meu pai sempre foi uma pessoa muito, o meu pai sempre participou que apoiou e ajudou em casa, e portanto eu não tive nunca essa imagem em casa de que devia ser a mulher a fazer e o homem. Quer dizer que nós sabíamos, claro que a ajuda do meu pai pode não ter passado por passar a ferro por exemplo, porque ele não passava. Mas ajudava por exemplo a fazer compras ao supermercado e isso já era uma grande ajuda, ou por exemplo ir passear connosco, ir brincar connosco na rua enquanto a minha mãe estava a fazer qualquer coisa em casa. Portanto, isto tudo se foi conjugando.
- 101 E: E em termos da sua educação na escola e na universidade, por aí fora?
- 102 I: Na educação, na escola eu nunca tive...
- 103 E: No jardim-de-infância se teve?
- 104 I: Tive, tive, no jardim-de-infância. Eu nunca senti que as mensagens fossem «as mulheres tem que fazer isto e os homens tem que fazer aquilo».
- 105 E: Alguma vez, uma coisa é sentir, outra coisa é ouvir?
- 106 I: Não.
- 107 E: O que é que ouvia?
- 108 I: Que éramos todos iguais.
- 109 E: E como é que isso na prática se passava essa mensagem?
- 110 I: Lá está, na escola era uma coisa que, quer dizer nós não sentíamos assim muita diferença (...) se calhar a única disciplina em que nós notávamos mais diferença era em educação física. Porque os rapazes não queriam jogar futebol connosco, porque diziam que as meninas não sabiam jogar futebol. Porque de resto em todas as outras disciplinas e quando tínhamos trabalhos de grupo, não tínhamos diferenças. Participávamos todos e não havia cá “eu é que sou”.
- 111 E: A questão dos papéis de homens ou das mulheres era alguma coisa que fazia parte? Da educação, dos valores?
- 112 I: No sentido de?
- 113 E: De que é masculino ou feminino, ou não colocando em termos de género, do que é a importância da colaboração?
- 114 I: Não.
- 115 E: Não?

- 116 I: Não no sentido de não haver diferença.
- 117 E: [impercetível]
- 118 I: [impercetível] Onde eu senti mais... escandalizou mesmo, mas a pessoa tem que pensar, os tempos em que era. Foi ver um caderno da minha mãe sobre educação doméstica e aquilo era no fundo como é que a senhora tinha que arrumar a casa, como é que tinha que andar vestida, qual era a roupa que devia usar enquanto estava a fazer as lides domésticas, que tinha que ter as crianças limpas e arranjadas quando o pai chegasse a casa, já com o jantar tomado porque o pai precisava de descansar. Eu cheguei a ler isto e foi uma cópia que a minha mãe tinha no quarto.
- 119 E: E qual era o nível de instrução do seu pai e da sua mãe? Eram de um meio social?
- 120 I: Eles fizeram, eles (...) a minha mãe fez até ao 7º ano e o meu pai (...).
- 121 E: 7º ano?
- 122 I: 7º ano antigo, e isto ainda foi na escola de torres novas, portanto era... deixe-me lá ver, ela fez... Mas isto era numa cadeira comum em todo o país. Tem a ver ainda com o tempo do Estado Novo, portanto que era dada... onde elas aprendiam a cozinhar, eles aprendiam a mudar lâmpadas, não sei. Por exemplo uma coisa, no Liceu eu sempre tive madeiras, eletrotecnia e trabalhos manuais, todos nós.
- 123 E: No liceu em Macau?
- 124 I: Em Macau. Todos nós fizemos tudo. Os rapazes bordavam, faziam o mesmo. E todos nós tínhamos as mesmas tarefas, todos nós aprendíamos os circuitos elétricos, a meter os circuitos elétricos a trabalhar, trabalhávamos as madeiras tal e qual como os rapazes, e como tinha que ser.
- 125 E: E a partilha para si, na vida conjugal é uma coisa importante, das decisões relativamente à parentalidade ao iniciar a parentalidade e depois as questões dos outros filhos? Apesar da educação não promover a desigualdade (...)
- 126 I: Sim [impercetível]
- 127 E: Ainda assim é uma coisa que identifica, como uma questão para si, do ponto de vista da sua experiência, do ponto de vista geral importante?
- 128 I: Eu não senti isto na minha família, mas eu sei que há famílias que ainda mantem essa diferença.
- 129 E: E na atual?
- 130 I: Na atual, em termos de haver diferença de...
- 131 E: De autoajuda, como é que se sente a partilha, colaboração e de que forma é que isso se relacionam

com o seu desempenho como mãe?

132 I: Eu aqui estou numa situação mais complicada porque o meu marido em termos de disponibilidade de tempo, tem pouca. E por exemplo, a pessoa tem que se adaptar.

133 E: Ele é médico?

134 I: Ele é médico. Com a agravante de, quando o António nasceu abriu a sala, depois não é publicado esta parte?!

135 E: Nada é publicado [risos].

136 I: [risos] Quando o António nasceu, abriu a sala de aerodinâmica e portanto começaram-se a tratar enfartes em Évora e ele dedicou-se de corpo e alma aquele projeto, porque realmente se ele não se dedicasse a perspetiva era ele ir para lisboa e nós já nos tínhamos organizado aqui. E quando a Beatriz nasce, passado três anos, nessa altura estava a sala a funcionar três dias por semana. Claro que nesses três dias por semana havia enfartes eles tratavam logo imediatamente, e escusavam de ir para Lisboa. Nos outros dias da semana não. Isto consumia muito em termos de trabalho, nós conseguimos perceber isso. Quando a Beatriz nasceu, abriu a prevenção primária, tinha que estar 24 horas por dia, sete dias por semana, para qualquer enfarte que poderia haver. Dois anos seguidos. Em que ele podia ser chamado durante a noite.

137 E: Tinha o António quatro anos.

138 I: Não tinha o António três aninhos. Portanto se ele fosse chamado ao hospital, podia ser de noite, podia ser de dia, podia ser ao chegar a casa. Portanto logo aí, a pessoa tem que perceber. Eu não vou estar a exigir que o rapaz chegue a casa e agora pega na Beatriz e vai dar o Biberon à criança. Tanto aí, eu tive que assumir aí um bocadinho esse papel, porque lá está, eu se calhar aqui eu estou numa situação diferente, não (...) porque ele não tem um trabalho das 9 às 5, porque a partir daquela hora temos que saber partilhar e porque, percebe. E porque se calhar a partir daí, eu fui assumindo papeis que se calhar noutra situação tinha que ser partilhados, porque é isso que faz sentido. No sentido de partilha de tarefas. Porque na educação não. Aí fazemos (...)

139 E: O que é a educação e o que é a partilha de tarefas?

140 I: A educação no sentido de (...) na decisão por exemplo, procuramos os dois decidirmos em termos de escola, em que idade deve de entrar. Estou a falar na parte da educação escolar. Para onde, como é que temos que escolher, que fatores são importantes, nas atividades extra. E depois na própria educação. Quer dizer quando ele não está em casa e eu preciso de reprender o António não vou ficar à espera do pai para poder reprender. Mas no sentido quando estamos os dois em casa, procuramos os

dois educar e dar a nossa opinião e haver um interesse nas atividades dele e nos gostos.

141 E: O que é que fazem juntos?

142 I: O que é que fazemos juntos?!

143 E: Ou o que é que cada um faz?

144 I: Em termos...

145 E: De casal e com os miúdos?

146 I: Em termos de casal, como casal ou em termos de casal com os meninos?

147 E: Casal, com os meninos, cada um com um menino [risos]

148 I: [risos] Então, eu diria que... o que é que fazemos juntos?! A parte das refeições claro, quando o meu marido está em casa claro. A parte das refeições é uma altura importante.

149 E: Então porquê?

150 I: Porque há partilha de momentos. O que é que cada um fez no dia, como correu o dia, o que é que foi importante.

151 E: Que idade tem cada um agora?

152 I: Neste momento, a Bia está com três aninhos e o António está com, vai fazer seis agora em Maio.

153 E: E o pai tem?

154 I: O pai tem 39. Claro que a partilha deles ainda é... mas sempre a perguntar como é que correu a escola, se correu bem, se gostaram, o que é que aprenderam.

155 E: E como é que é a dinâmica familiar à hora da refeição?

156 I: [risos] muito agitada.

157 E: [risos] porque ao ouvi-la a dizer que falavam, eu estava a imaginar, bom eles são pequeninos.

158 I: São, são.

159 E: Portanto há outras coisas que surgem.

160 I: Sim, sim.

161 E: Como é que é essa dinâmica. Como é que se ajudam, como é que... [impercetível].

162 I: Nós às vezes estamos a falar entre nós e não tem nada a ver com os pequeninos, nós a partilhar como

é que foi o nosso dia-a-dia.

163 E: Como é que é aí a gestão convosco?

164 I: Aí acaba por ser quando eles exigem a nossa atenção quando nós estamos a falar de coisas mais de adultos. Nós “Deixa-me só acabar isto que nós estamos a falar, a mãe está a falar isto agora com o pai deixa-me lá dar atenção”. Claro que as crianças às vezes...

165 E: É a mãe que diz?

166 I: É a mãe que diz, geralmente é a mãe.

167 E: E o pai? Qual é o papel?

168 I: O pai, mais... eu por acaso sou mais sensível a isso. Eles sabem... também é educativo saberem esperar um bocadinho e não interromper. Eu sou mais sensível a isso e chamo a atenção.

169 E: O que é sensível? Para si, sensível de que maneira?

170 I: Sensível, para ele pode passar despercebido interromper e falar, e a mim não, não me passa despercebido.

171 E: Está mais atenta, é isso que quer dizer? Ou está mais preocupada com a regra?

172 I: Se calhar isso, é mais a regras, é mais isso, é mais isso.

173 E: Com o que é que cada um se preocupa mais?

174 I: O pai com a brincadeira [risos]. O pai é nitidamente o elemento que brinca mais com eles. Eu é mais para o miminho, para o carinho, para ler uma história, fazer um desenho, levá-los à rua a brincar, porque lá está, sou eu que estou mais tempo com eles e vou fazendo (...) levá-los ao carrossel.

175 E: Em que é que cooperam?

176 I: Cooperamos quando ele está em casa, lá está, tenho que ser eu, não é uma pro atividade, tenho que ser eu a pedir que ele faça. Mas enquanto eu faço o jantar, ele vai dando os banhos. Ou às vezes eu consigo que ele vá para a cozinha, mas nós temos um problema que é o (...) claro que nós temos que nos abstrair disso, mas quando ele vai para a cozinha deixa-me a cozinha em pantanas, depois começo logo a ficar stressada [risos] mas temos que deixá-lo ir mais vezes para a cozinha porque se não eles nunca mais aprendem e fazem [risos]. E portanto lá está, faz parte cooperamos mais em quê? Quando ele está disponível, vamos para a rua, passeamos, andar de bicicleta, o jogar a bola. Ele joga a bola com o António e a Beatriz.

177 E: Ele joga a bola com o António?

- 178 E: Sim, e com a Bia também. A Bia gosta de jogar, quer dizer, a Bia é mais interessada no futebol que o António.
- 179 I: Que brincadeira é que tem co os dois?
- 180 E: Com os dois ou com cada?
- 181 I: Com os dois, se o António está a brincar com o pai a Beatriz vai logo ter com eles e portanto ficam os três a brincar, aquilo não há... que brincadeiras tem mais. O pai é mais em casa, eu levo-os mais para a rua, então quando está bom tempo. Mas é mais a galhofa, é as cocegas, e as brincadeiras, é mais desse género, mas é mais a galhofa. É às escondidas, também gostam, de jogar às escondidas. E por exemplo quando ele vai para a cozinha, eles gostam muito de ir ver o pai a cozinhar. Ajudam a fazer a pizza, ele faz tudo desde o início, faz a massa, aquelas coisas todas. E gostam muito de o ver a ir cozinhar.
- 182 E: E que outras coisas é que o pai cozinha?
- 183 I: Ainda poucas coisas [risos] sabe fazer muito bem esparguete, portanto eles adoram a esparguete do pai [risos]. Sabe fazer a *pizza* que eles gostam muito de ajudar a preparar e isto são tudo receitas italianas que ele vai ver na internet e depois no outro dia fazia um pequeno Rabo que o António também esteve a ajudar e o risoto, o Risoto não lhe prestam atenção, isso não.
- 184 E: E nessas alturas a mãe vai fazer o quê?
- 185 I: A mãe se puder descansa um bocadinho no sofá enquanto eles depois estão ali um bocadinho na galhofa. Porque depois o problema é sempre que temos muitas tarefas para fazer. E aproveitamos o facto de o pai estar com os meninos para depois poder fazer outras tarefas que às vezes é difícil fazermos quando eles andam assim a voar à nossa volta.
- 186 E: Como é que negociam entre vós? Como casal? Como é que negociam as coisas? No dia-a-dia?
- 187 I: Acabamos se calhar por conjugar, negociar, negociamos...
- 188 E: Como é que fazem essas negociações? Um faz uma coisa o outro faz outras? No fundo conciliarem a vida pessoal e profissional, dentro da própria família, das várias áreas, seja brincar, seja fazer aquilo, seja fazer isto? Como é que essas coisas (...)?
- 189 I: Surgem espontaneamente, quer dizer a não ser que haja uma tarefa específica, uma tarefa específica, por exemplo como ir ao supermercado. Ir com os miúdos ao supermercado é complicado, nessa altura tentamos conjugar para ter, mesmo quando ele estiver de prevenção eu tenho que perceber qual é que será a melhor altura para ir. Não é, ou porque as coisas vão surgindo no dia-a-dia. Não é preciso estar

a pedir, está a perceber?

190 E: Vão surgindo em função do quê?

191 I: Do momento.

192 E: Há algum elemento organizador para alguma coisa?

193 I: Acaba sendo, à medida que as coisas vão surgindo, vamos falando, não é assim uma coisa...

194 E: A decisão da própria profissão, de um ter feito um curso e outro o outro, terem três filhos, como é que essas decisões são tomadas, como é que essas negociações são feitas?

195 I: Sim... vamos falando em termos o que é a nossa perspetiva, em termos do que é que nós gostávamos...

196 E: E o que é que cada um tem gostado e que efetivamente faz?

197 I: Eu acho que até agora nenhum de nós abdicou, isto é, quer dizer eu não abdiquei nada (...) eu não abdiquei de nada para o que o meu marido tivesse o percurso que teve. Se calhar no fundo (...) e tenho conseguido em termos profissionais, tenho conseguido evoluir de forma como eu gostaria de evoluir. Não é pelo facto de eu ter que estar mais presente como mãe, porque o pai tem que estar mais vezes fora e claro que, se calhar na altura quando eles são mais pequeninos, houve congressos a que eu não consigo ir logo, mas no ano a seguir vou, não é por aí. Claro que aí se calhar às vezes, como reuniões que eu preciso de ir e o pai não pode estar com eles e não conseguimos conciliar, peço auxílio aos meus sogros.

198 E: É a vossa rede de apoio?

199 I: Sim e tenho uma pessoa que está em nossa casa desde que o António nasceu que me ajuda imenso, acaba por ser até em termos de horário até me articulo mais do que até com o meu marido. Porque lá está, eu com ele, se está de prevenção durante os dias da semana, se ele é chamado para um enfarte, ele não pode deixar as crianças sozinhas.

200 E: Que horário tem essa pessoa?

201 I: Essa pessoa tem um horário por exemplo, tem que fazer 8 horas por dia, às vezes tem que fazer horas extraordinárias mas depois ajustamos. Nos dias em que eu saio, entro as 9 e saio às 8 da noite, ela entre ao meio dia e sai às 8 da noite. Sou eu que vou levar os pequeninos à escola e é ela que os vai buscar à escola, lhes dá o banhinho e lhes dá o jantar.

202 E: Portanto a sua rede de apoio, acaba por ser?

- 203 I: Cá, acaba por ser esta senhora.
- 204 E: E em geral, se precisar de algum apoio com quem é que conta?
- 205 I: Contar, é com a minha sogra, com os meus sogros, por exemplo agora quando o bebé nascer.
- 206 E: Como?
- 207 I: Como por exemplo...
- 208 E: Como é que conta com eles?
- 209 I: Tem que a minha sogra vir para cá para me ajudar, porque a minha... é obstetra é de Lisboa e eu tenho tido os meus filhos em Lisboa, normalmente eu vou para lá mais cedo, duas semanas antes de ter o bebé, para não haver stresses. Por exemplo eu da outra vez levei o António comigo para Lisboa, eu tinha lá a minha mãe que veio de Macau e me deu apoio nessa altura. Mas desta vez não posso porque o António vai entrar na escola e não pode estar a faltar às aulas, não é? Portanto aí a minha sogra vai ter que vir para eu poder ter esta ajuda.
- 210 E: Como é esta rede de apoio está relacionada ou não com o que vai acontecendo na sua vida? [impercetível] direto? Profissional?
- 211 I: É assim, a pessoa que está mais perto de mim e com quem conto mais é a dona Inês. É a pessoa que está comigo, porque depois os meus sogros só a bem pouco tempo é que tem mais liberdade porque só há bem pouco tempo é que estão reformados. Por isso antes disso era muito difícil dar apoio. Os meus pais continuam em Macau, portanto.
- 212 E: Mas essa rede, há alguma relação entre essa rede que tem e a forma como toma as decisões à sua vida?
- 213 I: Em relação a esta parte em decidir ter os filhos, sim. Para a parte principal.
- 214 E: De que forma?
- 215 I: A forma foi, o estar mais, no fundo só decidi ter filhos quando tivesse já a faculdade terminada e quando tivesse uma situação mais estável de maneira a poder ter filhos. E com alguma...
- 216 E: E para contratar alguém?
- 217 I: E com alguma capacidade económica para o poder fazer.
- 218 E: Tem os dois neste momento um vínculo estável?
- 219 I: Sim.

- 220 E: A rede familiar ou de amigos, ou seja, quem for, se fosse diferente poderia mudar alguma coisa?
- 221 I: Se calhar sim, se calhar teria filhos mais cedo, sim. Se tivesse apoio familiar. Por exemplo quando nós andamos a estudar para o exame que nós andamos completamente assoberbados de trabalho, se tivesse a minha mãe ou a minha sogra ao pé, era muito mais fácil gerir aquelas horas de estudo e depois o resto poder estar com o meu filho, isso sem dúvida. E na altura em que nós estávamos a fazer a especialidade não tínhamos capacidade económica para ter uma pessoa a tempo inteiro como tenho agora, não é?
- 222 E: Mas isso do ponto de vista de apoio, e do ponto de vista daquilo que sente como mãe, expetativas e depois como foi a realidade, e como é que se sentiu?
- 223 I: Acho que aqui a única coisa, a única partida que o destino pregou, foi o facto de não termos conseguido logo [risos]. Fez com que se atrasasse, isto porque se calhar isso, se eu soubesse o que sei hoje se calhar não tendo a rede de apoio teria pensado de outra forma. Porque lá está, é aquela coisa, nós próprios criamos as nossas próprias coisas, nós próprios criamos barreiras que elas próprias podem nem se quer existir no dia-a-dia.
- 224 E: Que barreiras são as suas?
- 225 I: Que barreiras são as minhas, eu na altura pensava assim, eu quero ter estabilidade económica e não quero estar preocupada, não ter tempo para os meus filhos, ter que cumprir os meus objetivos, ter que cumprir, fazer exames e estar ali de volta dos exames e não dar. Essas foram as principais barreiras.
- 226 E: Portanto para si não tinha conseguido conciliar, é isso?
- 227 I: Na minha cabeça acho que não mas quer dizer se calhar até tinha.
- 228 E: Porque é que acha, porque é que agora acha que se calhar até tinha?
- 229 I: Porque à medida que a pessoa vai crescendo, vai vendo e contactando com outras pessoas. Há pessoas em condições mais adversas que as nossas que conseguem fazer tudo.
- 230 E: E porque é que para si, achava que não conseguia?
- 231 I: Achava que iria ser um *stress*.
- 232 E: E porque é que achava que iria ser um *stress*?
- 233 I: Tem a ver com a minha forma de ser.
- 234 E: Em que é que a sua forma de ser levava-a a achar que iria ser um *stress*?
- 235 I: [Risos]

- 236 E: Quais é que eram os seus [impercetível]?
- 237 I: Se calhar tinha a ver com insegurança da minha parte, de eu achar que não era capaz.
- 238 E: De onde é que veio essa insegurança? Porque é que achava que não era capaz?
- 239 I: Não é nenhuma, não é (...) Se calhar tem a ver, eu agora sou mais segura, mas de ser um bocadinho insegura quanto à minha capacidade e depois até venho a perceber que tinha capacidade para fazer mais.
- 240 E: Mas insegura com a questão de conciliar a sua vida profissional?
- 241 I: Não.
- 242 E: Então o que é que essa insegurança está em relação à maternidade?
- 243 I: Não, se calhar estou a explicar mal. É mais eu ter medo de não corresponder às expetativas quer aos [impercetível].
- 244 E: Que expetativas?
- 245 I: É fazer um bom percurso e fazer a minha especialidade, acabar. Eu tenho que fazer a minha especialidade, acabar a minha especialidade e... vamos lá a ver, eu tenho o meu percurso da faculdade, nós em medicina, nós temos muitas avaliações que são orais e eu detesto orais, isso é uma das principais inseguranças. É uma ansiedade tal que eu às vezes bloqueio de uma maneira que pode fazer com que a pessoa não responda e não corresponda às expetativas. E na nossa especialidade também é tudo orais, portanto, todos os exames que nós fazemos é oral. E eu se calhar por isso é que achei que andaria tão embrenhada, porque depois o ser mãe não é uma coisa que me cause medo. Eu não tenho medo nenhum de ser mãe, por exemplo o ter o 3º filho é um trabalho acrescido, ter dois filhos não é um trabalho duplo, é muito mais do que isso. Três filhos então é, mas não é uma coisa que me assuste em termos de trabalho.
- 246 E: [impercetível]
- 247 I: Nessa altura se calhar seria o por exemplo o atrasar, o não conseguir fazer a especialidade no tempo que eu achava que devia fazer, o atrasar da saída da especialidade, se calhar tem haver mais com isso. O estar sozinha em Évora. Não ter o meu marido como apoio e não conseguir gerir isso.
- 248 E: Falou em não corresponder às suas expetativas e às dos outros?
- 249 I: Sim, porque isso é uma das coisas, porque uma das coisas que faz com que aumente a minha ansiedade e diminua a minha performance é que não vou responder da forma... ou que não vou ter

a nota que estão a espera de mim.

250 E: Então quem é que são os outros?

251 I: Os outros era por exemplo a minha orientadora, os meus colegas que estavam a fazer a minha especialidade comigo, seria a minha família, coisas que depois não se passam na prática, mas a pessoa gosta de complicar.

252 E: E o que é que na sua educação contribuiu para isso? Ou não?

253 I: O que é que terá contribuído para isso? Não sei. Porque não, não sei, eu tive um percurso muito linear no liceu, nunca fui uma pessoa assim (...) não sei.

254 E: Há pouco falou nas expetativas do seu pai, tinham que ser pessoas que tinham que ter uma profissão que possibilitasse fazer o que queriam e que isso era muito importante. Então?

255 I: Se calhar...

256 E: Está ou não relacionado com o que me estava a dizer com as suas expetativas?

257 I: Não tanto com o nosso objetivo para com a vida, mas se calhar a importância de conseguirmos atingir, de termos o resultado que nos ajude a atingir o nosso fim... Não quer dizer que o meu pai me exigisse ou os meus pais exigissem sempre ser a melhor da turma, mas se calhar o não trabalhar aquela parte do: “não te preocupes porque tu tens capacidades e se for preciso no próximo vais ser melhor”. Se calhar ...

258 E: Então qual era a mensagem?

259 I: Que deveria ter sido dada?

260 E: hum, hum.

261 I: Eu que deveria ter sido dada ou (...)?

262 E: A si, na sua educação se tivesse sido essa mensagem, poderia ter facilitado alguns destes papéis, ou dos vários papéis?

263 I: Se calhar tornar-me-ia numa pessoa mais segura de si própria.

264 E: Se a mensagem fosse? Estava a dizer?

265 I: Se fosse no sentido de capacitação da pessoa. A mensagem era um bocadinho no sentido de: “Se não conseguiste atingir tens que ver onde é que falhaste”. Percebe o que é que eu lhe estou a dizer?

266 E: Sim.

- 267 I: Se calhar se fosse: “Não te preocupes, tens que ver onde é que erraste, o que é que aconteceu, mas na próxima vais conseguir”. Se calhar faltava esta segunda parte do discurso. Se calhar pode ter sido isso que tenha... nunca foi uma coisa que eu tivesse pensado muito, mas se calhar pode ter sido por aí, que fez com que tivesse esta... E também a minha forma de ser porque eu também, as minhas irmãs não têm nada a ver comigo e tivemos exatamente a mesma educação.
- 268 E: O que é que para si, a levou a ser mais assim? Na sua perspetiva? Diferente das suas irmãs?
- 269 I: Eu acho que isso tem a ver com a sua forma de ser, com a minha personalidade. E isso não é uma coisa que (...)
- 270 E: Qual é a sua personalidade? Que personalidade é essa?
- 271 I: Sou uma pessoa muito responsável, com uma grande capacidade de trabalho e que sou uma pessoa bem-disposta, divertida, não fico muito presa. Claro que quando tenho algumas alturas mais aborrecidas também tenho os meus momentos, não me prendo, não vivo a tristeza, passou, passou. Gosto de conviver com as pessoas, gosto de estar com os amigos, sou muito faladora [risos] deixe ver mais... Se calhar às vezes sou menos, eu sou segura, é engraçado em termos profissionais, uma pessoa está sempre... não sei se tem a ver com a responsabilidade do ser médico do não querer falhar, do não querer falhar o diagnóstico.
- 272 E: E com expetativas?
- 273 I: E estar presente, as expetativas e se... não é insegura, porque eu também não sou insegura como médica, mas ao mesmo tempo, se calhar se me dissessem, eu acho que sou uma pessoa segura, mas ao mesmo tempo aqui na parte profissional, tive esta parte mais (...) o facto de ser mais velha e ter mais experiencia me dá mais segurança, não é?
- 274 E: E o que é que, porque é que não poderia arriscar ser mãe mais nova?
- 275 I: Teria que ter tido (...) Claro que sim!
- 276 E: Qual [impercetível] como pai e como mãe? Que expetativas é que tinha no desempenho como mãe? Tinha expetativas do ponto de vista profissional, não é?
- 277 I: Sim.
- 278 E: E como mãe que expetativas é que tinha?
- 279 I: Também tem a ver com aquilo que eu já disse, na altura... Vamos lá ver, o adiar tem a ver com não ter, o não querer não ter tempo para, queria ser uma pessoa presente e tive receio que na altura não pudesse estar presente.

- 280 E: O que é que na sua história de vida tem a ver com essa preocupação? De ter que ser agora uma mãe presente?
- 281 I: Teve a ver com aquela história que eu estava a dizer em relação à Joana, de eu ter percebido o trabalho e o envolvimento que é necessário para estar presente como mãe, porque temos que ter disponibilidade para a doença, para tudo, não é?
- 282 E: Mas a sua irmã tinha alguma doença?
- 283 I: Não, não, não tinha. Por exemplo a Joanhinha no primeiro ano de vida, chorava imenso durante a noite. E eu lembro-me dos meus pais... e isso foi uma das coisas que me marcou. Eu pensei “quando eu tiver uma criança, eu tenho que estar disponível para ela”.
- 284 E: E ela não pode (...) e do ponto de vista no seu percurso profissional, tem que estar disponível e [impercetível] também? Se isso interferir com o meu percurso profissional isso vai interferir comigo? É?
- 285 I: Não, não! Não tinha tanto a ver com o nível profissional, tinha mais haver comigo em termos de eu, por causa da profissão, da parte profissional não ter paciência para a criança.
- 286 E: E como estava a dizer: “se fosse hoje fazia diferente”, então?
- 287 I: Tinha feito diferente porque eu acho que era capaz, porque hoje em dia por aquilo, pelo, porque já fui mãe, já sei o que é que implica ser e por isso sei que tinha capacidade para o fazer.
- 288 E: Então o que é que a podia ter levado, ter feito de forma diferente, já há pouco falou numa das questões provavelmente sobre a forma como foi educada.
- 289 I: Saber o que sei hoje, não? É assim.
- 290 E: E o que é que está a fazer hoje de diferente pelos seus filhos? Filho e filha?
- 291 I: Fazer diferente em relação ao quê?
- 292 E: Ao que foi a sua educação?
- 293 I: Nesta fase, se calhar ainda não muito diferente. Não é!
- 294 E: Eles tem que idade.
- 295 I: Ele vai fazer seis e ela vai fazer três.
- 296 E: Então o que é que é parecido, e o que é que acha que podia ser diferente? Ou que vá fazer diferente?
- 297 I: O que é que é parecido. Parecido quer dizer na minha família é amorosa, amiga, há estabilidade em

que não há discussões, quer dizer temos as nossas divergências, mas nada de grave. O diferente se calhar vai ser, não sei se a gente pode dizer... é que cada filho é um filho e se calhar as coisas que eu vou ter com o António e com a Beatriz não vão ser as mesmas coisas que os meus pais tiveram connosco... Mesmo em termos de vivência de escola.

298 E: E então no que é que está a fazer diferente ou igual? Ou no que é que os modelos...

299 I: Igual, igual o estar, o haver, o estar com eles, o brincar com eles, o saber o que é que eles fizeram, estar interessada nas tarefas deles.

300 E: Isso era diferente do que era na sua infância?

301 I: Não, isso é o igual.

302 E: Ok.

303 I: Eu nesta fase ainda não (...)

304 E: E do ponto de vista daquilo que há pouco dizia, da educação para a igualdade, bom eles são educados assim, e depois são menos proactivos.

305 I: Sim, Sim.

306 E: Está a fazer diferente ou igual?

307 I: Eu na minha casa, lá está, havia partilha de tarefas. Eu sei que, por exemplo na casa do meu marido as coisas não eram assim. Embora a minha sogra quisesse que houvesse igualdade, o meu sogro não.

308 E: Ele fazia o que?

309 I: Por exemplo, a minha sogra metia-os a aspirar, era um [imperceptível]

310 E: Fazia o que a sua sogra, de profissão?

311 I: Professora.

312 E: E o seu sogro?

313 I: O meu sogro Veterinário, mas dos tempos de lá atrás, assim, então os meninos não podiam aspirar.

314 E: E hoje com os seus filhos?

315 I: Com os meus filhos não, até porque o pai não absorveu nada disso, não é nada apologista dessas assimetrias e portanto ele não faz porque não gosta [risos] mas, é muito difícil a gente não conseguir, mas pronto, conseguimos resolver o assunto. Mas em relação a eles não, em relação a eles não e mesmo que houvesse, há partilha e era igual para os dois, as tarefas.

316 E: [impercetível]

317 I: É claro que eles ainda são muito pequeninos, não é. Mas eles nesta fase ainda não há grande stress. Nesta fase ainda gostam de ajudar [risos]

318 E: Ajudam em quê?

319 I: Ajudam a arrumar as compras, gostam de ir ver cozinhar, tem que arrumar, aí não é ajudar aí é mesmo arrumar e aí tem que arrumar o quarto deles, ajudam-me a ir buscar coisas por exemplo a arrumar as coisas, “agora vais ajudar a mãe a arrumar as coisas” e é mais estas tarefas que eles fazem...

320 E: E do ponto de vista de modelos de pai e mãe?

321 I: Sim.

322 E: O que é que eles estão a aprender?

323 I: Estão a aprender que o pai trabalha muito tempo no hospital [risos] a mãe também trabalha muito, mas se calhar é aquela que faz mais coisas com eles. Porque lá está porque tenho mais tempo com eles. Porque é mesmo.

324 E: E em termos de educação, o que acha que lhe está a passar?

325 I: De educação que imagem é que nós estamos a passar?

326 E: Sim, que modelos.

327 I: Eu acho que uma coisa, importante é a parte de haver harmonia porque lá está também é importante para a tranquilidade deles, é haver harmonia entre o casal. E que os pais são amigos, que se interessam por eles, embora possa não haver esta partilha igual de tarefas, isso não é motivo de discórdia ou de mau estar entre o casal.

328 E: E que modelo é que estão a passar a eles na sua perspetiva?

329 I: O facto de não haver uma partilha igual não significa que isso tenha que ser assim. Portanto não acho que seja isso que estejamos a passar. Eu acho que o que estamos a passar é que somos, se calhar cada um tem o seu papel na educação dos miúdos.

330 E: E qual é o papel de cada um?

331 I: Eu se calhar mais de cuidar e o pai mais para o brincar. Para o brincar mais na galhofa, porque eu também vou brincar para o parque, porque os levo à andar de bicicleta, porque vou à piscina com eles, proto. Mas que ambos somos educadores, que ambos estamos presentes na vida deles, que ambos

procuramos estar presentes, partilhamos e preocupamo-nos com aquilo que é o melhor para eles. Apesar de o pai estar mais tempo fora de casa não significa que esteja ausente da vida deles e portanto... acho que é.

332 E: O que é que tem sido mais difícil no seu percurso como mãe?

333 I: Se calhar, na altura em que Beatriz nasceu e ele esteve mais tempo fora.

334 E: O pai?

335 I: O pai, porque, porque não era só o tempo que era estipulado para o Hospital e que quando estava em casa, chegava cansado e pronto tinha que estar a descansar. Mas também como estava preso em Évora houve coisas que ele não pode... quer dizer em tempo de férias ele só pode, ele só fazia as férias do Verão, entre aspas, porque depois sentia-se mal por estar a fazer as outras férias, podendo haver um enfarte e as pessoas não poderem ser tratadas e terem que ir para Lisboa. E portanto se calhar essa foi a parte que me custou mais. Porque apesar de tudo, apesar de nesta conversa há uma grande assimetria, quer dizer nós articulamo-nos bem, funcionamos sem haver ... conseguimos arranjar a nossa harmonia no fundo, respeitando se calhar também, aqui ajuda eu ter uma grande capacidade de adaptação à forma de ser dele.

336 E: A forma de ser do pai?

337 I: Do pai, exatamente, e isso faz com que se calhar as coisas funcionem de uma forma harmoniosa, mas lá está eu acho que apesar de ele não estar, procuramos sempre que ele esteja presente, que vá participante, que se vá falando nas coisas.

338 E: Regressando assim ao que foi o nascimento do António, do primeiro filho, o que é que para si, o que é que guarda mais na memória?

339 I: Bem... isso foi uma altura muito especial para nós, porque nós viemos de um percurso muito difícil de não conseguirmos engravidar, durante quatro anos, e depois aquela vivência de todos os casais que passam por tratamentos de infertilidade. Todos têm percursos muito difíceis, qualquer que seja o sucesso da técnica, ou não, causa muita ansiedade. Aquilo da expectativa se será desta vez, ou não, que vamos conseguir ou se é da próxima e depois há hormonas que temos que fazer e aquilo mexe com as mulheres, embora eu não tenha tido muitos efeitos secundários. E portanto claro que o nascimento do António foi uma coisa muito especial, foi um acontecimento muito especial para nós os dois porque vínhamos deste percurso, portanto foi isso. Foi, depois foi a (...) o adaptarmo-nos àquele ser pequenino.

340 E: E essa adaptação, como foi essa adaptação para si?

- 341 I: Eu acho que foi uma adaptação que foi surgindo naturalmente, à medida que as necessidades vão surgindo, nós vamo-nos adaptando. E a adaptação passa por tudo, porque há ali, desde o ritmo dos sonos das mães, desde três em três horas vemos se o bebé está bem, se precisa de comer, naquela primeira fase e é o próprio casal ver a sua dinâmica que antes era só a dois e agora tem um terceiro, uma terceira entidade que precisa de se encaixar naquela vida e que todos precisam de se adaptar àquela mudança, não é?
- 342 E: E que adaptação foi essa, para si?
- 343 I: A Adaptação, então é termos que estar (...)
- 344 E: Para si qual foi a maior exigência? Entre aquilo que eram as suas expectativas e depois a realidade?
- 345 I: Maior exigência, eu acho que foi mais, logo na primeira fase não, eu acho que consegui, depois foi mais o perceber como é que, eu acho que não houve assim, não sei se foi pelo facto, pelo facto de nós querermos tanto que não houve, eu não acho que tenha havido grande transtorno, ou grande exigência, ou que tenha tido que alterar muito a minha vida, como era antes.
- 346 E: Que ideia é que tinha e depois o que é que aconteceu na realidade?
- 347 I: Eu não, eu acho que a ideia que tinha foi aquilo que aconteceu, não era assim... a única coisa que não correspondeu à realidade foi que não consegui dar de mamar ao António e eu ia com imensa expectativa que ia conseguir e não consegui, essa parte sim [risos].
- 348 E: E isso para si, o que é que mudou?
- 349 I: Isso foi assim um balde de água fria para mim. Porque eu tinha feito o curso da amamentação, o curso de aconselhamento de amamentação. E no curso de aconselhamento de amamentação dizem que todas as mães conseguem dar de mamar. E portanto a pessoa vem com aquela parte trabalhada e depois chega ali e não consegue dar de mamar, mas caramba o que é que eu estou a fazer de mal?! E depois mais tarde veio-se a perceber que eu não estava a fazer nada de mal e que tinha que acontecer mesmo assim. E portanto essa parte foi a que eu tive mais dificuldade em gerir, porque de resto tudo... até mesmo aquela história daquela imagem que eu tinha da Joanhinha das noites e daquela coisa...
- 350 E: Da sua irmã não é?
- 351 I: (...) com o António isso não aconteceu, portanto até...
- 352 E: O que é que descobriu sobre si? Com o nascimento do primeiro filho?
- 353 I: Que sou uma mãe capaz [risos].

354 E: E antes disso tinha dúvidas?

355 I: Não era dúvidas que sou uma mãe capaz, tinha medo de não.

356 E: E o que é que podia ter contribuído para não ter esse medo? O que é que acha que podia ter sido...

357 I: Não é, não sei, porque eu não acho que tenha a ver com vivências com que eu tenha passado.

358 E: As mensagens, falou nesta questão da amamentação. O que é que lhe foi sendo passado, no fundo, sobre aquilo que podia ter contribuído para ser mãe mais cedo?

359 I: Não sei, muito sinceramente, lá está, a gente se debruçar a pensar nisso, não foi uma questão que eu tivesse pensado. E até porque às vezes há, há mensagens que são ditas, às vezes não, a maior parte das vezes, e que são interiorizadas por duas pessoas, são interiorizadas de forma diferente e isso tem a ver com, com características próprias da pessoa. E portanto eu não sei, se alguma vez se não foi, talvez, eu tenha sido demasiado rígida nesta minha imagem.

360 E: Que imagem era essa?

361 I: É a imagem de ser uma mãe disponível, de ser uma mãe presente, de ter tempo para...

362 E: Que mãe é essa? Que começou a imaginar, no seu ideal?

363 I: Se calhar é a família que os meus pais, se calhar é a imagem que os meus pais me deram e eu querer corresponder àquela imagem que eu tive na minha infância.

364 E: E que imagem é que passa de ser mãe ou pai hoje? Que expetativas é que existem?

365 I: Nas expetativas de hoje, as expetativas de hoje passam por ser pais presentes mas ser pais que possam proporcionar tudo aos seus filhos, não estou a dizer que é a minha imagem. Que possam proporcionar tudo aos seus filhos para eles poderem, e proporcionar tudo aos seus filhos também em termos materiais. E às vezes faz com que, há casais que funcionam, que para poder proporcionar tudo àquele filho quer em termos de educação, nos melhores colégios, nas melhores escolas, para eles terem acesso aos desportos, acesso à educação na música, pronto, aquelas (...) e que depois, acabam por optar por ter menos filhos e porque querem proporcionar efetivamente isto tudo aos filhos. E portanto, tendo em conta o tipo de sociedade em que vivemos hoje, que é extremamente competitivo e que tem que ter muitas competências em várias áreas, se calhar ser pai hoje é isso, não é só o estar presente e o educar, é também todas as outras, todos os outros instrumentos que é preciso dar aos nossos jovens (...)

366 E: Então para si o que é que se exige hoje de um pai ou de uma mãe? O que é que para si, hoje é um pai ou uma mãe competente?

367 I: Será que eu punha assim a pergunta?

368 E: Como é que a sociedade vê isso? Como é que para si vê isso? Vê essa ideia de competência de ser pai ou mãe?

369 I: Eu acho... para mim, para mim, esta sociedade de hoje em dia é aquilo que é exigido aos pais, é o estar presente, é o educar, é o dar em termos de materiais todas estas possíveis e imaginárias na educação dos filhos, em termos materiais o ultimo modelo da *playstation* e do computador, e do telemóvel.

370 E: E o que é que podia acontecer diferente?

371 I: Eu acho que não é necessário termos o último modelo da *playstatione*, o último modelo (...)

372 E: Que mensagens é que se podiam passar na sociedade?

373 I: Menos consumo.

374 E: [impercetível] que as pessoas levassem a não ter que adiar, ou acabar por só ter um filho, como estava a dizer, ou ter menos filhos para poder proporcionar mais coisas, no que é que acha que políticas públicas e que mensagens da sociedade podia ser diferente?

375 I: Podia ser diferente, se calhar menos (...) diminuir o materialismo, o consumismo e porque é natural esta troca e esta competição nos miúdos. Por exemplo nós jovens, mostravam a marca das calças, não é? Mas não ao extremo que existe hoje em dia. Se calhar o telemóvel tem que ser... tem o telemóvel há um ano, entretanto saiu o modelo de não sei das quantas e acha que já tem que ter esse modelo e os pais às vezes tem que pensar que eles não têm que ter o último modelo, mas são tão pressionados que a certa altura não conseguem fazer de outra forma, até porque são pressionados tanto podem ser pelo filho e até mesmo pela, pela, pela parte da sociedade. Porque é um estar. Mas eu acho que é menos materialismo.

376 E: E como é que do ponto de vista da área da saúde, ou da educação, ou de outras áreas como é que se pode passar essa mensagem diferente [impercetível] aos profissionais de saúde, que acompanham os pais ao longo da vida.

377 I: Os profissionais de saúde, a mensagem que dão na consulta no sentido de, mas lá está acaba sempre por ser uma opinião que é de um médico e que acaba sempre por ser pessoal. Que é baseada nas suas vivências e se calhar naquele padrão que o médico acha importante para ele e portanto isto vale o que vale para a pessoa que a está a receber, não é?

378 E: Quais às políticas poderiam existir que passassem essa mensagem? Ou contribuísem que baixassem

essas expetativas que existem que possam ser pai e mãe? Essa exigência? Como mãe qual é a sua leitura? E como profissional também.

379 I: Em termos de políticas, aqui seria mais as práticas, as vivências, vamos lá ver... o estar mais, é o ter mais vivências, é o estar mais sem a interferência da tecnologia, o estar em família, haver momentos de estar em família sem ser com a televisão, ou com o computador ou com o tablete. Isso eu por exemplo, ajuda porque, ajuda a que sejam criadas novas formas de interação entre família, entre os elementos da família. Agora em termos de políticas que possam ser a nível da educação pro exemplo.

380 E: Que possam ajudar a que as pessoas tenham filhos mais cedo.

381 I: Não podemos começar a dizer [risos] nos (...)

382 E: Estava a falar que não podemos começar a dizer às pessoas...

383 I: Que o ter a última versão da *playstation* ou do computador é verdadeiramente importante para o crescimento daquele individuo ou para aquela família.

384 E: Mas fala de duas coisas, por um lado, da sua conversa, fala de questões sobre aquela questão do ponto de vista mais da sociedade daquilo que são as exigências mais económicas e mais de condições que tem a ver com os próprios percursos profissionais e depois há outras questões que tem haver também com aquilo que é a expectativa da própria sociedade sobre o desempenho, das próprias pessoas como pais ou mães e em relação a isso é que eu pedia que me dissesse qual é ...)

385 I: Falasse mais.

386 E: Sim, sobre a sua opinião sobre essas expetativas para si estão ajustadas aquilo que são na prática é ser, que implica ser pai e mãe, por um lado. As expectativas sociais daquilo que é passado e do que depois é a realidade. E como é que é isso na sua experiencia. Já falou algumas coisas sobre isso. Mas ainda assim gostava que sobre isso, que tem haver mais no fundo as inseguranças, com aquilo que é a dimensão mais projetiva, não é?! Que vai para além daquilo que as pessoas tem capacidades [impercetível] Então sobre isso, qual é a sua opinião, em relação às expetativas e à realidade?

387 I: Isto é uma imagem que é criada, vamos lá ver, não é, em certa altura... eu não sou muito daquelas pessoas que acham que o que acham que havia antigamente é que está bem, não isto é uma evolução normal, é uma evolução que teve que acontecer assim. Mas o que é certo é que hoje em dia, nós, eu gosto muito do convívio, do estarmos juntos e do fazer, não quer dizer que estejamos sempre a fazer coisas juntos lá está, porque temos que respeitar cada um. E todos nós falamos principalmente na área dele de saúde que é importante. E portanto em termos de saúde, é importante jogos ao ar livre, é importante que as crianças brinquem lá fora, é importante que as crianças e que os pais estejam

envolvidos, não quer dizer que seja em todas as tarefas mas que também façam parte de algumas tarefas no sentido de haver menos este consumismo das crianças estarem fechadas em casa e só estarem ligadas ao computador e só estarem ligadas ao facebook (...)

388 E: E como é que se concilia com as exigências dos pais?

389 I: Aqui não tem a ver com as exigências, tem a ver com o tempo dos pais com as crianças.

390 E: Mas os pais tem desempenhos profissionais.

391 I: Exatamente.

392 E: Então e como é que essas sínteses se podem fazer? Ou o que é que pode mudar, de uma parte ou de outra? Pode mudar no discurso sobre os ser pai ou ser mãe, por exemplo, do ponto de vista profissional?

393 I: Se calhar estou aqui moldada pela minha parte profissional, mas é assim, apesar de a gente perceber que as políticas tem evoluído no sentido de ajudar a parentalidade. E que essa parentalidade seja partilhada quer pelos homens quer pelas mulheres, nós sabemos que isso não é cumprido, mesmo tendo esse direito, há pessoas que não o gozam porque não querem perder o emprego.

394 E: Estamos a falar do quê exatamente?

395 I: Por exemplo não gozarem a licenças de parentalidade, na totalidade, quer o pai, quer a mãe. A mãe menos, utilizam os quatro meses mas o pai nem se quer usa para não correr o risco daquele patrão se lembra: “não, não pode ser, não podes estar em casa a tomar conta do teu filho”. E portanto claro que seria, teríamos a vida muito mais facilitada se os horários não fossem tão exigentes em termos profissionais, não é? Mas se calhar, a minha dificuldade aqui em responder-lhe a esta pergunta é: “então se não podem ser tão exigentes, como é que os podemos mudar, não é?” Senão podemos, se não podem estar tanto tempo fechados no escritório para poder estar mais tempo com os seus filhos, mas por outro lado temos uma sociedade exigente em termos das tarefas que tem que cumprir, como é que agente vai conciliar as duas coisas, no fundo não é? E daí a minha dificuldade em responder-lhe a essa pergunta. Porque o ideal, o ideal, era os pais terem mais tempo para estarem com os filhos, não é.

396 E: Há pouco falou da amamentação.

397 I: Sim.

398 E: E das exigências, das expectativas colocadas em relação à amamentação e àquilo que é ser uma boa mãe [impercetível] será que essa mensagem passa noutras áreas também? De exigência, do tal ideal de perfeição?

399 I: Eu acho que sim.

400 E: Como é que isso, que ideia é que há para si e que desfasamento, por isso é que eu lhe estava a perguntar daquilo que é as expetativas e depois daquilo que é a realidade, a partir da sua experiência. Será que há alguma coisa, ideia que poderia mudar? Para si é mais fácil ou mais complicado ser mãe em relação àquilo que é passado na sociedade?

401 I: Eu acho que é mais fácil e no sentido de que, claro que depois vai ser mais difícil se calhar depois quando passar à prática. Mas eu acho, mas a minha...

402 E: Já tem 6 anos de prática, mais 3, não é, da segunda filha, vai ter um terceiro filho.

403 I: Vou ter o terceiro. É mais fácil no sentido de que, não é preciso muito para os fazer felizes. E fazê-los pessoas felizes e capazes, muito no sentido de ter que ter logo muita coisa, claro que há etapas e vivências que eles tem que ter obviamente para poderem crescer como pessoas, e serem depois adultos que estejam integrados na sociedade e que tenham, e que sejam funcionais, mas eu acho que, lá está é a minha maneira de ver. O meu objetivo será sempre passar, que eles não sejam, que (...) eu estou a dizer que é mais fácil no sentido de que não acho que tenha que ter aquelas, tudo em termos materiais que não é isso que os vai fazer mais felizes.

404 E: E do ponto de vista do cuidar?

405 I: Do ponto de vista do cuidar, acho que sim é mais fácil para mim. Porque a experiência também nos dá, também nos capacita, não é? E portanto, claro que depois há situações, depende das crianças e depende da forma de ser daquela criança, nós temos que nos saber adaptar, não é? Eles não vêm com livros de instruções como se costuma dizer. Mas, mas está a ser mais fácil do que se calhar daquilo que eu tinha pensado na minha, inicialmente.

406 E: Em que é que está a ser mais fácil?

407 I: Na conciliação de todas as tarefas que tenho que desenvolver.

408 E: E porque é que está a ser mais fácil do que tinha imaginado?

409 I: Porque tenho alguém que me ajuda. Porque tenho alguém que me ajuda. Porque se não tivesse essa pessoa aí seria mais, não era impossível, mas era mais difícil conciliar.

410 E: Porque há pouco, logo no início tinha dito “se eu soubesse o que sei hoje, tinha sido mãe mais cedo”

411 I: Tinha, fazia esse sacrifício, sim.

412 E: E que sacrifício é esse?

- 413 I: Porque não ter alguém para ajudar, ia implicar mais jogo de conciliação de horários, não é?
- 414 E: O que é que lhe podiam ter dito que fizesse você ter tido filhos mais cedo?
- 415 I: Nada, porque eu tinha as minhas convicções e [impercetível] eu dizia não, não é diferente.
- 416 E: E considera que não é diferente porquê? No fundo que inseguranças eram essas que pensava que consigo iria ser diferente, apesar de dizer “se eu soubesse o que sei hoje tinha feito diferente” mas na verdade não tinha, porque eu tinha as minhas convicções? [risos]
- 417 I: Se me tivessem dado a ver o futuro, eu conseguia tomar essa decisão, porque o nós dizermos, porque é assim, uma das coisas que nos dizem logo, que oiço e presumo que as pessoas oiçam também da sua vida é assim: “nós para termos filhos não podemos pensar”, porque se pensarmos nunca temos, nunca a altura é a ideal. Há sempre alguma coisa que nos pode, e portanto, eu não sei se me dissessem na altura que vais ver que tudo se conjuga, que tu consegues conciliar as coisas, que tu consegues...
- 418 E: Que tu és capaz!
- 419 I: Que tu és capaz, eu não sei se se eu iria acreditar, porque lá está tem a ver com a vivência da própria pessoa porque tudo o resto que está para trás [impercetível]
- 420 E: [impercetível]
- 421 I: Exatamente.
- 422 E: Tinham que lhe dizer isso mais cedo, é isso?
- 423 I: Tinha que ser, tinha que ter tido...
- 424 E: Uma educação diferente?
- 425 I: Uma, sim nessa parte da capacitação, na minha, sim. Se calhar.
- 426 E: Hoje em dia, em termos dos adultos? A forma como se estão a educar os jovens para assumir as suas responsabilidades, para terem mais maturidade, para crescerem. Será podia ser feito alguma coisa de diferente que contribua no fundo para que as pessoas sintam essa segurança e arrisquem ter filhos para além daquilo que diz que é determinante?
- 427 I: Hoje em dia nós estamos, hoje em dia é um bocadinho diferente, da minha altura. Até porque já não dei com estes 15 anos de diferença. A Joana teve uma adolescência muito mais tardia e é o que nós observamos hoje em dia, hoje são adolescentes até mais tarde. E portanto, são imaturos também até mais tarde. Portanto nós não estamos a contribuir para que esta parentalidade surja muito mais cedo daquela que estamos a ter agora. Por motivos diferentes se calhar.

- 428 E: E como é que nós podemos estar a contribuir para que os nossos jovens ganhassem esse sentimento de segurança, de forma a tomarem este tipo de decisões mais cedo?
- 429 I: Aqui passa muito por, por haver, aqui passa muito por eles (...) uma das coisas que nós vemos hoje em dia, é que cada vez mais tarde é que sabem o que querem ser ou não. Em termos, de por exemplo de percurso profissional.
- 430 E: Como é que nós podemos?
- 431 I: Eles chegam aos 18 anos e não sabem o que querem ser.
- 432 E: O que é que nós podemos fazer diferente para que eles comecem a ganhar essa sua experiência, não é, essa autonomia, a partir da sua própria experiência?
- 433 I: A responsabilizá-los mais cedo.
- 434 E: E isso implica o que?
- 435 I: Implica, implica não os protegermos tanto se calhar, não viverem em ambientes tão protegidos. [impercetível]
- 436 E: [Impercetível] a sua experiência, como é que...?
- 437 I: O que é (...)
- 438 E: Com trinta e seis anos e uma menina de três.
- 439 I: Há países que vivem isto de uma forma diferente. É por exemplo, todos eles, logo começam a trabalhar logo numa área mesmo que seja nas férias do verão, por exemplo, começam a trabalhar, com responsabilidade de horários, com responsabilidade de assumir aquela tarefa, terem que cumprir aquela tarefa, isso por exemplo capacita
- 440 E: Por o ponto de vista, sim...
- 441 I: É estruturante e a pessoa percebe o que é que é ter a responsabilidade de cumprir com as suas tarefas...
- 442 E: E do ponto de vista da segurança pessoal, não é, do ser capaz, do acreditar que é capaz, o caso por exemplo da educação dos seus filhos, de que forma é que isso vai concretizando?
- 443 I: Isso... explique...
- 444 E: De que forma é que pode promover essa autonomia?
- 445 I: Não fazendo as coisas por eles por exemplo, ensinando se não consegue fazer à primeira: “não te

preocupes, vais conseguir fazer a seguir, tu consegues fazer, tens é que ter paciência”. O António nesta fase fica frustradíssimo quando não consegue fazer alguma coisa, portanto: “não fiques assim, não é preciso ficares assim tão zangado, para a próxima vais conseguir, vais ter é que ter calma, a gente não aprende tudo de uma vez, nós aprendemos as coisas a pouco e pouco”. A Bia é a mesma coisa, está numa fase diferente, irrita-se e atira as coisas ao chão e eu digo-lhe: “não faças isso, Beatriz pedes ajuda à mãe, se não estás a conseguir pedes ajuda”. E não substituir a eles na tarefa, ensinar a fazer mas não fazer por eles.

446 E: E isso na prática, consigo e com o seu marido, também lhe acontece a si? Na forma como estão [impercetível]...

447 I: Sim, sim, sim.

448 E: Deixar errar é isso?

449 I: Sim é importante.

450 E: E deixa-os errar? Que experiência é que se lembra de os deixar errar?

451 I: Deixa-os errar. Quer dizer, nós normalmente, nós avisamos: “olha que se tu fizeres assim, vai acontecer isto, não vai nada, então pronto, então faz e depois vê o que acontece”. Aí é deixar errar, e depois aprende com a experiência dele.

452 E: Se tivesse feito como a mãe disse, já não errava.

453 I: Naquela situação. Se bem que há situações que a pessoa tem que deixar viver.

454 E: Como por exemplo?

455 I: Como por exemplo? Com eles ainda não...

456 E: O António tem seis anos.

457 I: Ele tem seis. O António sei lá, uma das coisas... nós fomos à Euro Disney, o António adora, tinha na altura uma fixação pela Frozen e pela Rapunzel e então comprámos a boneca da Rapunzel. E queria andar com a boneca para todo o lado e eu dizia-lhe, ainda por cima na Euro Disney: “olha que é melhor não, é melhor deixares no hotel, tu depois vais perder a tua boneca e depois ficas muito triste”, bem dito, bem feito! No último dia ele pousou-a e nós não nos apercebemos e quando nos apercebemos já estávamos fora do parque. O pai ainda entrou, foi lá a loja, mas já não estava lá a boneca e foi um desgosto... foi um dos maiores desgostos da vida dele. Se eu não tivesse deixado viver esta... eu tinha-lhe dito: “não levas ponto final, deixa aqui a boneca aqui fechada”, ele chorava na altura porque ficava irritado, por ter perdido a boneca, mas ele passou pela experiência.

458 E: Ficar sem boneca

459 I: Ficar sem boneca.

460 E: E há outra coisa que ele faça e que correu mal?

461 I: Oh deve haver.

462 E: Que experiências é que se lembra que deixa experimentar, sem aviso prévio?

463 I: Aí isso não sei. [risos] Isso não sei. Eu sou um bocadinho como a minha avó.

464 E: O seu pai e a sua mãe não eram também assim?

465 I: Não, a minha avó é que era assim. A minha avó sempre foi assim, com a gente todas.

466 E: Ela tinha um papel importante na sua vida?

467 I: Sim porque, porque era com ela que a gente ficava nas férias.

468 E: Cá em Portugal?

469 I: Cá em Portugal! E às vezes, lá em casa quando nós ainda não vivíamos cá, às vezes também era com ela que a gente ficava. E a minha avó era sempre uma pessoa muito negativa, muito.

470 E: Avó materna ou paterna?

471 I: Avó materna. Castradora...

472 E: A Helena não podia falhar?

473 I: Não! E comparava netas, comparava-me com a minha prima, sorte é que nem eu nem a Rita, nunca nos deixámos ir pela coisa... mas...

474 E: Mas isso marcou-a de alguma forma...

475 I: Sim, sim, sem dúvida. Eu vejo coisas, que eu digo ao meu filho e que me irritavam na minha avó. E eu vou lá buscar.

476 E: Que coisas?

477 I: É uma coisa muito... é esta coisa de, às vezes ser, se calhar por exemplo da minha avó: “não vás por aí que caís, pois estás a ver? eu avisei!”. Faço exatamente o mesmo com o António: “eu avisei-te António mas foi sem querer”, pronto. Mas eu ia dizer, em relação, há, uma coisa também muito engraçada, eu acho, mas não tem a ver com isto, tem a ver com, o meu filho diz exatamente as coisas pela negativa como a minha avó, que a minha avó é do género “a menina ainda não comeu?”, ”já não

dás leite à menina à noite?” e o António pergunta-me assim: “mãe, então não me dás o pequeno-almoço?”

478 E: E ele está a ser educado por quem?

479 I: Por mim, não tem, o único contacto que ele tem com a minha avó, é pontualmente quando vamos passar o fim-de-semana a Lisboa.

480 E: E essa aprendizagem pode fazê-la com quem?

481 I: Esta, esta pelo negativo é uma coisa que é genética. Não aprendeu com ninguém. Porque nem eu nem o pai perguntamos as coisas pela negativa. Até podia ser eu, sem me aperceber que podia estar a passar essa... mas ele não, foi uma coisa que me surpreendeu, que ele não tem assim tanta convivência com a minha avó, e é uma das coisas que faz me “farnicoques”, “então a menina não come, a menina não faz?”. E com o António é exatamente a mesma coisa, “então mas não me dás? “Então mas tu já tinhas pedido? Como é que a mãe vai adivinhar o que tu queres se ainda não pediste?”.

482 E: E em termos de segurança dele? A forma de ele falar, dele errar e de educar e da maturidade dele no fundo para se ir tomando decisões de forma mais autónoma, ainda é um bocadinho arriscado, não é?

483 I: Sim.

484 E: De que forma é que, o que é que podia fazer diferente?

485 I: Aqui em relação a esta, aí nesta parte do, do perguntar as coisas pela negativa é ir sempre dizendo-lhe... porque ele aí é com a exigência de: “o não fazes, não acontece, não...” é quase como se nós tivéssemos de antecipar o desejo dele, que não pode ser....

486 E: Isto com uma avó que era sargenta.

487 I: Hm, hm, com uma avó que era sargenta, que ainda é com 87 anos.

488 E: É com ela que ele passa as férias?

489 I: Não.

490 E: É com a mãe e com o pai?

491 I: E comigo. E está com a minha mãe e com o meu pai, e a minha mãe não tem nada haver com a minha avó.

492 E: Portanto, quem é que participa na educação deles? Também já participa a sua mãe e o seu pai? Eles já cá estão?

493 I: Não. Não estão. Sou eu, é o pai, a Dona Inês claro, porque está muito tempo com eles também. E os avós só pontualmente porque estão uma semana com os meus sogros ou, e com os meus pais duas semanas (...)

494 E: E essa senhora, como é que ela é?

495 I: Ela é uma senhora, não, ela não tem nada a ver, não é assim, ela até é muito bem-disposta, muito positiva e tem, e deixa-os fazer, deixa-os brincar.

496 E: E a mãe e o pai?

497 I: A mãe e o pai, a mãe e o pai também os deixam fazer e brincar, a única coisa que a mãe gosta menos é os gritos, que ele toleram, tanto a Dona Inês como o pai. Eu gritos não tolero, mas pronto, claro que...

498 E: Qual é a margem? Para experimentarem?

499 I: Com o pai se calhar experimentam mais e com a Dona Inês. Comigo eu tenho a tal história do: “eu estou a avisar, se fizeres assim, vai acontecer isto”, mas (...) eu explico sempre porque é que estou a chamar a atenção. Não quer dizer que depois não os deixo fazer, no fundo, não é. Mas explico: “se fizeres assim vai acontecer isto”.

500 E: A propósito da maturidade deles...

501 I: Sim...

502 E: [impercetível] autonomia. No fundo que mensagens é que está a passar que [impercetível] a essa autonomia, ou não?

503 I: Nós somos responsáveis por aquilo que fazemos.

504 E: Mas na prática está a concorrer para isso?

505 I: Sim.

506 E: E à volta das pessoas, com quem se dá [impercetível] ou não?

507 I: Se com as outras pessoas, eu também vejo, se também observo isso, é isso?

508 E: Sim.

509 I: Há situações que sim, que também observamos isso, não é? Que é o capacitar é o responsabilizar, é o não dizer tudo que sim, é eles saberem lidar com a frustração.

510 E: No dia-a-dia é o que vê, nos seus amigos?

- 511 I: Que vejo em alguns amigos meus. Já outros que não, que deixam fazer tudo, não impõem limites, não tem o trabalho de lidar com o “não” e com a birra, agora. Mais tarde vão ter, ou não, de o fazer, podem demitir-se também dessa tarefa.
- 512 E: No fundo como é que os podíamos estar a educar para eles se sentirem mais seguros, não é?
- 513 I: Sim.
- 514 E: Mais capacitados, não é? E terem aquela ideia de “não consigo conciliar as coisas, olha afinal até consigo”. Que eles à partida arriscassem mais, não é? Pensa na sua experiência e não só? Na escola do António, ou da pequenina.
- 515 I: Eles estão no mesmo.
- 516 E: É pública ou privada?
- 517 I: Privada, é na Fundação. O António agora é que vai mudar para a pública. Mas eu acho que aqui acaba mesmo por, aquilo que estava a falar, o deixar que eles vivam as suas experiências, que tentem, que percebam porque é que, que lhes demos... mesmo que a experiência tenha sido negativa, que haja um reforço positivo e não um reforço negativo. Porque, porque isso ajuda a pessoa a ganhar confiança nela própria, no que está a fazer e claro que tem que experimentar, se não experimentar não...
- 518 E: E é essa mensagem que estamos a passar às crianças? E aos jovens para depois serem, arriscarem a serem pai e mãe? Antes de terem as condições ideais
- 519 I: Sim, antes de terem condições ideais. Eu acho que sim, mas eu acho que há aqui duas coisas distintas que é, para além de darmos esta mensagem: do capacitar a pessoa para viver de forma a serem responsáveis e de serem capazes e de sentirem seguros e capazes, também ao mesmo tempo da importância da família, a importância dos filhos.
- 520 E: Como é que se passa essa mensagem hoje em dia, há cada vez mais famílias reconstituídas [impercetível]?
- 521 I: Exatamente, há famílias reconstituídas muito válidas e muito importantes para as pessoas que fazem parte dela. Mas é mais da importância da relação, da relação com o outro, da importância que isso tem para nós, porque nós somos um animal relacional e porque precisamos dessa vivência. E essa parte, não sei se está a ser trabalhada?!
- 522 E: Como é que podia ser trabalhada?
- 523 I: Podia ser melhor se houvesse, para já tirar o enfoque, uma coisa que acontece que nós todos já reparámos e já falámos que é temos uma mesa redonda com dois ou três jovens, nenhum deles está a

falar entre eles, mas estão todos a mandar mensagens pelo telemóvel.

524 E: A mediação das novas tecnologias baixar.

525 I: Exatamente.

526 E: Como é que se diz às pessoas que tenham filhos? Que isso é importante para vocês como pessoas? Que é a questão que estava a colocar. Quer falar sobre isso? Já que estamos a aproximar-nos do fim.

527 I: (...) do fim. [risos] Dizer, se, tenham filhos, para já o que é importante é nós passarmos a mensagem para os nossos filhos, para eles perceberem um dia mais tarde, quando eles tiverem filhos, de que este crescimento em família é importante e contribui para o nosso crescimento enquanto pessoa. E contribui para o crescimento na sociedade, contribui para a nossa continuação como pessoas e como espécie. Porque somos importantes, o nosso núcleo familiar é importante.

528 E: Isso é numa perspetiva existencial, e agora numa perspetiva mais individual, mais direta para a pessoa. Porque é que é importante ter filhos?

529 I: Para mim é importante ter filhos, porque é que eu quis ser mãe? Não é tão simples como passar simplesmente pela experiência da maternidade, não é? Porque é muito mais do que isso, aquele ser é uma continuação de mim. E é um pouquinho de mim que cá fica porque nós não somos eternos...

530 E: O que é útil para si ser mãe? O que é que mudou em si, no que é que cresceu? Para poder dizer às outras pessoas, façam o mesmo.

531 I: Cresci, como pessoa, tornou-me uma pessoa mais completa, se calhar mais tolerante em relação à vivência dos outros e perceber que cada um é um e que se calhar há reações que surgem porque foram motivadas por determinado tipo de circunstâncias. É uma experiência muito enriquecedora porque estamos a aprender com um ser tão pequenino que nos ensina.

532 E: A aprender o quê?

533 I: A aprender, estamos a aprender formas de estar, formas de ser, vamos mudando a nossa forma de estar, a nossa forma de ser; vamos percebendo o que é importante não passa pelo material.

534 E: O que é que retira?

535 I: Não retira.

536 E: E na relação de casal?

537 I: A relação de casal reorganiza-se, se calhar temos menos tempo para nós como casal só, mas se calhar o tempo de casal que temos juntos, se calhar damos mais importância, vivemos de uma forma

diferente.

538 E: Na prática?

539 I: Na prática.

540 E: Como é que conseguem esse tempo de casal?

541 I: [risos] às vezes um bocadinho à noite, quando eles já estão a dormir, às vezes só assim. Mas acho que sim.

542 E: Desta entrevista, há algum sentimento, que tenha ficado, assim alguma coisa que lhe ocorra?

543 I: Mais no sentido de (...) esta entrevista serviu mais para refletir sobre coisas que nós não vamos pensando com tanta profundidade, há coisas que nós vamos falando entre nós, pode não ser entre o casal, pode ser entre amigos, entre colegas, mas quer dizer coisas que se calhar não tinha pensado dessa forma e que fiquei aqui a pensar se é assim, se não é.

544 E: Quer dar só assim outro exemplo para terminarmos?

545 I: De?

546 E: Destas coisas?

547 I: O facto de ter posto muito a tónica no percurso, muito naquilo que eu sou hoje e no percurso que eu tive e na educação que eu tive. Eu nunca tinha pensado assim, nunca tinha pensado. Claro que uma pessoa sabe o crescimento que teve, a infância que foi tendo, a adolescência, a vivência que foi tendo que influência a nossa forma de ser, mas há uma parte que nós achamos que é, ou pelo menos eu pensei, não eu sou assim, na minha maneira de ser. Se calhar não haverá assim tanta influência externa, mas se calhar há mais do que aquilo que eu pensei. Se calhar... mais de reflexão, não tanto emoção.

548 E: Reflexão mais nalguma coisa? Na sua experiencia agora como mãe, como mulher, profissional?

549 I: Se eu pensaria?

550 E: Se há assim alguma questão?

551 I: Não, no sentido de, se haveria alguma coisa que eu mudava?

552 E: Não sei.

553 I: Não, não há assim nada. Até porque a nossa vivência não é assim, não nos é dada entre duas paredes e as coisas vão acontecendo e se calhar a forma como eu estou a ver agora, pode mudar porque pode haver alguma coisa que me fez ver as coisas de forma diferente e se calhar tenho que repensar, isto é,

tendo não ser muito rígida para poder aprender com todas as vivências que tenho, não é? E portanto esta minha vivência como mãe está a ser como está, tendo em conta as circunstâncias em que aconteceram, mas não penso muito no sentido de, pensando nisto, como é que vou fazer no futuro, vou deixando as coisas evoluírem, irem acontecendo.

554 E: Em termos de visão de futuro e de políticas, não é, agora com esta sua experiência de mãe, o que acha que poderia ser importante acontecer?

555 I: É engraçado que eu não vou muito para a política, não é, nesta entrevista [risos] não vou muito para essa área. Claro que todas as medidas...

556 E: No fundo também de promoção, não é, de incentivar a parentalidade ou de apoiar, não é?

557 I: Isto é...

558 E: Foi falando de algumas coisas, diretas, indiretamente...

559 I: O principal, acho eu, o principal problema da sociedade, é... nós não podemos ter por um lado uma sociedade a promover a parentalidade depois haver do outro lado alguém a sabotar isto da parentalidade. No sentido de não podemos estar a dar direitos às mulheres e aos pais para poder ser pais e depois eles não poder usufruir dessas regalias, portanto tem que haver aqui um equilíbrio. Claro que tem que haver uma forma de o fazer porque tem que haver... a nossa sociedade precisa disso. As pessoas não podem, há uma instabilidade de trabalho, uma precariedade dos contratos, faz com que as pessoas tenham medo e não possam usufruir destas regalias a que têm direito, até mesmo a da amamentação, por exemplo, que podemos dar de mamar, e tem um horário livre, um horário não, e que tem duas horas por dia...

560 E: (...) redução.

561 E: Redução de horários no primeiro ano e no segundo ano, todas as que estejam a amamentar, e depois elas não poderem usufruir porque têm medo que o patrão as despeça. Portanto, se calhar temos... a sociedade em que tentar ajudar as famílias, por exemplo, a trazerem as creches mais perto do trabalho, fazendo até no próprio edifício onde as pessoas trabalham. Se calhar passará por aí, ajudar os casais nesta gestão e nesta proximidade. Se calhar também passará pela ajuda em termos de poderem, nem todos os pais conseguem pôr os filhos na creche porque são estatais ou mais económicas, mas por exemplo no privado é muito dispendioso e não têm orçamento para isso. Pronto, passará por aí, por um conjunto de medidas de ajuda neste sentido, escolas públicas em termos de ensino. Nós cá em Évora até temos uma boa contingência, temos boas escolas e temos bons professores, há outras localidades no país em que sabemos que não é bem assim. E daí os pais às vezes preferirem o privado. Mas muito

sinceramente hoje em dia, o aumentar o número de meses que a mãe pode ficar com o filho, no sentido de a ajudar para que ela possa estar mais tempo com os miúdos, mas por outro lado, não trabalharmos a outra parte, a parte laboral, dos empregadores, não sei se vai.

562 I: No seu caso?

563 E: No meu caso não, eu tenho uma situação privilegiada, porque eu posso usufruir dos meus direitos. Em termos laborais, eu nunca senti nada, nem tratamento diferente. Sou tratada de uma forma igual, posso usufruir a minha licença parental partilhada com o meu marido. Nessa parte eu não posso dizer que tenha sido isso que eu não tivesse sido mãe mais cedo. Mas lá está, efetivamente, eu estou numa situação diferente porque pude usufruir.

564 I: Trabalha no sector público?

565 E: No sector público. Mas isto é assim, isso também não é garantia. Porque eu tive colegas que fizeram a especialidade e não tiveram logo contrato e não tiveram direito a licença de maternidade, por exemplo. Portanto depende, ficaram ali no limbo e portanto já não tiveram direito, nunca fizeram contrato com ninguém. Mas por caso, no meu não foi esse o fator decisivo.

566 I: Obrigada!

567 E: De nada!

568 I: Só mesmo para terminar estava-me a dizer a sua religião?

569 E: Sim, sou Católica, não praticante neste momento. Mas fiz até ao crisma e o meu marido fez até à primeira comunhão mas não é praticante nem acredita. Na faculdade falámos obviamente sobre isso porque uma das coisas que vai na cabeça dele é: como é que uma pessoa que vai para medicina, e tem uma formação científica acredita numa coisa tão abstrata como um Deus, não é? Não é uma coisa palpável, não é provado pela ciência, como é que é possível? E então eu dizia-lhe que tinha isso resolvido muito bem na minha cabeça. Quando nós na biologia damos a teoria, e foi engraçado porque o próprio professor, eu até acho que ele não é católico, mas ele próprio nos orientou para aceitarmos as nossas crenças. No 12º ano nós estávamos a dar a Teoria da Evolução da Espécie e então quando chega a fase: porque é que o cale biológico evoluiu por um determinado caminho e deu origem às células, células que existiram na terra e não evoluiu para outro? “E aqui”, dizia ele, “aqui entra as teorias do acaso, para quem é científico, e entra a teoria de Deus para quem acredita em Deus”. E aquilo para mim fez-me perfeitamente lógica. Pois a certa altura eu disse ao meu marido “tu não consegues explicar a ninguém porque é que tu gostas daquela pessoa, é uma coisa que tu sentes, tu sabes que gostas, há ali qualquer coisa que te atrai, que sentes empatia e a que simpatizas. Tu não consegues explicar a ninguém

porque é que sentes que Deus existe, mas sentes. E nem consegues impor e pronto a partir daí deixámos... [risos]

570 I: E na educação dos seus filhos, isso tem alguma influência?

571 E: Não porque, quer dizer, tem uma influência, ele não se importa de seguirem uma educação religiosa.

572 I: Isso na decisão de ter filhos, na forma dos educar tem alguma relevância?

573 E: Sim, tem.

574 I: Sim, e nas suas opções? De vida, como mãe?

575 E: Eu acho que sim. O facto de ter tido uma educação cristã, em que para mim uma das principais mensagens é o amor ao próximo, a tolerância pelos outros, a tolerância pela forma de ser, por ajudar o próximo, acho que isso é muito importante para a forma como eu sou hoje.

576 I: Para ter tido filhos?

577 E: Para ter tido filhos também.

578 I: Para o tardiamente também?

579 E: Não, para o tardiamente não. [risos] se fosse, não não. Se fosse pela educação cristã não. Tinha-se começado mais cedo [risos]

580 I: Só mesmo para concluir: é casada? Pelo Civil e pela Igreja?

581 E: Sim, pelo civil e pela Igreja.

582 I: Obrigada.

583 E: [risos]

1 **Entrevista Maria**

2 E: Boa tarde, obrigada por se ter disponibilizado a colaborar neste estudo e eu gostava de perceber como é que decidiu ser mãe aos 35 anos.

3 I: No meu caso não foi aos 35, portanto eu já fui mãe aos 40, fui mãe aos 40, gostaria de ter sido mãe mais cedo mas a vida de facto não se proporcionou nesse sentido...

4 E: Sim, diga.

5 I: E... por várias razões que com certeza ainda iremos abordar foi aos 40, aos 40 anos.

6 E: Então e o que é que esteve na base dessa decisão?

7 I: Pronto... nós já temos uma relação longa.

8 E: Nós é a Magda e o pai da criança, do seu filho?

9 I: E o pai da...

10 E: Ou da sua filha?

11 I: Da minha filha, a minha filha é uma menina.

12 E: Ah é uma menina e ela nasceu quando?

13 I: Nasceu a 5 de novembro de 2017 portanto no ano anterior .

14 E: Sim e a Magda na altura tinha 40 anos.

15 I: Tinha 40 anos.

16 E: Nasceu em...

17 I: Eu? Nasci a, a 12 de agosto de 1977.

18 E: E o pai?

19 I: E o pai é mais velho, nasceu a 13 de março de 1973 portanto é mais velho, ... O que acontece é que nós, a nossa vida profissional até uma determinada altura... Estava estabilizada...

- 20 E: Faziam o quê?
- 21 I: Ele é perito avaliador, trabalha com vários gabinetes...
- 22 E: De imobiliário é isso?
- 23 I: No ramo seguro, nos seguros.
- 24 E: Ah, no ramo de seguros, certo.
- 25 I: ... e eu era gestora de uma delegação de uma associação, ... Com delegação regional e fazia a gestão daquela delegação aqui para a região do Alentejo, depois o que aconteceu é que quando eu, ... Tencionava avançar para a decisão da, da maternidade...
- 26 E: Com, tinha que idade?
- 27 I: Tinha... Na ordem dos 30 também não foi muito mais, não foi muito mais cedo rondava ali os 30. O que aconteceu é que fiquei desempregada, assim do nada vi-me numa situação muito complicada e então nós fomos adiando porque tínhamos assumido determinado nível de despesas... e depois .. Foi difícil até mantermos a mesma habitação portanto só com a ajuda de familiares é que foi possível manter a mesmo, o mesmo...
- 28 E: A família de quem?
- 29 I: Da família de ambos, de ambos, tanto minha como do meu marido... Portanto a decisão da maternidade foi adiada quando finalmente começamos a... a regressar a essa decisão, foi um pouco triste entre aspas porque... Já estava, já estava a pesar o avançar da idade então...
- 30 E: Que idade é que tinha?
- 31 I: Já estava a rondar os 40 portanto foi... dois ou três anos antes dos 40 que decidimos se não for agora começa a ficar complicado e ficou, ficou complicado porque entretanto eu também vou fazer só aqui uns parênteses, porque há cerca de 15 anos a esta parte descobri que tinha fibromialgia e portanto eu sofri imenso com dores e a decisão também de isto tudo é um conjunto de fatores que nos leva a adiar esta, esta vontade de assumirmos um compromisso.. Porque depois... Não sendo a questão financeira também há a questão física se eu tinha ou não resposta para isso, não é? Agora também se vem a verificar que está complicado mas nós vamos ultrapassando tudo, desta feita já sei que poderei eventualmente ter fibromialgia na mesma mas fiz agora novos exames e sei que tenho esclerose múltipla

e portanto... As dores que eu sofria muito provavelmente... Advinham dessa doença e não da fibromialgia, pronto. E essas fatores todos... condicionaram...

32 E: Com esses fatores que na altura era a questão da idade e da fibromialgia, teve dificuldade em engravidar ou quando decidiu daquilo que percebi, tinha para aí 37, não é?

33 I: Exatamente quando decidimos... Eu fiz um desmame completo da medicação que estava a tomar que era muito muito muito pesada... Fiz um desmame de sete, oito meses para ver se ficava, ou seja fiquei sem tomar medicação nenhuma antes de começar a... Antes de começar a tentar engravidar fiquei sete, oito meses sem, sem, sem tomar medicação para ver se o organismo se regenerava, não é? O que é certo é que, passado 1 mês ou 2 de começar a tentar, engravidei só que tive um aborto espontâneo e então aí foi um misto de alegria... Muito forte, ter conseguido e depois de repente o mundo desabou e comecei a pensar que já iria ser muito muito complicado, depois tive um segundo aborto espontâneo aí sim já comecei a pensar que não conseguiria e depois comecei a ser acompanhada nas consultas de procriação medicamente assistida pela via pública... e já tinha até agendado um tratamento de fertilização in vitro. Acontece que já tinha sido chamada para a consulta e quando menos esperava quando a minha avó estava a morrer no hospital em eminência de... Fazer, ou não fazer, uma operação para remoção de um tumor no estômago, com o mundo virado das avessas foi precisamente nessa altura que engravidei. E com um turbilhão de coisas a acontecer a gravidez... Correu bem, correu muito bem... Não tive dores durante a gravidez houve ali uma alteração hormonal, mas praticamente não tive dores nenhuma e foi uma alegria muito, muito, muito forte e agora ela dá-me forças para, para, para continuar e para enfrentar tudo.

34 E: E como é que foi... Na altura... O acompanhamento por parte do pai?

35 I: Sim, ele tem sido sempre um ótimo marido, um ótimo...

36 E: Durante esse processo todo, não é?

37 I: Sim, sim... Ele, ele menos que eu... Ele disse logo que se não tivesse filhos também não lhe iria causar nenhum trauma, nenhum, nenhum problema. O que é certo é que agora depois de a ter (riso), não quer outra coisa, não é? Mesmo com o trabalho todo que temos... Porque nós... Sendo pais já de uma faixa etária, a nossa capacidade física não é a mesma e, e de facto... Arranjamos outras estratégias e temos o apoio dos avós mas os avós depois também são mais velhos...

38 E: Os avós de quem?

39 I: Tanto os avós maternos como dos avós...

40 E: Paternos...

41 I: Paternos. Mas mais neste caso da avó materna que ainda é muito ativa para a idade que tem... É uma, tem uma... é uma força da natureza e ajuda-nos muito, de facto... E foi assim que nós, a nossa história foi evoluindo... conseguimos... Inesperadamente, quase como um milagre, aconteceu. Depois ele gostava muito que fosse uma menina, acabou por ser uma menina, portanto, tudo foi... assim quase como um sonho tornado realidade.

42 E: Qual foi o primeiro sentimento? Lembra-se?

43 I: O primeiro sentimento quando engravidei...

44 E: A sua primeira reação?

45 I: Foi chorar mas com um pavor enorme de... de dar origem a um aborto espontâneo novamente, porque como já tinha tido dois, ... Foi um, eu pedia, rezava, eu sei lá, eu nem, nem sequer sou muito crente (riso) mas eu já, já fazia tudo para que aquela gravidez evoluísse e que conseguisse. Depois pensava que era, que se calhar era a minha hora e foi de facto porque a gravidez evoluiu, correu tudo muito bem, tirando uns inchaços fora do normal nas pernas, não tive assim mais nada de especial e... e depois acabou por correr tudo bem, no parto também correu tudo bem portanto...

46 E: E o parto foi, parto... Natural foi...

47 I: O parto era para ter sido parto natural só que depois ela, à última da hora... Colocou-se de face e a médica tendo em conta a minha idade e tendo em conta os meus problemas de saúde decidiu avançar para cesariana porque ela já estava numa posição que só com fórceps e ali só uma manipulação é que seria possível, então eles decidiram avançar para cesariana... e o que é certo é que ela nasceu muito marcada... Mesmo sendo cesariana e se fosse parto natural não sei como é que seria portanto acabou por ser uma boa decisão, eu preferiria o parto natural, não é? Porque tudo é melhor se for natural... E as dores que eu tive depois no pós-parto... é muito mais difícil a cesariana, não é? Durante o parto não há tanta dor porque há epidural e não sei quê mas depois... Para cuidar do bebé e tudo, é mais difícil, a não ser que ao invés dos agramos que nos colocam... Coloquem... Tenho amigas que fizeram cesariana que não se queixaram tanto quanto eu porque de facto fizeram uma colagem e não agramos. Daí a haver uma diferençazinha depois no suportar da, da dor pós-parto: levantar, ir dar de mamar...

- 48 E: Mas como é que foi o acompanhamento por parte da saúde durante esse período todo? Da gravidez e do parto e a seguir?
- 49 I: Pronto, da gravidez... Como eu disse, tive um período magnífico porque eu não tive quase dores nenhuma, praticamente esqueci-me das dores... O que me leva a querer que isto tem aqui alguma componente hormonal... Da própria menstruação, do ciclo menstrual poderá ter alguma, alguma ligação à doença... E portanto eu não tomei quase nada... se tomei um ou dois paracetamóis durante a gravidez foi muito. Não tive necessidade de tomar mais nada. Agora depois do parto, aí sim voltaram, passado um mês ou dois voltaram os meus problemas.
- 50 E: E como foi o acompanhamento por parte dos profissionais de saúde durante a gravidez e depois, durante o internamento no hospital e depois?
- 51 I: Hum... Pronto durante a gravidez... Tive poucas consultas porque fui acompanhada no público, não houve assim muitas consultas...
- 52 E: Mas sentia necessidade de mais ou foi o acompanhamento que precisava?
- 53 I: ... eu acredito que se houvesse mais consultas teria sido melhor.
- 54 E: Porquê?
- 55 I: Porque que eu ali até determinada altura tive uma dor... Só no primeiro trimestre tive uma dor aqui...
- 56 E: Aqui?
- 57 I: Na zona... Do lado esquerdo... Na zona abdominal do lado esquerdo, portanto, tinha ali uma dor, ... e depois ainda fui duas ou três vezes à urgência. Ainda estive a tomar na veia porque a dor não passava mas também não havia, não havia nenhuma justificação não se conseguia perceber o porquê. Aparentemente estava tudo bem com o bebé... Fizeram ecografia, fizeram exames de sangue, fizeram exames de urina... E estava tudo, as análises estavam todas... Normais, não havia nenhuma razão aparente para aquela dor. O que é certo é que depois a dor passou. Segundo trimestre e terceiro trimestre já não tive mais dor. O único desconforto que tive foi na região das pernas que me incharam, isto também se calhar devido ao problema da má circulação, se calhar isto não afeta, não afetará todas as grávidas, mas a mim foi um grande incómodo porque eu já nem conseguia dobrar as pernas, já não conseguia... as pernas ficaram o dobro.

- 58 E: Então o que é que gostaria que tivesse sido diferente? ... da resposta da saúde?
- 59 I: Hum.... Neste caso... pelos vistos não havia grande coisa a fazer. Eu... eu queixava-me aos médicos, mas também os compreendia. Gostava de ter outro acompanhamento porque questionava-me como é que era possível não me ajudarem mais com esta questão. Depois também para me ajudarem mais com a questão do inchaço acabavam por prejudicar o próprio bebe, não é? Então eu também percebo isso e acabei por... por suportar, mas não foi fácil... Só por causa disso porque de resto pelas dores da doença não... Eu não tive... Crises nem nada...
- 60 E: E as consultas... e as consultas que teve, acompanhamento da gravidez e depois mesmo no parto e no pós-parto, como é que foi?
- 61 I: Sim, as consultas aqui no centro de saúde foram sempre ótimas, hum... também tenho a sorte de ter um ótimo médico de família hum... Mas aqui no centro de saúde sempre 5 estrelas, não é? Porque quase que parecia que vinha ao pediatra basicamente (risos). No hospital hum... A partir do momento em que passei a ficar com uma médica fixa já não, não fiquei tão satisfeita, inicialmente estava mais satisfeita, depois com aquela médica...
- 62 E: Mas isso foi durante a gravidez?
- 63 I: Durante a gravidez, durante a gravidez... depois eu fiquei com aquela médica porque fui encaminhada para as consultas materno-fetais, pela idade... e achei as consultas muito *softs*, muito... Rotineiras, muito rápidas... Pronto eu queria saber mais coisas, queria fazer perguntas e depois a gente sabe que isto no setor público não há tempo, há pessoas à espera, eu também compreendo então acabei por ficar um pouco desiludida. Tendo em conta que depois correu bem, a gente esquece isto tudo e...
- 64 E: E na altura do parto e depois do parto?
- 65 I: Na altura do parto houve ali um momento de sufoco, não foi bem na altura do parto, foi pré-parto, que eu já estava em... Eu tive que ser induzida portanto tive que fazer a indução do parto porque ela já ultrapassou as quarenta semanas, portanto já estava nas quarenta e uma e era uma criança de não querer nascer... Então comecei tomar os comprimidos... A tomar a medicação para induzir. A determinada altura comecei a sentir a dilatação... A ser feita... Rebentaram-me as águas, enfim tudo aquilo, só que... A partir de determinado momento, quando a enfermeira faz o toque, o chamado toque para verificar ... Se já tinha tido dilatação suficiente para levar epidural, ou não, a enfermeira disse-me que o que estava a sentir não era a cabeça do bebé era tecido mole e não sabia bem o que era, mas

que ia chamar o médico para trazer a ecografia e verificar aquilo, tendo em conta a experiência que ela tinha, e confirmou-se. Então era uma equipa de médicos, um médico e uma médica o médico... Continuava a insistir no parto natural.. E a médica é que estava mais a inclinada para... para a cesariana e eu aí comecei a ficar um pouco... Normal, não é? Um pouco tensa com a situação porque tendo em conta... Os episódios de fibromialgia que eu tinha, a minha tolerância à dor... Ao mesmo tempo que é grande, também não é... e então já estava a ficar com receio... De poder ser um parto muito mais complicado do que o normal, porque teria de ser com... os fórceps, possivelmente ventosas e tudo mais... então aí houve momentos de alguma tensão, depois por questões económicas o hospital tende sempre recorrer aos métodos mais naturais e menos onerosos... E então eu já estava a ficar um bocadinho preocupada. Mas a enfermeira e a médica lá convenceram o médico a avançar para a cesariana e assim que o bloco ficou livre eu avancei.

66 E: E depois a seguir o acompanhamento? Durante o internamento?

67 I: ... sim foi... foi muito bom e não tenho nada a apontar...

68 E: E depois disso?

69 I: Muito bom... é inclusive, é porque depois... Nós somos vegetarianos... e eu fiquei muito surpreendida porque até veio uma nutricionista ter comigo lá no hospital para saber o que é que eu comia, o que não comia, o que é que pretendia que fosse feito, portanto eu tive um tratamento muito bom lá... Por acaso não tenho nada a apontar...

70 E: E o pai acompanhou o momento do parto?

71 I: O pai esteve lá sempre... no parto não pode assistir porque é uma cirurgia e portanto ali só podia... só se fosse programada. Infelizmente ele não pode estar comigo. Essa parte foi um bocadinho má porque eu levei duas doses de epidural porque à primeira passado um tempo eu já estava a sentir novamente as contrações, tive que levar a segunda dose de epidural. Então eu demorei mais tempo a recuperar... No pós-parto. Tive quatro horas sem ver a minha filha e ele é que teve com ela (riso)... e então foi difícil porque depois também não me deixaram estar muito tempo com ela, só me deixaram dar um beijinho e ela depois seguiu e eu acho que isso também depois acabou por condicionar... O processo de amamentação. Quando há um contacto pele com pele, não é? Eu acho que fomenta muito e foi uma luta imensa com a amamentação para conseguir ter leite porque ela começou a não ganhar tanto peso e a determinada altura o médico de família dizia-me: “se ela não ganhar peso, vamos dar só mais uma semana se ela continuar assim vamos ter que introduzir a suplementação”. Foi uma fase difícil

porque eu... é daquelas fantasias que nós temos que eu queria amamentar até quase... O que aconteceu foi que não foi possível porque assim que começou a suplementação foi... Foi difícil, foi uma luta sempre a tentar retirar leite com a bomba para poder dar depois e a não ter quantidade, eu estava... Praticamente ficava uma hora a tentar tirar trinta ml de leite até que acabou por secar naturalmente...

72 E: E que outras ideias é que tinha sobre a maternidade e que depois na prática, se alteraram?

73 I: Hum... tinha ideia de que era muito mais complicado tudo... Que era preciso um investimento enorme que tinha de comprar imensas coisas e afinal...

74 E: Um investimento?

75 I: Um investimento enorme em, em equipamentos para o bebé.

76 E: Económico?

77 I: Sim e há algum, não é? Ainda há algum, hum...

78 E: Então quando tomou a decisão aos 37 anos continuava desempregada desde os 30?

79 I: Sim, sim, sim, já está, já está, já estávamos...

80 E: E não foi isso que depois que mudou?

81 I: Exatamente, exatamente.

82 E: E hoje se voltasse atrás, se pudesse fazer o tempo voltar atrás que decisões é que tomava relativamente a ter filhos?

83 I: Teria tido mais cedo, teria tido mais cedo...

84 E: Mas porquê?

85 I: Claro que a maturidade é diferente A maturidade com que nós agora enfrentamos a maternidade...

86 E: Em que é que é diferente?

87 I: ... Tenho mais calma... Relativizo mais as coisas... Tenho outra, dá-me ideia que tenho outra perceção... do que o bebé necessita, também já tive um sobrinho e isso também ajuda, não é? Porque também acabei por cuidar dele... E acho que mais, se fosse mais cedo... Com os 30 não, também já

tinha uma certa maturidade, mas se fosse mais cedo e tenho muitas amigas que foram mães mais cedo do primeiro filho, não é? Logicamente... Talvez não tivesse tanta, tanta paciência, tanta...

88 E: Então se pudesse voltar atrás o que é que seria para si, o que é que, que decisões é que teria tomado diferentes?

89 I: Teria tido um bocadinho mais cedo.

90 E: Um bocadinho?

91 I: Aí por volta dos trinta, trinta e pouco.

92 E: Mesmo desempregada ou não?

93 I: Sim, mesmo desempregada, porque continuo desempregada, não mudou nada... as fontes de rendimento são iguais e acabei por... ela está aí, não é? As ajudas com certeza surgiriam na mesma, não é? E nós adiámos, adiámos, adiámos, porque ainda tínhamos alguma margem de manobra... só que eu acho que a nossa capacidade física já não é a mesma, de facto. Mesmo ele, que ainda tenta praticar exercício físico e tudo, às vezes já se sente, já tem dores nas costas, tem que estar a pôr pomada de estar com a bebé ao colo... ela pesa muito, ela é uma bebé muito grande, não é gorda, mas é uma bebé que está no percentil quase cem... E requer e tem muita energia, ela tem mesmo muita força, muita energia. Portanto, claro que quanto mais jovens nós somos, mais capacidade física temos para também conseguir... até mesmo agora, esta fase de ela começar a querer andar... A nossa capacidade de resposta não é a mesma. Também pratiquei basquete, tenho protusões e hérnias na coluna... E também não consigo estar naquela posição assim curvada para a ajudar e se calhar se fosse mais cedo, eu teria outra capacidade. Vejo isto desta forma... ele próprio também já reconhece que se tivéssemos tido mais cedo... mas pronto, foi quando...

94 E: Então e que outras ideias é que têm vindo a mudar sobre... estes motivos do adiamento? Sobre aquilo que é a diferença entre aquilo que imaginava ser mãe e a realidade?

95 I: Eu... eu romantizava muitas coisas, não é? Hum...

96 E: O que é que é romantizar?

97 I: Hum... é aquela ideia de, de, de estar com o bebé ao colo, de o bebé ser muito sossegadinho... Depois deixar-se adormecer sempre que queria e não é assim, não é? Agora tenho uma filha que tem

imensa dificuldade, resiste ao sono... ainda agora estávamos, estava em casa dos meus pais, antes de vir para cá e ela resistiu a manhã inteira para dormir, fizemos várias tentativas para a adormecer e ela não! Só dorme quando já está exausta. Ainda por cima estava lá o primo, estava na brincadeira e eu tinha aquela ideia de que o bebé adormecia sozinho, ao colo e ela não é bem assim, não é? ... Depois o bebé tem cólicas, depois o bebé tem que se ter muita atenção a tudo... É uma, a partir do momento em que o bebé nasce... a nossa atenção é só para eles... Os dias passam a fugir, são aquelas coisas que nós antes de sermos mães não sabemos e depois ficamos a saber.

98 E: Então e depois de ficar a saber, isso tinha mudado alguma coisa na sua decisão de ser mãe mais cedo?

99 I: Não, eu gostava de ter sido mãe mais cedo... só por causa disso.

100 E: Mas mesmo com essas desafios que entretanto encontrou?

101 I: Sim, sim, sim, sem dúvida... Isto superou largamente todas as expectativas que eu, que eu poderia ter... Com todo o trabalho que até pudesse ter... e a minha filha nem é uma bebé assim tão problemática, nem deu assim tanto trabalho, como eu sei que... Há outros bebés que dão... Mesmo que fosse um bebé... Muito mais problemático do que a minha foi, felizmente tem sido hiper saudável... Eu teria, teria tido mais filhos até... Teria tido sem dúvida nenhuma, teria tido a primeira mais cedo e se calhar até tinha a segunda, o segundo filho... Nesta altura, não é? Mas gostaria de ter tido dois filhos... Gostaria, mas pronto, a vida não se proporcionou assim e eu já fico muito feliz de, de a ter a ela.

102 E: E o que é que ajudou o facto de já ter contacto com bebés anteriormente?

103 I: Sim.

104 E: Tinha dito que teve contacto com o seu sobrinho?

105 I: Sim, tive o meu sobrinho que esteve sempre por perto, foi sempre possível acompanhá-lo... Já tinha, mas lá está, os bebés são muito diferentes uns dos outros... Ele tinha uns problemas, ele para dormir, por exemplo, era fácilimo, já para comer não, e ela para comer é fácilimo... pronto, varia muito, não é?

106 E: Na sua experiência acha que isso tem alguma uma importância, ter contacto com outros bebés, para ser mãe ou não?

107 I: Sim eu julgo que dá jeito ter alguma experiência... principalmente naquelas coisas mais básicas,

dos cuidados de higiene, porque às vezes algumas mães, algumas amigas minhas ficam um bocadinho em pânico, inclusive a minha cunhada que já foi mãe muito tardiamente, já foi mãe mais velha que eu até... não? Eu vi que ela teve alguma dificuldade ali... Em adaptar-se... Porque não tinha tido assim nenhum contacto... Prévio, por exemplo, ela nunca mudou a fralda à sobrinha, não é? Se tivesse mudado a fralda à sobrinha já não teria ficado tão atrapalhada... pequenas coisas, e eu como já tinha esse contacto aí, deu-me jeito porque já sabia, não foi preciso tirar cursos de *peri cultura*, nem nada disso, porque já tinha uma certa sensibilidade na pega, na forma como se.... se toca no bebé e acho que isso aí ajuda um bocadinho, mas não é de todo uma condicionante para avançar. Acho que as pessoas têm um bocadinho, têm um bocadinho, não, têm muito receio porque fazem um bicho-de-sete-cabeças da maternidade que depois, na prática, não é, tudo é intuitivo, não é? Acabamos por conseguir solucionar as coisas todas... há um problema ou outro pontual que nos aflige, mas nós vamos conseguir dar a volta. Agora o que tem que haver é vontade, tem que se sentir aquele apelo... Vontade de ter um filho, claro que há pessoas que depois, só depois de o terem é que lhes surge aquela *click* porque quando são os filhos dos outros não conseguem. Isso acontece muito, na minha perspetiva, acontece muito com os pais, falo do meu marido mas também dos das minhas amigas aconteceu um bocadinho isso, tanto que nós comentávamos umas com as outras: a eles só lhes cai a ficha mais tarde. Nós estamos a vivenciar a gravidez, temos o que bebé dentro de nós, não é? E estamos a vivenciar a gravidez de uma forma totalmente diferente deles que estão do lado de fora e só começam a perceber o que é que vai acontecer quando, de facto, o bebé nasce e que está ali! Aí sim, há algo para materializar, não é? No meu caso foi um pouco assim, o meu marido não era muito daquele género de andar a tocar para ver se está a mexer-se... não ficava muito emocionado nas ecografias, na primeira ficou, chorou, mas depois as outras não ficava e eu ficava sempre, chorava sempre, portanto... Quer dizer, aquilo para ele... Não era tão intenso como para mim, por isso é que eu digo... Ao avançar para a decisão da maternidade, também parte da vontade de cada um de querer ter.

108 E: E do conhecer, e do conhecer a experiência de alguma forma e de ter mais contacto com, com a realidade é isso?

109 I: Exatamente, exatamente, se tiver, por exemplo, alguém muito próximo na família... Com quem possam não só estar de vez em quando, mas no momento da muda de fralda, no acompanhamento do crescimento, nas primeiras gracinhas, de dizer papá, mamã e todas essas emoções que são impagáveis, não é? Aí talvez as pessoas percebam como é maravilhoso... Poder ter essa sorte, porque infelizmente nem todos os casais têm essa sorte, nós já estávamos a pensar que não iríamos ser afortunados e fomos, por isso o lema é nunca desistir. Eu acho que o meu marido também já estava um pouco a

desistir, já estava conformado e depois quando lhe disse também ficou assim: será que é?

110 E: E qual é o apoio da, da vossa rede informal? Foi... Foi importante ou teriam avançado mesmo sem essa ajuda? Mas de que forma é que continua a ser importante?

111 I: Hum... Foi, foi importante, mas não! O que foi mais determinante no nosso caso, tenho que ser sincera... Foi mesmo... O avançar da idade porque ou era naquele momento ou já não seria, não é? Porque não havia muito mais margem de manobra, portanto... Mas sempre nos foi dito, mesmo com o cenário de pouca saúde financeira, mesmo com o cenário da minha doença, sempre nos foi dito que quando nós quiséssemos estariam lá para nós, portanto isso foi sempre dito, poderia haver a dúvida se depois quando surgisse estariam ou não, não é? Mas sempre nos disseram que estariam, portanto nós sabíamos que tínhamos ajudas e teríamos com quem contar. Aqui a questão é que fomos adiando, adiando, adiando, e depois só quando verificámos que a minha idade já não permitia muito mais margem de manobra é que avançámos mesmo para a decisão de...

112 E: ...estava a falar agora da família, sempre disse que poderiam contar... E a Magda como filha, naquilo que foi a sua experiência como filha, de que forma é que acha que no fundo... A sua herança familiar, quer seja a sua experiência, quer sejam os valores que teve, a forma como hoje a família continua a participar... O que é que acha que está mais relacionado, mais próximo da sua experiência de maternidade ou mais distante?

113 I: Sim eu tive uma mãe, tenho uma mãe... Galinha, completamente galinha, hiper protetora... Quando eu penso no significado de uma mãe, quando eu penso como uma mãe deve ser, só a imagino a ela porque ela parece que nasceu com... Capacidades supersónicas, com capacidades... Um talento especial para ser mãe. Ainda hoje com a neta, ninguém a consegue adormecer, ela consegue, ninguém consegue dar-lhe a papa, ela consegue... E esse carinho, esse gosto pelas crianças e tudo acho que herdei dela... e depois ela tinha sempre, sempre me dizia que gostava muito... Que eu pudesse, sempre teve um sonho que eu tivesse uma filha... Mas claro que se fosse filho também iria ficar muito feliz, por isso quando, quando soube, quando soubemos o sexo... Ela fartou-se de chorar porque pensou que iria ter ali uma amiguinha para o resto da vida e que quando ela partisse iria ficar mais descansada de eu ter comigo... a minha filha, então foi assim umas emoções muito, muito fortes...

114 E: E da parte do seu pai?

115 I: E o meu pai... Não é tão emotivo, mas... Também, também ficou muito feliz... com a notícia... e pronto ele também sempre gostou muito de meninas só teve duas...

- 116 E: Os seus pais são casados?
- 117 I: São casados.
- 118 E: E têm duas... uma irmã?
- 119 I: Tenho uma irmã.
- 120 E: Mais velha?
- 121 I: Mais, mais nova, mais nova que foi mãe antes de mim, portanto o meu sobrinho é o filho dela, não é?... Agora tenho outro sobrinho, mas é... da irmã do meu marido, portanto a minha cunhada... E por isso foi já tinham aquele neto e depois foi uma grande alegria quando, quando nasceu esta neta.
- 122 E: E na sua educação? Os valores que recebeu, em que é que eles são importantes, ou não, na forma como educa a sua filha?
- 123 I: Sim, são muito importantes porque os meus pais sempre me ensinaram respeito, a tolerância... Sempre me ensinaram... a ser educada para as outras pessoas... ser trabalhadora e eu tento também transmitir, ela ainda é muito pequenina mas eu tento transmitir esses valores há minha filha diariamente... até nas pequenas coisas e sobretudo o carinho e a presença, que é o mais importante. O carinho e a presença é o mais importante na família, nós termos apoio na família, termo... Eu calculo que deva ser muito difícil para uma mãe solteira que não tem o apoio, eu não digo que a pessoa seja casada, não tem que ser casada para poder cuidar de um bebé, tenho muitos amigos que não são casados e que...
- 124 E: E a Magda? Qual é a sua situação conjugal?
- 125 I: Eu sou casada.
- 126 E: E é pela igreja?
- 127 I: ... Sim, sou casada pela igreja.
- 128 E: É católica?
- 129 I: Eu sou cristã... Sou católica mas não, não, não, não sou muito...
- 130 E: Há pouco já tinha dito que não tinha muita crença... (riso)

- 131 I: Sim, não sou, não sou praticante, vá... digamos que não sou praticante.
- 132 E: E o seu marido também?
- 133 I: Ele então é ateu mesmo... Na altura nós decidimos casar pela igreja... Mas já foi uma decisão assim um bocadinho, já tivemos quase, quase para não casar, pronto. Depois acabámos por casar e acabámos por ter uma sorte incrível, foi uma cerimónia fora do comum... Era para ter sido uma cerimónia muito má, muito seca, com um padre muito... À moda antiga vá lá digamos assim! Era para ter sido uma cerimónia muito séria, muito não sei quê, mas depois ele não teve disponibilidade e acabou por vir um padre que fez uma cerimónia, um padre brasileiro que fez uma cerimónia espetacular, que as pessoas todas adoraram.
- 134 E: Então e diga-me uma coisa e a religião de alguma forma influencia a sua, tem influenciado as suas decisões como mãe? Como mulher?
- 135 I: Não, não, não, a religião não, não, não, é uma coisa que não, não me diz nada... Não, não, não está no meu dia-a-dia, a religião não, não tem influência... Em nada... Só que como tive uma influência católica e acabei por fazer até, nem sei se cheguei a fazer...
- 136 E: Influência?
- 137 I: Tive muita influência católica...
- 138 E: Por parte?
- 139 I: Tanto da parte da minha família materna, como da minha família paterna... Eram todos católicos pronto e eu andei na catequese e a minha mãe foi catequista e tudo mais... Só que depois chega uma determinada altura que nós vamos questionando as coisas e já não olhamos, tenho respeito, respeito todas as religiões, todas as pessoas que até mobilizam a sua vida em função da religião, mas a religião não comanda a minha vida, não é? De vez em quando sou capaz de dizer um “Meu Deus” mas é mais por força de expressão e se disser “Vou rezar” se calhar às vezes rezo... E pronto, e tá lá, tá lá a influência, mas não é uma coisa que... Racionalmente eu veja como um... Um suporte.
- 140 E: Então e que outros valores, o que é que em termos de educação tem influência? Há mais alguma coisa que acha que tenha influenciado o seu desempenho como mãe? E todo o ser percurso como... como mulher, o caminho da maternidade?

141 I: Hum... Sim, eu... Desde miúda que tinha muito, sempre me fez muita confusão... A morte dos animais e os meus pais sempre tiveram ligados a negócios desse ramo, pronto, era talhos... Enfim. E a mim sempre me fez muita confusão. Eles diziam que era necessário, era necessário, até determinada altura. Depois o meu marido também pensava da mesma forma que eu e nós decidimos ser vegetarianos e então, por razões éticas... Nós tentamos também que a nossa filha consiga mostrar ao mundo que é possível ela ser saudável e ela fazer uma vida normal não ingerindo animais... Não somos fanáticos, não somos nada disso, mas temos um grande orgulho e uma grande preocupação e ela está ser acompanhada por uma nutricionista também vegetariana e acompanhamos vários casos de várias crianças que são vegetarianas e que são mais saudáveis do que as crianças que não são vegetarianas, fizemos uma grande, foi uma grande pesquisa, não foi uma decisão... Pouco fundamentada fizemos... Um grande estudo sobre os alimentos que ela teria que ingerir para contrabalançar a falta da carne e do peixe e, por isso, nós tentamos que ela seja um ser humano bondoso... Que se preocupe com os outros, que não seja egoísta... Que perceba que não há necessidade de se divertir com o sofrimento dos animais...

142 E: E que outros valores é que tem? Que outras influências é que tem tido nesta sua experiência como mãe, não é? Já antes e agora que tem uma filha, para além desse desafio de introduzir esta mudança nos hábitos alimentares, que outros desafios é que tem tido?

143 I: Peço desculpa de interromper, estes hábitos alimentares não se resumem só a questões alimentares porque nós temos uma preocupação, por exemplo, em não comprar... Nada que seja necessário a morte do animal, portanto os produtos de higiene também tentamos que não sejam testados em animais. A nossa vida... Tentamos, nós não conseguimos reduzir isto a zero mas nós tentamos e vamos tentar passar-lhe a ela também essa postura na vida, mas claro que não é só isso que nós queremos, nós queremos que ela seja uma pessoa informada, que ela seja uma pessoa culta, que ela seja uma pessoa sobretudo feliz.

144 E: O que é que esta pessoa representa para si então? Como mulher?

145 I: A pessoa filha?

146 E: Sim.

147 I: Tudo. A minha filha é tudo para mim... Ela é... A luz, a luz que, que veio iluminar a minha vida... Eu

olho para ela e parece que todos os problemas desaparecem, que eu tenho forças, eu não tinha forças para a pegar e agora tenho, há certas que eu não consigo explicar e ela está lá, possivelmente para me mostrar que eu sou capaz e eu pensava que não era capaz, por isso ela representa tudo. Ela não sabe, mas só que ela é tudo, a partir de agora ela é tudo para mim.

148 E: O que é que diria a outras mães ou pais que estão... a adiar a entrada na parentalidade?

149 I: Eu respeito as vontades das pessoas. Às vezes as pessoas pensam que estão no caminho certo e se calhar não estão, adiam a decisão porque querem ter uma estrutura familiar mais sólida, uma almofada financeira melhor para poder depois. Então vamos criar um ambiente e uma vida... Favorável ao nascimento do bebé, só que a vida não é só feita de...às vezes os nossos planos desmoronam-se, não é? Quando menos esperamos surge qualquer coisa que nós não vamos poder... Aquilo que planeamos não vamos poder concretizar e por isso eu acho que muitas vezes, deviam pensar duas vezes... Ou três ou quatro, antes de avançar com o adiamento da decisão da maternidade porque pode ser já tarde demais. Aquele momento pode ser o momento certo, porque a vida são dois dias, a vida são dois dias... Há uma doença, há um acidente, há qualquer coisa que muda, nós deixamos de vivenciar uma coisa maravilhosa porque todos os pais dizem que é maravilhoso, toda a gente dizia que é maravilhoso mas nós não sabíamos até que nós constatámos que sim, que é maravilhoso, então se toda a gente diz que é maravilhoso, é porque é (riso)... Raras são as exceções, não é? Porque é um sentimento... Inexplicável, de um amor incondicional, de uma entrega, de um acordar todos os dias e saber que temos ali um ser que depende de nós, em que nós podemos de alguma forma ajudar, eu à minha filha infelizmente não a posso ajudar muito financeiramente, mas tenho esperança, e ela vai-me dando essa esperança, de conseguir dar a volta por cima à questão financeira e de um momento para o outro as coisas se modificarem e poder dar-lhe outras coisas que não lhe posso dar, mas posso-lhe dar o mais importante, que é o amor, o carinho, a presença, a dedicação, a paciência, que acho que a paciência é uma coisa que as pessoas hoje em dia quase que não têm... Muitas vezes reina um pouco o egoísmo, não é?... Eu estou bem assim, quero viajar, quero fazer isto, quero fazer aquilo, então vou adiar a decisão. No meu caso, no meu caso o meu marido não foi propriamente por isso porque nós sempre tivemos animais e sempre condicionámos muito as nossas férias com os nossos animais. Levávamo-los e depois tínhamos que nos sujeitar muito aos espaços onde eles podiam estar. Claro que as férias não são iguais quando se tem animais, nós tivemos que nos adaptar a tudo isso, eu acho que o amor é a chave de tudo, é a...

150 E: Que outras coisas é que estava a dizer que faziam, que gostariam de lhe dar?

- 151 I: À minha filha, eu gostaria de lhe poder proporcionar... Uma educação boa, gostaria que ela pudesse viajar... Gostaria que ela pudesse ter acesso às coisas, às novas tecnologias, que os outros meninos também têm... Eu sei que as coisas materiais não são tudo e há muitos meninos que têm tudo e mais alguma coisa e são infelizes, lá está porque depois falta a outra parte, muitas vezes os pais... Para compensar a falta de tempo e paciência... Oferecem, vá lá, digamos assim, os miminhos aos filhos para que eles se sintam reconfortados, mas eu acho que não há nada mais importante do que a presença e o carinho... Acho que é o mais importante e o amor... Mas gostaria de lhe poder dar uma vida mais confortável, gostaria de lhe fazer um mealheiro, para ela poder abrir mais os horizontes, viajar, conhecer outras culturas... Que ela não fosse uma pessoa fechada...
- 152 E: E em que é que acha que aí as políticas publicas... O que é que acha que para si podia fazer a diferença?
- 153 I: Em termos de incentivos? Hum...
- 154 E: Não sei, para si o que é que sente agora como mãe quando pensa, não é? Naquilo que é o futuro da sua filha e no que lhe pode dar, não pode... Enfim o que é que gostava que existisse? Para que no fundo ela tivesse essa educação que lhe quer dar?
- 155 I: Em termos de políticas públicas? Hum... Saber-lhe-ia responder em termos ideais o que seria...
- 156 E: E para si? Em termos ideais, o que é que seria?
- 157 I: Seria bom... ter possivelmente um apoio, um abono talvez um pouco mais elevado para poder fazer face a todas essas exigências, todas essas, não é exigências, é... aquilo que faz falta às crianças para poderem... estudar. Neste caso eu não consigo pensar muito, estou a pensar nela só enquanto bebé, não é? Se fosse mais elevado não perdia nada...
- 158 E: Qual é o valor?
- 159 I: Neste momento estou no máximo... são cento e quarenta euros.
- 160 E: E o pai tem um rendimento fixo?

161 I: E o pai não tem rendimento fixo...

162 E: Qual é a situação profissional do seu marido?

163 I: É trabalhador independente... tem imensas despesas, portanto a situação dele também é muito complicada, já foi muito melhor, mas neste momento... há cada vez maior redução do envio de serviços para as companhias de seguros. Depois os gabinetes com quem ele trabalha também não têm tanta... Tantos serviços para lhe enviar e ele está numa zona onde a densidade populacional é menor, portanto acaba por não ter um nível de rendimento tão elevado como um colega que está em Lisboa ou que est... Numa zona mais movimentada e onde há mais sinistros e acidentes, não é? Logicamente, portanto ele tem despesas fixas quer tenha rendimentos ou não, os impostos tem que os pagar, por exemplo, ele tem que pagar mais de duzentos e cinquenta euros de segurança social todos os meses independente de os fazer ou não, de ter rendimentos para ele ou não e quem diz isso diz outras despesas que ele tem para poder trabalhar. Portanto acho que, neste aspeto, já não tem a ver com os abonos para as crianças, tem a ver com os apoios aos trabalhadores independentes, que devia haver algum mecanismo que por algum motivo não está a funcionar, alguém tentou, mas depois não foi possível, algum mecanismo que permitisse às pessoas poderem... Pagar os impostos de acordo com aquilo que ganham.

164 E: No fundo também é uma forma indireta de apoiar também a maternidade, para si é isso?

165 I: Sim, julgo que sim

166 E: No vosso caso, concreto.

167 I: Porque há uma grande fátia...

168 E: Mas para o vosso concreto?

169 I: No nosso caso concreto sim, porque isso faria toda, faria muita diferença... Nós ao sabermos que temos que enfrentar um nível de despesas, como imposto sobre imóveis, coisas que são fixas e que nós, o nosso rendimento, não é fixo, inclusive o meu enquanto explicadora... Durante os meses de verão o meu rendimento é zero... Eu fico ali três, quatro meses sem qualquer rendimento, só com o rendimento do meu marido, não é? E as despesas continuam... Portanto é difícil e, por mim também não posso falar

muito, mas ele sendo trabalhador independente...

170 E: E há outro tipo de área da saúde, da educação... Falou agora da segurança social, não é? Há outro tipo de coisas em que tenha pensado em termos de futuro...

171 I: Por exemplo a minha afilhada vive em Elvas, mas aí já são os apoios das autarquias, não são propriamente apoios diretos do Estado...

172 E: Sim, sim, mas são importantes.

173 I: ... Em Elvas, pelo nascimento do filho dela, eles têm três meses de diferença, ele e a minha filha... pelo nascimento, por cada nascimento é logo à partida quinhentos e não sei quantos euros, pelo nascimento...

174 E: Sim.

175 I: Não é muito, mas é um incentivo.

176 E: Claro

177 I: E depois todos os meses há um... uma colaboração da autarquia para as despesas com fraldas que ronda os setenta, oitenta euros, que é muito importante...

178 E: Independentemente da situação laboral das pessoas e dos rendimentos que tenham?

179 I: Julgo que sim, porque cada bebé é apoiado, cada bebé tem direito a um x, neste caso julgo que ronda os setenta, oitenta euros para as fraldas.

180 E: Até que idade?

181 I: Hum... não sei até que idade, não sei responder a essa questão, mas sei que, que têm...

182 E: Durante um período...

- 183 I: Durante um período com certeza, não há-de ser para sempre, não é? E também sei que pronto isso depois também depende das autarquias porque sei que ali também existem apoios para os idosos. A minha avó agora está com a minha mãe, mas quando vivia em Elvas também tinha um cartão de idoso para medicamentos...
- 184 E: Mas há outras... e para crianças?
- 185 I: Para crianças aqui poder-se-ia aplicar a mesma situação, não é? Porque é assim...
- 186 E: Mas conhece outras?
- 187 I: Aos olhos do Estado... O meu marido ganha bem, só que ele não ganha, não é? Porque o rendimento dele não é fixo e depois tem muitas despesas que não são consideradas. As despesas que ele tem que fazer, ele tem que gastar combustível para trabalhar, tem que gastar comunicações... Manutenção do próprio veículo é tudo dele, portanto... Isso não é considerado.
- 188 E: Na atividade que ele tem, essas despesas não podem ser associadas à atividade?
- 189 I: Não pode, não podem, portanto... Ele não consegue... Não há ninguém que lhe pague essas despesas, portanto aquilo que ele recebe ainda vai, tem que ser retirado sempre é um valor ilícito que normalmente é considerado... Maior porque inclusive é o própria IVA, ele recebe vencimento com IVA e aquele valor tem que ser devolvido ao, ao Estado, não é? Portanto... Isso não é considerado de maneira que o rendimento dele, tudo espremido, é mesmo muito pouco.
- 190 E: E do ponto de vista de outras áreas da saúde ou da educação... A Magda já disse bom, eu consigo perspetivar as coisas mais a curto prazo do que a médio prazo, não é?
- 191 I: Sim, sim, sim.
- 192 E: Mas há assim algo que já lhe tenham surgido?
- 193 I: ... Eu gostaria por exemplo que a minha filha pudesse ter acesso a um pediatra, consegui, mas sei que muitas mães que estão numa situação como eu não conseguiram, eu consegui porque fui às urgências uma ou duas vezes e por boa vontade de pediatras encaminharam-me à secção de pediatria aqui do

Hospital do Patrocínio, mas sei de muitas mães que não têm essa possibilidade e acontece-lhes qualquer coisa e não têm consultas regulares, não têm possibilidade de pagar.

194 E: Mas nas unidades de saúde familiar há saúde materna infantil, conhece?

195 I: Sim, sim e aqui, não é? Para além destas consultas aqui, ela é acompanhada por um pediatra.

196 E: Mas em que é que isso faz a diferença para si?

197 I: Ser acompanhada por pediatras mesmo... É assim eu, eu não posso dizer muito em relação a isso porque tenho de facto um ótimo médico de família, não senti muito essa... só que um médico de família tem consultas, vá de três em três meses e eu agora ali já consegui consultas todos os meses, nem que seja só para tirar umas dúvidas, nem que seja só para nos acalmar... Tem sido muito, muito útil, porque nós temos tido consultas todos os meses porque nos disseram que não havia problema nenhum e perguntaram-nos se queríamos e nós dissemos que sim... Porque é um acompanhamento. Se calhar há pais que não necessitam, se calhar as crianças, nós agradecemos esse acompanhamento, inclusive, ela agora fez exames, a médica achou que as análises não eram necessárias porque ela está com muita vitalidade para um bebé, ela disse: “Tenho quase a certeza que não vai haver problema nenhum, mas se você ficar mais descansada dessa forma, então nós vamos fazer estas análises, esta colheita e vamos verificar se ela está com os níveis de ferro tudo normal, tendo em conta que é vegetariana” para nós enquanto pais... Uma vez que nós somos vegetarianos desde o nascimento, é natural que tenhamos alguns receios em relação a ela, então queremos ter a certeza que não lhe falta mesmo nada porque, se por algum motivo, ela tem uma carência de algum nutriente, nós vamos a tempo de corrigir, não é?

198 E: Houve aqui uma breve interrupção, mas Magda se faz favor...

199 I: Hum... E portanto... nós...

200 E: Estava a falar do seguimento da pediatria

201 I: Do acompanhamento porque se eu se tivesse possibilidades a minha vida na altura, quando estava a trabalhar, tinha um bom vencimento isso era-me possível e se continuasse a trabalhar, certamente eu procuraria, não digo que fosse todos os meses também ir ao pediatra, não é? Mas procuraria um acompanhamento...

202 E: Mais regular?

203 I: Mais regular.

204 E: Do ponto de vista de creche, jardim-de-infância?

205 I: Hum... a mesma coisa, não é? Porque eu não sei como é que vai ser porque neste momento estou desempregada e tenho o apoio da minha mãe, portanto... Ainda não vai para o colégio, mas quando for eu sei que os valores são exorbitante... e depois não sei como é que vai ser...

206 E: Mas há público...

207 I: Há público, mas depois não sei se as condições no público serão as mesmas, isso aí também é uma coisa que ainda me faz um bocadinho de confusão, pronto, mas neste momento não estou muito preocupada com isso porque sei que a minha mãe ainda tem alguma capacidade de resposta e vou adiar. Eu sou um bocado apologista da ida deles, nem que seja a tempo parcial, para o colégio porque o meu sobrinho desenvolveu imenso no colégio, as regras... O contacto com as outras crianças é fundamental para eles, é a minha perspetiva, pode ser até que outras mães tenham outras perspetivas de protegê-los em casa e estarem num ambiente mais familiar, uma vez, que têm a possibilidade de os avós, que já estão reformados, de poderem fazer essa...

208 E: Os seus pais faziam o quê já agora?

209 I: A minha mãe... Durante muitos anos era, foi, trabalhava numa boutique em Elvas.

210 E: E tem que instrução?

211 I: 4ª classe... e o meu pai tem, tem o equivalente ao secundário, portanto não sei...

212 E: 12º ano?

213 I: Pois exatamente o 12º ano... e depois quando vieram para aqui... O meu pai era empresário, a minha mãe depois acabou por ir trabalhar com ele, mas as coisas não correram bem, a empresa foi à falência e as coisas começaram a desmoronar e agora... depois avançaram eles próprios, sozinhos sem

sociedade, para um negócio, lá está, de comércio de carnes que também não correu bem, acabaram por também vender o espaço e agora estão os dois reformados, pronto...

214 E: E a Magda que... que formação é que tem?

215 I: Sou licenciada.

216 E: Em?

217 I: Sou licenciada em gestão, fiz bacharelato em gestão comercial e marketing, depois fiz uma licenciatura, marketing...

218 E: E o pai da filha?

219 I: E o meu marido tem o 12º ano só... e pronto. É... uma pessoa também muito, muito preocupada, muito informada, muito culto mas também nunca quis avançar para a universidade, foi coisa que ele nunca, nunca gostou muito, mas tinha capacidades para tal, mas não quis, não quis, também estudar dá um bocadinho de trabalho (riso).

220 E: E neste momento... ainda em relação à questão da Magda como filha, a sua trajetória como, como mulher, que momentos é que hoje encontra como mais significativos... hoje como mãe, que memórias, que aprendizagens ou que situações é que mais a marcaram e que estão mais relacionadas com o seu desempenho como mãe?

221 I: Uhh... são muitas... não sei como é que vou explicar isto. Sim, a minha vida não foi de todo muito fácil... era pequena, era muito protegida pelos meus avós maternos que inclusive até iam comigo para a escola, para a primária e ficavam lá à espera que saísse para o recreio com um terno, com um leitinho, com tudo... a minha avó ia fazer renda e ficava ali para me proteger para os outros meninos não me baterem e não sei quê, era hiper protegida.

222 E: Mas por algum motivo especial?

223 I: Não, porque simplesmente eles eram assim, os avós... Havia outros meninos que os avós também os acompanham e depois eles aquilo era, vá lá, digamos assim, um aspeto lúdico para eles. Há pessoas

que dizem que isso pode condicionar e que é negativo, eu acho que não, eu acho que isso é sempre bom, a presença... O ter tido uma mãe hiper protetora também foi muito, foi muito condicionante para mim, mas de facto eu não tive uma vida muito fácil. Num aspeto tive amor, tive carinho mas depois... quando terminei a 4ª classe os meus pais decidiram ir para o Algarve. Na perspetiva de uma vida melhor... foram para lá, tive que deixar todas as amizades que tinha, toda a família e fomos para lá sozinhos... E depois eu tinha que fazer quase quarenta km quase todos os dias para ir à escola porque vivia numa terra que não tinha escola... Não havia escolha... O ciclo, chamado ciclo na altura não havia, então eu tinha que fazer essa deslocação e como eu era muito próxima dos meus pais, foi difícil eu de repente ver-me sozinha, sem família... Onde é que está a avó? Onde é que está a mãe? Foi muito difícil, não é? ... E aí senti-me um pouco mal, mas também me fez crescer, também me fez responder à vida de outra forma... tem sempre o lado bom e tem sempre o lado menos bom, não é? Depois do Algarve, quando eu já estava com as minhas amizades, outra vez retomadas e novos amigos e não sei quê, os meus pais decidem vir para Évora. E fui para uma escola que não era de todo a melhor, onde...

224 E: Com que idade?

225 I: Com 10 anos, neste caso, com 11 anos mais ou menos, 11 anos, vim para uma escola problemática... onde havia muita gente mal comportada e eu também ia para a escola sozinha e vinha, depois os pais tinham um escritório na cidade e eu ia da escola para o escritório sozinha e acabei por ter que me desenrascar sozinha e os meus pais passaram uma fase financeira muito complicada e eu ia e vinha todos os dias de Elvas para cá e eu tive que ficar cá com os meus tios, que já cá viviam, também não foi fácil para eu estar longe da minha mãe... Por mais bem tratada...

226 E: E a sua irmã? Ficava consigo?

227 I: A minha irmã ia com eles porque a minha irmã tem sete anos de diferença de mim,... portanto e eu estava só com os meus primos que não eram propriamente os mais afetuosos, não que eles fossem más pessoas, mas... Pronto eram mais velhos, um deles era mais velho, o outro era muito mais novo também não queria muito brincar comigo... E eu não era mal tratada, nem coisa que se pareça, no entanto estava longe dos meus pais e por isso também não foi fácil enfrentar essa situação, todas estas mudanças e depois... a partir de determinada altura as dores começaram a... Eu não sabia, mas eu só fui diagnosticada...

228 E: Com que idade?

- 229 I: Eu sempre tive dores e dores que não passavam... Depois havia aquela coisa “Tu és preguiçosa, tu estás sempre cansada, isto já tinha tudo a ver com, com este problema...”
- 230 E: Mas isso foi desde a sua infância?
- 231 I: Sim, sim, sim, sim, sim... Sempre e desde miúda que a minha mãe já me dizia que os médicos não conseguiam arranjar explicação para as dores... E depois achavam que era um pouco hipocondríaca e não era.
- 232 E: E com que ideia é que cresceu de si?
- 233 I: Eu... foi um bocado revoltante porque é assim eu, eu sentia as dores e via as pessoas, mesmo familiares... um pouco desconfiados, “não é possível ela ter estas dores, depois toma analgésicos e não lhe passam” e o que é facto é que eu continuava a sentir as dores e não foi fácil eu transmitir às pessoas que eu sentia aquelas dores e infelizmente foi preciso fazer uma ressonância magnética ... ao cérebro.
- 234 E: Estava a dizer que infelizmente foi preciso fazer uma ressonância magnética ao cérebro?
- 235 I: Infelizmente foi, foi...
- 236 E: Fez quando?
- 237 I: Hum... fiz há um mês ou dois, por outras razões que não teve nada a ver com uma suspeita, ninguém suspeitava que eu tivesse esclerose múltipla, apesar dos sintomas serem muito parecidos com fibromialgia,... foi por um síndrome, um nervo do trigémeo que eu tive aqui uma manifestação porque fui arranjar um dente e a médica foi perspicaz, a neurologista e achou estranho eu estar com dor no nervo do trigémeo, ter dores horríveis, episódios de urgência e ela disse pelo sim pelo não, para além da TAC vamos fazer uma ressonância magnética e foram-me detetadas onze lesões no cérebro que o médico não teve qualquer duvida em dizer que era esclerose múltipla. Claro que eu ainda ando, ainda faço a minha vida mais ou menos normal, mas há sempre aquele receio de um momento para o outro... poder andar numa cadeira de rodas e penso na minha filha, penso em várias coisas, mas também não quero pensar muito nisso, quero desvalorizar, quero pensar que há muita gente que faz uma vida normal.. Com medicação e, portanto, é assim que eu quero pensar.

238 E: De que forma é que esse percurso que teve de vida... De alguma forma, influenciou...

239 I: Exatamente.

240 E: ...O seu desejo de ser mãe, as suas fantasias e a realidade agora?

241 I: Sim, sim... Eu depois fui estudar para Portalegre, enfim, eu ando sempre, andei sempre a saltitar, fui fazer estágio para Lisboa, para uma grande empresa de comunicação, pertencente ao maior grupo de comunicação do mundo, andei sempre a saltitar, depois acabei por regressar a Évora e é este meu percurso, estas minhas dificuldades todas, logicamente que me dão uma, digamos assim, uma estaleca de vida que eu quero também tentar transmitir à minha filha e...a vida já pouco medo me mete e... Todas as dificuldades que eu vou sentindo, eu vou acreditando que as vou conseguindo ultrapassar. E a questão da maternidade quando as pessoas diziam, o meu marido dizia-me assim, “Tu tens tendência para engordar, tu já viste, agora tu vais engravidar, depois vais engordar mais... vai ser mais difícil”, mas é assim, continuo gorda, mas eu já estive muito mais gorda e agora estou a emagrecer. Depois da gravidez tenho vindo a emagrecer, a emagrecer, portanto, todas aquelas ideias que havia e até mesmo durante a gravidez emagreci e sempre com uma preocupação de alimentação saudável para a bebé e tudo, até água que eu não gosto, eu não bebo, eu obrigava-me a beber a água por causa dela... e tudo, todos aqueles estereótipos que foram sendo e as limitações que as pessoas foram-me pondo, eu fui ultrapassando-as, portanto também quero de algum modo que a minha filha tenha capacidade para perceber isso, que ela entenda que eu sou uma lutadora e que ela também pode ser e que isto também lhe sirva de exemplo, porque eu acho que os exemplos são sempre a melhor forma de educar.

242 E: Ultrapassando sempre os desafios e os riscos.

243 I: Os desafios, as coisas que nos vão surgindo, que todos nós temos medos, todos nós temos fragilidades, mas se nós soubermos... e tendo forças para as enfrenta... Claro que tem que haver um contexto, tem que haver alguém para nos amparar, mas se nós formos conseguindo, a nossa mente comanda muita coisa, e vamos e as dificuldades estão cá. A minha avó dizia-me muito para eu sempre pensar que o dia de amanhã vai ser melhor que o de hoje e eu nunca mais me esqueci daquelas palavras e faço sempre, tento sempre fazer isso da minha vida, amanhã vai ser melhor que hoje, se hoje não foi bom amanhã vai, vamos tentar que seja melhor e eu quero transmitir-lhe isso a ela também e foi aquilo que eu aprendi, é aquilo que gostaria que ela também... Absorvesse na vida dela...

- 244 E: E que objetivos e que expectativas é que tem em relação ao futuro, como mãe?
- 245 I: ... Enfim eu tento, tento procurar ser uma mãe informada... Estar a par de tudo o que é melhor para ela... dar-lhe muito amor e infelizmente não é possível sobreviver sem dinheiro (riso) portanto é tentar agora retomar a minha vida profissional que também faz muita falta a nível psicológico nós voltarmos ao ativo, de nos sentirmos valorizadas também, infelizmente a sociedade também, nós vivemos em sociedade portanto também sentimos um pouco essa pressão da sociedade.
- 246 E: Mas sente a pressão a que nível?
- 247 I: A pressão não no sentido de, não vou dizer que me sinto mal por não estar a trabalhar porque a sociedade me condena, sinto-me integrada na sociedade e sentir-me-ia bem se tivesse a trabalhar, não no sentido... Castrador, vá lá, digamos assim, mais no sentido de integração.
- 248 E: E em relação à parentalidade, o que é que acha que a sociedade lhe transmite?
- 249 I: Eu acho...
- 250 E: Para si, para si o que é que, o que é que transmite?
- 251 I: Hum... Transmite um pouco aparências, eu acho,
- 252 E: Isso é o quê?
- 253 I: Acho que há muitas... Muitas pessoas que são pais... mais por pressão da própria sociedade do que propriamente por quererem... é a minha ideia, pronto, acho que, que as pessoas muitas vezes são pais, casam passado, há ali um certo... Terminar os estudos, vai trabalhar, casa... Passado um ano têm o primeiro filho, há assim um estereótipo que é mais ou menos... Transmitido pela sociedade e que as pessoas querem seguir e acho que é um bocadinho... Um pouco isso. As pessoas tentam seguir os estereótipos ao invés de seguirem a felicidade delas ou aquilo que, sim, a pessoa, a mãe tem todo o direito de dizer “Eu não quero ser mãe, não vai ser a sociedade que me vai impor essa essa vontade, não é?” Não é porque as outras mães dizem que mãe é muito bom, é muito bom ser mãe que tem que ser... se não sente vocação para isso tem que seguir o seu coração e não aquilo que a sociedade lhes impõe. Às vezes eu vejo de tal modo um, não queria utilizar a expressão “desprezo”, mas vejo pais...

Que não têm aquele amor pelos filhos ou não os querem acompanhar. Eles estão sempre a arranjar atividades para os filhos... não querem perder tempo com eles, querem-nos em casa dos avós ou nas explicações ou em atividades, porque não querem passar tempo com eles e isso é um indicador de que se calhar a maternidade ou a parentalidade não é, não é uma expressão correta, mas se calhar não era aquilo que mais queriam, se calhar foram pais porque a sociedade... De certo modo lhes impôs.

254 E: Mas e como é que acha que a sociedade, no fundo, vê a maternidade e parentalidade, não é? Ou a paternidade, como é que acha que vê?

255 I: Eu acho que... é aquela coisa do casal sem filhos... É uma coisa estranha, a maior parte das pessoas olha para eles de lado...

256 E: No fundo há uma expectativa da sociedade...

257 I: Há uma expectativa da sociedade de que cada casal tem que ter filhos, mas esse “Tem que ser” assusta-me um bocado, também para ser muito sincera, agora, a pessoa querer e, no meu caso, como queria, e adiar, ir adiando, ir adiando, já está feito, mas não são motivos suficientes para adiar, tanto é que acabei por...

258 E: Então no fundo no fundo, o que é que a levou a adiar?

259 I: No fundo o que me levou a adiar foi o facto de o pai também não querer, não é? Sem ele também não, não poderia... Avançar, não é? E foi o facto, foi o acomodar da situação, foi... até o meu próprio marido disse-me assim: “Estás desempregada, vamos esperar mais um bocadinho, pode ser que a situação melhore” e a situação nunca melhorou e quando as pessoas diziam, olha antigamente tínhamos dois, três, quatro, cinco filhos, e eles todos se criavam, eu também não acho que seja bem assim porque não é igual ter um filho ou ter cinco, ok, mas acho que às vezes as pessoas condicionam muito por aquilo que ouvem... e as coisas não são bem, bem, bem assim...

260 E: Não sei se tem assim... mais alguma questão que, queira partilhar ou que esta entrevista tenha suscitado assim algum pensamento, alguma emoção ou algum sentimento que não tivesse...

261 I: Sim... a entrevista suscitou muitas emoções... o reviver positivo de tudo... e a única coisa que eu gostava, eu gostava de deixar uma mensagem... era que... se fizesse tudo com, com mais amor e

paciência e que... as pessoas fossem mais tolerantes umas com as outras... Mais amigas e com uma dose menor de egoísmo e fossem seguindo o coração que as coisas... Às vezes nós não seguimos muito o nosso coração, mas as emoções... Ditam muito na nossa vida, não é só o aspeto racional, também tem que fazer parte logicamente, mas não é só o especto racional, eu acho que, ... as pessoas deviam seguir mais o coração do que a razão neste aspeto da parentalidade, sim.

262 E: Obrigada pela, pela entrevista.

263 I: Obrigada, eu!

1 **Entrevista Marta**

2 I: Vou-me tentar esquecer do microfone e concentrar (riso)

3 E: Bom dia Helena.

4 I: Bom dia.

5 E: Obrigada por esta entrevista.

6 I: De nada.

7 E: A Helena foi mãe pela primeira vez com que idade?

8 I: Eu fui mãe aos 46 anos

9 E: Aos 46 anos?

10 I: Sim.

11 E: E, e como é que foi ser mãe aos 46 anos?

12 I: Foi difícil, tenho que assumir que foi bastante difícil. Foi um sonho que eu já tinha há, há muito anos e pelo qual tive que lutar bastante, não é? Esforçar-me bastante, já não acreditava muito que efectivamente isso acontecesse, o meu companheiro sempre acreditou mais, sempre me deu mais força para eu tentar, ir conseguindo. Mas eu dizia que, provavelmente, com esta idade muito raramente isso acontece e... e eu não ia conseguir certamente e que ele se preparasse... Que comigo provavelmente não ia conseguir ser pai, não é? (riso).

13 E: Mas a Helena diz isso porquê?

14 I: Eu disse porque tinha medo também de o desiludir, não é? Pronto, que ele tivesse muita expectativa em ser pai e que depois não lhe pudesse dar um filho.

15 E: E quando é que começou a tentar engravidar?

- 16 I: É assim, nós não nos conhecemos há muito tempo... sei lá, nós namorámos um ano e meio, dois anos, pronto. Namorámos um bocado mais à distância porque eu não sou de cá, não sou de Évora.
- 17 E: É de onde a Helena?
- 18 I: Eu sou do Bombarral. Sou do distrito de Leiria.
- 19 E: Sim.
- 20 I: E eu, efectivamente, tinhas os meus pais, era cuidadora dos meus pais, na altura tinha acabado um relacionamento anterior, também não estava muito disponível quando o conheci para namorar (riso). Começámos pela amizade, por o conversar muito ao telefone, ele começou por me apoiar bastante porque eu estava numa situação um bocadinho delicada, estava muito fechada em casa a cuidar dos meus pais.
- 21 E: Que idade é que tinha a Helena?
- 22 I: Eu na altura olhe, isto também já não sei muito bem, deixe-me cá pensar que idade é que eu teria... entre 42, 43 quando eu o conheci.
- 23 E: E depois juntaram-se... tinha que idade?
- 24 I: Nós não nos juntámos, a questão foi essa. Pronto, continuámos a conversar, ele também era divorciado estava... já estava separado de facto, mas estava a tentar algumas questões burocráticas...
- 25 E: E era pai, o seu companheiro?
- 26 I: Ele teve um relacionamento duradouro, mas nunca tinha conseguido ser, ser pai, pronto. A companheira dele tinha um filho anterior de outro relacionamento. Na altura ele já estava há dois anos separado da mulher quando nós nos conhecemos e eu tinha acabado há um mês de acabar um outro relacionamento, que também tinha sido num curso de seis meses, também não era assim muito duradouro, estava... estava desiludida, não tinha vontade nenhuma de me relacionar com mais ninguém e disse "olha é assim, isto é para amizade, para a gente conversar, com certeza, tu és muito simpático,

gosto de falar contigo” ele mostrou-se ser um bom amigo...

27 E: Conheceram-se através da internet?

28 I: Sim, exactamente, foi pelas redes sociais e depois ele foi lá a cima conhecer-me porque eu também não me podia deslocar cá abaixo, tinha os meus pais, não é? E ficámos assim mais de um ano, mais de um ano talvez... pelo menos um ano sem a gente namorar, a conversar, a conversar... até que entretanto, até foi no dia do meu aniversário, começámos a namorar.

29 E: Nasceu quando?

30 I: Eu nasci a 24 do 6 de 73...

31 E: No 24 do 6 de 73?

32 I: De 73.

33 E: Nasceu onde?

34 I: Nasci em Bombarral mesmo...

35 E: Ah ok.

36 I: Sou natural de lá, e então foi nessa altura em que nós começámos a namorar. Sensivelmente ano e meio, o tempo tão depressa que nós acabamos por perder um bocadinho a ideia, não é? Do tempo. Começámos a namorar, mas sempre um bocadinho à distância, não é? Pronto, ele cá, que ele trabalha cá, e eu lá. Com a situação dos meus pais... Dependente daquela situação, também não tinha quem cuidasse deles, também não poderia fazer grandes projetos. E assim começámos, continuámos a namorar. Ele ia aos fins-de-semana, ia lá nas férias, telefonávamos todos os dias, pronto, telefonar, telefonávamos imenso. Nunca cheguei a vir cá nesse período, nunca se proporcionou em conhecer a família nem nada, eles sabiam que havia uma rapariga com quem ele falava, que estávamos a namorar, mas eu nunca vim cá. Ele ia lá várias vezes, eu na altura, depois, arrendei uma casa à parte, por outras questões... à parte dos meus pais, não é? Pronto, por questões jurídicas. Entretanto tive que pôr um processo de interdição dos meus pais e tive que arranjar uma outra morada para não pagar as custas

judiciais tive que arranjar um estratagema e era nessa outra morada que eu me encontrava com ele, que estávamos juntos, não é? Porque os meus pais inicialmente não sabiam, porque eu não lhes disse nada, pronto.

37 E: E a Helena vivia em casa dos seus pais, onde era cuidadora...

38 I: Sim.

39 E: Depois arrendou uma casa...

40 I: Para estar com o meu companheiro, o meu namorado na altura...

41 E: Para ter a sua privacidade?

42 I: Exatamente, exatamente, e para ter aquela morada também alternativa.

43 E: Claro.

44 I: Na altura estava desempregada, não tinha muitos rendimentos, ou seja, os meus pais tinham que pagar as custas e eu tive que, efetivamente... ter uma outra morada.

45 E: Sim.

46 I: Mas efetivamente a morada que gostava mais prementemente era a dos meus pais, porque eu estava a cuidar deles

47 E: E então e encontraram-se nessa altura?

48 I: Sim, nessa altura, quando nós começámos a namorar, fazíamos assim. A minha mãe estava mais ou menos, estava um pouco melhor do que está atualmente, infelizmente, está num lar, eu deixava os meus pais sozinhos, o meu pai e a minha mãe e passava as noites com ele. Era um fim-de-semana, não mais que um dia, dois dias, e no outro dia de manhã ia ver os meus pais, tratar das coisas, depois saíamos, fazíamos assim a vidinha, depois ele vinha para baixo, fazia o trabalho dele e eu ia para a minha vida (riso), que era a dos meus pais.

49 E: Que era cuidar dos pais?

50 I: Era dar-lhes almoço, era aquela coisa, eles já sabiam que a certa altura tinha que sair.

51 E: Claro.

52 I: E tinha que ir dar almoço aos meus pais, depois de tarde dizia “Pai eu vou sair, vou tratar das minhas coisas, tu ficas agora com a mãe, ajudas a mãe”.

53 E: “E eu ia à vida com ele” (riso)

54 I: Era mais ou menos assim. E ele perguntava-me assim “Maria, pronto...” que eu sou Maria Helena.

55 E: Sim...

56 I: “Mas tu pretendes vir para cá? Como é que queres fazer a vida?”, “Olha eu não posso te prometer nada agora, como é que queres que defina alguma coisa? Eu não posso deixar os meus pais sozinhos, não é? Eles precisam, não têm quem cuide deles, eu não consigo definir se consigo ir para lá, se não consigo vir para cá, depois ele dizia-me “Bom, eu posso tentar pedir transferência para aí, mas também não é fácil”.

57 E: Qual é que é o emprego do seu marido?

58 I: O meu marido...

59 E: Ou companheiro...

60 I: O meu companheiro trabalha num hospital, é assistente operacional aqui no hospital de Évora.

61 E: Ok.

62 I: Pronto, e então estávamos assim na coisa, ele já tem um trabalho fixo, já de há anos, não é? Não dava assim muito jeito ir para lá, pedir transferência e ter que ir trabalhar para outro sítio qualquer,

pronto, foi tudo assim muito, muito, complexo. Mas ele era paciente e... foi, tendo atenção às minhas, às minhas dificuldades, às minhas preocupações e pronto, foi tudo andado aos pouquinhos, foi andando. Bom, entretanto o meu pai foi para um lar, houve um outro processo, que não é muito importante aqui para a entrevista, o meu pai foi para um lar, a minha mãe depois acabou por mais tarde ir para um lar, um lar privado, não tem vaga protocolada, para descanso do cuidador que eu, entretanto, comecei a ficar desgastada, com muito cansaço...

63 E: Claro.

64 I: E eu acabei por ficar, sozinha, pronto. Mais sozinha, não é? Tinha as minhas responsabilidades, não é? Organizar tudo, não é? Mas já não tinha os meus pais para cuidar naquele momento, bom e foi, nós já andávamos a tentar há cerca de 6 meses.

65 E: Engravidar?

66 I: Engravidar. Pronto, tentar ver quais eram os períodos férteis (riso).

67 E: Conheceram-se aos 43 anos?

68 I: Sim, sensivelmente.

69 E: Aos 43, depois começaram a namorar...

70 I: Sim, passado um ano, um ano e meio.

71 E: Sim, no fundo, começaram a ter um projeto a dois.

72 I: Sim.

73 E: Que passava por ter filhos.

74 I: Sim, porque nós falámos e eu disse "Olha é assim, eu gostava de ser mãe, mas não sei se efetivamente consigo engravidar" e ele disse "Pois, eu também gostava, mas isto também, com a minha ex, nunca aconteceu, já há muitos anos".

75 E: Que idade é que tem o seu companheiro?

76 I: Ele tem 56, é assim uma diferença de 9 anos, e então, pensámos... provavelmente não vamos conseguir, mas podemos tentar, podemos avaliar e começámos a tentar, não é? A ver se engravidávamos, mas aquilo não acontecia (riso), mais 6 meses, não acontecia, não acontecia, e eu, mas aí está, eu acho que esta minha vontade era mais minha do que dele, entende? Pronto, não sei se é por ser mulher. Ele gostava, no ideal dele gostava de ser pai, mas ele também dizia ao mesmo tempo "bBm, eu tenho sobrinhos, também não sei se será muito tarde para isto", ele ao fim ao cabo...

gostava, mas, não sei se não fosse eu a dar o primeiro passo, se ele iria dar o primeiro passo, não sei me se estou a fazer entender?

77 E: Sim, sim, sim.

78 I: Pronto, acho que eu como mulher, se calhar não saberia...

79 E: Mas como mulher porquê? O que é que para si, tem a ver com o facto de ser mulher?

80 I: É assim, eu acho que é um bocadinho connosco e com a própria sociedade, não é? Se nós chegamos a certa idade e não temos filhos, não é? Se calhar temos uma conotação da sociedade, como "Aquele nunca teve filhos, é estéril, não pode ter filhos, não tem capacidade de ter filhos, é muito egoísta, não sabe dar amor," Eu acho que é um bocadinho isso, a questão é: "Tens filhos, não tens filhos, tens esta idade, então porque é que nunca tiveste filhos?"

81 E: E qual é que era a resposta que dava a si própria?

82 I: É assim, é assim se eu não fosse mãe podia ter corrido o risco.

83 E: Até aí não foi mãe.

84 I: Não, não fui,

85 E: Então como é que foi o seu processo para ter sido, para ter tido esse desejo aos 40, 45 anos, 44 anos...

86 I: Não, o meu desejo vinha de trás, entende?

87 E: Ah e o que é que aconteceu antes para não ter sido?

88 I: Pronto, o meu desejo vem mais dos 32, 33 anos, aí é que eu senti, efetivamente, aquela vontade, de se houvesse alguém compatível que também quisesse este projeto, eu iria ser mãe, ia tentar ser mãe.

89 E: Essa vontade surge nessa altura, associada a quê? Como é que isso surge?

90 I: É assim, eu acho que tem a ver com a idade, não, pronto, até aos 30 não pensava muito nisso, pensava no meu curso, na minha formação, no meu trabalho,

91 E: O seu curso é qual?

92 I: Pronto, eu sou licenciada em sociologia.

93 E: Ok.

94 I: Pronto. Mas nunca exerci na área, nem consegui fazer nenhum estágio na área, pronto. Eu acho que até aos 30 tinha mais essa vontade de tentar acabar o meu curso, trabalhar, casar e depois pensar em filhos.

95 E: Hmm.

- 96 I: Embora eu tenha tido um namorado antes de entrar na universidade que já queria fazer isso tudo (riso).
- 97 E: (riso) e entrou na universidade com que idade?
- 98 I: Eu já entrei um bocadinho tarde, eu entrei a fazer os 23 anos.
- 99 E: Sim.
- 100 I: Pronto, naquela mesma, o limite dos 23.
- 101 E: E antes disso?
- 102 I: Antes disso estive a fazer cursos profissionais, andei por aí. Não sabia muito bem se haveria, ou não, estudar, em que área, andei assim a pensar, também não queria ir para a universidade só por ir, não é? Só porque as pessoas iam, queria encontrar uma justificação para entrar para a universidade. Depois na altura achei assim "Não, acho que vou para a universidade". Falei como o meu pai, não é? Ele apoiou-me financeiramente, que eu também não tinha muitos recursos e fui. Mas, na altura que fui, tinha um outro namorado, nós namorámos apenas 6 meses, depois terminámos, e ele queria na altura já casar, ter filhos, estava assim com muita pressa em casar, ter filhos e eu dizia "Olha eu quero primeiro terminar o meu curso, não faz muito sentido estar a começar agora com 23 anos e casar-me e ter já filhos, que depois as coisas mudam, depois posso ter dificuldade em terminar o curso, pronto. E depois, por outras questões, que não foi só por essas, nós acabámos por terminar. Eu entrei para a universidade, tive lá umas paixonetas, digamos assim, mas até aos 30 não houve assim um relacionamento muito sério, estava centrada no meu curso, terminar, ir procurar trabalho, depois aos 30 tive um outro relacionamento, mas a pessoa em si não me inspirou muita confiança, digamos assim.
- 103 E: Aos 30 teve outro relacionamento e a pessoa não lhe inspirou muita confiança?
- 104 I: No sentido de viver juntos, casar, não. Depois eu acabei por me afastar dele, porque senti que ele não gostava de mim verdadeiramente, entende? Pronto. E não fazia sentido estar-me a juntar com alguém só para fazer experiência se dávamos certo ou se não (riso) é assim, é uma coisa, não, não fazia assim muito sentido, pronto. Depois realmente aos 30, 33 eu comecei a pensar "Agora realmente seria a idade ideal para ter, para ter filhos, para começar a ter filhos" só que na altura eu não estava com ninguém, pronto, ninguém que efetivamente eu pudesse pensar, pronto, tinhas amigos, tinha pessoas com quem me relacionava bem
- 105 E: E estava a trabalhar?

- 106 I: Nessa altura estava a fazer uma outra formação em contabilidade.
- 107 E: Hmm hmm...
- 108 I: Eu fui fazendo formações depois se não conseguisse um estágio na área, estava a tentar trabalhar, fazia uns trabalhos temporários.
- 109 E: Um carro, fizemos uma pausa que passou um carro.
- 110 I: (riso) Sim pronto. Estava a dizer...
- 111 E: Estava a dizer que estava... aos 30 e poucos anos.
- 112 I: Sim, estava a tentar fazer uma mudança de área também, fazia mais alguma formação que conseguisse arranjar, estava em Lisboa naquela altura, a morar em Lisboa, a fazer formação, a tentar arranjar trabalho, mas aconteceu depois um episódio complicado de saúde com a minha mãe, foi quando a minha mãe começou na altura a ter mais problemas de saúde.
- 113 E: Que problemas?
- 114 I: Problemas cardíacos, eu aí comecei a ter que regressar mais a casa, estar mais fins-de-semana em casa, começar a dar mais apoio à minha mãe. Ela depois fui recuperando, mas no início foi complicado, as coisas mudaram, eu depois acabei por sair de Lisboa, Ah! Depois, entretanto não terminei o curso porque a escola entrou em falência, infelizmente, e eu não consegui ter nenhum certificado, nem terminar o curso de contabilidade, ou seja, não consegui fazer nenhum estágio na área em que pretendia fazer um estágio que era na área de contabilidade, não consegui. Voltei a casa, voltei à estaca zero. Pronto, nem curso...
- 115 E: Tinha que idade?
- 116 I: 33, por aí. Não consigo precisar.
- 117 E: Nessa altura surge a questão, o desejo de ser mãe?

118 I: Sim, mas não havia parceiro.

119 E: Ok.

120 I: Não havia homem não é? E eu nunca pensei em ser mãe autonomamente, não é? Nunca, porque há mulheres que pensam, não é? Pronto, também não tinha estabilidade financeira, nem tinha casa própria para fazê-lo, mas há mulheres que realmente não se importam.

121 E: Não se importam de ser mães?

122 I: Sozinha. Não estão à espera do parceiro certo, acham que quando é a altura... Eu idealizava, sempre idealizei, casar (riso) sempre idealizei ter um filho supostamente depois do casamento.

123 E: Hmm hmm...

124 I: Porque sou, tenho formação católica e sempre achei que assim seria o ideal, não é? Pronto e depois então estabilizar mais ou menos a minha vidinha e então pensar ter um filho, pronto, era esta a minha ideia, mas nada aconteceu.

125 E: Mas o que é que a sua formação católica foi importante nessa decisão?

126 I: É assim, foi e não foi. É assim, a minha formação católica, por um lado, condicionou-me e, e não. Abriu-me a ideia que ter um filho, pôr um filho no mundo é uma grande responsabilidade, não é? Pronto, e nós devemos pensar bem aquilo que estamos a fazer, não é? E não podemos pôr um filho no mundo assim, de qualquer maneira. Pronto. Nesse aspeto, ajudou-me, entre aspas não é? Porque eu sempre fui uma pessoa assim, muito não dar um pé, um passo maior que a perna. Ter assim um filho de repente de uma pessoa que eu não tivesse assim muita confiança ou não tivesse uma relação, também era um risco, não é? Pronto. Se as coisas corressem mal ou não corressem tão bem, depois eu vinha-me, via-me com um filho (riso).

127 E: Sim.

128 I: Sozinha, não é? Pronto. E eu, essa ideia de ser mãe solteira e de ter que criar um filho sozinho nunca

me agradou muito, não é? Porque sempre tive a noção de que ter um filho é difícil, não é? Que criar um filho é difícil e correria esse risco, ou seja, eu estive sempre à espera de arranjar mais alguma estabilidade em termos de relacionamento, em termos financeiro, em termos de habitação.

129 E: Mas o que é que para si pesou mais entre esses vários fatores?

130 I: Foi o facto de não ter um parceiro, pronto.

131 E: Ok.

132 I: Não ter alguém com que eu, porque eu não ia passar na rua e dizer "Tu queres ser pai? Então vamos aqui fazer um filho (riso) porque eu quero ser mãe, não é?" Não, não é, isto não cabia na minha cabeça.

133 E: Na sua ideia?

134 I: Na minha ideia, obviamente que não, primeiro tinha que arranjar alguém, que a gente se desse bem, que se relacionasse bem e que também tivesse esse desejo. Depois havia de pensar nas questões práticas, não é? Financeiras, para ter um filho é preciso dinheiro, não é? Se há ou não estabilidade.

135 E: E se tivesse esse parceiro e financeiramente, essa estabilidade financeira, revivendo agora essas memórias...

136 I: Hmm hmm...

137 E: O que é que seria a sua decisão?

138 I: É assim, dependia muito se a pessoa dissesse assim "Olha não há problema, nós vamo-nos gerir em termos financeiros, com algum esforço, vamos fazer algumas poupanças, cortamos nalgumas coisas e vamos conseguir", se ele me desse essa força, se calhar tentava. Se ele dissesse assim "Não, é melhor esperar um bocadinho", se calhar adiava e ia adiando mais um ano ou dois e ia tentando, tentando gerir, não é? Pronto, essa situação, porque eu acho que para ser mãe e para ser pai é preciso os dois quererem, não basta só um, não é? (riso).

139 E: Sim.

- 140 I: Eu não vou, não posso incutir a uma pessoa que queira, por eu ter vontade de ser mãe que ele também tem que ter vontade, não é? Têm que ser os dois. Não podia forçá-lo nem pressioná-lo, não é? Pronto, por isso é que isto se arrastou também.
- 141 E: Hmm hmm
- 142 I: Eu também não queria pressionar este meu companheiro, também não havia a situação ideal porque eu estava lá e ele estava cá, não é?
- 143 E: Nós estávamos a falar de aos 30 e poucos.
- 144 I: Sim, aos 30 e poucos sim.
- 145 E: Pronto, aos 30 e pouco não tinha essa...
- 146 I: Não.
- 147 E: Essa relação com um companheiro que lhe possibilitasse dizer "Não, é este o homem que..."
- 148 I: Exatamente.
- 149 E: "Que é o pai do meu filho",
- 150 I: Exatamente.
- 151 E: Entretanto, quando é deixou essa relação? (pausa) com que idade?
- 152 I: É assim eu depois tive essa relação, foi passado pouco tempo, acabámos. Depois eu não tive outro tipo de relação, propriamente de namoro, era mais colegas de trabalho e a minha família...
- 153 E: Dedicou-se ao trabalho e à família, portanto.
- 154 I: Dos 30 e 32, porque a minha mãe ficou mais frágil, não é? Eu senti a necessidade de retornar a casa,

poder ajudar mais a família e procurar trabalho mais na minha zona.

155 E: E foi nessa altura que tinha um namorado que começou a pensar nessa questão de ter um filho, mas...

156 I: Não, eu não tinha.

157 E: Ahh...

158 I: Nessa altura eu não tinha.

159 E: Era uma ideia?

160 I: Era uma ideia, é uma ideia.

161 E: Com esse namorado não tinha?

162 I: Eu pensei assim "Bom, já estou nos 30, 33,". Tinha vontade de ser mãe, mas não tinha namorado, então tenho que arranjar, tentar arranjar alguém, não é? Mas essa pessoa não apareceu, não é? Pronto.

163 E: Sim.

164 I: E eu também não e eu também não estava cá, também, sob pressão, entende? Não estava a pensar "Agora tenho que ir a sítio tal porque daqui a um ano ou dois tenho que arranjar um namorado". Eu fui deixando fluir as coisas, não é? "Certamente irá aparecer alguém".

165 E: E apareceu com que idade?

166 I: Depois apareceu com, com 38, 39, apareceu alguém, sim.

167 E: Sim.

168 I: Só que esse namorado depois nós acabámos, pronto.

169 E: Acabaram, com que idade?

170 I: Deixe-me cá pensar... era o meu colega de trabalho na altura.

171 E: Sim.

172 I: E entretanto eu saí da empresa e nós acabámos por nos afastar também, aos poucos acabámos por nos afastar, pronto, mas o rapaz era muito novo, não tinha propriamente aquele, digamos perfil que eu achasse que ele efetivamente devia ter para ser pai. Ele era novo, era mais novo que eu, pronto, não encontrei nele vontade, nem capacidade, se calhar de ser pai, pronto, eu pensei assim "Pronto isto também não é por aí".

173 E: Ele tinha quantos anos a menos, que a Helena?

174 I: Ora bem, eu na altura tinha, 35 ou 36, por aí, e ele devia ter... nunca lhe perguntei bem a idade, 22,23 anos.

175 E: Era mais novo.

176 I: Muito mais novo.

177 E: Achava que...

178 I: Muito mais novo.

179 E: Mas estava a falar aos 39 que surgiu outra pessoa...

180 I: Foi o outro anterior namorado, antes deste, não é?

181 E: Antes deste, que é o seu companheiro atual?

182 I: Só que ele era de Faro.

183 E: Era de Faro...

184 I: Era de Faro...

185 E: E a Helena estava no Bombarral?

186 I: E eu estava no Bombarral (riso). Voltámos ao mesmo, não é? Voltámos ao mesmo. Pronto, a minha mãe já na altura, quando eu o conheci já não estava muito bem, o meu pai estava mais ou menos estável, e é a tal coisa, à distância, pronto. Ele queria que eu fosse para Faro porque ele também já tinha a vida dele, a mesma história, tinha a vida dele formada, tinha casa, tinha a vida com trabalho fixo, tinha carro, tinha a casa (riso) e pretendia alguém para ir morar para Faro. E então ele queria que eu deixasse os meus pais, não é? Teoricamente deixasse a minha mãe, que ela já não estava bem e que fosse morar com ele lá para baixo.

187 E: Que fosse morar com ele para Faro?

188 I: E então aí, posteriormente, depois de algum momento de vivência a dois a se dava alguma coisa pensaríamos no resto, pronto. Esta minha vontade de casamento era tudo muito precoce, para ele não tinha que passar pelo casamento, ter filhos era uma questão delicada, não é?

189 E: Para quem?

190 I: Para ele, para o outro namorado.

191 E: Mas porquê?

192 I: Porque ele nunca pensou muito nisso , provavelmente, e se calhar não teria muita vontade, pronto.

193 E: E essa relação durou quanto tempo?

194 I: Um ano, sensivelmente um ano, mais à distância, eu cheguei a lá ir duas ou três vezes a Faro...

195 E: Vamos retomar, estava aqui um carro.

196 I: Sim.

- 197 E: A Helena estava a dizer que chegou a ir a Faro ter com ele?
- 198 I: Sim, eu fui lá umas vezes a Faro. Ele também veio cá uma vez ou outra, pronto, eu também tinha familiares lá mais próximo da minha zona e basicamente foi o mesmo que este: conversávamos muito ao telefone, pronto. E ele dizia que queria que eu fosse lá para baixo, até chegou a procurar trabalho para mim, enviar os currículos, pronto, o irmão trabalhava em hotelaria, tentou-me arranjar inclusive um trabalho lá em baixo.
- 199 E: Isso aos 30?
- 200 I: Não, já tinha, 39.
- 201 E: Já tinha.
- 202 I: Eu já devia ter perto de 40 na altura.
- 203 E: Ah ok
- 204 I: Sim, já devia ter 40, 41, eu nessas datas não sou muito, bom boa.
- 205 E: Boa...
- 206 I: Não sou muito boa.
- 207 E: Sim.
- 208 I: A fixar datas.
- 209 E: Sim.
- 210 I: Seria por aí, pronto. E eu dizia-lhe assim "Olha temos que nos despachar se quisermos ser pais". Aí comecei a sentir a pressão porque eu posso não poder ser mãe, não é? Já tenho 40, 41. E ele dizia assim "Mas lá estás tu com essa conversa dos filhos, não te preocupes com isso, deixa fluir, não te precipites que a gente pode até não se dar bem" e ele dizia "Então porque é que tu estás a falar em

filhos?" (riso)

211 E: Deixou passar?

212 I: Deixei passar, fui vendo, também não o podia pressionar, a pessoa, não é? Não fazia sentido, não é? Bom, até que a minha mãe, o estado de saúde da minha mãe se agravou.

213 E: Hmm hmm...

214 I: Pronto. Agravou-se e eu dizia para ele "Como é que queres que eu vá para baixo, não é? então a minha mãe está em casa, não tem quem cuide dela, não há vagas comparticipadas, não tenho recursos neste momento para estar a pôr a minha mãe num lar, como é que queres que eu faça à minha mãe? Não a posso deitar fora" Leva-la lá para baixo, essa ideia não lhe agradava muito, não é? E depois também ficava o meu pai sozinho.

215 E: Claro.

216 I: E ficámos assim até que uma vez ele foi conhecer, foi ver os meus pais e conhecê-los pessoalmente, porque ele não conheceu logo os meus pais, entende?

217 E: Então começaram a namorar por volta dos 39 é isso?

218 I: Sim, 39, 40.

219 E: Sim,

220 I: Ele não foi logo conhecer os meus pais, eu achei que não era o momento certo e eles só souberam um pouco mais tarde que eu estava a namorar e só o conheceram mais tarde. E, entretanto, ele veio com o pai, veio-nos conhecer e aí é que viu o estado de saúde da minha mãe, quer dizer, eu nunca lhe menti sobre a situação, mas ele, ficou chocado quando viu a minha mãe, e depois o meu pai também já não estava muito bem e ele apercebeu-se ainda mais do que eu de que o meu pai não estava muito bem, ficou chocado. Ficou chocado, certamente o pai também creio que tenha ficado...

221 E: O pai dele?

222 I: O pai dele também tenha ficado assim porque pensou "O meu filho vai-se meter aqui numa situação muito complicada, não é? Porque ela é cuidadora dos pais, os pais não estão bem e depois vai sobrar para ele", calculo eu que terá sido essa conversa, passámos o fim-de-semana juntos e, entretanto, ele foi para baixo e acabámos, ele acabou comigo aliás não fui eu que acabei, ele acabou comigo. Sem ter assim grande conversa comigo. Eu até me chateei com ele, não é? Porque acho que nós devíamos ter conversado e ele simplesmente acabou, como se acaba, um namoro de um dia. Não foi uma pessoal delicada, pronto, não foi...

223 E: Sim.

224 I: Podia pelo menos ter conversado comigo, termos exposto as coisas, não é? Mas não, abruptamente Tchau, adeus" e era assim, depois eu chateei-me com ele, falei com ele ao telefone. Depois ficámos uma semana sem nos falarmos, depois mandámos umas mensagens, foi assim uma coisa. Não nos encontramos mais. Ele já não voltou cá acima, nem eu lá abaixo. E eu fiquei magoada, os meus pais perceberam que eu estava enervada, isto ficou coisa de um mês, só depois de um mês é que comecei a entrar em contacto com este.

225 E: Com o companheiro atual?

226 I: Com o companheiro atual e mesmo, mesmo assim..

227 E: Com 43 anos?

228 I: Sim, 42, 43 anos. Foi quando eu comecei a entrar em contacto com ele, a falar com ele, ainda ficámos um mês antes de nos conhecer pessoalmente porque eu não queria conhecê-lo pessoalmente. Eu dizia assim "Então a gente não está bem? Podemos falar por telefone, qual é a pressa? (riso)" e ele dizia "Então, mas qual é o mal de ir aí conhecer-te? Não tem mal nenhum", mas eu não queria, portanto ele ficou um mês a chatear-me e a pressionar, "Mas porquê, qual é o mal? Não te vou fazer mal nenhum. Podes levar alguém contigo se quiseres, se não tens confiança", mas eu não queria, não queria, mas depois por insistência dele, acabei por o ir conhecer, não é? Falámos, falámos, só mais tarde é que pensámos no namoro porque ele também tinha umas questões para resolver, eu tinha outras.

229 E: Não não não,

230 I: É assim, chegou uma altura que eu pensei assim "É agora ou não vai ser"

231 E: Ou é agora ou o quê?

232 I: Ou não vou ser mãe.

233 E: Ok

234 I: Porque eu depois comecei a pensar "Vou entrar na menopausa. A gravidez é de risco, se eu não me meter nisto, não é? Pronto... de maneira nenhuma, portanto ou tentamos agora ou já não tentamos".

235 E: E essa conversa foi tida com ele?

236 I: Com ele, claro.

237 E: O seu companheiro?

238 I: Claro. E ele "Sim, está bem, então vamos tentar", mas a coisa não aconteceu. Depois vem a outra parte da história

239 E: Mas não acontecia?

240 I: Não.

241 E: E durante quanto tempo é que...

242 I: Nós tentamos 6, 7 meses, não aconteceu.

243 E: Ok.

244 I: Bom, o que é que eu pensei? Isto aí partiu um bocadinho mais da minha iniciativa, pensei em ir a uma clínica de fertilidade, comecei a pesquisar na net, a ver informações de clínicas, casos e pensei assim "Bom, isto pode haver alguma coisa que não esteja bem connosco, não é?", dado à ansiedade, não é? Se calhar, se não conseguimos, há 6, 7 meses, se calhar vamos a uma clínica e vamos ver. E tentei convencê-lo, dizia "Olha, vamos sem compromisso, marcamos uma consulta, ouvimos o que a doutora nos tem para dizer e depois logo decidimos, sem compromissos, tudo bem". Depois era a questão financeira, não é? Pronto, era caro, não havia muitos recursos, como pagar, pronto.

245 E: A Helena na altura estava a trabalhar?

246 I: Eu não estava a trabalhar, mas tinhas as minhas poupanças, pronto, que eu sempre fui uma mulher muito poupadinha (riso) Sim, pronto. Também gastei bastante, porque naquele período não estava a trabalhar, não ia gastar do meu pai, mas tinha uma poupança amealhada, pronto. E foi dessas poupanças que eu retirei a minha parte, não é? Para os custos.

247 E: Para os custos?

248 I: Da clínica.

249 E: Que ainda chegou a fazer...

250 I: Tratamentos.

251 E: Tratamentos, ok.

252 I: Eu fui à clínica, fui à primeira consulta, fiquei um bocadinho stressada quando a doutora me disse que eu já tinha passado um bocadinho do prazo de validade, entre aspas, que já era muito difícil ser mãe, não é?

253 E: Tinha 46 nessa altura?

254 I: Estava a fazer 45, salvo erro.

255 E: Ok.

256 I: Pronto, porque depois vinham os 9 meses mesmo aos 46, eu faço em junho e a bebé nasceu em julho, portanto já fui mãe com 46.

257 E: Então nasceu em junho de 73?

258 I: Sim, eu tenho...

259 E: A Helena?

260 I: Sim, eu tenho... sim exatamente, pronto, eu já tinha, já fui mãe com 46, mas aos 44 eu comecei o processo.

261 E: De tratamento?

262 I: De tratamento. Ela disse que era melhor efetivamente tentarmos, tínhamos que fazer uma fertilização in vitro, aí descobri que o meu companheiro tinha feito testes anteriormente que, que tinha uma situação de infertilidade, pronto. Que ele não tinha conseguido ser pai porque tinha anomalias, ficou muito stressado, houve um choque muito na parte dele e eu pensei assim "Pronto estraguei isto tudo, ele já não vai querer pensar mais nisso, portanto, vai ser complicado". Bom com esse diagnóstico e eu já tinha, muita idade, não é? Chegámos lá, a doutora disse-me "Pronto, é assim, Helena, com com a sua idade, vai ser difícil já engravidar, tem 5% de, de hipóteses de engravidar, mas o problema maior é do seu companheiro". Eu fiquei um bocado em choque, como deve calcular. Embora eu efetivamente, tivesse essa ideia, não é? Ouvir isto da médica... Fiquei um bocado chocada. Bom, mas pensei, olhei para a médica e disse assim "Bom, é assim não há nenhuma". Ela foi fazer testes, não é? Viu que eu tinha óvulos em quantidade suficiente, mas disse "A qualidade dos ovos pode já não ser boa, pode já não permitir, não é?" E perguntei à doutora "Há algum teste que possa comprovar isso?" E ela disse "Não, só experimentando, fazendo a experiência, é que você fica a saber se consegue ainda ou não". Depois avisou-me "Há a questão genética, tinha que fazer testes genéticos". Pronto, podia ter aquela doença dos cromossomas". E eu disse "Doutora é assim eu não tenho nada a perder, estou a perder em dinheiro, não é? É uma questão financeira, então vamos tentar". Eu já tinha conversado com o meu companheiro que nós arranjaríamos o dinheiro e íamos tentar. E assim foi. Iniciei os tratamentos, as picadelas, que eu detesto picadas, mas tive de fazer as picadas na barriga, não foi fácil mas fiz. Corajosamente fiz os tratamentos, fui fazer lá a recolha, fizemos,. dos 10 só sobreviveram 5, dos 5 só sobreviveram 4 e dos 4 morreram todos, com o tempo, pronto. Lamentamos, mas não, nenhum deles sobreviveu, não é? Nenhum deles sobreviveu. Depois mandaram um relatório a dizer que era a qualidade genética, já não era, não era boa, não é? Pronto e depois continuam a tal conversa para não desanimar a pessoa também, pronto é assim..

263 E: Para não desanimar disseram-lhe o quê?

264 I: Disseram-me que "Você continua a ter possibilidade de ser mãe, 5% de possibilidade, mas como viu não é muito fiável" e eu disse assim "Então se calhar, é melhor marcar uma consulta com a doutora novamente, para nós conversarmos", marcámos a consulta novamente com a doutora, aparecemos lá os

dois. Nós antes da consulta falávamos sempre das hipóteses, sempre, íamos sempre com as coisas esclarecidas entre nós, chegámos lá e a doutora disse "Realmente Helena já era de esperar, não, não se conseguiu" depois eles devolveram-me uma parte do dinheiro, porque não houve possibilidade de fazer o teste genético sequer, pronto, e é assim "Você tem", ela sempre me apresentou as duas possibilidades, só que eu nunca quis muito ver a outra, alternativa. "Você tem duas hipóteses, ou, aliás tem três: "Ou desiste e assume que tem dificuldade em ser mãe, ou vai tentar novamente o mesmo procedimento tendo consciência que não é fácil, que pode acontecer a mesma coisa e não conseguir material genético, que é para fazer alguma coisa, ou então opta pela terceira situação, que para mim foi a mais complexa que foi recorrer a um dador ou uma dadora, neste caso, que ela dizia que eu tinha 50% de possibilidades de ainda conseguir ser mãe.

265 E: Recorrendo a uma dadora?

266 I: Recorrendo a uma dadora. Retirando o esperma do meu companheiro, não é? Porque ele depois tomou umas vitaminas, uns suplementos...

267 E: Sim.

268 I: Deixou de fumar, fumou menos um bocadinho, houve assim um esforço de ambas as partes para que a qualidade dele, do esperma fosse melhor, não é? E eu mentalizei-me que efetivamente se calhar seria melhor tentar da outra forma, aí está, eu sei que isto tem implicações psicológicas, toda a gente me disse isso, mas eu nunca pensei muito nisso, como é que eu iria sentir-me, se ia sentir alguma coisa psicologicamente, se eu não ia aceitar a minha filha, isto foi tudo muito decidido na altura, assim. Pronto nós fomos por este caminho, mas eu dizia para o meu companheiro "É assim eu vou fazer o tratamento, mas olha nada é garantido que eu consiga". Embora tivesse tudo bem, a médica fez-me o diagnóstico, as trompas estava tudo bem, eu estava bem de saúde.

269 E: Mas então optou por essa situação?

270 I: Optámos.

271 E: A terceira, que era de recorrer a uma dadora.

272 I: À segunda vez do tratamento recorremos, isto porquê, porque devido à minha idade.

273 E: Sim, sim.

274 I: Devido aos recursos financeiros, que nós também não tínhamos muitos recursos.

275 E: Para continuar a tentar

276 I: A tentar, não é? Infinitamente. E se era para ser mãe, não havia muito tempo, não é?

277 E: Claro.

278 I: Então eu optei, mas optei sempre sem ter muita consciência que ia engravidar, entende?

279 E: Sim.

280 I: Eu achava que mesmo assim não ia engravidar (riso) que não ia ser à segunda, ia ser à terceira ou à quarta e depois eu já não tinha dinheiro, não é? Porque já não podia, já tinha que desistir, o meu companheiro tinha sempre mais fê do que eu, dizia "Tu és capaz de engravidar, tu estás bem de saúde, fizeste testes cardíacos, está tudo dentro do normal, tens as trompas bem, está tudo bem, é só o óvulo que não está está bem, é introduzir o óvulo da senhora mais jovem". A dadora tinha 27 anos, quase 20 anos de diferença de mim, não é?" É só introduzir e vai correr tudo bem".

281 E: Não acreditava?

282 I: Não, não, não acreditava. E aconteceu, fui fazer o tratamento naquele dia, ele até não me acompanhou, ele acompanhou quase tudo, naquele dia não era obrigatório, ele não me acompanhou, não é? Fizemos um implante. Eu fiquei lá sensivelmente 15 quinze à espera.

283 E: Portanto foi fazer o implante.

284 I: Fui fazer o implante, à espera de me poder levantar, correu tudo dentro do normal, fui para casa, não podia fazer esforços, passado já não sei se foi uma semana, eles depois disseram-me que iam fazer análises para ver efetivamente como é que estava a situação, não é? Eu, entretanto, antes de ir fazer análises já comecei a sentir assim umas impressões diferentes na barriga, alguma coisa, eu notei que

alguma coisa já não estava como estava antes.

285 E: E foi numa semana.

286 I: Sim.

287 E: No prazo de uma semana.

288 I: Sim eu acho que foi um prazo curto aquele em que eles vão fazer as análises para ver se a pessoa está ou não grávida. E eu fui lá para fazer as análises, mas eu disse logo à enfermeira "Olhe, desculpe, mas isto é normal sentir uma impressão assim? Eu tenho qualquer coisa que não é normal," e ela assim "Pois, se calhar está grávida, não é? Se calhar pode ser", mas eu "Nnunca... não devo estar de certeza", mas depois fiz análise naquele dia, depois fui para Bombarral, não ia ficar lá em Lisboa e eles disseram-me à noite, à tardinha, telefonam-me e dizem-me o resultado.

289 E: Disseram-lhe o resultado e o resultado foi?

290 I: Positivo.

291 E: Portanto estava grávida?

292 I: Gravidíssima, muito quer dizer, a percentagem era inequívoca.

293 E: Ok...

294 I: Telefonei ao meu companheiro e disse "Olha, estou grávida (riso)" ele começou a chorar, não é? Começou a chorar ao telefone e eu estava assim ao mesmo tempo sem querer acreditar "Eu estou grávida, como é que posso estar grávida?" Ao mesmo tempo fiquei feliz, tanto que depois passado, não sei se foi uma semana depois eu fui novamente lá à médica e disse à doutora "Eu estou grávida, não é? Pronto, mas será que a menstruação não me pode vir ainda? (riso) A menstruação se calhar ainda pode vir, não é?" e ela assim "Não vai. Pode ter a certeza que está grávida e que a menstruação só vem daqui a 9 meses" só aí é que a ficha me caiu e eu pensei "Bom, estou mesmo grávida, isto está mesmo a passar-se comigo, eu estou mesmo grávida", bom, pensei assim "Isto agora é manter a calma, gerir a situação, cuidar de mim" Eu sempre lá sozinha, porque eu depois fiquei literalmente sozinha, não é? E

ele cá em baixo, foi manter a calma.

295 E: Ficou sozinha, ficou a viver com os seus pais?

296 I: Não, não. Os meus pais estavam num lar.

297 E: Ah já estavam num lar, portanto, ficou a viver na sua casa sozinha.

298 I: Eu passei a experiência da gravidez até, não sei se foi até às 29 semanas sensivelmente, sozinha. O meu companheiro ia lá de vez em quando, quando podia, e ele até me ajudava a cozinhar que eu não era capaz de cozinhar, pronto, enjoava, e ele vinha para baixo, ou seja, passei aquela fase até aos sensivelmente 28, 29 semanas lá em cima sozinha, depois é que decidi vir para baixo, pronto. Porque já não fazia muito sentido estar sozinha, estava grávida, não é? Passei toda a fase dos enjoos sozinha.

299 E: Passou toda a fase?

300 I: Dos enjoos.

301 E: E que apoios é teve durante a gravidez até essas 29 semanas?

302 I: É assim...

303 E: Que tipo de apoios é que teve?

304 I: É assim, eu dirigi-me ao meu médico de família, eu fui sempre acompanhada pelo meu médico de família e ele disse "Não me diga que está grávida" e eu disse "Estou" e depois expliquei ao doutor "Bom você já está grávida de 5, 8 dias" Acho que foi com 8 dias que eu apareci lá no centro de saúde, "Então tem que ir fazer análises" e eu disse ao doutor "Mas eu agradecia que me encaminhasse para um obstetra", aliás, a doutora lá de cima já tinha aconselhado isso e depois ele transferiu-me para o hospital das Caldas da Rainha e eu fui acompanhada, passado um mês, um mês a seguir fui acompanhada nas Caldas da Rainha e o doutor deu-me aquele acompanhamento básico das primeiras análises, primeiros conselhos, depois passei sempre a ser acompanhada no hospital das Caldas da Rainha até fazer a segunda ecografia, eu ainda a fiz lá, antes de vir para baixo. Quando vim para baixo começou-me a crescer muito mais a barriga, não é? Já tinha um bocadinho, passado 15 dias a barriga começou a

crescer.

305 E: Mas tinha 29 semanas quando veio para cá?

306 I: Sim, sensivelmente sim.

307 E: E apoio também, nessa altura o que é que achava que, podia ter tido algum apoio diferente?

308 I: É assim eu basicamente não tive grande apoio, para além dos médicos, não é? Ao meu pai eu contei mais tarde, tão tarde que ele se apercebeu antes de eu contar (riso) a minha mãe sofre de um problema de demência, já não tinha bem a noção, pronto.

309 E: E de outras pessoas? De amigos ou família?

310 I: É assim, eu guardei muito porque nós tínhamos o receio de vir um bebé com malformações ou ter que interromper ou haver uma interrupção da gravidez, um aborto, e mesmo não sabendo que havia uma dadora ele tinha receio da parte dele, tinha receio que houvesse alguma má formação ou alguma coisa. Eu disse para ele e ele para mim, pensámos assim "Não vamos contar isto a ninguém porque se houver um aborto ou se tiver que fazer o aborto espontâneo ou ocorrer uma má formação, as pessoas escusam de saber". Eu guardei isto da gravidez um bocadinho para mim, sou sincera. Não comentei muito com ninguém, eu desabafava com ele e desabafava comigo, basicamente porque estávamos um bocadinho na expectativa de como é que as coisas correriam, não é? Apesar de eu depois ter um feeling de que as coisas talvez corresse bem, pronto, estava a ser bem acompanhada, as coisas, a bebé, os testes, as ecografias, davam tudo bem, não é? Estava tudo normal.

311 E: Sim, estava a ver se estava aqui sinal de gravação.

312 I: Mas havia sempre aquele receio, sobretudo mais da parte dele, não é? De que a coisa não corresse bem e só contámos mais tarde à família, pronto.

313 E: Mais tarde com que meses?

314 I: É assim, ele só contou à família quando eu estava cá.

315 E: Que veio para cá com?

316 I: Com sensivelmente 28,29 semanas,

317 E: De gravidez, sim.

318 I: Sim. Ele só contou quando eu estava cá e eu também só contei ao meu pai um bocadinho antes de vir.

319 E: Outras pessoas de família ou amigos?

320 I: É assim, não contei a ninguém...

321 E: Hmm...

322 I: Só mais tarde, porque depois o meu pai é que foi contar! Assim é que foi. Tenho uma tia, que é irmã dele, o pai meu contou à minha tia que eu estava grávida (riso) e o meu pai assim muito aflito "Aí ela está grávida, agora como é que ela vai fazer, está sozinha" não-sei-quantos não-sei-quantos mais, ficou um bocadinho aflito com a situação porque ele nem me deixou muito bem conversar com ele. Entrou em stress, eu não consegui conversar com ele muito bem, teve que ser a assistente social a conversar com ele.

323 E: A assistente social?

324 I: Do lar onde ele está.

325 E: Ah

326 I: A assistente social é que teve que lhe explicar melhor porque ele reagiu mal, entende? Pronto. Ele assim que me viu com a barriga, porque eu já levava a barriga visível para falar com ele, ele apanhou um choque e reagiu mal e eu não consegui falar com ele e passado algum tempo tinha que ir tratar de um assunto com ele e pensei assim "Bom é melhor se calhar a doutora tentar fazer uma abordagem maior para a gente não se desentender, porque depois o meu companheiro também não se sentia muito bem em ir com ele porque fomos nós que o levámos no carro, até foi uma situação de tribunal e "É melhor a doutora ver se consegue falar com ele, explicar-lhe". Ela explicou-lhe, depois foi mais fácil, ele já ia mais

calmo, já tinha percebido a situação e depois foi ele que telefonou à minha tia e a minha tia telefonou-me "Então, estás grávida? Então não sabia, como é que foi isto? Não sei quantos, o teu pai está muito preocupado", depois eu aí comecei a acalmá-la e a explicar a situação, depois ela ficou mais calma, pronto, basicamente foi isto, eu tenho uma irmã, mas nós não temos um grande relacionamento, um bom relacionamento dada situação de saúde dos meus pais, nós depois ficámos um bocadinho mal porque ela não colabora comigo, chateámo-nos um bocadinho e eu não lhe contei a ela, até porque não queria que se generalizasse, eu queria guardar um bocadinho para mim, entende? Estava em volta nalguns riscos, não queria estar a ser o centro das atenções, não queria que me estivessem a perguntar "Então está bem, então de quantos meses é que estás? As pessoas começaram a desconfiar, não é?". Eu usava sempre uma capa para disfarçar a barriga (riso) mesmo quando estava calor eu usava a capa e as pessoas começaram "Mas que raio, está estranha". Depois tinha a tensão mais baixa, as pessoas começaram a desconfiar, as pessoas do meu relacionamento e eu dizia "Pois é normal se calhar com o calor". Nunca admiti, mas as pessoas começaram a desconfiar, a partir daí a minha tia depois contou à minha irmã que eu estava grávida, que a bebé ia nascer e ela ficou a saber, contou a outras pessoas, depois uma ou outra pessoa soube. Eu quis guardar para mim, não sei se fiz bem se fiz mal, pronto, foi uma atitude minha, não é? Quis viver aquele momento meu e sem pressões, não é? Aí está as pressões sociais porque é assim, quando nós somos jovens tudo muito normal, muito natural, mas quando nós temos mais idade as pessoas, até uma vizinha minha lá do meu pai diz assim "Mas estás grávida?", assim admirada, não é? "Mas estás grávida?" é tudo muito estranho, claro que ela não sabe exatamente a situação.

327 E: E como é que lida com isso?

328 I: É assim, eu não falo particularmente sobre isso, não é que eu tenha problemas propriamente nisso, mas há pessoas que podem não entender.

329 E: Isso, no facto de ser uma mãe com 46 anos.

330 I: Ah, não. Estava-me a referir ao facto de a bebé não ser minha, biologicamente.

331 E: Ah, ok, ok...

332 I: Nessa questão porque efetivamente é um bocadinho diferente, não é?

333 E: Ah sim, ok.

334 I: Nessa, nessa questão de não ser biológico, não é?

335 E: Sim, a uma dadora.

336 I: A uma dadora, isto se calhar para muita gente faz confusão, não é? Agora de ser mãe com 46 ano, eu lido normalmente, pronto, só me lembro da idade quando me sinto cansada.

337 E: Então e a pressão?

338 I: A pressão era ter que assumir que efetivamente tinha recorrido a uma dadora, entende?

339 E: Hmm, ok.

340 I: É essa a pressão.

341 E: E sentiu necessidade de dizer isso?

342 I: As pessoas podem perguntar, sim, "Então com que idade é que engravidaste? Então, mas conseguiste ser mãe?" Podia haver aí uma coisa, não é? Eu também não queria contar porque eu acho que a minha filha tem direito a saber e certamente eu vou-lhe contar, mas quando ela tiver preparada para isso e acho que se eu vou contar a alguém podem várias pessoas espalhar e também não quero que se saiba, nem que a minha filha saiba por outros.

343 E: Sim

344 I: É assim se tivesse sido mais cedo e de outra forma, se calhar eu não tinha feito tanto sigilo.

345 E: Então a pressão não tem a ver com a idade?

346 I: Não, não.

347 E: Ok, tem a ver com o recurso a uma...

348 I: Isso mesmo, ao procedimento.

349 E: Sim sim, e do ponto de vista de saúde nesse seu processo, acha que podia ter acontecido alguma coisa de diferente?

350 I: Como assim? Não...

351 E: Ao nível de algum tipo de apoio que sentia necessidade, alguma vez tentou... ter algum tipo de apoio diferente, fosse a que nível fosse?

352 I: A única coisa que eu achei que não fui muito apoiada, foi na altura dos enjoos, mas foi pelo médico de família porque ele dizia-me que não, não se tomava medicamentos para os enjoos e eu fiquei quase um mês a enjoar e fiquei com anemia por causa diss, vomitava, enjoava, vomitava e passado quase um mês eu fui à consulta e disse: "Doutor desculpe, mas eu estou a enjoar, veja lá o que é que pode fazer,". Ele foi-me pesar, já tinha perdido meio quilo, então aí é que ele me prescreveu um medicamento e que não era prejudicial. Digamos que a falha que eu achei foi nessa parte, depois eu falei nisso à obstetra e ela disse que não fazia mal nenhum, até devia ter tomado a medicação mais cedo. De resto fui assim muito bem acompanhada, com análises, com exames, nunca senti falta. Se calhar de um apoio presencial, não é? De o meu companheiro estar perto de mim.

353 E: E, entretanto, às 29 semanas decide regressar e vem viver com ele?

354 I: Sim, porque uma enfermeira minha começou-me a dizer "Helena, mas se você está solteira, se está sozinha, não está empregada, como é que pretende..." ela não disse com estas palavras, mas "Como é que pretende, como é que pretende criar o filho assim, não é? Pronto, você está sem apoio, se calhar é melhor ir ter com o seu companheiro e ele ajuda-a, não é?" foi mais ou menos neste sentido, eu fui um bocado pressionada também, não é?

355 E: Por parte da...

356 I: Não posso dizer que não me custou vir para cá, custou porque de repente tive que vir para um sítio que não conhecia, tive que mudar tudo, deixar tudo, não é? Não foi fácil, como é óbvio. Mas ou ficava lá sozinha e continuávamos a nos encontrar de semana a semana no fim-de-semana ou eu tinha que vir para baixo, eu optei por questão e ter maior apoio, optei por vir cá para baixo.

357 E: Cá para baixo foi vir viver para Évora com o seu companheiro?

358 I: Exatamente, mesmo assim, pronto ele na altura estava a morar com o pai, não tínhamos onde ficar e eu não podia ir morar para casa do pai (riso), tivemos à procura de casa, mas ele não encontrava casa nenhuma (riso) e houve um bocado de stress, não encontrava casa, disse "Olha é melhor tentar um quarto porque a gente arranja mais facilmente e depois procuramos a casa depois". Ainda paguei um mês porque não fui capaz de vir automaticamente cá para baixo, tive um mês a pagar o quarto sem vir para cá, só ao final do mês é que consegui vir cá para baixo e no final daquele mês é que vim, tive que

limpar as coisas porque foi muito difícil sair, deixei os meus pais estão num lar, pronto, toda a gente diz isso, deixei os meus pais lá, mas o meu espaço, as minhas coisas, entende? Os meus conhecimentos, foi muito difícil, foi um sacrifício, posso dizer que foi um sacrifício, mas pronto, para o bem da bebé, não é? Eu tinha que vir e vim, entretanto, levamos mais um mês e meio ou quase dois meses a encontrar uma casa para podermos ficar. Eu fui primeiro morar para lá e, um bocadinho antes do nascimento, é que foi morar para lá comigo.

359 E: Para lá foi morar para um quarto?

360 I: Não, para esta casa, atualmente onde eu estou.

361 E: Estiveram ainda uns meses, dois meses, num quarto?

362 I: Eu tive um mês, mês e meio, talvez.

363 E: Arrendaram uma casa?

364 I: Aquela casa onde eu estou a morar arrendámos aquela casa e ele foi logo morar comigo, mas nós só oficializámos a situação da transferência da morada quando a bebé nasceu.

365 E: Ok.

366 I: Um mês ou dois.

367 E: Nasceu há quanto tempo ela?

368 I: Portanto ela já fez 13 meses.

369 E: Ok

370 I: Agora em ...

371 E: Como é que se chama? A bebé?

372 I: Inês Maria.

373 E: A Inês Maria?

374 I: A Inês Maria, pronto e foi aí a minha preocupação era organizar a casa toda, pôr a mobília essencial, o enxoval da bebé para que tivesse tudo organizado (riso) porque eu já calculava, tinha a ideia, que quando nascesse a criança as coisas não iam ser fáceis, não é?

375 E: Não iam ser fáceis porquê? Qual é a sua expectativa?

376 I: É assim, porque ia ser muito trabalhoso, não é? Porque iria ser mais confuso, nós também estávamos a morar há pouco tempo juntos, há cerca de 2 meses ou 3, também não tínhamos muita experiência de coabitação, não é? Tudo seria exigente.

377 E: E namoravam há 2 anos para aí?

378 I: Sim, sensivelmente, mas só morávamos juntos há 2 meses ou 3 (riso) Eu tinha a ideia que tinha que organizar as coisas todas bem organizadas, porque nós chegámos à casa e não tínhamos mobília nenhuma, não tínhamos nada, tivemos que arranjar tudo, tudo em cima do acontecimento.

379 E: Estava a quanto tempo de ter a sua filha?

380 I: Era assim, quando, eu comecei a ter preparação para o parto às 32 semanas, quase 33. Nessa altura já estava naquela casa, mas faltavam coisas ainda do enxoval, o resto estava tudo mais ou menos organizado, faltava um móvel ou outro, um guarda-vestidos ou isso, estava mais ou menos, organizado. Nessa altura já a família dele sabia e depois tinha que deixar tudo organizado porque na altura do parto, a coisa pode não ser fácil, não é? E eu tinha a malinha com o trolley das coisas, a minha ideia era ir para o hospital e deixar tudo pronto, tudo organizado e assim foi porque o parto teve que ser provocado e deu tempo para organizar tudo porque eu já sabia que ia naquele dia. Relativamente à gravidez, não sei se isto é importante falar se não, a gravidez foi uma gravidez normal, não foi uma gravidez de risco. O risco estava na minha idade, não é? Mas foi uma gravidez perfeitamente normal, o pior da gravidez foi os enjoos.

381 E: E o apoio do seu companheiro durante esse processo?

382 I: Ele telefonava-me muitas vezes, estava comigo quando podia, mas telefonava-me sempre a perguntar como é que eu estava, quando ia lá a cima deixava-me a comida feita, porque eu tinha muita dificuldade em comer, como em fazer. Tudo o que fosse verduras não podia, enjoava, mas a maior parte das vezes eu não era capaz de comer a comida, ele deixava-me a comida feita no frigorífico e eu não era capaz, enjoava, comia uma vez ou duas, o que é que eu fazia? Ia comprar comida fora. Normalmente ou sopa ou segundo prato.

383 E: Ele apoiou nessa altura porque fazia-lhe a comida quando lá ia?

384 I: Sim, exatamente. Ele quando ia, quando estava ao fim-de-semana fazia-me a comida, deixava-me a comida feita e, aliás, quando ele começava a grelhar peixe eu tinha que sair de casa (riso) porque aquilo era um andar, não tinha assim um espaço para grelhar fora e a casa ficava toda cheia de peixe.

385 E: A ajuda dele nessa altura como é que a sentiu?

386 I: Eu senti que ele me deu a ajuda possível, não é a ajuda que eu gostaria de ter, mas ele também não estava ao pé de mim.

387 E: Ok

388 I: Como ele não estava ao pé de mim eu também não podia exigir porque ele também não tinha condições, estava a trabalhar, também não podia deixar o trabalho, ou seja, ele deu-me a ajuda possível. O resto tive que passar sozinha, o médico de família dizia-me "A Helena depois consegue lidar sozinha com isso?" E eu assim "Por enquanto eu estou a lidar bem". Eu também não senti, para além dos enjoos da comida, também não senti muita necessidade de ter alguém muito presente, falava com ele...

389 E: Mas como é que se define em termos de... o que é que isto tem a ver com as suas características pessoais? Essa sua necessidade de estar, de organizar as coisas, mas, ao mesmo tempo, sentir que não precisava de grande apoio?

390 I: É assim, por um lado a necessidade de ter as coisas organizadas, a situação de preparar um acontecimento que seria exigente, não é? E poderia não ser fácil...

391 E: Isso tem a ver consigo, com a sua história, ao longo da vida?

392 I: Eu sempre fui assim, cada vez que ia embarcar num projeto com mais exigências, sempre gostei de ter as coisas primeiro organizadas, isto para poder ser cumpridora, porque quando nós temos as coisas mais ou menos definidas, as coisas correm bem.

393 E: Então, ao longo da sua vida, essas, essa sua característica...

394 I: Sim,

395 E: Esteve presente?

396 I: Sim, por norma, sim. Eu sempre fui uma pessoa, por exemplo, vou dar um exemplo, eu cheguei a trabalhar em Lisboa, sair às seis da manhã e chegava às nove da noite.

397 E: Com que idade?

398 I: Foi aos 39, 40, 40, 41.

399 E: Já tinha tirado o curso de sociologia, já estava a fazer as formações na área da contabilidade.

400 I: Não, eu estava nessa altura a fazer um estágio numa farmácia porque, entretanto, eu fui fazer um curso numa farmácia, um curso técnico-auxiliar farmácia, chamava-se assim, não, aliás, estou a mentir. Estava a fazer um estágio profissional, pelo centro de emprego. Já tinha concluído o curso e estava a fazer um estágio profissional pelo centro de emprego. Surgiu essa oportunidade, eu achei muito interessante e então tinha que ir para Lisboa, isso foi na altura em que eu comecei a namorar com o tal namorado de Faro. A minha mãe já não estava muito bem em termos de memória, tinha alguns problemas e o meu pai estava assim-assim e ia gerindo, e então eu tinha esse horário alargado. Todos os dias tinha que ir trabalhar, só tinha folgas de manhã e ao sábado tinha que ir de manhã trabalhar, é assim, era a tal coisa, eu também não acreditei muito, mandei o currículo, mas fui selecionada e disse "Eu tenho que te deixar com a mãe, mas eu não posso perder esta oportunidade. Isto é excelente para o meu currículo, isto é excelente para a minha área e vais ter que ficar com a mãe". Aí está. Aí senti uma grande necessidade de deixar tudo preparado. A minha roupa no guarda-vestidos estava toda

preparadinha, as toiles todas para cada dia da semana, a medicação da minha mãe era preparada toda, normalmente ao fim-de-semana, separadinha, a comida da minha mãe, eles tinham apoio domiciliário, mas o meu pai geria isso, deixava os lanches da minha mãe preparados, o pequeno-almoço tentava deixar tudo preparado para o meu pai depois dar, e dizia ao pai "faz isto", o meu pai depois apoiava no resto porque ela sofria demência e depressão, era a maneira de eu conseguir sair e estar um pouquinho mais descansada, não é?

401 E: E conciliar as coisas?

402 I: E conciliar as coisas.

403 E: E na sua infância, em termos da sua própria educação, como é que isso se refletiu?

404 I: O meu pai sempre me ensinou, mais o meu pai, a ser uma pessoa responsável, a assumir as minhas responsabilidades e eu não podia falhar. Cada vez que eu falhava ele dava-me na cabeça, pronto. Eu sempre fui muita educada assim.

405 E: Mas não podia falhar na escola? Não podia falhar no quê?

406 I: Não podia chumbar de ano, ele também não exigia que fosse a melhor, mas tinha que ter notas para passar, e tinha, tinha que ser responsável. Se eu me comprometia a fazer determinada tarefa, tinha que a fazer. Porque senão, ele ralhava comigo. E dizia-me "Tu ainda não fizeste esta tarefa. Disseste ao pai que fazias".

407 E: E qual era o papel da mãe aí? Da sua mãe?

408 I: A minha mãe era mais conciliadora, era mais "Filha, não faz mal, se não conseguires fazer, se não conseguires, também não há problema, fazes noutro dia". A minha mãe era mais flexível, o meu pai não. E eu herdei um bocadinho esse feitio do meu pai, quando tenho que fazer alguma coisa que envolve deslocações e envolve mais alguma coisa então preparo as coisas, porque preparar as coisas implica que eu perca menos tempo.

409 E: Sim.

410 I: E conseguia mais facilmente cumprir prazos. Se eu tenho que apanhar transportes para ir para Lisboa,

não me posso atrasar.

411 E: Ok então e em relação esse seu modelo? O seu pai que profissão é que tinha?

412 I: O meu pai é agricultor, era agricultor.

413 E: E a mãe?

414 I: A minha mãe era doméstica.

415 E: E, essa sua influência do seu pai acabou por ajudar na gravidez. É isso? A forma como viveu a gravidez. Essa sua característica, que foi desenvolvendo, tudo muito organizado.

416 I: Sim, em termos de organização, sim. Em termos de manter a calma e deixar as coisas fluir acho que é mais a minha mãe, foi mais a minha mãe. Organizar as coisas sim, mas depois, tanto que o médico disse primeiro "Olhe, isto não é nenhuma doença, isto é normal, não é nenhuma doença, portanto, deixe-se descontraír, apesar da sua idade, não pense muito nisso, tenha os cuidados, faça a sua vida normal, procure fazer a sua vida normal, com aquelas precauções de não pegar em pesos, mas faça a sua vida normal" Se não fossem os enjoos eu até me esquecia que estava grávida, entende? (riso)

417 E: Depois o seu marido, o seu companheiro, foi-a ajudando sempre?

418 I: Sim.

419 E: E às 29 semanas decidiu vir para Évora...

420 I: Sim.

421 E: E vir viver para cá.

422 I: Sim.

423 E: E depois vem...

424 I: Não antes de pensar com que médico de família é que eu ia ser acompanhada, já tinha consulta marcada de obstetrícia no hospital de Évora, ou seja, eu não, eu nunca tive falta de apoio, foi tudo muito rápido, tudo muito agilizado. A médica assim que eu disse que ia para Évora tratou logo do pedido da minha transferência, um mês antes e quando eu cheguei

425 E: Ficou tudo orientado?

426 I: Tudo orientado.

427 E: E, entretanto, deixou também tudo orientado depois em casa e veio a altura do parto, não é?

428 I: Certo.

429 E: E na altura do parto e... como é que foi essa transição?

430 I: Difícil, mas eu queria voltar só um bocadinho atrás, na, na minha gravidez. eu fiz a preparação para o parto, estava tudo dentro do normal e correu normal, a tensão também estava bem, só que ,efetivamente, não havia sinais de vir a bebé, estava-se a aproximar do termo e não havia sinais, eu fiz as CTG, não havia sinais de nada e comecei a ficar assim um bocadinho preocupada, mas ao mesmo, olha, há-de ser o que, o que Deus quiser! Entretanto o meu obstetra foi de férias e nós nunca falámos relativamente ao parto, nunca falámos efetivamente, sempre pensou, sempre disse "Vai ter um parto normal, entretanto há-de chegar a hora" mas a hora não chegava, entretanto nós não planeámos como é que iria ser o parto, nem pensámos se seria de cesariana, não é?

431 E: Nós?

432 I: Eu e o médico.

433 E: Neste caso a Maria Helena e o, e o...

434 I: E o médico.

435 E: E o obstetra, sim.

436 I: Pronto, e depois só me restava a hipótese de ser um parto provocado.

437 E: Sim.

438 I: Só que o parto provocado é muito mais doloroso e eu não tinha muito bem consciência disso (riso). Só tive consciência no hospital, quando me disseram "Olhe é um bocadinho mais doloroso, porque é provocado". E depois uma enfermeira até me perguntou, inclusive, "Então, mas porque é que não falou com o seu médico? Ele faz cesarianas por tudo e por nada, porque não faria com ele uma cesariana?" Disse "Olhe nós nem sequer conversámos sobre isso. Ele, entretanto ele foi de férias" Estava a contar que o parto fosse um pouco mais fácil, entende? E não estava à espera, efetivamente, tivesse um parto tão complexo, não é? Nem que tivesse sido provocado, não sei se tem a ver com a idade, também ninguém me explicou se havia algum motivo. O facto é que eu fiz um parto provocado, sofri imenso (riso), foi muito doloroso.

439 E: Quem é que a apoiou?

440 I: O meu companheiro.

441 E: Que esteve consigo nessa altura...

442 I: Sim. Aliás, ele até tirou...

443 E: Da indução do parto?

444 I: Sim. Ele até tirou férias antes, uma semana antes da data prevista, a ver se a bebé nascia, não nasceu e, entretanto, ele teve que ir trabalhar, e depois ele já estava a trabalhar no hospital e de vez em quando fugia, dava uma fugidela à maternidade para ver como é que eu estava (sorriso), depois ela nasceu às 41 semanas, depois do horário de expediente do meu companheiro.

445 E: Então teve o apoio dele nesse momento?

446 I: Tive e não tive porque ele não assistiu ao parto, ou seja, ele ainda ficou a trabalhar. Eu, entretanto, ainda entrei um bocadinho em stress, porque não pude fazer epidural porque, entretanto, surgiu uma complicação, uma infeção, e andava sempre a telefonar "Olha, vê lá se vem aí o médico, preciso de

falar com ele" porque eu depois ainda queria fazer uma cesariana (riso) Na altura fiquei agitada, não foi fácil, o parto não foi fácil porque eu não estava preparada. Eu estava a pensar que ia fazer epidural, disseram-me que não podia fazer epidural e eu fiquei assim "Então estou cheia de dores e agora como é que eu vou aguentar o parto?", depois deram-me algo para as dores, acalmou e iam vendo sempre a dilatação, mas aquilo levou algum tempo até chegar ao momento de ir para o parto. Entretanto, chegou o doutor, finalmente, veio de Beja, e o doutor disse que ia-me dar, efetivamente, algo, para eu poder minimizar a dor e depois levei uma anestesia local. Aí houve qualquer coisa que falhou porque o doutor devia-me dizer "olhe, mantenha a calma porque vamos-lhe dar a anestesia" porque o que a enfermeira disse-me é "Anestesia, não lhe posso dar mais anestesia" e estava efetivamente a acabar o efeito da anestesia (riso) ou seja, eu pensei "Vou para a sala de partos, o que é que eu vou ter que sofrer?" (riso) Se eu não posso levar anestesia, não posso levar epidural, não é? Se eu já estou há, há mais de, desde, das 10:30, 11 horas com dores...

447 E: Vamos só fazer uma, uma paragem, vem ali um carro, só para ele, só para sair... já está.

448 I: Como é que eu vou lidar com isso?

449 E: Como é que lidou com a dor no momento do parto?

450 I: Eu na altura cheguei quase a entrar em stress. E fui para a sala de partos um bocado amedrontada, pensei assim "Bom, se eu já não aguento estas dores todas, agora como é que vai ser, não é? A sangue frio" (riso) Eu entrei muito stressada até que comecei a perceber que ele me deu a anestesia e que eu comecei a não sentir nada, não é? Pronto, ele fez o que quis, eu não, não consegui fazer a dilatação suficiente e ele teve que me puxar a bebé, porque eu estava enervada e não consegui. Só mais a meio do parto, quando ele foi tirar a criança é que eu consegui acalmar, porque eu estava enervada. Houve uma situação de stress, eu a tenta, ele também já estava a ficar nervoso, o meu companheiro, porque eu disse-lhe que faltava um bocadinho "Olha já está nos 10cm, eles vão-me chamar", e ele, entretanto saiu, porque não estava a trabalhar, mas estava na maternidade, saiu lá fora um bocadinho, estou a ficar um bocadinho emocionada, peço desculpa.

451 E: Não, mas não (gaguejou). O facto de estar emocionada é...

452 I: É lembrar o momento.

- 453 E: É o que sentiu, não é? Aliás, a Helena, aquilo que eu estou a sentir é que isto para si é...
- 454 I: Mexeu bastante comigo, sim.
- 455 E: Não é? Mexeu, portanto, essa emoção tem acompanhado sempre esta conversa, não é?
- 456 I: Sim, por isso é que é uma conversa difícil. Entretanto eu entrei para a sala de partos, eu estive lá, sei lá, se estive lá 10 minutos, aquilo foi mais ou menos rápido e o meu companheiro apercebeu-se do choro da criança, apercebeu-se que a bebé tinha nascido pelo choro. E aproximou-se da sala, depois é que eles deixaram entrar, ou seja, quando ele chegou o bebé já tinha nascido e assistiu a dar o primeiro banho à bebé, eu, estava concentrada na situação do trabalho de parto, pronto. Só senti no final os pontos, ou seja, não senti absolutamente nada porque estava anestesiada, foi mais fácil do que aquilo que eu estava supostamente a pensar.
- 457 E: À espera?
- 458 I: À espera, isto é uma crítica que eu faço ao hospital, se efetivamente me tivessem explicado melhor e tentado acalmar melhor, se calhar podia ter corrido melhor porque estava tão desgastada, pelo stress, da situação, que a coisa poderia ter sido conduzida de outra maneira.
- 459 E: Estava a, o stress psicológico, era mais psicológico, não era?
- 460 I: Era
- 461 E: Não era tanto físico.
- 462 I: Exatamente. Mas fiquei maltratada, fiquei com dores e tive que levar comprimidos. A bebé também ficou com algumas marcas que depois disfarçaram, pronto.
- 463 E: Portanto o parto foi com fórceps?
- 464 I: Foi, exatamente e foi rápido, tinha que ser, porque se não também passava o efeito da anestesia, fui tudo assim a despachar.

465 E: A Maria Inês nasceu e está tudo bem com ela?

466 I: Tudo bem. A bebé...

467 E: Qual foi a sua primeira reação?

468 I: A primeira reação foi manter a calma e pensar assim "Bom, agora estou noutra fase, isto já passou, agora vou ter a bebé" porque eu sabia, não é? "eles vão pôr a bebé a mamar aqui, entretanto, pensar assim: "Bom, vamos lá a ver como é que corre a mama" Depois eu já estava a querer manter a calma, descansar, amamentar qualquer coisa, mas correu bem. Olhei para a bebé, eles puseram-me à mama e o bebé mamou normalmente. Depois eles disseram assim "Passadoduas vai para outro sítio, não é? Vai ficar com a sua bebé" E eu estava cheia de sangue, tive que levar até uma transfusão, uma injeção, porque estava a deitar muito sangue, depois o meu companheiro foi-se embora, eu fiquei com a bebé sozinha, as enfermeiras ajudaram, porque eu estava muito debilitada mesmo, tiveram que me ajudar.

469 E: Precisou de transfusão de sangue? Não percebi.

470 I: Não, transfusão não. Uma injeção para parar o sangue.

471 E: Ok

472 I: Porque eu fui à casa de banho...

473 E: Hemorragia.

474 I: Hemorragia, exatamente. Estava com uma hemorragia, mas de resto, senti-me bem, à exceção do corpo, não é? Estava toda dorida, toda, efetivamente, doía-me tudo, nem me conseguia sentar para comer, imagine como é que eu estava, levantar-me da cama e deitar na cama era sempre um sacrifício, doía-me tudo.

475 E: Sim...

476 I: Era terrível. O mais difícil foi quando elas me disseram "Você agora fica aqui com a bebé e se precisar de alguma ajuda é só tocar a campainha" puseram-me a bebé no berço, no bercinho ao pé de mim, e eu

pensei assim "Então mas eu não percebo nada de bebés, como é que eu agora vou cuidar da bebé sozinha? Se calhar é melhor depois pedir à enfermeira ajuda" e eu pensei "Bom, como é que eu agora vou cuidar da bebé? Pronto, não há-de ser nada" e eu "Não há-de ser nada" (riso), foi aí que a ficha caiu de ser mãe, não é? Eu não tinha experiência em crianças, em bebés, como é que eu agora vou lidar com isto? Mas pensei assim "Bom, está acolá uma campainha, se houver algum problema" (riso) toco à campainha, não há-de ser nada. Depois foi a tal questão, mudar a fralda, eu lembro-me que a primeira dificuldade foi mudar a fralda em condições. Pensei assim "Vou pedir ajuda, para que a fralda fique mudada", depois foi o mamar, tinha que acordar, supostamente, de duas em duas horas, de três em três horas, eu punha sempre o despertador, só que não era necessário, que ela acordava, acordava-me, depois acordava a chorar, com cólicas, acordou bastante, depois a primeira noite nem consegui dormir nada de jeito, pronto porque ela acordava, depois houve um período em que ela deixou de mamar, um período mais complexo, deixou de mamar.

477 E: Isto tudo ainda no hospital.

478 I: Tudo no hospital. Eu entrei quinta-feira de tarde, ela nasceu sexta-feira ao final da tarde e na segunda-feira de manhã tive alta, portanto, estive aquele período todo. Depois ela não amamentou, nem era biberon, nem nada, recusava-se a comer "Estou tramada (riso) se ela não se alimenta" houve uma situação de algum stress, porque ela não pegava, deixou de pegar.

479 E: Qual é que era o apoio que lhe era dado pelos profissionais?

480 I: O apoio foi no sentido, mais ou menos, "Isto é normal, mas se houver algum problema ela vai ficar aqui internada, pronto, mas à partida isto é normal e ela vai ser ao biberon ou à mama, isto vai acontecer", mas houve um bocadinho de dificuldade porque era um bebé e depois isto continuou em casa, o bebé era, efetivamente um bocadinho lento, preguiçoso a mamar, não é? Nós tivemos que recorrer mais tarde, em casa ao biberon para compensar. Mas foi mesmo um tratamento de choque, foi uma enfermeira que chegou lá abocanhou a bebé (riso) na minha mama e a partir daí ela começou a mamar normalmente, mas o leite ainda não tinha descido, como eles dizem, tinha que amamentar mais frequentemente e ela acordava mais vezes com fome e tinha que ser mais vezes mama, isso foi um bocadinho desgastante. A última noite já dormi um bocadinho mais. E depois era a preocupação, chegar a casa e agora? Nem ele nem eu percebíamos de bebés, chegamos a casa...

481 E: E no hospital, o pai como é que interagiu consigo e com a bebé?

482 I: O pai na, na altura estava calmo, talvez porque, entretanto chegou a irmã dele, da Holanda, que vinha para o nascimento da bebé e depois acho que a irmã deu algum apoio...

483 E: Deu apoio a quem?

484 I: Ao meu, ao meu companheiro, não é? Ela ia lá pá, ela ia lá jantar e estava um bocado com ele e ele não ficou desacompanhado naquele período, também ela chegou na sexta-feira à noite, foi só no sábado e domingo, segunda-feira tivemos alta, pronto. Então o que é que aconteceu? Ele parecia-me estar mais ou menos calmo, mas eu tinha muito a situação, não era o cuidar propriamente dela, em si, era se houvesse alguma questão médica, não é? Como é que eu faria?

485 E: Se a Maria Inês estivesse doente?

486 I: Sim, se subitamente tivesse algum problema, há sempre aquelas inseguranças se ela sufocasse, se ela deixasse de respirar porque depois há aquela questão da morte súbita. Ao fim ao acabo, não é bem o cuidar porque mudar a fralda eu, mais ou menos, sabia, o dar o banho eu dava com ele.

487 E: E aprendeu no hospital essas coisas?

488 I: Sim, nós tivemos uma pequena formação, o básico eu sabia, a questão era mais mamar.

489 E: Como é que lidou com isso, com essa sua insegurança?

490 I: É assim, eu lidei mais ou menos, o meu companheiro é que não lidou bem, ficou stressado porque queria dormir e não conseguia. Não conseguia, depois tinha que ir trabalhar porque passado aqueles dias de licença...

491 E: Ele tirou os 15 dias foi?

492 I: Ele tirou os cinco dias de licença e depois ainda tirou férias, não sei se mais uma semana ou coisa assim do género, ele tirou ainda algumas férias, tirou o que podia tirar por lei. E durante esse período nós começámos a perceber que a bebé nos acordava, como acontecia no hospital, acordava muitas vezes, a mama poderia não estar a ser suficiente e ele começou a stressar um bocado porque ele não

conseguia dormir, ele sempre foi uma pessoa que gostava de dormir uma noite inteira e eu nesse aspeto eu estava mais preparada porque não sei se é por ser mulher, eu já estava a pensar que isso iria acontecer, que certamente iria ter que acordar, eu punha sempre o despertador de três em três no máximo para lhe dar mama. Por norma era mais cedo, antes ela acordava, começava a chorar e eu tinha que lhe ir dar a mama. Mas por causa dele, foi uma questão de ajuste de casa, não foi uma questão da bebé, passado uma semana e pouco nós fomos para o centro de saúde, um bocado aflitos. Eu aflita porque ele estava aflito, não é? Houve (chorou) uma situação de stress, ele um bocado aflito porque achava que ela não estava a ganhar peso suficiente, tinha perdido um bocadinho de peso, então fomos ao centro de saúde, expor o que se passava, como é que nos poderiam ajudar. Uma enfermeira disse que a situação era normal, que por vezes havia bebés preguiçosos, não é? Que o leite também podia não ter descido e que era normal ter que se acordar várias vezes por noite para ela mamar e que não tinha nada a ver com o meu leite, que o meu leite era normal, que não tinha a ver com a idade porque eu comecei a insistir um bocadinho. Ah falha-me uma coisa, a irmã dele...

493 E: A irmã do seu companheiro?

494 I: Sim, a irmã que está na Holanda, mas que veio na altura...

495 E: Que veio na altura na altura do nascimento...

496 I: Começou a dizer que os filhos dela porque ela não teve uma experiência de amamentar assim muito favorável, não amamentou, começou-lhe a a incutir um bocadinho, poderá não ter sido por má intenção, que os bebés bebendo o biberon dormiam a noite inteira (riso) e que um biberon era a salvação do mundo e que a mama não era tão importante assim e ele começou-me a pressionar para o biberon. A enfermeira acabou por ver que a gente estava, eu parecia, parecia que estava anémica, não conseguia dormir, e ele também muito cansado e então é que se decidiu? Até porque o peso não estava ainda a recuperar bem e com autorização da médica, o suplemento seria o biberon, pronto, mas não substituir a mama pelo biberon, era primeira mama, depois o biberon, mas a prática não era assim. Na prática havia alturas em que o meu companheiro me pressionava a dar biberon em vez de mama.

497 E: Sim

498 I: Eu também não ia fazer aqui um bicho de coiso... Depois da gravidez, é normal, nós sentimos realmente a alteração hormonal e agravava, não é? Aquela pressão dele enervava-me, resumindo e

concluindo, mais tarde acabou por me secar um dos peitos, porque eu não conseguia dar mama.

499 E: Mais tarde tinha a Maria Inês o quê? Para aí, quantos meses?

500 I: Olhe isto foi antes dos seis meses dela, muito antes, não sei se terá sido ao quarto meses.

501 E: Aos 4 meses passou a biberon?

502 I: Não, não.

503 E: Ah...

504 I: Ela mama ainda hoje mama, atenção. Ainda hoje mama, eu consegui implementar a mama a muito custo, mas consegui, só quede um dos peitos.

505 E: A muito custo fisicamente e a muito custo.

506 I: Psicologicamente.

507 E: E em relação ao seu companheiro?

508 I: Exatamente.

509 E: (riso)

510 I: Foi um desgaste, foi uma batalha dura, dura porque ele só compreendeu mais tarde a importância, ele na altura não compreendia, não compreendia, pronto. Este acabou por secar porque eu lhe dava muito mais vezes biberons e porque eu também não conseguia gerir muito bem, porque eu deste lado não dava tanto jeito.,

511 E: Só queria dar a mama direita?

512 I: Às vezes eu já estava confusa, já não sabia se tinha dado uma mama, se tinha dado a outra.

- 513 E: Portanto, continua a amamentá-la da mama esquerda, continua a alimentá-la com o leite?
- 514 I: É assim aos quatro meses começou a fazer a diversificação alimentar, como foi sempre biberon e mama, aos quatro meses começaram a introduzir-se outros alimentos e cada vez mama um bocadinho menos, não é? Como é óbvio.
- 515 E: Claro.
- 516 I: Como eu lhe disse, não sei quanto tempo houve, mas houve uns meses que ele não compreendia a importância do leite, depois começou a compreender, mas mesmo assim às vezes dizia "Bom, se ela tivesse ido a biberon já estava a dormir ou já não tinha acordado agora a meio da noite acordou" O que é que eu fazia? Às vezes cedia, outras vezes não cedia, às vezes dava mais mama durante o dia e à noite dava biberon, entende? Tinha que fazer um, um jogo, pronto. Um jogo. Mas consegui, mas consegui (riso).
- 517 E: E como é que se entreajudavam nesse período?
- 518 I: Bom, a questão da mama foi a questão mais delicada. O resto funcionou tudo dentro do normal. Ele ajudava-me sempre com o banho e a cortar as unhas, hoje em dia, ele tem mais habilidade do que eu, mudar a fralda poucas vezes mudou. O resto fazia eu tudo, praticamente. Basicamente era isso. No primeiro mês ele tinha um cuidado um bocadinho exagerado porque ele é um bocado stressado, ainda mais que eu e ficou um bocadinho obcecado com a filha e então no primeiro mês, até a gente acertarmos as rotinas ele não me largava. Se eu a punha a mamar ele tinha de ver a posição da mama, se estava correto, se eu punha o biberon ele tinha de ver a posição do biberon, tinha que confirmar, conferir tudo ao mínimo detalhe, entende? Se o pescoço estava demais para trás é porque tinha de ser mais para a frente (riso) foi assim uma situação muito complicada, depois ele começou a perceber "Bom, temos mais ou menos esta situação controlada". Depois telefonava para a irmã quando tinha alguma dúvida "Como é que se faz isto, oh irmã como é que se faz aquilo?", depois era se tinha febre, se não tinha febre. Fui tudo assim...
- 519 E: A Helena aí não tinha tanto apoio ou nenhum...
- 520 I: O meu único apoio éramos os dois em casal.

521 E: Pois

522 I: E era do exterior da irmã porque quando a gente tinha alguma dúvida, ele telefonava para a irmã.

523 E: Ou quando ele tinha dúvidas, sobretudo...

524 I: Era mais sobretudo ele que tinha dúvidas, mas às vezes eu também tinha, porque depois ele passava-me as dúvidas a mim, não é? Eu ao fim e ao cabo já não sabia se estava a fazer certo se estava a fazer errado (riso).

525 E: (riso)

526 I: Bem, foi uma avalanche de sentimentos e de confusão em que eu fui arrastada, não é? Até que houve uma altura que a coisa parou, passado um mês, um mês e meio, ele acalmou porque começou a perceber que nós já tínhamos uma rotina e conseguimos funcionar mediante aquela rotina e aos poucos ela foi dormindo melhor. Embora, às vezes, houvessem algumas noites em que ela acordava e que se gerava aí um bocadinho de confusão, mas eu tentava ter calma e tinha que ser eu a manter a calma para levar a brasa à minha sardinha, como se costuma dizer. Depois mais tarde é que ele começou a perceber, a dizer, que afinal a mama era importante porque tinha as suas vantagens e aí já ele dizia "Então já não deste mama? Dá-lhe a mama" Depois era ele a dizer "Dá-lhe a mama".

527 E: Então e como é que foi a relação do médico de família?

528 I: A médica de família nunca se intrometeu muito nisso, nós íamos à enfermeira pesar a Inês Maria, ver como é que as coisas estavam e a preocupação dele e um pouco a minha, era se ela estava a aumentar de peso, ou seja, se a alimentação dela estava a ser boa, não é? O biberon era o suficiente e a mama era o suficiente, se não estivesse a aumentar já era problemático.

529 E: Portanto, se ela não estivesse a aumentar de peso, ele ficava mais inseguro do que a Helena?

530 I: Exatamente porque eu encarei a maternidade de uma forma mais tranquila do que ele a paternidade. Não sei se é por ser homem, se é por ser mais velho, se é porque ele não percebia, eu também não percebia nada de bebés, atenção eu estava no mesmo patamar que ele.

531 E: Nenhum de vós tinha tido contacto de...

532 I: Não, não...

533 E: Com bebés, embora ele tenha só...

534 I: Tinha sobrinhos, mas ele na altura, quando eram pequenos, também não tinha ligado patavina, não é?

535 E: Nenhum tinha contacto com crianças?

536 I: Não, para mim crianças são muitos giras, mas eram as crianças dos vizinhos, não é? Eu nunca tinha mudado a fralda a um bebé, nunca tinha pegado num bebé ao colo para mim era tudo estranho, mas se calhar é a intuição feminina, de certa maneira encaixei-me mais facilmente no papel de mãe, não é? Do que ele no papel de pai.

537 E: Há pouco estava a dizer "Bom isto a sociedade pressiona muito", em várias fases da sua vida sentiu essa pressão...

538 I: Sim.

539 E: O que é que poderia eventualmente, até mesmo em termos de sociedade, em geral, de discurso ou até profissional, ou seja o que for, poderia, contribuir para facilitar as pessoas a sentiem-se mais à vontade?

540 I: Eu costumo dizer que dou essa opinião a quem me pede, quem fala nisso, aconselho a não ser mãe tão tarde porque não é a mesma coisa. É muito mais exigente, nós estamos mais velhos, mais cansados, com menos disponibilidade, na maternidade, eu calculo que seja diferente, não é? Porque eu tinha outra energia e hoje não tenho. A maternidade com 30 e poucos anos, não é o mesmo que a maternidade que aos 45, 46 anos. Eu já fui mãe no limite, ou seja, se eu pudesse escolher teria sido mais mãe mais cedo, como eu costumo dizer. Eu nunca... isto não foi uma opção, foi uma sequência de acontecimentos, se eu tivesse podido optar teria sido mãe mais cedo, e se calhar nem teria sido mais com esta idade, provavelmente.

541 E: Sim.

542 I: Provavelmente não teria, não teria sido, pronto, não teria adiado tanto, pronto.

543 E: E teria tido mais filhos?

544 I: Sim, eu gostava de ter mais um filho, se calhar, se eu fosse mais nova teria mais um filho, por exemplo. Nós gostávamos de ter um caszinho, não é? Esta ideia de "Agora não poder ter mais nenhum" também não é muito fácil para mim porque eu sinto que o relógio biológico, foi-se! Está-se a ir (riso) e quando a gente somos mãe mais novas temos um filho pequeno, normalmente há sempre mais tempo de podermos, efetivamente, ter mais outro.

545 E: Sim

546 I: Neste caso não há. Pronto. Nem eu me iria meter nisso, por amor de deus (riso) passar o mesmo não, já não.

547 E: Mas estava a dizer em termos de dar sempre esse conselho em termos sentimento agora e de sentir...

548 I: Não guardem para tão tarde, não sejam mães tão tarde, se conseguirem mais cedo é sempre melhor. De qualquer maneira ninguém me pediu essa opinião, mas imaginemos que me estava a pedir essa opinião e que era alguém que queria ser mãe mais tarde, o que é que eu lhe diria? É assim, também não é nenhum drama, não é, não pode ser nenhum drama, não pode ser vivido com nenhum drama. É mais exigente, temos menos ajudas, não é?

549 E: Temos menos ajudas?

550 I: Porque os avós já não têm condições de saúde para ajudar, a família de origem já está doente, normalmente os casais mais velhos também são os que estão mais isolados...

551 E: Ok

552 I: Em termos de ajudas, temos menos energia, menos saúde. Quando a minha, a minha filha começar a andar e a correr para aí, será que eu vou ter capacidade de andar a correr com ela para e pegá-la ao colo?

553 E: Qual é o sentimento que tem?

554 I: Agora de momento não penso muito nisso, mas se calhar, vou-lhe dizer "Aí dói-me as costas, não

consigo correr contigo, não consigo pegar em ti, já não tenho paciência para andar a brincar ao esconde-esconde".

555 E: E agora tem?

556 I: Eu já tenho problemas de coluna, entende? Também já estou condicionada e daqui a 5, 6 anos, não sei se vou ter uma doença, se vou estar com uma saúde estável, se não estou. Com a medida de idade as coisas não são as mesmas.

557 E: Sim.

558 I: Eu penso mais nisso. Quando ela for adolescente, eu vou estar muito mais velha. Quando ela tiver 18 anos eu se calhar posso estar num lar (riso), não é, e ele ainda mais, porque ele tem mais 9 anos. Essas coisas preocupam, de certa maneira. E depois também não quero que a minha filha fique a cuidar de mim, não gostaria que ela passasse a mesma situação que eu passei com os meus pais.

559 E: Mas de alguma forma o que é que pensa, estava a dizer "Ah, eu senti-me um bocado"...

560 I: Pressionada pela sociedade, sim.

561 E: Sim, pressionada e depois "fiquei um bocado sozinha" e "afinal é menos complicado do que eu pensava".

562 I: Em termos de expectativas sociais, eu agora vejo que essa situação de estar a pensar sobre o que as pessoas dizem ou deixam de pensar não é relevante.

563 E: Hmm...

564 I: Não é tão relevante.

565 E: Mas antes?

566 I: Se calhar estava a dar mais importância a essa parte que hoje em dia não dou, tanto.

567 E: Essa parte e em quê, em concreto?

568 I: Naqueles comentários do género "Então, tens esta idade e ainda não tens filhos?" ou "Como é que foste mãe com esta idade?".

569 E: E em relação à forma de educar os filhos e de cuidar? Qual é a diferença entre aquilo que é o discurso e aquilo que sente?

570 I: Pronto, às vezes os comentários que às vezes se ouve dizer e às vezes dizem ao meu companheiro na brincadeira "Tu tens idade para ser avô, tu não és pai, és avô" ou "És pai-avô e eu sou mãe-avó". Às vezes podem perguntar, por acaso nunca me aconteceu "É a sua neta? Ou é sua filha?" (riso) Ou as pessoas podem pensar (riso).

571 E: E o nível das exigências, do cuidar?

572 I: É assim..

573 E: Entre aquilo que eram as suas expectativas e aquilo que acha que é o discurso que existe, até por causa dessa questão toda do dar de mamar, de tudo isso.

574 I: Sim

575 E: E aquilo que depois foi a realidade?

576 I: É assim, na prática, deve ser a mesma coisa, ou seja, os procedimentos é tudo o mesmo, quer eu tivesse 30 ou 43.

577 E: Sim, mas independentemente da idade...

578 I: Sim, estou a perceber...

579 E: Em relação aquilo que é o discurso que existe sobre as pessoas...

580 I: Pessoas...

581 E: Sim, sobre a dificuldade de ter filhos, de educar um filho, até a própria Helena diz "Bom, eu não me via a fazer isto sozinha, eu..."Até porque, sendo católica, sou uma pessoa com muita responsabilidade"...

582 I: Sim, sim, sim,

583 E: Esse discurso que existe sobre a exigência de cuidar dos filhos e de os educar, na prática acha que isso difere daquilo que pode condicionar de alguma forma as pessoas a serem mães ou pais mais cedo ou no seu caso, a si, o que é que sente em relação a isso?

584 I: Não, não me parece até porque há pais que já não são pela primeira vez, mães com a minha idade,se uma senhora for mãe ao 40, aos 46 anos, na segunda filha...

585 E: Hmm...

586 I: Mas já tinha uma filha de 8 ou 9 anos, portanto há casos, que não são casos tão frequentes, não é? Mas ainda existme casos de mães que são mães com esta idade..

587 E: O facto de o discurso poder ser no sentido de facilitar para ser mãe ou pai mais cedo, indo ao encontro do que a Helena sentia de "Bom eu depois sozinha, será que vou conseguir?"

588 I: Mas eu se calhar é assim, se calhar isto tem a ver com a minha personalidade, entende?

589 E: Ok

590 I: Se calhar aos 30 eu ia passar pela mesma situação na mesma. As pessoas se calhar, porque estava dentro da idade de ter os filhos, não me faziam esse tipo de discurso, mas a dificuldade, o sentimento de dificuldade iria existir.

591 E: Mas é tão difícil... ia a dizer o processo de ser mãe?

592 I: É exatamente o mesmo, não é?

593 E: E é tão difícil como acha que dizem?

594 I: Ser mãe?

595 E: Sim.

596 I: Não sei, estou ainda ver, entende? Porque isto é tudo uma fase, não é? Ela...

597 E: Mas da sua experiência agora.

598 I: Sim.

599 E: Porque a criança, a sua, a Maria Inês tem 13 meses.

600 I: Sim, sim.

601 E: Da sua experiência, agora e aquilo tudo que passou, o que é que diz a si própria?

602 I: É assim, digo que é cansativo. É exigente e é cansativo porque eu tenho que estar sempre disponível para minha filha, não é? Depois tenho que estar disponível para a casa, tenho que estar disponível para o meu companheiro, se eu trabalhasse, de momento ainda não trabalho, tinha que estar disponível para o trabalho, não é? Eu continuo a achar que é exigente, ou seja, não é um bicho desete cabeças, claro que não mas é exigente! Claro que a mãe vai dormir menos horas, vou dar um exemplo, no sábado passava um filme na televisão e se eu fosse solteira e não tivesse filhos eu se calhar via o filme, (riso) e assim não vi, não é? Não, não posso ver o filme, (riso) é tão simples quanto isso, entende? Há coisas que nós quando somos solteiras e não temos filhos, podemos deixar a cozinha para arrumar mais um bocadinho e vamos ver o filme, por exemplo. E quando se tem uma criança pequena em casa não se pode, ainda por cima... o meu companheiro estava em casa, eu não ia dizer "Toma tu conta da criança e faz tu as coisas da casa que eu vou-me sentar aqui no sofá"

603 E: E não ia dizer porquê?

604 I: Porque ele não ia aceitar isso bem.

605 E: Quem é que não ia aceitar?

606 I: O meu companheiro Dizia assim "Tu vais ver o filme? Não, tu tens a tua filha para tratar, tens a casa para arrumar" (riso).

607 E: Qual é a ajuda que ele dá?

608 I: Ele é muito bom cozinheiro, cozinha. De vez em quando aspira a casa...

609 E: Hmm...

610 I: Põe a máquina a lavar, estende a roupa, só que ele faz isso, mas de vez em quando diz-me "Devias ser tu a fazer, devias ajudar mais". Ele faz as coisas mas muito raramente faz as coisas sem reclamar. Ele é ainda um bocadinho à moda antiga.

611 E: Hmm...

612 I: É as mulheres fazem as coisas em casa e o marido só faz em último caso (riso).

613 E: E na prática ele reclama, mas ajuda?

614 I: É assim, ele reclama e ajuda, só que às vezes eu tenho que reclamar um bocadinho com ele para ajudar mais qualquer coisa (riso), ou seja, se eu fizesse tudo ele também não faria nada. Ele tem aquela mentalidade que eu posso fazer tudo, sou aquela mulher, supermulher. Faço tudo e não durmo se for preciso, porque no início havia situações em que eu não dormia para fazer as coisas, entende? Depois chegava uma altura, não aguentava

615 E: Claro.

616 I: Tinha que ir dormir, pronto, mas eu pensei assim "Não, eu tenho que ir dormir, se não isto não dá", ou seja, eu é que tenho esta postura e acho que o casal deve-se ajudar, não é? Que o marido deve ajudar e eu sempre fui assim, já quando a gente namorava eu disse "Olha é assim, se a gente um dia se casar ou juntar, tu vais ter que me ajudar".

617 E: E a sua família? Via isso entre os seus pais?

618 I: Sim, o meu pai também ajudava a minha mãe. Refilava, mas ajudava sim. A família dele já não é assim, a mãe fazia tudo e o pai não fazia nenhum, o pai não sabe estrear um ovo, não sabe ligar o fogo, o fogão. Eu acho que ele tem a imagem da educação, do lado do pai.o. É mais parecido com o pai nesse aspeto. É um homem à moda antiga, com certeza os maridos podem ajudar, mas as mulheres se fizerem tudo é melhor, não é? (riso).

619 E: (riso)

620 I: Ele costumava-me dizer assim "Olha, era bom eu chegar a casa... e ter tudo feito", mesmo com a bebé já nascida "Chegar a casa e eu estar descansadinho" porque ele entra às oito da manhã e sai às três da tarde.

621 E: Hmm...

622 I: Tem o resto do dia todo, "Mas se eu chegasse e tu tivesses tudo feito isso é que era bom" (riso) é a postura dele.

623 E: E como é que a Helena lida com isso?

624 I: Nem sempre é fácil, é assim, porque eu acho que ele, às vezes, me sobrecarrega um bocadinho com o trabalho porque eu sou mãe, mas ele também é pai, não é?

625 E: (riso)

626 I: E às vezes tenho que ser eu a cala-me porque ele, às vezes, não aceita muito bem que eu digo a isso.

627 E: E qual é a interação dele com a bebé?

628 I: Ah, ele adora a filha, sempre, desde o primeiro dia, é um apaixonado pela filha. Eu acho, Nos primeiros dias eu costumo dizer que não me apaixonei logo pela menina, olhava para a menina, mas tive aqueles dois, três dias que eu não sabia bem... como tinha que cuidar dela, não sabia muito bem se ela era minha, se não era, parece que não, que não tinha sentimentos, só depois é que me caiu a ficha e

disse "Não, realmente é minha filha e eu tenho que cuidar dela".

629 E: (riso) Nem queria acreditar?

630 I: Não, não, mas é verdade ainda não tinha aterrado, mas ele não, ele desde o primeiro momento que é totalmente apaixonado pela filha, ele pela filha. faz o que for preciso, mas também se há alguma coisa que corre menos bem ele "Olha não tomaste atenção que ela bateu com a cabeça".

631 E: Portanto a responsabilidade é sua?

632 I: É, é.

633 E: Então ele cuida dela em que aspeto?

634 I: Naquele mês, mês e meio, ele fazia tudo comigo, ajudava-me em tudo, até se fosse preciso mudar a fralda.

635 E: Quando nasceu?

636 I: Quando nasceu.

637 E: Quando a Maria Inês nasceu...

638 I: Agora diz "Olha a bebé está a chorar" ou "A bebé precisa de ajuda, larga o que estás a fazer e vai, vai cuidar dela".

639 E: (riso) E como é que a Maria Helena reage?

640 I: Eu às vezes chateio-me com ele, eu sou franca, às vezes digo "Então porque é que tu não podes também ajudar-me? Não podes ir cuidar dela?" E ele começa a dizer "Lá estás tu" (riso).

641 E: Mas ele vai cuidar dela?

642 I: Muito raramente.

643 E: Hmm, ok.

644 I: Muito raramente ele deixa o que está a fazer para ir cuidar dela, muito raramente e às vezes é preciso eu insistir "Olha estou a fazer isto, não posso largar, vê lá se fazes" ele vai a resmungar.

645 E: (riso)

646 I: Muito raramente deixa o que está a fazer, muito raramente. Depois tem dias, às vezes eu digo, digo-lhe, tem dias em que o chamo à atenção e ele é o marido ideal, o marido modelo, mas depois no outro dia já é o Augusto (riso).

647 E: Ele tem que escolaridade?

648 I: É assim, quando nós namorámos ele dizia-me que tinha o 11º, depois descobri que ele tinha o 9º ano (riso).

649 E: (riso) Acha que essa diferença, o facto da Maria Helena ser licenciada e ele ter o 9º ano, que isso de alguma forma influencia?

650 I: No dia-a-dia não, na mentalidade acho que sim. Embora ele tenha um bocadinho de necessidade de mostrar que sabe mais do que eu. Acho que é mais dele do que meu, eu acho que ele se sente um bocadinho abaixo, então tem necessidade de subir ao meu nível e quando há alguma coisa que eu não domino ele mostra-me, dá-me a mostrar que afinal eu sou licenciada, mas não domino aquele assunto (riso). Eu acho que ele é inseguro, entende? Se calhar não se sente bem com uma mulher licenciada.

651 E: E agora quando for procurar emprego, está desempregada, não é?

652 I: Sim.

653 E: Já falaram sobre voltar ao trabalho?

654 I: Há que tempos, há que tempos que ele quer que eu...

655 E: E então?

656 I: Vá trabalhar.

657 E: Ah, ok.

658 I: Há que tempos, eu estou a receber o, o RSI

659 E: Sim, o rendimento social de inserção, sim.

660 I: Exatamente, eu estou a receber, mas quando acabar, provavelmente para o ano irá acabar, nós vamos fazer dois anos de união de facto, provavelmente vai acabar o apoio, eles não me devem dar prestação. Aí obviamente, se não for antes, eu terei que ir procurar trabalho, pronto, seriamente, mas aí está, aí está a minha personalidade, eu também queria procurar trabalho e queria ter a casa mais organizada nesse sentido, entende? Aliás, nós andávamos até à procura de uma outra casa, que aquilo é só um T1.

661 E: Sim.

662 I: Um T2, porque eu já estou a imaginar a confusão que depois vai ser.

663 E: Hmm hmm

664 I: Com o perfil dele, não é? Com a personalidade dele, não vai ser fácil?

665 E: O conciliar o seu trabalho com a casa, com a criança.

666 I: Não, se eu fizer um horário completo, vou chegar a casa com a bebé em casa, depois tenho de cuidar da bebé, tenho que arrumar a casa, tenho que fazer, tenho que cozinhar ou eu me organizo ao fim-de-semana e cozinhamos alguma coisa, não é? Ou ele depois vem cansado, quer dizer, vai dar mais confusão, sem dúvida, Porque eu estando em casa, eu vou gerindo as coisas e vou tratando das coisas, as coisas ficam organizadas.

667 E: Obrigá a maior negociação entre vó.

668 I: Também, também, e se ele já vem cansado e se continua com essa perspectiva "Olha és tu é que és a
mulher, tu é que fazes as tarefas" não vai ser mais fácil, vai ser mais difícil...

669 E: Então e do ponto de vista de políticas e de discurso da sociedade, em que é que acha que podia
mudar?

670 I: Eu tenho dificuldade em perceber a sua pergunta...

671 E: Eu também não a quero influenciar (riso)

672 I: Sim.

673 E: Para que que existisse maior cooperação.

674 I: Sim.

675 E: Natural, não é?

676 I: Não ser esforçada ou pressionada

677 E: Exatamente, da parte do pai, o que é que acha que podia ser diferente...

678 I: Em termos sociais é isso?

679 E: Hoje em dia fala-se tanto de políticas de conciliação e a Helena depois na sua experiência não tem
isso...

680 I: É assim, a educação, no caso, do homem tem que vir de casa, e na casa dele não se passava, a
colaboração não se passava e ele com a idade que tem não é fácil mudar, não é fácil ter uma mente
aberta, é verdade, agora...

681 E: Ele nasceu em 70, Em 63?

682 I: Ele tem. 59 anos. nem sei bem que data. qual foi o ano.

683 E: Sim

684 I: Mas ele, por acaso não sei de cor, não fixei, pronto, mas, é assim, dificilmente ele muda, é o que diz a irmã dele "Dificilmente ele muda a idade que tem" não é? Pronto.

685 E: Hmm

686 I: E na família dele é tudo muito assim, são as mulheres que organizam, são as mulheres que fazem, pronto.

687 E: Hmm...

688 I: E calhar é um bocadinho comodismo, não é? Se calhar se a mulher fizer tudo ele não que se chatear muito com isso, ele não está muito disponível para mudar, obviamente, não é? Ele até usou uma expressão um dia destes, é assim "Eu até faço umas coisinhas, mas devia fazer mais, se fizesse mais, ajudava", ou seja, eu nunca faço o suficiente, entende? Pronto.

689 E: Mas ele diz isso como uma crítica a si? Que a Helena é que nunca está satisfeita?

690 I: Ele diz que eu faço, que eu ajudo em casa, não é? Ajudo nas tarefas.

691 E: Ah, a Helena é que o ajuda?

692 I: Eu ajudo, mas devia de ajudar mais.

693 E: Ah... ok.

694 I: Se o ajudasse mais em casa, ele não tinha que fazer tantas coisas, entende? Ele acha que eu devia de ajudar mais ainda do que eu ajudo, que devia fazer mais ainda do que eu ajudo (riso), estar mais disponível. É assim, enquanto namoro, eu falava-lhe nisso e ele até aceitava bem, com certeza claro, dividir as tarefas, ele até me dizia que sabia fazer tudo em casa, a única coisa que ele não sabia fazer tão bem era a cama e passar a ferro o resto fazia tudo. Nunca me disse "Olha eu não estou disponível para ajudar" (telemóvel toca) deixe-me só ver se é ele. se é outra coisa importante. deixe-me só

atender, peço desculpa...

695 (interrupção)

696 I: Às vezes podia ser alguma coisa importante

697 E:

698 I: Uma assistente social ou isso.

699 E: Sim.

700 I: Elas ligam sempre de números desconhecidos.

701 E: Sim, mas estava a dizer, portanto, em relação no fundo a essa colaboração, o seu marido diz "Ah, podia ser sempre, podia ajudar mais" e eu estava a perguntar, então e em termos de sociedade, acha que podia haver alguma mudança, até no discurso, que facilitasse mais este envolvimento dos pais?

702 I: No geral ou em mim, em particular, em mim?

703 E: Em si, também, não é? Que se refletisse em si

704 I: É assim, refletindo em mim, só mesmo na família mais chegada, não é? Pronto, digamos que a família, as irmãs teriam que o tentar fazer ver.

705 E: Ele para além dessa irmã na Holanda tem mais irmãs?

706 I: Tem uma irmã aqui em Évora, mas a irmã em Évora faz tudo em casa, a da Holanda é que casou com um marido holandês que ajuda.. Um marido holandês, por ser holandês (riso), aí é diferente, ou seja, a irmã aqui de Évora não é muito bom exemplo, porque ela também faz tudo em casa, o marido não deve ajudar grande coisa, é uma espécie de escrava doméstica, pronto. Teria que passar mais pelas, mais sobretudo por esta da Holanda ou por algum casal mais próximo, pronto, tentar incutir-lhe essa situação de ajuda.

707 E: E vocês dão-se com outros amigos?

708 I: Sim, ele tem um casal de amigos que são professores, pronto, com quem a gente se relaciona de vez em quando e ela anda sempre a dizer-lhe "Para ajudar?" e ele diz que sim que ajuda (riso) porque ela

também coitada passou por uma situação dessas, também em casa é ela que faz tudo e o marido pouco ajuda pronto, enfim ela sabe, e tem três filhos, também não é fácil a vida dela, só estou a ver esse, é assim, porque o pai, o pai não compreende porque é que ele diz assim "Olha vou para casa fazer a sopa da Inês" ele diz-lhe assim "Então mas a tua mulher está em casa, não vai fazer ela a sopa? Então tu tens que ir fazer a sopa?".

709 E: Como a Helena está desempregada mais motivos tem para...

710 I: Claro!

711 E: Fazer tudo.

712 I: A mulher fazia tudo, não é? Ela não consegue que seja o marido a fazer a sopa, então a mulher está em casa, faz tudo, não é? O pai não compreende, pronto. Os irmãos, também, são homens, não compreendem, aquela irmã é aquela que, efetivamente, pode dar mais uma achega, e ela de certa maneira faz o seu trabalho, não é? Só que é uma questão de perfil, entende? Acho que dificilmente homens com esta idade e com a educação que ele teve mudam.

713 E: Então em que isso se está a refletir na sua vida?

714 I: Cansaço. Eu sinto-me mais cansada. Cansada porque tenho que fazer as coisas, cansada porque tenho que estar sempre a dizer que ele tem que me ajudar (riso), o cansaço psicológico também conta.

715 E: E em que é que acha que isso se reflete depois na, na própria relação com a Maria Inês?

716 I: É assim, eu procuro que não se reflita, eu procuro deixar tudo para trás, e, acalmar, respirar fundo, ir ter com ela e ter disponibilidade para ela, a prioridade é ela, o que ficar para fazer, fica. A prioridade é ela sempre, quer ele esteja em casa ou não esteja, não é? Porque se ela estiver em casa tenho que largar tudo o que estou a fazer e tenho que ir atrás dela, não é? Da bebé, senão era uma chatice, mas mesmo que ele não esteja, a prioridade é a menina, se ele depois chegar a casa diz "Olha fizeste aquilo, não fizeste aquilo", "Olha, não pude, não consegui". Acabou-se, pronto. Ele pode resmungar, resmunga. A prioridade é sempre ela não a vou deixar a ela com cocó na fralda, irritada para ir fazer as coisas, não!. Claro que, obviamente, agora que ela vai para a creche, será tudo um pouco mais fácil.

717 E: Começou a ir para a creche esta semana, é isso?

718 I: Sim. Começou na quinta-feira. hoje é o primeiro dia a tempo integral. por isso é que eu também

estava a pensar que podia ser da creche, alguma coisa da creche, a gente nunca sabe, não é? Se alguma coisa que corra menos bem. Vou ter mais tempo para gerir as coisas e organizar as coisas, mas quando ela estava a tempo inteiro comigo era complicado.

719 E: Fazendo assim um balanço, agora, destes 13 meses de maternidade, o que é que sente?

720 I: É assim, eu sinto-me bem, não me posso recriminar, digamos assim, sinto que fiz o meu melhor, não é? Que estou sempre a aprender, mas acho que as mães todas estão a aprender. É assim, vou falar no ideal, porque o ideal nunca temos. Precisava de uma casa melhor, com mais espaço, mais coisas para me poder organizar e precisava de, desculpe-me lá a franqueza, um marido mais compreensivo, que não me recriminasse tanto e me ajudasse, que fosse um bocadinho mais flexível, não é? De certa maneira, precisava se calhar de um holandês (riso) se calhar um holandês, se calhar portugueses não há muitos, se calhar um holandês, precisava de um marido assim um bocadinho diferente dele, não quero dizer que ele não faça as coisas, não é? Mas precisava de um marido que chegasse e dissesse assim "Pronto, isto não está feito!" em vez de me dizer "Não está feito", fizesse!

721 E: Porque a Helena também é muito organizada, portanto também sabe, não é?

722 I: Claro eu, se não está feito, nada mais me custa a mim, que não estar feito eu também olho e também vejo que não está feito, não é? E se calhar só não fiz porque não consegui.

723 E: E quando olha para a sua filha o que é que sente? Já estamos assim a terminar

724 I: Sim, ela é maravilhosa, sabe? É digamos que é a filha que qualquer mãe desejaria, linda, simpática, sociável, amorosa, estou apaixonada por ela.. Não é uma bebé que dê muito trabalho, não é muito choramingona, sempre foi assim, sempre foi muito fácil de lidar, acho que, que foi a filha certa para nós, penso que foi escolhida a dedo, entende? Ele reconhece que, que a filha é, é quase um anjo. É maravilhosa. Ele está encantado com a filha e eu também estou realmente.

725 E: E onde é que entra aí o papel, se a mãe é um anjo, a filha é o quê?

726 I: Um demónio (riso) para ela sou quase um demónio.

727 E: Para si! Para si...

728 I: Para mim sou uma mãe, uma mãe que luta, não é? Pela felicidade da filha, enfim, luta pela própria felicidade. nela estabilidade. por lhe dar o melhor a ela e por estar disponível sempre o máximo para

ela, não é? Ao fim ao acabo, eu sou de caranguejo, mas acho que devia ser de balança, tentar equilibrar aqui as coisas, constantemente tenho que, é uma balança que tem de estar sempre em...

729 E: Mas é isso que faz, não é? No seu dia-a-dia.

730 I: É o que eu tento, não sei se consigo sempre fazer, mas o meu dia-a-dia é tentar manter os pratos da balança.

731 E: Estava a dizer que a filha é um anjo.

732 I: É!

733 E: Então é porque deve ser de ascendente balança a mãe, para conseguir equilibrar tudo (riso).

734 I: Não, sou caranguej.o

735 E: Não, mas na verdade, na prática consegue, não é?

736 I: É assim, não consigo tudo a 100%, senão o meu companheiro não dizia que falhava isto ou falhava aquilo mas eu também já desisti de ser perfeita, entende? Eu também preciso de um bocadinho de tempo para mim e se eu me precisar de sentar para tomar um pequeno-almoço em condições ou para dar um dedo na televisão, também faço, entende? Não estou a correr, no início eu corria, corria para estar tudo organizado. Nada estava bem feito havia sempre qualquer coisa que falhava. Agora penso assim "Não, preciso de um bocadinho para mim" e se for preciso eu sento-me. Porque ele a mim faz-me o mesmo, ele também se for preciso senta-se e vai fumar o cigarro dele. É assim claro que se a menina estiver acordada, ele vê alguma coisa, tenho que estar com atenção à menina, a menina está a dormir? Eu se for preciso estou 10min ou 15min sentada.

737 E: E o que é que fazem os dois com ela?

738 I: É assim, nós nessas coisas somos muito... em termos de, de casal podemos ter as nossas dificuldades já deu para perceber, não é? O nosso ajuste nem sempre é fácil, como pais, acho que temos sido uns bons pais, estamos sempre, se não pode estar comigo, está com ele, se eu não posso ir passear com ela, vai ele passear.

739 E: E o que é que fazem os três juntos?

740 I: Normalmente fazemos compras, passeamos... vamos visitar a família.

741 E: E conseguem ter esse tempo?

742 I: Tentamos, tentamos. Sim, tentamos.

743 E: E agora com a creche? Também ajuda?

744 I: Sim, ajuda-me sobretudo a mim, porque eu tenho mais tempo em casa para estar a organizar as coisas, sobretudo a mim. Embora cada vez que a deixe lá claro que o coração fica apertado, ela fica a chorar eu fico, o meu coração fica sempre apertado.

745 E: Mas a sua experiência, neste momento, com 48 anos?

746 I: Não, tenho 47.

747 E: Com 47, porque a bebé nasceu tinha 46?

748 I: Sim, exatamente eu tinha feito em junho, 24 de junho e ela fez em julho, a 19 de julho, eu já tinha 46 feitos

749 E: Quando ela nasceu?

750 I: Quando ela nasceu.

751 E: Portanto neste momento a Helena com 47 anos como é que se sente como mulher e como mãe? Qual é a sua, o balanço global da sua experiência?

752 I: Como mãe tem sido bastante positivo, não me posso queixar, depois é a tal coisa eu sou uma mulher com muitas responsabilidades como eu costumo dizer. Para além da casa, da filha e do companheiro ainda tenho os meus pais, a situação dos meus pais e a gestão toda. Eu sou uma mãe com muitas cargas em cima (riso) e se calhar são essas muitas cargas que não me deixa estar mais solta, mais descansada. Portanto, não posso dizer que seja uma mulher feliz, mas não tem a ver com a maternidade, tem a ver com as questões familiares já de trás. As preocupações que eu tenho de família, estou muito longe e para tratar de algum assunto é sempre muito complicado. Depois ele normalmente vai comigo, com a bebé pequena também é sempre muito cansativo, ele reclama sempre que tem que se levantar cedo, que chega tarde, pronto, aquelas coisas. Mas se não tivesse tido mais alguém que me apoiasse em

termos familiares, da minha família de origem, seria mais fácil. Como não tenho as coisas não são fáceis e é essa a minha maior dificuldade, é tentar arranjar um lar compartilhado para minha mãe, enquanto isso não acontecer eu tenho sempre essa preocupação, porque se acaba o dinheiro onde é que eu vou pôr a minha mãe? Acho que só vou conseguir ter mais paz de espírito, se é que é possível ter paz de espírito, que os meus pais sofrem de demência e não é fácil, quando a minha mãe estiver realmente a ser cuidada num sítio, que eu saiba que seja permanente.

753 E: Pois.

754 I: Neste momento eu sou um bocadinho dividida, entende? Estou aqui porque tenho uma família cá, mas tenho outra minha família lá, tenho lá os meus conhecidos, eu agora na Páscoa telefonei-lhes, a algumas pessoas mandei mensagens, porque senti mesmo essa necessidade de falar. Depois quando vou lá a cima é sempre tudo a correr, não consigo, estar lá muito tempo, ou seja, o ideal era não ter vindo cá para baixo, ter estado mais perto dos meus pais.

755 E: Claro.

756 I: Pronto, se eu pudesse escolher, nós estávamos a morar lá mais perto, mas ele se calhar fazia ao contrário, queria ficar cá em baixo porque ele está aqui com o pai dele, com a família dele. É um bocadinho isso. Não estou arrependida de ser mãe!

757 E: Como é que se sentia...

758 I: Não estou arrependida, acho que a menina é linda, é maravilhosa, vai-nos dar certamente muitas alegrias, muito trabalho. Aliás, toda a gente gosta da menina, ri-se com a menina e acha imensa graça à menina, já conheço aqui imensas pessoas por causa da menina (riso) toda a gente se mete com a menina, já sou conhecida, paro quase de casa em casa, de esquina em esquina para verem a menina (riso).

759 E: E isso para si emociona-a e dá-lhe muita alegria, não é?

760 I: Dá sem dúvida.

761 E: Depois de tanto esforço...

762 I: Dá.

763 E: Obrigada

1 Entrevista Sónia

2 E: Estava a contar-me sobre... falar sobre o seu desejo de ser mãe...

3 I: Exatamente. Então... no meu caso em particular... veio um bocadinho tarde. Se eu agora com os 30 e... com os 40 que tenho, se me dissessem aos 25 que eu queria ser mãe, eu dizia-lhe que não, jamais! Não era uma coisa que eu pretendia porque tinha muito na cabeça de primeiro estabilizar, sabia que tinha que fazer os meus estudos, tinha muito essa noção de carreira e tinha tudo muito esquematizado na minha cabeça. A questão é que a partir dos 30 anos, não foi só por achar que era tarde, foi mesmo... o relógio biológico começou-me a despertar interesse e eu comecei a pensar: "Já tenho 30 anos... e depois a continuidade da família, sou filha única também, sSe eu quiser ter um segundo filho, depois em termos de organização da família se calhar vai ser mais difícil, em termos de idade, a gravidez vai ser mais difícil...". Porque nós acho que não pensamos muito no futuro, pensamos muito no presente e hoje, se eu soubesse aquilo que sei hoje, teria sido mãe mais cedo, sem dúvida alguma.

4 E: O que é que sabe hoje que a leva a pensar isso?

5 I: Olhe a espontaneidade, a força física e psíquica., mesmo em termos mentais, a agitação do dia-a-dia, aquilo que nós dizemos assim: "Ai um dia vou trabalhar, vou ter a minha vida estável e só depois vou ter filhos". Sim, mas nós que quando temos uma vida estável e quando pensamos tanto na nossa vida profissional, a nossa disponibilidade para um filho peca, e agora eu sinto muito isso. Agora infelizmente estou desempregada, mas como quando estava na minha agitação do dia-a-dia, aquele tempo que eu queria ter para a minha filha e não o tinha, depois isso pesa-te na consciência, ou seja, às vezes nem estás a 100% no teu trabalho e parece que também não és 100% mãe. Isso é um dilema que nós temos diariamente e agora pensando nessas coisas, acho que o nosso país, em específico, comparando com outros países, se eu, por exemplo, tivesse um horário mais flexível, se eu conseguisse ter mais um dia da semana ou tivesse um horário talvez mais alargado de segunda a quinta e tivesse uma sexta-feira livre só para passar com ela, não sei. Acho que esse é o dilema de hoje em dia e eu sinto isso e falando com outras mães sinto isso, é o equilíbrio entre a vida profissional e a vida pessoal. Aos 25, aos 30 achamos sempre que vamos ter tempo, vamos ter tempo para tudo e damos sempre prevalência à questão da profissão porque primeiro isto está muito mau e temos que nos estabilizar em termos profissionais e depois sim, uma vez que até em termos de medicina conseguimos mais tarde, cada vez mais tarde, ser mães tudo é possível e às vezes não é bem assim. Eu entendo isso. Eu tenho a filha com dois anos e meio e penso assim "Se eu tivesse 35 anos e ela tivesse os dois anos e meio eu ainda tinha hipótese, de

uma forma mais tranquila e mais serena, de ter o segundo filho" e neste momento este é um problema para mim. Eu já não me preocupo, preocupo-me sim em ter estabilidade profissional, mas a minha preocupação neste momento é ter condições para ter o segundo...

6 E: Condições em que termos?

7 I: Financeiros e de tempo. Tempo, disponibilidade física e mental para. É essas duas coisas que me preocupam. Mas mais o tempo porque eu acho que financeiramente nós hoje também damos importância a coisas que não dávamos. A minha mãe criou-me com muito pouco e a única coisa que nós temos, em termos financeiros, que hoje não tínhamos há 20 ou 30 anos atrás é aquela mensalidade de uma creche que, infelizmente, temos pagar a um cuidador para estar com os nossos bebés. Tirando isso, a alimentação, a roupa, que pode ser reutilizada, podemos comprar em segunda mão, enfim... Há maneiras de conseguirmos conciliar e gerir bem a nossa casa e acho que nós damos importância também, queremos dar tudo do bom e do melhor que não tem importância nenhuma. Eu acho que financeiramente nós conseguimos. A questão do tempo, a mim, faz-me muita confusão. Como é que eu vou ter tempo? E não é só a parte de ser mãe solteira. Mesmo se eu tivesse um companheiro agora, acho que o problema se mantinha...

8 E: Mãe solteira? Hum...quer com isso, dizer o quê?

9 I: Eu decidi, ser mãe solteira. Eu fiz uma inseminação artificial. Não que fosse o meu desejo de ser mãe solteira, sozinha, porque acho que era muito mais prazeroso e mais fácil ter um pai, como é óbvio, não é? E não quis prescindir de ter o pai porque sim: "Olha, não quero ser mãe solteira, não quero mesmo... nenhuma relação, tudo". O que me aconteceu a mim, em particular, foi, que tive uma relação mais séria, vá tive duas, uma delas foi mais séria durante 3 anos que depois não resultou, até porque a pessoa em questão não queria hum...

10 E: E foi com que idade essa relação?

11 I: Foi com os 25, 26 anos que eu comecei essa relação, ela acabou, mais ou menos, aos 28 anos. A pessoa, por acaso, também não queria avançar com e na altura isso também não era um problema para mim, também não pensava nisso, entretanto, acabou. E aos 30 anos quando me começou a aparecer esse bichinho e não apareceu nenhuma relação, entretanto, eu comecei a ver a idade a avançar. E eu comecei a pensar: "Das duas uma, ou aparece uma relação e as coisas acontecem de uma forma natural

ou eu não vou esperar pelo que a vida me vai proporcionar e vou-me chegar à frente e, vou-me proporcionar a mim essa experiência, espero um dia encontrar uma pessoa que consiga partilhar comigo esta aventura. Se não conseguir o meu objetivo, que é ser mãe e criar uma criança, hum... não chegar depois aos 40 ou 50 anos e pensar assim: "E se eu tivesse feito isto? E se?". É o mesmo pensamento que eu tenho no segundo. Tenho medo de não ter força e a capacidade de ter o segundo ou de não avançar para o segundo e depois aos 50 ou 60 anos, quando ela for mais adulta pensar assim: "E se eu tivesse arriscado no segundo, como é que teria sido?". É essa as dúvidas que eu não quero ter. Eu tenho a certeza que quero, tenho receio de não ter condições para tal em termos de tempo. O financeiro também é um problema, mas é mais a questão de tempo.

12 E: Então qual é que é a sua perspetiva?

13 I: No futuro?

14 E: Relativamente a esse segundo filho.

15 I: O meu segundo filho é, quando a Margarida, que é a minha filha, ser um bocadinho mais autónoma, ou seja, ela tem 2 anos e meio, hum... Quando ela entrar para a primária, ou seja, daqui a mais 2 aninhos, 2 anos, 3 anos, ou seja, quando eu tiver os meus 43, 44, já vai ser ali muito arriscado... ver, em termos de medicina, se é possível ou não, e se eu tenho condições físicas e avançar.

16 E: Com uma inseminação?

17 I: Hum... se até lá encontrar alguma pessoa (riso)... será muito mais simples e mais fácil. Se não... com uma inseminação, ok? Com uma inseminação. No meu caso financeiramente será mais complicado, isto porquê? Porque eu, o meu apoio familiar, eu tenho os meus pais, que também já são idosos, a minha mãe também já foi... mãe muito tarde...

18 E: Com que idade?

19 I: Com 38. Mas o caso da minha mãe é diferente, não foi porque ela quis, foi porque ela não conseguia. A minha mãe teve mais de 8 anos para tentar engravidar. E quando estava a pensar hum... lá está, adotar, ela na altura fez muitos tratamentos, foi quando ela conseguiu engravidar de forma natural...

- 20 E: Tem que idade a sua mãe?
- 21 I: A minha mãe neste momento tem quase 80... tem quase 80 anos... e eu sei que ela ajudou-me na primeira, nesta gravidez, os primeiros meses, que são os mais complicados. No segundo eu tenho a certeza que ela não vai ter essa capacidade física nem mental para, para o fazer. Então eu teria de contratar alguém para me auxiliar nos primeiros meses e aí, sim, financeiramente eu não vou ter capacidade para...
- 22 E: Teve a ajuda da... da sua mãe em quê?
- 23 I: Estar em casa comigo, aqueles primeiros meses, de recobro, das noites sem dormir, de... porque aqueles primeiros meses, eu sozinha, conseguia cuidar do bebé, mas e tudo o resto? A casa, a alimentação, o ir às compras... toda aquela logística normal de uma casa, eu sozinha não conseguia, preciso ali sempre daquele apoio ou é preciso, de repente, comprar um leite, comprar um biberão...
- 24 E: E em termos de rede? Portanto, e o seu pai?
- 25 I: O meu pai também estava lá a ajudar, também...
- 26 E: Ok.
- 27 I: Também facilitava nessa...
- 28 E: Portanto a sua rede de apoio é...
- 29 I: É os meus pais, sim. E eu tenho noção que, com a idade que eles têm, cada vez mais avançada, são pessoas com saúde, têm os problemas normais mas, por exemplo, o meu pai já não consegue correr atrás da neta na rua, a minha mãe já não consegue pegar na neta colo... e o facto de noites sem dormir, eu sei que para eles os ia matar. Eles são pessoas que precisam do seu descanso neste momento. E então, eu na minha perspetiva de visão, eu até monetariamente tenho uma conta, eu não sei se isto é bizarro ou não, mas é verdade, eu estou a juntar algum dinheiro para que um dia, quando isso acontecer, eu consiga atingir esse objetivo. Hum... ter alguma pessoa que durante o dia, vá lá limpar a casa, que me vá fazer as compras ou que me deixe assim o comer pronto. Eu fôco-me só nas duas crianças...

- 30 E: Hum...
- 31 I: Porque também tenho que me lembrar que não é só o bebé que vêm aí, também tenho que ter atenção para a Margarida, que vai vir da escola, vai ter de ter apoio, vou ter de a ajudar nos trabalhos de casa, vou ter que ter atenção para ela e vou ter um bebé recém-nascido para cuidar. E isso aí é que me assusta porque até aqueles primeiros dois anos, quando eles começam depois a ter alguma autonomia, é fácil. Mas esse período de transição com 2 anos e uma também para cuidar...
- 32 E: Na sua perspetiva... poderia haver alguma... alguma forma de apoiar os pais nessa fase?
- 33 I: Através da segurança social, não sei. Imagine, isto às vezes pode ser, não sei, uma coisa que me está a lembrar agora, neste momento, pode ser uma coisa estúpida, existe o apoio domiciliário para os idosos, haver um apoio específico para este tipo de situações, por exemplo. Não tem que ser uma pessoa interna que fique lá em casa. Pode ser uma pessoa que pode prestar esse apoio ou que vá fazer as compras ou que vá levar uma refeição, não sei. Algo desse género, está a entender? Porque eu vejo muita situação em que qual é o apoio? Vejo muitas famílias aqui, colegas meus e que são casais, são um pai e uma mãe, uma família completa, em que não têm, são os dois a trabalhar, têm um filho apenas e não têm um segundo, e o argumento que me dão é "Então e qual é? Se eu já não tenho tempo para este, então vou ter dois, que tempo é que vou ter para eles? Não tenho aqui apoio familiar!". São pessoas que têm família em Lisboa ou noutros sítios: "Que apoio é que vou dar depois aos dois filhos em simultâneo?" Há duas coisas que me preocupam, é o dinheiro e o tempo mas acho que é mais o tempo hoje em dia. A vida está tão acelerada, há uma exigência tão grande e tudo mais e depois há certos empregos... eu, por exemplo, tinha um emprego...
- 34 E: Estava a trabalhar onde?
- 35 I: Na... aqui na Embraer.
- 36 E: Sim, qual é a ...
- 37 I: Era a coordenadora de uma equipa.
- 38 E: A sua formação é?

39 I: É Engenharia química, sou licenciada em engenharia química. Na altura coordenava uma equipa e era um trabalho muito exigente, o meu telefone às vezes tocava e não era por mal que as pessoas faziam isso, das oito da manhã às dez da noite. Eu é que depois comecei ... a desligar um bocadinho, não é? Não é que isso me fosse exigido porque a empresa nesse aspeto sempre me deu condições e respeitou muito a minha gravidez e tudo mais, não tenho nada a apontar, mas... a questão é mesmo essa. Nós, às vezes, como mães e nós como mulheres temos esse problema, queremos sempre que o facto de ser mães não se note humuhh... a menos entrega no trabalho. Para não sermos apontadas e para não sermos prejudicadas. Não é que eu sinta isso, mas...noites mal dormidas... o ficar doente, ter que ficar em casa, a gente às vezes quer, e a gente sabe que fica trabalho por fazer e que não vai ser entregue, é inevitável. E isso é uma preocupação que nós mães, eu que sou muito às vezes preocupada com isso, não que me incutem, não que me apontem o dedo, mas nós mães profissionais, que queremos ser bem-sucedidas profissionalmente, estamos sempre com isso na cabeça, não é?

40 E: E alguma coisa que pudesse ser diferente para isso mudar?

41 I: Olhe, não sei. Porque isso é uma exigência que nós próprias fazemos a nós próprias, às vezes, não é a sociedade em si, é também nós próprias. Eu sei que há casos de despedimentos de pessoas e mesmo numa entrevista, há uma pergunta que eu acho que nos é feita que não devia ser feita: "Você é mãe? Quantos filhos tem?". Porque é que nos fazem essa pergunta quando nós vamos a uma entrevista de emprego? É uma coisa que me faz sempre um ponto de interrogação.

42 E: Já passou por essa experiência várias vezes?

43 I: Eu agora estou... ainda não fui chamada para nenhuma entrevista, estou só desempregada há duas semanas, mas quando andei à procura de emprego, sim, faziam-me essa pergunta: "É mãe? Tem filhos? Que idade é que têm os filhos?" É uma pergunta que tem subsequentemente aquela questão: "Esta pessoa ok, pode ser muito boa profissional, mas vai ter que faltar obrigatoriamente para ir à escola, para dar apoio à sua criança, isso é inevitável". Depois depende muito da filosofia de cada empresa, mas eu acredito muito que muitas mães não consigam bons empregos por serem mães, principalmente de crianças pequenas.

44 E: No seu caso o despedimento teve alguma coisa a ver com...

- 45 I: Não, não, foi mesmo com a questão do Covid. O meu posto de trabalho extinguiu-se. Houve uma diminuição bruta de trabalhos, os aviões não voam e fiz um acordo com a empresa e a empresa disse-me que assim que as coisas melhorassem tinha a porta aberta para voltar. Não foi nada de mérito do meu posto de trabalho, nem de nada, saí a bem, completamente a bem, com muita pena gostava daquilo que fazia, mas eu própria estava a ver as coisas a decair. Eu própria havia dias que eu não tinha nada para fazer na minha categoria e, infelizmente, fui eu e foram muitos mais. E foi mesmo isso.
- 46 E: E a nível profissional, portanto, a Sónia estava a dizer, é engenheira química, não é?
- 47 I: Sim.
- 48 E: Quer falar um bocadinho assim sobre o seu percurso?
- 49 I: Hum.
- 50 E: Em relação à sua família, mas portanto é filha de uma mãe que teve a Sónia com 38 anos...
- 51 I: Sim...
- 52 E: Em que é que o relaciona com... hoje, o seu desempenho, não é? Desta... desta sua função?
- 53 I: Percurso profissional? Tudo...
- 54 E: Hum... percurso profissional e também essa... dimensão familiar, não é?
- 55 I: Sim sim...
- 56 E: O que é que isso tem a ver com, com a Sónia mãe...
- 57 I: Sim sim...
- 58 E: ... da Margarida?
- 59 I: Sim sim... Então a minha família mais chegada... tenho tios, tenho primos, mas eu sendo filha única, a

minha família mais chegada sempre foi o meu pai e a minha mãe, não é? Sempre foram aqueles a minha referência. Hum... e em termos de educação os meus pais são pais que são oriundos do campo, tiveram uma vida difícil...

60 E: São de onde?

61 I: Hum... são de Ferreira do Zêzere, perto de Freixial, ali perto daquela zona, Dornes é talvez mais conhecida. E sempre fui e tive sempre uma educação muito rígida, muito apertada, rígida até de mais, mas...

62 E: O que é uma educação muito rígida?

63 I: Rígida no sentido de não poder fazer nada, de e ter muitas regras, de levar alguns açoitões, alguns às vezes exagerados, na minha opinião hoje , avaliando aquilo que se passou, mas ao mesmo tempo acho que foi uma boa educação, que me incutiram valores muito grandes e que também definem a pessoa que sou hoje.

64 E: Que valores?

65 I: A honestidade, o trabalho,o não mentir, o ser honesto, o ajudar o outro e os meus pais são pessoas que me incutiram muito esses valores e eu tenho noção disso. O estudar, as minhas obrigações, primeiro as obrigações, depois o prazer. Esse tipos de coisas sempre me incutiram muito desde criança. E eu sempre olhei para o meu pai e para a minha mãe como pessoas de muito trabalho e sempre foram pessoas que do nada, a minha mãe saiu de casa dos pais com três, quatro pratos e um talher, conseguiram construir um património à custa de muito suor, são pessoas que nunca tiraram férias que todos os subsídios que ganhavam acumulavam, conseguiram comprar...

66 E: Eram agricultores?

67 I: Eram, sim, trabalhavam na... na agricultura. A minha mãe depois saiu da zona rural lá de Ferreira do Zêzere, veio para Lisboa, trabalhou na costura, trabalhou como governanta numa casa, que eu me lembro. E o meu pai... assim o trabalho mais longo, trabalhou 30 anos numa fábrica da Salvai Portugal...

68 E: Da?

69 I: Salvai Portugal.

70 E: Que é?

71 I: Que agora está extinta. É uma fábrica de produtos químicos, curiosamente. E eu durante muito tempo queria ser advogada, na minha cabeça defender as pessoas e tudo mais, mas depois essa imagem fantasiosa de ser advogada saiu-me da cabeça porque eu cheguei à conclusão que também ia defender criminosos ou também poderia defender criminosos, então desisti dessa, isso foi na altura de nós passarmos para o secundário, em que nós temos de decidir aquilo, a área em que nós queremos ir...

72 E: E estava na altura a estudar a... portanto nasceu em Lisboa a Sónia?

73 I: Eu nasci em Lisboa na Alfredo, na Maternidade Alfredo da Costa. E os meus pais... eu sempre vivi entre a Póvoa de Santa Iria, Forte da Casa, que são ali zona norte de Lisboa. O meu pai trabalhou durante 30 anos nessa tal fábrica, numa altura em que o trabalho era estável. Isso é outra coisa que também acho que contribuiu muito para não se ter filhos. Já não existe aquela metodologia ou aquela coisa de nós estarmos 15, 20 anos numa empresa. Não existe. Não existe. E até as próprias empresas hoje acham que uma pessoa é dinâmica e é uma mais valia não estar muito tempo numa empresa porque chega a um ponto está acomodada, não gosta de mudanças, não é versátil e então está muito tempo numa empresa e isso não é bem visto. Então nós estamos cinco, oito, dez anos na empresa, mudamos e às vezes temos de mudar também, geograficamente. E essa instabilidade, com um filho às costas, é mau e faz-nos pensar, não é? Eu se fosse só eu... isso já se passou comigo, mas pronto, mantendo o raciocínio. O meu pai trabalhou durante 30 anos... Eu estava a pensar em advocacia, mas depois pensei, tinha um sonho na minha cabeça, o meu pai era operador e ele ia ter muito orgulho de ter uma engenheira química a trabalhar ao lado dele nessa fábrica, coisa de adolescente. Eu até me cheguei a oferecer grátis porque aquilo era só descer... nós morávamos num prédio, era só descer a rua e estava na fábrica. Como não tinha despesas até me ofereci de graça para estagiar, para aprender... mas não me aceitaram na altura, porque precisavam de pessoas com mais formação. Eu olhava sempre para a fábrica e o meu pai às vezes trazia-me os folhetos das formações que ele tinha. O meu pai às vezes tinha ideias... que eles incentivavam os trabalhadores a ter ideias e eu estava lá a fazer uns rabiscos...

74 E: Incentivavam os trabalhadores a ter ideias?

- 75 I: Sim, incentivavam os trabalhadores tinha aquele programa, na Embraer fazem o mesmo, tinham um programa em que tinham ideias e se fosse implementada davam um prémio, consoante o ganho, davam uma percentagem ao trabalhador, em dinheiro, em vouchers, em prendas ou *whatever*. Eu olhava para aquilo e epá produtos químicos... Salvai e o meu pai a trabalhar ali... tinha sempre aquela coisa e influenciou-me. E na escola eu comecei a ganhar um gosto pela química e então foi uma coisa lógica, enveredei por aí. Tirei o curso, tudo muito bem e acabei o meu curso em 2004.
- 76 E: Com que idade?
- 77 I: Com... 2004, com 24 anos. Hum... fiz o curso em 5 anos, em Tomar, no Instituto Politécnico de Tomar e a minha mãe, para além de ser governanta depois começou a trabalhar, mais recentemente, como doméstica em várias casas, ou seja, ela conseguia ter um horário completo ela segunda-feira imagine, ia numa manhã a uma casa, vinha casa, almoçava de tarde ia para outro patrão...
- 78 E: Sim...
- 79 I: Então, passava a ferro ou limpava, tinha assim o seu horário e era assim como ela ela fazia: Aliás, ela até trabalhava para muitos engenheiros que trabalhavam nessa fábrica e o meu pai com conhecimentos, a falar, ela conseguia esses trabalhos. Então, o meu dia-a-dia na casa dos meus pais era... havia duas pessoas que trabalhavam muito. Eu, a minha liberdade, sempre foi muito restrita, também por se calhar ser filha única, mulher, eu sair à noite jamais!. Acho que só saí aos 18 anos, salvo erro! Hum... se a minha mãe me visse junta com outras pessoas na rua, ui Jesus, fazia-me já um pé de vento, pronto tinha assim uma educação bastante, bastante apertada, tanto que eu tinha a necessidade de cair para me levantar. Quando eu fui estudar candidatei-me para escolas longe de casa porque eu tinha também necessidade de crescer porque eu estava ali tão, tão presa e isso também não faz muito bem, nós temos de crescer, temos de errar e temos de crescer. E fez-me muito bem ir para Tomar um bocadinho longe de casa. Orientar-me com as despesas e orientar-me sozinha fez-me muito bem, cresci muito. Depois acabei, então, em 2004 o meu curso e comecei à procura logo de emprego. Isto foi em novembro de 2004 e eu pensei na minha cabeça: "Até ao final do ano procuro só na minha área, mas depois vou procurar em tudo o que for, porque tenho que começar a trabalhar". Hum... até ao final do ano não consegui nada, então comecei a mandar para tudo e consegui emprego numa loja de vestidos de noiva, em Lisboa, simultaneamente continuei a mandar currículos para a minha área. Tive, acho que um ano e pouco nessa loja e, entretanto, tive uma proposta para ir trabalhar três meses no Arsenal do Alfeite que era no outro lado do rio, num laboratóriozinho. Disseram-me logo: "É um estágio de três meses, não vai

ser remunerado e não vai ficar" também não me, não me iludiram, mas eu precisava, é aquela coisa quando nós acabamos o curso não temos experiência e cada vez que vamos a uma entrevista de emprego, não ter experiência barra-nos ali um bocadinho as portas. Então eu aceitei. Então aos sábados continuava na loja, o dinheiro que eu ganhava aos sábados era para comprar o passe para ir para o outro lado do rio, para ir para o trabalho e assim fiz os três meses de estágio. Acabaram os três meses voltei para a loja. Estava inscrita no centro de emprego e entretanto apareceu a oportunidade de estágio profissional na Ogma. Foi assim a primeira grande experiência em termos de aeronáutica, ainda por cima, e depois isto foi tudo uma...

80 E: Na Ogma?

81 I: Na Ogma foi uma, uma coincidência, ou seja, tirei engenharia química, no Arsenal do Alfeite foi uma linha de tratamentos químicos muito pequenina, a minha entrada na Ogma foi porque tive essa pequena experiência de galvanoplastia, que tem a ver com tratamentos de metais, foi o que me fez entrar para o estágio profissional na Ogma. Correu muito bem o estágio, foi mais a nível de tratamentos químicos e da pintura e os pintores que, como sou uma pessoa muito de ir ao terreno, não sou uma engenheira de estar no escritório, gosto muito de ir ao terreno e de aprender e de implementar melhorias, eles gostaram muito e queriam muito que eu ficasse. Azar dos azares, nesse ano, foi quando a Embraer entrou na Ogma (riso). E a Embraer entrou na Ogma e disse: "mão de obra indireta não" e fizeram ali uma limpeza porque a Ogma era uma empresa de Estado, com muitos ordenados, era uma empresa que não dava lucro, que tinha contratos volumosos e que ganhava muito dinheiro e que não tinham grande rentabilidade de retorno, então a Embraer entrou e fez uma limpeza. E por muito bem que dissessem de mim, eu não consegui ficar. Entretanto, o responsável de lá disse: "Olha, há uma empresa no norte, em Arcos de Valdevez"...

82 E: Portanto passou, esteve quanto tempo... sem emprego?

83 I: Na Ogma...

84 E: Ogma...

85 I: Na Ogma... não, eu sem emprego só estive dois 2 meses a seguir ao curso, basicamente.

86 E: Não, não na Ogma.

- 87 I: Na Ogma tive um ano de estágio. E entretanto, lá quando estava a acabar o estágio e estava a ver que não ficava, eles fizeram todos os esforços, mas não fiquei, o responsável disse-me: "Olhe que há uma empresa no norte que está a abrir e se calhar pouca gente sabe que aquilo está a abrir, mande para lá o currículo" e foi isso que eu fiz, mandei o currículo para o norte, dois dias depois estavam-me a chamar para a entrevista e fui trabalhar para o norte durante oito anos.
- 88 E: Era uma empresa...
- 89 I: Também ligada...
- 90 E: ... na área à engenharia química...
- 91 I: De componentes aeronáuticos ligada também à química. E essa experiência nova também me abriu, isto foi tipo uma porta pequenina, abriu uma porta média que depois abriu outra porta, foi assim uma coisa encadeou uma coisa na outra e foi assim o meu percurso. Lá no norte a experiência profissional não foi muito boa. Hum... aprendi muito mas a nível de liderança era horrível, abusavam das pessoas, maltratavam...
- 92 E: Esteve quanto tempo nessa empresa?
- 93 I: Oito anos. E eu tive a aguentar porque precisava do ordenado...
- 94 E: Até que idade?
- 95 I: Eu saí de lá em 2014, até aos 33, 34 anos... foi isso, mais ou menos. Hum tinham um... em termos de liderança era, era horrível. Eu cheguei a trabalhar das oito da manhã à meia-noite, o meu carro servia para distribuir peças, ao final do mês nenhum agradecimento. Nas auditorias eles faziam coisas horríveis, fugiam a tudo, enfim, nem vale a pena falar porque era uma coisa muito má. Aprendi tudo o que não se podia fazer, mas ao mesmo tempo também me deu muita estaleca. Como eu trabalhei em tantas áreas, tanto estava na produção, na qualidade ou na logística, eu absorvi muito conhecimento e deu-me, também, dinamismo, ao fim ao cabo. Eu tento sempre tirar as coisas boas das experiências e foi isso que essa experiência me deu. Entretanto, mandaram-me um e-mail, estavam à procura aqui, eu nem sabia que esta fábrica estava aqui há pouco tempo, em Évora, mandaram-me um e-mail a

perguntar se estava aberta a uma nova experiência profissional e foi mesmo naquela altura que eu estava desmotivada no trabalho e disse: "Sim senhora!" e depois comecei as entrevistas em casa, tive várias entrevistas, entretanto, despedi-me de lá e vim aqui para Évora. E estive aqui seis anos, até agora, em 2020. Onde cresci profissionalmente, onde todas as minhas ideias foram aceites, consegui implementar, consegui desenvolver processos, coisa que lá, qualquer ideia que uma pessoa tinha era barrada, não havia motivação nenhuma, nem crescimento profissional. Aqui sim, aqui... tenho a agradecer a esta empresa, que me fez crescer muito profissionalmente e sempre me reconheceu profissionalmente. Hum... mas lá está, estes movimentos todos que eu fiz se calhar não os teria feito ou teria pensado cinco ou dez 10 vezes antes de o fazer, se tivesse um bebé, não é? Eu agora, por exemplo, estou numa fase de procura de emprego, já me inscrevi no centro de emprego e estabeleci um limite, eu tenho a possibilidade de aqui em Évora procurar emprego e em Lisboa porque os meus pais também lá estão, ou seja, a mudança com a minha filha seria estável, seria uma coisa mais fácil. Eu já tenho visto muitas propostas boas ou vagas aliciantes para o norte, mas neste momento não me estou a candidatar. Só em último recurso, quando eu estiver muito afrita ou desesperada, é que eu me irei afastar, porque isso vai afetar a vida da minha filha que vai estar mais longe dos avós, vai estar mais longe dos padrinhos, lá está, eu já estou a constituir aqui uma família...

96 E: Aqui ou em Évora?

97 I: Aqui Évora ela já tem padrinhos, foi batizada aqui, nasceu aqui. Os padrinhos é uma família também, não é? E por isso, também o meu motivo de ter o segundo filho é a minha família ser pequena, os meus pais, com a lei da vida, irão-se embora, irão morrer, não é? E eu, pela lei da vida, e há-de ser assim, irei primeiro e ela ficará e eu queria muito dar-lhe um irmão, queria dar-lhe muito essa noção de família porque se não ela fica ali um bocadinho desamparada. E fica só com os padrinhos, então eu queria aumentar a família também por ela, por mim, mas muito mais por ela, para lhe dar esse apoio. Um dia ela vai ter ali um irmão ou uma irmã que vai apoiar é esse o meu sonho e a minha perspetiva de futuro, é por isso que eu vou lutar, para ver se as coisas correm bem. E nessa perspetiva de trabalho é isso que contribui muito, é a estabilidade. Nós hoje não podemos dizer que vamos estar dez anos num trabalho. Há pessoas que me dizem, pessoas que estão desempregadas há mais tempo, há pessoas que estão há um ano ou dois no emprego: "Ah eu estou há pouco tempo no emprego, eu não vou engravidar agora, porque já viste? Estou só há um ano na empresa e vou estar agora seis meses de licença de maternidade?!". Eu digo às pessoas: "Não podes pensar nisso. Eu dou-te o meu exemplo, eu engravidei quando estava estável, estava efetiva e agora... O bebé vai lá estar sempre, a criança vai estar sempre lá, a despesa vai estar sempre lá".

- 98 E: E ficou desempregada ao fim, quando não esperava.
- 99 I: Exatamente. Nós não podemos fazer planos e essa foi a... a lição que eu tirei mas se calhar tirei tarde, que é: "Hum.. ok, só vou ter o filho quando tiver a minha vida estável mas nós daqui a dois, três, cinco anos, a vida pode estar instável e o bebé lá está à mesma para criar. Não existe um momento ideal para ter um filho, não existe. Isso não existe!".
- 100 E: Mas o que é que o ser mãe lhe traz, que a leve a dizer: "Não! Valeria a pena ter sido mãe mais cedo". Nem sequer equacionava ser mãe, naquilo que estava a perceber...
- 101 I: Não, quando eu tinha os meus 20 e tal anos não, porque não tinha o bichinho biológico não, não me...
- 102 E: O que é o bichinho biológico?
- 103 I: É, sei lá. É ver uma criança, é ter prazer em educá-la, em ver um ser nosso a crescer, não lhe sei explicar. É uma coisa que não sei! Eu agora olho para a minha criança, para a minha filha e é a maior alegria que eu tenho. É o meu futuro que ali está, é ter o prazer e o objetivo de criar um ser humano, um bom ser humano com valores, com... ver um crescimento de uma criança, o desenvolvimento dela, o falar, o crescer, o ensinar a fazer as coisas, a interação que ela tem, a alegria de viver que ela tem... isso é qualquer coisa inexplicável que eu dantes... eu dantes não me apercebia disso. Não lhe dava valor e a partir dos 30 anos comecei a sentir isso...
- 104 E: E há alguma coisa que pudesse ser feito do ponto de vista da sociedade para que as pessoas descobrissem esse prazer mais cedo?
- 105 I: Olhe não sei, não sei. Eu acho que as pessoas estão muito voltadas para o emprego e a juventude eu não sei, eu vejo os jovens agora um bocadinho imaturos, principalmente as meninas, acho que as meninas agora não pensam, não pensam nisso, vejo uma ou outra com essa coisa de ser mãe e que já fala nisso, miúdas com os seus já 22, 23 ano.
- 106 E: E a Sónia na altura pensava?
- 107 I: Não pensava, também, pensava muito era no trabalho: "Ai vou estudar, ai vou ter um emprego". Eu

acho que isso é muito incutido pela família porque a minha mãe, lá está, os meus pais também nunca me encorajaram a ter relacionamentos muito cedo: "Ah isso é muito cedo, não é? 20 anos? Então tens tempo, tens tempo, pensa primeiro em ir estudar, pensa primeiro em ir estudar" e agora a gente pensa assim: "Se calhar, se eu na altura desse valor a ter um relacionamento mais cedo, se calhar tinha tido um filho mais cedo". Isso deve ter influenciado a educação, o facto de eu ser filha única e ter uma educação mais apertada, mais restrita, aquela coisa de eles também quererem muito que eu fosse aquilo que eles não conseguiram ser, isso também pode ter influenciado, sim, e esse desejo também pode ter vindo mais tarde, sim. E o facto de eu saber que a minha mãe me teve aos 38 anos também, inconscientemente: "Ah, se a minha mãe numa época tão difícil e que a medicina não estava tão avançada, teve-me aos 38, eu facilmente também vou ter aos 38, não é?". Mas depois o meu pensamento, a partir dos 30 e tal começou a mudar, ou seja, eu não tinha nenhum relacionamento...

108 E: Não tinha?

109 I: Nenhum relacionamento. Comecei a pensar: "Vou ter ou não vou ter? Posso ter ou posso não ter?". Às vezes saía, mas também tinha um grupo muito fechado de amigos, eram aqueles amigos, não tinha assim grande abertura para ter novas ligações, ia ao ginásio, trabalho-casa, de vez em quando ia a um barzinho e tal. E lá está, eu quando começava a trabalhar nas fábricas ficava até muito tarde, porque queria mostrar trabalho e acho que isso tudo influenciou e eu comecei a pensar: "Pode acontecer como pode não acontecer". Eu quero e comecei a pensar: "Não, eu quero mesmo muito isto" e comecei a pensar: "Olha, vou arriscar, vou arriscar e acho que não me vou arrepender" e não me arrependo nada, nada. É caro. Preferia que...

110 E: E como é que foi essa decisão da inseminação?

111 I: Foi, foi fácil. Olhe, comecei a pesquisar. Primeiro houve uma pesquisa muito grande na internet e contactos com empresas, com clínicas, porque eu pus duas hipóteses: adotar ou inseminar. Mas a adoção, das duas uma ou ia adotar fora de Portugal, porque em Portugal acho que é muito burocrático, isso é outra questão, que eu acho que teria de mudar rapidamente. Aqui no nosso país... eu se tiver um filho num T0 a dormir comigo, ninguém vai lá, nenhuma segurança social vai lá dizer-me que eu não posso ficar com a criança, nasceu de mim posso-a ter num T0, está tudo certo, desde que a trate bem. Se eu for concorrer para uma adoção tenho que ter um quarto específico, tenho que ter x de ordenado, tenho que ter vida estável, enfim... Eu percebo que temos que ter sinais que a criança vai ser bem-educada e que vai ter condições para estar com a criança mas é um processo muito longo e acho que é

penoso. Estar dois ou três anos nesse processo e depois chegar ao fim e não ficar com a criança, acho que é mau para ambas as partes. E então eu também queria sentir a experiência da gravidez que é uma experiência super enriquecedora. No meu caso não foi anda traumatizante, há casos que correm mal ou que têm partos difíceis, no meu caso foi uma gravidez tão boa, senti-me tão bem durante os nove meses de gravidez, o parto foi esplêndido. A parte, a pós-parto é que foi mais traumatizante, que ela não dormia nem de dia nem de noite e não agarrou a mama e isso para mim foi um trauma que eu queria muito amamentar, mas pronto. Mas foi tão prazeroso a gravidez, a experiência da gravidez foi muito boa. Então tirei logo de parte a questão de adotar pelo simples facto de achar que ia ser muito penoso o processo e comecei a pesquisar, como é que seria como é que não seria, e comecei com as consultas, a informar-me, comecei o tratamento, fiz muitas viagens Évora-Lisboa. Isto é que foi o mais penoso, eu cheguei a sair daqui às sete horas, ir à consulta e voltar, cheguei a ir daqui daqui às sete, ir à consulta às oito da manhã e voltar, mas a empresa aí sempre me... nunca tive problemas com isso, porque lá nós podemos fazer mais horas. Eu fazia mais horas num dia que era para depois descontar no outro e poder fazer essas viagens, portanto, conseguia conciliar bem essas questões. Por exemplo, agora se eu tivesse aqui em Évora para o segundo, já era mais complicado: Onde é que eu ia deixar a pequenina? A pequenina, ia sujeitá-la a essas viagens todas porque aqui em Évora nós não temos essas soluções. Das duas uma, ou temos que ir a Espanha, acho que é em Sevilha, que existe lá uma clínica ou em Lisboa que foi onde eu fiz. Agora temos uma facilidade, uma boa norma e eu tive a sorte enquanto eu estava a fazer os tratamentos, na Assembleia da República foi aprovado nós fazermos inseminações, em Portugal. Até então todas as mulheres que fizeram esse processo aqui em Portugal, tinham que o fazer em Espanha que é muito mais penoso em termos de deslocação e em termos de despesa. Eu tive que esperar um mês ou dois até fazer a inseminação porque a clínica não o podia fazer legalmente e eu comecei os tratamentos de estimulação e quando saiu em Decreto-Lei, aí sim, eu avancei com a inseminação já em Portugal. Só que a legislação em Portugal, muito bem, podes ser mãe solteira, mas tudo o resto, não há os apoios, não avançaram, ou seja, eu sou mãe solteira, mas em termos de IRS, em termos de incentivos de abono, uma vez, que eu tenho o ordenado um bocadinho acima da média e o meu agregado são só dois, a minha regra e a minha fórmula é a mesma e não deveria ser. Se querem estimular...

112 E: Não deveria ser, como assim?

113 I: Deveria haver um estímulo, ou seja, para mães, não é estimular as mães a quererem ser mães solteiras, eu acho que quem tem um relacionamento e quem gostaria de ter um relacionamento, acho que sim, que deve ter um relacionamento, acho que o ideal é ter uma mãe e um pai, sem dúvida alguma.

O pai é importante para a educação de um filho, mas quem não tem outra hipótese, quem está numa idade limite e quer muito ser mãe, quer presenciar essa experiência e quer ter um filho, devia haver mais apoios, ou seja, um abono para a criança, independentemente do ordenado, a pessoa tem que ter um incentivo à gravidez, algo desse género. Porque neste momento as mães solteiras só podem contar com elas. Esse apoio a nível social, de ter um apoio em casa na gravidez, imagine que é uma mãe solteira que só tem uma mãe também ou que não tem pai, é uma mãe solteira que tem menos apoio familiar ainda, tenho a plena consciência que muitas mães não avançam por falta de apoio, tanto físico como monetário, está a entender!?

114 E: Físico é no sentido da rede de apoio, é isso?

115 I: Rede de apoio. E o outro sentido é que uma inseminação é muito cara. Eu gastei cerca de 5000 euros para fazer uma inseminação, eu fiz 4 tentativas, uma inseminação com sémen normal, ou seja, fiz a estimulação, provoquei a ovulação e foi uma inseminação normal e depois foi toda a parte física, foi como se fosse uma relação normal. Depois há quem tem mais dificuldade em engravidar ou quem tem uma reserva ovárica volumosa, tem mesmo que ser com um embrião mais já fertilizado e só um tratamento custa à volta de 4000, 5000 euros, só a inseminação em si. E agora estamos a falar das injeções. Cada vez que eu ia à farmácia gastava 200 euros, nada é participado pelo Estado e isso era uma ajuda esplêndida, esplêndida. Eu, na altura ia à farmácia do Oriente porque a clínica era perto, então ia à consulta e depois ia abastecer-me a essa farmácia que tinha sempre na hora, não era preciso encomendar de um dia para o outro e era um sítio onde muitas pessoas iam lá buscar. E o farmacêutico até com alguma comoção dizia-me: "É inacreditável o que vocês têm de gastar para ser mãe, é escandaloso o que o Estado vos obriga a pagar, devia haver uma ajuda, isto devia ser grátis para vocês, quem quer engravidar". Imagine outros casos, isto é o meu caso que quero ser mãe solteira, mas há casais. Infelizmente a taxa de infertilidade é muito grande, casais que querem ter filhos e não conseguem e é todo ele muito semelhante, simplesmente o sémen é do parceiro, ou não, às vezes o problema é do parceiro e também quando o parceiro, quando o casal concorda com isso, até utilizam o sémen de um dador que seja parecido em termos físicos com o dador. E há muitos casais que não têm filhos e eu conheço uma amiga que não tem esse dinheiro, que neste momento está na lista de espera porque em termos de Estado, do Sistema de Saúde Nacional, nós conseguimos fazê-lo. A lista de espera é imensa, ela tem uma lista de espera em que a primeira consulta é daqui a 2 anos. Ela tem 38 anos, vai ter a primeira consulta aos 40? E depois não sabe quando é que vai ser a inseminação? E se correr mal a primeira tentativa, quando é que vai ser a segunda? Volta outra vez para a lista de espera? É impensável pelo nosso Sistema Nacional de Saúde engravidar pela inseminação, é impensável..

116 E: Mas aí os custos são os mesmos?

117 I: Não, pelo Sistema Nacional de Saúde não, mas as condições que se dá, a probabilidade de um casal conseguir é muito baixinha, é muito baixinha, é muito baixinha e eles...

118 E: É muito baixa porque?

119 I: Daquilo que eu sei, do pouco que eu sei porque não fui por essa vertente, a lista de espera é muito grande, ou seja, nunca se tem acesso a tempo e horas, não se consegue, por exemplo, congelar os seus óvulo, mesmo o seu material genético fica ali reservado para outra pessoa e você depois não pode aceder a ele, enfim tem muitas burocracias e é muito complicado. Eu não conheço nenhum casal que tenha sido, pelo Sistema Nacional de Saúde, acho que é um sistema muito burocrático e muito complicado e deveria de haver incentivos ou mais condições, mais acessível, mais direto, em que: "Ok eu hoje quero, tomo essa decisão, daqui a um mês ou dois, consigo uma consulta, consigo um acompanhamento e consigo fazer a inseminação". Agora, com listas de espera dessa maneira é impensável, é impensável...

120 E: E os casais que conhece, as decisões são tomadas com que idade?

121 I: Quando já tentaram tudo da maneira natural e quando já veem que têm realmente, lá está, 30, já a partir dos 30, 35 anos obrigatoriamente, sim...

122 E: Obrigatoriamente?

123 I: Porque na, na forma natural já não conseguiram, não é? Eles queriam muito ser, ser, foi o caso dos meus pais, mas numa altura completamente diferente, há 30 anos atrás, a minha mãe e o meu pai fizeram muitos tratamentos, tratamentos, felizmente conseguiram, mas já estavam a desistir e já estão a pensar na altura, até, em adotar, uhh... mas no, como atualmente, existem técnicas e a medicina já está tão avançada que muitos, muitos casais estão e eu quando fui a essa clínica era, todos os dias que eu lá fui à consultas e, quando fui fazer a inseminação, era imensos casais com ansiedade de serem pais e a fazerem tratamentos e tentar e a tentarem e só quem tem dinheiro, não é qualquer pessoa que conseguem despende 5000 ou 6000 euros assim... do pé para a mão, e isso é um problema. A infertilidade, que depois isso vai, vai, vai, vai ir para outros, para outros temas, não é? Uhh... há muitos

casais que querem ter filhos e não conseguem, não conseguem. No meu caso específico foi diferente, uhh...

124 E: Há muitos casais que querem ter filhos, sim, estava a dizer no seu caso específico...

125 I: No meu caso específico é diferente, para já querer ser mãe, esse desejo, surgiu tarde, até porque eu a minha, as minhas prioridades foram outras e eu depois tipo parece que se acendeu a luzinha "Espera lá, tens esta idade, ainda não tens família constituída", relacionamentos não havia, estava a ver que também não ia haver e pensei: "Não, vou avançar". A minha ideia lógica e pragmática é: "Vou avançar, não invalida que depois eu não tenha um relacionamento à mesma, de a coisa acontecer e é preferível ser assim do que estar aqui à espera que as coisas aconteçam, que o relacionamento aconteça, pode ser bem-sucedido ou não e depois não tenho criança, não tenho nada e não consigo concretizar o desejo de ser mãe". Foi nesse sentido que fiz e que avancei...

126 E: Há pouco estava a dizer, se eu soubesse, tinha sido mãe mais cedo. Pensando assim no seu percurso de vida, o que é que tinha feito diferente?

127 I: Quando, principalmente aqui na Embraer, comecei a ver ali muitas mulheres a serem... Porque aqui a idade, a idade dos trabalhadores é 30, 30 e poucos anos, vi muitas mães a serem, a serem mães

128 E: E na altura a Sónia tinha que idade?

129 I: Na altura tinha os meus 35, 36 anos e devia ter pensado mais cedo, foi só aí que eu comecei a pensar realmente o que é que poderia fazer de diferente? Pois não sei, é que eu andei sempre de um lado para o outro (riso)...

130 E: Estava a dizer "mas como a vida não tem"...

131 I: Estabilidade...

132 E: Nós não podemos estar à espera...

133 I: É verdade...

134 E: "Portanto eu teria sido mais cedo"...

135 I: É verdade...

136 E: Por isso é que eu estava a aprofundar um bocadinho essa sua reflexão...

137 I: É verdade... Provavelmente lá em cima, quando eu estive no norte devia ter tomado essa decisão... e teria, teria corrido bem. Eu tive lá 8 anos e teria corrido bem. Eu lá tinha 32, 33 anos isso teria, teria sido a idade ideal. Agora a Margarida já estava muito maior e eu tinha tido aos 38 o segundo. Esse teria sido o timing certo. Mas lá esta, lá estava tão focada no trabalho e trabalho e trabalho e trabalho. E sei lá, nessa altura, se eu tivesse olhado mais para o futuro e este bichinho tivesse aparecido mais cedo. Se soubesse, lá está, o que eu sei hoje... só que na altura não pensava nisso, mas se eu tivesse sido mãe nessa altura, acho que tinha feito muito melhor do que agora, na perspetiva do segundo. Se eu só quisesse ter o primeiro, estava tranquila. Acho que até foi numa altura certa, estou a usufruir muito da Margarida, está a ser uma experiência super prazerosa e está a correr tudo muito bem, é uma criança espetacularmente alegre e feliz, e eu com ela. O que me preocupa agora é que eu estou a pôr, um step acima, mas eu também só pensei no segundo depois de a ter... porque só depois de a ter é que eu comecei a pensar nela, ou seja. eu começo sempre a pensar no futuro: "Ok, já a tive, sou feliz, concretizei o sonho, agora vamos pensar no futuro da Margarida" porque eu como mãe solteira tenho que pensar tudo muito a 10 anos, 15 anos, tenho que pensar, eu tenho de conseguir apoiá-la numa universidade, tem que se fazer um PPR já muito mais cedo do que uma pessoa, vá do que um casal normal porque num imprevisto tenho que estar preparada para os imprevistos. Eu agora penso, caiu-me a ficha: "Então os meus pais, vão seguir a sua vida e irão partir, eu também irei partir, então e a Margarida fica sozinha?". Eu necessito, tenho uma, agora tenho essa necessidade de pensar no segundo porque eu quando pensei em ser mãe não estava a pensar ter dois, pensava: "Vou ter um" e agora, sim, é que eu penso ter dois.o. Lá está, à medida que a idade vai avançando... nós, uma pessoa com 25 anos não pensa muito no futuro, não tem essa ideologia do futuro. Eu acho que quando nós vamos começando a ficar mais velhos é que vamos tendo essa maturidade e essa consciência não nos aparece mais cedo. Agora o que é que poderá fazer com que essa consciência nos apareça mais cedo? Não sei, eu acho que o mundo laboral poderia incentivar, há muitos países que incentivam muito, tanto em termos de horários, por exemplo, na Suíça fazem com que nós tenhamos um dia por semana para sair com os filhos, acham que dão um x de horas por mês para termos com eles, tudo o que é escolar é pago, é um grande incentivo. Há um incentivo às mães que a partir de x números de crianças podem estar em casa e ter um ordenado que é perfeitamente sustentável para criar as crianças. Para quem tem, porque já

muitas mulheres que têm mesmo o instinto maternal de ter muitas crianças, só não o fazem por questões monetárias e se o Estado desse esse incentivo, se mudássemos aqui filosofia um bocadinho, acho que seria muito, muito gratificante.

138 E: Esse incentivo, sobretudo, do ponto de vista financeiro?

139 I: E de tempo. Acho que não é só ter, acho que não é só dinheiro. Acho que é a qualidade de vida e nós hoje perdemos, nós hoje somos um país que trabalhamos muitas horas e somos pouco produtivos. Eu acho que as pessoas não estão felizes o tempo que estão no trabalho. Efetivamente, nós devíamos trabalhar menos, ser mais eficazes e aproveitar mais o tempo, sair às cinco, uma pessoa que tem um horário das oito às cinco, eu saio às cinco horas da tarde posso ir comprar uma coisa ao supermercado, vou a casa, chego a casa com a minha filha, eu tento ir ali um bocadinho com ela à rua, brincar um bocadinho, chegar a casa, tomar banho, comer, dorme. Ela vai para a cama às 9 da noite. Se uma pessoa tivesse um trabalho imagine, seis horas de trabalho diárias, uma pessoa sai às quatro ou às três da tarde, conseguíamos usufruir dessa tarde, ir a um jardim, ir, fazer um passeio, ir a uma biblioteca, fazer um programa muito mais alargado com os filhos e conseguíamos ter uma vida muito mais prazerosa com os filhos. E neste momento nós temos oito horas e às vezes dez horas de trabalho. E outra coisa, que é, eu, por exemplo, eu estou agora a concorrer a vagas, quando aparece lá "disponibilidade para horários rotativos" eu não posso concorrer. Os horários rotativos MATAM qualquer regime familiar e um casal, não só no meu caso, no meu caso é por indisponibilidade física, no caso de um casal há casais que não se vêm.

140 E: Mas tem a experiência, por exemplo, de trabalhar em fábrica...

141 I: Hum...

142 E: Pensa que seria possível alterar os horários rotativos para horários fixos?

143 I: Claro que sim, porque é que tem que haver uma rotatividade de horários? Tentar que os casais tenham o mesmo horário, porque acontece muito numa mesma fábrica, a mulher estar com o horário da manhã e o homem estar com o horário da tarde e simplesmente não se conseguem ver,. empresas que tenham creche. Imagine, a Embraer não tem mas acho que agora tem ali uma creche, não sei qual é o horário dela, mas se houvesse uma empresa grande, que tem esses horários, até podiam ser rotativos, mas que tivesse uma creche com um horário quase 24 horas, que consoante o horário do trabalhador,

conseguisse ter um apoio ali, está a ver? Aí seria espetacular.

144 E: Da família ou da creche?

145 I: O apoio da creche, isso seria um apoio espetacular e um incentivo, a pessoa conseguia, profissionalmente estar à vontade. Ainda por cima, a proximidade da criança ali numa creche, mesmo ali ao lado, tinha qualidade de vida, não perdia tempo em deslocações e a... e tinha um, um trabalhador mais motivado, com uma um ambiente familiar mais estável e conseguiria também, produzir mais para a empresa. Isso poderia ser, por exemplo, uma ideia que, que poderia ser implementada...

146 E: E que não conhece?

147 I: Não conheço nenhuma que exista. Conheço empresas que têm creches ao lado, mas com um horário normal, não com horários alargados. Não sei se existe, pode ser que exista, mas assim que eu conheça, não. E isso era um bom incentivo. E, por exemplo, no meu caso não me cortava as pernas, em termos de emprego e eu poderia-me candidatar a essa empresa, até quando colocassem um anúncio colocavam essa questão.

148 E: Portanto, aí já era uma resposta aos horários rotativos...

149 I: Exatamente...

150 E: ...como apoio.

151 I: Já não havia essa questão de perguntar da disponibilidade de horários rotativos. A empresa dava condições para que a pessoa tivesse esses horários rotativos.

152 E: Fazendo assim o, o balanço, não é? Agora que foi mãe aos, 38?

153 I: 38, sim.

154 E: Aos 38 anos há assim alguma uma questão que lhe surja, em termos de balanço, que não tenha ainda partilhado sobre o seu percurso de vida ou sobre o futuro, sobre a Margarida...

155

I: Não, nada. Só tenho, olhe, o único receio é mesmo esse... Estou muito feliz com a minha decisão.. foi tarde, sim, foi tarde, mas o facto de ser tarde faz com que eu me preocupe agora com o futuro dela, porque queria estar mais tempo com ela. Porque o facto de sermos mãe jovens, por exemplo, tenho uma colega minha que foi mãe, salvo erro, aos 20 anos e para ela na altura foi uma catástrofe. Ela queria estudar e foi estudante, foi mãe-estudante, ainda teve o apoio da mãe, hum... conseguiu, mas foi uma época muito má, muito má, quer dizer, muito difícil para ela. Depois conseguiu ter outra filha. Agora tem um com 15 anos e agora conseguiu ter a mesma experiência prazerosa que eu tive e tem uma menina com quase quatro 4 anos. E ela também foi mãe aos 37 anos, já foi uma gravidez de risco, porque ela teve gémeos depois, infelizmente, perdeu um, enfim, foi uma gravidez complicada. Mas, lá está, o facto de ela ter tido aquele.... vá lá, não foi uma gravidez desejada na altura, foi um bom acidente. Mas que ao fim ao cabo, isto significa não há coisas perfeitas. Temos sempre de prescindir de alguma coisa. O facto de ter sido difícil na altura está a trazer benefícios agora. Agora tem um filho já crescido, autónomo, que ajuda a criar a mais pequena e tem ali uma família já construída e harmoniosa, está a perceber? O meu medo é só esse, o meu único receio, a única coisa que está aqui ainda a bater na cabeça e que eu ainda tenho que concretizar, é garantir o apoio familiar da Margarida e ter um maior apoio familiar. Isto, se calhar, no meu caso, acresce mais porque, se eu tivesse um pai, se ela tivesse pai, eu não estava se calhar tanto com essa preocupação, teríamos sempre, somos só nós os dois, o meu medo é se me acontece alguma coisa, é só isso.

156

E: Portanto, a noção de família passa por um irmão.

157

I: Isso. Isso mesmo, isso mesmo, tentar sempre, é claro que eu estou aberta a um relacionamento, mas é sempre difícil hoje em dia. Mas se acontecer, ótimo. Hum... depois o critério aumenta sempre, porque uma coisa é nós termos um relacionamento sozinhas e eu nunca vou pôr uma pessoa em casa, assim do pé para a mão, não é? Depois, nós temos de perceber a psicologia da criança, ela a partir do momento em que eu tenho um homem em casa, ela vai vê-lo como um pai, então isso tem que ser trabalhado de outra forma, vai levar mais tempo e a pessoa também vai ter de estar, aberta a isso, é diferente, mas é a única preocupação que eu tenho é a constituição da família da Margarida no futuro, é essa...

158

E: E agora, que estamos a terminar, por um lado, de políticas, acha que em termos desse futuro, imagina algum tipo de medida que pudesse existir e que pudesse contribuir para essa tranquilidade?

159

I: Neste caso, dirigindo-me às mães solteiras, um tipo de abono. Neste momento há um abono geral para quem é mãe e consoante os rendimentos, acho que devia haver um incentivo de abono às mães

solteiras, para quem tem um filho e depois quem tem dois, três, o que fosse, porque os primeiros anos de vida são os mais complicados, em termos de gerir e de despesa...

160 E: Mesmo com o seu salário acima da média...

161 I: Vou-lhe dar um exemplo, imagine que eu ganho 1500 euros...

162 E: Líquidos?

163 I: Líquidos. Neste momento gasto as minhas despesas, 800 euros, e eu esses 500 estava a pôr sempre de parte, qual é que era a minha perspetiva de futuro? Se eu conseguisse manter estes 1500 líquidos, estes 500 seriam para quando eu tivesse o segundo filho pagar à pessoa que me iria ajudar, mas isto não pode estar restrito só a uma pessoa que ganhe acima de 1000 euros, também tem de ser permitido a uma pessoa que ganhe 700, 600, o que for, está a entender? Neste momento só consegue fazer inseminação quem tem um nível de vida acima da média, quem tem um nível médio-baixo não consegue aceder a este tipo de tratamentos e este tipo de possibilidade de ser mãe...

164 E: Ok...

165 I: É isto... já que a vida natural, seja um casal, seja mãe solteira, fica restrita por vários fatores, a nível financeiro e a nível profissional porque as empresas não têm estrutura para isso e o país também não tem, Portugal não tem estrutura para promover o crescimento e o facto das mães serem mães. Houve um boom de crescimento não sei se foi mais ou menos quando eu tive a minha, acho que não, em 2000 e... nós estamos em 2020, hum... a seguir à recessão, porque enquanto o país esteve em recessão as pessoas tinham medo e não tinham bebés. Depois houve ali um boom mas mesmo assim é pouco, ou seja, as pessoas pensaram: "Ah agora a economia está melhor, vamos lá a ter um bebé", isso não chega, a nível profissional, a nível de horários, a nível de apoios de escolares, de creches, de abonos, tem de haver um apoio maior para as pessoas dizerem: "Sim senhora, se eu ficar desempregada", por exemplo, como eu, "Não vou ficar desamparada e vou continuar a conseguir educar e criar o meu filho". E eu acho que são essas duas coisas: é o tempo e é apoios monetários para quem não dinheiro, não é? E não pode ser só uma possibilidade, fazer uma inseminação para quem tem um ordenado acima de 1000 euros, não pode ser. Toda a gente tem, tem que ter esse direito.

166 E: Estamos a terminar, não sei se em relação a alguma coisa, convicções religiosas...

167 I: Hum não...

168 E: Se há alguma dimensão que...

169 I: Não...

170 E: Que queira ainda, aprofundar...

171 I: Não, sou católica não praticante. Tenho a minha fê, tenho a minha fê, às vezes usufruo dela e peço muito, tenho uma grande fê na nossa, nossa Senhora de Fátima mas tudo isto que eu fiz não foi por questões religiosas. Tive receio que os meus pais devido à idade que têm ficassem assim um bocado... que é um método assim um bocadinho mais inovador, não é? Hum... pelo contrário, o desejo deles era tão grande de ser avós que a minha mãe quando recebeu a notícia disse logo: "Mas porque é que não fizeste isso mais cedo?" (riso).

172 E: Aceitaram bem...

173 I: Muito bem...

174 E: Amigos e tudo...

175 I: Muito bem, muito bem, muito bem, muito bem. E também porque eu lido disto de uma forma muito natural, ou seja, eu não escondo isto, eu não escondo. Eu na creche abri logo isto até acho porque, há o dia do pai, há o dia disto... eles estão perfeitamente familiarizados- A Margarida já sabe o que é a "entidade pa", porque ela na creche via muito os pais irem buscar os meninos: "Olha, é o pai do Manuel, é o pai do Joaquim, é o pai" e eu já digo: "No teu caso, Margarida, a mãe é a mãe e o pai, só tens mamã!", para que ela já comece na cabeça dela... ela sabe o que é a "figura da mãe". E mais tarde vai-me perguntar, vai-me fazer questões, explicarei tudo de uma forma básica, mas sempre com a verdade. No trabalho sempre disse a forma como foi, aliás, quando eu estava a fazer os tratamentos, eu disse ao meu meu supervisor que estava a fazer os tratamentos e para ter atenção para a minha substituição no trabalho, porque eu... aquele ano possivelmente iria de baixa... portanto, ele aceitou muito bem, nós preparámos a equipa muito bem e as coisas foram feitas de uma forma muito, muito tranquila. Não vale a pena esconder. Não ando aí a contar aos quatro ventos mas dentro do meu ambiente familiar e de

trabalho e na creche isso foi tudo divulgado de uma forma muito, muito natural.

176 E: Sónia, obrigada...

177 I: Obrigada...

178 I ...pela sua disponibilidade...

1 Entrevista Carlota

2 E: Boa tarde eu agradeço a sua disponibilidade para esta entrevista, já tivemos a conversar também sobre os objetivos da investigação. Aquilo que lhe peço tal como como referi inicialmente é que começasse por me contar a sua história como mãe.

3 I: sim...

4 E: A altura em que decidiu ser mãe e a sua vida como mãe até ao presente

5 I: Tenho 45 anos. Nasci a 3 de maio de 1973, fui mãe aos 37 anos. Neste momento a minha filhota tem 7 anos, faz 8 em dezembro.

6 E: E como é que decidiu ser mãe...

7 I: 37 anos.

8 E: 37 anos.

9 I: 37. Então houve algumas situações, namorei um rapaz durante 10 anos com o qual não vim a casar, tínhamos já casa, mas pronto as coisas não se encaminharam nesse sentido e acabámos por cada um ir para para seu lado. Entretanto eu já conhecia o meu marido.

10 E: Começou a namorar com que idade com essa pessoa?

11 I: Com 22, por aí.

12 E: Portanto namorou até aos 32 com uma pessoa?

13 I: Sim, com uma pessoa, depois separámo-nos. Eu entretanto já conhecia o meu atual marido e começámos a sair e a conviver e pronto depois passou de amizade ao namoro. Entretanto, eu tinha uma casa com a outra pessoa e depois foi aquela situação toda de tentar vender e não se vender e depois o meu marido dizia-me, ficamos com a casa porque, nunca lá vivi, nunca vivi com outra pessoa e ele incentivou-me porque como isto se arrastava a casa não se vendia, a outra pessoa dizia que ficava com a casa e acabou por não ficar, as coisas foram se arrastando e o meu marido achou que devíamos de avançar. Foi com o passar do tempo, depois ainda namorámos mais 1 ano e qualquer coisa, marcar casamento, não marcar...

14 E: Casou com que idade?

15 I: Tinha feito os 36 há pouco tempo, portanto, casei em outubro, tive ali aquele tempozinho, pouquinho, depois engravidei. Casei em... exatamente, casei em 2008, depois engravidei e a Mariana nasce em dezembro de 2010. Só esta situação deste namoro prolongado que acho que não é favorável para ninguém, namoros muito longos acho que acabam por dar nestas situações não é? E até, felizmente que assim foi porque tenho hoje a minha filhota e se calhar as coisas não se tinham proporcionado nesse sentido.

16 E: Na altura como é que foi a decisão de ter a filha?

- 17 I: Ambos queríamos ter filhos, o António não é que seja mais velho, tem mais 2 anos que eu, já tinha tido alguns relacionamentos e também gostava muito de ter filhos e tanto que não demoramos muito tempo desde o casamento até eu engravidar, foi até rápido, foi uma decisão conjunta, ficámos muito satisfeitos, foi uma alegria e é uma alegria muito grande termos a nossa pequena! Pronto, ficámos só com a Mariana se calhar um bocadinho também por egoísmo porque se calhar pensamos assim, mais do que quando a pessoa é mais nova, não é? Se calhar não pensa tanto, avança e nós como já também tínhamos 38, 39 já pensávamos no futuro não é? Conseguirmos dar-lhe uma educação e depois nós somos os dois funcionários do Estado, as coisas também não estavam...
- 18 E: Qual é que é a vossa profissão?
- 19 I: Eu trabalho na Segurança Social, no Gabinete Jurídico, o meu marido trabalha no Tribunal, e pronto foi ali naquele período que...
- 20 E: E a sua formação é?
- 21 I: Eu tenho o 12º ano, portanto estou na parte jurídica, dou apoio jurídico.
- 22 E: E o seu marido trabalha no tribunal é técnico de...
- 23 I: O meu marido também é assistente técnico e depois foi naquele período em que houve cortes e nós também fomos... pronto e cá está a idade faz com que a gente pense e acabámos por ter só com a Mariana. Se calhar tudo se tinha resolvido mas acho que se o facto de termos esta idade leva já leva a pensar não é? Agora que estou com 45 anos, a Mariana tem sete, peço todos os dias saúde para a conseguir criar e quando pessoas amigas me perguntam eu já aconselho as pessoas a terem os filhos um bocadinho mais cedo porque a gente pensa que há tanta coisa, hoje há tanta coisa, tanta doença. A gente começa a pensar será que depois conseguimos criar, dar-lhe um futuro ? Acho que se calhar ali um bocadinho mais cedo aos 30, 31. Mas pronto depois há essas condicionantes, no meu caso foi esta situação, se calhar noutros será a questão dos estudos, o trabalho da casa, é tudo complicado, não é? E às vezes as pessoas também complicam um bocadinho, não é?
- 24 E: Complicam porquê? Porque é que acha que as pessoas complicam?
- 25 I: Porque as pessoas pensam que que podem ter tudo, não é? De partirem para um casamento ou para uma relação a pensar que vão ter tudo, não, as coisas vão, vão se conquistando não é?! E... isto quando somos mais novos, não é? E pronto, foi assim, é assim.
- 26 E: E como é que foi essa, com essa idade? Hum... Como é que se sentiu na altura?
- 27 I: Bem. Não, não me senti, não me senti nada com...
- 28 E: Como é que foi ter a filha, a Mariana nos braços?
- 29 I: Foi, foi... hum...
- 30 E: E o que veio a seguir? E o que veio a seguir? Como é que foi?
- 31 I: É tudo novo, não é? Mas foi muito bom, foi o melhor dia da minha vida, portanto, era uma coisa que

eu queria muito e pronto depois é a questão da gente se habituar, não é? Porque a gente ao fim dos anos todos sem filhos e chegar a casa ou sei lá, dizer olha vamos de fim-de-semana agarrar na mala e sair, isso termina, não é? As coisas já não são assim, tem que se pegar nela, mas tem sido muito bom e... e pronto e mais uma vez digo que tenha saúde para a conseguir...

32 E: E o que que foi mais surpreendente para vós? Como é que foi esse período depois que a tiveram? Como é que as coisas aconteceram?

33 I: Apoios, apoios do Estado não tivemos, não é? Porque não temos abono, não temos essas coisas, foram os nosso pais que também iam ajudando.

34 E: Não têm abonos? Os vossos salários são...

35 I: Não, não dá para termos abonos e também só com um filho e não...

36 E: Não têm direito.

37 I: Sim e pronto o que é que eu ia...

38 E: Ia a dizer que os seus pais, o seu marido...

39 I: Sim ajuda dos, dos pais embora estejam já velhotes, não é?

40 E: Que tipo de ajuda é que têm tido?

41 I: Que tipo de ajuda? Compra de roupa, por exemplo, para a menina ou alimentos, às vezes.

42 E: E que outro tipo de apoios é que têm deles?

43 I: É às vezes ficarem com a Mariana. Quando é necessário, não muito, porque acho que eles também já fizeram o trabalho deles, já não são novos.

44 E: Eles são os seus pais?

45 I: Os meus pais tenho só os meus pais cá, os meus sogros não.

46 E: Hum... a Cândida é de?

47 I: Sou de Évora, sou de Évora.

48 E: E o seu marido é de...

49 I: É da Amareleja, os meus sogros estão lá. Pronto tenho quando é necessário a ajuda dos meus pais. Não os quero, não os sobrecarrego, ela felizmente também tem sido uma menina saudável, mesmo, ela foi para o infantário com oito meses e meio, podia ter ficado com a minha mãe, mas nós entendemos que não, mas felizmente tem sido saudável. E poucas vezes tive que faltar para ficar com ela e também tinha a minha mãe que também me dava esse apoio não é?! E pronto tem sido uma experiência excelente.

50 E: O que que mudou mais na sua vida? E em que é que essa experiência tem sido excelente, é excelente em quê?

51 I: É um desafio porque a Mariana é uma menina que tem uma personalidade muito vincada, muito forte e é preciso, às vezes não é fácil conseguir-se dar-se a volta, e ela só tem sete anos, portanto, tem

sempre resposta, ela começou a falar muito cedo, sempre me tem feito muita companhia porque está sempre a falar e às vezes a gente choca ali um bocadinho porque ela tem que se saber levar e às vezes a gente querer levar assim à força, não é? Não é boa ideia, os miúdos acho que cada vez vêm com uma personalidade mais forte, não sei, a informação também é muita, começam a obter a informação logo muito novos.

52 E: E de que forma é que é um desafio para si? Falou em desafio.

53 I: Um desafio, às vezes tenho que pensar o que que lhe vou responder ou o que é que lhe vou dizer para a conseguir levar porque ela é um bocadinho teimosa, não é fácil. Mas temos conseguido e depois se calhar as mães são um bocadinho mais moles, digamos assim, ela com o pai pede para ela parar e ela pára e comigo vai tentando assim sempre um bocadinho mais, não é? Embora ela não tenho um relacionamento excelente com o pai hum... acho que as meninas com os pais...

54 E: Então e em que é que é diferente a forma como educa a Mariana e o pai educa a Mariana? Se é que há diferenças.

55 I: Se calhar eu sou um bocadinho mais mole, tenho o coração mais, mais mole e o meu marido é mais rígido, portanto, e ela percebe isso, portanto, eles percebem essa situação toda até onde é que podem ir com a mãe e até onde é que podem ir com o pai e por isso tem sido um desafio grande (risos).

56 E: Como é que negociam isso entre vós?

57 I: Como é que negociamos? Hum...

58 E: As características de cada um? A forma como se relacionam depois com a Mariana?

59 I: Tentamos levar as coisas de uma forma e quando ele está, se ele intervém tento não intervir na maneira dele de estar a educar ou questionar qualquer coisa. Tentamos não criar conflito entre nós o casal, não é? E às vezes por mais que a gente não queira sempre acaba por haver qualquer coisinha, não é? Mas pronto temos que tentar para que o casal e que as coisas funcionem, não é? Porque há uma mudança, não é? Houve uma mudança porque quando são só duas pessoas é de uma forma e agora somos três, temos a Mariana, temos que conciliar da melhor forma.

60 E: E conciliam para além dessa negociação na forma como a educam, em que outras áreas é que há conciliação entre vós ou não?

61 I: Não, há, há, eu, ela sabe que o pai pode fazer umas coisas...

62 E: Que coisas?

63 I: Por exemplo, o pai é mais aventureiro, ela gosta de ir para o campo, o pai gosta de montar e ela gosta de ir assistir. Eu gosto de ver e gosto que o meu marido tenha esse hobby, digamos assim, mas estou sempre com medo, cuidado vê lá, mas ela tem aquele espírito, o pai acho que tem lhe incutido ali um bocadinho aquela vivência mais aventureira, tanto que ela diz, a mãe não é aventureira, o pai é que é mais aventureiro.

E: Então a mãe é mais o quê?

65 I: A mãe é mais calma, a mãe é mais, mais calma, gosta... de ter os pés às vezes assentes na terra.

66 E: Então em que é que diferem as características e como é que depois nos cuidados dela no dia-a-dia dela, como é que as coisas acontecem na vossa vida?

67 I: Não é que o pai não seja cuidadoso, mas eu sou mais com as coisinhas e acho que tenho sido sempre assim. Ele às vezes, ela já tem sete anos... “as coisas não podem ser assim, tens que deixar que ela cresça.”.

68 E: Mas nas várias áreas da vossa vida como é que se complementam? Nessa área têm essa diferença e noutras áreas da vossa vida ... familiar?

69 I: Temos coisas em comum, não é? Muita coisa, gostamos de praia, ela adora praia, adora a água..

70 E: E ao nível da vossa organização? Familiar...

71 I: Ao nível da nossa organização familiar? Ela já sabe que as coisas estão estruturadas, o meu marido sai do emprego, ela já sabe que o pai não vai para casa, vai logo para o hobby dele.

72 E: Vai para o hobby dele?

73 I: Que é os cavalos e nós temos as nossas, temos as nossas coisas, eu vou busca-la à escola ou quando era no colégio temos a natação, às vezes, vamos a uma loja,. temos as coisas, fazemos os trabalhos de casa, vamos ao parque, pronto, temos as coisas estruturadas desta forma, pronto, ela com o pai faz umas coisas, comigo faz outras.

74 E: Então e o que é que faz com o pai?

75 I: Então é esses passeios, essas aventuras que às vezes vão assim ao campo, não quer dizer que eu não vá, mas eu estou sempre “cuidado”! Vá lá, não, não deixes ela fazer isso.

76 E: E como é que é a vossa organização depois nas outras áreas da vida familiar?

77 I: Acho que estamos bem (riso), organizamos bem. A Mariana está na escola o dia todo, às vezes, o pai vai buscá-la para almoçar, pronto, eu não porque optei por fazer o horário contínuo para ter mais disponibilidade depois, também à tarde para a poder ir buscar nos dias em que ela sai mais cedo e também para as atividades, está definido assim. Ela também é o primeiro ano que está na escola que ela é de dezembro, no ano que fez os seis nós optamos por ela não entrar e também não entrava, também não havia vagas, também deixámos depois de procurar, decidimos que ela havia de ficar mais um ano. É o primeiro ano que está agora a terminar, mas durante este período letivo foi assim: o pai ia a buscar, às vezes, à hora de almoço para almoçar, às vezes, iam almoçar comigo ao serviço, outras vezes iam almoçar a casa os dois, temos as coisas assim.

78 E: E nas rotinas lá de casa? Têm as coisas organizadas?

79 I: As rotinas eu é que, às vezes, faço as coisas. O meu marido ao fim-de -semana também me ajuda ou quando pode também me ajuda.

80 E: O que quer dizer “também faz as coisas” e “quando pode também me ajuda”? O que que isso significa? (risos)

81 I: Estamos a falar no dia-a-dia de casa, as limpezas, essas...

82 E: As várias áreas da, da vida da vossa vida.

83 I: As várias áreas da rotina, pronto, deitar a Mariana, levantar umas vezes sou eu, outras vezes é ele, tem sido assim, quando ele está ou mesmo quando não está.

84 Olha, hoje vais tu deitar a Mariana, vais ler a história à Mariana vais... pronto e ele vai, é assim, estamos organizados...

85 E: E nas outras áreas da vossa vida doméstica?

86 I: Hum... sou eu (riso) e ao fim-de-semana ele sempre dá uma ajuda também.

87 E: Que tipo de ajuda?

88 I: Aspira, faz essas coisas assim.

89 E: Se alguma coisa pudesse ser diferente?

90 I: Faz comida... eu faço comida, mas ele também faz, gostamos de partilhar ao fim-de-semana que ele gosta de cozinhar, de fazer uns petiscos, de inventar assim umas coisas.

91 E: E durante a semana quem é que assegura as rotinas?

92 I: Normalmente sou eu, nessa, em termos de comida sou eu e o resto das rotinas, os banhos e essas coisa normalmente durante a semana, sou eu, pronto... as comidas.

93 E: Isso é uma coisa negociada entre vós?

94 I: Diga...

95 E: Isso é negociado entre vós?

96 I: Sim, não, está assim, foi assim desde o início.

97 E: Do início... é desde quando?

98 I: Desde que temos a Mariana.

99 E: Então como é que foi? Quando a Mariana nasceu, como é que foi essa fase?

100 I: Hum... como é que foi essa fase? Então, pronto, ele teve aqueles dias em casa e quando saía do serviço como lhe digo, às vezes, ia aos cavalos, outras vezes vinha para casa. Mas eu é que assegurava...

101 E: Mas esses dias em casa? Como é que foi essa fase do regressar a casa, de estar no hospital e regressar a casa?

102 I: Regressar a casa, foi tudo novo, não é? Chegar com a Mariana a casa foi, portanto, foi ali uns dias antes do Natal, a Mariana nasceu a 17 e depois eu tive ali 2 ou 3 dias no hospital, foi uma sensação de... será que vou conseguir? Será que vai correr tudo bem? Porque, pronto, eu já tinha um sobrinho, não é? Ou melhor já tinha dois sobrinhos, mas os sobrinhos não é a mesma coisa do que os filhos que

estão o tempo inteiro, estão sempre connosco. E os sobrinhos é só de vez em quando mas acho que foi como se tivesse sido mãe a vida inteira, não sei, os banhos, aí, será que consigo?! Não, mas depois, acho que aquilo está no instinto consegue, eu consegui fazer aquilo tudo. A minha mãe, pronto, também estava e eu pensava será que consigo? Consigo, pronto.

103 E: E o pai nessa altura?

104 I: Aí o pai também colaborou sempre, sempre, com o banho, a tratar o umbigo, o pai é que tratou sempre o umbigo, com as banhocas, depois com os biberões porque eu praticamente não amamenteei, já sai do hospital com o suplemento e o pai sempre a colaborar, a fazer, levantar-se de noite para fazer os biberões, sempre a colaborar, nunca houve falta... houve sempre harmonia entre nós, ele colaborou sempre e tem colaborado sempre com tudo.

105 E: E o que é que mais a surpreendeu nessa fase da vossa vida?

106 I: É vê-la crescer e haver sempre coisas novas, nela e mesmo em nós a tratá-la.

107 E: Em si o que é que descobriu?

108 I: Que se calhar podia ter sido mãe há mais tempo.

109 E: E agora, agora que faz essa leitura, o que que diria a si própria?

110 I: O que diria a mim própria? Não foi mais cedo porque... já expliquei porquê....

111 E: Sim, mas estava a dizer “mas se eu pudesse tinha sido mãe mais cedo”, o que que isso significa? Ter sido mãe mais cedo? Dava para pensar com que idade gostava de ter sido mãe?

112 I: Não, não. É assim, hum...

113 E: Porque é que diz isso?

114 I: Por pensar no futuro, porque eu já tenho 45 anos, não é? Ela tem 7, quando ela tiver 20 tenho eu 60 quer dizer, assusta um bocadinho, não é? Assusta. Por isso é que eu digo “mãe um bocadinho mais cedo”.

115 E: O que é que é um bocadinho mais cedo?

116 I: Dentro dos 31, 32. Acho que cada vez é mais normal as pessoas terem filhos mais tarde, não é? Conheço uma rapariga que foi mãe a segunda vez mãe aos 46 anos, quer dizer. Cada vez é mais, mais tarde, as pessoas...

117 E: Porque é que acha que... o que é que acha que podia ser diferente para que as pessoas tivessem filhos mais cedo?

118 I: O que poderia ser diferente? Se calhar acompanharem-nos. Eu espero que consiga acompanhar a minha filha quando ela tiver 20 anos e que consiga ter uma mente aberta e ter uma mente jovem para poder acompanhá-la, não é? Porque um pai, uma mãe nova com 25 anos quando filho já for adulto, se calhar consegue fazer outro, consegue acompanhar.

119 E: O que é que acha que podia fazer com que as pessoas aos 25, aos 26 comesçassem a ter filhos, em

vez de... “terem mais tarde”, como disse, há pouco.

120 I: É darem um acompanhamento se calhar diferente.

121 E: Mas isso é aquilo que depois proporciona, não é?

122 I: Proporcionava sim.

123 E: Ter o filho mais cedo... Mas o que é que levaria as pessoas a tomarem essa decisão, na sua perspetiva? O que é que contribuiria para que isso acontecesse?

124 I: Se calhar tinham mais filhos e...

125 E: Sim, e o que é que levava a que tomassem essa decisão? Não é? Em vez de esperarem tanto tempo, terem os filhos mais cedo, há pouco estava a dizer “Bem eu devia ter, ter tido mais cedo”, já explicou porque é que não teve mas em termos gerais, como estava a dizer, a tendência é as pessoas terem mais tarde, então o que é que pode acontecer, do ponto de vista da sociedade, para que, tal como diz a si própria “Devia ter tido mais cedo”, possa dizer às outras pessoas ou a sociedade possa passar a mensagem às outras pessoas “Tenham filhos mais cedo” (risos). (?) Que condições, que mensagens ou seja aquilo que for, devem existir para que isso aconteça de facto.

126 I: As pessoas hoje em dia preocupam-se pronto, eu não fui para a Universidade não foi porque não, não quis. As pessoas, se calhar, pensam um bocadinho na sua profissão.

127 E: Naquilo que é a sua experiência e das pessoas que conhece?

128 I: Sim, algumas por este motivo, como o meu, outras é porque estão a estudar.

129 E: Por questões da sua vida pessoal?

130 I: Outras porque não arranjam emprego e estão na casa dos pais e cada vez saem mais tarde da casa dos pais, não é? Eu sai da casa dos meus pais com 35 anos, 36. Aqui não foi a questão dos empregos não é? (?) Mas a maior parte das pessoas às vezes isso acontece, não é? Estudam e depois acabam por não...

131 E: Mas aquilo que conhece das pessoas com quem se dá, qual é a ideia que tem?

132 I: As pessoas com quem eu... as amigas minhas todas têm filhos mais velhos (riso).

133 E: Mais velhos, portanto foram mães mais cedo?

134 I: Mães mais cedo. Pronto, a vida correu-lhes nesse sentido de poderem ter os filhos mais cedo, não é?

135 E: Mas há alguma coisa que no seu entender deva mudar do ponto de vista cultural, político, seja o que for?

136 I: E também se calhar terem mais alguns apoios porquenão há, não há grandes incentivos para as pessoas terem filhos.

137 E: Na sua experiência o que é que precisava, que apoios são esses? O que é que acha que fazia a diferença efetivamente na sua vida?

138 I: Se calhar as pessoas ficarem mais tempo, por exemplo, com os filhos e os colégios são caros, não é?

As pessoas pagarem um colégio hoje em dia não é fácil, se calhar se, se a pessoa pudesse ficar mais algum tempo em casa, não é? De não serem só aquele período dos 4 ou 5 ou 6 meses.

139 E: A pessoa é quem? É a mãe é o pai, é quem?

140 I: A mãe. A mãe ou o pai. A mãe ou o pai porque hoje já é a maternidade, a parentalidade é partilhada, se calhar darem mais uns incentivos nesse sentido.

141 E: Esse exemplo em concreto para si é o principal, é isso? Na sua vida é o que faria mais diferença?

142 I: Fez alguma diferença, não é fácil pagar um, dois colégios de duas crianças e os ordenados em Portugal não estão... e quem trabalha para o Estado os ordenados não têm sido aumentados dos funcionários, não é? E se calhar, pronto, quem trabalha no privado as situações são diferentes.

143 E: Portanto está a falar no fundo... um salário mais alto, por um lado, e ,por outro lado, essas questões da educação, haver mais apoio nesse sentido?

144 I: Mais apoios, exato.

145 E: E depois à medida que ela foi crescendo que outro tipo de necessidades é que foi sentido?

146 I: ... Não sei o que poderei dizer.

147 E: Não há assim nada que identifique como necessidade?

148 I: Não. Temos conseguido, temos conseguido proporcionar algumas coisas à Mariana.

149 E: Que coisas?

150 I: Já fez uma viagem, por exemplo, já foi à Disney,. tem tido as atividades, não é? Tem a nataçãõ, teve outras atividades também no colégio a que também tem ido, vai à praia.

151 E: E que apoios é que têm tido?

152 I: Apoios? Hum...

153 E: Há pouco já falou, de algumas coisas, não é? Mas do ponto de vista...

154 I: Somos nós que conseguimos fazer uma gestãozinha e conseguimos proporcionar essas coisitas à Mariana.

155 E: E no vosso caso, do ponto de vista... público, não é? Mais estatal? Dentro daquilo que são as necessidades dela, em que é que têm sentido que têm a resposta que precisam?

156 I: É assim, a Mariana é o primeiro ano que está na escola, não é? Se calhar ainda não consegui, não, não posso apontar assim uma necessidade que eu acho de benefício do Estado.

157 E: E o que tem sido bom? Desde que ela nasceu que tipo de apoios é que têm sentido como positivos?

158 I: Apoios...?

159 E: Na área por exemplo da saúde ou da educação ou... noutra área qualquer, como é que tem sido no fundo...

160 I: Na saúde é o plano das vacinas.

161 E: Do ponto de vista médico?

162 I: Na educação pronto, uma IPSS.

163 E: Está a falar das vacinas e do ponto de vista médico como (?)

164 I: A médica dela esteve sempre, tem estado sempre no privado, também estamos acompanhados, temos a médica de família, também aqui.

165 E: Em que é que esses apoios na área da saúde têm sido importantes ou não?

166 I: Sim, quer dizer, em termos só de vacinas e houve umas que nós também pagámos porque não estavam no plano, foram pagas por nós, neste momento já está no plano nacional hum... não vejo assim... só assim...

167 E: Então e na educação? Estava a dizer que a Mariana aos oito meses foi para um colégio que é uma IPSS.

168 I: Sim, sim.

169 E: Ok. E... a resposta que têm tido tem sido satisfatória? O que é que podia ter sido diferente? Entretanto foi para a escola, durante este percurso dela o que que identifica como mais positivo ou o que é que podia ter sido para vós diferente, para melhor?

170 I: A Mariana andou num colégio gostamos muito daquela instituição onde ela esteve e se tivesse outro filho voltava.

171 E: Era particular, era IPSS?

172 I: É IPSS, sim tem fundos...

173 E: Pagavam...?

174 I: Sim, sim, era, era pago, aquilo tem a ver com os rendimentos dos pais, mas gostei, teve um bom acompanhamento e, como lhe digo, se voltasse a ter outro punha-o lá naquela instituição.

175 E: E na escola?

176 I: Agora está na escola, está na, na rede pública, a escola é pequenina, é uma escola só com quatro salas tivemos, temos uma excelente professora teve a sorte de ter uma excelente professora, e tem sido bom, pronto, em termos de estabelecimento de ensino tem sido positivo.

177 E: Portanto as vossas necessidades têm sido satisfeitas? Não têm?

178 I: Sim.

179 E: Que avaliação é que faz neste momento? Daquilo que é, daquilo que são as respostas que existem para a vossa filha de acordo com aquilo que têm sido as vossas necessidades.

180 I: Hum... têm havido algumas respostas.

181 E: Têm havido algumas, então o que é que tem faltado?

182 I: Mais apoios do Estado (riso).

183 E: A que nível?

184 I: A nível de abonos, de darem mais tempo para as pessoas para estarem com os filhos, pronto, eu faço este horário, não é? para lhe poder dar...

185 E: Este horário que é jornada contínua?

186 I: Jornada contínua. Portanto, já faço isto já há algum tempo, já há quatro anos ou cinco que eu faço para poder dar mais um acompanhamentozinho.

187 E: E termina a que idade esse...?

188 I: Doze.

189 E: Aos doze e, portanto, na sua perspetiva, neste momento... os pais terem mais tempo, então o que é que na sua perspetiva devia ser diferente? Em termos concretos ou até mais de futuro ou enfim...

190 I: Darem mais disponibilidade aos pais porque quem trabalha sem ser no Estado, quem trabalha no privado acaba, às vezes, por ter menos tempo para estar com os filhos, não é? Trabalham por turnos, é a política, não é?

191 E: E porque é que para si faz verdadeiramente a diferença para não avançar para um segundo filho?

192 I: Nesta, nesta fase agora é a idade.

193 E: Mas hoje, hoje tem 45.

194 I: 45.

195 E: E desde que ela nasceu já passaram 7 anos.

196 I: Desde que ela nasceu já passaram, exatamente...

197 E: Durante esses 7 anos...

198 I: Foi aquele período... poderia ter sido quando ela tinha ali dois anos mas foi quando começou a crise, quando nós começamos a ter cortes no vencimento e se já era difícil... tinha que se esticar um bocadinho ainda, se calhar tudo se tinha resolvido que era o que a minha mãe dizia "tudo se resolve". Mas pronto e depois se calhar é também um bocadinho egoísmo nosso, não é?

199 E: E hoje, e hoje acha que se tinha resolvido? Com a experiência que agora que tem? Acha que efetivamente tinha resolvido?

200 I: Tinha, tinha, tinha, tinha-se resolvido.

201 E: E porque é que diz isso?

202 I: Então porque se calhar se não tinha, se não comprava três coisas, três peças de roupa, comprava só uma, se calhar tinha-se tudo resolvido e assim a Mariana é hoje filha única, ela agora é que às vezes diz "Ah gostava de ter um mano ou uma mana".

203 E: Se a Cândida regressasse há sete anos atrás o que é que fazia diferente?

204 I: Se calhar tinha outro filho, para além da Mariana.

205 E: E o seu Marido o que é que pensa?

206 I: Também, também pensa assim.

207 E: Se calhar tinha? Ou tinham?

208 I: Tinha, tinha, tinha, tinha mesmo.

209 E: Por causa da experiência que teve?

210 I: Exatamente, exato, exato, exatamente.

211 E: Não houve tantas dificuldades económicas.

212 I: Não houve tantas dificuldades porque acho que a gente com um empurrãozinho daqui um empurrãozinho dali acho que as coisas se calhar tinham se resolvido também.

213 E: Falou que a sua mãe a alertou para isso.

214 I: Sim a minha mãe dizia, tudo se resolve.

215 E: De que forma é que a sua mãe a influencio, a sua educação e agora que se reflete na forma como hoje é mãe. A sua mãe o seu pai ou outras pessoas.

216 I: A minha mãe, a minha mãe...

217 E: Que experiências é que teve que hoje são importantes?

218 I: Então a minha mãe foi, foi uma mãe com três filhos, não é? E numa altura que também que as coisas não eram fáceis, não é? A minha mãe estava em casa, era o meu pai só a trabalhar, a minha mãe estava sempre connosco, não é? O meu pai é militar e a minha mãe é que estava a maior parte das vezes comigo e com o meu irmão que nós somos os que temos menos tempo de diferença, só tenho 15 meses de diferença do meu irmão, ele é mais velho, depois da minha irmã é que já tenho 7 anos de diferença mas pronto a minha mãe é que estava sempre quase connosco. Derivado também à situação profissional do meu pai e eu às vezes vejo-me assim um bocadinho porque o meu marido com a profissão, não é? Com o trabalho dele às vezes pode estar aqui em Évora outras vezes pode estar fora, eu vejo-me às vezes assim um bocadinho na minha mãe, neste aspeto embora a minha mãe tivesse dois, depois veio a minha irmã e eu só tenho uma, não é? Mas pronto a minha mãe estava sempre em casa, não é?

219 E: E de que forma é que a educação que recebeu influenciou todo o seu percurso, não é? Até mesmo ter sido mãe aos 35 ou depois a forma como começou a ser, a assumir esse seu papel.

220 I: Então a minha mãe incentivou-me quando eu lhe disse que gostava... a minha mãe disse "Então força, embora tenhas essa idade, mas isso já é o normal, eu estou, ajudo naquilo que for preciso".

221 E: A sua mãe e o seu pai, não é?

222 I: E o meu pai, sim.

223 E: De que forma é que a educação que recebeu a influencia a forma como desempenha o seu papel?

224 I: Estar atenta, a minha mãe... (riso)

- 225 E: Estava a dizer atenta na forma como está a educar a Mariana e se lembra daquilo que foi a sua educação? O que é que acha que é diferente o que é semelhante?
- 226 I: É diferente, é diferente porque hoje em dia os perigos, digamos assim são mais, a gente dantes podia estar na rua a brincar que era diferente do que é hoje. Hoje é impensável, não é? Há as internets, há, ouve-se tanta coisa, não é?
- 227 E: Está a dizer, portanto, há as internets, hoje há outros perigos, ao estar a brincar na rua há outro tipo de...
- 228 I: Há outro tipo de...
- 229 E: E isso é diferente hoje em dia, em que é que isso para si faz a diferença naquilo que foi a forma como foi educada e como educa a sua filha?
- 230 I: Temos que estar mais alertas para essas situações, que dantes não havia, não é? A gente podia estar ali a brincar na rua, a minha mãe sabia que a gente estávamos ali, não é? E hoje...
- 231 E: E que valores é que recebeu, de que forma é que foi educada e que hoje isso se reproduz na educação da sua filha?
- 232 I: Ser honesta, ser verdadeira, ser amiga...
- 233 E: A sua mãe tinha consigo a relação que hoje tem com a Mariana?
- 234 I: Sim, mas como eu lhe digo em termos diferentes, eu era mais sossegadinha, eu não era de responder por exemplo, eu não respondia, mandavam-me calar e eu calava-me, não é? E se eu hoje digo "Mariana cala-te" e ela ainda tem de dizer mais qualquer coisa... não é? Cá está tem a ver com a maneira de ser dela e a minha maneira de ser eu, era impen(sável). Os meus avós diziam "Pthss eh sossegada" e eu, sossegada, a minha mãe hoje diz "Mariana! Deixa-te estar sossegada! Tem que ser duas ou três vezes ou quatro, não é?".
- 235 E: E na educação do, do seu pai da forma como viviam lá em casa, da sua experiência em que é que acha que isso influencia a forma como hoje é mãe?
- 236 I: Às vezes sou um bocadinho... como é que hei de dizer? Ao mesmo tempo sou um bocadinho assim mole que ela pode esticar um bocadinho, mas, também sou um bocadinho rija, às vezes, gosto das coisas bem feitas. E às vezes...
- 237 E: É exigente?
- 238 I: Sou, um bocadinho às vezes, às vezes... ela diz "Oh mãe tu nunca foste criança?" Diz-me ela (riso) às vezes pequenos disparates que ela faz não é? Próprios da idade que nós também todos fizemos, não é? E ela diz-me "Mãe nunca foste criança?" E eu digo "Já, já fui criança" (riso).
- 239 E: E isso tem a ver com a sua educação?
- 240 I: Sim, se calhar tem.

241 E: Se calhar?

242 I: Tem, tem a ver com a minha educação

243 E: Em que?

244 I: Diziam para eu não fazer, eu não fazia.

245 E: Ok

246 I: Não é?

247 E: E havia diferença na forma como eram educados os miúdos e as miúdas lá em casa? Ou não?

248 I: Não, fomos todos educados com os mesmos princípios e com os mesmos valores, por exemplo lembro-me de me mandarem e eu calava-me, a minha irmã mandavam-na calar e ela não se calava (riso) não é?

249 E: E na relação de casal, voltando agora um bocadinho ao presente porque também estamos a terminar. Há assim alguma questão que para vocês seja mais fácil ou mais difícil de lidar? Nesta vossa condição de homem e mulher e de pais e de mães, e de relação com a vossa rede de amigos, da vossa rede familiar. O que é que para si nisto tudo, enfim é a melhor coisa?

250 I: O que é para mim é a melhor coisa?

251 E: Sim...

252 I: É ter a Mariana (riso). Mesmo com aquela personalidade dela forte.

253 E: E como é que os amigos lidam com...

254 I: Acham-lhe graça, porque ela é uma miúda que enche uma casa, não é? Ela está sempre a conversar e desafia, é desafiadora (riso)

255 E: O que é que mais a preocupa em termos de futuro, há pouco já referiu algumas coisas, há assim mais alguma coisa?

256 I: Às vezes nem penso, nem quero pensar no futuro. Acho, que tentar viver um dia de cada vez e incutir-lhe os valores, não é? E quero é que ela seja feliz.

257 E: O que é que acha que mais precisa em termos de futuros para que ela seja feliz?

258 I: Ter saúde, ter trabalho e ter espírito jovem para poder acompanha-la no seu futuro e na sua vida.

259 E: E há alguma coisa que possa contribuir mais para isso, para manter esse seu ânimo e esse seu espírito?

260 I: É tentar acompanha-la, tentar estar sempre por dentro das novas mudanças, das novas tecnologias.

261 E: E O que é que sente? Precisa de algum tipo de ajuda nisso? Como é que lida com isso tudo?

262 I: Não, não.

263 E: Com quem é que normalmente acaba por se aconselhar ou quando tem dúvidas ou alguma coisa?

264 I: Falamos, falo muito com o, falamos, falo muito com o meu marido sobre tudo e tentamos sempre ter uma mente aberta (risos).

265 E: E como é que vê que a sociedade neste momento vê os miúdos e vê as crianças?

266 I: As coisas não estão fáceis, não é? Há miúdos muito complicados e acho que se não se toma logo a rédea desde pequeninos depois podem no futuro envergar por maus caminhos.

267 E: E como é que isso se pode ultrapassar? Como é que os pais podem... tomar a rédea de pequeninos? Aqueles que têm mais dificuldade?

268 I: É, nem prender muito, nem deixar, tentar haver...

269 E: Acha que existe a ajuda suficiente do ponto de vista geral até mesmo às vezes de comunicação social e tudo isso?

270 I: Às vezes a comunicação social se calhar divulga muita coisa não é? E se calhar... devia de haver, às vezes, menos informação, não sei.

271 E: Menos informação?

272 I: Às vezes, não sei.

273 E: O que é que podia haver de informação para que fosse útil para si? Mais útil para os pais, ou para as famílias com filhos.

274 I: Não é fácil educar e cada vez acho que é mais difícil. A gente às vezes podemos pensar que estamos a fazer bem e se calhar a coisa não estamos a fazer bem, isto não há, não há uma regra, não é? Não há uma regra não há uma medida.

275 E: O que que acha que podia hoje ajudar as pessoas a sentirem-me mais seguras? ... Há assim alguma coisa que ache nessa informação, nesse mundo de informação que diz que é tão difícil de gerir?

276 I: ... Não sei.

277 E: Há assim alguma coisa que sentisse que podia ser diferente?

278 I: Não sei. Não sei.

279 E: Em relação aos pais terem filhos mais cedo, porque vamos mesmo terminar, se quisesse deixar assim uma reflexão, até sobre a entrevista, o que é que esta entrevista lhe trouxe a si?

280 I: Em relação aos pais terem filhos mais cedo?

281 E: Por um lado, isso, por outro lado em relação a si própria e a este momento de entrevista o que é que lhe trouxe?

282 I: Uhh... (riso) às vezes não é fácil a gente estar a falar, para mim ter vindo foi um desafio porque...

283 E: E eu agradeço.

284 I: Pronto porque é assim eu gosto muito de ouvir e não tenho o dom da palavra, digamos assim.

285 E: Mas é muito clara (riso).

286 I: Uhh... gosto mais de ouvir, a Mariana também nisso não sai a mim porque eu sou mais para o reservado, os meus irmãos estão sempre a conversar e o meu marido também está sempre a conversar.

287 E: Então o que é que esta entrevista onde esteve a falar durante uma hora (risos)...

288 I: Não foi fácil (risos).

289 E: Foi um desafio?

290 I: Foi um desafio.

291 E: Não é?

292 I: Foi, foi,

293 E: E ao refletir sobre as coisas...

294 I: Fui refletido sobre as coisas...

295 E: O que é que lhe trouxe a si, há assim alguma coisa que lhe fique agora desta entrevista?

296 I: Gostei de estar aqui a falar e se calhar havia mais coisas para dizer mas como lhe digo não tenho o dom da palavra, se calhar não me consigo se calhar expressar... não sei o que poderei dizer mais peço desculpa (riso)

297 E: Não! Eu agradeço imenso, essa sua disponibilidade, uhh.....

298 (FIM)